JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Canarana 4
Camara Municipal de Diamantino 6
Camara Municipal de Dom Aquino 6
Camara Municipal de São José do Povo 7
Camara Municipal de Tangará da Serra 7
Camara Municipal de Vale de São Domingos 7
Camara Municipal de Várzea Grande 7
Camara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 8
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Regiao do Vale do Arinos 9
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé 9
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 9
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 10
Prefeitura Municipal de Água Boa 11
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 11
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 12
Prefeitura Municipal de Apiacás 13
Prefeitura Municipal de Araguaiana 14
Prefeitura Municipal de Araguainha 15
Prefeitura Municipal de Araputanga 15
Prefeitura Municipal de Arenápolis 16
Prefeitura Municipal de Aripuanã 20
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 40
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 44
Prefeitura Municipal de Cáceres 50
Prefeitura Municipal de Campinápolis 53
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 58
Prefeitura Municipal de Campo Verde 59
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 65
Prefeitura Municipal de Carlinda 66
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 66
Prefeitura Municipal de Cláudia 67
Prefeitura Municipal de Cocalinho 67
Prefeitura Municipal de Colíder 70
Prefeitura Municipal de Colniza 70
Prefeitura Municipal de Comodoro 70
Prefeitura Municipal de Confresa 71
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 84
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 98
Prefeitura Municipal de Cuiabá 100
Prefeitura Municipal de Denise 100
Prefeitura Municipal de Diamantino 100
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 103
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 106
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 106
Prefeitura Municipal de Itanhangá 106
Prefeitura Municipal de Itiquira 106
Prefeitura Municipal de Jaciara 110
Prefeitura Municipal de Jangada 110
Prefeitura Municipal de Jauru 114
Prefeitura Municipal de Juscimeira 114
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 115

Prefeitura Municipal de Marcelândia 117
Prefeitura Municipal de Matupá 119
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 124
Prefeitura Municipal de Nobres 129
Prefeitura Municipal de Nortelândia 131
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 135
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 141
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 165
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 213
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 219
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 222
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 222
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 226
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 228
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 230
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 231
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 234
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 234
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 242
Prefeitura Municipal de Paranatinga 242
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 245
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 246
Prefeitura Municipal de Poconé 246
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 247
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 248
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 248
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 249
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 251
Prefeitura Municipal de Rondolândia 251
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 263
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 263
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 265
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 286
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 296
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 296
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 301
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 320
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 321
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 322
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 322
Prefeitura Municipal de Tabaporã 324
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 325
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 326
Prefeitura Municipal de Tesouro 331
Prefeitura Municipal de Torixoréu 331
Prefeitura Municipal de União do Sul 335
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 335
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 335
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 349
Prefeitura Municipal de Vila Rica 349

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 78/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais;*

CONSIDERANDO *o disposto no art. 73, Lei Complementar nº 25, de 27 de novembro de 1997;*

CONSIDERANDO *o disposto no art. 24, VII, "h" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres-MT;*

CONSIDERANDO *a Portaria nº 40 de 03 de abril de 2018, deste Poder Legislativo;*

R E S O L V E:

Art. 1º Suspender por tempo indeterminado a conversão em 1/3 (um terço) das férias em Salário-Família pecuniário, facultado aos servidores, conforme estabelecido no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres-MT, observado o interesse deste Poder Legislativo Municipal no cumprimento das metas referente as despesas aplicadas sobre o orçamento previsto do exercício corrente, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 20 de junho de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

Alvasir Ferreira de Alencar

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 79/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e de acordo com o artigo 219 da Lei Complementar Municipal nº 25/1997;*

Considerando o que consta na Portaria nº 28 de 26 de março de 2018, desta Câmara Municipal de Cáceres;

Considerando o que consta na Portaria nº 50 de 23 de abril de 2018, desta Câmara Municipal de Cáceres;

Considerando o que consta no Despacho 1 de 16 de maio de 2018, da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo desta Casa Legislativa;

Considerando o que consta no Despacho 2 de 22 de maio de 2018, da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo desta Casa Legislativa;

Considerando o que consta no Despacho 3 de 21 de junho de 2018, da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo desta Casa Legislativa;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 30 (trinta) dias o prazo para, a Comissão de Sindicância desta Câmara Municipal de Cáceres-MT, concluir a apuração dos fatos e eventual aplicação de penalidade prevista no contrato n° 017/2017 por descumprimento contratual da empresa M. de L. Almeida – Prod. de Limpeza e Higiene – ME, a fim de citá-la para manifestar nos autos fls. Nº 16-17.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 21 de junho de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

Alvasir Ferreira de Alencar

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS - 2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº: 016/2018

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

CONTRATADA: VERIDIANE TREVISAN DAL BEM **/ CPF** 037.728.641-52

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHEIRO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPERVISÃO, FISCALIZAÇÃO, MEDIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE OBRA NO PRÉDIO SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT.

VALOR TOTAL: R$ 8.900,00 (OITO MIL E NOVECENTOS REAIS)

VIGÊNCIA: 150 (CENTO E CINQUENTA) DIAS

Cáceres-MT., 20 de JUNHO de 2018

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS - 2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº: 017/2018

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

CONTRATADA: M. DUARTE EZIDORO CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS ME / CNPJ 22.693.841/0001-64

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, COMPREENDENDO, MATERIAL, MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS, EXECUÇÃO DE REFORMA NO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, QUE SERÁ PRESTADO NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PROJETO BÁSICO E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS QUE SE ENCONTRAM ANEXOS AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DO CERTAME QUE DEU ORIGEM A ESTE INSTRUMENTO CONTRATUAL.

VALOR TOTAL: R$ 104.739,63 (CENTO E QUATRO MIL SETECENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 3 (TRÊS) MESES

INICIO: 21/06/2018 **TÉRMINO:** 21/09/2018

Cáceres-MT., 21 de JUNHO de 2018

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

CÂMARA
PAUTA DA ORDEM DO DIA

PAUTA DA ORDEM DO DIA

Sessão Ordinária de 25 de junho de 2018.

Consta da Pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 25 de junho de 2018, no horário das 19 horas, com a seguinte Ordem do Dia:

ORDEM DO DIA:

Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 031/2018.

De 30 de maio de 2018

Cria o Programa Habitacional Municipal denominado "Morada Digna", e dá outras Providências.

Autoria: Executivo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 033/2018.

De 30 de maio de 2018

Autoriza o Executivo Municipal a conceder benefício fiscal para o pagamento de tributos, a título de incentivo, e dá outras Providências.

Autoria: Executivo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 034/2018.

De 30 de maio de 2018

Dispõe sobre a criação da verba denominada Plantão de Fiscalização, destinados exclusivamente aos servidores lotados na secretaria de Finanças do Município de Canarana-MT, e dá outras Providências.

Autoria: Executivo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 035/2018.

De 04 de junho de 2018

Institui o Brasão da Câmara Municipal de Canarana-MT, e dá outras Providências.

Autoria: Legislativo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Simples.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação.

Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 036/2018.

De 04 de junho de 2018

Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação (convênio), com base nos Artigos 42 e 43 da Lei 4,320/64 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal e dá outras Providências

Autoria: Executivo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 037/2018.

De 04 de junho de 2018

Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação (emenda parlamentar), com base nos Artigos 42 e 43 da Lei 4,320/64 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal, e dá outras Providências.

Autoria: Executivo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 038/2018.

De 04 de junho de 2018

Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação (emenda parlamentar), com base nos Artigos 42 e 43 da Lei 4,320/64 e Art. 167, inciso V e VI , da Constituição Federal e dá outras providências.

Autoria: Executivo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 039/2018.

De 04 de junho de 2018

Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação (convênio), com base nos Artigos 42 e 43 da Lei 4,320/64 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal, e dá outras Providências.

Autoria: Executivo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 040/2018.

De 04 de junho de 2018

Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação (convênio), com base nos Artigos 42 e 43 da Lei 4,320/64 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal e dá outras Providências.

Autoria: Executivo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 041/2018.

De 04 de junho de 2018

Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação (convênio), com base nos Artigos 42 e 43 da Lei 4,320/64 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal, e dá outras Providências.

Autoria: Executivo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 042/2018.

De 04 de junho de 2018

Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação (emenda parlamentar), com base nos Artigos 42 e 43 da Lei 4,320/64 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal, e dá outras Providências.

Autoria: Executivo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 043/2018.

De 04 de junho de 2018

Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação (convênio), com base nos Artigos 42 e 43 da Lei 4,320/64 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal, e dá outras Providências.

Autoria: Executivo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 044/2018.

De 04 de junho de 2018

Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação (emenda parlamentar), com base nos Artigos 42 e 43 da Lei 4,320/64 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal, e dá outras Providências.

Autoria: Executivo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 045/2018.

De 04 de junho de 2018

Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação (convênio), com base nos Artigos 42 e 43 da Lei 4,320/64 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal, e dá outras Providências.

Autoria: Executivo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 046/2018.

De 04 de junho de 2018

Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação (convênio), com base nos Artigos 42 e 43 da Lei 4,320/64 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal, e dá outras Providências.

Autoria: Executivo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Sala de Sessões, 21 de junho de 2018.

Ederson Porsch

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2018

OBJETO: Aquisição de Gasolina Comum, Filtros e Óleo Lubrificantes.

TIPO: Menor preço.

DATA DE ABERTURA: 04 de julho de 2018.

HORÁRIO: 14h00min.

LOCAL: Sede da Câmara Municipal de Diamantino, sito Av. Desembargador J.P.F. Mendes, 2.345 – Jardim Eldorado – Diamantino/MT. Fone: (65) 336-1419. O procedimento licitatório será regido de acordo com os termos da Lei 8.666 de 21.06.93 e alterações posteriores e normas do edital completo.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12h00min as 18h00min de segunda a sexta feira.

EDITAL COMPLETO E SEUS ANEXOS: Deverá ser retirado na Câmara Municipal de Diamantino junto a Comissão de Licitação, ou pelo sitio www.camaradiamantino.mt.gov.br.

Diamantino – MT, 21 de junho de 2018.

PAULO CEZAR DA CRUZ FONSECA

Pregoeiro

CAMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 012/2018

Portaria n.º 012/2018 Dom Aquino – MT, 21 de junho de 2018.

ADELSON MARTINS COIMBRA, Presidente da Câmara Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, considerando a necessidade de contenção de despesas:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o funcionamento temporário da Câmara Municipal de Dom Aquino, de 16/07/2018 à 30/07/2018 no horário das 07:30 às 11:00.

Art. 2º - Estabelece a escala de trabalho dos servidores, conforme tabela abaixo:

Nome	Dias		
Marcília Ferreira da Cruz	16	17	18
Lourival Soares de Oliveira Filho	19	-	-
Jucimar Oliveira Campos	20	23	24
Ozair Almeida Mundim	25	26	27
Weter Euter dos Santos Silva	30	-	-

Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência em 21 de junho de 2.018.

ADELSON MARTINS COIMBRA

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 010/2.018

PRESIDENTE DO PODER LEGISLDispõe sobre, **REVOGAR** A PORTARIA DE NOMEAÇÃO da Sra. **LUZIA EUROSINA CONCEIÇÃO LIMA SOARES**, para o Cargo de Procuradora Jurídica da Câmara Municipal de São José do Povo, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Povo, Vereador **PAULO ALVES DE PAULA**, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE

ARTIGO 1º - **REVOG**A a Portaria de nomeação da Sra. **LUZIA EUROSINA CONCEIÇÃO LIMA SOARES**, brasileira, casada, registrada na OAB sob o nº. 09856601/MT, portadora do RG 1316427-9 SSP/MT e CPF nº 961.953.711-49, para exercer o cargo de Procuradora Jurídica da Câmara Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

São José do Povo, 20 de junho de 2.018.

PAULO ALVES DE PAULA

PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO

Registrado nesta Secretaria e publicada

Por afixação, no lugar público de costume

Na data supra.

_____ Rua João Francisco Duarte, 715 – Centro – CEP 78. 773-000 – Fone/Fax (66) 3494-1199

CNPJ: 32.972.440/0001-05 – E-mail: câmara_sjp@hotmail.com

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

A Câmara Municipal de Tangará da Serra – MT torna pública a formalização do aditivo contratual abaixo:

TERMO ADITIVO: 01/2018 – Acréscimo de quantidade

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 02/2018

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de placas de homenagens

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT.

VIGÊNCIA: Até 31/12/2018

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	EMPRESA
3	PLACA DE HOMENAGEM - placa de homenagem em aço gravado baixo relevo com acabamento em veludo em moldura em alumínio 20x30cm com nome do vereador proponente e da pessoa homenageada, moldura em alumínio, acabamento em veludo azul, para Sessão Solene do Dia do Professor em 15 de outubro de 2.018.	45	R$118,00	R$ 5. 310,00	Rawal Placas Comércio e Serviços LTDA – ME - CNPJ sob nº 15. 353.188/0001-29

Tangará da Serra-MT, 21 de junho de 2018.

HÉLIO DA NAZARÉ

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2016, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

“Aprova as Contas Anuais de Governo do Poder Executivo Municipal, relativo ao exercício de 2014, com recomendações”.

A Câmara de Vereadores de Vale de São Domingos, na forma do disposto no art. 108, inciso II, alínea *b* do Regimento Interno, **DECRETA**:

Art. 1º. Ficam **APROVADAS** as Contas Anuais de Governo do Poder Executivo de Vale de São Domingos/MT, relativas ao exercício de 2014.

Art. 2º. Ficam endossadas as recomendações constantes do Parecer Prévio nº 83/2014-TP, de lavra do Egrégio Tribunal de Contas do Est’ado de Mato Grosso, de forma que o Poder Executivo deverá doravante melhorar a qualidade e os resultados das políticas públicas de saúde e educação.

Art. 3º. Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vale de São Domingos/MT, em 05 de setembro de 2016.

Mirian Gonçalves Gomes da Cunha,

Presidente da Câmara de Vereadores.

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 90/2018

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR no cargo em comissão Antonio Marcos da Silva Gomes, Assistente de Gabinete no Gabinete do Ver. Ivan dos Santos Oliveira.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 15 de junho de 2018.

Vereador BENEDITO FRANCISCO CURVO

Presidente

Vereador JOÃO TERTULIANO DE BARROS FILHO

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 50/2018

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Nomear **Mabel Monica Campos Mayer Vicente**, fiscal, e, **Juliene Maria de Barros Cícero de Sá**, como suplente, para acompanhar e fiscalizar o Quarto Termo Aditivo ao Contrato n.º 06/2014, empresa E.B.A. Pereira-ME, referente à **prorrogação contratual para prestação de serviços de filmagem e transmissão online das sessões**,com vigência de **10/06/2018 a 10/06/2019.**

Art. 2.º - Determinar que o fiscal ora designado e o suplente deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados;

II – avaliar continuamente a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade e, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 13 de junho de 2018.

Vereador **BENEDITO FRANCISCO CURVO**

Presidente

Vereador **JOÃO TERTULIANO DE BARROS FILHO**

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 49/2018

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Nomear **Douglas Nunes Pacó**, fiscal, e, **Maria Aparecida de Arruda**, como suplente, para acompanhar e fiscalizar o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 08/2016, empresa OI S/A, referente à **prorrogação contratual para prestação de serviços para acesso à internet dedicada**,com vigência de **13/06/2018 a 13/06/2019.**

Art. 2.º - Determinar que o fiscal ora designado e o suplente deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados;

II – avaliar continuamente a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade e, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 13 de junho de 2018.

Vereador **BENEDITO FRANCISCO CURVO**

Presidente

Vereador **JOÃO TERTULIANO DE BARROS FILHO**

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 43/2018

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Nomear **Francione Maria Almeida Sampaio Coelho**, fiscal, e, **Alinor Alves do Nascimento**, como suplente, para acompanhar e fiscalizar o Contrato n.º 06/2018, empresa Tarcila Adriana Farias de Oliveira-ME referente à **contratação de empresa especializada para locação de equipamentos de informática (computadores e informática) com fornecimento de mão-de-obra técnica para manutenção preventiva e corretiva, fornecimento e substituição de peças, componentes, softwares de gerenciamento, materiais e insumos utilizados na operação, sendo todos de primeiro uso, exceto papel e mão-de-obra operacional,** com vigência de **06/06/2018 a 06/06/2019.**

Art. 2.º - Determinar que o fiscal ora designado e o suplente deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados;

II – avaliar continuamente a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade e, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 06 de junho de 2018.

Vereador **BENEDITO FRANCISCO CURVO**

Presidente

Vereador **JOÃO TERTULIANO DE BARROS FILHO**

1.º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/2018

"**DECLARA PONTO FACULTATIVO A DATA QUE MENCIONA**"

O Presidente do Poder Legislativo Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, Estado de Mato Grosso, Sr. **FLAVIO FERREIRA DE SOUZA** no uso das atribuições legais:

CONSIDERANDO os jogos da Seleção Brasileira de futebol na Copa do Mundo da FIFA 2018:

DECRETA:

Art. 1°. Fica decretado **ponto facultativo** em virtude dos Jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo da FIFA 2018.

I – 22 de junho de 2018, sexta feira, em virtude do Jogo de Brasil e Costa Rica; e

II – nos demais dias uteis em que o jogo do Brasil ocorrer no período matutino.

Art.2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2018.

Cumpra-se, registra-se e publica-se.

FLAVIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do Poder Legislativo

Gestão 2017/2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIAO DO VALE DO ARINOS

LICITAÇÃOP
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 005/2018/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR LOTE.

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Médicos Especializados em Pediatria para atuação junto ao CISVA, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 21.06. 2018, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.cisva.com.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo do Cisva ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-4029 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 04 de julho de 2018 às 08h30 – Horário Local.

José Roberto Pereira AlvesMoacir Pinheiro Piovesan

Presidente da CPL Presidente - CISVA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE CREDENCIAMENTO NO 002/2018/ CISVAG INEXIGIBILIDADE Nº 002/2018/CISVAG (PROCESSO Nº 11/ 2018/CISVAG)

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE CREDENCIAMENTO No 002/2018/CISVAG

INEXIGIBILIDADE Nº 002/2018/CISVAG

(PROCESSO Nº 11/2018/CISVAG)

RETIFICAÇÃO DE AVISO DECREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CONSULTAS EM CARDIOLOGIA PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ-CISVAG**; Onde se lê "Data e local da Sessão de divulgação do Resultado do Credenciamento: dia 09/07/ 2018, as09hs", leia-se "Data e local da Sessão de divulgação do Resultado do Credenciamento: dia 09/07/2018, as11hs."**

Pontes e Lacerda, 21/06/2018.

Patrícia Barbosa de Carvalho

Presidente da Comissão de Licitação

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n° 038/2018

O Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, por meio de sua Secretária Executiva, torna pública a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação da empresa **POLICLINICA DR. LUIZ MANSUR S/S LTDA, (CNPJ/MF nº** 40. 187.825/0001-81**)**, no valor global de: **R$ 45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)**, tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como objeto os itens da Relação de Serviços Médicos em **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE CONSULTAS EM NEUROLOGIA EM ATENDIMENTO AO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO, LOCALIZADO NA TRAVRSSA BARTOLOMEU DIAS, Nº269, BAIRRO ALVORADA, EM PEIXOTO DE AZEVEDO/MT**do respectivo chamamento público e do Anexo I do Edital nº 006/2018 da Chamada Pública n° 003/2018, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 21 de junho de 2018.

VIVIAN LUCAS CASSIANO

Presidente – CPL

MICHELE MOCHI DOS ANJOS

Secretária Executiva do CISVP

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n° 039/2018

O Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, por meio de sua Secretária Executiva, torna pública a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação da empresa **RAPHAEL DUTRA LOPES, (CNPJ/MF nº** 13.969.397/0001-76**)**, no valor global de: **R$ 31.700,00 (TRINTA E UM MIL E SETECENTOS REAIS)**, tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8. 666/93, tendo como objeto os itens da Relação de Serviços Médicos em **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO NA ÁREA DE CLÍNICA GERAL, A SER REALIZADO NO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, TOTAL PREVISTO DE PLANTÕESPARA 4 MESES*:* NO VALOR DE R$ 18.800,00 FINAIS DE SEMANA E FERIADO, R$ 12.900,00 NOTURNO DURANTE A SEMANA** do respectivo chamamento público e do Anexo I do Edital nº 004/2018 da Chamada Pública n° 002/2018, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 21 de junho de 2018.

VIVIAN LUCAS CASSIANO

Presidente – CPL

MICHELE MOCHI DOS ANJOS

Secretária Executiva do CISVP

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 002/2018

O Presidente do **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT,** no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** o candidato constante no quadro em anexo, que foi aprovado no Processo Seletivo Simplificado, destinado ao preenchimento de vagas, a comparecer à sede do Consórcio, no Departamento de Contabilidade/Recursos Humanos, localizado na Rua Fernando Correa da Costa, nº 637, Centro A, em Rondonópolis/MT, **até o dia 22.06.2018, no horário das 07h00min às 11h00min,** portando os documentos originais ou fotocópia autenticada em cartório, dos documentos abaixo relacionados:

a) Cópia autenticada, em cartório, da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada, em cartório, do Título de Eleitor e certidão de regularidade, expedida pelo TRE;

c) Cópia autenticada, em cartório, do CPF;

d) Cópia autenticada, em cartório, do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Comprovante de endereço atualizado;

f) Cópia autenticada, em cartório, da Certidão de nascimento;

g) Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

h) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

i) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

j) Duas fotografias, tamanho 3x4 recente, colorida;

k) Fotocópia autenticada, em cartório, dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe do Estado de Mato Grosso se for o caso;

l) Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

m) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

n) Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos ou maiores se forem dependentes;

o) Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matrícula escolar;

p) Certidão Negativa da Justiça civil e criminal;

q) Declaração que não responde a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

r) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

s) Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

t) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível, acúmulo legal de cargo e de interesse do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso/MT;

u) Exame médico Admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de saúde indicado pelo **Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso - CORESS/MT**.

O candidato aprovado deverá apresentar número de conta corrente, conta poupança ou conta salário, preferencialmente no Banco do Brasil, de sua titularidade.

Fica ciente que o não comparecimento do convocado até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo Processo Seletivo Simplificado e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Rondonópolis/MT, 18 de junho de 2018.

_____

NELSON ANTONIO PAIM

Presidente, em exercício, do Conselho Diretor do CORESS/MT

ANEXO ÚNICO

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais			
Candidato	Inscrição	Colocação	Edital
ROBSON SOARES DAS NEVES	0003 000	2º	001/2017

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2018

Em consonância com os ditames da Lei Federal nº. 10.520/2002 e, subsidiariamente, no que couber pelas disposições Lei Federal nº. 8.666/1993 RATIFICO a adjudicação proferida pela Pregoeira e equipe de apoio do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESS/MT, nomeados através da Resolução n.º 003/2018, de 07/01/2018, sobre o PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2018 e **HOMOLOGO** seu objeto às empresas:

1 - **CLINICA RADIOLOGICA DR BERTINETTI LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 32.970.345/0001-64, com valor Global de R$ 288.698,20 (duzentos oitenta e oito mil seiscentos noventa e oito reais e vinte centavos).

2 - **MÁRCIO DE MEDEIROS CESAR**, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 29. 647.452/0001-41, com valor Global de R$ 119.000,00 (Cento e dezenove mil reais)

3 - **SARON SERVIÇOS DE ANESTESIA DE RONDONOPOLIS**, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 12.544.605/0001-22, com valor Global de R$ 135. 449,79 (cento trinta e cinco mil quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos).

4 - **ANGELA MIRANDA DA SILVA**, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 17.128. 906/0001-99, com valor Global de R$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais),

5 - **PRESERVAR SERVICOS MEDICOS SS**, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 19.664.222/0001-37, com valor Global de R$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais).

6 - **NEFRON - SERVIÇOS DE NEFROLOGIA** - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 08.934.758/0001-09, com valor Global de R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais)

7 - **CLÍNICA E MICROCIRURGIA DE OLHOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 26.795.401/0001-79, com valor Global de R$ 86.800,00 (oitenta e seis mil e oitocentos reais).

Rondonópolis, 18 de junho de 2018.

_____

NELSON ANTONIO PAIM

Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
PORTARIA Nº 24 DE 21 DE JUNHO DE 2018

Nomeia a Senhora ANGELINA ALVES DO NASCIMENTO, para responder pelas contas bancárias em conjunto com o Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social.

O CONSELHO CURADOR, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta pelo decreto 3202/2018.

R E S O L V E:

Art. 1º – Nomear a Senhora ANGELINA ALVES DO NASCIMENTO, portadora do CPF nº 741.189.940-20 para assinar por todas as contas bancarias do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Água Boa referentes ao CNPJ 03.871.331.0001-95, em conjunto com o Diretor Executivo, bem como:

EMITIR CHEQUES ABRIR CONTAS DE DEPOSITO AUTORIZAR COBRANCA UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOE RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOE RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS ENDOSSAR CHEQUE REQUISITAR CARTAO ELETRONICO MOVIMENTAR CONTA CORRENTE COM CARTAO ELETRONI SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES CANCELAR CHEQUES BAIXAR CHEQUES EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECU LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANC SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS,EXCETO INVESTIMENTO SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CRE

EMITIR COMPROVANTES

EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE-

ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO

ASSINAR/AUTORIZAR CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS

ASSINAR INSTRUMENTO DE CONVÊNIO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA BOA, EM 21 DE JUNHO DE 2018.

MARCIO ANTONIO FAORO

Diretor Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO CONTRATO 090/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Água Boa

Contratada: Simões e Petronilho Projetos e Construções Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de elaboração e revisão de projetos.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNIT.	TOTAL
01	Elaboração e revisão de projeto executivo de instalação elétrica, para posto de transformação.	07	3. 400,00	23. 800,00
02	Elaboração de projeto de rede independente para climatização da escolas municipais.	11	3. 200,00	35. 200,00

Valor: 59.000,00

Data: 12.06.2018

Vigência: 08.11.2018

Licitação: DL 019/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Objeto.	Alienação de lotes urbanos para Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida.
Empresa.	ECHER EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 11.862.538/0001-21.
Valor Global.	R$ 1.788.000,00 (um milhão, setecentos e oitenta e oito mil reais).
Fundamento Legal.	Art. 17, Inciso I, alínea f) da Lei n°. 8.666/93.
Justificativa.	Anexa nos autos do processo de Dispensa nº. 022/2018.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Dispensa nº. 022/2018, nos termos do Art. 26 da Lei n°. 8.666/93 e suas atualizações.

Água Boa, em 21 de junho de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2018

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 21 de junho DE 2018.

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se publico o EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2018, de 21 de Junho de 2018, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADO: MV ATACADISTA DE MOVEIS LTDA – ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

OBJETO: Contratação de empresa para **futura e eventual aquisição de MATERIAL PERMANENTE - MOBILIARIO EM GERAL E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES para uso da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista**.

VALOR TOTAL: R$ 225.929,60(duzentos e vinte e cinco mil novecentos e vinte e nove reais e sessenta centavos).

DO PRAZO: O prazo do presente Contrato é de 12(doze) meses, a contar da data da assinatura.

DOS RECURSOS: Dotações previstas para órgãos e secretarias para o ano de 2018.

DATA: 21 de Junho de 2018.

ASSINAM: VALTUIR CANDIDO DA SILVA – Prefeito Municipal e MV ATACADISTA DE MOVEIS LTDA – ME – Contratado.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito MunicipaL

GRUPO DE PREGÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2018

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 21 de junho DE 2018.

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se publico o EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2018, de 21 de Junho de 2018, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADO: A E OLIVEIRA LUZ MOVEIS E ELETRODOMESTICOS – ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

OBJETO: Contratação de empresa para **futura e eventual aquisição de MATERIAL PERMANENTE - MOBILIARIO EM GERAL E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES para uso da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista**.

Valor Total: R$ 125.722,00(cento e vinte e cinco mil setecentos e vinte e dois reais).

DO PRAZO: O prazo do presente Contrato é de 12(doze) meses, a contar da data da assinatura.

DOS RECURSOS: Dotações previstas para órgãos e secretarias para o ano de 2018.

DATA: 21 de Junho de 2018.

ASSINAM: VALTUIR CANDIDO DA SILVA – Prefeito Municipal e A E OLIVEIRA LUZ MOVEIS E ELETRODOMESTICOS – ME – Contratado.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito MunicipaL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 002, PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Alto Boa Vista , MT, 21 de junho de 2018.

Ilustríssimo Senhor

LEONARDO DE SOUZA PEPILIASCO

Representante Legal perante o processo licitatório Concorrência nº 002/2015.

Rua das Orquídeas 111, Bosque da Saúde, 78050-010.

Cuiabá - MT.

Através da presente, na qualidade de **CONTRATANTE**, da obra de **SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE AGUA NO MUNICIPIO DE ALTO BOA VISTA**, conforme **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2015**, onde vossa empresa configura como **CONTRATADA**. Venho, informa-lhe que, a execução da obra não corresponde ao cronograma físico/financeiro proposto no processo licitatório, estando, portanto a obra em atraso.

Ressaltamos que a referida obra é financiada por ações do Governo Federal o qual exige a obediência aos prazos estipulados para a liberação dos recursos, onde o não atendimento resultaria em cancelamento dos repasses e consequentemente a perda dos valores pelo Município.

Vimos por fim, **NOTIFICÁ-LO** que, em não ocorrendo o inicio da execução da obra dentro do prazo de dez (10) dias a contar do recebimento deste e seguindo os prazos previstos no cronograma físico/financeiro, serão tomadas medidas administrativas cabíveis (rescisão contratual).

Sujeitando-se ainda, vossa empresa a todas as penalidades prevista no contrato bem como na legislação em vigor, especialmente a Lei 8.666/93.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição de Vossa Senhoria para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

_____ **VALTUIR CANDIDO DA SILVA**

PREFEITO MUNICIPAL

Ps. Notificado por publicação através do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e Jornal de circulação, em razão de ter havido mudança de endereço da empresa, sem que esta municipalidade tenha sido comunicada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 041/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 068/2017 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA - MT

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari – Estado de Mato Grosso, situada na Av. Macário Subtil de Oliveira, Nº 848 - centro, Alto Taquari –MT, CEP 78.785-000 através da Pregoeira e sua equipe de apoio, torna público para conhecimento de todos que conforme DECRETO Nº 3.931 de 19 de Setembro de 2001, o Município de Alto Taquari faz adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 041/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 068/2017 – da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT, para SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO E RASTREAMENTO VEICULAR DA FROTA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO. A empresa vencedora do certame foi a empresa: SAGA COM. E SERV. TEC, E INFORMÁTICA LTDA – CNPJ: 05.870.713/0001-20, com a proposta nos seguintes valores: Serviço de Gerenciamento eletrônico de Abastecimento de Combustível R$ 42,00 por veículo; Serviço de rastreamento/monitoramento veicular por GPRS R$ 167,00 por veículo e Serviço de intermediação no fornecimento de combustíveis em rede posto credenciados no percentual de 3,5%. Informações mais detalhada com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone (66) 3496-1175. Alto Taquari – MT 21 de junho de 2018. Renata Fermino de Oliveira - Pregoeira

---

PORTARIA Nº 219/2018

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Fabio Mauri Garbugio no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu artigo 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e finalizada por um representante da administração Pública.

Considerando a necessidade de fiscalização, acompanhamento, supervisão e gestão dos contratos administrativos firmados pela Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT

RESOLVE BAIXAR A SEGUINTE PORTARIA:

Artigo 1º - Designar os seguintes servidores para comporem a Comissão de Gestão, Gerenciamento, Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais do Poder Executivo Municipal de Alto Taquari – MT, desempenhando as seguintes funções:

RUDMAR JOSÉ LANG – CPF: 370.152.869-49

Presidente

JOZEANE GABRIELE SCHWAMBACH – CPF: 038.288.521-06

Membro

JESSICA PEREIRA CARDOSO – CPF: 015.592.521-03

Membro

Artigo 2º - As funções da Comissão de Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais deverão estar de acordo com as disposições da Lei Federal nº8.666 de 12 de junho de 1993, e da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações e

Em conformidade com as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 044/2016/PMAT, de 15 de março de 2016.

Artigo 3º - A qualquer tempo, poderão ser nomeados fiscais, ou mesmo Comissões para gestão, acompanhamento e fiscalização de contratos específicos, isentando assim da referida responsabilidade a presente comissão acima qualificada.

Parágrafo Único – A Comissão de Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais poderá a qualquer tempo, solicitar apoio técnico mesmo instrução de terceiro para análises ou mesmo avaliações no exercício de suas obrigações designadas.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Alto Taquari – MT, 21 de junho de 2018.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 239/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado **JONAS EMANUEL CAMARGO HOISSA,** portador da cédula de identidade 2773887-6 SESP/MT e inscrito no CPF sob o n. 064.108.051-44, no cargo de **CHEFE DE SETOR II,** lotado na Secretaria Municipal de Esportes.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 21 de Junho de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 057/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 036/2018** no dia 05/07/2018 **às 08:00 horas,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE **TONER E CARTUCHOS NOVOS, COMPATIVEIS COM AS IMPRESSORAS,** COM ENTREGA FRACIONADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT ou no site www.apiacas.mt.gov.br/ Informações pelo telefone (66) 3593-1900- RAMAL –228

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 057/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 036/2018** no dia 05/07/2018 **às 08:00 horas,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE **TONER E CARTUCHOS NOVOS, COMPATIVEIS COM AS IMPRESSORAS,** COM ENTREGA FRACIONADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT ou no site www.apiacas.mt.gov.br/ Informações pelo telefone (66) 3593-1900- RAMAL –228

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 162/2018

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE JUNHO/2018 À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias regulamentares ao Servidor:

Nome: (1157) JONATHAN DEDONATI

Cargo Efetivo: (223) Vigia

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Período Aquisitivo: 06/07/2016 à 05/07/2017.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se

Apiacás-MT. 21 de Junho 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 058/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 037/2018** no dia 09/07/2018 **às 08:00 (oito) horas,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis,

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS**

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT ou no site www.apiacas.mt.gov.br/ Informações pelo telefone (66) 3593-1900- RAMAL –228

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 057/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 036/2018** no dia 05/07/2018 **às 08:00 horas,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE **TONER E CARTUCHOS NOVOS, COMPATIVEIS COM AS IMPRESSORAS,** COM ENTREGA FRACIONADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT ou no site www.apiacas.mt.gov.br/ Informações pelo telefone (66) 3593-1900- RAMAL –228

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 776/2018 ARAGUAIANA MT, 20 DE JUNHO DE 2018.

LEI MUNICIPAL Nº 776/2018 Araguaiana MT, 20 de Junho de 2018.

"Dispõe sobre a criação de vaga e

dá outras providências"

O Exmº **Sr. GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado no Quadro de Servidores da Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT, os seguintes cargos, vagas e salários abaixo descritos:

Cargo: Vagas: Salário

Fiscal de Vigilância Sanitária 01 R$ 973,75

Art. 2º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a contratar em caráter excepcional de interesse público, servidores para preencherem as vagas ora criadas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Araguaiana até que se realize Concurso Público.

Art. 3º - Os vencimentos dos servidores que ocuparem estes cargos serão os percebidos conforme Plano de Cargo e Carreira existente dos Servidores Municipais, e os cargos ora criados passam a fazer parte integrante do Plano de Cargo e Carreira dos Servidores Municipais.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 20 dias do mês de Junho de 2018.

GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 775/2018 ARAGUAIANA-MT, 20 DE JUNHO DE 2018.

LEI MUNICIPAL Nº 775/2018 Araguaiana-MT, 20 de Junho de 2018.

"Cria a Verba de Natureza Indenizatória no âmbito do Poder Executivo Municipal dá outras providências".

O Exmº **Sr. GETULIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída verba de natureza indenizatória no âmbito do Poder Executivo Municipal pelo exercício de atividades fins de Pregoeiro de Licitação, Técnico de Tributos Municipal, Escriturário, Analista de Recursos Humanos, nos termos do Inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal.

Art. 2º A verba de que trata esta Lei será paga mensalmente, em efetivo exercício nas atividades do cargo, de forma compensatória ao não recebimento de diárias, adiantamentos, passagens e ajuda de transporte, dentre outras despesas inerentes ao exercício dos cargos para custeio das viagens dentro do Estado, com exceção de cursos e eventos na área de formação do servidor.

Parágrafo Único: Para as viagens fora do Estado, o ente Público custeará as despesas de transporte e hospedagem.

Art. 3º Os valores pagos a título de indenização será de:

a) R$ 800,00 (Oitocentos Reais) para **Controlador de Serviços – Máquinas e Serviços** (Administração);

Art. 4º Não será paga a verba indenizatória nas seguintes situações:

a) Durante o período de gozo de Férias; ***b)*** Licença Maternidade; ***c)*** Durante o período de afastamento do cargo e/ou função;

Art. 5º A verba indenizatória recebida indevidamente, deverão ser restituídas ao Erário Público mediante a emissão de guia de recolhimento emitida pelo Departamento de Arrecadação do Município.

Art. 6º Em nenhuma hipótese, a verba indenizatória cobrirá gastos de terceiro, bem como não incorporará definitivamente na remuneração.

Parágrafo Único - Fica determinado pelo Prefeito Municipal a autorização para sua concessão ou cessão da verba de caráter indenizatório.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento, ficando dispensada a prestação de contas.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, em 20 de Junho de 2018.

Getulio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL 101/2018 DE 21 DE JUNHO DE 2018.

DECRETO MUNICIPAL 101/2018 DE 21 DE JUNHO DE 2018.

"Regulamenta o horário de funcionamento dos serviços públicos municipais em dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol durante a Copa do Mundo 2018."

O Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, o Sr. **Silvio José de Morais Filho**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

Considerando a realização dos jogos da Copa do Mundo FIFA Rússia 2018, no período compreendido entre o dia 22 de junho a 27 de junho de 2018, e a participação da Seleção Brasileira de Futebol no Mundial:

Considerando tratar-se de um evento que por sua tradição possui significativa importância para o povo brasileiro:

Considerando a necessidade de planejamento das atividades, para uma melhor prestação dos serviços municipal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo nos órgãos da Administração Pública Municipal, no dia 22/06/2018 (Sexta-Feira), em virtude do jogo Brasil x Costa Rica e dia 27/06/2018 (Quarta- Feira), em virtude do jogo Brasil x Sérvia.

Obs: Se o jogos for no período Matutino ponto facultativo somente nas Secretárias que trabalham no horário matutino, se os jogos forem no período vespertino, ponto facultativo somente nas secretarias que trabalham no período vespertino.

Art. 2º - O disposto neste Decreto não se aplica aos plantões necessários às atividades de caráter essencial, tais como: saúde, coleta de lixo e manutenção de distribuição de água.

Art.3º - O horário de expediente dos serviços de educação será regulamentado em ato próprio da Secretaria Municipal de Educação.

Art.4º - Este Decreto entra em Vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA.

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL 100/2018 DE 21 DE JUNHO DE 2018.

DECRETO MUNICIPAL 100/2018 DE 21 DE JUNHO DE 2018.

"Dispõe sobre a revogação do decreto 096/2018 de regulamentação do horário de funcionamento dos serviços públicos municipais em dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol durante a Copa do Mundo 2018

O Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, Srº. **Silvio José de Morais Filho**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 096/2018 da regulamentação do Horário de Funcionamento dos Serviços Públicos Municipais em dias de jogos da Seleção Brasileira durante a Copa do Mundo 2018.

Art. 2º - **-** Registra, Publica e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA MT.

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
ERRATA DA PORTARIA 117 2018

DISPÕE SOBRE ERRATA DA PORTARIA Nº 117/2018, NOMEAÇÃO POR MUDANÇA DE REGIME DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE A ENDEMIAS, PUBLICADA EM 08/05/2018.

No art. 1.º, onde se lê: "Nomear por mudança de regime, tornando os efetivos, os **Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates às Endemias,** abaixo relacionados, com base na Lei Municipal nº 1.278/2017 em seu Anexo I, a partir de 01 de maio de 2018".

Leia-se: "Nomear por mudança de regime, tornando os efetivos, os **Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates às Endemias,** abaixo relacionados, com base na Lei Municipal nº 1.278/2017 em seu Anexo I, a partir de 02 de maio de 2018".

No art. 2.º, onde se lê: "Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/05/2018, revogadas as disposições em contrário"

Leia-se: "Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/05/2018, revogadas as disposições em contrário"

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e um (21) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA 117 2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO POR MUDANÇA DE REGIME DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE A ENDEMIAS CONFORME A LEI MUNICIPAL Nº 1.278/2017.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - Nomear por mudança de regime, tornando os efetivos, os **Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates às Endemias,** abaixo relacionados, com base na Lei Municipal nº 1.278/2017 em seu Anexo I, a partir de 02 de maio de 2018.

Agentes Efetivados	Cargo	Micro Área
Cleonilda Pedro da Silva	ACS	26
Eliane Fernandes dos Santos	ACS	16
Elizabeth Fernandes da Silva	ACS	07
Érica Alves da Silva	ACS	09
Joaquim Domiciano	ACS	25
Juliana de Jesus	ACE	
Lucineia da Silva Oliveira	ACS	08
Luzinete Oliveira Vieira Januário	ACS	15
Maria Auxiliadora Costa Borges	ACE	
Maria do Carmo Damacena Santos	ACS	29
Maria Helena da Silva Neves	ACS	31
Maria Sônia da Silva Pereira	ACS	13

Nilda Honorato Moreira	ACS	27
Rosenilde dos Anjos Gomes	ACS	32
Vanusa Alves Pereira dos Santos	ACS	01

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/05/2018, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos sete (07) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE ABERTURA DO PREGAO PRESENCIAL 038/2018

O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público aos interessados que fará realizar, no dia **09 de julho de 2018, às 09h00min** (Horário Oficial de Mato Grosso), na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada à Avenida Prefeito Caio nº. 642, Vila Nova, neste Município de Arenápolis-MT. O **PREGÃO PRESENCIAL 038/2018,** com a finalidade de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 03 (TRES) MOTOS E BICICLETAS PARA O SORTEIO REFERENTE A CAMPANHA DA NOTA PREMIADA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT.** O edital completo esta disponível no site **www.arenapolis.mt.gov.br**. Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal durante o horário normal de expediente das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, ou através do telefone: (65) 3343-1105.

Arenápolis- MT, 21 de junho de 2018.

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

AVISO DE PREGAO PRESENCIAL 037/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE UM MEDICO (ORTOPEDISTA) PARA ATENDIMENTO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ORTOPEDIA AOS PACIENTES QUE NECESSITAM NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT.

Data da Abertura: Ás **09:00 horas, do dia 06 de julho de 2018**.

Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet, site www.arenapolis.mt.gov.br.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8. 883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Arenápolis- MT, 21 de junho de 2018.

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
DECRETO 013.2018

DECRETO N.º 013/2018

Data: 21 (vinte e um) de junho de 2018

EMENTA: DIVULGA PONTO FACULTATIVO E ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE QUE SERÃO OBSERVADOS PELO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT DURANTE A PARTICIPAÇÃO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO FIFA 2018.

CONSIDERANDO a Copa do Mundo como evento tradicional apreciado pela maioria dos brasileiros em especial a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018;

CONSIDERANDO o princípio da continuidade do serviço público, a exigir a manutenção dos serviços essenciais, assim como a uniformidade na conduta entre os diversos órgãos da Administração Direta e Indireta dos entes da federação;

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, Prefeito do Município de Arenápolis – MT, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal, com fulcro na Lei Orgânica do Município de Arenápolis/MT.

RESOLVE:

Art. 1º-Declarar ponto facultativo o dia 22.06.2018 (sexta-feira) em virtude do jogo Brasil x Costa Rica.

Art. 2º - Os serviços essenciais como coleta de lixo, limpeza pública, Saúde pública, e outros que não admitem paralisação funcionarão normalmente.

Art. 3º - Esse Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário;

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Paço Municipal de Arenápolis/MT, aos 21 (vinte e um) dias de junho de 2018(dois mil e dezoito).

_____

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
PORTARIAS Nº 067.2018 ATE 086.2018

P O R T A R I A Nº. 067/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares a servidora ***Maria de Fátima dos Santos*,** brasileira, casada, **Gari**, portadora do **RG. nº.** 11259183 SSP/MT e **CPF. nº.** 000.753.581-31, referente aos períodos de 2016/2017 e 2017/2018, a partir do dia 02 de maio de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 02 dia do mês de maio de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 068/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

Reintegrar e Conceder

Licença Maternidade a servidora ***Danieli Aparecida Rodrigues Alves*****,** brasileira, solteira, **Agente Comunitária de Saúde**, portadora do **RG. nº.** 1460782-4 SSP/MT e **CPF. nº.** 006.063.181-35, a partir de 01 de Maio de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 02 dia do mês de maio de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 069/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Licença Maternidade a servidora contratada ***Ozieli Lauriano de Souza*****,** brasileira, casada, **Monitora**, portadora do **RG. nº.** 17239338 SSP/MT e **CPF. nº.** 051.227.931-40, a partir de 04 de Maio de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 02 dia do mês de maio de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 070/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

20 dias de *Férias Regulamentares e 10 dias de Férias Remuneradas* a servidora ***Gerônima Gomes Moreira*****,** brasileira, casada, **Gari**, portadora do **RG. nº.** 588.3743 SSP/MT e **CPF. nº.** 593.898.691-53, referente ao período de 2013/2014, a partir do dia 02 de maio de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 02 dia do mês de maio de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 071/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

20 dias de *Férias Regulamentares e 10 dias de Férias Remuneradas* aos servidores da Secretaria Municipal de Administração conforme segue:

Funcionário Período

Elizabeth Ap. de Freitas Carvalho	2015/2016
Rodrigo Paula Oliveira	2015/2016

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 02 dia do mês de maio de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 072/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares a servidora ***Ana Paula Pereira Damacena*****,** brasileira, casada, **Auxiliar de Serviços Gerais**, portadora do **RG. nº.** 2319203-8 SSP/MT e **CPF. nº.** 041.509.311-27, referente ao período de 2015/2016, a partir do dia 02 de maio de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 02 dia do mês de maio de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 073/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares ao servidor ***Hudson José Louzada Vieira*****,** brasileiro, casado, **Auxiliar de Serviços Gerais**, portador do **RG. nº.** 1531231-3 SSP/MT e **CPF. nº.** 003.876.441-56, referente ao período de 2015/2016, a partir do dia 02 de maio de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 02 dia do mês de maio de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 074/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares a servidora ***Jucinei Marques Ribeiro*****,** brasileira, casada, **Diretora CIMPLAF**, portadora do **RG. nº.** 881.419 SSP/MT e **CPF. nº.** 559.469.681-49, referente ao período de 2016/2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 02 dia do mês de maio de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 075/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

DESIGNAR

O Servidor Sr. **Weimar Pereira da Silva**,brasileiro, casado, portador do **RG. nº** 0291705-0 SJ/MT e **CPF nº.** 229.588.861-15, residente e domiciliado nesta cidade de Arenápolis – MT, Para exercer suas funções profissionais junto ao **CAE - Coordenador de Atendimento Empresarial e Agente de Desenvolvimento Local,** vinculado e subordinado Secretaria de Administração com remuneração específica na DAS – 3 conforme o PCCS do município, a partir do dia 01 de maio de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis aos 18 dias do mês de maio de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 076/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

E X O N E R A R

A pedido o servidor contratado através do contrato 017/2018 ***Antonio João da Silva Souza*****,** brasileiro, solteiro, **Professor de Educação Física**, portadora do **RG. nº.** 2319186-4 SSP/MT e **CPF. nº.** 038.107.011-57, mediante a convocação para posse de Concurso Público.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 18 dias do mês de maio de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 077/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares ao servidor ***Astério Ferreira Lemos*****,** brasileiro, casado, **Motorista**, portador do **RG. nº.** 04933626 SSP/RJ e **CPF. nº.** 590. 513.537-15, referente ao período de 2016/2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 02 dia do mês de maio de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 078/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

E X O N E R A R

A servidora ***Maria Inez Timóteo Pereira*****,** brasileira, solteira, **Agente de Apoio Ocupacional**, portadora do **RG. nº.** 1929788-8 SSP/MT e **CPF. nº.** 206.671.401-15, conforme Aposentadoria concedida por Idade através do NB.181.822.515-5.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 18 dias do mês de maio de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 079/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

Suspender e Conceder

Licença Prêmio concedida a funcionária ***Cristiane Nunes Reche,*** brasileira, casada, **Professora**, portadora do **RG. nº.** 13327453 SSP/MT e **CPF. nº.** 927.205.441-91, e **Conceder *Afastamento para Tratamento de Interesse Particular sem remuneração por um período de 2 anos***, a partir do dia 24 de Maio de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 23 dias do mês de maio de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 080/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Gratificação de 25% conforme o Plano de Cargo e Salário Municipala funcionária ***Ivete Avelino Dantas de Souza,*** brasileira, casada, **Agente Administrativo**, portadora do **RG. nº.** 08933545 SSP/MT e **CPF. nº.** 459.949. 941-20, Conforme serviços prestados na alimentação dos Convênios e G-Obras Municipais.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 23 dias do mês de maio de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 081/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

20 Dias de Férias Regulamentares e 10 Dias de Férias Remuneradas a funcionária ***Luciana de Souza Barreto,*** brasileira, casada, **Coordenadora de Compras e Almoxarifado**, portadora do **RG. nº.** 0775.246-2 SSP/MT e **CPF. nº.** 481.946.891-04, referente ao período de 2017/2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 04 dias do mês de junho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 082/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares a funcionária ***Maria Sônia Marques de Souza,*** brasileira, casada, **Auxiliar de Serviços Gerais**, portadora do **RG. nº.** 1892746-7 SSP/MT e **CPF. nº.** 021.340.751-55, referente ao período de 2014/2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 04 dias do mês de junho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 083/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares ao funcionário ***José Rodrigues da Silva,*** brasileiro, casado, **Auxiliar de Serviços Gerais**, portador do **RG. nº.** 11194308 SSP/MT e **CPF. nº.** 810.457.941-04, referente ao período de 2014/2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 04 dias do mês de junho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 084/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares a funcionária ***Eliane Maria Miguel,*** brasileira, casada, **Agente Comunitária de Saúde**, portadora do **RG. nº.** 11194308 SSP/MT e **CPF. nº.** 810.457.941-04, referente ao período de 2014/2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 04 dias do mês de junho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 085/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

20 dias de Férias Regulamentares e 10 dias de Férias Remuneradas a funcionária ***Marinalva Fernandes Beato*** brasileira, desquitada, **Agente Administrativa**, portadora do **RG. nº.** 07408997 SSP/MT e **CPF. nº.** 535.147.181-72, referente ao período de 2017/2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 04 dias do mês de junho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 086/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Licença Maternidade a funcionária ***Ana Paula Pereira Damacena,*** brasileira, casada, **Auxiliar de Serviços Gerais**, portadora do **RG. nº.** 23192038 SSP/MT e **CPF. nº.** 041.509.311-27, devido o nascimento de sua filha Gabriela Oliveira Damacena.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 04 dias do mês de junho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 032/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA NA GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE, GERENCIAMENTO FINANCEIRO DO BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA, FINANCIAMENTO DO SUS, PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA, VERIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E PROGRAMAS MS NA ATENÇÃO BÁSICA, PROTOCOLOS ASSISTENCIAIS, TREINAMENTO DA UTILIZAÇÃO DOS BLOCOS DE FINANCIAMENTOS, ORGANIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM SAÚDE, PADRONIZAÇÃO DE MATERIAIS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CAPTAÇÃO DE RECURSOS, LICITAÇÕES EM SAÚDE, MONITORAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SISPACTO, QUALIFICAÇÃO ESTRATÉGICA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E CAPACITAÇÕES, VOLTADAS PARA EQUIPES DA SMS DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS– MT.

Data da realização: 21/06/2018.

Empresa vencedora: **FACILITA – GESTÃO PUBLICA BRASIL EIRELI,** inscrita no CNPJ sob Nº **17.286.917/00001-05,** no valor total de **R$ R$ 28. 000,00 (vinte e oito mil reais).**

ARENÁPOLIS - MT, 21 de junho de 2018.

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 031/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAUDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, CONFORME A PROPOSTA Nº 11344.687000/1170-02/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Data da realização: 21/06/2018.

Empresa vencedora: **DENTAL ALTA MOGIANA – COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob Nº **05.375.249/0001-03**, vencedora no valor total de **R$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais).**

ARENÁPOLIS - MT, 19 de junho de 2018.

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2018

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2018

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA***, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares,* **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **MERCATIL CANOPUS COMERCIO DE MOTOCICLETAS LTDA,** inscrita no **CNPJ Nº.02.974.456/0006-92**, com sede na Avenida JK, nº 2087 – Bairro: Expansão Comercial, município de Juína, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78320-000, Telefone: (066) 3566-8100, representada pelo seu sócio **Sr.Marcos Roberto Cruz**, portador do **RG Nº 12.837.155-SSP/SP** e **CPF Nº. 207. 545.151-68,** *nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da* ***Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável****, e em conformidade com as disposições a seguir.*

1. DO MATERIAL – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, MARCA E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	694335	MOTOCICLETA 0KM, ANO/MODELO TRAIL 2018, COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS MINIMAS: CAPACIDADE DO TANQUE MINIMA 12 LITROS MOTOR OHC MONOCILINDRICO, 4TEMPOS, ARREFECIDO A AR, DE NO MINIMO 160.CC, POTENCIA MAXIMA14.6 CV A 8.500RPM, A FLEX.	Un.	02	HONDA	12. 870,00	25. 740,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 21 de Junho de 2018.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

MERCATIL CANOPUS COMERCIO DE MOTOCICLETAS LTDA

CNPJ Nº. 02.974.456/0006-92

Marcos Roberto Cruz

CPF Nº. 207.545.151-68

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº. 137/2018

Autor: Poder Executivo

SÚMULA:

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER A ISENÇÃO DA TAXA DE LICENÇA PARA ABATE DE ANIMAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à isenção da Taxa de Licença Para Abate de Animais dos estabelecimentos de abate e industrialização de animais produtores de carnes, com sede no Município de Aripuanã-MT.

Art. 2º **Para fazer jus a isenção autorizada no artigo anterior os** estabelecimentos **beneficia**dos deverão atender aos seguintes requisitos:

I – Comprovar a criação de no mínimo 10 (dez) empregos diretos, mediante encaminhamento de cópia do Livro de Registro de Empregado para a Secretaria de Administração do Município. (Suprimido pela Emenda Supressiva n° 002/2018).

II - *Comprovar a regularidade fiscal perante a Receita Federal, Estadual e Municipal;*

III - *Requerer a isenção junto a Secretaria Municipal de Finanças, anualmente.*

Parágrafo Único - *Caso* o beneficiário não atenda a qualquer dos requisitos acima enumerados o beneficio fiscal será cancelado*, passando a incidência do tributo para 100% (cem por cento) da base de cálculo.*

Art. 3º - A fiscalização do beneficio ora concedido será de competência da Secretaria Municipal de Finanças, devendo, o controle da renúncia da receita constante do artigo 1º desta Lei ser efetuado pela Controladoria do Sistema de Controle Interno, a fim de compor o Relatório Anual do Balanço, na forma do Art. 5º, da Instrução Normativa TCE Nº 002, de 17 de fevereiro de 2004.

Art. 4º - A presente isenção se dará até 31 de dezembro de 2019.

Art. 5º - Fica o Executivo Municipal autorizado a editar as normas necessárias a regulamentação da presente lei.

Art. 6º **Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 21 de junho de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Excelentíssimo Senhor Presidente

Senhores Vereadores

É com enorme prazer, que novamente nos reportamos a esta Casa, para submeter a apreciação dos Senhores Vereadores, projeto de lei que: **"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER A ISENÇÃO DA TAXA DE LICENÇA PARA ABATE DE ANIMAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O objetivo do presente projeto é o incentivo fiscal para que os estabelecimentos de abate e industrialização de animais produtores de carnes, com sede em nosso Município voltem a funcionar.

A iniciativa beneficia não tão somente as empresas beneficiárias, mas, principalmente o Município com o aumento de sua Arrecadação, tendo em vista o recolhimento do ICMS.

Outro ponto importante a destacar é que o funcionamento do empreendimento beneficiário da Taxa de Licença para Abate de Animais, diz respeito à Vigilância Sanitária, uma vez que a população local terá à sua disposição para consumo "carne inspecionada".

Destaca se ainda que, uma vez reaberto o empreendimento abatedor de animais, resultará na criação de empregos diretos e indiretos, com oportunidade e aumento de renda dos trabalhadores.

Por fim, cumpre informar que as alterações propostas implicam em renúncia de receita que foram objeto de analise mediante estudo de impacto orçamentário conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pelo exposto, submeto o presente Projeto de Lei Complementar para apreciação dos Nobres Vereadores dessa Casa de Leis e conto com o apoio dos pares para a aprovação da matéria.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 21 de junho de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2018

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2018

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

*A*os **vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **LP COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - EPP**inscrita no **CNPJ Nº. 10.832.896/0001-29** com sede na Rua Fenelon Mueller, nº 173, Bairro: Dom Aquino, município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso - CEP Nº. 78.015. 090 Telefone: (065) 3027-2090 representada pela sócia Proprietária **Srª. Patrícia Pompeu Rodrigues**, portador do **RG nº 0985791-5 SSP/MT** e **CPF nº 782.541.321-00,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3. 931/2001, dos Decretos Municipais 1.392/2008, Decreto nº. 1.729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8. 666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, MARCA E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a marca, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	CÓD. ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT. REGISTRADO	V. TOTAL UNIT.
1	59062	AGULHA DE SUTURA GR 04 CILINDRICA C/ 12	PROCARE	PACOTE	10	28,00	280,00
2	59063	AGULHA DE SUTURA GR 16 CILINDRICA C/12 UNIDADE	PROCARE	PACOTE	10	28,00	280,00
3	59064	AGULHA DE SUTURA GR 8 CILINDRICA C/12 UNIDADE	PROCARE	PACOTE	10	28,00	280,00
4	6648	AGULHA DESC 13X4,5 C/100 UN.	LABOR	CAIXA	400	10,70	4. 280,00
5	48887	ALAVANCA APICAL RETA 3602	GOLGRAN	UNIDADE	20	41,00	820,00
6	53009	ALAVANCA DE SELDIN ESQUERDA N.1 L ADULTO	GOLGRAN	UNIDADE	20	41,00	820,00
7	53011	ALAVANCA DE SELDIN MEIA CANA INFANTIL	GOLGRAN	UNIDADE	20	41,00	820,00
8	53006	ALAVANCA DE SELDIN N.2 ADULTO	GOLGRAN	UNIDADE	20	41,00	820,00
9	693772	ALCOOL 70% 1000 ML	SANTA CRUZ	UNIDADE	600	5,95	3. 570,00
10	20428	ALCOOL 70% 1000ML	SANTA CRUZ	UNIDADE	3. 000	5,95	17. 850,00
11	9580	ALMOTOLIA ESCURA 250ML	JPROLAB	UNIDADE	200	3,20	640,00
12	10978	ALMOTOLIA ESCURA 500ML	JPROLAB	UNIDADE	200	3,80	760,00
13	684519	ALMOTOLIA TRANSPARENTE CLARA 500ML	JPROLAB	UNIDADE	200	3,55	710,00
14	684476	ANESTESICO ODONTOLIGICO 3% (CLORIDRATO DE LIDOCAINA A 30MG/ML COM HERMITARTARATO DE NOREPINEFROINA 0.04 MG/ML) C/50 AMP. 1,8ML.	DLA	CAIXA	300	67,40	20. 220,00
15	47104	APLICADOR DE AMALGAMA DE PLASTICO DUPLO	MAQUIRA	UNIDADE	100	11,95	1. 195,00
16	20432	ATADURA DE CREPE 10CMX4,5MTS CONTENDO 13 FIOS PCT C/12.	POLARFIX	PACOTE	2. 000	9,99	19. 980,00
17	684522	ATADURA GESSADA RAPIDA 08CM X 3MT	POLARFIX	UNIDADE	400	1,30	520,00
18	12202	ATADURA GESSADA RAPIDA 10CM X 3 M	POLARFIX	UNIDADE	800	1,82	1. 456,00
19	693970	ATADURA GESSADA RAPIDA 15 CM X 3.0 M	POLARFIX	UNIDADE	800	2,74	2. 192,00
20	693972	ATADURA GESSADA RAPIDA 20 CM X 3.0 M	POLARFIX	UNIDADE	800	4,62	3. 696,00

21	38240	ATADURA ORTOPEDICA 100% ALGODAO 10 CM X 1M C/ 12	POLARFIX	PACOTE	200	6,80	1.360,00
22	38239	ATADURA ORTOPEDICA 100% ALGODAO 15 CM X 1M C/ 12	POLARFIX	PACOTE	200	10,20	2.040,00
23	690897	BACIA INOX HOSPITALAR 180X180	FORTINOX	UNIDADE	15	85,94	1.289,10
24	690896	BACIA INOX HOSPITALAR 210X210	FORTINOX	UNIDADE	15	90,00	1.350,00
25	45960	BROCA DIAMANTADA 1012	FAVA	UNIDADE	120	2,49	298,80
26	53025	BROCA DIAMANTADA 1013	FAVA	UNIDADE	120	2,49	298,80
27	53031	BROCA DIAMANTADA 1013	FAVA	UNIDADE	120	2,49	298,80
28	38248	BROCA DIAMANTADA 1014	FAVA	UNIDADE	120	2,90	348,00
29	53029	BROCA DIAMANTADA 1015	FAVA	UNIDADE	120	2,49	298,80
30	45961	BROCA DIAMANTADA 1031	FAVA	UNIDADE	120	2,49	298,80
31	53030	BROCA DIAMANTADA 1036	FAVA	UNIDADE	120	2,49	298,80
32	53035	BROCA DIAMANTADA 1094	FAVA	UNIDADE	120	2,90	348,00
33	45962	BROCA DIAMANTADA 1095	FAVA	UNIDADE	120	2,49	298,80
34	53020	BROCA DIAMANTADA 1112 F	FAVA	UNIDADE	120	2,90	348,00
35	53021	BROCA DIAMANTADA 1112 FF	FAVA	UNIDADE	120	2,90	348,00
36	53022	BROCA DIAMANTADA 1190 F	FAVA	UNIDADE	120	2,90	348,00
37	53027	BROCA DIAMANTADA 1342	FAVA	UNIDADE	120	2,90	348,00
38	53028	BROCA DIAMANTADA 2135	FAVA	UNIDADE	120	2,90	348,00
39	53032	BROCA DIAMANTADA 2135 F	FAVA	UNIDADE	120	2,90	348,00
40	53033	BROCA DIAMANTADA 2135 FF	FAVA	UNIDADE	120	2,90	348,00
41	53026	BROCA DIAMANTADA 3070	FAVA	UNIDADE	120	2,90	348,00
42	684483	BROCA DIAMANTADA 3118	FAVA	UNIDADE	120	2,90	348,00
43	53019	BROCA DIAMANTADA 3168 F	FAVA	UNIDADE	120	2,90	348,00
44	53018	BROCA DIAMANTADA 3168 FF	FAVA	UNIDADE	120	2,90	348,00
45	684484	BROCA DIAMANTADA 3193	FAVA	UNIDADE	120	2,90	348,00
46	53023	BROCA DIAMANTADA 3195 F	FAVA	UNIDADE	120	2,90	348,00
47	53024	BROCA DIAMANTADA 3203	FAVA	UNIDADE	120	2,90	348,00
48	53034	BROCA DIAMANTADA 3233	FAVA	UNIDADE	120	2,90	348,00
49	53036	BRUNIDOR DE AMALGMA N.29	GOLGRAN	UNIDADE	30	11,96	358,80
50	37351	BRUNIDOR DE AMALGMA N.33	GOLGRAN	UNIDADE	30	13,15	394,50
51	53037	BRUNIDOR DE AMALGMA N.6	GOLGRAN	UNIDADE	30	11,96	358,80
52	53045	CALCADOR CLEV.DENT N.21	GOLGRAN	UNIDADE	30	11,96	358,80
53	53070	CALCADOR HOLEMBACK N.2	GOLGRAN	UNIDADE	30	11,96	358,80
54	53069	CALCADOR HOLEMBACK N.3 S	GOLGRAN	UNIDADE	30	11,90	357,00
55	684485	CANETA ALTA ROTACAO EXTRA TORQUE	DENTSCLER	UNIDADE	30	496,00	14.880,00
56	18828	CATETER INTRAVENOSO (ABOCAT) N.18	LABOR	UNIDADE	800	1,07	856,00
57	9562	CATETER P/ OXIGENIO TIPO OCULOS ADULTO	MEDSONDA	UNIDADE	400	1,46	584,00
58	690935	CINTO PARA PRANCHA COLORIDOS C/ 3 PECAS	SG	UNIDADE	20	27,00	540,00
59	46015	COLETOR DE MATERIAL PARA EXAME 80 ML ESTERIL C/500	JPROLAB	CAIXA	30	255,00	7.650,00
60	54288	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 13LT	SAFEPACK	UNIDADE	1.500	5,50	8.250,00
61	20497	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 13LTS	SAFEPACK	UNIDADE	1.000	5,50	5.500,00
62	19157	COMPRESSA DE GAZE PCT. C/ 500 DE 7.5CM C/ 8 DOBRAS E 5 CAMADAS 9 FIOS	CLEAN	PACOTE	2.000	15,40	30.800,00
63	690596	CONJUNTO DE UMIDIFICACAO TAMPA DE NYLON PORCA METAL FRASCO PVC OXIGENIO 250ML C/MASCARA ADULTO.	PROTEC	UNIDADE	20	38,20	764,00
64	46664	CONJUNTO PARA NEBULIZACAO ADULTO EM LINHA DE AR COMPRIMIDO CONECTOR AMARELO 3/4-16 UNF	DARU	UNIDADE	30	8,00	240,00
65	46667	CONJUNTO PARA NEBULIZACAO ADULTO EM LINHA DE OXIGENIO CONEC-TOR VERDE 9/16-18 UNF	DARU	UNIDADE	15	8,00	120,00
66	46666	CONJUNTO PARA NEBULIZACAO INFANTIL EM LINHA DE AR COMPRIMIDO CONECTOR AMARELO 3/4-16 UNF	DARU	UNIDADE	30	8,00	240,00
67	46668	CONJUNTO PARA NEBULIZACAO INFANTIL EM LINHA DE OXIGENIO CONEC-TOR VERDE 9/16-18 UNF	DARU	UNIDADE	15	8,00	120,00
68	684531	CUBA ASSEPCIA INOX 9X5,5CM	FORTINOX	UNIDADE	30	14,90	447,00
69	693739	DRENO DE PENROSE ESTERIL E INDIVIDUAL Nº 01	WALTEX	UNIDADE	360	2,00	720,00
70	693740	DRENO DE PENROSE ESTERIL E INDIVIDUAL Nº 02	WALTEX	UNIDADE	360	2,50	900,00
71	671326	EQUIPO MACRO GOSTAS DE INFUSAO GRAVITACIONAL C/ DISPOSITIVO P/ ENTRADA DE AR C/ FILTRO	LABOR	UNIDADE	250	1,79	447,50
72	671328	EQUIPO PARA ALIMENTACAO ENTERAL	MEDSONDA	UNIDADE	500	1,74	870,00
73	10759	ESFIGNOMANOMETRO APARELHO PARA AFERIR PRECAO ARTERIAL C/ BRAÇADEIRA, MANGUITO E PERA.RESITENTE DE BOA QUALIDADE.	PREMIUM	UNIDADE	230	97,20	22.356,00
74	24784	ESPARADRAPO ROLO 10CMX4,5MTS C/ CAPA	CIEX	UNIDADE	2.400	7,95	19.080,00
75	53051	ESPATULA 24 F	GOLGRAN	UNIDADE	30	15,30	459,00
76	53052	ESPATULA DE INSERCAO N.1 6335	GOLGRAN	UNIDADE	30	15,30	459,00
77	48891	ESPATULA DUPLA N. 07.	GOLGRAN	UNIDADE	30	15,30	459,00
78	38328	ESPECULO VAGINAL ESTERIL DESC. TAMANHO P	ADLIN	UNIDADE	10.000	1,30	13.000,00
79	690424	ESTANTE EM ARAME REVESTIDA EM PVC PARA TUBO 100 MM C/36 FUROS	CRAL	UNIDADE	200	36,00	7.200,00
80	690425	ESTANTE EM ARAME REVESTIDA EM PVC PARA TUBO 75MM C/ 36 FUROS	CRAL	UNIDADE	200	36,00	7.200,00
81	52413	FILME PARA RAIO X DE BOA QUALIDADE PARA REVELACAO MANUAL 18 X 24 CM C/100	IBF	CAIXA	50	136,50	6.825,00

82	52445	FIO ALGODAO/POLIESTER 2.0 C/AG 3/8CM C/24 RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	20	62,90	1.258,00
83	52444	FIO ALGODAO/POLIESTER 2.0 S/AG 1.5 MT C/24 RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	20	49,00	980,00
84	59171	FIO CAT GUT CROMADO 0 SEM AGULHA C/ 24 ENV 1,50 MT RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	10	109,00	1.090,00
85	52440	FIO CAT GUT CROMADO 2.0 S/AG C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	20	109,00	2.180,00
86	52446	FIO CAT GUT CROMADO 4.0 C/AG 3/8 CM 50MT C/24 ENV. RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	20	109,00	2.180,00
87	52428	FIO MONO NYLON 0 C/AG 3 CORTANTE C/24 45 CM	TECHNOFIO	CAIXA	20	48,46	969,20
88	671331	FIO MONO NYLON 3.0 C/ AG 2 CORTANTE C/24 45 CM	TECHNOFIO	CAIXA	50	44,10	2.205,00
89	671333	FIO MONO NYLON 4.0 C/ AG 3 CORTANTE C/24 45 CM	TECHNOFIO	CAIXA	50	44,10	2.205,00
90	19392	FIXADOR CITOLOGICO SOLUÇAO SPRAY 100ML	ADLIN	UNIDADE	100	7,98	798,00
91	7718	FIXADOR PARA RAIO X MANUAL CX 4x2.08 P/ FAZER 4x9.5	IBF	CAIXA	40	277,00	11.080,00
92	53060	FORCEPS ADULTO N.01	GOLGRAN	UNIDADE	20	82,00	1.640,00
93	53065	FORCEPS ADULTO N.150	GOLGRAN	UNIDADE	20	82,00	1.640,00
94	53066	FORCEPS ADULTO N.151	GOLGRAN	UNIDADE	20	82,00	1.640,00
95	53061	FORCEPS ADULTO N.16	GOLGRAN	UNIDADE	20	82,00	1.640,00
96	53062	FORCEPS ADULTO N.17	GOLGRAN	UNIDADE	20	82,00	1.640,00
97	53064	FORCEPS ADULTO N.18 L	GOLGRAN	UNIDADE	20	82,00	1.640,00
98	53063	FORCEPS ADULTO N.18 R	GOLGRAN	UNIDADE	20	82,00	1.640,00
99	53068	FORCEPS ADULTO N.65	GOLGRAN	UNIDADE	20	82,00	1.640,00
100	53067	FORCEPS ADULTO N.69	GOLGRAN	UNIDADE	20	82,00	1.640,00
101	53055	FORCEPS INFANTIL N.1	GOLGRAN	UNIDADE	20	82,00	1.640,00
102	53059	FORCEPS INFANTIL N.101	GOLGRAN	UNIDADE	20	82,00	1.640,00
103	53056	FORCEPS INFANTIL N.2	GOLGRAN	UNIDADE	20	82,00	1.640,00
104	53057	FORCEPS INFANTIL N.3	GOLGRAN	UNIDADE	20	82,00	1.640,00
105	53058	FORCEPS INFANTIL N.65	GOLGRAN	UNIDADE	20	82,00	1.640,00
106	53072	FOSFATO DE ZINCO LIQ.10 ML	MAQUIRA	UNIDADE	30	18,00	540,00
107	53071	FOSFATO DE ZINCO PO 28 GR.	MAQUIRA	UNIDADE	30	18,00	540,00
108	671329	FRALDA DESC. GERIATRICA TAM GG C/ 07	DESCARPACK	PACOTE	200	11,60	2.320,00
109	19339	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA TAM. G C/7 UN.	DESCARPACK	PACOTE	200	11,60	2.320,00
110	693973	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA TAM. M C/7	DESCARPACK	PACOTE	200	11,60	2.320,00
111	7867	GEL ELETROCONDUTOR P/ ULTRASSONOGRAFIA, GALAO C/ 5KG	ADLIN	UNIDADE	40	29,20	1.168,00
112	671284	HEMOSTATICO LIQUIDA FR. 10 ML	MAQUIRA	UNIDADE	30	21,30	639,00
113	9597	KIT PARA CITOLOGIA(ESCOVA CERV. ESPATULA DE AYRE)	ADLIN	UNIDADE	5.000	0,54	2.700,00
114	690453	LUVA DE PROCEDIMENTO C/ PO TAM. G	MEDIX	CAIXA	800	23,50	18.800,00
115	12229	LUVA DE PROCEDIMENTO G C/ PO C/100	MEDIX	CAIXA	3.000	23,50	70.500,00
116	690936	MACA EM POLIPROPILENO (PRANCHAS)	SG	UNIDADE	10	520,00	5.200,00
117	52453	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ROLO C/04 CM LARG.X5 MT	MSO	UNIDADE	10	4,56	45,60
118	52451	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ROLO C/06 CM LARG.X5 MT	MSO	UNIDADE	25	5,50	137,50
119	52454	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ROLO C/08 CM LARG.X5 MT	MSO	UNIDADE	10	6,64	66,40
120	52452	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ROLO C/10 CM LARG.X5 MT	MSO	UNIDADE	25	7,24	181,00
121	52455	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ROLO C/15 CM LARG.X5 MT	MSO	UNIDADE	10	12,00	120,00
122	52450	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ROLO C/20 CM LARG.X5 MT	MSO	UNIDADE	10	15,04	150,40
123	47097	MICRO APLICADORES DESCARTAVEIS TIPO FINO C/ 100UN	FGM	CAIXA	800	13,80	11.040,00
124	22531	PAPAGAIO DE INOX	FORTINOX	UNIDADE	15	91,20	1.368,00
125	693994	PAPEL 216 X 30 (BOBINA PARA ELETROCARDIOGRAMA)	DARU	UNIDADE	50	48,30	2.415,00
126	11143	PAPEL CARBONO PARA ARTICULACAO C/12 FOLHAS	ANGELUS	UNIDADE	50	3,95	197,50
127	671354	PAPEL CREPADO 30 CM X 30 CM C/500 UNIDS	CIEX	CAIXA	100	96,00	9.600,00
128	53075	PASTA PROFILATICA 50 GR.	MAQUIRA	UNIDADE	30	9,20	276,00
129	684491	PEDRA-POMES EXTRAFINA PARA USO ODONTOLOGICO 100GR (POTE)	MAQUIRA	UNIDADE	20	9,60	192,00
130	48898	PINCA ANATOMICA DENTE DE RATO 14CM.	GOLGRAN	UNIDADE	30	14,55	436,50
131	48846	PINCA CLINICA PARA ALGODAO N. 02.	GOLGRAN	UNIDADE	30	17,48	524,40

132	48895	PINCA KELLY CURVA 14CM.	GOLGRAN	UNIDADE	30	33,94	1.018,20
133	691610	PINCA KELLY RETA 14CM	GOLGRAN	UNIDADE	60	33,94	2.036,40
134	48894	PINCA KELLY RETA 14CM.	GOLGRAN	UNIDADE	30	33,94	1.018,20
135	53081	PLACA DE VIDRO 6 MM	GOLGRAN	UNIDADE	30	12,70	381,00
136	53082	PORTA AGULHA MATHEU 20 CM	GOLGRAN	UNIDADE	30	91,40	2.742,00
137	48900	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE.	GOLGRAN	UNIDADE	30	38,28	1.148,40
138	19284	PRESERVATIVO SEM LUBRIFICACAO C/144 P/ REALIZACAO DE EXAMES	INOVATEX	CAIXA	40	61,00	2.440,00
139	24790	PULSEIRA P/ RECEM NASCIDO,CORES VARIADAS	ADLIN	UNIDADE	800	0,57	456,00
140	693966	REVELADOR PARA RAIO X MANUAL, CX C/ 4X2.08 LTRS. PARA FAZER 4X9.5 LTRS	IBF	CAIXA	40	563,50	22.540,00
141	24791	SACO PLASTICO BRANCO REFORCADO P/ LIXO HOSP. 100L C/100	RAVA	PACOTE	200	43,90	8.780,00
142	20503	SACO PLASTICO BRANCO REFORCADO P/ LIXO HOSP. 40L C/100	RAVA	PACOTE	200	28,00	5.600,00
143	48841	SELANTE PARA FOSSULAS FISSURAS 2GR	MAQUIRA	UNIDADE	30	21,80	654,00
144	11828	SERINGA DESCARTAVEL 20ML C/ AGULHA 25X0,7	DESCARPACK	UNIDADE	60.000	0,76	45.600,00
145	690942	SINDESMOTOMO	GOLGRAN	UNIDADE	30	15,52	465,60
146	693784	SOLUCAO EVIDENCIADORA DE PLACA BACTERIANA 10 ML C/100	MAQUIRA	UNIDADE	35	11,80	413,00
147	48847	SONDA EXPLORADORA N. 05.	GOLGRAN	UNIDADE	30	11,96	358,80
148	12243	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 04	MEDSONDA	UNIDADE	100	0,78	78,00
149	10789	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 06	MEDSONDA	UNIDADE	300	0,84	252,00
150	12244	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 08	MEDSONDA	UNIDADE	100	0,88	88,00
151	19288	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 10	MEDSONDA	UNIDADE	100	0,90	90,00
152	10790	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 12	MEDSONDA	UNIDADE	100	0,92	92,00
153	10791	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 14	MEDSONDA	UNIDADE	100	0,96	96,00
154	10792	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 16	MEDSONDA	UNIDADE	100	1,10	110,00
155	10794	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 04	MEDSONDA	UNIDADE	100	1,14	114,00
156	12245	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 06	MEDSONDA	UNIDADE	100	1,16	116,00
157	690612	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 12	MEDSONDA	UNIDADE	100	1,42	142,00
158	10795	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 14	MEDSONDA	UNIDADE	100	1,44	144,00
159	15847	SONDA URETRAL N. 04	MEDSONDA	UNIDADE	2.000	0,80	1.600,00
160	681553	SONDA URETRAL N. 06	MEDSONDA	UNIDADE	3.000	0,86	2.580,00
161	681554	SONDA URETRAL N. 08	MEDSONDA	UNIDADE	3.000	0,88	2.640,00
162	10802	SONDA URETRAL N. 10	MEDSONDA	UNIDADE	6.000	0,90	5.400,00
163	681556	SONDA URETRAL N. 12	MEDSONDA	UNIDADE	6.000	0,92	5.520,00
164	10804	SONDA URETRAL N. 16	MEDSONDA	UNIDADE	300	1,08	324,00
165	10805	SONDA URETRAL N. 18	MEDSONDA	UNIDADE	300	1,20	360,00
166	10806	SONDA URETRAL N. 20	MEDSONDA	UNIDADE	200	1,30	260,00
167	10484	SORO GLICO FISIOLOGICO - 500 ML	HALEXSTAR	UNIDADE	2.000	4,75	9.500,00
168	7826	SORO GLICOFISIOLOGICO 500ML	HALEXSTAR	UNIDADE	13.000	4,75	61.750,00
169	671358	SUPORTE PARA PERFURO CORTANTE 13 LTS	DESCARPACK	UNIDADE	180	37,00	6.660,00
170	693937	TALA FACIL DE EVA GG	SG	UNIDADE	40	20,40	816,00
171	693794	TALA FACIL DE EVA M 63 X 0,9	SG	UNIDADE	40	16,20	648,00
172	693935	TALA FACIL DE EVA P 53 X 0,8	SG	UNIDADE	40	12,80	512,00
173	693743	TALA FACIL DE EVA PP 30 X 0,8	SG	UNIDADE	40	10,40	416,00
174	51533	TALA METALICA COM EPUMA P/IMOB.12X180 C/12	MSO	PACOTE	5	5,60	28,00
175	690620	TALA METALICA COM EPUMA P/MOB. 16X180 C/12	MSO	PACOTE	5	7,50	37,50
176	690621	TALA METALICA COM EPUME P/ MOB.26X180 C/ 12	MSO	PACOTE	5	12,40	62,00
177	53089	TESOURA RETA 12 CM	GOLGRAN	UNIDADE	30	24,30	729,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 21 de Junho de 2018.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

LP COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – EPP

CNPJ Nº. 10.832.896/0001-29

Patrícia Pompeu Rodrigues

CPF nº 782.541.321-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2018

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2018

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

*A*os **vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICO-HOSPITALAR LTDA-EPP,** inscrita no **CNPJ Nº. 13.994.852/0001-93**, com sede na Rua Genésio Roberto Baggio, nº. 1304, Sala 01 – Bairro: Centro, Sorriso, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.890-000, Telefone: (065) 3544-3455, representada pela sua Sócia/Proprietária **Srª. Kerli Luzia Ludwichak,** portadora do **CIP Nº. 12876 OAB/SC** e **CPF Nº. 017.657.779-33,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3.931/2001, dos Decretos Municipais 1.392/2008, Decreto nº. 1.729/2010,

Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, MARCA E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a marca, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	CÓD. ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT. REGISTRADO	V. TOTAL UNIT.
1	27892	AGUA DESTILADA ESTERIL 1000ML	CINORD	UNIDADE	240	8,35	2.004,00
2	59077	AGUA DESTILADA NAO ESTERIL 5 LITROS	CINORD	UNIDADE	500	14,00	7.000,00
3	9548	AGULHA DESC. 40MMX1,2MM C/100	LABOR IMPORT	CAIXA	200	11,00	2.200,00
4	690538	AGULHA DESC. P/ RAQUE ANESTESIA N° 26GX31/2 (90X4.5)	PROCARE	UNIDADE	400	7,40	2.960,00
5	691492	AGULHA DESCARTAVEL 25 X 08 C/100 UNIDADES	LABOR IMPORT	CAIXA	300	10,70	3.210,00
6	690539	AGULHA DESCARTAVEL PARA RAQUI ANESTESIA N° 25GX31/2	PROCARE	UNIDADE	400	7,80	3.120,00
7	53007	ALAVANCA DE SELDIN MEIA CANA	COOPERFLEX	UNIDADE	20	44,00	880,00
8	53008	ALAVANCA DE SELDIN N.1R INFANTIL	COOPERFLEX	UNIDADE	20	41,00	820,00
9	53010	ALAVANCA DE SELDIN N.2 INFANTIL	COOPERFLEX	UNIDADE	20	41,00	820,00
10	693730	ALCOOL 70% GEL 500 GR	AUDAX	UNIDADE	480	10,50	5.040,00
11	48926	AMALGAMA 2 PORCAO GS 80 PRESA REGULAR.	SDI	UNIDADE	2.500	4,00	10.000,00
12	46007	ANESTESICO (CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% SEM VASO) 20ML	HIPOFARMA	UNIDADE	2.000	4,10	8.200,00
13	693744	ANESTESICO (CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% SEM VASO) 20 ML	HIPOFARMA	UNIDADE	1.000	4,10	4.100,00
14	684477	ANESTESICO LIDOCAINA 2% C/ VASO (EPINEFRINA) 50X 1,8M.	CRISTALIA	CAIXA	100	73,00	7.300,00
15	693731	ANESTESICO LIDOCAINA SPRAY 10%	HIPOLABOR	UNIDADE	100	88,00	8.800,00
16	59068	APLICADOR DE HIDROXIDO DE CALCIO DUPLO	COOPERFLEX	UNIDADE	50	8,90	445,00
17	20433	ATADURA DE CREPE 15CMX4,5MTS, CONTENDO 13 FIOS PCT. C/12.	BIOTEXTIL	PACOTE	2.000	13,90	27.800,00
18	693974	ATADURA DE CREPE 25CMX4,5M 13 FIOS C/12.	BIOTEXTIL	PACOTE	50	18,00	900,00
19	693949	ATADURA DE CREPE 30CM X 4,5M 13 FIOS C/12	BIOTEXTIL	PACOTE	50	19,75	987,50
20	38238	ATADURA ORTOPEDICA 100% ALGODAO 20 CM X 1M C/ 12	POLARFIX	PACOTE	200	12,50	2.500,00
21	684526	BOLSA COLETORA E PLACA PROTETORA DE PELE PARA COLOSTOMIA E UROSTOMIA COM CLAMP.	HOLLISTER	UNIDADE	500	18,00	9.000,00
22	8338	BOLSA PARA COLETA DE SANGUE DUPLA C/ LINK E S/ BACTAG C/ 500ML CONSTITUIDA POR BOLSA P/ COLETA DE SANGUE C/ SOL. ANTICOAGULANTE CPDA-1, ESTERIL E APIROGENICA CONTENDO, 1 BOLSA P/ A TRASNFERENCIA DE HEMOCOMPONENTES.	JP	UNIDADE	200	4,90	980,00
23	693781	CAIXA PARA ESTERILIZACAO EM INOX 20 X 10 X 05 C/FUROS	FAMI	UNIDADE	5	53,00	265,00
24	693778	CAIXA PARA ESTERILIZACAO EM INOX 26 X 14 X 06 C/FUROS	FAMI	UNIDADE	5	56,00	280,00
25	48934	CARIOSTATICO 12% 10 ML.	IODONTOSUL	UNIDADE	30	24,00	720,00
26	671319	CATETER VENOSO CENTRAL DE POLIORETANO 16GA 1 LUMEN COMP. 21 C/ INTRODUTOR DE POLIORETANO 14GA	BD	UNIDADE	150	78,00	11.700,00
27	671322	CATETER VENOSO CENTRAL DE POLIORETANO 16GA 1 LUMEN COMP. 31 C/ INTRODUTOR DE POLIORETANO 14GA	BD	UNIDADE	150	78,00	11.700,00
28	671318	CATETER VENOSO CENTRAL DE POLIORETANO 19GA 1 LUMEN COMP. 21 C/ INTRODUTOR DE POLIORETANO 16GA	BD	UNIDADE	150	78,00	11.700,00
29	671321	CATETER VENOSO CENTRAL DE POLIORETANO 19GA 1 LUMEN COMP. 31 C/ INTRODUTOR DE POLIORETANO 16GA	BD	UNIDADE	150	78,00	11.700,00
30	671317	CATETER VENOSO CENTRAL DE POLIORETANO 22GA 1 LUMEN COMP. 21 C/ INTRODUTOR DE POLIORETANO 18GA	BD	UNIDADE	150	78,00	11.700,00
31	671320	CATETER VENOSO CENTRAL DE POLIORETANO 22GA 1 LUMEN COMP. 31 C/ INTRODUTOR DE POLIORETANO 18GA	BD	UNIDADE	150	78,00	11.700,00
32	693747	CLOREXIDINA 2% DEGERMANTE 1.000 ML (SOLUCAO C/ TENSOATIVOS)	RIOQUIMICA	UNIDADE	480	22,00	10.560,00
33	690540	COMADRE EM INOX	FAMI	UNIDADE	15	130,00	1.950,00
34	12209	COMPRESSA DE CAMPO OPERATORIO 50 X 40CM 4 CAMADAS C/ CADARÇO C/ 50	MEDIPLUS	PACOTE	50	71,00	3.550,00
35	684497	COMPRESSA DE GAZE EM ROLO 8 CAMADA 3 DOBRAS 11 FIOS 91 CMX 91 MTS	MEDIPLUS	UNIDADE	900	35,50	31.950,00
36	671310	COMPRESSA DE GAZE PCT. C/ 500 DE 7,5 CM C/ 8 DOBRAS 5 CAMADAS DE 11 FIOS	MEDIPLUS	PACOTE	1.800	16,00	28.800,00
37	48861	CONDENSADOR DE AMALGAMA N. 01	GOLGRAN	UNIDADE	30	11,00	330,00
38	48860	CONDENSADOR DE AMALGAMA N. 02	GOLGRAN	UNIDADE	30	11,00	330,00
39	53046	CONDENSADOR DE AMALGMA N.3	GOLGRAN	UNIDADE	30	11,00	330,00
40	53049	CURETA ALVEOLAR	COOPERFLEX	UNIDADE	30	13,00	390,00
41	53073	CURETA DE DENTISTA PARA OSSO N.01	COOPERFLEX	UNIDADE	35	16,00	560,00
42	24783	DETERGENTE ENZIMATICO 4 ENZIMAS(PROTEASE,AMILASE, LIPAZE E CARBOIDRASE) 1.000 ML	KELLDRIN	UNIDADE	240	28,50	6.840,00
43	684535	DISPOSITO PARA INCONTINENCIA URINARIA Nº06 COM PRESERVATIVO.	MEDSONDA	UNIDADE	5.000	1,75	8.750,00
44	693741	DRENO DE PENROSE ESTERIL E INDIVIDUAL Nº 03	INOVATEX	UNIDADE	360	2,80	1.008,00

45	47930	ELETRODO P/ ELETROCARDIOGRAMA 41 X36 MM C/ 50	VITALCOR	PACOTE	200	17,45	3.490,00
46	7851	EQUIPO MACRO GOTAS FLEX. C/ INJ LATERAL	LAMEDID	UNIDADE	22.000	1,40	30.800,00
47	693732	EQUIPO PARA BOMBA DE INFUSAO	DESCARPACK	UNIDADE	1.500	8,20	12.300,00
48	684540	ESCALP 19 C/100 (DISPOSITIVO INTRAVENOSO C/ AGULHA ESPECIAL DE PAREDE FINA SILICONESADA ESTERIL).	SOLIDOR	CAIXA	150	30,00	4.500,00
49	684539	ESCALP 21 C/ 100 (DISPOSITIVO INTRAVENOSO C/ AGULHA ESPECIAL DE PAREDE FINA SILICONESADA ESTERIL).	SOLIDOR	CAIXA	150	30,00	4.500,00
50	684537	ESCALP 23 C/100 (DISPOSITIVO INTRAVENOSO C/ AGULHA ESPECIAL DE PAREDE FINA SILICONESADA ESTERIL).	SOLIDOR	CAIXA	150	30,00	4.500,00
51	684538	ESCALP 25 C/100 (DISPOSITIVO INTREAVENOSO C/ AGUA ESPECIAL DE PAREDE FINA SILICONESADA ESRERIL)	SOLIDOR	CAIXA	150	30,00	4.500,00
52	690441	ESCAVADOR DE DENTINA 11 1/2	COOPERFLEX	UNIDADE	30	9,00	270,00
53	693782	ESCAVADOR DE DENTINA DUPLO Nº 5	COOPERFLEX	UNIDADE	30	9,30	279,00
54	684882	ESPATULA (ABAIXADOR DE LINGUA) MADEIRA C/100	THEOTO	PACOTE	600	5,50	3.300,00
55	7856	ESPECULO VAGINAL MEDIO DESC. ESTERIL	KOLPLAST	UNIDADE	10.000	1,43	14.300,00
56	34738	ESTETOSCOPIO DUPLO ADULTO ANGULO DE ALUMINIO	PREMIUN	UNIDADE	90	20,00	1.800,00
57	33210	ESTETOSCOPIO DUPLO INFANTIL ANGULO DE ALUMINIO	PREMIUN	UNIDADE	10	20,00	200,00
58	51536	FAIXA DE SMARCH 2MT X 10CM	MEDK	UNIDADE	10	10,00	100,00
59	51537	FAIXA DE SMARCH 2MT X 15CM	MEDK	UNIDADE	10	12,00	120,00
60	51538	FAIXA DE SMARCH 2MT X 20 CM	MEDK	UNIDADE	10	12,00	120,00
61	52415	FILME PARA RAIO X DE BOA QUALIDADE PARA REVELACAO MANUAL 35 X 35 CM C/100	FUJI	CAIXA	35	395,00	13.825,00
62	52443	FIO ALGODAO/POLIESTER 4.0 C/AG 3/8 1.5 MT C/24 RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	SHALON	CAIXA	10	66,00	660,00
63	46654	FIO CAT GUT CROMADO 0 C/ AGULHA 3.8 CILIND C/ 24 ENVEL 1,5MT	TECHNOFIO	CAIXA	20	109,00	2.180,00
64	671346	FIO CAT GUT CROMADO Nº 5.0 C/ AGULHA 3 1,50MT C/24 ENV. RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	20	109,00	2.180,00
65	52432	FIO CAT GUT SIMPLES 1.0 C/AG 3/8 C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	15	98,50	1.477,50
66	52433	FIO CAT GUT SIMPLES 2.0 C/AG 3 C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	25	98,50	2.462,50
67	671334	FIO CAT GUT SIMPLES 3.0 C/ AG 3 C/ 24 ENV. 1,5 MT RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	10	98,50	985,00
68	52447	FIO CAT GUT SIMPLES 4.0 C/AG 3/8 1,50MT C/24 ENV. RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	20	98,50	1.970,00
69	52448	FIO CAT GUT SIMPLES N.0 C/AG 3/8 1,50MT C/24 ENV. RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	20	98,50	1.970,00
70	48931	FIO PARA SUTURA ODONTOLOGICA DE ALGODAO C/10 MT.	SHALON	UNIDADE	50	48,00	2.400,00
71	690515	FIO POLIVECRIL 2.0 C/ AGULHA	SHALON	UNIDADE	10	380,00	3.800,00
72	690516	FIO POLIVECRIL 3.0 C/ AGULHA	SHALON	UNIDADE	10	380,00	3.800,00
73	691879	FORMOL 37% FRASCO 1000ML	ALPHATEC	LITRO	60	46,00	2.760,00
74	671350	GLUTARALDEIDO PREPARADO PARA 28 DIAS 1000ML	CINORD	UNIDADE	48	42,00	2.016,00
75	20438	IODO POVIDONA DEGERMANTE 1000ML 10%	RIOQUIMICA	LITRO	600	28,00	16.800,00
76	20439	IODO POVIDONA TOPICO 1000ML 10 %	RIOQUIMICA	LITRO	600	27,00	16.200,00
77	690447	KIT PARA POLIMENTO E ACABAMENTO (DIAMOND MASTER)	FGM	CAIXA	150	165,00	24.750,00
78	24787	LAMINA CIRURGICA DE BISTURI N.11 C/100UN	ADVANTIVE	CAIXA	30	25,00	750,00
79	20440	LAMINA CIRURGICA DE BISTURI N.15 C/100UN	ADVANTIVE	CAIXA	30	25,00	750,00
80	20441	LAMINA CIRURGICA DE BISTURI N.21 C/100UN	ADVANTIVE	CAIXA	30	25,00	750,00
81	684546	LUVA CIRURGICA ESTERIL 8.0	MAXITEX	PAR	1.800	1,70	3.060,00
82	690452	LUVA DE PROCEDIMENTO C/ PO TAM. M	NUGARD	CAIXA	1.000	23,70	23.700,00
83	14724	LUVA DE PROCEDIMENTO M C/ PO C/100	NUGARD	CAIXA	4.000	23,70	94.800,00
84	690450	LUVA DE PROCEDIMENTO VINIL TAM. G C/ 100 S/ PO	DESCARPACK	CAIXA	200	20,90	4.180,00
85	690448	LUVA DE PROCEDIMENTO VINIL TAM. P C/ 100 S/ PO	DESCARPACK	CAIXA	200	20,90	4.180,00
86	38361	MANITOL A 20% SOLUCAO INJ. 250ML	HALEX ISTAR	UNIDADE	1.000	7,80	7.800,00
87	684500	MASCARA CIRURGIA DESC. ATOXICA ANT-ALERGICA BRANCA, TRIPLA, C/ ELASTICO C/50	TALGE	CAIXA	750	7,25	5.437,50
88	671285	MICRO MOTOR ODONTOLOGICO	SCHUSTER	UNIDADE	800	465,00	372.000,00
89	684502	PAPEL LENCOL HOSPITALAR 100% FIBRA ROLO 70 CM X 50MT	FLEXPELL	UNIDADE	4.000	10,80	43.200,00
90	693737	PAPEL TERMICO, LARGURA 57,5 + 0,5 MM X 0 MAX EXTERNO 40 MM (15 METROS) (BOBINA)	DARU	UNIDADE	1.000	6,40	6.400,00
91	20451	PINCA SHERON 24CM	GOLGRAN	UNIDADE	60	35,00	2.100,00

92	12237	PORTA AGULHA MAYO INOX 14CM	COOPERFLEX	UNIDADE	60	31,00	1.860,00
93	24774	SERINGA DESC. 5 ML C/ AGULHA 25 X 0,7	DESCARPACK	UNIDADE	60.000	0,34	20.400,00
94	24776	SERINGA DESC. C/ AGULHA 25X7 10ML .	DESCARPACK	UNIDADE	50.000	0,43	21.500,00
95	12240	SERINGA DESCARTAVEL 10 ML C/ AGULHA 25 X 7	DESCARPACK	UNIDADE	10.000	0,43	4.300,00
96	47935	SONDA DE FOLEY 3 VIAS N. 10	ADVANTIVE	UNIDADE	10	4,00	40,00
97	47934	SONDA DE FOLEY 3 VIAS N. 12	ADVANTIVE	UNIDADE	10	4,00	40,00
98	47936	SONDA DE FOLEY 3 VIAS N. 14	ADVANTIVE	UNIDADE	10	4,00	40,00
99	691946	SONDA DE FOLEY 3 VIAS N° 16	ADVANTIVE	UNIDADE	10	4,00	40,00
100	52456	SONDA FOLEY N.10 2 VIAS	ADVANTIVE	UNIDADE	100	4,00	400,00
101	690605	SONDA FOLEY Nº 8 2 VIAS	ADVANTIVE	UNIDADE	100	4,00	400,00
102	10796	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 16	MEDSONDA	UNIDADE	100	1,50	150,00
103	10797	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 18	MEDSONDA	UNIDADE	100	1,50	150,00
104	10798	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 20	MEDSONDA	UNIDADE	100	1,50	150,00
105	10799	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 22	MEDSONDA	UNIDADE	100	1,50	150,00
106	690617	SONDA PARA ALIMENTACAO ENTERAL N. 06	SOLUMED	UNIDADE	100	15,00	1.500,00
107	690618	SONDA PARA ALIMENTACAO ENTERAL N. 08	SOLUMED	UNIDADE	100	15,00	1.500,00
108	693736	SONDA PARA ALIMENTACAO ENTERAL Nº 10	SOLUMED	UNIDADE	100	15,00	1.500,00
109	47947	SONDA URETRAL N. 22	MEDSONDA	UNIDADE	200	1,30	260,00
110	693760	SORO GLICOSADO 5% 500 ML	HALEX ISTAR	UNIDADE	10.000	4,80	48.000,00
111	671359	SUPORTE PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHAS	PREMISSE	UNIDADE	320	32,00	10.240,00
112	693936	TALA FACIL DE EVA G 86 X 10	RESGATE SP	UNIDADE	40	25,50	1.020,00
113	53090	TESOURA CURVA 12 CM	COOPERFLEX	UNIDADE	30	23,00	690,00
114	693797	TESOURA PONTA FINA CURVA INOX PARA RETIRADO DE PONTOS 12 CM	COOPERFLEX	UNIDADE	60	30,00	1.800,00
115	693798	TESOURA PONTA FINA RETA INOX PARA RETIRADO DE PONTOS 12 CM	COOPERFLEX	UNIDADE	60	30,00	1.800,00
116	693954	TIRA DE LIXA ACO 4MM C/12	PREVEN	PACOTE	50	9,40	470,00
117	53093	TIRA DE LIXA DE ACO 2MM C/12	PREVEN	PACOTE	50	9,50	475,00
118	59078	TOUCA DESC. SANFONADA 100% POLIPROPILENO DE ALTA QUALIDADE C/ ELASTICO ESPECIAL EM TODO O PERIMETRO DA TOUCA	TALGE	PACOTE	600	8,90	5.340,00
119	20507	VASELINA LIQUIDA (EMOLIENTE E HIDRAT. P/ O CORPO) 1.000ML	CINORD	UNIDADE	360	27,90	10.044,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 21 de Junho de 2018.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

HIPERDENTAL COM. E REPRES. DE PROD. ODONT. E MED.-HOSP. LTDA-EPP

CNPJ Nº. 13.994.852/0001-93

Kerli Luzia Ludwichak

CPF Nº. 017.657.779-33

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2018

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2018

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

*A*os **vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME**, inscrita no **CNPJ Nº 03. 250.803/0001-92**, situada na Rua Professor João Felix, Nº 635 – Sala 07, Bairro: Lixeira - CEP: 78.008-435 – Cuiabá/MT - Telefone: (065) 3611-7211, neste ato representado pelo seu proprietário Sr. **Andreite Spada,** portador do **RG: 143.4280-4 SSP/MT e CPF de n° 992.663.001-44,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3.931/2001, dos Decretos Municipais 1.392/2008, Decreto nº. 1.729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, MARCAS E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a marca, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	CÓD. ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT. REGISTRADO	V. TOTAL UNIT.
1	21992	ACEBROFILINA XPE INF. C/120ML 5MG/ML	PRATI	UNIDADE	50	5,70	285,00
2	690629	ACETATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSODICO DE BETAMETASONA 3 MG/ML + 3MG/ML	U.QUIMICA	UNIDADE	300	9,99	2. 997,00
3	690506	ACETILCISTEINA XAROPE PEDIATRICO 20 MG/ ML C/ 100 ML	U.QUIMICA	UNIDADE	300	9,99	2. 997,00
4	690623	ACIDO ASCORBICO 200MG/ ML C/ 5 ML INJ	SANTISA	UNIDADE	4. 000	0,95	3. 800,00
5	34150	ACIDO TRANEXAMICO 250MG/5ML IV AMP 5ML	HIPOLABOR	UNIDADE	200	7,98	1. 596,00
6	20430	AGUA DESTILADA P/ INJECAO 10ML	EQUIPLEX	UNIDADE	90. 000	0,24	21. 600,00
7	690423	AGUA DESTILADA PARA INJECAO 10ML	EQUIPLEX	UNIDADE	30. 000	0,24	7. 200,00
8	20431	AGUA OXIGENADA 10V 1000ML	FARMAX	UNIDADE	840	5,50	4. 620,00
9	47927	AGULHA DESC. 25X0.7 C/ 100 UN	SR	CAIXA	200	9,89	1. 978,00

10	48933	AGULHA GENGIVAL 13X3,8 LONGA C/100 UNI	PROCARE 27G	CAIXA	50	36,00	1.800,00
11	47020	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA C/ 100UN	PROCARE	CAIXA	150	37,00	5.550,00
12	50915	ALBENDAZOL SUSP. 40MG/ML C/10ML	PRATI	UNIDADE	2.000	2,11	4.220,00
13	37799	ALCOOL IODADO 0,1% C/ 1000 ML	RIOQUIMICA	UNIDADE	480	15,00	7.200,00
14	691496	ALGODAO HIDROFILO 500 G	MELHORMED	UNIDADE	700	12,57	8.799,00
15	690429	ALGODAO ROLETE C/100 N°02	SSPLUS	PACOTE	200	2,30	460,00
16	684518	ALMOTOLIA TRANSPARENTE CLARA 250ML	TAYLOR	UNIDADE	200	2,62	524,00
17	671267	ALOPURINOL 100MG CPR	PRATI	UNIDADE	3.000	0,08	240,00
18	52395	AMBROXOL XAROPE ADULTO 6 MG/ML 120ML FR.	FARMACE	UNIDADE	100	3,20	320,00
19	47908	AMICACINA 50MG/ML 2ML INJ	TEUTO	UNIDADE	500	1,60	800,00
20	33128	AMINOFILINA 100MG COMP	HIPOLABOR	UNIDADE	1.000	0,11	110,00
21	691394	AMOXICILINA 500 MG	PRATI	UNIDADE	46.000	0,22	10.120,00
22	50729	AMOXILINA SUSP.250MG 60ML	PRATI	UNIDADE	4.600	6,65	30.590,00
23	19292	AMPICILINA 1G IM/IV INJ.	TEUTO	UNIDADE	500	4,40	2.200,00
24	20513	AMPICILINA 500MG IM/IV INJ.	TEUTO	UNIDADE	500	4,75	2.375,00
25	47088	ANESTESICO TOPICO GEL 12GR BENZOCAINA 200MG/G	DFL	UNIDADE	50	9,35	467,50
26	684496	ATADURA DE CREPE 20CM X 4,5 M 13 FIOS C/12	TEXCARE	PACOTE	2.000	15,40	30.800,00
27	50730	ATENOLOL 50MG COMP.	PRATI	UNIDADE	50.000	0,06	3.000,00
28	50732	AZITROMICINA PÓ P/ SUSP ORAL 40MG/ML 15ML + DIL.8ML	PRATI	UNIDADE	800	9,09	7.272,00
29	53016	BANDEJA CLINICA DE INOX 22X12X01 CM	AÇONOX	UNIDADE	15	26,00	390,00
30	53017	BANDEJA CLINICA DE INOX 24X17X1,5 CM	AÇONOX	UNIDADE	10	39,00	390,00
31	50734	BENZILPENICILINA BENZATINA PO P/SOL.INJ.120000UI	TEUTO	UNIDADE	2.000	12,20	24.400,00
32	684525	BENZINA RETIFICADA 1000ML	CROMOLINE	UNIDADE	60	32,00	1.920,00
33	690528	BROMIDRATO DE FENOTEROL 05 MG/ML SOLUCAO ORAL / GOTAS	PRATI	UNIDADE	800	5,46	4.368,00
34	34268	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML 20ML GOTAS	PRATI	UNIDADE	400	5,46	2.184,00
35	19296	BROMOPRIDA INJETAVEL 5 MG/ML 2ML	U.QUIMICA	UNIDADE	10.000	1,54	15.400,00
36	52399	BUTIL BROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG + DIPIRONA SODICA 250MG COMP.	PHARLAB	UNIDADE	3.000	0,68	2.040,00
37	693780	CAIXA PARA ESTERILIZACAO EM INOX 18 X 08 X 03 C/FUROS	FLEXINOX	UNIDADE	5	49,30	246,50
38	681630	CALCIO, CARBONATO + COLECALCIFEROL 500MG + 200 UI COMP.	IMEC	UNIDADE	5.000	0,35	1.750,00
39	50738	CARBAMAZEPINA SUSP.20MG/ML FR.100ML	U.QUIMICA	UNIDADE	300	16,50	4.950,00
40	50739	CARBONATO DE CALCIO 500MG.COMP.	SOBRA	UNIDADE	10.000	0,15	1.500,00
41	51319	CARBONATO DE LITIO 300MG CPR	HIPOLABOR	UNIDADE	2.500	0,45	1.125,00
42	51579	CARVEDILOL CPR 6,25MG	BIOLAB	UNIDADE	8.000	0,30	2.400,00
43	18571	CATETER INTRAVENOSO (ABOCAT) N.22	POLYMED	UNIDADE	800	0,90	720,00
44	47928	CATETER INTRAVENOSO (ABOCAT) N.24	POLYMED	UNIDADE	800	0,90	720,00
45	50913	CEFALEXINA SUSP.250MG/5ML 60ML	TEUTO	UNIDADE	3.600	8,16	29.376,00
46	19309	CEFALOTINA SODICA 1G INJ.	BLAU	UNIDADE	1.000	3,00	3.000,00
47	671375	CEFTRIAXONA 1GR IV INJ	TEUTO	UNIDADE	2.500	2,79	6.975,00
48	5385	CETOCONAZOL 200MG	PRATI	UNIDADE	10.000	0,19	1.900,00
49	20532	CETOPROFENO 50MG/ML IM 2ML INJ.	U.QUIMICA	UNIDADE	2.500	2,39	5.975,00
50	671368	CIMEDITINA 150MG/ML IV/IM 2ML INJ	TEUTO	UNIDADE	5.000	1,29	6.450,00
51	47604	CIPROFLOXACINO 500MG CPR.	PRATI	UNIDADE	40.000	0,42	16.800,00
52	9564	CLAMP UMBILICAL EM PLASTICO ATOXICO TAM.UNICO ESTERIL	WILTEX	UNIDADE	500	0,43	215,00
53	671370	CLINDAMICINA 600MG EV INJ	HIPOLABOR	UNIDADE	1.500	3,47	5.205,00
54	50743	CLONAZEPAN 2MG CPR	GEOLAB	UNIDADE	15.000	0,16	2.400,00
55	59072	CLORHEXIDINA 2% SOLUCAO AQUOSA 1000 ML	RIOQUIMICA	UNIDADE	20	16,20	324,00
56	684425	CLORID. DE CLORPROMAZINA CPR 100MG	U.QUIMICA	UNIDADE	5.000	0,28	1.400,00
57	690523	CLORIDRATO DE AMBROXOL SUSP. (XAROPE) ADULTO 30 MG/ML C/ 100 ML	FARMACE	UNIDADE	1.000	3,20	3.200,00
58	8962	CLORIDRATO DE AMIODARONA 50MG/ML 3ML AMP	HIPOLABOR	UNIDADE	1.000	2,81	2.810,00

59	693753	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25MG IV/IM 5 ML INJ.	U.QUIMICA	UNIDADE	500	1,83	915,00
60	19311	CLORIDRATO DE ETILEFRINA 10MG/ML 1ML INJ.	U.QUIMICA	UNIDADE	1.500	1,46	2.190,00
61	681862	CLORIDRATO DE IMIPRAMINA 25MG	CRISTÁLIA	UNIDADE	5.000	0,56	2.800,00
62	693787	CLORIDRATO DE LEVOPROMAZINA (NEOZINE) 100 MG CPR	CRISTÁLIA	UNIDADE	500	1,40	700,00
63	54289	CLORIDRATO DE NALOXONA 0,4 MG/ML 1ML INJ.	HIPOLABOR	UNIDADE	100	9,76	976,00
64	693765	CLORIDRATO DE SALBUTAMOL 2,4 MG/5ML XAROPE FRASCO 100 ML	SOBRAL	UNIDADE	100	2,28	228,00
65	52405	CLORIDRATO DE TERBUTALINA 0,5 MG 1 ML INJ.	U.QUIMICA	UNIDADE	1.000	1,49	1.490,00
66	34971	CLORIDRATO DE VANCOMICINA 500 MG IV	BALU	UNIDADE	300	5,50	1.650,00
67	32241	COLETOR DE URINA INFANTIL FEMININO 100ML	CRAL	UNIDADE	400	0,39	156,00
68	32242	COLETOR DE URINA INFANTIL MASCULINO 100ML	CRAL	UNIDADE	400	0,39	156,00
69	693938	CORANTE AZUL DE METILENO SOLUCAO AQUOSA PARA COLORACAO DE LAMINAS	NEWPROV	UNIDADE	20	58,00	1.160,00
70	6657	CORANTE DE GIEMSA 1000ML	NEWPROV	UNIDADE	20	66,80	1.336,00
71	47910	DESLANOSIDEO 0,2MG/ML 2ML INJ	U.QUIMICA	UNIDADE	1.000	2,35	2.350,00
72	20533	DEXAMETASONA 4MG/ML 2,5ML INJ	TEUTO	UNIDADE	3.000	0,89	2.670,00
73	31912	DEXAMETASONA CREME 0,1% BISNAGA 10GR	SOBRAL	UNIDADE	5.000	1,79	8.950,00
74	52407	DEXAMETASONA ELIXIR.0.5 ML/5 ML 120 ML FR	SOBRAL	UNIDADE	100	2,40	240,00
75	690524	DIAZEPAN 10MG CPR	SANTISA	UNIDADE	15.000	0,10	1.500,00
76	683352	DIAZEPAN 5MG CPR	SANTISA	UNIDADE	20.000	0,09	1.800,00
77	684515	DICLOFENACO 75MG/3 ML INJ	FARMACE	UNIDADE	5.500	0,87	4.785,00
78	51595	DIGOXINA ELIXIR 0,05MG/ML 60ML	PRATI	UNIDADE	200	9,80	1.960,00
79	690526	DIOSMINA+HESPERIDINA 450/50 MG	BIOLAB	UNIDADE	10.000	0,96	9.600,00
80	690414	DIPIRONA 500 MG GOTAS 10ML	FARMACE	UNIDADE	30.000	0,87	26.100,00
81	690943	DIPIRONA SODICA 500MG/ML 10 ML	FARMACE	UNIDADE	5.000	0,87	4.350,00
82	693755	DOLOSAL (CLORID. DE PETIDINA) 50MG/ML 2 ML INJ.	U.QUIMICA	UNIDADE	1.000	3,55	3.550,00
83	22523	DRAMIM B6 DL IV 10ML INJ	NYCOMED	UNIDADE	1.500	4,79	7.185,00
84	690880	DRAMIN B6 25MG/ML GOTAS (SOL ORAL)	U.QUIMICA	UNIDADE	100	6,70	670,00
85	46767	ENALAPRIL 20MG. COMP.	MEDQUIMICA	UNIDADE	60.000	0,09	5.400,00
86	693725	ENANTATO DE NORETISTERONA + VALERATO DE ESTRADIOL 50MG/5ML	MABRA	UNIDADE	200	23,70	4.740,00
87	684541	EQUIPO MULTIVIAS COM CLAMP.	WILTEX	UNIDADE	4.000	1,00	4.000,00
88	684536	ESCALP 27 C/100 (DISPOSITIVO INTRAVENOSO C/ AGULHA ESPECIAL DE PARESE FINA SILICONESADA ESTERIL).	WILTEX	CAIXA	150	28,00	4.200,00
89	15845	ESPECULO VAGINAL ESTERIL DESCARTAVEL TAMANHO G	CRAL	UNIDADE	6.000	1,70	10.200,00
90	46768	ETINILESTRADIOL + LEVONORGESTREL 0,03 MG + 0,15 MG. COMP.	MABRA	UNIDADE	20.000	0,14	2.800,00
91	681645	FENOBARBITAL 100MG COMP	U.QUIMICA	UNIDADE	15.000	0,14	2.100,00
92	52416	FILME PARA RAIO X DE BOA QUALIDADE PARA REVELACAO MANUAL 24 X 30 CM C/100	FUJI	CAIXA	35	196,97	6.893,95
93	46656	FIO CAT GUT CROM. 1.0 COM AG 4 C/24 ENV 1,5 MT RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO TAM. 75CM	CAIXA	20	109,89	2.197,80
94	52441	FIO CAT GUT CROMADO 1.0 S/AG C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	10	109,89	1.098,90
95	46657	FIO CAT GUT CROMADO 2.0 C/ AG 4 C/ 24 ENV. 1,5 MT RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO TAM. 75CM	CAIXA	20	109,20	2.184,00
96	671335	FIO CAT GUT CROMADO 3.0 C/ AG. 3 C/ 24 ENV. 1,5 MT RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO TAM. 75CM	CAIXA	5	109,20	546,00
97	52439	FIO CAT GUT CROMADO 3.0 S/AG C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	5	108,00	540,00
98	52434	FIO CAT GUT SIMPLES 1.0 S/AG C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	20	98,79	1.975,80
99	52442	FIO CAT GUT SIMPLES 2.0 S/AG C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	25	98,79	2.469,75
100	52438	FIO CAT GUT SIMPLES 3.0 S/AG C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	10	98,79	987,90
101	52449	FIO CAT GUT SIMPLES N.0 S/AG 1,50MT C/24 ENV. RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	20	98,79	1.975,80
102	52426	FIO MONO NYLON 5.0 C/AG 3 CORTANTE C/24 45 CM	TECHNOFIO 3/8 AGULHA 2CM	CAIXA	20	54,97	1.099,40
103	684542	FITA CIRURGICA MICROPOROSA ROLO C/ 5CMX4,5MT C/CAPA (ROLO)	CRAL	UNIDADE	500	3,24	1.620,00
104	47914	FITOMENADIONA (VITA K) 10 MG/ML 1ML INJ	CRISTÁLIA	UNIDADE	500	2,41	1.205,00
105	51602	FLUCONAZOL CPR 150MG	MEDQUIMICA	UNIDADE	10.000	0,58	5.800,00

106	671348	FOLHA TESTE BOWIE-DICK C/ 50 P/ AUTOCLAVES A VAPOR EQUPADAS COM SISTEMA DE VACUO	ANCOR	UNIDADE	25	151,48	3.787,00
107	46651	FOSFATO DE SODIO MONOBASICO 160MG/ML+FOSFATO DE SODIO DIBASICO 60MG/ML 130ML	CRISTÁLIA	UNIDADE	500	10,08	5.040,00
108	684470	FOSTATO SODICO DE PREDNISOLONA SOL. ORAL 4.02 100ML (EQUIVALENTE A 3MG DE PREDNISOLANA/ML) 100ML.	PRATI	UNIDADE	3.000	12,90	38.700,00
109	671349	FRASCO PARA ALIMENTACAO ENTERAL	EQUIPLEX	UNIDADE	300	1,18	354,00
110	31918	FUROSEMIDA INJ. 10MG/ML 2ML	SANTISA	UNIDADE	2.000	0,76	1.520,00
111	692142	GLICOSE 50% 10ML	SAMTEC	UNIDADE	2.000	0,38	760,00
112	33823	HALOPERIDOL 5 MG /ML IM/IV INJ 1ML	U.QUIMICA	UNIDADE	600	2,29	1.374,00
113	691749	HALOPERIDOL 5 MG COMPRIMIDO	U.QUIMICA	UNIDADE	8.000	0,18	1.440,00
114	51610	HALOPERIDOL SOL. INJ. 50MG/ML 1 ML	U.QUIMICA	UNIDADE	500	2,29	1.145,00
115	671264	HCG C/ 50 TIRAS TESTE DE GRAVIDEZ	WAMA	CAIXA	100	79,92	7.992,00
116	671382	HERMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 2MG/ML 4 ML INJ	HIPOLABOR	UNIDADE	300	3,90	1.170,00
117	693758	HIDROCORTISONA 500MG IM/IV INJ.	BLAU	UNIDADE	3.000	7,31	21.930,00
118	48839	HIDROXIDO DE CALCIO PA 10G	BIODINAMICA	UNIDADE	30	6,14	184,20
119	671381	HIOCINA SIMPLES EV 1ML INJ	TEUTO	UNIDADE	1.500	1,90	2.850,00
120	671351	INDICADOR BIOLOGICO P/ MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZACAO A VAPOR C/25	CLEAN UP 24HORAS	UNIDADE	25	140,00	3.500,00
121	671352	INDICADOR QUIMICO INTERNO MULTIPARAMETRICO PARA VAPOR C/ 240 TIRAS DE 1,5 CM X 20 CM OU C/480 TIRAS 1,5 CM X 10 CM	CLEAN UP CLASSE 6 C/250	CAIXA	25	74,55	1.863,75
122	690446	IONOMERO DE VIDRO - R LIQUIDA 10ML	FGM MAXXION 8ML	UNIDADE	30	12,35	370,50
123	690445	IONOMERO DE VIDRO - R PO 15 GR.	FGM MAXXION 10GR	UNIDADE	30	16,40	492,00
124	50790	IVERMECTINA 6MG CPR	VITAMEDIC	UNIDADE	10.000	0,37	3.700,00
125	46688	KIT PARA EXAME DE TOXOPLASMOSE IGM - ELISA C/ 96 TESTES	KATAL	UNIDADE	12	660,00	7.920,00
126	46690	KIT PARA EXAME HBSAG - ELISA C/ 96 TESTES	KATAL	UNIDADE	12	500,00	6.000,00
127	670976	KOLLAGENASE C/ CLORANF POMADA C/ 30 GR	CRISTÁLIA	UNIDADE	100	25,00	2.500,00
128	25722	LAMINA PARA MICROSCOPIA PONTA FOSCA 25.4X76.2 MM C/50	CRAL NÃO LAPIDADA	CAIXA	1.000	4,60	4.600,00
129	47931	LANCETA PICADORA INOX C/ 200	CRAL	CAIXA	200	13,63	2.726,00
130	684488	LIMA KERR 15/40 25MM	EURODONTO	UNIDADE	120	18,40	2.208,00
131	7730	LIQUIDO DE TURK 500ML	NEWPROV	UNIDADE	20	24,64	492,80
132	681864	LOSARTANA POTASSICA 50 MG COMPRIMIDO	PRATI	UNIDADE	80.000	0,07	5.600,00
133	684547	LUVA CIRURGICA ESTERIL 6.5	MEDIX	PAR	400	1,65	660,00
134	690604	LUVA CIRURGICA ESTERIL 7.0	MEDIX	PAR	2.000	1,65	3.300,00
135	684602	LUVA CIRURGICA ESTERIL 8.5	MEDIX	PAR	1.800	1,65	2.970,00
136	693976	LUVA CIRURGICA ESTERIL N.7.5	MEDIX	PAR	2.000	1,65	3.300,00
137	690449	LUVA DE PROCEDIMENTO VINIL TAM. M C/ 100 S/ PO	TALGE	CAIXA	200	20,99	4.198,00
138	684559	MASCARA N -95 PFF2 C/20	KSN	CAIXA	100	55,00	5.500,00
139	681796	METFORMINA 850MG COMP	PRATI	UNIDADE	100.000	0,11	11.000,00
140	51640	METOCLOPRAMIDA SOL ORAL. 4MG/ML 10ML	MARIOL	UNIDADE	1.000	1,18	1.180,00
141	681673	METRONIDAZOL 250 MG COMPRIMIDOS	PRATI	UNIDADE	35.000	0,21	7.350,00
142	20549	METRONIDAZOL 5MG/ML-0.5% 100ML	FARMACE	UNIDADE	500	4,40	2.200,00
143	50822	MICONAZOL CREME VAGINAL 2.0%+C/APLICADOR 80G.	PRATI	UNIDADE	2.500	9,90	24.750,00
144	693748	NEOMICINA 5 MG + BACITRACINA 250 UI 10 GR	SOBRAL	UNIDADE	200	2,34	468,00
145	684561	NEOMICINA 5 MG+ BACITARACINA 250 UI 10GR	SOBRAL	UNIDADE	300	2,34	702,00
146	690533	NEOMICINA-BACITRACINA 5 MG/G + 250 UI/G C/ 10G	SOBRAL	UNIDADE	5.000	2,34	11.700,00
147	671278	NIFEDIPINO 10MG CPR	GEOLAB	UNIDADE	90.000	0,14	12.600,00
148	690885	NIMESULIDE 100MG COMPRIMIDO	VITAMEDIC	UNIDADE	2.000	0,19	380,00
149	51648	NISTATINA SUSP. ORAL 100.000UI/ML 50ML	PRATI	UNIDADE	1.000	5,44	5.440,00
150	684564	OCULOS DE SEGURANCA LENTE TRANSPARENTE C/ ARMACAO E HASTES REGULAVEIS E CORDAO	SSPLUS	UNIDADE	50	6,58	329,00
151	684513	OLEO DE IMERSAO 100 ML	NEW PROV	UNIDADE	20	26,43	528,60
152	20550	OMEPRAZOL 40MG INJ. C/DILUENTE.	CRISTÁLIA	UNIDADE	800	8,00	6.400,00

153	15011	OTOSCOPIO C/ 5 ESPECULO AURICULAR	TK LED	UNIDADE	10	378,17	3.781,70
154	684501	OTOSCOPIO C/5 ESPECULO AURICULAR	TK LED	UNIDADE	10	378,17	3.781,70
155	45768	OXACILINA SODICA 500MG IM/IV	BLAU	UNIDADE	2.000	3,90	7.800,00
156	12232	OXIMETRO DE PULSO	DELLAMED (PREMIUN)	UNIDADE	30	168,22	5.046,60
157	33134	OXITOCINA 5 U.I/ML 1ML INJ	U.QUIMICA	UNIDADE	5.000	2,23	11.150,00
158	671355	PAPEL CREPADO 60 CM X 60 CM C/500 UNIDS	POLARFIX	CAIXA	50	570,79	28.539,50
159	671360	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS C/ 1.000	GLOBO 20X21 BRANCO	PACOTE	3.000	11,94	35.820,00
160	50912	PARACETAMOL GTS 200MG/ML 15ML	FARAMCE	UNIDADE	20.000	1,20	24.000,00
161	50828	PERMANGANATO DE POTASSIO 100MG CPR	FARMAX	UNIDADE	20.000	0,17	3.400,00
162	7883	PINCA DENTE DE RATO INOX 14CM	WELDON 14,5CM	UNIDADE	60	14,00	840,00
163	53083	PORTA AMALGMA METAL	FAVA	UNIDADE	30	33,88	1.016,40
164	681883	PREDNISONA 20MG COMPRIMIDO	CRISTÁLIA	UNIDADE	28.000	0,36	10.080,00
165	50845	PROPANOLOL 40MG CPR	PRATI	UNIDADE	60.000	0,06	3.600,00
166	693961	PROPOVAN 10 MG/ML 5X10 ML(PROPOFOL)	BIOCHIMICO	UNIDADE	50	10,00	500,00
167	48936	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) A2 4GR.	FGM - LLIS	UNIDADE	25	19,18	479,50
168	47092	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) A3 4GR	FGM - LLIS	UNIDADE	25	19,18	479,50
169	47093	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) A3,5 4GR	FGM - LLIS	UNIDADE	25	19,18	479,50
170	47094	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) B1 4GR	FGM - LLIS	UNIDADE	25	19,18	479,50
171	47091	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) B2 4GR	FGM - LLIS	UNIDADE	25	19,18	479,50
172	47090	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) B3 4GR	FGM - OPALLIS	UNIDADE	25	39,00	975,00
173	47095	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) C2 4GR	FGM - LLIS	UNIDADE	25	19,18	479,50
174	48935	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) C3 4GR.	FGM - OPALLIS	UNIDADE	25	39,64	991,00
175	53085	RESTAURADOR UNIVERSAL(RESINA) OA2 4 GR.	FGM - LLIS	UNIDADE	25	19,18	479,50
176	53086	RESTAURADOR UNIVERSAL(RESINA) OA3 4 GR.	FGM - LLIS	UNIDADE	25	19,18	479,50
177	53087	RESTAURADOR UNIVERSAL(RESINA) OA3,5 4 GR.	FGM - LLIS	UNIDADE	25	19,18	479,50
178	693692	RISPERIDONA 02 MG CPR	CRISTÁLIA	UNIDADE	1.000	0,41	410,00
179	693696	RISPERIDONA 1MG/ML SUSP. C/ 30 ML	CRISTÁLIA	UNIDADE	50	27,87	1.393,50
180	45836	SABONETE LIQUIDO COM GLICERINA NEUTRO 1000ML	PREMISSE	UNIDADE	1.200	15,40	18.480,00
181	24773	SERINGA DESC. 1 ML C/ AGULHA 13 X4,5	SR	UNIDADE	60.000	0,27	16.200,00
182	24775	SERINGA DESC. C/ AGULHA 25X0,7 3ML.	SR	UNIDADE	60.000	0,30	18.000,00
183	693977	SONDA FOLEY N 12 2 VIAS	WELL LEAD	UNIDADE	100	3,90	390,00
184	10784	SONDA FOLEY N. 14 2 VIAS	WELL LEAD	UNIDADE	100	3,90	390,00
185	10785	SONDA FOLEY N. 16 2 VIAS	WELL LEAD	UNIDADE	100	3,90	390,00
186	10786	SONDA FOLEY N. 18 2 VIAS	WELL LEAD	UNIDADE	100	3,90	390,00
187	10787	SONDA FOLEY N. 20 2 VIAS	WELL LEAD	UNIDADE	100	3,90	390,00
188	10788	SONDA FOLEY N. 22 2 VIAS	WELL LEAD	UNIDADE	100	3,90	390,00
189	10793	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 18	FOYOMED	UNIDADE	100	1,20	120,00
190	19289	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 20	FOYOMED	UNIDADE	100	1,20	120,00
191	24792	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 22	FOYOMED	UNIDADE	100	1,20	120,00
192	53088	SONDA PERIODONAL MILIMETRADA	FAVA - GOLDMAM FOX	UNIDADE	10	38,00	380,00
193	10803	SONDA URETRAL N. 14	FOYOMED	UNIDADE	3.000	0,95	2.850,00
194	31919	SORO FISIOLOGICO 0,9% 100ML	EQUIPLEX	UNIDADE	13.000	2,85	37.050,00
195	31911	SORO FISIOLOGICO 0,9% 250ML	EQUIPLEX	UNIDADE	15.000	3,42	51.300,00
196	24766	SORO FISIOLOGICO 0,9% 500ML	EQUIPLEX	UNIDADE	17.000	4,51	76.670,00
197	50850	SULFADIAZINA 500MG CPR.	SOBRAL	UNIDADE	3.000	0,36	1.080,00
198	693728	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 40MG + 8MG/ML SUSP. ORAL 100ML	SOBRAL	UNIDADE	1.500	2,99	4.485,00
199	45859	SULFATO DE MORFINA 10MG/ML 1ML INJ.	HIPOLABOR	UNIDADE	1.000	3,25	3.250,00
200	671279	SULFATO FERROSO 40MG FE ++ CPR	VITAMED	UNIDADE	130.000	0,06	7.800,00
201	671387	TENOXICAN 20 MG INJETAVEL I.V	U.QUIMICA	UNIDADE	1.000	7,15	7.150,00
202	7905	TERMOMETRO CLINICO DIGITAL COM HASTE RIGIDA	SOLIDOR (CLINICO)	UNIDADE	100	11,00	1.100,00
203	46669	TERMOMETRO DIGITAL C/ CABO EXTENSOR P/ GELADEIRA	INCOTERM	UNIDADE	40	73,00	2.920,00
204	53091	TESOURA CASTRO VIEJO	WELDON	UNIDADE	15	97,00	1.455,00
205	693955	TIRA DE LIXA ACO 6MM C/12	FAVA	PACOTE	50	9,40	470,00

206	684493	TIRA DE LIXA PARA RESINA (ACABAMENTO E POLIMENTO DENTAL) C/150	NOSLIG	CAIXA	50	11,72	586,00
207	53092	TIRA DE POLIESTER C/50	PREVEN	PACOTE	35	1,92	67,20
208	671388	TIRA TESTE PARA GLICEMIA C/50	ON CALL	CAIXA	1.000	39,00	39.000,00
209	693693	TOPIRAMATO 25MG CPR	CRISTÁLIA	UNIDADE	1.000	0,69	690,00
210	47962	TUBO VACUO 10ML C/ TAMPA VERMELHA S/ATIVADOR C/100	CRAL COD-TV0100CA 16X100 - 10ML	CAIXA	100	97,00	9.700,00
211	24803	TUBO VACUO 5ML C/ TAMPA VERMELHA S/ATIVADOR C/100	CRAL COD - TV050-CA 13X75MM - 5ML	CAIXA	100	82,00	8.200,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 21 de Junho de 2018.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME

CNPJ sob o Nº 03.250.803/0001-92

Andreite Spada

CPF de n° 992.663.001-44

LICITACAO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 014/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço que trata o Edital nº. 014/2018, levado a efeito às **14h00min** do dia **18/06/2018**, sagrou-se vencedora a empresa: **MERCANTIL CANOPUS COMERCIO DE MOTOCICLETAS LTDA** – CNPJ Nº: 02.974.456/0006-92, totalizando R$ 25.740,00. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site *http://www.aripuana.mt.gov.br*, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã–MT, 21 de junho de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2018

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2018

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1.729/2010.

*A*os **vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **ADILVAN COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-ME,** inscrita no **CNPJ Nº. 02.192.932/0001-09**, com sede na Rua Teles Pires (Antiga Rua do Piqui), nº. 71, – Bairro: Poção, Cuiabá, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.015-565, Telefone: (065) 3623-3468, representada pelo seu Proprietário **Sr. Adilson da Silva Guimarães,** portador do **RG Nº. 901.807 SSP/MT** e **CPF Nº. 032.519.248-00,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3.931/2001, dos Decretos Municipais 1.392/2008, Decreto nº. 1.729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, MARCAS E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a marca, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	CÓD. ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT. REGISTRADO	V. TOTAL UNIT.
1	26764	ACEBROFILINA XAROPE ADULTO 120ML 10 MG/ML	CIMED	UNIDADE	50	8,67	433,50
2	693723	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 150MG/ML	UNIAO QUIMICA	UNIDADE	200	21,70	4.340,00
3	52398	ACETILCISTEINA 10%3 ML INJ.	BLAU	UNIDADE	20	2,26	45,20
4	681809	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG COMP	SOBRAL	UNIDADE	60.000	0,04	2.400,00
5	681590	ACIDO FOLICO 5 MG COMP	NATULAB	UNIDADE	50.000	0,08	4.000,00
6	684475	ACIDO FOSFORICO 37% + CLORHEXIDINA 2% 3X2.5ML	MAQUIRA	PACOTE	50	6,92	346,00
7	671308	ACIDOS GRAXOS ENSSENCIAIS (OLEO DE GIRASSOL) 200 ML	NUTREX	UNIDADE	200	6,62	1.324,00
8	27888	AGULHA DESC. 20X5,5 C/ 100 UNID.	WILTEX	UNIDADE	300	10,65	3.195,00
9	31002	AGULHA DESC. P/ RAQUE ANESTESIA Nº 23GX3 1/2	UNISS	UNIDADE	400	7,86	3.144,00
10	15239	AGULHA DESCART. P/ RAQUE ANESTESIA Nº 22GX31/2 (90X4.5)	UNISS	UNIDADE	200	7,86	1.572,00
11	691827	AGULHA DESCARTAVEL 20 X 0,55 C/ 100 UNIDADES	WILTEX	CAIXA	300	10,65	3.195,00
12	53012	ALAVANCA APICAL RETA INFANTIL	GOLGRAN	UNIDADE	20	31,20	624,00
13	29227	ALVEOLEX 10G FRASCO	BIODINAMICA	UNIDADE	20	36,74	734,80
14	48925	AMALGAMA 1 PORCAO GS 80 PRESA REGULAR	SDI	UNIDADE	2.000	2,60	5.200,00
15	15977	AMBROXOL XRP PEDIATRICO 3MG/ML 100ML	NATULAB	UNIDADE	100	3,20	320,00
16	12556	AMINOFILINA INJ. 24MG/ML 10ML	BLAU	UNIDADE	200	1,22	244,00
17	693727	AMOXICILINA + CLAUVULANATO DE POTASSIO 500 + 125 MG CPR	E.M.S	UNIDADE	10.000	1,93	19.300,00
18	24725	AMPICILINA 500MG COMP.	PRATI	UNIDADE	3.000	0,39	1.170,00
19	22246	AMPICILINA SUSP. 250MG 5ML 60ML	PRATI	UNIDADE	50	5,39	269,50
20	693745	ANESTESICO (CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2%) GELEIA 30 GRS	PHARLAB	UNIDADE	100	4,64	464,00
21	27644	ANESTESICO (CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2%) GELEIA 30GR	PHARLAB	UNIDADE	300	4,64	1.392,00
22	671265	ANLODIPINO 5 MG CPR	TEUTO	UNIDADE	5.000	0,04	200,00
23	693618	ATORVASTATINA CALCICA 40 MG CPR	NEO QUIMICA	UNIDADE	500	1,21	605,00
24	693770	ATROPINA 0.25MG/ML 1 ML INJ.	ISOFARMA	UNIDADE	500	0,44	220,00
25	50731	AZITROMICINA 500MG COMP.	PRATI	UNIDADE	10.000	0,99	9.900,00
26	47087	BANDA MATRIZ 0.05 x 5 x 500MM	MAQUIRA	UNIDADE	50	2,06	103,00
27	47086	BANDA MATRIZ 0.05 x 7 x 500MM	MAQUIRA	UNIDADE	50	2,06	103,00
28	53013	BANDA MATRIZ TOFLEMEIRE MOLARES C/10	TDV	UNIDADE	30	15,23	456,90
29	53015	BANDA MATRIZ TOFLEMEIRE PRE-MOLARES C/10	TDV	UNIDADE	30	15,23	456,90

30	38327	BANDEJA INOX P/ CURATIVO 30X20X4CM	FORTINOX	UNIDADE	40	42,00	1.680,00
31	690973	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000UI INJ.	TEUTO	UNIDADE	1.000	10,30	10.300,00
32	24730	BICARBONATO DE SODIO 8,4% 10ML. INJ	SAMTEC	UNIDADE	400	0,93	372,00
33	693763	BISACORDIL 5 MG (LACTO PURGA)	UNIAO QUIMI-CA	UNIDADE	500	0,22	110,00
34	10752	BOLSA COLETORA URINA SISTEMA FECHADO	WILTEX	UNIDADE	500	4,20	2.100,00
35	671269	BROMETO DE IPATROPIO SOL. INALANTE 0.25MG/ML 20 ML	TEUTO	UNIDADE	400	1,55	620,00
36	24390	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG 20ML	TEUTO	UNIDADE	400	1,55	620,00
37	20517	BROMOPRIDA GOTAS 20ML.	MARIOL	UNIDADE	100	1,81	181,00
38	684514	BUTIL BROMETO DE ESCOPOLAMINA 4 MG/ML + DIPIROMA SODICA 500MG /ML 5ML INJ.	TEUTO	UNIDADE	6.000	2,25	13.500,00
39	53038	CABO PARA BISTURI N.03	WELDON	UNIDADE	30	7,45	223,50
40	48845	CABO PARA ESPELHO CROMADO N. 25.	IODONTOSUL	UNIDADE	60	4,96	297,60
41	693746	CANULA DE GUEDEL Nº 0 COMP. 5 CM COR DE IDENTIF. AZUL	FOYMED	UNIDADE	15	3,91	58,65
42	684529	CANULA DE GUEDEL Nº. 02 COMP. 07 CM DE COR DE IDENTIF. BRANCA	FOYMED	UNIDADE	15	3,91	58,65
43	684528	CANULA DE GUEDEL Nº.01 COMP. 6CM COR DE IDENTIF. PRETO	FOYMED	UNIDADE	15	3,91	58,65
44	8984	CANULAS DE GUEDEL N. 3	FOYMED	UNIDADE	15	3,91	58,65
45	690975	CAPTOPRIL 25MG COMP	PRATI	UNIDADE	190.000	0,03	5.700,00
46	681623	CARBAMAZEPINA 200MG (COMP)	PRATI	UNIDADE	40.000	0,12	4.800,00
47	50740	CARVEDILOL 12,5MG.COMP.	LEGRAND	UNIDADE	10.000	0,26	2.600,00
48	692085	CARVEDILOL, 3,125 MG	BIOLAB	UNIDADE	5.000	0,26	1.300,00
49	27676	CATETER INTRAVENOSO (ABOCAT) N.14	ADVA	UNIDADE	300	0,95	285,00
50	33158	CATETER INTRAVENOSO (ABOCAT) N.16	ADVA	UNIDADE	400	0,95	380,00
51	18570	CATETER INTRAVENOSO (ABOCAT) N.20	ADVA	UNIDADE	800	0,95	760,00
52	681836	CEFALEXINA 500 MG COMP	TEUTO	UNIDADE	60.000	0,48	28.800,00
53	693754	CEFAZOLINA SODICA 1 GR INJ.	ARGILA	UNIDADE	1.000	2,15	2.150,00
54	693621	CETOCONAZOL CREME 20 MG	SOBRAL	UNIDADE	200	3,41	682,00
55	22426	CETOPROFENO 100MG IV INJ AMP.	CRISTALIA	UNIDADE	3.000	2,98	8.940,00
56	48927	CIMENTO DE HIDROXIDO DE CALCIO RADIO PACO.	TECHNEW	UNIDADE	30	21,00	630,00
57	48944	CIMENTO DE ZINCO LIQUIDO 10ML.	MAQUIRA	UNIDADE	30	7,74	232,20
58	48945	CIMENTO DE ZINCO PO 28GR 1 CLARO.	MAQUIRA	UNIDADE	30	9,25	277,50
59	693952	CIMENTO P/ PREENCHIMENTO TEMPORARIO DAS CAVIDADES DENTARIAS 20 GR.	TECHNEW	UNIDADE	50	11,22	561,00
60	693720	CLINDAMICINA 300 MG	TEUTO	UNIDADE	5.000	0,89	4.450,00
61	690626	CLOPIDOGREL 75MG CPR	GEOLAB	UNIDADE	1.000	0,89	890,00
62	14731	CLORAFENICOL 1GR IV INJ AMPOLA.	BLAU	UNIDADE	1.000	3,32	3.320,00
63	9612	CLORETO DE POTASSIO 19,1% INJ. 10ML	SAMTEC	UNIDADE	600	0,43	258,00
64	47909	CLORETO DE SODIO 0,9% 10ML INJ	SAMTEC	UNIDADE	800	0,30	240,00
65	14730	CLORETO DE SODIO 10% 10ML INJ	SAMTEC	UNIDADE	800	0,40	320,00
66	46000	CLORETO DE SODIO 20% 10ML	SAMTEC	UNIDADE	600	0,39	234,00
67	684427	CLORID. DE AMITRIPITILINA 25MG COMP.	TEUTO	UNIDADE	50.000	0,06	3.000,00
68	684426	CLORID. DE FLUOXETINA 20MG COMP	TEUTO	UNIDADE	30.000	0,07	2.100,00
69	693764	CLORIDRATO DE CEFEPIMA 1GR INJ.	TEUTO	UNIDADE	500	5,48	2.740,00
70	34968	CLORIDRATO DE DOBUTAMINA INJ. 250 MG/20ML IV 20ml	HYPOFARMA	UNIDADE	100	8,30	830,00
71	693752	CLORIDRATO DE LOPERAMIDA 2MG CPR (IMOSEC)	NEO QUIMICA	UNIDADE	500	0,33	165,00
72	37890	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML 2ML INJ.	ISOFARMA	UNIDADE	4.000	0,58	2.320,00
73	52404	CLORIDRATO DE RANITIDINA 50 MG 2 ML INJ.	TEUTO	UNIDADE	4.000	0,55	2.200,00
74	693708	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50 MG CPR	E.M.S	UNIDADE	500	0,17	85,00
75	51673	CLORIDRATO DE TIAMINA CPR 300MG	PRATI	UNIDADE	5.000	0,38	1.900,00
76	12324	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG 1ML INJ	TEUTO	UNIDADE	3.000	0,89	2.670,00
77	684530	COLAGENASE + CLORAFENICOL POMADA 30MG	CRISTALIA	UNIDADE	200	19,00	3.800,00
78	677470	COLAR CERVICAL TAMANHO G	MSO	UNIDADE	60	9,18	550,80
79	677469	COLAR CERVICAL TAMANHO M	MSO	UNIDADE	60	9,18	550,80
80	677468	COLAR CERVICAL TAMANHO P	MSO	UNIDADE	60	9,18	550,80
81	671369	COMPLEXO B IV/IM 2ML INJ	HYPOFARMA	UNIDADE	5.000	1,46	7.300,00
82	693773	CUNHA DE MADEIRA C/100	PHARMAINOX	CAIXA	30	9,08	272,40
83	690672	DECANOATO DE HALOPERIDOL 50MG/ML IM INJ	CRISTALIA	UNIDADE	1.000	3,23	3.230,00
84	684429	DEXCLORFENIRAMINA 100ML 0.4MG/ML SOL.ORAL	TEUTO	UNIDADE	4.000	1,99	7.960,00
85	693768	DIAZEPAN 10MG 2ML INJ.	TEUTO	UNIDADE	1.000	0,89	890,00
86	681848	DICLOFENACO SODICO 50 MG COMP	VITAMEDIC	UNIDADE	500	0,04	20,00
87	16192	DICLOFENACO SODICO 50MG COMP.	VITAMEDIC	UNIDADE	4.000	0,04	160,00
88	50771	DIGOXINA 0,25MG CPR.	PHARLAB	UNIDADE	20.000	0,08	1.600,00
89	38356	DIMETICONA COMPRIMIDO 40MG	PRATI	UNIDADE	1.500	0,23	345,00
90	16300	DIMETICONA GOTAS 10 ML	NATULAB	UNIDADE	100	1,50	150,00
91	690944	DIPIRONA 500 MG COMPRIMIDOS	PRATI	UNIDADE	5.000	0,14	700,00
92	6779	DIPIRONA 500 MG/ML INJ 2ML	TEUTO	UNIDADE	18.000	0,58	10.440,00
93	671379	DIPIRONA 500MG/ML 2ML IM/IV INJ	TEUTO	UNIDADE	7.000	0,58	4.060,00
94	33336	DIPIRONA SODICA 500 MG COMP	PRATI	UNIDADE	30.000	0,14	4.200,00
95	690527	DOXICICLINA 100MG	PHARLAB	UNIDADE	5.000	0,29	1.450,00

96	691742	ENALAPRIL 10 MG COMPRIMIDO	SANVAL	UNIDADE	50.000	0,06	3.000,00
97	47915	EPINEFRINA 1MG/ML 1ML INJ	BLAU	UNIDADE	500	3,26	1.630,00
98	22521	EQUIPO MICRO GOTAS FLEX C/INJ.LATERIAL	MED LINE	UNIDADE	5.000	1,48	7.400,00
99	671327	EQUIPO PARA INFUSAO DE SANGUE CAMARA DUPLA GRADUADA (VENEQUIPO)	LAMEDID	UNIDADE	200	3,47	694,00
100	31678	ERITROMICINA SUSP. 250MG 60ML	PRATI	UNIDADE	300	8,63	2.589,00
101	34254	ESCOVA + ESPONJA C/ PVPI PARA DEGERMAÇAO E ANTI-SEPSIA DAS MAOS	GOLDCOME	UNIDADE	1.000	2,52	2.520,00
102	7770	ESPELHO ODONTOLOGICO N. 05	IODONTOSUL	UNIDADE	100	3,35	335,00
103	50778	ESPIRONOLACTONA 25MG COMP.	ASPEN	UNIDADE	17.000	0,32	5.440,00
104	681646	FENOBARBITAL 40MG/ML 20 ML GTS	UNAI QUIMI-CA	UNIDADE	200	3,30	660,00
105	52412	FILME PARA RAIO X DE BOA QUALIDADE PARA REVELACAO MANU-AL 35 X 43 CM C/100	AGFA	CAIXA	40	479,00	19.160,00
106	14981	FINASTERIDA 5MG	MERK	UNIDADE	300	0,44	132,00
107	671332	FIO MONO NYLON 2.0 C/ AG 2 CORTANTE C/24 45 CM	TECNOFIO	CAIXA	50	44,40	2.220,00
108	671330	FIO MONO NYLON 2.0 C/ AG 3 CORTANTE C/24 45 CM	TECNOFIO	CAIXA	50	44,40	2.220,00
109	7865	FITA TESTE P/ AUTO CLAVE	EUROCEL	UNIDADE	500	4,11	2.055,00
110	53054	FLUOR GEL SABORES VARIADOS 200ML	IODONTOSUL	UNIDADE	50	4,93	246,50
111	671283	FORMALDEIDO ORTO-CRESOL (MATERIAL PARA DESINFECCAO DE CANAL RADICULAR) 10 ML	MAQUIRA	UNIDADE	30	7,57	227,10
112	46770	FUROSEMIDA 40MG. COMP.	PRATI	UNIDADE	100.000	0,06	6.000,00
113	14738	GENTAMICINA 80 MG/2ML INJ.	HYPOFARMA	UNIDADE	3.000	1,56	4.680,00
114	690503	GLIBENCLAMIDA 0,5MG COMP.	GEOLAB	UNIDADE	45.000	0,04	1.800,00
115	671380	GLICOSE 25% 10ML INJ	SAMTEC	UNIDADE	2.000	0,33	660,00
116	684516	GLICOSE 25% 10ML INJ	SAMTEC	UNIDADE	1.000	0,33	330,00
117	693757	HEPARINA SODICA INJ. 5000UI/ML 5 ML	CRISTLIA	UNIDADE	200	7,79	1.558,00
118	50787	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG CPR.	TEUTO	UNIDADE	150.000	0,03	4.500,00
119	693771	HIDROCORTISONA 100MG IM/IV INJ.	BLAU	UNIDADE	1.500	3,41	5.115,00
120	25047	HIDROXIDO DE ALUMINIO SUSP.100 ML	NATULAB	UNIDADE	200	3,83	766,00
121	38360	IBUPROFENO 50 MG/ML 30ML GOTAS	NATULAB	UNIDADE	300	2,30	690,00
122	51614	IBUPROFENO SOL. ORAL 50MG/ML 30ML	NATULAB	UNIDADE	4.000	2,30	9.200,00
123	693695	LAMOTRIGINA (LAMITOR) 100 MG CPR	CRISTALIA	UNIDADE	1.500	0,91	1.365,00
124	681665	LEVOTIROXINA SODICA 50 MG COMPRIMIDO	MERK	UNIDADE	5.000	0,18	900,00
125	50914	LORATADINA SUSP.1MG/ML 100ML	MARIOL	UNIDADE	3.000	3,60	10.800,00
126	684489	LUBRIFICANTE PARA CANETA DE ALTA E BAIXA ROTACAO 250ML	MAQUIRA	UNIDADE	25	20,54	513,50
127	690451	LUVA DE PROCEDIMENTO C/ PO TAM. P	MEDIX	CAIXA	1.000	23,80	23.800,00
128	12228	LUVA DE PROCEDIMENTO P C/ PO C/100	MEDIX	CAIXA	4.000	23,80	95.200,00
129	47917	METILSULFATO DE NEOSTIGMINA 0,5 MG/ML 1ML	BIOLAB	UNIDADE	500	1,44	720,00
130	684471	METOCLOPRAMIDA 5MG 2ML INJ.	ISOFARMA	UNIDADE	6.000	0,44	2.640,00
131	693769	METOPROLOL 50MG	ACCORD	UNIDADE	500	1,26	630,00
132	671383	METROCLOPRAMIDA GOTAS 10ML	MARIOL	UNIDADE	200	1,05	210,00
133	690504	METRONIDAZOL 40MG/ML 80ML SUSP.	ISOFARMA	UNIDADE	800	4,17	3.336,00
134	50821	METRONIDAZOL GEL VAGINAL 100MG/G 50GR + APLICADOR	PRATI	UNIDADE	1.500	7,88	11.820,00
135	12338	MIDAZOLAN 15MG/3ML INJ.	HIPOLABOR	UNIDADE	3.000	1,52	4.560,00
136	692310	NIFEDIPINO 20MG	GEOLAB	UNIDADE	30.000	0,13	3.900,00
137	16310	NIMESULIDA 100MG COMP	VITAMEDIC	UNIDADE	30.000	0,13	3.900,00
138	12340	NIMESULIDE GOTAS 50MG/ML 15ML	VITAMEDIC	UNIDADE	50	2,28	114,00
139	691776	OLEO MINERAL 100 ML	MARIOL	UNIDADE	500	3,78	1.890,00
140	31922	OMEPRAZOL 20MG COMP.	PRATI	UNIDADE	100.000	0,12	12.000,00
141	681882	PARACETAMOL 500MG COMP	HIPOLABOR	UNIDADE	35.000	0,08	2.800,00
142	53084	POTE DAPPEN	ARTE VIDRO	UNIDADE	10	2,72	27,20
143	681688	PREDNISONA 5MG COMPRIMIDO	E.M.S	UNIDADE	15.000	0,11	1.650,00
144	24808	PREDNISONA COMP 20MG	NEO QUIMICA	UNIDADE	200	0,32	64,00
145	50847	RANITIDINA 150MG CPR	TEUTO	UNIDADE	40.000	0,16	6.400,00
146	6679	REANIMADOR ADULTO	FOYOMED	UNIDADE	10	186,44	1.864,40
147	15838	REANIMADOR INFANTIL	DOYOMED	UNIDADE	10	186,44	1.864,40
148	690456	REZINA Z-100 UD 4 GR	3M	UNIDADE	25	51,60	1.290,00
149	693714	RIFAMICINA SPRAY	NATULAB	UNIDADE	30	5,44	163,20
150	693715	SECNIDAZOL 1000MG	PHARLAB	UNIDADE	100	0,98	98,00
151	48856	SERINGA DE CARPULE C/ REFLUXO.	BRASVAL	UNIDADE	35	28,10	983,50
152	50849	SINVASTATINA 20MG COMP.	PHARLAB	UNIDADE	40.000	0,10	4.000,00
153	48929	SISTEMA ADESIVO COM FLUOR FR. 4 ML.	MAQUIRA	UNIDADE	30	18,36	550,80
154	47941	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N. 4.5	COMPER	UNIDADE	100	5,13	513,00
155	47942	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N. 5.0	COMPER	UNIDADE	100	5,13	513,00
156	47943	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N. 5.5	COMPER	UNIDADE	100	5,13	513,00
157	47945	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N. 6.5	COMPER	UNIDADE	100	5,13	513,00
158	47946	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N. 7.0	COMPER	UNIDADE	100	5,13	513,00
159	47944	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N.6.0	COMPER	UNIDADE	100	5,13	513,00

160	691972	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N° 3,0	COMPER	UNIDADE	100	5,13	513,00
161	691973	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N° 3,5	COMPER	UNIDADE	100	5,13	513,00
162	691974	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N° 4,0	COMPER	UNIDADE	100	5,13	513,00
163	691969	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N° 7,5	COMPER	UNIDADE	100	5,13	513,00
164	691970	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N° 8,0	COMPER	UNIDADE	100	5,13	513,00
165	691971	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N° 8,5	COMPER	UNIDADE	100	5,13	513,00
166	690610	SONDA ENDOTRAQUEAL SEM BALAO 2.0	COMPER	UNIDADE	100	4,57	457,00
167	690608	SONDA ENDOTRAQUEAL SEM BALAO 3.0	COMPER	UNIDADE	100	4,57	457,00
168	690611	SONDA ENDOTRAQUEAL SEM BALAO 3.5	COMPER	UNIDADE	100	4,57	457,00
169	47938	SONDA ENDOTRAQUEAL SEM BALAO N. 2.5	COMPER	UNIDADE	100	4,57	457,00
170	690609	SONDA ENDOTRAQUEAL SEM BALAO N. 4.0	COMPER	UNIDADE	100	4,57	457,00
171	7901	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 08	FOYOMED	UNIDADE	100	1,17	117,00
172	690613	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 10	FOYOMED	UNIDADE	100	1,17	117,00
173	10960	SORO GLICOFISIOLOGICO 250ML	JP	UNIDADE	11.000	3,55	39.050,00
174	45851	SORO GLICOSADO 5% 250ML	JP	UNIDADE	10.000	3,60	36.000,00
175	19323	SORO RINGER C/ LACTATO 500ML	JP	UNIDADE	8.000	4,59	36.720,00
176	15214	SUGADOR DE SALIVA DESC C/40UND	SS PLUS	PACOTE	200	6,30	1.260,00
177	681694	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 400MG + 80MG COMPRIMIDO	PRATI	UNIDADE	40.000	0,17	6.800,00
178	7906	TESOURA CIRURGICA MAYO RETA 14 CM	WELDON	UNIDADE	40	24,34	973,60
179	47925	TOBRAMICINA 0.3% SOL. OFTALM. 5ML	NEO QUIMICA	UNIDADE	50	8,31	415,50
180	51678	VALPROATO DE SODIO CPR 250MG	BIOLAB	UNIDADE	10.000	0,47	4.700,00
181	51677	VALPROATO DE SODIO CPR 500MG	BIOLAB	UNIDADE	8.000	0,88	7.040,00
182	671288	VERNIZ FORRADOR DE CAVIDADES 10ML	SS WHITE	UNIDADE	25	16,10	402,50

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 21 de Junho de 2018.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

ADILVAN COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-ME

CNPJ Nº. 02.192.932/0001-09

Adilson da Silva Guimarães

CPF Nº. 032.519.248-00

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº. 011/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço que trata o Edital nº. 011/2018, levado a efeito às **08h00min** do dia **28/05/2018**, sagrou-se vencedoras as empresas:

ADILVAN COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-ME - CNPJ Nº: 02.192.932/0001-09 vencedora de 182 Itens totalizando R$ 657.964,20;FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME - CNPJ Nº. 03.250.803/0001-92 vencedora de 211 itens totalizando R$ 1.162.154,25;HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICO-HOSPITALAR LTDA-EPP - CNPJ Nº. 13.994.852/0001-93 vencedora de 119 itens totalizando **R$ 1.164.561,00;LP COMÉRCIO E PRESTAÇÃO SERVIÇOS LTDA-EPP** - CNPJ Nº: 10.832.896/0001-29 vencedora de 177 Itens totalizando **R$ 626.907,50**.

E, havendo 217 itens fracassados. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br**,** pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 21 de junho de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

DECRETO Nº021 DE 14 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE AS CONSIGNAÇÕES FACULTATIVAS EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Barão de Melgaço,

Considerando a necessidade de aprimorar os procedimentos afetos ao processamento das consignações em folha de pagamento dos servidores ativos e inativos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Barão de Melgaço de modo a assegurar a segurança e a agilidade dos respectivos processos;

Considerando a necessidade de criar regras e procedimentos operacionais no intuito de evitar a superação dos limites de endividamento estabelecidos na legislação municipal;

Considerando a implementação de sistema informatizado de gestão e controle dos empréstimos consignados pela Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1. Este Decreto regulamenta o processamento das consignações facultativas decorrentes de autorização pessoal dos servidores ativos e inativos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Barão de Melgaço, mediante o denominado sistema de consignação no âmbito da Gestão Integrada de Folha de Pagamento – GIF.

Parágrafo único.

Para os efeitos deste artigo, consideram-se servidores ativos da Administração Pública Municipal os servidores públicos efetivos e servidores ocupantes de cargo em comissão.

Art. 2. Considera-se, para fins deste Decreto:

I - consignatário: pessoa física ou jurídica de direito público ou privado destinatária dos créditos resultantes dos descontos obrigatórios ou das consignações facultativas, em decorrência de relação jurídica estabelecida por contrato com o consignado;

II - consignante: órgão ou entidade da Administração Pública municipal direta ou indireta, que procede, por intermédio da GIF, deduções relativas aos descontos obrigatórios e consignações facultativas na ficha financeira do servidor público ativo e inativo, em favor do consignatário;

III - consignado: servidor público ativo e inativo, integrante da Administração Pública direta ou indireta do Município de Barão de Melgaço, cuja folha de pagamento seja processada pela GIF, e que tenha estabelecido com o consignatário relação jurídica que autorize o desconto da consignação;

IV - consignação facultativa: desconto incidente sobre a remuneração, subsídio ou provento, mediante autorização prévia e formal do interessado, na forma deste Decreto;

V - suspensão da consignação irregular: suspensão dos descontos irregulares, sem, contudo afetar as consignações já em curso, as quais continuarão a ser descontadas nos contracheques dos servidores pelo Município, bem como repassadas em favor das consignatárias até a sua integral liquidação junto às consignatárias;

VI - exclusão da consignação irregular: exclusão dos descontos irregulares, sem, contudo, afetar as consignações já em curso, nas quais continuarão a ser descontadas nos contracheques dos servidores pelo Município,

bem como repassadas em favor das consignatárias até a sua integral liquidação junto às consignatárias;

VII - desativação temporária do consignatário: inabilitação do consignatário por determinado período de tempo em que fica vedada a inclusão de novas consignações através da GIF e a alteração das já efetuadas;

VIII - descredenciamento da consignatária: inabilitação do consignatário para novas operações de crédito, com rescisão do convênio ou da cooperação técnica com a Secretaria Municipal de Gestão, sem, contudo, afetar as consignações já em curso, nas quais continuarão a ser descontadas nos contracheques dos servidores pelo Município, bem como repassadas em favor das consignatárias;

IX - inabilitação permanente do consignatário: impedimento permanente de cadastramento de consignatário e de celebração de novo convênio ou cooperação técnica com a Secretaria Municipal de Gestão, sem contudo afetar as consignações já em curso, nas quais continuarão a ser descontadas nos contracheques dos servidores pelo Município, bem como repassadas em favor das consignatárias até a sua integral liquidação junto às consignatárias;

X - exclusão da consignação: cancelamento definitivo de uma consignação individual efetuada na ficha financeira de um consignado; e,

XI - FDPM: Fundo de Desenvolvimento de Pessoal do Município de Barão de Melgaço.

Art. 3. Para os fins deste decreto, são consignações facultativas, na seguinte ordem de prioridade:

I - contribuição para serviço de saúde prestado diretamente por órgão público municipal, ou para plano de saúde prestado mediante celebração de convênio ou cooperação técnica ou contrato com a Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, por operadora ou entidade aberta ou fechada;

II - prestações referentes à quitação de convênios ou de cooperações técnicas disponibilizadas aos servidores pela Associação dos Servidores da Prefeitura e Câmara Municipal de Barão de Melgaço e demais sindicatos ou entidades de classe de servidores, para aquisição de bens e serviços;

III - mensalidade relativa a seguro de vida originária de empresa de seguro;

IV - prestação referente a empréstimo concedido por cooperativas de crédito constituídas, na forma da lei, com a finalidade de prestar serviços financeiros a seus cooperados;

V - prestação referente a empréstimo ou financiamento concedidos por entidades bancárias, caixas econômicas ou entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação

VI - prestação referente a empréstimo ou financiamento concedidos por entidade aberta ou fechada de previdência privada.

§1º Os consignatários mencionados no inciso II somente poderão ser destinatários de consignações mediante a apresentação do instrumento particular firmado pelo servidor autorizando os respectivos descontos à Secretaria Municipal de Gestão.

§2º Os consignatários mencionados nos incisos V, VI e VII somente poderão ser destinatários de consignações relativas a empréstimos pessoais/financiamentos, inclusive aqueles realizados através de financiamentos habitacionais, arrendamento residencial ou reescalonamento de dívidas vencidas e vincendas.

CAPÍTULO II

DA NECESSIDADE DE CONVÊNIO OU COOPERAÇÃO TÉCNICA

Art. 4. Após estarem devidamente credenciados, os consignatários deverão, obrigatoriamente, em até noventa dias, firmar convênio ou cooperação técnica com o Município de Barão de Melgaço, representado pela Secretaria Municipal de Gestão, com prazo determinado.

§1º Com a entrada em vigor deste Decreto e implantação de sistema de controle e de gestão das consignações em folha de pagamento dos servidores municipais e a necessidade de promover a assistência social, a promoção cultural e a educação financeira com outros benefícios aos servidores, rescindem-se todos os convênios ou cooperações técnicas firmadas entre a Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço e os consignatários.

§2° A consignação em andamento, ainda que esteja em desacordo com as previsões do presente decreto, deverá ser processada normalmente até a última parcela junto à consignatária.

§3° As instituições consignatárias que mantém contratos de consignação vigentes na data da publicação do presente decreto deverão, mesmo que não tenham interesse em renovar seus convênios ou cooperações técnicas com o Poder Público, fazer o cadastramento e habilitar-se para o uso do sistema de controle e gestão indicado pela Administração Pública municipal, sob pena de retenção das parcelas em curso ou seu legado de parcelas, até que a pendência seja totalmente resolvida.

§4° A habilitação das entidades que não venham a renovar seus convênios ou cooperações técnicas com a Administração Pública municipal, nos termos do parágrafo anterior, deverá ser realizada sem qualquer ônus ou cobrança de taxa de qualquer espécie.

Art. 5. As instituições consignatárias que tenham interesse realizar consignações posteriores à entrada em vigor do presente Decreto, deverão solicitar por escrito a celebração ou a renovação de convênio ou cooperação técnica com a Administração Pública Municipal, preenchendo aos seguintes requisitos:

I - estar devidamente cadastrado e autorizado junto ao sistema informatizado de controle e gestão de empréstimos consignados indicado pela Administração Pública municipal a realizar operações de prestação de serviços financeiros mediante consignação em folha de pagamento;

II - possuir sede no município ou um representante legal com legitimidade para elaborar e encaminhar à Diretoria de Pessoal da Secretaria Municipal de Gestão, a outras instituições bancárias e aos servidores, correspondência e/ou mensagem eletrônica com as seguintes informações:

a) Cálculo de saldo devedor;

b) boletos para pagamento integral ou parcial do empréstimo, quer sejam das primeiras ou das últimas parcelas da obrigação;

c) material de divulgação;

d) carta de quitação e;

e) extrato mensal.

III - comprovar, através de documentos idôneos e nos termos da legislação vigente, a regularidade da instituição para prestação de serviços financeiros e a outorga de poderes ao signatário do requerimento para representar a instituição.

IV - atender às demais disposições do presente Decreto.

CAPÍTULO III

DA LIMITAÇÃO DA MARGEM CONSIGNÁVEL

Art. 6. A soma mensal das consignações facultativas de cada consignado não excederá a 30% (trinta por cento) da remuneração líquida do servidor, excluído do cálculo o valor pago a título de contribuição para serviços de saúde patrocinados por órgãos ou entidades públicas e as prestações referentes à quitação de convênios ou cooperações técnicas disponibilizados aos servidores pela Associação dos Servidores da Prefeitura e Câmara Municipal de Barão de Melgaço e demais sindicatos ou entidades de classe de servidores, para aquisição de bens e serviços, na forma prevista nos incisos I e II do art. 3º.

§1º A soma mensal das consignações facultativas de cada consignado, no que se refere aos valores pagos a título de contribuição para serviços de saúde patrocinados por órgãos ou entidades públicas e as prestações re-

ferentes à quitação de convênios ou cooperações técnicas disponibilizadas aos servidores pela Associação dos Servidores da Prefeitura e Câmara Municipal de Barão de Melgaço e demais sindicatos ou entidades de classe de servidores, para aquisição de bens e serviços, na forma prevista nos incisos I e II do art. 3º, não excederá a 10 % (dez por cento) da remuneração líquida do servidor, excetuada a margem prevista pelo caput deste artigo.

§2º Para os efeitos do disposto neste Decreto, considera-se remuneração líquida do servidor a que se refere o caput a soma do vencimento com os adicionais de caráter individual e demais vantagens pagas os servidores públicos ativos e inativos integrantes da Administração Pública direta ou indireta do Município de Barão de Melgaço, subtraídos os descontos obrigatórios.

§ 3º Não estão compreendidos na base de cálculo de que trata o caput os pagamentos referentes às vantagens de caráter eventual ou indenizatório, sendo excluídas ortanto:

I - diárias;

II - ajuda-de-custo;

III - indenização da despesa do transporte quando o servidor, em caráter permanente, for mandado servir em nova sede;

IV - salário-família;

V - auxílio-natalidade;

VI - auxílio-funeral;

VII - adicional de férias;

VIII - qualquer outro auxílio ou adicional estabelecido por lei e que tenha caráter indenizatório.

§ 4º As disposições deste artigo aplicam-se, no que couber, aos empregados públicos municipais e demais servidores cujas folhas de pagamento sejam processadas através da GIF, observado o disciplinamento a cargo da Secretaria Municipal de Gestão.

Art. 7. Os descontos obrigatórios, decorrentes de lei ou ordem judicial, prevalecem sobre consignações facultativas.

§1º Não será permitida nenhuma consignação facultativa que desrespeite o limite de até limite de 40% (quarenta por cento).

§2º Nenhuma consignação facultativa quando somada aos descontos obrigatórios poderá exceder a 70% (setenta por cento) da remuneração do consignado, e quando essa situação ocorrer deverá ser adequada no mês subsequente, mediante suspensão ou renegociação do servidor diretamente com o credor consignatário, respeitada a ordem de prioridade do art. 3º.

§3º Não será incluída ou processada na GIF a consignação que implique excesso do limite da margem consignável estabelecida nos §§ 1º e 2º, independentemente da ordem de prioridade estabelecida no art. 3º.

§4º Havendo duas consignações com a mesma prioridade, a mais recente será suspensa, de modo que a consignação posterior não cancele a anterior.

§5º Ressalvado o financiamento habitacional, arrendamento residencial ou reescalonamento de dívidas vencidas e vincendas, os empréstimos ou financiamentos realizados pelas entidades a que se referem os incisos V, VI e VII do art. 3º deverão ser amortizáveis até o limite de sessenta meses.

CAPÍTULO IV

DO CADASTRAMENTO DOS CONSIGNATÁRIOS E DA INCLUSÃO, ALTERAÇÃO OU CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Art. 8. Compete à Secretaria Municipal de Gestão efetuar o cadastramento dos consignatários de que trata este Decreto.

Parágrafo único.

Não serão cadastrados consignatários com relações decorrentes de cartão de crédito, respeitando-se os contratos já existentes até o seu termo final.

Art. 9. As operações de consignação serão aprovadas apenas através da GIF, com o uso de sistema informatizado de gestão de empréstimos consignados indicado pelo poder público, respeitadas as seguintes condições:

I - O prazo para amortização de novos empréstimos não poderá exceder noventa e seis meses;

II - O prazo para amortização de refinanciamentos não poderá exceder noventa e seis meses contados da data da operação;

III - O prazo para amortização nos casos de compra de dívidas não poderá exceder noventa e seis meses contados da data da operação;

Art. 10. A habilitação para o processamento de consignações dependerá de prévio cadastramento e recadastramento dos consignatários, a ser realizado de acordo com cronograma a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Gestão.

Art. 11. São requisitos exigidos para fins de cadastramento e recadastramento:

I - de todas as entidades:

a) estar regularmente constituída;

b) possuir escrituração e registros contábeis conforme legislação específica;

c) possuir regularidade fiscal comprovada.

II - das entidades referidas no inciso II do art. 3º:

a) possuir autorização para funcionamento há pelo menos dois anos;

b) possuir e manter número mínimo de associados equivalentes a oitenta por cento do total de servidores da categoria, carreira, quadro de pessoal ou base territorial ou geográfica que representam;

c) atender a outras exigências previstas na legislação aplicável à espécie.

III - das entidades referidas nos incisos V e VI do art. 3º:

a) possuir autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central do Brasil;

b) atender a outras exigências previstas na legislação federal aplicável à espécie.

IV - das entidades a que se refere o inciso VII do art. 3º:

a) possuir autorização de funcionamento expedida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;

b) atender a outras exigências previstas na legislação federal aplicável à espécie.

Art. 12. As entidades beneficiárias das consignações de que trata o art. 3º, deverão comprovar, periodicamente, na forma e prazos estabelecidos em portaria a ser expedida pela Secretaria Municipal de Gestão, a manutenção do atendimento das condições exigidas neste Decreto, por intermédio do recadastramento, bem como apresentar quadro demonstrativo de bens e serviços oferecidos aos consignados para divulgação.

Art. 13. Os consignatários de que tratam os incisos V, VI e VII do art. 3º deverão, até o último dia de cada mês, encaminhar à Secretaria Municipal de Gestão, informação quanto às taxas máximas de juros e todos os demais encargos inerentes à operação que serão praticados na concessão de empréstimo pessoal no mês subsequente.

§ 1º As taxas de juros praticadas deverão primar pelo menor índice praticado pelo mercado, em especial aqueles próprios para as consignações de servidores públicos.

§ 2º O não-cumprimento da obrigação prevista no caput implicará desativação temporária do consignatário até a regularização da situação infracional.

§ 3º A reincidência no descumprimento do disposto no caput em período de doze meses implicará o descredenciamento do consignatário.

§4º Para averbação de novos contratos, o consignatário deverá registrar no sistema o número de parcelas, a parcela, o valor do empréstimo, o valor total da operação, a taxa nominal e a taxa efetiva do contrato. Em caso de divergência, a operação será reprovada e deverá ser lançada com os dados corretamente acordados.

§5º Nos contratos de empréstimos firmados com os servidores deverá constar, em local de fácil verificação, cláusula destacada com os seguintes dizeres:

"É assegurada ao contratante a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, seja das primeiras ou das últimas parcelas, mediante redução proporcional dos juros contratados (desconto comercial) ou taxa SELIC, qual seja menor, fazendo com que o valor para quitação tenha deságio total, atualizando o saldo devedor a valor presente, ou proporcional no caso de liquidação parcial, hipótese em que o saldo devedor deverá ser recalculado e informado ao Poder Público através do sistema informatizado de gestão e controle de empréstimos consignados."

§ 6º A Secretaria Municipal de Gestão não será responsável pelos dados informados pelo consignatário, competindo-lhe, sempre que provocada na forma do art. 14, a adoção de providências nos casos em que as taxas e encargos praticados divergirem daquelas informadas.

Art. 14. No caso de desconto indevido, o servidor deverá formalizar termo de ocorrência junto à Diretoria de Pessoal da Secretaria Municipal de Gestão, no qual constará a sua identificação funcional e exposição sucinta dos fatos.

§ 1º No caso de formalização do termo de ocorrência de que trata o caput, a Diretoria de Pessoal da Secretaria Municipal de Gestão deverá notificar o consignatário em até cinco dias para comprovar a regularidade do desconto, no prazo de quinze dias.

§ 2º Não ocorrendo a comprovação da regularidade do desconto, serão suspensas as consignações irregulares e instaurado processo administrativo para apuração dos fatos.

§ 3º Instaurado o processo administrativo, de que trata o § 2º, o consignatário terá cinco dias para apresentação de defesa.

§4º No curso do processo administrativo, a autoridade responsável pelo julgamento poderá suspender a consignação por meio de decisão devidamente motivada, mediante prévia aquiescência do consignatário e do consignado.

Art. 15. Os valores referentes a descontos considerados indevidos deverão ser integralmente ressarcidos pelo consignatário ao prejudicado no prazo máximo de quarenta e cinco dias contados da constatação da irregularidade, na forma pactuada entre o consignatário e o consignado.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no caput implica desativação temporária do consignatário, nos termos do inciso IV do art. 20.

Art. 16. A consignação em folha de pagamento não implica corresponsabilidade dos órgãos e das entidades da Administração Pública municipal direta e indireta, cuja folha de pagamento seja processada pela GIF, por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária, assumidos pelo consignado junto ao consignatário.

Art. 17. As consignações em folha previstas no art. 3º poderão, por decisão motivada, a qualquer tempo ser:

I - suspensas, no todo ou em parte, por interesse da administração, observados os critérios de conveniência e oportunidade, após prévia comunicação à entidade consignatária, resguardados os efeitos jurídicos produzidos por atos pretéritos, ou por interesse do consignatário ou consignante, mediante solicitação expressa;

II - excluídas por interesse da administração, observados os critérios de conveniência e oportunidade, após prévia comunicação ao consignatário, resguardados os efeitos jurídicos produzidos em atos pretéritos, até seu efetivo encerramento, ou por interesse do consignatário ou consignante, mediante solicitação expressa;

III - por interesse do consignatário, mediante solicitação formal através da GIF de empréstimos consignados; e,

IV - por interesse ou determinação do órgão público.

§1º As consignações facultativas somente poderão ser excluídas a pedido do consignado mediante prévia aquiescência do consignatário e decisão motivada do consignante.

§2° No caso de afastamento do servidor com prejuízo de vencimentos, será suspensa a consignação, cessando, a partir do ato do afastamento, qualquer eventual responsabilidade da Administração Pública municipal pela transferência de recursos para quitação do saldo devedor.

§3° No caso de desligamento do servidor a Administração Pública municipal efetuará o último desconto das quantias referentes ao empréstimo consignado considerando eventuais valores rescisórios.

§4° A Administração Pública municipal não terá nenhuma responsabilidade pelo pagamento de saldos devedores existentes no ato de exoneração ou de afastamento de servidores.

Art. 18. As consignações facultativas somente poderão ser excluídas a pedido do consignado, mediante prévia aquiescência do consignatário e decisão motivada do consignante, exceto as referentes ao pagamento de plano de saúde e as que tiverem como consignatário sindicato ou entidade de classe de servidores, que dependerão apenas do pedido do consignado.

Art. 19. Ocorrerá a exclusão das consignações facultativas, sem, contudo, afetar as demais consignações já em curso, as quais continuarão a ser descontadas nos contracheques dos servidores pelo Município, bem como repassadas em favor das consignatárias até a sua integral liquidação junto às consignatárias nas seguintes hipóteses:

I - quando restar comprovada a irregularidade da operação, que implique vício insanável; e,

II - pela não utilização da rubrica pela entidade durante o período de seis meses ininterruptos.

Art. 20. Além da hipótese prevista no §2º do art. 13, ocorrerá a desativação temporária do consignatário, sem, contudo afetar as consignações já em curso, as quais continuarão a serem descontadas nos contracheques dos servidores pelo Município, bem como repassadas em favor das consignatárias até a sua integral liquidação junto às consignatárias:

I - quando constatada irregularidade no cadastramento, recadastramento, ou em processamento de consignação;

II - que deixar de prestar informações ou esclarecimentos nos prazos solicitados pela

administração e;

III - que deixar de efetuar o ressarcimento ao consignado nos termos previstos no art. 16.

Parágrafo único. A desativação temporária permanecerá até a regularização da situação infracional do consignatário, observada a hipótese prevista no inciso V do art. 21.

Art. 21. Ocorrerá o descredenciamento do consignatário, sem contudo afetar as consignações já em curso, as quais continuarão a serem descontadas nos contracheques dos servidores pelo Município, bem como repassadas em favor das consignatárias até a sua integral liquidação junto às consignatárias, quando:

I - ceder a terceiros, a qualquer título, rubricas de consignação;

II - permitir que terceiros procedam a consignações através da GIF;

III - utilizar rubricas para descontos não previstas no art. 3º;

IV - reincidir em práticas que impliquem sua desativação temporária; e

V - não regularizar em seis meses a situação que ensejou sua desativação temporária.

Art. 22. Ocorrerá a inabilitação permanente do consignatário, sem contudo, afetar as consignações já em curso, nas quais continuarão a serem descontadas nos contracheques dos servidores pelo Município, bem como repassadas em favor das consignatárias até a sua integral liquidação junto às consignatárias, nas hipóteses de:

I - reincidência em práticas que impliquem seu descredenciamento;

II - comprovada prática de ato lesivo ao servidor ou à administração, mediante fraude, simulação, ou dolo; e

III - prática de taxas de juros e encargos diversos dos informados à Secretaria Municipal de Gestão em atendimento à exigência do art. 13, na concessão de empréstimo pessoal.

Art. 23. O consignado ficará impedido, pelo período de até vinte e quatro meses, de incluir novas consignações em seu contracheque quando constatado, em processo administrativo, prática de irregularidade, fraude, simulação ou dolo relativo ao sistema de consignações.

Art. 24. A competência para instauração de processo administrativo para o cumprimento do disposto neste Capítulo será definida em ato do Secretário de Gestão, assegurando-se a ampla defesa e o devido processo legal.

CAPÍTULO V

DA RESPONSABILIDADE PELAS CONSIGNAÇÕES

Art. 25. A consignação facultativa em folha de pagamento não implica em responsabilidade do Município de Barão de Melgaço por dívida, inadimplência, desistência ou pendência de qualquer natureza assumida pelo consignado perante o consignatário.

Art. 26. Os consignatários são responsáveis solidariamente pelos prejuízos causados por atos de empresas terceirizadas que os representem no montante de suas operações e consignações.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27. O encaminhamento das consignações realizado pelo consignatário para a devida implantação em folha de pagamento deve ser efetuado por meio de arquivo digital, respeitando o layout do GIF.

Art. 28. As consignações decorrentes dos cartões de crédito já concedidas aos servidores serão canceladas após o término do contrato junto à instituição.

Art. 29. A Secretaria Municipal de Gestão editará ato com normas complementares necessárias à execução deste Decreto.

Art. 30. O gerenciamento realizado pelo GIF não trará qualquer ônus ao Poder Executivo Municipal, cabendo aos consignatários arcarem com o custeio do processamento.

Art. 31. Fica proibido firmar contratos ou convênios ou cooperações técnicas que desrespeitem as exigências previstas neste Decreto.

Art. 32. Não será permitido qualquer desrespeito ao limite de margem consignável, inclusive as consignações atualmente já inseridas, devendo-se adequarem no prazo máximo de noventa dias, conforme o interesse expresso do servidor.

Art. 33. Ficam revogadas as disposições em contrário a esse Decreto.

Art. 34. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em Barão de Melgaço-MT, 14 de junho de 2018.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

PORTARIA Nº 13.833 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre instauração de processo administrativo de sindicância que menciona e dá outras providências.

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **Roberto Ângelo de Farias**, no uso de atribuições legais, consoante as disposições da Lei Complementar Municipal n.º 03, de 04 de dezembro de 1991, e Lei Municipal n.º 3.884, de 06 de outubro de 2017, e bem como os preceptivos da Lei Federal n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e

Considerando a manifestação da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar exarada na data de 14 de junho de 2018, em resposta ao Memorando n.º 119/GAB/2018, de 18 de abril de 2018, do Exmo. Sr. Secretário-Chefe de Gabinete,

R e s o l v e:

Art. 1º. Instaurar processo administrativo de sindicância perante a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, em face de todos os membros integrantes da comissão de sindicância cujo processo recebeu o n.º 11.274/2015, à exceção de sua presidente, observando-se as substituições regulares desses membros, a fim de apurar possível irregularidade praticada supostamente de insubordinação, e bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, a contar da publicação desta Portaria, possui o prazo legal previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal para a realização dos trabalhos de apuração dos fatos e elaboração do relatório final, remetendo o processo logo após a autoridade julgadora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças-MT, 19 de junho de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.790 DE 08 DE JUNHO DE 2.018.

“Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Nomear, para exercer em comissão, a partir de 01 de junho de 2018, o cargo de Coordenadora do GEO-OBRAS (DAS-4), junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Obras, a Sra. **CRISTIANE CASSIANO PEREIRA.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 08 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.802 DE 14 DE JUNHO DE 2.018.

“Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Nomear, a partir de 14 de junho de 2018, para exercer em comissão, o cargo de Assessora Técnica em Controladoria (DAS-4), junto à Secretaria Municipal de Planejamento, a Sra. **LUENE PEREIRA DE SOUZA.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 14 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.799 DE 11 DE JUNHO DE 2.018.

"Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Nomear, para exercer em comissão, a partir de 11 de junho de 2018, o cargo de Coordenador Técnico de Informática (DAS-3), junto à Secretaria Municipal de Administração, o Sr. **NILSON RIBEIRO PINTO.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 11 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.995 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Projeto de Lei nº 028/2018, de autoria do Poder Executivo Municipal.

"Autoriza o Executivo Municipal a permutar as áreas que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a permutar com as pessoas abaixo identificadas, em decorrência da necessidade de ampliação da área do Cemitério do Jardim Nova Barra os seguintes lotes urbanos de sua propriedade:

I - A área de 287,50m² (duzentos e oitenta e sete metros e cinquenta centímetros quadrados), referente ao Lote 01 da Quadra 517, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua Dicuí, medindo 5,00m (chanfrado de 7,07 metros;

FUNDOS: para o Lote 38, medindo 10,00m;

L. DIREITO: para o Lote 02, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para a Rua São Salvador, medindo 25,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55255, a ser permutado pela área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), referente ao Lote 07 da Quadra 468, de propriedade do Sr. **UBALDO OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, pecuarista, CPF: 045.776.631-04 e CI/RG: 276.169 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, 63, Cidade Velha, nesta Cidade, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua Major Otávio Pitaluga, medindo 15,00m;

FUNDOS: para o Lote 07, medindo 15,00m;

L. DIREITO: para o Lote 25, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lotes 23, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55226.

II - A área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), referente ao Lote 02 da Quadra 517, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua Diacuí, medindo 10,00m;

FUNDOS: para o Lote 38, medindo 10,00m;

L. DIREITO: para o Lote 03, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lote 01, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55256, a ser permutado pela área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), referente ao Lote 22 da Quadra 468, de propriedade do Sr. **UBALDO OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, pecuarista, CPF: 045.776.631-04 e RG: 276.169 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, 63, Cidade Velha, nesta Cidade, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua Major Otávio Pitaluga, medindo 15,00m;

FUNDOS: para o Lote 09, medindo 15,00m;

L. DIREITO: para o Lote 23, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lotes 21, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55224.

III - A área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), referente ao Lote 03 da Quadra 517, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua Diacuí, medindo 10,00m;

FUNDOS: para o Lote 38, medindo 10,00m;

L. DIREITO: para o Lote 04, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lotes 02, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55257, a ser permutado pela área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), referente ao Lote 09 da Quadra 468, de propriedade do Sr. **UBALDO OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, pecuarista, CPF: 045.776.631-04 e RG: 276.169 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, 63, Cidade Velha, nesta Cidade, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua São Salvador, medindo 15,00m;

FUNDOS: para o Lote 22, medindo 15,00m;

L. DIREITO: para o Lote 10, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lotes 08, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55214.

IV - A área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), referente ao Lote 04 da Quadra 517, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua Diacuí, medindo 10,00m;

FUNDOS: para o Lote 07, medindo 10,00m;

L. DIREITO: para o Lote 05, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lotes 03, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55258, a ser permutado pela área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), referente ao Lote 10 da Quadra 468, de propriedade do Sr. **UBALDO OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, pecuarista, CPF: 045.776.631-04 e RG: 276.169 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, 63, Cidade Velha, nesta Cidade, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua São Salvador, medindo 15,00m;

FUNDOS: para o Lote 21, medindo 15,00m;

L. DIREITO: para o Lote 11, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lotes 09, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55215.

V - A área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), referente ao Lote 05 da Quadra 517, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua Diacuí, medindo 10,00m;

FUNDOS: para o Lote 07, medindo 10,00m;

L. DIREITO: para o Lote 04, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lotes 06, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55259, a ser permutado pela área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), referente ao Lote 12 da Quadra 468, de propriedade do Sr. **UBALDO OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, pecuarista, CPF: 045.776.631-04 e RG: 276.169 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, 63, Cidade Velha, nesta Cidade, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua São Salvador, medindo 15,00m;

FUNDOS: para o Lote 19, medindo 15,00m;

L. DIREITO: para o Lote 13, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lote 11A, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55216.

VI - A área de 287,50m² (duzentos e oitenta e sete metros e cinquenta centímetros quadrados), referente ao Lote 06 da Quadra 517, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua Diacuí, medindo 5,00m (chanfrado de 7,07 metros);

FUNDOS: para o Lote 07, medindo 10,00m;

L. DIREITO: para a Rua Vaticano, medindo 25,00m;

L. ESQUERDO: para o Lotes 05, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55260, a ser permutado pela área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), referente ao Lote 13 da Quadra 468, de propriedade do Sr. **UBALDO OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, pecuarista, CPF: 045.776.631-04 e RG: 276.169 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, 63, Cidade Velha, nesta Cidade, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua São Salvador, medindo 15,00m;

FUNDOS: para o Lote 18, medindo 15,00m;

L. DIREITO: para os Lotes 14 e 15, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lote 12, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55217.

VII - A área de 311,54m² (trezentos e onze metros e cinquenta e quatro centímetros quadrados), referente ao Lote 08 da Quadra 517, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua Vaticano, medindo 10,38m;

FUNDOS: para o Lote 37, medindo 10,38m;

L. DIREITO: para o Lote 09, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lotes 07, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55262, a ser permutado pela área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), referente ao Lote 18 da Quadra 468, de propriedade do Sr. **UBALDO OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, pecuarista, CPF: 045.776.631-04 e RG: 276.169 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, 63, Cidade Velha, nesta Cidade, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para a Rua Major Otavio Pitaluga medindo 15,00m

FUNDOS: para o Lote 13, medindo 15,00m;

L. DIREITO: para o Lote 19, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para os Lotes 16 e 17, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55220.

VIII - A área de 311,54m² (trezentos e onze metros e cinquenta e quatro centímetros quadrados), referente ao Lote 37 da Quadra 517, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua São Salvador, medindo 10,38m;

FUNDOS: para o Lote 08, medindo 10,38m;

L. DIREITO: para o Lote 38, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lotes 36, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55214, a ser permutado pela área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), referente ao Lote 16 da Quadra 468, de propriedade da **CONSTRUTORA PANUCCI LTDA - EPP**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 02.522.747/0001-35, com sede na av. Senador Valdon Varjão, 3601, qd. 01, lt. 03, Bairro Serra Dourada, nesta Cidade, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua São Fidalgo, medindo 15,00m;

FUNDOS: para o Lote 18, medindo 15,00m;

L. DIREITO: para o Lote 17, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lote 15, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55218.

IX - A área de 311,54m² (trezentos e onze metros e cinquenta e quatro centímetros quadrados), referente ao Lote 38 da Quadra 517, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua São Salvador, medindo 10,38m;

FUNDOS: para o Lote 07, medindo 10,38m;

L. DIREITO: para os Lotes 01,02 e 03, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para os Lotes 37, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55214, a ser permutado pela área de 437,50m² (quatrocentos e trinta e sete vírgula cinquenta metros quadrados), referente ao Lote 17 da Quadra 468, de propriedade do Sr. **ALTAIR MARCOS FERREIRA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, policial militar, CPF: 031.254.961-01 e CI. RG: 886.572-SESP/PM-MT, residente e domiciliado na Rua Manoel Camerino, 725, apto. 01, Vila Maria Lúcia, nesta Cidade, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua São Fidalgo, medindo 10,00m;

FUNDOS: para o Lote 18, medindo 15,00m;

L. DIREITO: para a Rua Major Otavio Pitaluga medindo 25,00m;

L. ESQUERDO: para o Lote 16, medindo 30,00m;

CHANFRADO: para a Rua Fidalgo, medindo 7,07m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55219.

X - A área de 311,54m² (trezentos e onze metros e cinquenta e quatro centímetros quadrados), referente ao Lote 09 da Quadra 517, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua Vaticano, medindo 10,38m;

FUNDOS: para o Lote 36, medindo 10,38m;

L. DIREITO: para o Lote 10, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lotes 08, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55214, a ser permutado pela área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), referente ao Lote 19 da Quadra 468, de propriedade do Sr. **UBALDO OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, pecuarista, CPF: 045.776.631-04 e RG: 276.169 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, 63, Cidade Velha, nesta Cidade, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para a Rua Major Otavio Pitaluga medindo 15,00m

FUNDOS: para o Lote 12, medindo 15,00m;

L. DIREITO: para o Lote 20, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lote 18, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55221.

XI - A área de 311,54m² (trezentos e onze metros e cinquenta e quatro centímetros quadrados), referente ao Lote 36 da Quadra 517, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua São Salvador, medindo 10,38m;

FUNDOS: para o Lote 09, medindo 10,38m;

L. DIREITO: para o Lote 37, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lote 35, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55214, a ser permutado pela área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), referente ao Lote 20 da Quadra 468, de propriedade do Sr. **UBALDO OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, pecuarista, CPF: 045.776.631-04 e RG: 276.169 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, 63, Cidade Velha, nesta Cidade, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para a Rua Major Otavio Pitaluga medindo 15,00m

FUNDOS: para o Lote 11 e 11A, medindo 15,00m;

L. DIREITO: para o Lote 21, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lote 19, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55222.

XII - A área de 960,30m² (novecentos e sessenta metros e trinta centímetros quadrados), referente ao Lote 01 da Quadra 33, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua 11, medindo 44,82m;

FUNDOS: para a Rua Perimetral 01, medindo 51,98m;

L. DIREITO: para a Rua 11 e Rua Perimetral 01, medindo 3,79m;

L. ESQUERDO: para Avenida A, medindo 26,57m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 68093, a ser permutado pela área total de 1.350,00m² (um mil trezentos e cinqüenta metros quadrados), referente aos Lotes 23, 24 e 08 da Quadra 468, de propriedade do Sr. **UBALDO OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, pecuarista, CPF: 045.776.631-04 e RG: 276.169 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, 63, Cidade Velha, nesta Cidade, com os seguintes limites e confrontações:

LOTE: 08

FRENTE: para a Rua São salvador, medindo 15,00m

FUNDOS: para o Lote 23, medindo 15,00m;

L. DIREITO: para o Lote 09, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lote 07, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55213.

LOTE: 23

FRENTE: para a Rua Major Otávio Pitaluga, medindo 15,00m

FUNDOS: para o Lote 08, medindo 15,00m;

L. DIREITO: para o Lote 24, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lote 22, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55225.

XIII – A área de 450,00m² (quatrocentos e conquenta metros quadrados), referente ao Lote 08 da Quadra 495, com os seguintes limites e confrontações?

FRENTE: para a Rua Xavante, medindo 15m.

FUNDOS: para o Lote 23, medindo 15m.

L. DIREITO: para o Lote 09, medindo 30m.

L.ESQUERDO: para o Lote 07, medindo 30m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 29835, a ser permutado pela área total de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), referente aos Lotes 24 da Quadra 468, de propriedade do Sr. **UBALDO OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, pecuarista, CPF: 045.776.631-04 e RG: 276.169 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, 63, Cidade Velha, nesta Cidade, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para a Rua Major Otávio Pitaluga, medindo 15,00m

FUNDOS: para o Lote 07, medindo 15,00m;

L. DIREITO: para o Lote 25, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lote 23, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55226.

XIV - A área de 311,54m² (trezentos e onze metros e cinquenta e quatro centímetros quadrados), referente ao Lote 07 da Quadra 517, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para Rua Vaticano, medindo 10,38m;

FUNDOS: para o Lote 38, medindo 10,38m;

L. DIREITO: para o Lote 08, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para os Lotes 04, 05 e 06, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55261, a ser permutado pela área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), referente ao Lote 21 da Quadra 468, de propriedade do Sr. **REGINALDO DA SILVA BARBOSA**, brasileiro, solteiro aposentado, CPF: 001.711.761-54 e RG: 1.507.897-3 SSP/MT, e **ALINNE**

PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, do lar, CPF: 704.569.331-15 e RG: 1.374.613-8 SSP/MT residente e domiciliado na Rua Walmir dos Santos, 917, Bairro Sena Marques, nesta Cidade, com os seguintes limites e confrontações:

FRENTE: para a Rua Major Otavio Pitaluga medindo 15,00m

FUNDOS: para o Lote 10, medindo 15,00m;

L. DIREITO: para o Lote 22, medindo 30,00m;

L. ESQUERDO: para o Lote 20, medindo 30,00m.

Devidamente matriculado no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca, sob o nº 55223.

Art. 2º - A presente permuta visa ampliar a área do Cemitério Municipal localizado no Jardim Nova Barra, conforme Mapa, Laudo de Avaliação e certidões das matriculas dos imóveis em questão acostado ao presente projeto.

Art. 3° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT., 19 de junho de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

EXTRATO 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2017 – TP 004/2017

O Município de Barra do Garças – MT, torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada, **MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA-ME**, que tem por objetivo no **Lote 01**, manter em **R$ 390.775,58** (trezentos e noventa mil, setecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), com as alterações nos serviços e material previstos na Planilha de Realinhamento de Serviços. Barra do Garças - MT, 21 de Junho de 2018.

PORTARIA Nº 13.789 DE 08 DE JUNHO DE 2.018.

"Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Nomear, para exercer em comissão, o cargo de Agente de Correios Distrital (DAS-1), junto à Secretaria Municipal de Administração, o Sr. **MÁRIO ÂNGELO DE ARAÚJO FERNANDES.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 08 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.824 DE 15 DE JUNHO DE 2.018.

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal;

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, 03 (três) meses de licença-prêmio, **a ser gozada de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde**, referente ao quinquênio 2012/2017, à servidora **SILVANIA FERREIRA DE SOUZA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente de Combate à Endemias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.816 DE 15 DE JUNHO DE 2.018.

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio ao servidor que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal;

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, 03 (três) meses de licença-prêmio, **a ser gozada de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde**, referente ao quinquênio 2013/2018, ao servidor **SINVAL TAVARES DA LUZ**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente de Combate à Endemias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.834 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre instauração de processo administrativo de sindicância que menciona e dá outras providências.

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **Roberto Ângelo de Farias**, no uso de atribuições legais, consoante as disposições da Lei Complementar Municipal n.º 03, de 04 de dezembro de 1991, e Lei Municipal n.º 3.884, de 06 de outubro de 2017, e bem como os preceptivos da Lei Federal n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e

Considerando a manifestação da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar exarada na data de 14 de junho de 2018, em resposta ao Memorando n.º 119/GAB/2018, de 18 de abril de 2018, do Exmo. Sr. Secretário-Chefe de Gabinete,

R e s o l v e:

Art. 1º. Instaurar processo administrativo de sindicância perante a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, em

face de todos os integrantes da comissão de sindicância cujo processo recebeu o n.º 11.380/2016, observando-se as substituições regulares de seus membros, a fim de apurar possível irregularidade praticada supostamente de insubordinação, e bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, a contar da publicação desta Portaria, possui o prazo legal previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal para a realização dos trabalhos de apuração dos fatos e elaboração do relatório final, remetendo o processo logo após a autoridade julgadora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças-MT, 19 de junho de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.832 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre instauração de processo administrativo disciplinar que menciona e dá outras providências.

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **Roberto Ângelo de Farias**, no uso de atribuições legais, consoante as disposições da Lei Complementar Municipal n.º 03, de 04 de dezembro de 1991, e Lei Municipal n.º 3.884, de 06 de outubro de 2017, e bem como os preceptivos da Lei Federal n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e

Considerando a manifestação da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar exarada na data de 14 de junho de 2018, em resposta ao Memorando n.º 119/GAB/2018, de 18 de abril de 2018, do Exmo. Sr. Secretário-Chefe de Gabinete,

R e s o l v e:

Art. 1º. Instaurar processo administrativo disciplinar, pelo o rito ordinário, perante a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, em face da servidora Thaís Assunção Nunes, presidente da comissão de sindicância cujo processo recebeu o n.º 11.274/2015, a fim de apurar possíveis irregularidades mencionadas no Memorando n.º 119/GAB/2018, de 18 de abril de 2018, do Exmo. Sr. Secretário-Chefe de Gabinete Municipal, e na manifestação da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar datada de 14 de junho de 2018, e bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. Determinar que seja oficiado o Ministério Público do Estado de Mato Grosso na Comarca de Barra do Garças-MT, a Delegacia de Polícia Judiciária Civil Municipal competente e a Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Município Barra do Garças-MT quanto a instauração do presente processo administrativo disciplinar, com remessa de cópia desta Portaria e de toda a documentação até aqui produzida, informando que tão logo concluído o processo cópia integral será igualmente remetida.

Art. 3º. A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, a contar da publicação desta Portaria, possui o prazo legal previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal para a realização dos trabalhos de apuração dos fatos e elaboração do relatório final, remetendo o processo logo após a autoridade julgadora.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças-MT, 19 de junho de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.831 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre instauração de processo administrativo disciplinar que menciona e dá outras providências.

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **Roberto Ângelo de Farias**, no uso de atribuições legais, consoante as disposições da Lei Complementar Municipal n.º 03, de 04 de dezembro de 1991, e Lei Municipal n.º 3.884, de 06 de outubro de 2017, e bem como os preceptivos da Lei Federal n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e

Considerando a manifestação da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar exarada nos autos do processo de sindicância n.º 11.274/2015, datada de 08 de junho de 2018,

R e s o l v e:

Art. 1º. Declarar a nulidade absoluta total do relatório subscrito pela presidente da Comissão de Sindicância constituída mediante a Portaria n.º 11. 274/2015, Thaís de Assunção Nunes, datado de 18 de março de 2016; processo administrativo de mesmo número.

Art. 2º. Instaurar processo administrativo disciplinar, pelo o rito ordinário, perante a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, em face de todos os sindicados mencionados no relatório invalidado no artigo anterior, constante do processo administrativo de sindicância n.º 11.274/2015, a fim de apurar ao fatos que constituem seu objeto e os conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 3º. A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, a contar da publicação desta Portaria, possui o prazo legal previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal para a realização dos trabalhos de apuração dos fatos e elaboração do relatório final, remetendo o processo logo após a autoridade julgadora.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças-MT, 19 de junho de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13. 806 DE 15 DE JUNHO DE 2.018.

"*Dispõe sobre concessão de 02 (dois) meses de benefício do SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora que menciona."*

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando a alteração ocorrida no Art. 88, da Lei Complementar nº 03/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, por meio da Lei Complementar nº 190, de 20 de junho de 2016, passando de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias consecutivos à licença gestante, sem prejuízo da remuneração,

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder o benefício de mais 02 (dois) meses o SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. **PRISCILLA MAYUMI NOLETO YAMAMOTO**, efetiva no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 15/06/2018 e término em 15/08/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.825 DE 15 DE JUNHO DE 2.018.

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal,

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, a partir de 01 de agosto de 2018, 03 (três) meses de Licença-Prêmio, referente ao período aquisitivo 2013/2018, à servidora **SÔNIA CÉLIA VIEIRA DA SILVA,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente de Saúde Ambiental.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Garças/MT, aos 15 dias do mês de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 292 DE 18 DE JUNHO DE 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 26415, de 15 de junho de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **MARIOLAN LARA GARCIA,** lotado na Secretaria de Educação, como responsável para fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
94/2018	A.M. DE ABREU EIRELI - ME	Constitui o objeto do presente termo de referência, o registro de preços visando a futura e eventual contratação de empresa especializada em serviço de Dedetização Geral, Limpeza de Reservatório de água e Limpeza de Forros e Áreas com ninhos para atender as necessidades dos prédios e unidades escolares pertencentes a Secretaria de Educação.	18/05/2018	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de junho de 2018.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em:18.06.18.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2018

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, torna pública a realização de licitação na modalidade CHAMADA PUBLICA, objetivando a aquisição de Gêneros Alimentícios Proveniente da Agricultura Familiar, para compor o cardápio da alimentação escolar do ano letivo de 2018 pelo período de 06 (seis) meses, visando atender a Lei n° 11.947/2009.

Habilitação e Projeto de Venda: Os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação completa para Habilitação e Projeto de Venda do dia 11 de junho a 21 de junho de 2018, das 07h30min às 08h30min na Secretaria de Administração - Setor de Licitação

Realização: 21 de junho de 2018 às 08h30min horas, Horário de Cuiabá-MT.

Resultado: Empresas credenciadas: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR nos itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21; perfazendo o valor total de R$ 155.848,32 (cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos) - ASSOCIAÇÃO FLOR DE IPÊ nos itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21; perfazendo o valor total de R$ 155.848,32 (cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos). Abre-se, então, prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis.

Prefeitura de Cáceres, 21 de junho de 2018.

Alice de Fátima Gonzaga Araujo

Presidente da Comissão de Licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 290 DE 18 DE JUNHO DE 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 26415, de 15 de junho de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **WESLEY ALENCAR DE FREITAS,** lotado na Secretaria de Educação, como responsável para fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
80/2018	PODIUM COMERCIO E	Contratação de empresa especializada em manutenção	07/05/2018	12 meses

	ATACADISTA DE AUTOPEÇAS	corretiva e preventiva, com fornecimento de peças genuínas, ou originais ou similares com prazo de garantia de fábrica para veículos e Motocicletas independente de marca, conforme especificação técnica descrita no presente contrato para atender a demanda do Poder Executivo Municipal.		

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de junho de 2018.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em:18.06.18.

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 002/2018/SMAS

EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL DE PRAZO – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO 2016/01

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº 016/2016/SMAS, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, Eliane Batista, ora denominada contratante, e senhor(a) Nayara Fernandes Rodrigues Balduino denominado contratado, no cargo de Psicóloga com fulcro do Decreto n° 342 de 21 de junho de 2017 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado 2016/01, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 14/09/2018;

Art. 2º) A prorrogação do contrato prevista na cláusula anterior assegura ao Contratado a Licença maternidade do período 19 de março de 2018 à 14 de setembro de 2018, conforme o Decreto nº 276 de 27 de abril de 2018.

Art.3° O presente Aditivo Contratual de prazo com início de 01/07/2018 e término 14/09/2018

Art.4° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser cumpridas pelo presente aditivo.

Art.5° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres/MT, 22 de junho de 2018

_____

Contratada

_____

Eliane Batista

Secretária Municipal de Assistência Social

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA Nº 16/2018

Protocolo Nº 22810/2018

Interessado: Prefeitura Municipal de Cáceres

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO, visando à locação de imóvel para instalação do novo Arquivo Público Municipal de Cáceres-MT.

Fundamento: Artigo 24, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, alterações posteriores e também amparados nos princípios da finalidade pública e princípio da continuidade do serviço público.

Locador: LUIZA ARAUJO MESQUITA DOS SANTOS, CPF: 763.439.361-49

Valor: 72.000,00 (setenta dois reais)

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, da Lei Federal n° 8.666 /1993.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de junho de 2018.

Junior Cezar Dias Trindade

Secretário Municipal de Turismo e Cultura

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 38/2018

A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e:

Considerando o que consta no processo nº 7651 de 19 de fevereiro de 2018;

Considerando as atribuições da Comissão Paritária, responsável pela condução do Processo Seletivo Simplificado, instituída pela Portaria nº 080 de 22 de fevereiro de 2018;

RESOLVE:

I - CONVOCAR os candidatos Aprovados e Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, **Escolas Urbanas e do Campo,** para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Getúlio Vargas – S/Nº, bairro Santa Isabel, ao lado da Secretaria de Saúde, no dia **21/06/2018 (quinta-feira)**, às **13:30H** para compor o quadro de vagas apresentadas por esta Secretaria, conforme **Anexo I** deste edital;

II - INFORMAR que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme **Anexo II.**

Cáceres, 20 de junho de 2018.

Antonia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

CONVOCAÇÃO PARA LOTAÇÃO/ATRIBUIÇÃO

ESCOLAS URBANAS – AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO: GUARDA

CL.	NOME	PONTUACAO	CD (*)	DATA DE NASC.	SITUACAO
30	FABIANO DE SOUZA DIAS	5,00	MI	11/05/1990	CLASSIFICADO
31	EMERSON ALEX SOARES DA SILVA	5,00	MI	14/09/1990	CLASSIFICADO

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos; Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF); Certidão de Casamento ou Nascimento; Título de Eleitor; Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais; Certidão de Reservista (quando do sexo masculino); Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho); Cadastro do PIS/PASEP Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC (AUTENTICADO); Número do CPF do Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou dependentes; Certidão de Nascimento dos filhos; Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso); Comprovante de Residencia à data da Contratação; Declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, com firma reconhecida em cartório; Atestado Médico Admissional; Certidão Negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existencia ou inexistencia de ações cíveis e criminais. Declaração de Bens com firma reconhecida em cartório; Certidão Negativa de Débitos junto ao município; Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função, com firma reconhecida em cartório; Telefone e email

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/2018/SMAS

EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL DE PRAZO – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO 2016/01

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº 031/2017/SMAS, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, Eliane Batista, ora denominada contratante, e senhor(a) Maria José Dantas Souza denominado contratado, no cargo de Advogada com fulcro do Decreto n° 342 de 21 de junho de 2017 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado 2016/01, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 29/09/2018;

Art. 2º) A prorrogação do contrato prevista na cláusula anterior assegura ao Contratado a Licença maternidade do período 03 de abril de 2018 à 29 de setembro de 2018, conforme o Decreto nº 245 de 18 de abril de 2018.

Art.3° O presente Aditivo Contratual de prazo com início de 01/07/2018 e término 29/09/2018

Art.4° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser cumpridas pelo presente aditivo.

Art.5° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres/MT, 22 de junho de 2018

_____

Contratada

_____

Eliane Batista

Secretária Municipal de Assistência Social

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

EXTRATO DO CONTRATO ADM. Nº 115/2018–PGM

CONTRATANTE: Município de Cáceres-MT, através da **Secretaria Municipal de Turismo e Cultura**

CONTRATADA: **XX ASSESSORIA E REPRESENTAÇÃO-ME**

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018

OBJETO: Constitui o objeto do presente Contratação de Empresa Especializada em intermediação, agenciamento e representação de direitos artísticos com exclusividade para execução do Show Regional da Banda Mamute Jazz de Rua (05 espetáculos de músicas), Henrique Maluf & Banda (01 espetáculo de música) e do Comediante Maurício Ricardo (01 espetáculo de Humor) a serem executados nos dias 06, 07, 08, 09 e 10 de Junho de 2018, durante a realização do 37º Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres/FIPe 2018 – Mostra Artístico-Cultural, no espaço da Praça de Eventos da SICMATUR, conforme especificações:

3.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

SHOW	QUANT. DE APRESENTAÇÕES	VALOR
MAMUTE JAZZ DE RUA	05	R$ 18. 000,00
HENRIQUE MALUF & BANDA	01	R$ 8.000,00
HUMORISTA MAURÍCIO HENRIQUE	01	R$ 7.000,00

VALOR: A contratante pagará à contratada pelo fornecimento do objeto o valor total de **R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), conforme Ficha nº 703, Pedido 02426/18 de 04/06/2018.**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato Administrativo será de **60 (sessenta) dias** a partir da data de assinatura deste Contrato

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos

02.09.0.1	23.695.1006.1257	3.3.90.39.23	124 - Rec. de Convênios

Prefeitura de Cáceres – MT, 04 de junho de 2018.

JUNIOR CÉZAR DIAS TRINDADE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

CONTRATANTE

ADILSON APARECIDO DE SOUZA JÚNIOR

XX ASSESSORIA E REPREENTAÇÃO

CONTRATADA

EXTRATO DO CONTRATO ADM. Nº 123/2018–PGM

***CONTRATANTE: Município de Cáceres-MT, através da* Secretaria Municipal de Turismo e Cultura**

***CONTRATADA:* CAROLINA MIRANDA BARROS–ME (DONA TATU PRODUÇÕES ARTÍSTICAS**

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 16/2018

OBJETO: Constitui o objeto do presente Contrato Administrativo a Contratação de Empresa Especializada em intermediação, agenciamento e representação de direitos artísticos com exclusividade para execução do Show Regional da Banda Os Salomanos, a ser realizado no dia 08 de Junho de 2018, durante a realização do 37º Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres/FIPe 2018 – Mostra Artístico-Cultural, no espaço da Praça de Eventos da SICMATUR, conforme especificações:

3.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE APRESENTAÇÕES	VALOR TOTAL
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO SHOW REGIONAL BANDA SALOMANOS, A SER REALIZADOS NO DIA 08 DE JUNHO DE 2018, DURANTE A REALIZAÇÃO DO 37º FESTIVAL INTERNACIONAL DE PESCA ESPORTIVA DE CÁCERES/FIPE 2018 – MOSTRA ARTÍSTICO-CULTURAL, NO ESPAÇO DA PRAÇA DE EVENTOS DA SICMATUR.	1 (08/06/2018)	R$ 8.000,00

VALOR: A contratante pagará à contratada pelo fornecimento do objeto o valor total de **R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), conforme Ficha nº 703, Pedido n. º 02453/18 de 07/06/2018.**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato Administrativo será de **60 (sessenta) dias** a partir da data de assinatura deste Contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta dos recursos próprios do orçamento vigente, alocado sob a classificação funcional.

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
02.09.0.1	23.695.1006.1257	3.3.90	124 - Rec. de Convênios

Prefeitura de Cáceres – MT, 07 de junho de 2018.

JUNIOR CÉZAR DIAS TRINDADE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

CONTRATANTE

CAROLINA MIRANDA BARROS

CAROLINA MIRANDA BARROS–ME (DONA TATU PRODUÇÕES ARTÍSTICAS)

CONTRATADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 291 DE 18 DE JUNHO DE 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 26415, de 15 de junho de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA LUZ,** lotado na Secretaria de Educação, como responsável para fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
129/2018	CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-ME	Contratação de Instituição/empresa especializada em treinamento e capacitação de pessoas para o desenvolvimento e a realização de curso especializado para condutores de veículos de transporte escolar, promovido pela Secretaria Municipal de Cáceres-MT, para manter seu quadro funcional devidamente qualificado e atualizado, conforme itens descriminados neste contrato.	07/05/2018	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de junho de 2018.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em:18.06.18.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2018

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

CONTRATADA: Rosa Maria Cardoso Peixoto, CPF nº 580.790.681-00.

OBJETO: locação de um imóvel comercial para instalação do DETRAN – Departamento de Trânsito Municipal.

VALOR: R$ 14.400,00 (catorze mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: 12 (dose) meses.

DOTAÇÃO: 03.010.04.122.0001.5006.3390360000 RED. 0065

ASSINAM: Jeovan Faria, por parte da CONTRATANTE e Rosa Maria Cardoso Peixoto, por parte da CONTRATADA.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 7699 DE 01 DE JUNHO DE 2018

PORTARIA DE Nº 7699 DE 01 DE JUNHO DE 2018

*"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS **NO MÊS DE JUNHO** PARAOS SERVIDORES RELACIONADOS ABAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor da Escala de férias anual.

RESOLVE:

I –Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, as ***"Férias"*** aos servidoresrelacionados na tabela abaixo e seus respectivos períodos aquisitivos.

MATRICULA	NOME
1283	EMILIA ALVES DOS SANTOS
77	ERSON MENDES MOREIRA
1739	JULIANA DA CUNHA COSTA
1740	LIENE MARIA DA CUNHA
146	MACIEL ALVES FERREIRA
155	MARIA ALVES DE SOUZA
233	SANDRA GRACIANA DE SOUZA GUIMARAES SILVA
251	WANDERLEY PEREIRA DE LIMA PRADO

II - Esta portaria entra em vigor na data de 01 de Junho de 2018.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 01 de Junho de 2018

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
CHAMADA PÚBLICA Nº 009/2018

CHAMADA PÚBLICA Nº 009/2018

O **MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS-MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ nº 00.965.152/0001-29, com sede no endereço constante do rodapé, neste ato por seu representante legal, Sr. **JEOVAN FARIA**, brasileira, casado, Agente Político, Inscrito na CIRG nº 972. 265 - SSP – MT e no CPF nº 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua 31 de Março, nº1.680, Centro, Campinápolis – MT, publiciza a presente **CHAMADA PÚBLICA** que tem como escopo selecionar Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais sediada no Município de Campinápolis-MT, para, nos termos da Lei Municipal nº 1.207/2018, firmar termo de Concessão de Uso de Bens Móveis(Patrulha Mecanizada), nos termos e condições seguintes:

I - DO OBJETO

1. A presente Chamada Pública tem como objeto, a **Seleção de Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais sediada no Município de Campinápolis-MT**, para firmar Termo de Concessão de Uso dos Bens Móveis de propriedade da Municipalidade elencados no quadro 1, abaixo.

Quadro 1. Relação de bens móveis a serem concedidos

Item	Descrição	Situação Física
1	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
2	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
3	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
4	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
5	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
6	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
7	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
8	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
9	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
10	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
11	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
12	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
13	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
14	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
15	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
16	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
17	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
18	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
19	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
20	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
21	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
22	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
23	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
24	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
25	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
26	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
27	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
28	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
29	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
30	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
31	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
32	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
33	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
34	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
35	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
36	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
37	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
38	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
39	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
40	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
41	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
42	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
43	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
44	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
45	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
46	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
47	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
48	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
48	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
50	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
51	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
52	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
53	- DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA	BOM
54	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
55	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
56	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
57	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
58	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
59	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
60	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
61	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
62	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
63	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
64	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
65	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
66	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM

67	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
68	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
69	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
70	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
71	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
72	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
73	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
74	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
75	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
76	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
77	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
78	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
79	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
80	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
81	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
82	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
83	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
84	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
85	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
86	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
87	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
88	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
89	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
90	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
91	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
92	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
93	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
94	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
95	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
96	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
97	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
98	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
99	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
100	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM

1.2. Os bens móveis referenciados no quadro 1, acima, serão utilizados único e exclusivamente em atividades de fomento à produção dos pequenos produtores rurais.

II – DA SESSÃO PÚBLICA

1. A Sessão Pública para recebimento das propostas e a escolha da Entidade para firmar Termo de Concessão de Uso, objeto da presente chamada pública, será conduzida por Comissão Especial, nomeada para esse fim e será realizada no dia **27/06/2018**, as 09:00h (horário local), na Sala Adjunta ao Gabinete, situada no Paço Municipal/Avenida Benônico José Lourenço, nº 2.170, Setor União, Campinápolis- MT.

III – DOS CRITÉRIOS

1. Para a escolha/seleção da Entidade que atender aos requisitos dispostos neste Edital, serão considerados os seguintes requisitos:

Quadro 2. Critérios para a seleção de entidade

Ord.	Descrição	Forma de Pontuação	Comprovação
01	Número de Beneficiários	10(dez pontos) para cada grupo de 50(cinquenta)	Declaração do presidente da Entidade

1.1. Havendo empate será realizado sorteio.

IV – DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

1. Para participar do Processo de Seleção, objeto da presente Chamada Pública, as Cooperativas interessadas deverão apresentar em envelopes distintos e lacrados, contendo respectivamente os documentos de habilitação (envelope “A”) e proposta (envelope ”B”).

1.1. O Envelope “A” deverá conter cópia **legível** dos seguintes documentos:

a) Cópia do Cartão CNPJ;

b) Lei que declara a Associação como sendo de utilidade pública;

c) Cópia do Ato Constitutivo (Estatuto);

d) Cópia da Ata de Eleição da Diretoria;

e) Cópia dos Documentos pessoais do Representante Legal;

f) Comprovante de Endereço do Representante legal da entidade;

g) Certidão Negativa de Débitos Municipal;

h) Certidão Negativa de Débitos Estadual;

i) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União;

j) Certidão Negativa de Débitos e Contribuições Trabalhistas;

m) Certidão do FGTS.

1.2. Caso haja impropriedades na apresentação da documentação fiscal exigida no item anterior, a Associação terá o prazo máximo e improrrogável de 05(cinco) dias úteis a contar da sessão pública para recebimento das propostas.

ENVELOPE “A”
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO/CHAMADA PÚBLICA Nº 009/2018
ASSOCIAÇÃO XXXX
CNPJ Nº
DATA DA SESSÃO: 27/06/2018

2. A Documentação elencada no item 1.1, da Cláusula Quarta, deverá ser entregue em envelope lacrado, no qual em sua parte externa, deverão estar grafadas as informações seguintes:

3. O envelope “B” (lacrado) deverá conter os documentos comprobatórios do número de beneficiários.

ENVELOPE “B”
PROPOSTA/CHAMADA PÚBLICA Nº 009/2018
ASSOCIAÇÃO XXXX
CNPJ Nº
DATA DA SESSÃO: 27/06/2018

3.1. Todas as folhas da planilha de preços deverão, obrigatoriamente, serem assinadas pelo dirigente máximo da entidade.

V – DOS RECURSOS

1. Os interessados poderão, em até 24(vinte e quatro) horas a partir de sua publicação, interpor recursos contra as disposições deste edital.

1.1. Os interessados em interpor recursos contra os resultados da Chamada Pública de que trata este edital, deverão se manifestar durante a sessão pública, fato que deverá ser devidamente registrado em ata.

1.2. Todo e qualquer recurso deverá remetido à Comissão Especial, observados os prazos e condições estabelecidas neste edital.

1.3. Os recursos deverão ser redigidos (digitados) na língua vernácula do país e subscritos pelo representante legal da entidade.

1.4. Não serão aceitas reclamações verbais e/ou recursos manuscritos.

1.5. Serão tacitamente rejeitados os recursos interpostos intempestivamente.

VI – DOS CASOS OMISSOS

1.Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Especial, nomeada por meio da Portaria nº 7.710/2018.

VII – DOS ANEXOS

1. Integra o presente Edital o anexo I (Minuta do Termo de Concessão), parte indissociável.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 21 de junho de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

MINUTA DO TERMO CONCESSÃO DE USO

O **MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS-MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ nº 00.965.152/0001-29, com sede no endereço constante do rodapé, neste ato por seu representante legal, Sr. **JEOVAN FARIA**, brasileira, casado, Agente Político, Inscrito na CIRG nº 972. 265 - SSP – MT e no CPF nº 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua 31 de Março, nº1.680, Centro, Campinápolis – MT, de ora em diante **CEDENTE** e de outro a COOPERATIA DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS XXXX, neste ato por seu Presidente, Sr. Xxxx, brasileira, (estado civil), residente e domiciliado no (xxxx), (região), Inscrito na CIRG nº xxx- (órgão expedidor) e n CPF nº xxx.yyy.nnn-xy, **CESSIONÁRIO**, com fulcro no que dispõe a Lei Municipal nº 1.206/2018 e resultado da Chamada pública nº010/2018, firmam o Presente Termo de Concessão de uso, mediante às condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O **CEDENTE** cede ao **CESSIONÁRIO,** o pleno uso dos bens móveis a seguir discriminados:

Quadro 1. Relação de Bens Móveis cedidos

Item	Descrição	Situação Física
1	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
2	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
3	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
4	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
5	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
6	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
7	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
8	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
9	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
10	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
11	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
12	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
13	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
14	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
15	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
16	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
17	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
18	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
19	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
20	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
21	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
22	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
23	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
24	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
25	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
26	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
27	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
28	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
29	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
30	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
31	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
32	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
33	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
34	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
35	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
36	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
37	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
38	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
39	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
40	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
41	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
42	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
43	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
44	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
45	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
46	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
47	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
48	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
48	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
50	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
51	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
52	CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO	BOM
53	- DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA	BOM
54	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
55	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
56	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
57	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
58	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
59	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
60	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
61	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
62	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
63	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
64	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
65	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM

66	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
67	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
68	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
69	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
70	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
71	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
72	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
73	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
74	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
75	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
76	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
77	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
78	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
79	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
80	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
81	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
82	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
83	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
84	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
85	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
86	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
87	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
88	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
89	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
90	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
91	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
92	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
93	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
94	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
95	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
96	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
97	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
98	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
99	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM
100	CAIXA DAGUA EM POLIETIENO, CAPACIDADE 500 L, COM TAMPA – DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO – CAPACIDADE 500 L C/ TAMPA.	BOM

1.2. Os bens móveis referenciados no quadro 1, acima, serão utilizados único e exclusivamente em atividades de fomento à produção dos pequenos produtores rurais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

1. Compete ao Cessionário as seguintes obrigações:

i. Receber, guardar e conservar os equipamentos entregues;

ii. Responsabilizar-se pelos custos operacionais dos equipamentos, bem como pela execução dos serviços;

iii. Executar, ás suas expensas, todo e qualquer ato de manutenção e conservação dos bens preferencialmente em estabelecimento comercial especializado e autorizado, não cabendo indenização pelo **CEDENTE** pelas despesas satisfeitas;

iv. Responsabilizar-se pelo correto uso dos equipamentos, utilizando-os para atendimento das finalidades do presente Termo;

v. Responsabilizar-se por todo e qualquer ato que possa resultar em responsabilidade civil ou criminal decorrente do uso dos equipamentos cedidos;

vi. Ressarcir a **CEDENTE,** em caso de perda, a qualquer título, ou dano, pelos prejuízos causados, podendo a critério da **CEDENTE**.

vii. Com a extinção do Termo de Cessão de Uso, os bens móveis deverão ser restituídos ao **CEDENTE** nas mesmas condições em que foram cedidos, ressalvado a depreciação natural pelo seu uso constante;

viii.Transferir os bens cedidos aos Cooperados conforme deliberações do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

ix. Firmar com os Cooperados, termo de entrega dos bens qualificados na Cláusula Primeira deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo é de10 (dez) anos, a contar da data de sua celebração, podendo, a critério das partes, ser renovado por igual período, se houver manifestação por escrito do Cessionário, no prazo de 30 (trinta) dias antes de seu término.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

1. Este Termo poderá ser rescindido se:

1.1. **CESSIONÁRIO** utilizar-se dos bens móveis para fim diverso do consignado neste Termo;

1.2. Caso o **CESSIONÁRIO** deixar de cumprir as obrigações mencionadas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Os Equipamentos serão cedidos para o atendimento dos objetivos constantes na Clausula Primeira deste Termo, ocorrendo constante acompanhamento e avaliação, por parte da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

E por estarem justos e acordados, firmam o presente Termo de Concessão de Uso em três vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas.

Em Campinápolis-MT, xxx de junho de 2018.

_____ _____

JEOVAN FARIA Cooperativa XYZ

SETOR DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018

O Município de Campinápolis – MT torna público que o Pregão Presencial nº 020/2018, contratação de empresas para prestação de serviços instrutor de fanfarra e ministrar aulas de iniciação musical para as crianças da rede municipal de ensino. Prestação de serviços para alimentar os sistemas SISAIHA01 e SIH e ainda prestação de serviços de limpeza de piscina com o material por conta da contratada, de 18/06/218, sagrou vencedoras as proponentes: JOÃO BATISTA REIS 08700257591, CNPJ nº 30.680.014/0001-64, ao valor global de R$ 100.800,00 (cem mil e oitocentos reais); MARCELA TAVARES DA SILVA 15347814713, CNPJ nº 20.922.437/0001-90, ao valor global de R$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais); e ALEX SANTOS DA SILVA 01318035570, CNPJ nº 23.026.365/0001-90, ao valor global de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais). Campinápolis, 21/06/2018. Gilberto Francisco Ribeiro de Paula - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
CPORTARIA Nº 316, DE 21 DE MAIO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR MARCOS ANDRÉ TAVARES UREL

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 315, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA CLEONICE DE SOUZA BATISTA.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 313, DE 21 DE JUNHO 2018

NOMEIA O SERVIDOR JOSÉ MARINHO DA SILVA PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE VIAS PÚBLICAS, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090_2018 - CONSTRUFABRIL CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI - EPP - PAVERS E CONCRETO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2018

PREGÃO PRESENCIAL: N° 63/2018– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: CONSTRUFABRIL CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI - EPP

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de bloquetes intertravados (pavers) e concreto usinado para atender as necessidades das Secretarias Municipais**

VALOR TOTAL: R$ 347.000,00

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 105, DE 21 DE JUNHO DE 2018

PRORROGA O PRAZO PARA ADESÃO AO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL -REFIS, INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº. 091, DE 15 DE MARÇO DE 2018.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

disposto no parágrafo único do art. 5º, da Lei Complementar nº. 91/2018; disposto na Lei Complementar nº 020/2008, e alterações posteriores; o interesse público e a necessidade administrativa,

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado para o dia 31 de julho de 2018 o termo final do prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, de que trata o **parágrafo único do art. 5º, da Lei Complementar nº. 91/2018, de 15 de março de 2018**.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 21 dias do mês de junho de 2018.

RAFAEL MACHADO Prefeito

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091_2018 - NATHANN L PERINI - PAVERS E CONCRETO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2018

PREGÃO PRESENCIAL: N° 63/2018– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: NATHANN L PERINI

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de bloquetes intertravados (pavers) e concreto usinado para atender as necessidades das Secretarias Municipais**

VALOR TOTAL: R$ 595.000,00

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 317, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO JOSÉ ROBERTO BATISTA.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 001 ao Contrato de Prestação de Serviço nº 39/2017

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x SAN LEX GESTÃO EM SANEAMENTO EIRELI – ME,inscrita no CNPJ sob n° 22.580.606/0001-86

Objeto: Prorroga-se o prazo do contrato por mais um período de 12 (doze) meses, com início em 22 de junho de 2018 e término em 21 de junho de 2019.

Dotações:

Órgão: 07 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade: 007 – Água, Esgoto e Serviços Urbanos

Programática: 07.007.17.512.0006.20049.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários – Exercício

Valor: 219.024,00

Data: 21/06/2018

Procedimento Licitatório: **Pregão n° 052/2017**

Secretaria de Infraestrutura

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 314, DE 21 DE JUNHO 2018.

NOMEIA O SENHOR JIM DAVIDSON AZEVEDO CAETANO PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE PAISAGISMO, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 312, DE 21 DE JUNHO 2018

EXONERA O SERVIDOR JOSÉ MARINHO DA SILVA DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE VIAS PÚBLICAS, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 104, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Decreta Luto Oficial por 3 (três) dias nas repartições públicas do Município de Campo Novo do Parecis.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o falecimento da Sra. Xista de Castro Marques, avó paterna do Vice-Prefeito Municipal, ocorrido no dia 20 de junho de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Em decorrência do falecimento da Sra. **Xista de Castro Marques,** avó paternado Vice-Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ocorrido na data de 20 de junho de 2018, fica decretado Luto Oficial nos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal nos dias 21, 22 e 23 de junho de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 21 dias do mês de junho de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretario Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PP 063 2018

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 063/2018, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de bloquetes intertravados (pavers) e concreto usinado para atender as necessidades das Secretarias Municipais, teve como vencedoras as empresas: CONSTRUFABRIL CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI - EPP, com o valor total de R$ 347.000,00 (trezentos e quarenta e sete mil reais), NATHANN L PERINI, com o valor total de R$ 595.000,00 (quinhentos e noventa e cinco mil reais).

Campo Novo do Parecis - MT, 21 de junho de 2018.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 182/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: DEPÓSITO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CAMPO VERDE LTDA – EPP, CNPJ 06.065.605/0001-47

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS - PREGÃO Nº 073/2018.

VIGÊNCIA: 21/06/2018 À 21/06/2019

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
09	CABO QUADRUPLEX DE ALUMINIO 4X35MM	5.000 M	NEO ALUMÍNIO	R$ 11,10	R$ 55.500,00

Valor total da ata de registro de preço: R$ 55.500,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos reais).

A íntegra da ata de registro de preço está disponível no site da prefeitura: www.campoverde.mt.gov.br

Campo Verde, 21 de junho de 2018.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 183/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP, CNPJ 00.226.324/0001-42

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS - PREGÃO Nº 073/2018.

VIGÊNCIA: 21/06/2018 À 21/06/2019

LOTE 05

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	LAMPADA DE VAPOR DE SÓDIO 250W	500 UND	EMPALUX	R$ 23,04	R$ 11.520,00

Valor total da ata de registro de preço: R$ 11.520,00 (onze mil quinhentos e vinte reais).

A íntegra da ata de registro de preço está disponível no site da prefeitura: www.campoverde.mt.gov.br

Campo Verde, 21 de junho de 2018.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 185/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: J. SODRÉ DOS SANTOS SILVA MÁXIMO – ME, CNPJ nº 14.437.315/0001-05

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS PARA PADARIA - PREGÃO Nº 069/2018.

VIGÊNCIA: 21/06/2018 À 21/06/2019

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
04	BANHA DE PORCO, EMBALAGEM DE 1KG	200 UND	FRIMESA	R$ 8,20	R$ 1.640,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.640,00 (UM MIL SEISCENTOS E QUARENTA REAIS)					

LOTE 07

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
08	CANELA EM PÓ, EMBALAGEM DE 10GR	300 UND	MIKA	R$ 1,53	R$ 459,00
09	CANELA EM CASCA, EMBALAGEM DE 10GR	300 UND	MIKA	R$ 1,53	R$ 459,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 918,00 (NOVECENTOS E DEZOITO REAIS).					

LOTE 08

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
10	CONSERVANTE QUÍMICO, SIMILAR AO VITAPAN OU SUPERIOR, EMBALAGEM DE 20KG	80 UND	SUPERFORT	R$ 151,62	R$ 12.129,60
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 12.129,60 (DOZE MIL CENTO E VINTE E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS).					

LOTE 12

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
14	CHOCOLATE EM PÓ 50% CACAU, EMBALAGEM EM CAIXA DE 2KG MARCAS APROVADAS (NESTLÉ, GAROTO, QUALIMAX, FLEISCHMANN)	300 UND	QUALIMAX	R$ 51,93	R$ 15.579,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 15.579,00 (QUINZE MIL QUINHENTOS E SETENTA E NOVE REAIS).					

LOTE 14

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
16	CORANTE AMARELO GEMA EM PÓ, EMBALAGEM DE 1KG	40 UND	SUPERFORT	R$ 17,00	R$ 680,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 680,00 (SEISCENTOS E OITENTA REAIS).					

LOTE 16

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
19	CORANTE LÍQUIDO PARA BOLO (CORES DIVERSAS), EMBALAGEM DE 10ML	100 UND	ARCOLOR	R$ 3,70	R$ 370,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 370,00 (TREZENTOS E SETENTA REAIS)					

LOTE 18

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
22	CREME DE CONFEITEIRO, EMBALAGEM DE 1 KG	600 UND	AMAFIL	R$ 7,56	R$ 4.536,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.536,00 (QUATRO MIL QUINHENTOS E TRINTA E SEIS REAIS)					

LOTE 19

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
23	DOCE DE LEITE, EMBALAGEM DE 10 KG MARCAS APROVADAS (ORIGEM, DA PROVINCIA, VIAÇÃO, AUREA)	400 UND	AUREA	R$ 60,00	R$ 24.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)					

LOTE 22

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
26	ESSÊNCIA PARA BOLO, SABOR BAUNILHA, EMBALAGEM DE 1LT	30 UND	MIX	R$ 15,23	R$ 456,90
27	ESSÊNCIA PARA BOLO, SABOR LARANJA, EMBALAGEM DE 1LT	30 UND	MIX	R$ 18,81	R$ 564,30
28	ESSÊNCIA PARA BOLO, SABOR LIMÃO, EMBALAGEM DE 1LT	30 UND	MIX	R$ 26,31	R$ 789,30
29	ESSÊNCIA PARA BOLO, SABOR MARACUJÁ, EMBALAGEM DE 1LT	30 UND	MIX	R$ 26,25	R$ 787,50
30	ESSÊNCIA PARA BOLO, SABOR COCO, EMBALAGEM DE 1LT	30 UND	MIX	R$ 11,73	R$ 351,90
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.949,90 (DOIS MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E NOVENTA CENTAVOS)					

LOTE 23

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
31	FARINHA DE TRIGO, EMBALAGEM DE 25 KG MARCAS APROVADAS (NITA, ROSA BRANCA, DONA BENTA, BUNGE)	890 UND	BUNGE	R$ 85,84	R$ 76. 397,60
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 76.397,60 (SETENTA E SEIS MIL, TREZENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E SESSENTA CENTAVOS)					

LOTE 26

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
34	FÉCULA DE MANDIOCA EMBALAGEM DE 25 KG	60 UND	AMAFIL	R$ 131,50	R$ 7.890,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 7.890,00 (SETE MIL OITOCENTOS E NOVENTA REAIS).					

LOTE 27

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
35	GOIABADA BALDE DE 4,8 KG, MARCAS APROVADAS (AUREA, DA PROVINCIA, FLEISCHMANN, CEPERA)	300 UND	AUREA	R$ 36,58	R$ 10. 974,00
36	GOIABADA TIPO CASCÃO, EMBALAGEM DE 7KG	50 UND	AUREA	R$ 50,90	R$ 2.545,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 13.519,00 (TREZE MIL QUINHENTOS E DEZENOVE REAIS).					

LOTE 33

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
42	MISTURA PARA BOLO SABOR ABACAXI, EMBALAGEM DE 5KG	350 UND	NITA	R$ 30,00	R$ 10.500,00
43	MISTURA PARA BOLO SABOR CHOCOLATE, EMBALAGEM DE 5KG	350 UND	NITA	R$ 32,85	R$ 11.497,50
44	MISTURA PARA BOLO SABOR COCO, EMBALAGEM DE 5KG	350 UND	NITA	R$ 30,00	R$ 10.500,00
45	MISTURA PARA BOLO SABOR LARANJA, EMBALAGEM DE 5KG	350 UND	NITA	R$ 30,00	R$ 10.500,00
46	MISTURA PARA BOLO SABOR FUBÁ, EMBALAGEM DE 5KG	350 UND	NITA	R$ 30,00	R$ 10.500,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 53.497,50 (CINQUENTA E TRÊS MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).					

Valor total da ata de registro de preço: R$ 214.106,60 (duzentos e quatorze mil, cento e seis reais e sessenta centavos).

A íntegra da ata de registro de preço está disponível no site da prefeitura: www.campoverde.mt.gov.br

Campo Verde, 21 de junho de 2018.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 188/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI – ME, CNPJ 09.542.453/0001-14

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS PARA PADARIA - PREGÃO Nº 069/2018.

VIGÊNCIA: 21/06/2018 À 21/06/2019

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
02	AÇÚCAR COLORIDO - EMBALAGEM DE 20 GRAMAS.	400 UND	MIL CORES	R$ 2,44	R$ 976,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 976,00 (NOVECENTOS E SETENTA E SEIS REAIS)					

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
03	AGUARDENTE – TRADICIONAL 970 ML	100 UND	PITU	R$ 7,77	R$ 777,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 777,00 (SETECENTOS E SETENTA E SETE REAIS).					

LOTE 05

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
05	BICARBONATO DE SÓDIO – EMBALAGEM DE 30 GRAMAS	300 UND	KITANO	R$ 1,76	R$ 528,00
06	SAL AMONÍACO EMBALAGEM DE 30 GR.	250 UND	KITANO	R$ 1,76	R$ 440,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 968,00 (NOVECENTOS E SESSENTA E OITO REAIS).					

LOTE 09

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
11	CHANTILY EM PÓ, EMBALAGEM DE 1KG	100 UND	TOPING	R$ 38,19	R$ 3.819,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.819,00 (TRÊS MIL OITOCENTOS E DEZENOVE REAIS)					

LOTE 10

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
12	CEREJA EM CALDA, EMBALAGEM DE 3,1KG	50 UND	CERELIS	R$ 72,38	R$ 3.619,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.619,00 (TRÊS MIL SEISCENTOS E DEZENOVE REAIS)					

LOTE 11

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
13	CHOCOLATE AO LEITE, EMBALAGEM DE 1KG	150 UND	SELECTA	R$ 28,49	R$ 4.273,50
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.273,50 (QUATRO MIL, DUZENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)					

LOTE 15

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
17	COCO EM FLOCOS, EMBALAGEM DE 5KG	150 UND	DUOCOCO	R$ 99,60	R$ 14.940,00
18	COCO RALADO FINO, EMBALAGEM DE 5KG	150 UND	DUOCOCO	R$ 149,30	R$ 22.395,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 37.335,00 (TRINTA E SETE MIL, TREZENTOS E TRINTA E CINCO REAIS)					

LOTE 17

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
20	CRAVO DA ÍNDIA – EMBALAGEM DE 40 GRAMAS	300 UND	CODILAR	R$ 3,61	R$ 1.083,00
21	CRAVO MOÍDO - EMBALAGEM DE 7 GRAMAS	300 UND	KITANO	R$ 1,78	R$ 534,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.617,00 (UM MIL SEISCENTOS E DEZESSETE REAIS)					

LOTE 20

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
24	EMULSIFICANTE, EMBALAGEM DE 3KG	100 UND	SELECTA	R$ 73,38	R$ 7.338,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 7.338,00 (SETE MIL TREZENTOS E TRINTA E OITO REAIS)					

LOTE 24

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
32	FERMENTO BIOLÓGICO, SECO INSTANTÂNEO PARA MASSAS, EMBALAGEM DE 1KG	1.000 UND	SAFT INSTANT	R$ 23,93	R$ 23.930,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 23.930,00 (VINTE E TRÊ MIL NOVECENTOS E TRINTA REAIS)					

LOTE 25

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
33	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ PARA BOLO, EMBALAGEM DE 1KG	700 UND	QUALIMAX	R$ 16,92	R$ 11.844,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 11.844,00 (ONZE MIL OITOCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS)					

LOTE 28

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
37	GORDURA HIDROGENADA, EMBALAGEM DE 500GR	300 UND	SOYA	R$ 10,00	R$ 3.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS).					

LOTE 29

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
38	GROSELHA, EMBALAGEM DE 01 LITRO	25 UND	ASTECA	R$ 9,24	R$ 231,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 231,00 (DUZENTOS E TRINTA E UM REAIS).					

LOTE 31

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
40	MARGARINA PARA BOLO 80% DE LIPÍDIO TIPO GRADINA, EMBALAGEM DE 2KG	80 UND	GRADINA	R$ 16,50	1.320,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.320,00 (UM MIL TREZENTOS E VINTE REAIS).					

LOTE 32

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
41	MANTEIGA SEM SAL, EMBALAGEM DE 1KG	150 UND	HELOISA	R$ 12,19	R$ 1.828,50
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.828,50 (UM MIL OITOCENTOS E VINTE E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)					

LOTE 34

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
47	MISTURA PARA PÃO DE QUEIJO, EMBALAGEM DE 10KG	400 UN	SORPAN	R$ 89,97	R$ 35.988,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 35.988,00 (TRINTA E CINCO MIL NOVECENTOS E OITENTA E OITO REAIS)					

LOTE 35

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
48	MOUSSE EM PÓ, SABOR CHOCOLATE, EMBALAGEM DE 1 KG	100 UND	QUALIMAX	R$ 32,50	R$ 3.250,00
49	MOUSSE EM PÓ, SABOR MARACUJÁ, EMBALAGEM DE 1 KG	50 UND	QUALIMAX	R$ 37,68	1.884,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 5.134,00 (CINCO MIL CENTO E TRINTA E QUATRO REAIS)					

LOTE 36

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
50	NATA, EMBALAGEM DE 300 GR	300 UND	FRIMESA	R$ 9,00	R$ 2.700,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.700,00 (DOIS MIL E SETECENTOS REAIS)					

LOTE 37

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
51	ORÉGANO, EMBALAGEM DE 1 KG	80 UND	KITANO	R$ 50,81	R$ 4.064,80
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.064,80 (QUATRO MIL SESSENTA E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS)					

LOTE 38

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
52	PANO PARA MODELADORA TAM. 27X30X36	05 UND	ARTE FORMA	R$ 229,15	R$ 1.145,75
53	PANO PARA MODELADORA COM TRÊS PEÇAS, 42 CM (IGUAL OU SEMELHANTE A MARCA LIEME)	05 UND	ARTE FORMA	R$ 210,85	R$ 1.054,25
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.200,00 (DOIS MIL E DUZENTOS REAIS)					

LOTE 39

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
54	REQUEIJÃO CULINÁRIO CREMOSO, EMBALAGEM DE 1.800GR	100 UND	LECO	R$ 22,00	R$ 2.200,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.200,00 (DOIS MIL E DUZENTOS REAIS)					

LOTE 40

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
55	SACO PARA CONFEITAR DESCARTÁVEL 37CMX18CM	150 UND	WILTON	R$ 5,86	R$ 879,00
56	BICO DE CONFEITEIRO EM INOX, KIT COM 7 PEÇAS	10 UND	WILTON	R$ 32,10	R$ 321,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.200,00 (UM MIL E DUZENTOS REAIS)					

LOTE 41

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
57	CREME DE LEITE, EMBALAGEM DE 1 KG	200 UND	ITALAC	R$ 9,49	R$ 1.898,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.898,00 (UM MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS)					

LOTE 42

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
58	ANTI-MOFO EM PÓ PARA FINS ALIMENTÍCIOS (PÃES, BOLOS, MASSAS) EMBALAGEM DE 1 KG	30 UND	SORPAN	R$ 32,42	R$ 972,60
59	ANTI-MOFO LÍQUIDO PARA FINS ALIMENTÍCIOS (PÃES, BOLOS, MASSAS) EMBALAGEM DE 1 LITRO	30 UND	ADMIX	R$ 17,58	R$ 527,40
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.500,00 (UM MIL E QUINHENTOS REAIS)					

Valor total da ata de registro de preço: R$ 159.775,80 (cento e cinquenta e nove mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos).

A íntegra da ata de registro de preço está disponível no site da prefeitura: www.campoverde.mt.gov.br

Campo Verde, 21 de junho de 2018.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 069/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO Nº 069/2018 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS PARA PADARIA, onde sagraram-se vencedoras as empresas*:* J. SODRÉ DOS SANTOS SILVA MÁXIMO – ME, CNPJ nº 14.437.315/0001-05, com o total de R$ 214.106,60 (duzentos e quatorze mil, cento e seis reais e sessenta centavos); ATIVA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME, CNPJ 10.469.118/0001-17, com o total de R$ 5.827,00 (cinco mil oitocentos e vinte e sete reais); LAMPA COMÉRCIO EIRELI – ME, CNPJ 18.743.001/0001-91, com o total de R$ 12.889,00 (doze mil, oitocentos e oitenta e nove reais); COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI – ME, CNPJ 09.542.453/0001-14, com o total de R$ 159.775,80 (cento e cinquenta e nove mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos). Campo Verde, 21 de junho de 2018. Ana Carolina S. Braga Blume – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 073/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO Nº 073/2018 - *Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétric*os: a empresa DEPÓSITO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CAMPO VERDE LTDA – EPP, CNPJ 06.065.605/0001-47, sagrou-se vencedora do lote 04 com o valor de R$ 55.500,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos reais); ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP, CNPJ 00.226.324/0001-42, foi vence-

dora do lote 05 com $ 11.520,00 (onze mil quinhentos e vinte reais); e ELETRO MENDONÇA COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP, CNPJ 03.806.018/0001-73, foi vencedora dos lotes 01, 02 e 03 totalizando R$ 45.872,00 (quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e dois reais). Campo Verde, 21 de junho de 2018. Leila Gubert – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

PREGÃO: 113/2017

NOTIFICADO: NEVES VEÍCULOS EIRELI EPP.

CNPJ: 24.710.993/0001-53

INHUMAS - GO

1. Vimos através da presente, **NOTIFICAR** a empresapela não entrega dos itens constante(s) na(s) NAD nº 22.1.1/2018, **conforme prazo de entrega estipulado no Edital.**

2. Tendo a Contratada descumprido as obrigações das quais assumiu perante a(s) Ata(s) de Registro de Preços nº 283/2017, FICA ESTA EMPRESA **NOTIFICADA** PARA, QUERENDO, ENTREGAR OS ITENS/ OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, NO **PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de PUBLICAÇÃO desta Notificação.

3. A NÃO ENTREGA DOS ITENS/OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

4. Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10. 520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

5. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 21 de junho de 2018.

LEILA GUBERT

Gerente de Compras

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 081/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GEOMEMBRANA E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE GEOMEMBRANA**, na modalidade pregão (presencial) **n° 081/2018** a se realizar no dia **05/07/2018, as 14hr00min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 21 de junho de 2018.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 186/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: ATIVA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME, CNPJ 10.469.118/0001-17

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS PARA PADARIA - PREGÃO Nº 069/2018.

VIGÊNCIA: 21/06/2018 À 21/06/2019

LOTE 06

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
07	CALDO DE GALINHA, EMBALAGEM DE 1KG	300 UND	APTI	R$ 9,81	R$ 2.943,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.943,00 (DOIS MIL NOVECENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS)					

LOTE 21

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
25	ERVA DOCE – PACOTE DE 01 KG.	50 UND	BSG	R$ 57,68	R$ 2.884,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.884,00 (DOIS MIL OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS).					

Valor total da ata de registro de preço: R$ 5.827,00 (cinco mil oitocentos e vinte e sete reais).

A íntegra da ata de registro de preço está disponível no site da prefeitura: www.campoverde.mt.gov.br

Campo Verde, 21 de junho de 2018.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 187/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: LAMPA COMÉRCIO EIRELI – ME, CNPJ 18.743.001/0001-91

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS PARA PADARIA - PREGÃO Nº 069/2018.

VIGÊNCIA: 21/06/2018 À 21/06/2019

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	AÇÚCAR REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	400 UND	ITAMARATI	R$ 2,60	R$ 1.040,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.040,00 (UM MIL E QUARENTA REAIS)					

LOTE 13

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
15	CHOCOLATE GRANULADO, EMBALAGEM DE 1KG	350 UND	DORI	R$ 13,00	R$ 4.550,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.550,00 (QUATRO MIL QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS).					

LOTE 30

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
39	LEITE CONDENSADO, EMBALAGEM DE 2,6KG, MARCAS APROVADAS (PIRACANJUBA, ITALAC, NESTLÉ, MOCOCA)	300 UND	PIRACANJUBA	R$ 24,33	R$ 7.299,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 7.299,00 (SETE MIL DUZENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS).					

Valor total da ata de registro de preço: R$ 12.889,00 (doze mil, oitocentos e oitenta e nove reais).

A íntegra da ata de registro de preço está disponível no site da prefeitura: www.campoverde.mt.gov.br

Campo Verde, 21 de junho de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

DANIEL FERRAZZO , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 09 da QUADRA 04, LOCALIZADO NA AV MATO GROSSO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 184/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: ELETRO MENDONÇA COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP, CNPJ 03.806.018/0001-73

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS - PREGÃO Nº 073/2018.

VIGÊNCIA: 21/06/2018 À 21/06/2019

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CAIXA MEDIÇÃO INDIRETA, QUANDO A ENTRADA É EM MÉDIA TENSÃO E MEDIÇÃO FEITA EM BAIXA TENSÃO. MEDIDAS: 1600 X 600 X 250	10 UND	MEPAULA	R$ 1.000,00	R$ 10.000,00

Valor total do lote: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	CAIXA MEDIÇÃO INDIRETA, QUANDO A ENTRADA É EM MÉDIA TENSÃO E MEDIÇÃO FEITA EM BAIXA TENSÃO. MEDIDAS: 1600 X 600 X 250	10 UND	MEPAULA	R$ 750,00	R$ 7.500,00

Valor total do lote: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	ELETRODUTO GALVANIZADO 3" DE 3MTS	100 UND	CARBINOX	R$ 159,00	R$ 15.900,00
04	CURVA 90 3"	100 UND	CARBINOX	R$ 78,00	R$ 7.800,00
05	CABEÇOTE 3"	100 UND	CARBINOX	R$ 12,35	R$ 1.235,00
06	ARRUELA DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 3"	100 UND	CISER	R$ 2,25	R$ 225,00
07	LUVA ZINCADA 3" COM PARAFUSO	100 UND	CARBINOX	R$ 28,52	R$ 2.852,00
08	BUCHA DE ALUMÍNIIO P/ ELETRODUTO 3"	100 UND	CISER	R$ 3,60	R$ 360,00

Valor total do lote: R$ 28.372,00 (vinte e oito mil trezentos e setenta e dois reais).

Valor total da ata de registro de preço: R$ 45.872,00 (quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e sois reais).

A íntegra da ata de registro de preço está disponível no site da prefeitura: www.campoverde.mt.gov.br

Campo Verde, 21 de junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

TERMO DE POSSE Nº. 073/2018

TERMO DE POSSE Nº. 073/2018

Na sede da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, situada na Avenida Valdir Masutti, n°. 776W – Bom Jardim, apresentou-se o(a) Sr.(a) **FLAVIO LIMA DA MOTA** brasileiro(a), candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público 001/2016 desta Prefeitura, portador(a) do RG nº. 16840194 SSP/MT e CPF sob nº. 006.210.331-89, residente e domiciliado (a) neste município, nomeado (a) pela Portaria nº. 104/2018 de 23/05/2018 no Departamento de Recursos Humanos, para tomar posse no cargo de **MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR,** sob Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº. 148/2001 de 19/04/2001, e suas alterações, aprovado pelo Legislativo, e sancionando pelo Executivo Municipal, assim comprometendo-se a desempenhar todos os seus deveres funcionais.

Termo que assina e declara no presente, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo e, nos termos do Edital

de nº. 001/2016 de 01/12/2016 do Concurso Público, homologado pelo Decreto nº. 022/2017 de 13/03/2017 e convocado pelo Edital de nº 026/2018 de 23/05/2018, declara e se compromete ainda a entregar os documentos abaixo relacionados, bem como a comprovar os seguintes requisitos:

a) Apresentar cópia da cédula de identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

b) Comprovar ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

c) Apresentar cópia da certidão de casamento ou nascimento;

d) Apresentar cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

e) Apresentar cópia da carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

f) Apresentar cópia do cartão de identificação do contribuinte (CPF);

g) Apresentar cópia do cartão do PIS/PASEP;

h) Apresentar cópia do comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

i) Apresentar cópia do título de eleitor;

j) Apresentar certidão negativa fornecida pelo cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

k) Apresentar certidão negativa de débitos para com o município de posse;

l) Apresentar atestado de saúde física e mental (Pré-Admissional) expedido pela junta médica oficial do município;

m) Apresentar duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

n) Apresentar cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

o) Apresentar cópia da certidão de reservista, se do sexo masculino;

p) Apresentar cópia do comprovante de escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorreu, devidamente registrado pelo MEC;

q) Apresentar declaração contendo endereço residencial;

r) Apresentar declaração negativa de acúmulo de cargo público;

s) Apresentar declaração de bens;

t) Apresentar declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

A investidura no cargo/função fica consignada no presente Termo e, nada mais havendo o que contar, assino-o em duas vias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e dezoito.

JOSE ODIL DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO LIMA DA MOTA

EMPOSSADO (A)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2018

OBJETO DA LICITAÇÃO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA E DE EXTREMA POBREZA, ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARLINDA – MT.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 05/07/2018

HORÁRIO: 08:00 HORAS.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA.

ENDEREÇO:AV. TANCREDO NEVES S/Nº - CENTRO – CARLINDA /MT.

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78.587-000 CARLINDA MT, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, 21 de Junho de 2018.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
ERRATA AO AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - CONVITE Nº. 001/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1265/2018)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA – SMP

Objeto: Contratação de Engenheiro Civil para a realização de serviços técnicos e operacionais para Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento do Município de Chapada dos Guimarães/MT..

Data/Horário:

Onde se lê: "*26/06/2018 às 09:00h (nove horas) – Fuso Horário Local (Chapada dos Guimarães)*".

Leia-se: "***29/06/2018** às 09:00h (nove horas) – Fuso Horário Local (Chapada dos Guimarães)"*.

Informações/Contato:

Superintendência de Licitação/Secretaria Municipal de Administração

Telefone: (65) 3301-1570.

Atendimento:

- Telefônico: 09:00 às 12:00h e 14:00 às 18:00h.

- Presencial: 12:00 às 18:00h.

E-mail: licitachapada@gmail.com.

Endereço para retirada do Edital: O Edital completo e seus anexos poderão ser retirados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, por meio do endereço: www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br, na opção de Serviço de Informação ao Cidadão – "SIC", em seguida na aba "Licitações" ou no link "LICITAÇÃO", localizado na parte final da página inicial da Prefeitura.

Luiz Sávio Fernandes de Campos

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Visto:

Marcela Mª Eloy Paixão Oliveira

Superintendente de Licitação

Chapada dos Guimarães/MT, 21 de junho de 2018.

GABINETE
ATO Nº.: 031/2018.

ATO Nº.: 031/2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA ASSESSORA TÉCNICA DO GABINETE DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a Sra. **KASSYANA DAMARIS DE CARVALHO DO NASCIMENTO,** para exercer o cargo em comissão de Assessora Técnica do Gabinete do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este Ato entra em vigor com efeitos retroativos a 12 de junho de 2018.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 21 de junho de 2018.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO Nº 152, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

DECRETO Nº 152, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Decreta horário de funcionamento especial nos dias que menciona, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta E Autárquica do Poder Executivo Municipal.

ALTAMIR KÜRTEN, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, em conformidade com o Inc. VI, do Art. 79 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO os jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018;

CONSIDERANDO a necessidade de planejamento das atividades e o não prejuízo da efetividade, eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado horário de funcionamento especial em virtude dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais, em:

I - 22 de junho de 2018, sexta-feira, em virtude do jogo do Brasil x Costa Rica, 2ª Rodada, às 08:00h, nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal, cujo funcionamento é das 07:00h às 13:00h, não haverá atendimento ao público das 08:00h às 10:00h.

§ 1º Aplicam-se os horários dispostos no inciso I nos demais dias úteis em que o jogo do Brasil ocorrer às 08:00h.

§ 2º Inobstante o disposto no inciso I deste artigo, no dia 22 de junho de 2018, o Departamento de Licitação funcionará normalmente a partir das 07:30h, pelo tempo que se fizer necessário, exclusivamente para atendimento dos concorrentes participantes do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 031/2018, instaurado para aquisição de óleos lubrificantes.

II - 27 de junho de 2018, quarta-feira, em virtude do jogo do Brasil x Sérvia, 3ª Rodada, às 14:00h, os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal, cujo funcionamento é das 07:00h às 13:00h, o atendimento ao público será normal e, nos demais órgãos e entidades, não haverá atendimento ao público das 14:00h às 16:00h.

Parágrafo único. Aplicam-se os horários dispostos no inciso II nos demais dias úteis em que o jogo do Brasil ocorrer às 14:00h.

Art. 2º Nos dias úteis em que os jogos do Brasil ocorrerem às 10:00h, nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal cujo horário de funcionamento regular é das 07:00h às 13:00h não haverá atendimento ao público das 10:00h às 12:00h. Nos demais órgãos e entidades, o atendimento será normal, exceto no horário das 10:00h às 12:00h.

Art. 3º Caberá aos dirigentes máximos dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

30º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO.

CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 15 de junho de 2018.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO Nº 153, DE 18 DE JUNHO DE 2018

DECRETO Nº 153, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Decreta Luto Oficial Pelo Falecimento do Senhor Lari Martins Loss.

ALTAMIR KÜRTEN, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, em conformidade com o Inc. VI, do Art. 79 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado Luto Oficial por 03 (três) dias, em razão do falecimento, nesta data, do Senhor Lari Martins Loss, empresário no Município e esposo da Senhora Maristela Fávero Loss, ex-vereadora, atualmente servidora da Câmara Municipal.

Art. 2° Em razão do ocorrido não haverá atendimento ao público no Paço Municipal na data de 19 de junho de 2018.

Art. 3º As demais Secretarias e Órgãos funcionarão normalmente.

Art. 4° Este decreto entra em Vigor na data de sua Publicação.

GABINETE DO PREFEITO,

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 18 de junho de 2018.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal de Cláudia/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 013/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 013/2018

Convoca aprovado no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E PROCESSO SELETIVO PUBLICO **de Provas e Provas de Títulos do Município de Cocalinho, e dá outras providências.**

Convoca candidatos Aprovados no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 E PROCESSO SELETIVO PUBLICO Nº 002/2018, de Provas e Provas de Títulos do Município de Cocalinho, e dá outras providências. Publicado dia 04 de abril de 2018 Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ANO XVIII | edição N° 2.957 diariomunicipal.org/mt/amm, www.amm.org.br. Assinado Digitalmente A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE COCALINHO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, legais, tendo em vista o disposto nas Leis Municipal 815,816,818,819,822 e 830 de 2018, em conformidade com o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2018 e Processo Seletivo Publico Nº 002/2018, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CONSTANTE DO ANEXO I DESTE EDITAL, PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, NOMEAÇÃO E POSSE. A convocação segue a ordem de classificação, conforme resultado final homologado através dos Decretos nº 1561 e 1562/2018, da lavra da Ilustre Prefeita Municipal, devidamente publicado, no jornal oficial: www.amm.org.br, no átrio da Prefeitura Municipal de Cocalinho.

1. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1.1. Os candidatos deveram comparecer no prazo de até 15 (quinze) dias ininterruptos, contados da data da publicação da presente convocação, ao Departamento de Recursos Humanos localizada no Prédio Sede da Prefeitura Municipal de Cocalinho, situado a Avenida Araguaia nº 676, Centro Cocalinho - MT, devendo portar consigo os documentos constantes nos Anexos deste Edital.

1.2. A falta de qualquer documento constante nos anexos deste Edital acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.1.;

1.3. O não comparecimento nos termos do item 1.1. do presente edital, implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado, sendo considerado o candidato desistente.

2. DA NOMEAÇÃO E DA POSSE

2.1. O candidato que apresentar toda a documentação e os exames com a consequente aprovação pela Junta Médica já fica convocado para tomar posse.

3.0. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando se as disposições em contrario.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

ANEXO I

001 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO (SEDE URBANA) - COCALINHO

ORDEM	NOME	CLASSIFICAÇÃO
01º	LEIDE DAIANE SOARES CASTRO	01

Cocalinho-MT, em 13 de junho de 2018.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.599, DE 21 DE JUNHO DE 2018. "NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.599, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

"Nomeia Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social e dá outras providências".

A Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas, especialmente pelo Inciso IX do Art. 64 da Lei Orgânica municipal, e, Lei Municipal nº 578, de 21 de dezembro de 2007 e Lei Municipal 636, de 1º de julho de 2010.

D E C R E T A:

Art. 2º. Fica nomeado o **CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL**, conforme a composição a seguir:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

Representando a Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular

Nome: Franciely Aparecida de Souza
C.P.F.: 009.880.041-86
Telefone: (66) 98115-4141

Suplente

Nome: Milza Dutra Sanche
C.P.F 718.039.631-15
Telefone: (66) 9818447-6770

Representando a Secretaria Municipal de Saúde

Titular

Nome: Warley Batista dos Santos
C.P.F.: 022.940.201-11
Telefone: (66) 98108-6887

Suplente

Nome: Gabriel Alves de Oliveira
C.P.F 050.672.321-61
Telefone: (66) 98146-9239

Representando a Secretaria Municipal de Administração

Titular

Nome: Getulio Ribeiro de Souza	
R. G.: 1236962 – SSP/GO	C.P.F.: 276.627.051-53
Telefone: (66) 9815-4187	

Suplente

Nome: Flavio Mendes dos Santos	
R. G.: 4023206 – SSP/GO	C.P.F: 852.714.201-59
Telefone: (62) 99156-0173	

Representando a Câmara Municipal.

Titular

Nome: Jarbas Ribeiro de Souza
C.P.F.: 329.772.041-72
Telefone: (66) 98121-4301

Suplente

Nome: Sidiney Carlos da Silva
C.P.F 861.831.331-91
Telefone: (66) 98105-8707

Representando a Secretaria de Obras

Titular

Nome: Evanildo Francisco de Lara	
R. G.: 375957 SSP/MT	C.P.F.: 786.462.128-91
Telefone: (66) 98111-72330	

Suplente

Nome: Nicodemos Rodrigues D.Nasc.	
R. G.: 3406871 – SSP/GO	C.P.F; 966.445.161-49

Representando a Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Titular

Nome: José Barbosa de Melo D.Nasc. 04/01/58	
R. G.: 1646518-0	C.P.F.: 015.251.991-00
Telefone: (66) 99115-5048 e 3586-1218	

Suplente

Nome: Inacio Tenorio de Oliveira D.Nasc.20/07/50	
R. G.: 518189	C.P.F173.118.291-00

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

Representando a Igreja de Deus no Brasil.

Titular

Nome: Lucineide Castro Soares D.Nasc. 05/07/1979	
R. G.: 268.812 SSP/TO	C.P.F.: 003.046.051-40
Telefone: (62) 99688-8550	

Suplente

Nome: Eliene Fonseca Lima D.Nasc. 07/07/78	
R. G.: 361936 SSP/TO	C.P.F; 028.218.951-35
Telefone: (66) 98136-5993	

Representando Assembleia de Deus - Madureira

Titular

Nome: Neuza Ribeiro de A. Lima
C.P.F.: 424.246.901-20
Telefone: (66) 98131-7669

Suplente

Nome: Antônio Ferraz de Lima
C.P.F; 154.525.901-10
Telefone: (66) 98136-7577

Representando Paroquia São Sebastião.

Titular

Nome: Renata Brito da Silva	
R. G.: 26220628	C.P.F.: 054.828.831-32
Telefone: (66) 98115-1994	

Suplente

Nome: Natali dos Santos Dameceno	
R. G.: 6302770	C.P.F: 060.669.381-50
Telefone: (66) 98114-5039	

Representando Assembleia de Deus - Missão.

Titular

Nome: Evandro Pereira da Silva D.Nasc. 06/06/82	
R. G.: 1350188-7 SSP/MT	C.P.F.: 020.570.021-79
Telefone: (66) 98120-2979	

Suplente

Nome: Paulo Neres Santiago D.Nasc. 22/04/43	
R. G.: 2432420-5 SSP/MT	C.P.F; 153.845.431-1
Telefone: e (66) 98139-3215	

Art. 2º - Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

ERRATA 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 038/2018, DE 14 DE MAIO DE 2018.

ERRATA

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 038/2018, DE 14 DE MAIO DE 2018.

Essa publicação está na edição do(s) dia(s): 18 de maio de 2018.

ONDE SE LE:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Consiste o objeto do presente Termo Aditivo de Contrato a alteração do prazo vigência do de locação de um trator de pneu, destinado a atender serviços gerais para o exercício de 2018, processo licitatório modelo carta convite de nº003/2017. ficando o mesmo prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início de vigência em 15 de maio de 2018 e término de vigência em 15 maio de 2019.

Cocalinho – MT, 14 de maio de 2018.

LEIA – SE:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.2 – Consiste o objeto do presente Termo Aditivo de Contrato a alteração do prazo vigência do de locação de um trator de pneu, destinado a atender serviços gerais para o exercício de 2018, processo licitatório modelo carta convite de nº003/2017. ficando o mesmo prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início de vigência em 07 de maio de 2018 e término de vigência em 07 maio de 2019.

Cocalinho – MT, 07 de maio de 2018.

Cocalinho, 21 de JUNHO de 2018.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

ERRATA 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 039/2018, DE 14 DE MAIO DE 2018

ERRATA

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 039/2018, DE 14 DE MAIO DE 2018.

Essa publicação está na edição do(s) dia(s): 18 de maio de 2018.

ONDE SE LE:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Consiste o objeto do presente Termo Aditivo de Contrato a alteração do prazo vigência do de locação de um trator de pneu, destinado a atender serviços gerais para o exercício de 2018, processo licitatório modelo carta convite de nº003/2017. ficando o mesmo prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início de vigência em 15 de maio de 2018 e término de vigência em 15 maio de 2019.

Cocalinho – MT, 14 de maio de 2018.

LEIA – SE:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.2 – Consiste o objeto do presente Termo Aditivo de Contrato a alteração do prazo vigência do de locação de um trator de pneu, destinado a atender serviços gerais para o exercício de 2018, processo licitatório modelo carta convite de nº003/2017. ficando o mesmo prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início de vigência em 07 de maio de 2018 e término de vigência em 07 maio de 2019.

Cocalinho – MT, 07 de maio de 2018.

Cocalinho, 21 de JUNHO de 2018.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

LICITAÇÃO
EXTRATO – SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 011/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇO EIRELLI-ME

Objeto: Aquisição de materiais esportivos para o município de Colider/MT

Acréscimo de Valor: R$ 1.124,70 (hum mil cento e vinte e quatro reais e setenta centavos)

Data de Assinatura: 20**/06/2018**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2018

Procedimento de licitação nº 24.953/2018

Ratifico a Dispensa de Licitação nº 007/2018 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do art. 25 da Lei 8.666/93 e suas atualizações e determino que se proceda a Aquisição dos prêmios para o 7º FESPECOL (FESTIVAL DE PESCA ESPORTIVA DE COLNIZA), para atender as necessidades desta Municipalidade.

Colniza – MT, 21 de junho de 2018.

Celso Leite Garcia

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2018

Procedimento de licitação nº 24.958/2018

Ratifico a Dispensa de Licitação nº 008/2018 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do art. 25 da Lei 8.666/93 e suas atualizações e determino que se proceda a Prestação de serviços com fornecimento de energia elétrica, através de grupo gerador e art. para o 7º FESPECOL (FESTIVAL DE PESCA ESPORTIVA DE COLNIZA), para atender as necessidades desta Municipalidade.

Colniza – MT, 21 de junho de 2018.

Celso Leite Garcia

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2018

Procedimento de licitação nº 24.959/2018

Ratifico a Dispensa de Licitação nº 009/2018 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do art. 25 da Lei 8.666/93 e suas atualizações e determino que se proceda a Prestação de serviços de Sonorização, locação de banheiro químico, serviços de palco com iluminação e serviços com locação de tendas para realização do 7º FESPECOL (FESTIVAL DE PESCA ESPORTIVA DE COLNIZA), para atender as necessidades desta Municipalidade.

Colniza – MT, 21 de junho de 2018.

Celso Leite Garcia

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 217/GP/201

PORTARIA Nº 217/GP/2018, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERA por motivo de **aposentadoria por Tempo de Contribuição,** a **Servidora Elizete Sodre Oliveira**, portadora do RG nº. 414409 SESDEC/RO e do CPF nº. 408.306.402-15, servidora efetiva no cargo de Professora Nível Superior, 40 horas, matrícula nº. 1072, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Municipalidade.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 01 de junho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 12 de junho de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001 O período de publicação será de 12/06/2018 a 12/07/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Comodoro – MT, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA - EDITAL n° 001/2018, tendo como objeto: ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS (LOTES URBANOS) DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE COMODORO, cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas (horário local) do dia 03/08/2018, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Presidente da Comissão de Licitação das 08:00 às 11:00 horas.

Comodoro – MT, 21 de Junho de 2018.

Anita Rodrigues da Paixão

Presidente CPL

EXTRATO EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Comodoro – MT, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA - EDITAL n° 002/2018, tendo como objeto: PERMISSÃO DE USO DO ESPAÇO LOCALIZADO NA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, NA PRAÇA DOS PIONEIROS, NO MUNICÍPIO DE COMODORO-MT, COM ÁREA TOTAL DE 30,11 M² PARA PRESTA-

ÇÃO DE SERVIÇOS DE LANCHONETE (TIPO TRAILER), cuja abertura ocorrerá às 09:00 horas (horário local) do dia 26/07/2018, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Presidente da Comissão de Licitação das 08:00 às 11:00 horas.

Comodoro – MT, 21 de Junho de 2018.

Anita Rodrigues da Paixão

Presidente CPL

EXTRATO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2018

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro substituto Fernando Oliveira Lemos da Rosa, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL - EDITAL n° 052/2018, tendo como objeto**: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBA INJETORA DE VEICULOS LEVES E PESADOS DA FROTA MUNICIPAL, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS,** cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas do dia 09/07/2018, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br/portal transparência. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com o Pregoeiro/Equipe de Apoio das 8:00 às 11:00 horas.

Comodoro – MT, 21 de Junho de 2018.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro Substituto

EXTRATO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2018

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro substituto Fernando Oliveira Lemos da Rosa, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL - EDITAL n° 053/2018, tendo como objeto**: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS NO MUNICÍPIO DE COMODORO PARA ATENDER VEÍCULOS DE DIVERSAS SECRETARIAS E SEUS DEPARTAMENTOS, BEM COMO COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO NO MUNICÍPIO DE CÁCERES ATENDENDO OS VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO EM TRÂNSITO NA BR 174,** cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas do dia 10/07/2018, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br/portal transparência. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com o Pregoeiro/Equipe de Apoio das 8:00 às 11:00 horas.

Comodoro – MT, 21 de Junho de 2018.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro Substituto

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ERRATA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 24/2018

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletronico dos Municipios do Estado de Mato Grosso • ANO XIII | N° 2.980, Página 94, do dia 17 de maio de 2018.

onde se lê: A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 03 de maio de 2018.

Ler -se: A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 03 de maio de 2019.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 51/2018

Aos 20 dias do mês de junho do ano de dois mil e Dezoito, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Rônio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Rua: Tancredo Neves Nº50 Setor Pavilhão nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade **Pregão Presencial nº002/2018** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, cujo objetivo de eventual e futura aquisição de **materiais esportivos,** para atender as necessidades do departamento de esporte, do Município de **CONFRESA - MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009 , segundo as cláusulas e condições seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à aquisição de **materiais esportivos,** para atender as necessidades do departamento de esporte, junto ao Município de **CONFRESA-MT**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do serviços a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar o serviço solicitado nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar o serviços solicitado no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 20 de junho de **2019.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o(s) fornecedor (es) e as especificações do(s) serviço(s) registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME

CNPJ: 21.395.275/0001-41 **FONE/FAX: 65-3682-3026/**

END.: RUA CLVISHUGNEY, Nº 70, VARZEA GRANDE

E-MAIL: fiscal.alicont@terra.com.br

Patrícia Moreira de Lima

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

Item	Und	Qtde	Descrição	Preço médio unit	Preço médio total
1	UND	16	BANDEIRA PARA ARBITRO - COR AMARELA, PARA ESCANTEIO DE FUTEBOL DE CAMPO, FORMATO TRIANGULAR, TECIDO EM CETIM, HASTES DE ALUMINIO OBS: BANDEIRINHA DE ESCANTEIO PARA CAMPO DE FUTEBOL COM MOLA INOX	569,90	9.118,40
2	UND	6	RELOGIO MARCADOR DE TEMPO - TIPO TIMER, EM PLASTICO, OPERADO POR BATERIA, TAMANHO AAA, GRADUACAO DE DE 0 A 90 MINUTOS, GRADUADO EM SEGUNDOS, MOSTRADOR DIGITAL, COM ALARME UM TIPO DE AJUSTE DO ALARME SONORO OBS: CRONOMETRO PARA TREINO DE JOGOS	54,90	329,40
3	PAR	10	BANDEIRA PARA ARBITRO -QUADRICULADA 2 CORES, COM HASTE EM PVC, CABO DE ESPUMA OBS: BANDEIRA JUIZ FUTEBOL DE CAMPO, 4 GOMOS OFICIAL, CORES LARANJA E AMARELO, BASTÃO EM LUMINIO PINTADO, TECIDO EM TECTEL, MANETE ADERENTE E MACIO, GIRO 360 GRAUS NO BASTAO, ALTURA: 0,58CM LARGURA: 0,44CM	81,77	817,70
4	UND	10	BOMBA PARA ENCHER BOLAS - CONFECCIONADO EM MATERIAL ACRILICO TRANSLUCIDO DE ALTA RESISTENCIA, QUE PERMITE INFLAR NOS DOIS SENTIDOS. O AR DEVERA SER IMPULSIONADO PARA DENTRO DA CAMARA, TANTO EMPURRANDO COMO PUXANDO,DUPLA ACAO ENCHE NOS DOIS SENTIDOS AO MOVIMENTO,CONTENDO UMA MANGUEIRA COM 17,00 A 20,00CM DE COMPRIMENTO,2 AGULHAS ROSQUEAVEIS DE 4 A 4,5CM DE COMPRIMENTO OBS: BOMBA INFLÁVEL PLASTICA DE BOLA	32,90	329,00
5	UND	6	CALIBRADOR PARA BOLAS - EM PLASTICO RIGIDO, COM REVESTIMENTO DE BORRACHA, 4,5CM DE DIAMETRO OBS: CALIBRADOR DE BOLA ANALOGICO	89,90	539,40
6	UND	15	CINTO DE TRACAO - COM FITA ELASTICA, 2 Cintos, em EVA , reforçados com fita de segurança p OBS: CINTO DE TRAÇÃO ELASTICO COM 3 FIO	246,87	3703,05
8	UND	40	BOLA - CONFECCIONADA EM PU,PESANDO ENTRE 420 A 440 GRAMAS,TIPO FUTEBOL DE CAMPO,CIRCUNFERENCIA ENTRE 67 A 69 CM OBS: BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO- 11 GOMOS MATERIAL: PU POLIURETANO, CIRCUNFERENCIA: 68,00 - PRESSÃO: 10-12 LBS - GOMOS: 11 GOMOS, PESO:440G	127,90	5.116,00
9	UND	40	BOLA - DE PVC,PESANDO DE 410 A 450 GRAMAS,DE FUTEBOL DE CAMPO,DE TAMANHO (CIRCUNFERENCIA) DE 68 A 70 CM,NA COR ESTAMPADA,ACABAMENTO SEM COSTURA BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO - 8 GOMOS COMPOSIÇÃO: PVC - PESO DO PRODUTO: 410 - 450 G COSTURA: SEM CUSTURA CIRCUNFERENCIA: 68 - 70CM	129,90	5.196,00
10	UND	40	BOLA - DE BORRACHA, PESANDO 420 A 450G, DE FUTEBOL SOCIETY, DE TAMANHO_(CIRCUNFERENCIA) 68-69CM, NA COR BRANCA, ACABAMENTO COM CUSTURA OBS: BOLA DE FUTEBOL SOCIETY MATERIAL: PVC CIRCUNFERENCIA: 70,00 - PRESSÃO: 5-6 LBS, GOMOS: 11 GOMOS, PESO: 440G	129,90	5.196,00
11	UND	40	BOLA - EM PU ULTRA 100 POR CENTO,PESANDO DE 410 A 440 GRAMAS,DE FUTSAL, TERMOTEC - EXCLUSIVO SISTEMA DE GOMOS TERMOFUNDIDOS TOTALMENTE IMPERMEAVEL, CAMARA AIRBILITY,TAMANHO INFANTIL, DIAMETRO DE 61,00 X 64,00 CM, COM 8 GOMOS, MIOLO SLIP SISTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO,CORES DIVERSAS OBS: BOLA DE FUTSAL - CONFECCIONADA PU ULTRA 100 - CAMADA NEOGEL - COM 8 GOMOS - TECNOLOGIA TERMOTEC - COM 0% DE ABSORÇÃO DE AGUA.	129,90	5.196,00
12	UND	40	BOLA - EM MICROFIBRA COM TRATAMENTO ANTIBACTERIANO,PESANDO 280G,DE VOLEI,NO TAMANHO ENTRE (CIRCUNFERENCIA) 65CM A 67CM,NA COR AZUL E AMARELA,ACABAMENTO SEM COSTURA, COM 08 GOMOS OBS: BOLA DE VOLEI DE QUADRA - COMPOSIÇÃO: MICROFIBRA/CAMARA ARBILITY, PESO DO PRODUTO: 260G - 280G, CIRCUNFERENCIA: 65CM - 67CM	169,90	6.796,00
13	UND	20	BOLA - DE BORRACHA, PESANDO ENTRE 250 A 300G, DE VOLEI DE PRAIA, DE TAMANHO_(CIRCUNFERENCIA) OFICIAL, NA COR COLORIDA, ACABAMENTO SEM COSTURA OBS: BOLA DE VOLEI DE AREIA - 18 GOMOS CONSTRUÍDOS SEM COSTURA SOB UMA CAMADA DE NYLON, CONTA COM CAMARA DE AR INTERIOR REVESTIDA POR UMA CAMADA DE BORRACHA.	229,90	4.598,00
14	UND	20	BOLA - DE PU, PESANDO 230 A 270G, DE HANDEBOL, DE TAMANHO_(CIRCUNFERENCIA) OFICIAL, MODALIDADE H1L, MIOLO SLIP SYSTEM OBS: BOLA DE HANDEBOL - HL 1 MATERIAL: PVC COMPOSIÇÃO: PVC PESO DO PRODUTO: 230G - 270G CIRCUNFERENCIA: 49 CM - 51CM	124,90	2.498,00
15	UND	20	BOLA - DE PU, PESANDO 325 A 400G, DE HANDEBOL FEMININO, DE TAMANHO_(CIRCUNFERENCIA) OFICIAL, MODALIDADE H2L OBS: BOLA DE HANDEBOL - HL 2 MATERIAL: POLIURETANO COMPOSIÇÃO: PU PESO DO PRODUTO: 325G - 400G CIRCUNFERENCIA: 54CM 56 CM	182,90	3.658,00
16	UND	20	BOLA - CONFECCIONADA EM PVC HAND GRIP, 32 GOMOS, MIOLO COM VALVULA CONFECCIONADA EM SILICONE ESPECIAL LUBRIFICADO E SUBSTITUIVEL,PESANDO 325 A 400G,DE HANDEBOL, CATEGORIA FEMININO,CIRCUNFERENCIA ENTRE 54 E 56CM, APROVADA PELA FEDERACAO INTERNACIONAL DE HANDEBALL,FORRO MULTIAXIAL, COM CAMARA EM BORRACHA BUTILICA (BORRACHA NATURAL E SINTETICA) E COM SISTEMA DE BALANCEAMENTO OBS: BOLA DE HANDEBOL - HL 3 MATERIAL: PVC COMPOSIÇÃO: PVC PESO DO PRODUTO: 425G - 475G CIRCUNFERENCIA: 58CM - 60CM	239,90	4.798,00
17	UND	20	BOLA - EM MICROFIBRA,PESANDO ENTRE 600G E 650G,DE BASQUETE,COM TAMANHO ENTRE (CIRCUNFERENCIA) 75CM E 78CM,NAS CORES LARANJA E AMARELA,ACABAMENTO MATRIZADA OBS: BOLA DE BASQUETE COMPOSIÇÃO: MICROFIBRA DE PU, PESO DO PRODUTO: 600G - 650G CIRCUNFERENCIA: 75 - 78 CM	109,90	2.198,00
18	PAR	12	REDE - DE NYLON, PARA FUTEBOL DE CAMPO, NA COR BRANCA, DE FIO TRANCADO 4MM, NO FORMATO OFICIAL OBS: REDE DE FUTEBOL DE CAMPO FIO 4MM TIPO VEU NYLON POLIETILENO 100% VIREGEM COM TRATAMENTO U. V. CONFECCIONADA NA MALHA 15X15 CM EM CORDA TRANÇADA, MATERIAL: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, ESPESSURA COMPLEMENTAÇÃO DA DESCRIÇÃO 1 DO FIO 4MM DIMENSÕES: 7,5M NA LARGURA 2,5 DE ALTURA, 1M DE RECUO SUPERIOR E 2,5 DE RECUO INFERIOR.	299,90	3.598,80
19	PAR	20	REDE - DE NYLON, PARA FUTSAL,NA COR AZUL,DE FIO 4,00MM,TAMANHO OFICIAL OBS: REDE DE FUTSAL FIO 4MM - PAR REDE GOL FUTSAL CAIXOTE FIO 6MM NYLON FUTEBOL DE SALÃO. CONFECCIONADA NA MALHA 12X12 EM CORDATRANÇADA, MATERIAL: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM TRATAMENTO CONTRA AS AÇÕES (U.V) DIMENSÕES: 3,2M NA LARGURA, 2,1 DE ALTURA E 0,80 DE RECUO.	181,87	3.637,40
20	UND	20	CARTAO DE ARBITRO - EM PLASTICO RIGIDO, COM 10CM X 8 CM, NA COR VERMELHA OBS: CARTAO DE ARBITRAGEM VERMELHO COMPOSIÇÃO: PVC, DIMENSÕES APROXIMADAS: 7,5X10,5CM	10,27	205,40
21	UND	20	CARTAO DE ARBITRO - EM PLASTICO RIGIDO, COM 10CM X 8 CM, NA COR NAS CORES VERMELHO E AMARELO OBS: CARTAO DE ARBITRAGEM AMARELO COMPOSIÇÃO: PVC, DIMENSÕES APROXIMADAS: 7,5X10,5CM	10,27	205,40

22	UND	100	CONE - EM PLASTICO, FLEXIVEL,COM ALTURA DE 24,00 CM, PARA MARCACAO TREINAMENTO DE CIRCUITO FUNCIONAL E ESPORTES EM GERAL CORES VARIADAS (ROSA/LARANJA/LIMAO/AZUL/AMARELO E VERMELHO). OBS: CONE PARA TREINAMENTO DE AGILIDADE COM FURO 30CM FABRICADOEM PVC, MATERIAL RESISTENTE E MALEAVEL COMPOSIÇÃO: PVC, TAMANHO APROX.: 30 CM	6,90	690,00
23	UND	8	SACO PARA GUARDAR BOLAS - E TRANSPORTE DE MATERIAL EM GERAL, DE POLIETILENO 2,0MM,NA MEDIDA DE (1,20 X 0,80)CM,NA COR AZUL OBS: SACO BOLSA PARA TRANSPORTE DE BOLAS TAMANHOS APROX.:80X42X20	25,87	206,96
24	UND	8	MESA DE JOGOS - PARA JOGO DE PING PONG OFICIAL, TAMPO DE 12 MM, EM MADEIRA COMPENSADA, ESTRUTURA EM FERRO TUBOLAR OBS: MESA DE PING PONG OFICIAL - MODELO DOBRÁVEL ESPESSURA 12 MM CARACTERISTICAS PRINCIPAIS: MINI TENNIS DE MESA KLOPF 12MM, TAMPO DE MDF COM ACABAMENTO EM MASSA E PRIMER AZUL COM LINHAS DESMARCATORIAS BRANCAS, PÉS DE MADEIRA MACIÇA DOBRAVEIS, IDEAL PARA CRIANÇAS E PEQUENOS ESPAÇOS, COMPSIÇÃO: MDF PESO: 25KG DIMENSÕES DO PRODUTO MONTADO: 1,5X80X76M	539,90	4. 319,20
25	UND	20	RAQUETE DE MESA - RAQUETE DE MEDEIRA COM BORRACHA OFICIAL OBS: RAQUETE COM SUPORTE DE PING PONG OFICIAL - COMPOSIÇÃO: MADEIRA E BORRACHA SINTÉTICA, DIMENSÕES APROXIMADAS: 15X27,5X2 (LxAxE)CM	16,77	335,40
26	UND	100	BOLA - DE PLASTICO, PESANDO 10G, DE PING PONG, DE TAMANHO_(CIRCUNFERENCIA) OFICIAL, NA COR BRANCA OBS: BOLA DE PING PONG OFICIAL - TIPO: BOLINHA DE PING PONG, CARACTERISTICAS PRINCIPAIS: BOLAS EM ACETATO DE CELULOIDE.	2,47	247,00
27	UND	30	MESA DE JOGOS - TABULEIRO OFICIAL DE XADREZ/DAMA,MEDINDO APROXIMADAMENTE: (55,00 X 1,50 X 55,00) CM,CONFECCIONADA EM MADEIRA,ALTO PADRAO NO ACABAMENTO PARA PROPOCIONAR MAIOR EXISTENCIA OBS: TABULEIRO DE XADREZ - JOGO DE XADREZ COM TABULEIRO DE MADEIRA TIPO ESTOJO, PEÇAS PARA XADREZ C/ TABULEIRO DE MADEIRA MEDIDAS; REI:10CMX4CM DE BASE RAINHA: 8CM X 4 CM BISPO: 7,5CM X 4CM CAVALO: 7,5 CM X 4CM TORRE: 6CM X 4CM PEAO: 5CM X 3,5CM, MATERIAL: POLIPROPILENO - AUTO IMPACTO, TABULEIRO: 38 CM DE COMPRIMENTO X 38 CM DE LARGURA (CASAS 4,5CM X 4,5 CM), TABULEIROTIPO ESTOJO, DOBRA NO MEIO, FEITO DE MADEIRA, PEÇAS OCAS.	103,87	3. 116,10
29	UND	2	PLACAR - DE MESA, EM PVC, MANUAL,MEDINDO APROXIMADAMENTE (31,00 X 21,00)CM,PARA DIVERSAS MODALIDADES,DE 01 A 31 PONTOS OU GOLS,COM MARCADOR DE FALTAS OU SETS DE 00 A 07,SEM MARCADOR DE TEMPO OBS: PLACAR DE MESA - COMPOSIÇÃO: PVC PESO DO PRODUTO:960G DIMENSÕES DO PRODUTO MONTADO: ALT (CM) 3,00XLARG CM 21,00 X COMP CM 38	219,90	439,80
30	UND	10	PRANCHETA PORTATIL- do tipo TATICA MAGNETICA PARA FUTEBOL DE CAMPO COM IMA E CANETA OBS: PRANCHETA TATICA MAGNETICA PARA FUTEBOL	220,87	2. 208,70
					79. 297,11

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado **30 (trinta)** dias condicionado à entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 05- Secretaria Municipal de Educação e Desporto

Unid: 10- Infraestrutura e Desenvolvimento do Desporto

Proj. ativ.:2.049- Manutenção e Encargos com depto esporte

CódRed: 345

Fonte: 0000- recursos ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 05- Secretaria Municipal de Educação e Desporto

Unid: 10- Infraestrutura e Desenvolvimento do Desporto

Proj. ativ.:1.143- Aquisição de Material Permanente Depto Esporte

CódRed: 336

Fonte: 0000- recursos ordinários

Elemento: 4.4.90.52.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE –

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações do presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS –

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no **art. 65**, da **Lei 8.666/93;**

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR-

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial nº **002/2018**e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução da aquisição dos equipamentos será exercida pelo servidor credenciado, **Sr. Jean Karlos R. Pereira,** nomeado mediante portaria Municipal de **008/2018**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, **Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira**, Pregoeiro, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

_____

P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME

CNPJ: 21.395.275/0001-41

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 73/2017

Aos 20 dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezessete, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Rônio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Rua: Tancredo Neves Nº50 Setor Pavilhão nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT

e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 **a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 114/2017 da Prefeitura Municipal de Confresa, cujo** objetivo de **contratação de empresa para prestação de serviços de propaganda volante utilizado em veículo**, para atender a demandadas Secretarias do Poder Executivo Municipal deste Município de Confresa - MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009 , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à **contratação de empresa para prestação de serviços de propaganda volante utilizado em veículo**, para atender a demandadas Secretarias do Poder Executivo Municipal, junto ao Município de Confresa-MT.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do (s) serviços a outro (s) órgão(aos) da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar o serviço solicitado nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar o serviços solicitado no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante (s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o (s) fornecedor (es) e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao(s) material(ais) entregue(s), com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 20 de outubro de 2018.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do serviço registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: HELIO LIMA DA SILVA 89061209153

CNPJ: 28.648.557/0001-52 FONE/FAX: 66-98405-7379

END: RUA INSUTRIAL, 135, VILA NOVA

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

Item	Und	Qtde	Descrição	Vl. Médio	Vl. Médio Total
42768	HORA	2.000	SERVICO DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE - DIVULGACAO DE CAMPANHAS, EM CARRO DE SOM OBS: SERVIÇOS DE PROPAGANDA VOLANTE UTILIZADO EM VEICULO.	21,00	42.000,00
					42.000,00

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias condicionado à prestação do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes da execução do objeto a ser licitado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93;

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial nº 114/2017 e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, **Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira**, Pregoeiro, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo

ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

HELIO LIMA DA SILVA 89061209153

28.648.557/0001-52

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2018 PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 042/2018

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2018

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 042/2018

O Pregoeiro oficial e equipe de apoio, da Prefeitura Municipal de Confresa – MT, torna público aos interessados, Pregão Presencial 042/2018, com abertura prevista para o dia 22 de abril de 2018, as 08h00min, cujo objeto é "PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE **MATERIAIS GRÁFICOS, CONFECÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, CAVALETE E SERVIÇOS DE CÓPIAS XEROGRAFICAS, ENCADERNAÇÕES ETC** PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT", prorroga-se o prazo de abertura do edital, para 28 de junho de 2018 às 08h00min. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014.

Confresa-MT, 21 de junho de 2018.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO À CPL Nº 05/2016

A Prefeitura Municipal de Confresa, através da Comissão Permanente de Licitações, tona sem efeito, ou cancelada, a Publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios do dia 09 de Abril de 2018 ANO XIII Nº 2.953, Página 133, referente ao **EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO À CPL Nº 05/2016**.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
CONTRATO Nº 029/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 37.464.716/0001-50, com sede à AV CENTRO OESTE, nº 257, Bairro Centro, na cidade de Confresa, neste ato representada pelo Sr. **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM,** brasileiro, casado, portador do RG nº 0875190-0**SSP/MT** e CPF nº535.561.191-53.

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE CONFRESA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à AV CENTRO OESTE, nº 257, devidamente inscrita no C.N.P.J, nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal, Senhor Prefeito Municipal, Sr. **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM,** brasileiro, casado, portador do R.G. n.º 087519-0 SSP/MT e inscrito no CPF nº 535.561.191-53, residente e domiciliado na Rua Tranquedo Neves , nº 50, bairro Setor Pavilhão, nesta

cidadede Confresa – MT, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e por outro lado a empresa **TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTS DE PROTEÇÃO E SEVIÇOS**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 13.851.726/0001-80, com sede à Rua 15,Quadra M, lote 10, Bairro Machado, Mineiros – GO, Cep **75. 830-000**, neste ato representada pelo sócio administrativo Sraª. **FLAVIA DE SOUSA MAGALHAES LUCIANO** portadora da Carteira de Identidade nº 5786.729 SSP/GO e do CPF nº 249.086.768-79, tem entre os mesmos de maneira justa e acordada, o presente **CONTRATO ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE SEGURANÇA LTCAT**, ficando desde já aceito, pelas cláusulas abaixo descritas.

1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa para prestação de serviço especializada em **ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE SEGURANÇA LTCAT**.

2.0 CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1– O presente contrato começa a contar prazo a partir desta data **11/06/2018**, com término previsto para **11/11/2018**, podendo ser prorrogado no interesse das partes por iguais e sucessivos períodos até o máximo previsto em Lei.

3.0 CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO

3.1– O objeto deste contrato será recebido definitivamente, após a verificação ou conferência do serviço executado conforme inciso I do art.73 da Lei 8.666/93.

4.0 CLÁUSULA QUARTA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

4.1- As partes declaram sujeitas às normas da Lei 8.666/93, legislação posterior e cláusulas deste contrato.

5.0 CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

5.1– O valor total do objeto deste contrato é de **R$ 30.910,00** que serão pagos em 06 parcelas iguais de **R$ 5.151,66** cada.

6.0 CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1– As despesas decorrentes deste contrato serão pagas com recursos orçamentários próprios e correrão por conta da dotação orçamentária

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração;

Unidade Administrativa: 001 – Gestão Administrativa;

Projeto Atividade: 2.007 – Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Administração;

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica;

Dotação: 035;

Recurso: 100 – Recurso Ordinários.

7.0 CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 – Acatar as ordens da contratante efetuando os serviços nos locais indicados.

7.2 – Refazer às suas expensas os serviços executados em desacordo com o estabelecido no contrato.

7.3– Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar, à administração ou a terceiros.

7.4 – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela administração ou pelo seu preposto, garantindo – lhes acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços.

7.5 – Arcar com todos os encargos de natureza, trabalhista, previdenciária, tributária, acidentária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato.

8.0 CLÁUSULA OITAVA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 – Prestar ao contratado todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços.

8.2 – Conferir os serviços efetivamente realizados, bem como efetuar os pagamentos devidos.

8.3 – Indicar o responsável para o acompanhamento e fiscalização dos serviços a serem executados.

9.0 CLÁUSULA NOVA – DAS SANÇÕES

9.1 – Na hipótese de o CONTRATADO descumprir as obrigações assumidas neste contrato, no todo ou em parte, ficará sujeita a juízo da CONTRATANTE, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n º 8.666/93.

9.2 – A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar sua rescisão pela administração, com as conseqüências previstas nos artigos 77 e 80 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o artigo 87 do mesmo diploma legal.

9.3 – A multa que se refere o inciso II do art.87 da Lei citada no item anterior será de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da respectiva nota de empenho.

9.4 – A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 1/3 (um terço) sobre o valor total da adjudicação.

10.0 CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 – A rescisão contratual poderá ser:

10.1.1 – Determinada por ato unilateral e estrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal n º 8.666/93;

10.1.2 – Amigável por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da administração.

10.1.3 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 10.2.

10.1.4 – Constitui motivo para rescisão o previsto no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93.

10.1.5 – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal n º 8.666/93, sem haja culpa do CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

10.1.6 – A rescisão contratual que trata o inciso I do artigo 78 acarreta as consequências previstas no artigo 80, inciso I a IV, ambos da Lei Federal n º 8.666/93.

11.0 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente nomeado para esta Função, sendo a Senhora Ana Celia de Souza Lima Portaria 245/2018.

12.0 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT, para dirimir questões oriundas deste Contrato não resolvidos na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que outro seja.

13.0 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – Os casos omissos serão solucionados com base no que dispõe a Lei Federal 8.666/93, suas alterações e também com base em leis municipais que versem sobre o assunto.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Confresa- MT, 11 de maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Rônio Condão Barros Milhomem

Contratante

TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTS DE PROTEÇÃO E SEVIÇOS

FLAVIA DE SOUSA MAGALHAES LUCIANO

Contratado

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
CONTRATO Nº 030/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 37.464. 716/0001-50, com sede à AV CENTRO OESTE, nº 257, Bairro Centro, na cidade de Confresa, neste ato representada pelo Sr. **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM,** brasileiro, casado, portador do RG nº 0875190-0**SSP/MT** e CPF nº535.561.191-53.

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE CONFRESA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à AV CENTRO OESTE, nº 257, devidamente inscrita no C.N.P. J, nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal, Senhor Prefeito Municipal, Sr. **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM,** brasileiro, casado, portador do R.G. n. º 087519-0 SSP/MT e inscrito no CPF nº 535.561.191-53, residente e domiciliado na Rua Tranquedo Neves , nº 50, bairro Setor Pavilhão, nesta cidadede Confresa – MT, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e por outro lado a empresa **TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTS DE PROTEÇÃO E SEVIÇOS**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 13.851.726/0001-80, com sede à Rua 15,Quadra M, lote 10, Bairro Machado, Mineiros – GO, Cep **75. 830-000**, neste ato representada pelo sócio administrativo Sraª. **FLAVIA DE SOUSA MAGALHAES LUCIANO** portadora da Carteira de Identidade nº 5786.729 SSP/GO e do CPF nº 249.086.768-79, tem entre os mesmos de maneira justa e acordada, o presente **CONTRATO ELABORAÇÃODO PROGRAMA DE SEGURANÇA LTCAT**, ficando desde já aceito, pelas cláusulas abaixo descritas.

1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa para prestação de serviço especializada em **ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE SEGURANÇA PPRA**.

2.0 CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1– O presente contrato começa a contar prazo a partir desta data **11/06/ 2018**, com término previsto para **11/11/2018**, podendo ser prorrogado no interesse das partes por iguais e sucessivos períodos até o máximo previsto em Lei.

3.0 CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO

3.1– O objeto deste contrato será recebido definitivamente, após a verificação ou conferência do serviço executado conforme inciso I do art.73 da Lei 8.666/93.

4.0 CLÁUSULA QUARTA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

4.1- As partes declaram sujeitas às normas da Lei 8.666/93, legislação posterior e cláusulas deste contrato.

5.0 CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

5.1– O valor total do objeto deste contrato é de **R$ 27.090,00** que serão pagos em 06 parcelas iguais de **R$ 4.515,00** cada.

6.0 CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1– As despesas decorrentes deste contrato serão pagas com recursos orçamentários próprios e correrão por conta da dotação orçamentária

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração;

Unidade Administrativa: 001 – Gestão Administrativa;

Projeto Atividade: 2.007 – Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Administração;

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica;

Dotação: 035;

Recurso: Recurso Ordinários.

7.0 CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 – Acatar as ordens da contratante efetuando os serviços nos locais indicados.

7.2 – Refazer às suas expensas os serviços executados em desacordo com o estabelecido no contrato.

7.3 – Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar, à administração ou a terceiros.

7.4 – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela administração ou pelo seu preposto, garantindo – lhes acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços.

7.5 – Arcar com todos os encargos de natureza, trabalhista, previdenciária, tributária, acidentária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato.

8.0 CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 – Prestar ao contratado todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços.

8.2 – Conferir os serviços efetivamente realizados, bem como efetuar os pagamentos devidos.

8.3 – Indicar o responsável para o acompanhamento e fiscalização dos serviços a serem executados.

9.0– CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

9.1 – Na hipótese de o CONTRATADO descumprir as obrigações assumidas neste contrato, no todo ou em parte, ficará sujeita a juízo da CONTRATANTE, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n º 8.666/ 93.

9.2 – A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar sua rescisão pela administração, com as conseqüências previstas nos artigos 77 e 80 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o artigo 87 do mesmo diploma legal.

9.3 – A multa que se refere o inciso II do art.87 da Lei citada no item anterior será de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da respectiva nota de empenho.

9.4 – A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 1/3 (um terço) sobre o valor total da adjudicação.

10.0 CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 – A rescisão contratual poderá ser:

10.1.1 – Determinada por ato unilateral e estrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal n º 8.666/93;

10.1.2 – Amigável por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da administração.

10.1.3 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 10.2.

10.1.4 – Constitui motivo para rescisão o previsto no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93.

10.1.5 – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal n º 8.666/93, sem haja culpa do CONTRATADA, será esta

ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

10.1.6 – A rescisão contratual que trata o inciso I do artigo 78 acarreta as consequências previstas no artigo 80, inciso I a IV, ambos da Lei Federal n º 8.666/93.

11.0 DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente nomeado para esta Função, sendo o Ana Celia de Souza Lima, Portaria 246/2018.

12.0 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

12.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT, para dirimir questões oriundas deste Contrato não resolvidos na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que outro seja.

13.0 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – Os casos omissos serão solucionados com base no que dispõe a Lei Federal 8.666/93, suas alterações e também com base em leis municipais que versem sobre o assunto.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Confresa- MT, 11 de maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Rônio Condão Barros Milhomem

Contratante

TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTS DE PROTEÇÃO E SEVIÇOS

FLAVIA DE SOUSA MAGALHAES LUCIANO

Contratado

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
CONTRATO CPL 25/2018

O Município de Confresa, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Centro Oeste, 286, CEP: 78.652-000 - Confresa – MT, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Sr. **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Rua Tancredo Neves nº 50, Setor Pavilhão nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53, doravante denominado simplesmente de LOCATÁRIO, e por outro lado o **ESPÓLIO** da Senhora **AURELINA DA COSTA SOUZA**, representado pelo inventariante Sr. **ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA,** brasileiro, viúvo, produtor rural, residente e domiciliado neste município, na Avenida Centro Oeste, n° 94, Centro, inscrito no CPF sob o n° 245.755.695-34 e RG nº 3295870 SSP/BA, doravante denominado LOCADOR, acordam e ajustam firmar o presente contrato, tendo em vista resultado do **processo licitatório nº 044/2018**, realizado na modalidade dispensa nº **05/2018**, nos termos da Lei 8.666/93, e legislação pertinente.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a locação de um imóvel para instalação e funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, localizado na Rua Presidente Juscelino Kubistechek, esquina com a Treze de Maio-Centro - Município de Confresa – MT.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, o LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR o valor global de R$ 9.691,20 (nove mil e seiscentos e noventa e um reais e vinte centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor mensal da locação é de R$ 1.817,10, pagos até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês do vencido.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta dos recursos financeiro conforme dotações classificadas e codificadas descritas abaixo:

Código Reduzido	Órgão Unidade	Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
257	05.004	2.042	3.3.90.36.00.00.00.00.0000	0000

Valor: R$ 9.691,20 (nove mil e seiscentos e noventa e um reais e vinte centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente Contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

c) O preço ora contratado não sofrerá reajuste, salvo mediante negociação e acordo entre as partes;

Por acordo das partes:

a) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantido o valor inicial, vedada a antecipação do pagamento.

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

O Locatário declara ter procedido a vistoria no imóvel, locado recebendo-o em perfeito estado de conservação e comprometendo-se:

a) a manter os objetos da locação no mais perfeito estado de conservação e limpeza para assim ao restituir ao LOCADOR, quando findar ou rescindir a locação, correndo por sua conta exclusiva as despesas necessárias para esse fim, notadamente as que se referem à conservação do imóvel, incluindo as instalações sanitárias, elétricas e pinturas.

b) O prédio locado deverá ser entregue nas mesmas condições em que foram recebidos pelo LOCATÁRIO;

c) As taxas provenientes do uso de energia elétrica, água, telefone são de responsabilidade do Locatário;

d) As despesas referentes ao IPTU e Melhorias Urbanas que recaírem sobre o imóvel e ISS correrá por conta única do LOCADOR;

CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

A inadimplência por qualquer parte, a parte infratora ficará sujeita a multa de 3 % (três por cento) sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO

O presente contrato pode ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei n° 8.666/93.

Parágrafo Único – O LOCADOR reconhece os direitos do LOCATÁRIO, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA – COORDENAÇÃO DO IMÓVEL

O imóvel locado ficará sob coordenação da Secretaria Municipal de Administração será exercida pelo servidor credenciado, Sra. Adriana Abadia da Silva, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência será de 164 (cento e sessenta e quatro) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n° 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte - MT para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Confresa-MT, 22 Maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

LOCATÁRIO

ESPÓLIO DE AURELINA DA COSTA SOUZA

ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA

INVENTARIANTE

LOCADOR

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO 22/2018

Texto:

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletronico dos Municipios do Estado de Mato Grosso • ANO XIII | N° 2.999, Página 127, do dia 14 de junho de 2018

Onde lê se:

Objeto: Devidamente homologado no dia 07/05/2018;

Ler -se:

Objeto: Devidamente homologado no dia 27/04/2018;

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO 21/2018

Texto:

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletronico dos Municipios do Estado de Mato Grosso • ANO XIII | N° 2.999, Página 125, do dia 14 de junho de 2018

Onde lê se:

Objeto: Devidamente homologado no dia 07/05/2018;

Ler -se:

Objeto: Devidamente homologado no dia 27/04/2018;

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO 20/2018

Texto:

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletronico dos Municipios do Estado de Mato Grosso • ANO XIII | N° 2.999, Página 122, do dia 14 de junho de 2018

Onde lê se:

Objeto: Devidamente homologado no dia 07/05/2018;

Ler -se:

Objeto: Devidamente homologado no dia 27/04/2018;

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO 19/2018

Texto:

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletronico dos Municipios do Estado de Mato Grosso • ANO XIII | N° 2.999, Página 120, do dia 14 de junho de 2018

Onde lê se:

Objeto: Devidamente homologado no dia 07/05/2018;

Ler -se:

Objeto: Devidamente homologado no dia 27/04/2018;

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO 18/2018

Texto:

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletronico dos Municipios do Estado de Mato Grosso • ANO XIII | N° 2.999, Página 109, do dia 14 de junho de 2018

Onde lê se:

Objeto: Devidamente homologado no dia 07/05/2018;

Ler -se:

Objeto: Devidamente homologado no dia 27/04/2018;

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO 17/2018

Texto:

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletronico dos Municipios do Estado de Mato Grosso • ANO XIII | N° 2.999, Página 119, do dia 14 de junho de 2018

Onde lê se:

Objeto: Devidamente homologado no dia 07/05/2018;

Ler -se:

Objeto: Devidamente homologado no dia 27/04/2018;

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO 15/2018

Texto:

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletronico dos Municipios do Estado de Mato Grosso • ANO XIII | N° 2.999, Página 115, do dia 14 de junho de 2018

Onde lê se:

Objeto: Devidamente homologado no dia 07/05/2018;

Ler -se:

Objeto: Devidamente homologado no dia 27/04/2018;

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO 14/2018

Texto:

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletronico dos Municipios do Estado de Mato Grosso • ANO XIII | N° 2.999, Página 113, do dia 14 de junho de 2018

Onde lê se:

Objeto: Devidamente homologado no dia 07/05/2018;

Ler -se:

Objeto: Devidamente homologado no dia 27/04/2018;

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO 13/2018

Texto:

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletronico dos Municipios do Estado de Mato Grosso • ANO XIII | N° 2.999, Página 111, do dia 14 de junho de 2018

Onde lê se:

Objeto: Devidamente homologado no dia 07/05/2018;

Ler -se:

Objeto: Devidamente homologado no dia 27/04/2018;

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 022/2018

DECRETO N.022/2018 DE 21 JUNHO DE 2018.

DETERMINA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO ESPECIAL DO EXPEDIENTE NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NOS DIAS 22 DE JUNHO DE 2018 E 27 DE JUNHO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o evento da Copa do Mundo FIFA/2018;

CONSIDERANDO a necessidade de ordenamento dos trabalhos administrativos, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos aos cidadãos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido horário de funcionamento especial do expediente no âmbito da Administração Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais, para as seguintes datas, e na forma que segue:

I - 22 de junho de 2018, sexta-feira, em virtude do jogo do Brasil x Costa Rica, o horário de expediente será das 13:00 às 17:00 horas;

II - 27 de junho de 2018, quarta-feira, em virtude do jogo Brasil x Sérvia, o horário de expediente será das 7:00 às 11:00.

Art. 2º. Caberá a cada Secretário Municipal organizar os trabalhos afetos à sua Pasta para a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Confresa, em 21 de junho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2018
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 048/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2018

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 048/2018

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia 09 de julho de 2018, às 14:00hs (horário local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 048/2018 - SRP do tipo Menor Preço Global** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA LOCAÇÃO DE APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE: RINAS E VIAS URINARIAS, ABDOMEM TOTAL, OBSTETRICA, TRANSVAGINAL, MAMAS, PROSTATA, TIREOIDE E REGIÃO INGUINAL JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

Confresa-MT, 21 de junho de 2018.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2018
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 047/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2018

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 047/2018

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia 09 de julho de 2018, às 08:00hs (horário local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 047/2018 - SRP do tipo Menor Preço Global** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICO ORTOPEDISTA, NA ÁREA DE SAÚDE SENDO CONSULTAS, NO PRONTO ATENDIMENTO, PLANTÕES NOTURNO E FINAIS DE SEMANA E FERIADO, NO HOSPITAL MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT.**

Confresa-MT, 21 de junho de 2018.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE REPETIÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2018 PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 036/2018

AVISO DE REPETIÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2018

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 036/2018

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no **dia 06 de julho de 2018, às 14:00hs**, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **Pregão Presencial - SRP Nº 036/2018 do tipo Menor Preço Por Item,** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Depto. de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE **REFEIÇÕES** PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT**.**

Confresa-MT, 21 de junho de 2018.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE REPETIÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2018 PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 035/2018

AVISO DE REPETIÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2018

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 035/2018

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no **dia 06 de julho de 2018, às 08:00hs**, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **Pregão Presencial - SRP Nº 035/2018 do tipo Menor Preço Por Item,** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Depto. de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE **EMPRESA DO RAMO DE HOTELARIA PARA HOSPEDAGEM NA CIDADE DE CONFRESA** PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT**.**

Confresa-MT, 21 de junho de 2018.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
ATA DE LICITAÇÃO DESERTA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2018 PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 036/2018

ATA DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018

Às 14:00 horas do dia 15/06/2018 estiveram reunidos na PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, Avenida Centro Oeste Nº: 286 - Bairro: Centro, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr.(ª), assistido pelo Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio para apreciarem e julgarem a proposta de preço e os documentos de habilitação apresentados para a licitação na modalidade PREGAO PRESENCIAL Nº 036/2018, do tipo Menor Preço Por Item, em decorrência do objeto: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE **REFEIÇÕES** PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT. Reuniu-se, para o ato de recebimento dos envelopes contendo propostas e documentações referentes ao Pregão Presencial nº 036/2018, quando que iniciada a sessão, nenhuma empresa se fez presente, não havendo interessados.

O Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio segundo a Lei de Licitações decide declarar a licitação **DESERTA**, sugerindo republicação do certame; sendo possível, mantidas as condições do edital. Encaminham-se os autos à apreciação do Sr. Prefeito Municipal para deliberação. Nada mais havendo a relatar, o Sr. Pregoeiro encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

Maraise Alves de Brito

Equipe de Apoio

Milena Pereira Luz Oliveira

Equipe de Apoio

Rafaela Aparecida de Deus

Equipe de Apoio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PROCURADORIA DO MUNICIPIO
LEI Nº. 535/2018

Dispõe sobre a extinção da Biblioteca Pública Municipal "RACHEL DE QUEIROZ" e dá outras providências.

MARIA LÚCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei,

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a extinção da Biblioteca Pública Municipal "**RACHEL DE QUEIROZ",** criada pela Lei Municipal nº 237/2006 e subordinada à Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer.

Art. 2º O acervo e os demais bens patrimoniais pertencentes à Biblioteca Pública Municipal "**RACHEL DE QUEIROZ"**, incorporados ao Patrimônio do Município de Conquista D'Oeste, conforme Contrato de Comodato celebrado entre o Município e a Fundação Biblioteca Nacional, serão alocados nas Bibliotecas das Escolas Municipais.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente, a Lei Municipal nº 237/2006.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 18 de junho de 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 13/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio-Doença ao servidor

Sr. DOMINGOS SANTOS DE BARROS."

O Secretario Municipal de Administração de Conquista D Oeste, Estado de Mato Grosso, no

uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n. º 169 de 20 de dezembro de 2004, que

rege a Previdência Municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício Auxílio-Doença, ao servidor Sr. DOMINGOS SANTOS DE

BARROS, portador do RG n.º 1581642-7 e do CPF n.º 008.209.421-70, residente e domiciliado neste município,

efetivo no cargo de COVEIRO, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE,

correspondente a ultima remuneração de contribuição, a partir de 02 de abril de 2018 e término em 26 de janeiro de

2019, conforme processo administrativo do PREVI - CONQUISTA, n.º 2018.05.00004R3.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à

02/04/2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Conquista D Oeste - MT, 20/06/2018.

HELIO JOSÉ GARCIA MENDES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO
CONTRATO Nº 084/2018

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **SERPRA SERVIÇOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 14417332 SSP/MT e do CPF nº 786.720.151-34, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **SERPRA SERVIÇOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA**, com sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1856, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 07.123.969/0001-07, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Odete Borges dos Santos, portador(a) da Carteira de Identidade nº 632203, expedida pelo(a) SSP/MT, e CPF nº 571.248.171-53, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 2605/2018** e em observância às disposições e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Presencial nº 034/2018**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação de **serviços técnicos de assessoria na elaboração de projetos básicos de engenharia civil, editar e monitorar pleitos junto aos sistemas siconv, sigcon e sigob e demais portais do governo estadual e federal**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 31/12/2018, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) prestar os serviços contratados conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Cód. Reduzido: 569

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 10 (DEZ) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DOS SERVIÇOS CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante comprovação de regularidade com Secretaria da Receita Federal mediante apresentação da Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e certidão comprovando situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja

inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 3 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 13 de junho de 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto Responsável Legal da CONTRATANTE	SERPRA SERVIÇOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 14/2018

Sra. IVONE LIMIRIA DA SILVA ."

A Secretaria Municipal de Administração de Conquista D Oeste , Estado de Mato Grosso, no

uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n. º 169 de 20 de dezembro de 2004, que

rege a Previdência Municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício Auxílio-Doença, à servidora Sra. IVONE LIMIRIA DA SILVA ,

portadora do RG n.º 27900622 e do CPF n.º 572.152.941-53, residente e domiciliada neste município, efetiva no

cargo de SERVIÇOS GERAIS, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE,

correspondente a ultima remuneração de contribuição, a partir de 12 de abril de 2018 e término em 08 de outubro

de 2018, conforme processo administrativo do PREVI - CONQUISTA, n.º 2018.05.00012R7.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a

12/04/2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Conquista D Oeste - MT, 20/06/2018.

HÉLIO JOSÉ GARCIA MENDES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 18/2018

"Dispõe sobre a ***concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez,*** *a servidora* ***Sra. Judite Morais dos Santos."***

A Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 6-A da Emenda Constitucional n.º 41/2003, acrescentado pela EC nº 70/2012, c/c o Art. 12, inciso I, e Artigo, 12-A da **Lei Municipal nº 230 de 13 de junho de 2006**, que Institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Conquista D'Oeste, que Dispõe sobre a Reestruturação o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Conquista D'Oeste /MT e Lei Complementa n.º 001/2001, que Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Salários dos Servidores do Município de Conquista D'Oeste, e Decreto municipal nº. 06/2017 de 09 de janeiro de 2017, e Decreto nº. 04/2018 de 12/01/2018 que dispõe sobre atualização do subsidio dos servidores e da outras providencias;

Resolve*:*

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria por Invalidez, a servidora **Sra. Judite Morais dos Santos**, brasileira, portadora do RG n.º 27. 085455-1 SSP/SP, e do CPF sob n.º 287.839.008-37, residente e domiciliado no Município de Conquista D'Oeste, servidora efetiva no cargo de Auxiliar de Laboratório, Classe "A", Nível "04", com jornada de 40 horas semanais; contando com 15 anos, 11 meses e 12 dias de tempo de contribuição; lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculada sob o n.º 287, com proventos Integrais, conforme processo administrativo do **PREVI - CONQUISTA n.º 2018.03.00008P**, **a partir de 05/06/2018**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a **05/06/2018**, revogados as disposições em contrário.

Conquista D'Oeste /MT, 20 de junho de 2018.

HÉLIO JOSÉ GARCIA MENDES

Secretário de Administração

Homologo:

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 17/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio-Doença à servidora

Sra. VANIA PEREIRA DE ALMEIDA ."

O Secretario Municipal de Administração de Conquista D Oeste, Estado de Mato Grosso, no

uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n. º 169 de 20 de dezembro de 2004, que

rege a Previdência Municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício Auxílio-Doença, à servidora Sra. VANIA PEREIRA DE

ALMEIDA, portadora do RG n.º MG-11313229 e do CPF n.º 012.724. 696-70, residente e domiciliada neste

município, efetiva no cargo de SERVIÇOS GERAIS, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D

OESTE, correspondente a ultima remuneração de contribuição, a partir de 25 de fevereiro de 2018 e término em 25

de maio de 2018, conforme processo administrativo do PREVI - CONQUISTA, n.º 2018.05.00007P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a

25/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Conquista D Oeste - MT, 20/06/2018.

HELIO JOSÉ GARCIA MENDES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 15/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio-Doença ao servidor

Sr. ORLANDO RIBEIRO DOS SANTOS."

O Secretario Municipal de Administração de Conquista D Oeste, Estado de Mato Grosso, no

uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n. º 169 de 20 de dezembro de 2004, que

rege a Previdência Municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício Auxílio-Doença, ao servidor Sr. ORLANDO RIBEIRO DOS

SANTOS, portador do RG n.º 1640652 e do CPF n.º 276.922.649-53, residente e domiciliado neste município,

efetivo no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D

OESTE, correspondente a ultima remuneração de contribuição, a partir de 14 de novembro de 2017 e término em

12 de abril de 2018, conforme processo administrativo do PREVI - CONQUISTA, n.º 2017.05.00017R1.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a

14/11/2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Conquista D Oeste - MT, 20/06/2018.

HELIO JOSÉ GARCIA MENDES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 16/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio-Doença ao servidor

Sr. FABRICIO RUI BIANCO."

O Secretario Municipal de Administração de Conquista D Oeste, Estado de Mato Grosso, no

uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n. º 169 de 20 de dezembro de 2004, que

rege a Previdência Municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício Auxílio-Doença, ao servidor Sr. FABRICIO RUI BIANCO,

portador do RG n.º 42045406-8 e do CPF n.º 334.774.098-09, residente e domiciliado neste município, efetivo no

cargo de NUTRICIONISTA, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE, correspondente

a ultima remuneração de contribuição, a partir de 18 de maio de 2018 e término em 26 de julho de 2018, conforme

processo administrativo do PREVI - CONQUISTA, n.º 2018.05.00006P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a

15/05/2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Conquista D Oeste - MT, 20/06/2018.

HELIO JOSÉ GARCIA MENDES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2688/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público para conhecimento dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2018, que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TANQUE UREIA/ARLA, INCLUINDO O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO EM ÔNIBUS MODELO VOLARE WL ON / MARCOPOLO, ANO/MOD. 2014/2014, PLACA QBN-1617,

ALOCADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, teve como vencedora a empresa TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI, a qual apresentou proposta no valor total de R$ 5.576,47 (cinco mil quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos).

Conquista D'Oeste, 21 de junho de 2018.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro

PROCURADORIA DO MUNICIPIO
LEI Nº. 536/2018

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2019 e dá outras providências.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D Oeste , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º Nos termos da Constituição Federal, Art. 165 Parágrafo 2º, esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município para o Exercício 2019 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre as alterações na Legislação Tributária e atende as determinações impostas pela Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Artigo 2º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2019 estão especificadas no Anexo II, de Metas e Prioridades, definidas em perfeita compatibilidade com o Plano Plurianual relativo ao período de 2018 a 2021, atualizado valores da Reserva de Contingência do RPPS para os exercícios de 2019 a 2021.

§ 1º Atendendo o disposto no artigo 4º da Lei Complementar no 101/2000, integram esta Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais, conforme Anexos II e III e conforme Manual da Secretaria de Tesouro Nacional de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Artigo 3º Atendidas as metas priorizadas para o exercício 2019, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por créditos especiais, desde que façam parte do Plano Plurianual correspondente ao período de 2018/2021.

Artigo 4º A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º A regra constante do caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

Artigo 5º As receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação conforme determina o Art. 12 da Lei Complementar nº. 101/2000 e as despesas serão fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I - atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização da planta genérica de valores;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV – as projeções do crescimento econômico.

§ 2º As taxas pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º Caso os parâmetros utilizados na estimativa das receitas sofram alterações significativas que impliquem na margem de expansão da despesa, o Anexo de Metas Fiscais será atualizado por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal fixadas no Anexo II, desta lei.

§ 4º A proposta orçamentária deverá ser elaborada com observância dos artigos 22 a 26 da Lei Federal no 4.320/64.

Artigo 6º O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas com:

a) o pagamento do serviço da dívida;

b) o pagamento de pessoal e seus encargos;

c) os duodécimos destinados ao Poder Legislativo, (art. 29-A, CF);

d) o cumprimento de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho (art. 100 § 1º CF);

e) o cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, nos termos do § 3º do artigo 100, da Constituição Federal.

f) a manutenção das atividades do município e seus fundos;

g) a aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e na Educação Infantil (artigos 211, § 3º e 212, CF) ;

h) a manutenção do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (EC 53/06, MP 339/06 e Lei 11.494, de 20/06/07);

i) a aplicação nas Ações e Serviços de Saúde (ADCT, art. 77, inc. III);

j) o recolhimento dos recursos reservados para PASEP, nos termos do art. 8°, III, da Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Artigo 7º O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do município, poderá fazer a seleção de prioridades dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta lei.

Parágrafo Único. Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Artigo 8º A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância as demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

Artigo 9º Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária do exercício de 2019, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o Cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º O cronograma que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 2º No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferências intragovernamentais, eventualmente previstas na lei orçamentária.

Artigo 10 Na hipótese de ser constatada após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante atos próprios, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 1º Ao determinarem a limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos poderes executivo e legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 2º Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.

§ 4º A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessário à redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar 101.

Artigo 11 A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta no bimestre seguinte.

Artigo 12 Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município e que não afetará as ações de caráter social, particularmente, a educação, saúde e assistência social.

Artigo 13 Para fins do disposto no Parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar nº101, considera-se irrelevante as despesas realizadas até o valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais) no caso de aquisições de bens e prestações de serviços, e de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Artigo 14 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º Os custos serão apurados através dos relatórios da execução orçamentária, tomando-se por base as metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de modo a atender o disposto no art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº. 101/2000, e demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

§ 2º Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2019 serão objetos de avaliação permanente, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigirem desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas estabelecidas, em cumprimento ao citado art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº. 101/2000.

Artigo 15 Na realização de programa de competência do Município, adaptar-se-á estratégia de transferir recursos a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos desde que autorizado em Lei Municipal e sejam firmados convênios, ajustes e outros congêneres, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

§ 1º No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei especifica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.

§ 2º A regra de que trata o caput deste artigo aplica-se às transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou outro município.

§ 3º As transferências intragovernamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a lei orçamentária, ficam condicionadas às normas constantes das respectivas leis instituidoras ou leis específicas.

Artigo 16 Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas parciais, de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congênere e venha oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis.

Artigo 17 O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no Art. 169, § 1º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei especifica, desde que obedecidos os limites previstos nos artigos 20 e 22, § único da Lei Complementar nº. 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos art. 16 e 17 do referido diploma legal.

§ 1º No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, limites fixados nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Artigo 18 Na hipótese de ser atingindo o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº. 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do Chefe do executivo.

Artigo 19 Fica constituída a Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais, equivalente a, no máximo 5 % (cinco por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º Ocorrendo à necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de crédito adicionais à conta de reserva do caput, na forma do artigo 42 da Lei 4320/64.

§ 2º Na hipótese de não vir a ser utilizada, no todo ou em parte, a reserva de que trata o caput deste artigo, poderão os recursos remanescentes serem utilizados para abertura de crédito adicionais autorizados na forma do artigo 42 da Lei no 4.320/64.

Artigo 20 A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2019 e a remeterá ao Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder.

Parágrafo Único. O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2.018, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da Lei Complementar no 101/2000.

Artigo 21 Ocorrendo alterações na legislação tributária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários.

§ 1º Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente;

§ 2º Os casos de renúncia de receita a qualquer título dependerão de lei específica, devendo ser cumprido o disposto no Art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Artigo 22 Não sendo encaminhando ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária até 15 de dezembro de 2018, ficam os poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês, das dotações relativas às demais despesas.

Artigo 23 Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei Orçamentária Anual – LOA autorização para abertura de Créditos Suplementares em até 30% (trinta por cento) do total das Despesas, nos termos do artigo 7º, inciso I, combinado com o artigo 43, § 1º, Incisos I a IV, da Lei Federal 4.320/64, e, inciso V do artigo 167 da Constituição Federal.

Artigo 24 Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Conquista D' Oeste, 20 de junho de 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

QUADRO X – OBRAS EM ANDAMENTO (ART. 45º DA L. C. 101/2000) - 2018					
Especificação	*Realização*				*Fonte de Recurso*
	Executado	*%*	*Á Executar*	*%*	
Pavimentação Asfáltica Contrato de Repasse: 0312683-59/2009 Valor: R$ 500.000,00 Vigência: 31.12.09 a 30.12.18	490.667,83	100%			Ministério do Turismo
Instalação de Sistema de Esgoto Sanitário Convênio 1020/2009 Valor: R$ 2.486.791,99 Vigência: 01.07.09 a 30.06.2018	2.314.577,58	93,07%	172.214,41	6,93%	Fundação Nacional de Saúde
Sistema de Abastecimento de Água Convênio 0187/2012 Valor: R$ 2.514.690,85 Vigência: 29.03.12 a 28.07.2018	904.537,11	35 %	2.069.523,37	65 %	Fundação Nacional de Saúde
Conservação Asfáltica Convenio nº 0448/2016 Valor: 133.876,29 Vigência: 13/06/2016 a 31/12/2018	0,00	0,00%	133.876,29	100%	SECID
Pavimentação Asfáltica Contrato de Repasse: 803497/2014 Valor: R$ 502.962,00 Vigência: 15.08.2014 a 16.08.2018	0,00	0,00%	502.962,00	100%	Ministério das Cidades
Quadra Escolar Coberta PAC.206869/2013 Valor: R$ 509.635,43 Vigência: 20.05.2014 a 31/12/2018	486.185,40	97,28%	13.591,13	2,72%	FNDE

PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 19/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio-Doença à servidora

Sra. MARIZETE PAULA GUIMARAES PEREIRA."

O Secretario Municipal de Administração de Conquista D Oeste, Estado de Mato Grosso, no

uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n. º 169 de 20 de dezembro de 2004, que rege a Previdência Municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício Auxílio-Doença, à servidora Sra. MARIZETE PAULA

GUIMARAES PEREIRA, portadora do RG n.º 2192959-9 e do CPF n.º 054. 312.291-33, residente e domiciliada

neste município, efetiva no cargo de SERVIÇOS GERAIS, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE

CONQUISTA D OESTE, correspondente a ultima remuneração de contribuição, a partir de 07 de julho de 2018 e

término em 05 de agosto de 2018, conforme processo administrativo do PREVI - CONQUISTA, n.º

2018.05.00012P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Conquista D Oeste - MT, 21/06/2018.

HELIO JOSÉ GARCIA MENDES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2667/2018

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público, para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2018, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, teve como vencedoras as seguintes empresas: AUTO ELETRICA MARISTA LTDA - ME, sob CNPJ nº 15.348.451/0001-91, totalizando o valor de R$ 4.540,00 (quatro mil quinhentos e quarenta reais) dos itens adjudicados; PROAUTO COM. DE PECAS E SERV. ELETRICOS LTDA ME, sob CNPJ nº 27.273.909/0001-70, totalizando o valor de R$ 34.418,00 (trinta e quatro mil quatrocentos e dezoito reais) dos itens adjudicados e THIAGO RODRIGUES DA SILVA BATISTA EIRELI, sob CNPJ nº 15.328.231/0001-04, totalizando o valor de R$ 57.620,00 (cinquenta e sete mil seiscentos e vinte reais) dos itens adjudicados. Conquista D'Oeste, 21 de Junho de 2018.

Eronaldo Mendes Teixeira Junior

Pregoeiro

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2738/2018

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público, para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2018, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA PREPARAÇÃO DE MERENDA ESCOLAR, VISANDO ATENDER A DEMANDA DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SENDO O FORNECIMENTO DO TIPO PARCELADO, teve como vencedoras as seguintes empresas: ABSOLUTO SUPERMERCADO LTDA, sob CNPJ nº 09.296.387/0002-20, totalizando o valor de R$ 139.986,45 (cento e trinta e nove mil novecentos e oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos) dos itens adjudicados; C L SUPERMERCADO LTDA - EPP, sob CNPJ nº 10.695.537/0001-77, totalizando o valor de R$ 165.971,41 (cento e sessenta e cinco mil novecentos e setenta e um reais e quarenta e um centavos) dos itens adjudicados. Conquista D'Oeste, 21 de Junho de 2018.

Eronaldo Mendes Teixeira Junior

Pregoeiro

CONTRATO
CONTRATO Nº 086/2018

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **CONQUISTA GÁS LTDA – ME.**

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **CONQUISTA GÁS LTDA – ME**, com sede na Avenida dos Oitis, 1787, Centro, na cidade de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 13.730.252/0001-18, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo (a) Sr. (a) Juliano Bedin, portador(a) da Carteira de Identidade nº 14R2468230, expedida pelo(a) SSP/SC, e CPF nº 000.141.139-02, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 2705/2018** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 035/2018** do **Pregão Presencial nº 033/2018**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA P-13 E P-45, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 31/12/2018, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 21.300,00 (Vinte e um mil e trezentos reais).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca e prazo de garantia ou validade;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Cód. Reduzido: 061, 094, 108, 123, 127, 153, 268, 282, 427, 496 e 538/ 2018.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DOS PRODUTOS CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as

falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 03 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 18 de junho de 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto Prefeita Municipal Responsável Legal da CONTRATANTE	CONQUISTA GÁS LTDA – ME Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PROCURADORIA DO MUNICIPIO
LEI Nº 537/2018

"Cria o Fundo Municipal de Educação – FME, do Município de Conquista D'Oeste e dá outras providências".

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Capítulo I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Educação - FME, instrumento de captação e aplicação de recursos, o qual tem como objetivo criar condições financeiras e gerenciais dos recursos destinados à implantação e ao desenvolvimento das ações de Educação executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação, no atendimento de despesa, total ou parcial com:

I - Execução de projetos, programas e ações voltados ao (a):

a) desenvolvimento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle da educação;

b) investimento na formação continuada de professores e servidores da Secretaria Municipal de Educação;

c) construção, manutenção, aquisição, locação de imóveis que venham a integrar a Rede Municipal de Ensino ou unidades administrativas da Secretaria Municipal de Educação;

d) aquisição de materiais didáticos e equipamentos para melhoria do ensino;

e) aquisição de fardamento para atendimento dos estudantes da rede municipal de ensino;

f) provimento de alimentação escolar.

II - Pagamento de vencimentos e gratificações dos Professores e do Grupo ocupacional de Apoio Administrativo ao Magistério;

III - Aquisição, desenvolvimento, criação e aplicação de novas tecnologias e metodologias voltadas ao ensino e à modernização da gestão da educação;

IV - Melhoria tecnológica na área de administração de recursos humanos ligados à área da educação;

V - Prestação de serviços de terceiros na elaboração ou execução de projetos específicos na área de educação.

Capítulo II

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

SEÇÃO I

DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Compete ao Secretário Municipal de Educação a gestão do Fundo Municipal de Educação.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 3º São atribuições do Gestor do Fundo Municipal de Educação:

I - gerir o Fundo Municipal de Educação, estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos e exercer o controle da execução orçamentário-financeira;

II - acompanhar, avaliar e decidir sobre as ações previstas no Plano Municipal de Educação; III - manter os controles necessários à execução orçamentária dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Educação, referente a empenhos, liquidação, pagamento das despesas e recebimento das receitas;

IV - prestar contas, no prazo legal, da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Educação; V - firmar convênios, contratos e parcerias referentes a recursos geridos pelo Fundo Municipal de Educação;

VI - coordenar e controlar os convênios e contratos relacionados às ações e serviços realizados com recursos do Fundo Municipal de Educação;

VII - gerenciar os bens patrimoniais adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Educação.

Capítulo III

DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SEÇÃO I

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 4º Constituem receitas do Fundo Municipal de Educação:

I - As transferências oriundas do disposto no art. 212 da Constituição Federal, que exige aplicação de 25% das receitas resultantes dos impostos e transferências na manutenção e no desenvolvimento do ensino;

II - As transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

III - As transferências do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, ou outro que venha substituí-lo.

IV - Dotações orçamentárias que lhe forem destinadas pelo Tesouro do Município;

V - Recursos provenientes de convênios firmados pela Secretaria Municipal de Educação com outras entidades.

Parágrafo Único. Os recursos do Fundo Municipal de Educação serão obrigatoriamente depositados em banco oficial, em conta bancária específica do Fundo Municipal de Educação.

SEÇÃO II

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

Art. 5ºO orçamento do Fundo Municipal de Educação integrará o orçamento do Governo Municipal, em obediência ao princípio da unidade.

Art. 6º O orçamento do Fundo observará, na sua elaboração e execução, os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 7º O Fundo Municipal de Educação terá prestação de contas própria, que obedecerá às normas da contabilidade do Município.

§ 1º A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, entendidos como balancetes de receita e de despesa do Fundo Municipal de Educação e relação dos pagamentos efetuados com recursos do Fundo.

§ 2º As demonstrações e os relatórios gerados pela contabilidade do Fundo Municipal de Educação passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

SEÇÃO III

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DAS DESPESAS

Art. 8º Os recursos do Fundo Municipal de Educação serão aplicados em:

I - Programas e projetos de melhoria da qualidade de ensino e aumento do nível de escolaridade da população;

II - Democratização da gestão da educação pública.

Art. 9º Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo Único. Para os casos de insuficiência e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados por lei e abertos por Decreto do Poder Executivo.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 O Fundo Municipal de Educação terá vigência ilimitada.

Art. 11 O Secretário Municipal de Educação editará os atos necessários ao cumprimento das disposições contidas nesta Lei.

Art. 12 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei, mediante Decreto.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na da de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 20 de junho de 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
CONTRATO Nº 085/2018

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **QUIMAR COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E TRATAMENTO DE AGUA LTDA – ME**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **QUIMAR COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E TRATAMENTO DE AGUA LTDA – ME**, com sede na Avenida Senador Metelo, 1180, Bairro Porto, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 11.387.627/0001-63, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Felix Lopez Bress, portador(a) da Carteira de Identidade nº G073931R, expedida pelo(a) .DPF/DF, e CPF nº 706.652.591-40, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 2650/2018** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 034/2018** do **Pregão Presencial nº 028/2018**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA SEREM UTILIZADOS NA REDE DE ABASTECIMENTO DOMICILIAR DE ÁGUA DO MUNICÍPIO, SENDO O FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 31/12/2018, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 60.910,16(Sessenta mil novecentos e dez reais e dezesseis centavos).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, e prazo de garantia ou validade;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor,

obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Cód. Reduzido: 611

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DOS PRODUTOS CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 03 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 13 de junho de 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto Prefeita Municipal Responsável Legal da CONTRATANTE	QUIMAR COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E TRATAMENTO DE AGUA LTDA – ME Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 12/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio-Doença à servidora

Sra. ELIANE ALMEIDA SILVA FREITAS ."

O Secretario Municipal de Administração de Conquista D Oeste, Estado de Mato Grosso, no

uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n. º 169 de 20 de dezembro de 2004, que

rege a Previdência Municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício Auxílio-Doença, à servidora Sra. ELIANE ALMEIDA SILVA

FREITAS, portadora do RG n.º MG-13326362 e do CPF n.º 001.055. 421-13, residente e domiciliada neste

município, efetiva no cargo de PROFESSOR ENS. FUND. PRÉ A IV, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE

CONQUISTA D OESTE, correspondente a ultima remuneração de contribuição, a partir de 12 de abril de 2018 e

término em 10 de julho de 2018, conforme processo administrativo do PREVI - CONQUISTA, n.º

2018.05.00005R1.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a

12/04/2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Conquista D Oeste - MT, 20/06/2018.

HELIO JOSÉ GARCIA MENDES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO 005/2018 PROCESSO 083/ 2018

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que a Tomada de Preço - 05-2018 objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA E DESUBSTRUÇÃO DAS REDES COLETORAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO; LIMPEZA E DESUBSTRUÇÃO DOS POÇOS DE VISITAS E DOS TUBOS DE INSPEÇÃO E LIMPEZA; CADASTRAMENTO DE TODAS AS REDES COLETORAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EXECUTADAS; ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO; REALIZAÇÃO DOS TESTE DE ESTANQUEIDADE; E EMIÇÃO DE LAUDO TÉCNICO COMTENPLANDO AS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS COM TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA A RECUPERAÇÃO DOS PONTOS DANIFICADOS E/OU DESTRUÍDOS INDISPENSÁVEIS PARA DESENVOLVER UM ORÇAMENTO COM OS SERVIÇOS QUE SERÃO FUNDAMENTAIS PARA PROMOVER A RECUPERAÇÃO DE TODO SISTEMA IMPLANTADO."**

. Obteve os seguintes resultados**: A empresa CONSTRUTORA TRÍVIA LTDA EPP CNPJ: 13.885.003/0001-00,** foi vencedora da licitação com o valor global de **R$ 158.000,00 (Cento e cinquenta oito mil reais)**. O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 21 de junho de 2018.

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 108/2018 - PREGÃO PRESENCIA 070/2018

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações

posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº: 108/2018

b) Licitação Nrº: 070/2018-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 21/06/2018

e) Objeto da Licitação**: "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES, ATENÇÃO BÁSICA, ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA E MEDICAMENTOS DE ORDEM JUDICIAL PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE"**

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

0012766 - ADILVAN COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA (23 ITENS) Totalizando (13) itens no valor global de R$ 70.511,20 (SETENTA MIL, QUINHENTOS E ONZE REAIS E VINTE CENTAVOS).

012644 – CENTERMÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (30 ITENS) totalizando (30) itens no valor global de R$ 146.034,00 (CENTO E QUARENTA E SEIS MIL E TRINTA E QUATRO REAIS).

009851 – FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI (31 ITENS) totalizando (31) itens no valor global de R$ 66.127,90 (SESSENTA E SEIS MIL, CENTO E VINTE SETE REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

012307 – LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS (50 ITENS) totalizando (50) itens no valor global de R$ 136.566,32 (CENTO E TRINTA E SEIS MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS).

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO 005/2018 - PROCESSO 083/2018

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 083/2018

b) Licitação Nr.: 005/2018

c) Modalidade: TOMADA DE PREÇO

d) Data Homologação: 24/05/2018

e) Objeto da Licitação: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA E DESUBSTRUÇÃO DAS REDES COLETORAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO; LIMPEZA E DESUBSTRUÇÃO DOS POÇOS DE VISITAS E DOS TUBOS DE INSPEÇÃO E LIMPEZA; CADASTRAMENTO DE TODAS AS REDES COLETORAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EXECUTADAS; ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO; REALIZAÇÃO DOS TESTE DE ESTANQUEIDADE; E EMIÇÃO DE LAUDO TÉCNICO COMTENPLANDO AS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS COM TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA A RECUPERAÇÃO DOS PONTOS DANIFICADOS E/OU DESTRUÍDOS INDISPENSÁVEIS PARA DESENVOLVER UM ORÇAMENTO COM OS SERVIÇOS QUE SERÃO FUNDAMENTAIS PARA PROMOVER A RECUPERAÇÃO DE TODO SISTEMA IMPLANTADO."**

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

012342- CONSTRUTORA TRIVIA LTDA EPP – VALOR GLOBAL R$ 158. 000,00 (Cento e cinquenta e oito mil reais).

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 003/2018

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 003/2018 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2017 – PREGÃO PRESENCIAL 046/2017 PROCESSO 77/2017 DE 31 DE AGOSTO DE 2017. O presente Termo de Apostilamento 003/2017 tem como objetivo "**TRANSFERIR SALDO PARCIAL DO ITEM 3** SERVICO DE FORNCEIMENTO DE PASSAGEM - RODOVIARIA, INTERMUNICIPAL, SEM TAXA DE EMBARQUE JUINA À CUIABA) **ITEM 4** (SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - RODOVIARIA, INTERMUNICIPAL, SEM TAXA DE EMBARQUE CUIABA À JUINA)a modificação foi solicitada pela secretaria de Municipal de Educação e cultura, conforme ofício Nº 117/SMEC/2018, para suprir a sua demanda e para que não haja interrupção nos serviços prestados pela respectiva secretaria, os itens transferidos passarão do saldo existente do Fundo Municipal de Assistência Social. 1- Valor de saldo transferido **R$ 11.187.90 (Onze mil, cento e oitenta e sete reais e noventa centavos).** Cotriguaçu/MT, 21 de Junho de 2018.JAIR KLASNER Prefeito Municipal.

AVISO DE EDITAL LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 088/2018 PROCESSO 132/2018

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 088/2018 forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: REGISTRO DE PREÇO PARA **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PORTA DE VIDRO TEMPERADO PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE CIDADE",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **04 (quatro) de Julho de 2018, às 14:00 (Oito horas)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência). Cotriguaçu-MT, 21 de junho de 2018. **EDILSON VARGAS CHARNESKI Pregoeiro da Comissão Especial de Licitação.**

RESULTADO DO PREGÃO 070/2018 PROCESSO 108/2018

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 070/2018 obteve os seguintes resultados: A empresa **ADILVAN COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA** CNPJ 02.192.932/0001-09 foi vencedora dos itens **1,2,4,10,21,22,31,34,35,37,47,66,76,95,101,104,106,107,114,121,130,142,152,** com valor global de **R$ 70.511,20** (SETENTA MIL,QUINHENTOS E ONZE REAIS E VINTE CENTAVOS), a empresa **CENTERMÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME** CNPJ: 05.443.348/0001-77 foi vencedora dos itens **5,7,16,19,29,33,39,46,57,60,68,69,79,81,83,88,89,93,94,96,98,99,109,112,116,120,126,127,149,153,** com valor global de **R$ 146.034,00** (CENTO E QUARENTA E SEIS MIL E TRINTA E QUATRO), a empresa **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI** CNPJ: 03.250.803/000-92 foi vencedora dos i dos itens **6,9,13,17,24,36,38,40,50,52,55,62,67,71,78,82,90,91,105,110,113,118,12**

5,129,133,135,136,140,143,146,158, com valor global de **R$ 66.127,90** (SESSENTA E SEIS MIL, CENTO E VINTE E SETE REAIS E NOVENTA CENTAVOS), e a empresa **LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME** CNPJ: 19.391.064/0001-99 foi vencedora dos itens **3,8,11,12,14,15,18,20,23,25,26,27,30,41,49,53,54,58,59,63,64,70,73,74,77,80,84,85,86,92,97,100,102,103,108,111,115,117,122,123,124,131,134, 137,139,141,147,155,156,157,** com valor global de **R$ 136.566,32** (CENTO E TRINTA E SEIS MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS). O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 21 de junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 036/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26.123/2018)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de consumo - FIOS CIRÚRGICOS, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, na Atenção Secundária, sendo: 05 (cinco) Policlínicas, 02 (duas) Unidade de Pronto Atendimento (UPA – Morada do Ouro e Pascoal Ramos); 01 (um) Serviço Ambulatorial Especializado (SAE); 01 (um) Centro de Especialidades Médicas (CEM); e na Atenção Terciária, sendo: 01 (um) Hospital Pronto Socorro Municipal, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência.

Data/Horário: 09/07/2018 às 15h00min (quinze horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2018

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos - Interino

Cuiabá/MT, 21 de junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 105-18

PORTARIA Nº. 105/2018. denise – mt, 18 DE JUNHO de 2018.

EMENTA: CONCEDE LICENÇA SAUDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL "**AGNES ADRIANA ZANGESKI ALCANTARA**", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR **JOSÉ ANIBAL ILÁRIO DOS SANTOS**, PrefeitO Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, E às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde a Servidora **AGNES ADRIANA ZANGESKI ALCANTARA**, portadora da CI – RG nº 930. 761 – SSP/MT, cadastrada no CPF sob o nº. 758.473.701.30, funcionária pública municipal lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**, no cargo de **PROFESSORA** por força do ATESTADO MÉDICO de 20 (vinte) dias, expedido pela Dra. Viviane Idaló - CRM-MT 6587, a partir da data de 18 de junho de 2018.

Art. 2º - A licença que se refere o presente ato fica condicionada à validade do resultado da Perícia Médica do INSS, conforme a "Comunicação de Decisão da Previdência Social", ficando os vencimentos por conta do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 18 (dezoito) dias do mês de Junho de 2018.

JOSÉ ANIBAL ILÁRIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, CALHAS DE CONCRETO, MEIO-FIO PRÉ-MOLDADO, BLOQUETES E CONCRETO USINADO CONVENCIONAL BOMBEAVEL E NÃO BOMBEAVEL, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **CIMEL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP**

CNPJ nº: 06.067.718/0001-81

Valor total da ata: **R$ 1.022.000,00** (Um milhão e vinte e dois mil reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 22 de Junho de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 95/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Senhora **ROSINETE SOARES DA SILVA** brasileira, casada,portadora do RG N. º 0484459-9 SSP/MT e CPF N.º 346.732. 881-49 como Fiscal do Contrato **nº 100/2017**, cujo OBJETO é: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Manutenção Corretiva e Preventiva de Cadeira Odontológica para atender a Demanda dos Consultórios Odontológicos das Unidades Básicas de Saúde do Município de Diamantino-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 209/2017 publicada em 21 de agosto de 2017 Edição n.º 2.797.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 19 de junho de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO 93/2018

'DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO de DESPESAS NO AMBITO MUNICIPAL, CONTENDO O EQUILIBRIO DAS CONTAS PUBLICAS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Art. 1º, §1º e Art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;

CONSIDERANDO a necessidade da manutenção do equilíbrio das contas públicas do Município, em especial para que não haja contas em restos a pagar, salvo aquelas previstas a longo prazo, e as que contarão com a disponibilidade de caixa que não poderão ser quitadas por força de contrato ou por falta de conclusão de obras e serviços;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade no cumprimento dos dispositivos em relação ao equilíbrio entre receita e despesa, adequando-se aos preceitos contidos no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar de nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

D E C R E T A:

Art. 1º. Pra a execução do orçamento do exercício de 2018, *os Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta*, *observarão as normas de execução de despesa pública, Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, Lei nº 101, de 04 de maio de 2000, o disposto na Lei nº 1.179 de 2017 (LDO 2018), Lei nº 1.201 de 2018 (LOA 2018) e as disposições de natureza orçamentária contidas neste decreto.*

DO CONTINGENCIAMENTO

Art. 2º*- A Secretaria Municipal de Planejamento contingenciará e tornará indisponíveis os recursos orçamentários consignados na Lei nº 1.201 de 2018 (LOA 2018), com a finalidade de executar o orçamento de acordo com a disponibilidade efetiva de caixa e resguardar o equilíbrio das contas públicas, pelo prazo de 150 (centro e cinquenta) dias, cabendo prorrogação deste prazo por igual período, no caso de indisponibilidade de caixa.*

§ 1º - O contingenciamento a que refere o caput deste artigo não se aplicará nos casos de operações de crédito e convênios em que ficar comprovada a disponibilidade financeira, bem como aos fundos quando operando com recurso cuja origem não seja fonte 100.

§ 2º - O contingenciamento não atingirá as seguintes despesas, caso em que será permitido o respectivo empenho, na seguinte ordem:

I - Precatórios;

II – Despesas com pessoal e encargos sociais;

III - Juros e encargos da dívida;

IV - Amortização da dívida;

V- Obrigações tributárias e contributivas;

VI- Tarifas de água e esgoto, energia elétrica, telefonia fixa e móvel, combustível, impressão de documentos e transmissão de dados;

VII - Contrapartida de convênios celebrados junto à esfera Federal e Estadual.

§ 3º - Para as despesas fixas de pessoal, contratos e encargos, os empenhos deverão ser feitos por estimativa.

§ 4º - As demais despesas apenas serão liberadas caso comprovada a existência de disponibilidade financeira e mediante análise do Comitê Permanente de Eficiência dos Gastos Públicos, submetido ao Chefe do Poder Executivo para homologação.

§ 5º - Os pedidos de descontingenciamento de saldos orçamentários das demais despesas deverão ser feitos dentro do sistema, devidamente justificados e encaminhados à Secretaria Municipal de Planejamento para análise e eventual liberação.

Art. 3º*- Para manter o equilíbrio financeiro do exercício, fica suspenso o pagamento de indenização de licença prêmio nas hipóteses em que são permitidas a indenização.*

Art. 4º*- O aumento da despesa com pessoal apenas será admitido se a despesa estiver abaixo do limite estabelecido na alínea b do inciso III do artigo 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.*

Art. 5º*- Poderá ser submetida a regime especial de execução orçamentária e financeira, sob a gestão da Secretaria Municipal de Fazenda, a unidade orçamentária que incorrer nas seguintes hipóteses:*

I - não obedecer à ordem de preferência do art. 2º deste Decreto;

II - estiver com a conciliação bancária não regularizada há mais de 05 (cinco) dias úteis;

III - descumprir qualquer obrigação contida neste Decreto que comprometa o equilíbrio financeiro do Município;

VI - cometer qualquer irregularidade na execução ou na prestação de contas de convênios de ingresso, de convênio de descentralização ou de instrumentos similares, bem como deixar de prestar informações necessárias, ou prestá-las de forma divergente das informações, à plena execução e controle do Convênio, nos Sistemas SIGCON, SICONV.

§ 1º Poderá ser concedido o prazo mínimo de 15 (quinze) dias e o prazo máximo de 30 (trinta) dias para regularização das pendências previstas neste artigo.

§ 2º Antes da inclusão de unidade orçamentária no regime especial a que alude este artigo, o seu respectivo titular e o Diretor Administrativo e Financeiro deverão ser prévia e formalmente comunicados.

Art. 6º*- Para solicitações de crédito adicional e alteração de Quadro de Detalhamento da Despesa (Alterações de QDD), as Unidades Orçamentárias deverão fazê-lo através de solicitação e encaminhar o ofício aoSecretário Municipal de Planejamento.*

Art. 7º*- Para que a Secretaria Municipal de Planejamento atenda a solicitação de crédito adicional, é importante que o órgão solicitante conheça, antecipadamente, sobre suas limitações legais, a existência ou não do projeto/atividade/operação especial, objeto do crédito orçamentário, o valor desse crédito, quando existir, eventuais reforços ou reduções já aprovadas ou em andamento, os saldos disponíveis, as parcelas já empenhadas ou comprometidas, as fontes de recursos para o seu financiamento, etc.*

Art. 8º*- Os Decretos que tratam sobre Créditos Adicionais serão publicados quinzenalmente.*

§ 1º As solicitações a que refere o caput deste artigo, recebidas pela Secretaria Municipal de Planejamento, até o dia 15 de cada mês, se aprovadas, serão processadas e a referida alteração orçamentária será emitida no primeiro dia útil subsequente ao final da quinzena.

§ 2º As solicitações recebidas pela Secretaria Municipal de Planejamento, até o último dia de cada mês, se aprovadas, serão processadas e a referida alteração orçamentária será emitida no primeiro dia útil subsequente ao final do mês.

Art. 9º*- Caberá à própria Unidade Orçamentária a responsabilidade pela exatidão das informações, pela verificação dos limites autorizados na LOA/2018, bem como pelas consequências decorrentes da implantação da solicitação.*

Parágrafo Único. É de responsabilidade do Ordenador de despesa indicar a origem dos recursos oferecidos para cancelamento.

Art. 10º *- Poderá ser autorizado o remanejamento de dotações entre Unidades Orçamentárias, em consonância com as regras estabelecidas por este Ato.*

Art. 11º *- É vedada a suplementação de dotações anteriormente oferecidas em cancelamento, assim como a anulação de dotações que já tenham sido suplementadas, salvo se motivada por fatos supervenientes de difí-*

cil previsibilidade e mediante justificativa circunstanciada do Ordenador de despesa da Unidade Orçamentária em questão.

Art. 12º - *Fica vedado o cancelamento ou anulação das dotações e saldos orçamentários previstos:*

I – para despesas com pessoal e encargos sociais que não seja para atender especificamente insuficiências ou ajustes na própria folha de pagamento e seus encargos;

II – para despesas obrigatórias que não seja para atender insuficiências ou ajustes na folha e seus encargos ou excepcionalmente de outras despesas obrigatórias;

III – para despesas continuadas que não seja para atender insuficiências ou ajustes na folha de pagamento e seus encargos sociais e excepcionalmente despesas obrigatórias ou outras despesas de caráter continuado para manutenção das secretarias ou da cidade.

Parágrafo único. *Qualquer movimentação do orçamento, fora do explicitado no caput, só poderá ser realizada com expressa autorização do chefe do Executivo, com avaliação prévia da Secretaria Municipal de Administração ou Secretaria Municipal de Planejamento.*

Art. 13º *- As solicitações de abertura de créditos adicionais, dentro dos limites autorizados na Lei Orçamentária Anual, serão submetidas à Secretaria Municipal de Planejamento, acompanhadas de justificativa, de indicação dos efeitos dos acréscimos e reduções de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos e operações especiais e as correspondentes metas.*

Art. 14º *- No caso dos créditos adicionais do inciso I do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, sera apurado o superávit financeiro, através parecer técnico da Secretaria Municipal de Planejamento, demonstrando o superávit financeiro apurado por Unidade Orçamentária e por fonte de recurso, desde que motivado pelo órgão, até 30 (trinta) dias após o fechamento do balanço das Unidades Orçamentárias, precedida de comprovação dos ativos financeiros disponíveis.*

Art. 15º *- A Secretaria Municipal de Planejamento poderá, independente de solicitação das unidades orçamentárias envolvidas, proceder à indisponibilização de créditos orçamentários ou a abertura de créditos adicionais para a cobertura de despesas visando à adequação da Lei Orçamentária aos níveis de receitas realizadas e ao reequilíbrio orçamentário e financeiro.*

Art. 16º *- O déficit financeiro, independente da fonte de recurso, será suprido pelo excesso de arrecadação, sendo proibida sua destinação para outros fins enquanto não forem satisfeitas as despesas obrigatórias e essenciais.*

Art. 17º *- A Secretaria Municipal de Planejamento e a Secretaria Municipal de Fazenda, isoladas ou conjuntamente com outras Secretarias, poderão baixar normas, orientações e procedimentos adicionais necessários ao cumprimento das disposições deste Decreto.*

Art. 18º *- A execução orçamentária e financeira das despesas dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal será mensalmente monitorada pela Secretaria Municipal de Planejamento e pela Secretaria Municipal de Fazenda, que poderão tomar medidas necessárias para manter o equilíbrio orçamentário-financeiro das contas municipais.*

Art. 19º *- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e produz efeitos a partir de 02 de janeiro de 2018.*

Diamantino/MT, 18 de junho de 2018.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito de Diamantino

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018/ SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, CALHAS DE CONCRETO, MEIO-FIO PRÉ-MOLDADO, BLOQUETES E CONCRETO USINADO CONVENCIONAL BOMBEAVEL E NÃO BOMBEAVEL, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT..**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedores as empresas:

EDILAINE GALLONETTO-ME, inscrita no CNPJ nº: 01.383.172/ 0001-54, que sagrou-se vencedora nos lotes nº 01 e 02, com o valor total de R$ 260.800,00 (Duzentos e sessenta mil e oitocentos reais).

CIMEL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, inscrita no CNPJ nº: 06.067.718/0001-81, que sagrou-se vencedora nos lotes nº 03, 04, 05 e 06, com o valor total de R$ 1.022.000,00 (Um milhão e vinte e dois mil reais).

Diamantino – MT, 21 de Junho de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, CALHAS DE CONCRETO, MEIO-FIO PRÉ-MOLDADO, BLOQUETES E CONCRETO USINADO CONVENCIONAL BOMBEAVEL E NÃO BOMBEAVEL, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **EDILAINE GALLONETTO-ME**

CNPJ nº: 01.383.172/0001-54

Valor total da ata: **R$ 260.800,00** (Duzentos e sessenta mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 22 de Junho de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
PORTARIA DRH Nº 147/2018

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA VIVIANE LETICIA DRAMOS PEREIRA LEITE

RESOLVE:

ART. 1º - Concede afastamento para tratamento de saúde a servidora **VIVIANE LETICIA DRAMOS PEREIRA LEITE**, matricula nº 2933-1, no Cargo/Função de Multimeios Didáticos, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 20 de Junho de 2018 a 29 de Junho de 2018.

Art. 2° - A data de retorno poderá ser alterada, mediante apresentação do resultado de perícia realizado pelo INSS.

ART. 3º - Apresente Portaria entrará em vigor com efeito retroativo a 20 de Junho de 2018.

Diamantino/MT, 21 de Junho de 2018.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretária de Administração

LICITAÇÃO
AVISO DO 5° REALINHAMENTO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público o **REALINHAMENTO DE PREÇOS**, dos itens subscritos da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2017 do PREGÃO PRESENCIAL nº 018/2017**, onde sagrou-se vencedora a empresa **CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEL LTDA,** CNPJ nº 01.466.091/0009-75, conforme passa a demonstrar a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	VALOR REGISTRADO	VALOR REALINHADO
01	OLÉO DIESEL COMUM	CIAPETRO	LT	R$ 3,51	R$ 3,48

Os valores realinhados passam a vigorar a partir da data da Publicação deste Aviso no Diário Oficial do Municípios.

Diamantino /MT, 17 de Junho de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 029/2018/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, considerando o que dispõe o Artigo 40 da Lei Complementar nº 011/2011, de 22 de junho de 2011;

R E S O L V E,

Artigo 1º - Autorizar o Pagamento de Aulas Adicionais aos Professores abaixo relacionados, com efeitos financeiros retroativos a 01 de Junho de 2018, nas respectivas escolas citadas abaixo.

Eloa da Silva Morais, matrícula nº 3864.2, na Escola Municipal Brás Maimoni - 10 horas/semanais; Jurema Nunes Miranda, matrícula nº 3993.2, na Escola Municipal Castorina Sabo Mendes – 10 horas/semanais; Glaucia de Almeida Neto, matrícula nº 2792.2, na Escola Municipal Brás Maimoni - 10 horas/semanais; Kellen Simonini Molina, matrícula nº 4233.2, na Escola Municipal Brás Maimoni - 10 horas/semanais; Silvana Forgiarini Sari Pinheiro, matrícula nº 4195.2, na Escola Municipal Brás Maimoni – 10 horas/semanais;

Artigo 2º - Apresente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se a Portaria nº 023/2018/SMEC, de 15/02/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT em 18 de Junho de 2018.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°051/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM IMPRESSÃO COLORIDA DE CARTILHA PARA O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA AS DROGAS- PROERD PARA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS PARCERIA COM A SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA/POLICIA MILITAR.

VALOR TOTAL: R$ 8.500,00 (OITO MIL E QUINHENTOS REAIS)

PRAZO DO CONTRATO: A PARTIR DA SUA ASSINATURA, ATÉ 19/07/2018.

CONTRATADO: P.R. GRÁFICA E IMPRESSÕES DIGITAIS EIRELI-ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 20 DE JUNHO DE 2018.

GABINETE
PORTARIA Nº 96/2018

O Prefeito Municipal de Diamantino/MT, Sr. **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **TANIO AMORIM DE ALMEIDA,** brasileiro, casado, portador do RG N.º 07834411 - SSP/MT e CPF N.º 571.591.731-04 para o Cargo de Assessora de Secretaria I, onde desempenharásuas funções junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - A remuneração será a de DAS 06, conforme o anexo V da Lei Municipal n.º 1.042/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 104/2017 publicado no Diário Oficial dia 06/03/2017 Ed. N.º 2.681.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 21 de junho de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2018 REGISTRO DE PREÇOS Nº017/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2018 REGISTRO DE PREÇOS Nº017/2018

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08:00 horas do dia **06 de Julho de 2018,** em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2018, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 017/2018, objetivando a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS.**

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal - MT, e-mail neuza@feliznatal.mt.gov.br , ou pelo telefone (66) 3585-2700/2717

Feliz Natal – MT, 21 de Junho de 2018

NEUZA MARIA DA ROSA

PREGOEIRA

PORTARIA 002/2018

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 046/2018.

DECRETO MUNICIPAL N.º 046/2018.

DATA: 19 DE JUNHO DE 2018.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 154. 700,00(CENTO E CINQUENTA E QUATRO MIL E SETECENTOS REAIS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas legais e especialmente a Lei nº 0614/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de R$ 154.700,00(cento e cinquenta e quatro mil e setecentos reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

04.000.0.2.12.361.0005.1.015.4.4.90.52.00.00 0101000000 R$ 4.700,00

04.000.0.2.12.361.0005.1.015.4.4.90.52.00.00 0124055000 R$ 150. 000,00

Total da Suplementação: R$ 154.700,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior será utilizado o excesso de arrecadação no valor de R$ 154.700,00(cento e cinquenta e quatro mil e setecentos reais) e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

04.000.0.2.12.361.0005.1.015.4.4.90.51.00.00 0101000000 R$ 4.700,00

Total da Suplementação: R$ 4.700,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 19º DIA DO MÊS DE JUNHO DE 2018.

rafael pavei

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº002/2018

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às fará realizar às 08:00 horas do dia **09 de Julho de 2018**, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL MARIO CIRO SILVA DA ROSA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, DOCS. INTEGRANTES DO EDITAL**. . O Edital completo poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Feliz Natal.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal, à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, Centro, Feliz Natal - MT, e-mail neuza@feliznatal.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3585-2700/2717, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min

Feliz Natal – MT, 21 de Junho de 2018

ELAINE HEEMANN

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

PORTARIA 001/2018

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2018, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 013/2018

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que o **Pregão Presencial nº. 015/2018, Registro de Preços nº 013/2018** ,objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MÃO DE OBRA PROFISSIONAL PARA MANUTENÇÃO PREDIAL (PEDREIRO E PINTOR) COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÕES, REFORMAS E PINTURAS EM PRÉDIOS PÚBLICOS, PRAÇAS E JARDINS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL**..** com abertura prevista para o dia 25 de junho de 2018**, fica prorrogado o prazo de abertura para dia 10 de Julho de 2018.**

O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal, E-mail neuza@feliznatal.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3585-2700.

Feliz Natal – MT, 21 de Junho de 2018

NEUZA MARIA DA ROSA

PREGOEIRA

PREFEITURA JURIDICO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 041/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 041/2018

DATA ASSINATURA: 18 DE JUNHO DE 2018

CREDOR: **E.T.M. CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA EIRELI-ME**

VIGENCIA: 18 DE JUNHO DE 2019

VALOR: R$: 98.500,00(NOVENTA E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS)

LICITAÇÃO: CARTA CONVITENº 003/2018.

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, PARA CAPTAÇÃO EM POÇO ARTESIANO, RESERVAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE AGUA EM 04(QUATRO) PONTOS ESTRATEGICAS PARA A DISTRIBUIÇÃO NO ASSENTAMENTO ENA NO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 033/2018.

DECRETO MUNICIPAL N.º 033/2018.

DATA: 02 DE MAIO DE 2018.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 116. 500,00 (CENTO E DEZESSEIS MIL E QUINHENTOS REAIS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de R$ 116.500,00 (cento e dezesseis mil e quinhentos reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.1.90.04.00.00 0100000000 R$ 2.000,00

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.1.90.13.00.00 0100000000 R$ 27.000,00

04.000.0.3.12.361.0005.2.016.3.1.90.04.00.00 0119000000 R$ 18.000,00

04.000.0.3.12.361.0005.2.016.3.1.90.13.00.00 0119000000 R$ 5.000,00

04.000.0.3.12.365.0005.2.015.3.1.90.04.00.00 0118000000 R$ 2.000,00

04.000.0.3.12.365.0005.2.017.3.1.91.13.00.00 0119000000 R$ 10.000,00

04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.1.90.04.00.00 0100000000 R$ 2.500,00

04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.1.90.13.00.00 0100000000 R$ 5.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.1.90.04.00.00 0102000000 R$ 40.000,00

08.000.0.1.20.608.0014.2.041.3.1.90.13.00.00 0100000000 R$ 5.000,00

Total da Suplementação: R$ 116.500,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

03.000.0.1.04.122.0002.1.006.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 2.000,00

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.1.91.13.00.00 0100000000 R$ 29.000,00

04.000.0.1.12.122.0002.2.005.3.1.90.04.00.00 0101000000 R$ 20.500,00

04.000.0.1.12.122.0002.2.005.3.1.90.13.00.00 0101000000 R$ 5.000,00

04.000.0.2.12.122.0005.2.006.3.3.90.36.00.00 0101000000 R$ 10.000,00

04.000.0.3.12.365.0005.2.017.3.1.90.13.00.00 0119000000 R$ 5.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.1.038.3.3.90.39.00.00 0102000000 R$ 40.000,00

08.000.0.1.20.608.0014.2.041.3.1.91.13.00.00 0100000000 R$ 5.000,00

Total da Redução: R$ 116.500,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 2º DIA DO MÊS DE MAIO DE 2018.

rafael pavei

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 032/2018.

DECRETO MUNICIPAL N.º 032/2018.

DATA: 02 DE MAIO DE 2018.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 1.002.694,01(UM MILHÃO, DOIS MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E UM CENTAVO), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de R$ 1.002.694,01(um milhão, dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais e um centavo), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 21.000,00

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.37.00.00 0100000000 R$ 40.000,00

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 51.941,00

04.000.0.2.12.122.0005.2.006.3.3.90.37.00.00 0101000000 R$ 80.000,00

04.000.0.2.12.361.0005.2.007.4.4.90.51.00.00 0115000000 R$ 183.330,80

04.000.0.2.12.361.0005.2.007.4.4.90.51.00.00 0315000000 R$ 60.000,00

04.000.0.2.12.361.0005.2.007.4.4.90.52.00.00 0115000000 R$ 3.000,00

04.000.0.2.12.361.0005.2.008.3.3.90.30.00.00 0130000000 R$ 30.000,00

04.000.0.2.12.365.0005.2.053.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 3.000,00

04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 550,00

04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 10.000,00

04.000.0.5.13.392.0008.2.019.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 5.500,00

04.000.0.5.13.392.0008.2.020.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 2.000,00

05.000.0.2.08.122.0009.2.057.3.3.90.30.00.00 0329000000 R$ 96,00

05.000.0.3.08.243.0009.2.060.3.3.90.30.00.00 0329000000 R$ 1.000,00

06.000.0.1.10.122.0002.2.027.3.3.90.30.00.00 0102000000 R$ 20.000,00

06.000.0.1.10.122.0002.2.027.3.3.90.39.00.00 0102000000 R$ 11.559,96

06.000.0.1.10.301.0011.1.034.4.4.90.52.00.00 0102000000 R$ 160.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.37.00.00 0102000000 R$ 30.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.39.00.00 0102000000 R$ 40.000,00

06.000.0.2.10.302.0011.2.034.3.3.90.39.00.00 0114000000 R$ 10.000,00

07.000.0.3.15.451.0013.1.049.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 11.195,27

07.000.0.3.15.451.0013.1.049.3.3.90.39.00.00 0124000000 R$ 1.314,27

07.000.0.3.15.451.0013.1.049.3.3.90.39.00.00 0324000000 R$ 80.106,71

07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 7.000,00

07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.37.00.00 0100000000 R$ 80.000,00

07.000.0.3.15.452.0013.2.061.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 2.100,00

07.000.0.4.17.512.0013.2.040.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 1.000,00

08.000.0.1.20.608.0014.2.041.3.3.90.37.00.00 0100000000 R$ 9.000,00

08.000.0.1.20.608.0014.2.041.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 48.000,00

Total da Suplementação: R$ 1.002.694,01

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.35.00.00 0100000000 R$ 60.000,00

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.92.00.00 0100000000 R$ 1.000,00

04.000.0.1.12.122.0002.1.011.4.4.90.52.00.00 0101000000 R$ 7.500,00

04.000.0.2.12.122.0005.2.006.3.3.90.30.00.00 0101000000 R$ 60.000,00

04.000.0.2.12.361.0005.2.007.3.3.90.30.00.00 0115000000 R$ 3.000,00

04.000.0.2.12.361.0005.2.007.3.3.90.30.00.00 0315000000 R$ 195.000,00

04.000.0.2.12.361.0005.2.007.3.3.90.39.00.00 0115000000 R$ 48.330,80

04.000.0.2.12.361.0005.2.008.3.3.90.30.00.00 0101000000 R$ 96.100,00

04.000.0.2.12.365.0005.2.053.3.3.90.30.00.00 0115000000 R$ 3.000,00

04.000.0.3.12.361.0005.2.016.3.3.90.36.00.00 0119000000 R$ 2.000,00

05.000.0.1.08.244.0009.1.032.3.3.90.39.00.00 0329000000 R$ 96,00

05.000.0.3.08.243.0009.2.025.3.3.90.30.00.00 0329000000 R$ 1.000,00

06.000.0.1.10.122.0002.2.027.3.1.90.04.00.00 0102000000 R$ 1.000,00

06.000.0.1.10.122.0002.2.027.4.4.90.52.00.00 0102000000 R$ 10.000,00

06.000.0.1.10.302.0011.1.037.3.3.70.41.00.00 0102000000 R$ 130.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.1.038.3.3.90.39.00.00 0102000000 R$ 30.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.029.3.3.90.30.00.00 0114000000 R$ 12.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.1.90.04.00.00 0114000000 R$ 40.500,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.30.00.00 0102000000 R$ 12.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.36.00.00 0102000000 R$ 56.000,96

07.000.0.3.15.451.0013.1.049.4.4.90.39.00.00 0100000000 R$ 10.000,00

07.000.0.3.15.451.0013.1.049.4.4.90.51.00.00 0324000000 RR$ 80. 106,71

07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 86.509,54

07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.92.00.00 0100000000 R$ 4.000,00

08.000.0.1.18.541.0014.2.042.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 2.000,00

08.000.0.1.18.541.0014.2.042.4.4.90.52.00.00 0100000000 R$ 1.000,00

08.000.0.1.20.511.0014.1.050.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 28.000,00

08.000.0.1.20.606.0014.1.043.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 20.000,00

08.000.0.2.18.541.0014.2.043.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 2.550,00

Total da Redução: R$ 1.002.694,01

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 2º DIA DO MÊS DE MAIO DE 2018.

rafael pavei

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

DECRETO N°809/2018 - PONTO FACULTATIVO DIA 22-06

DECRETO Nº. 809 DE 21 DE JUNHO DE 2018

"Dispõe sobre ponto facultativo aos Órgãos Públicos da esfera Municipal no âmbito do Poder Executivo no dia 22 (vinte e dois) de junho de 2018 (dois mil e dezoito) e dá outras providências."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando o jogo da seleção brasileira de futebol que ocorrera às 08:00 hrs em horário de Cuiabá.

Considerando a portaria 082/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso;

DECRETA

Art. 1º. Fica decretado ponto facultativo no dia 22 (vinte e dois) de junho de 2018 (dois mil e dezoito) aos órgãos públicos do Município de Gaúcha do Norte-MT no âmbito do Poder Executivo Municipal, estando suspenso expediente.

Art. 2º. Os serviços de relevante interesse social como saúde (Hospital Público Municipal) e limpeza pública irão desempenhar suas atividades normalmente, não devendo prejudicar em nada o atendimento a população.

§1º. No dia 22 (vinte e dois) estarão em funcionamento os PF's e PSF's, a Farmácia Municipal, Academia de Saúde e o Centro de Reabilitação nos termos do §4º do Art. 1º do decreto 805/2018.

a) Das 12:00 as 18:00 quando jogos no período matutino

§2º. O Laboratório Municipal irá desempenhar as atividades apenas no período matutino.

Art. 3º. As aulas nas escolas do âmbito municipal e creche municipal não serão suspensas obedecendo assim o calendário escolar.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte, 21 de junho de 2018.

Gabinete do Prefeito.

_____

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2018

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT torna público que realizará a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2018** cujo objeto **C**ONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTES DE 100% DA FOLHA SALARIAL E OUTRAS INDENIZAÇÕES A SERVIDORES ATIVOS, E QUALQUER PESSOA QUE MANTENHA VÍNCULO DE REMUNERAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE-MT PELO PRAZO DE 60 MESES, para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I). A abertura do certame está prevista para ***12/07/2018 às 08h00 (horário de Mato Grosso)***, na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 21 de junho de 2018. ***Gutenberg Xavier Alves Dos Santos/Pregoeiro.***

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 032/2018

Resultado de Licitação - Pregão Presencial n° 032/2018

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 032/2018**, instaurada para o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais esportivos para uso da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo do Município de Itanhangá-MT.",** teve como vencedora a seguinte empresa: EVANDRO L. PALUDO – ME – CNPJ: 18.637. 045/0001-37 com o valor total dos itens de R$ 107.771,50 (cento e sete mil setecentos e setenta e um reais e cinquenta centavos).

Itanhangá-MT, 21 de junho de 2018.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA 067/2018.

PORTARIA LEGISLATIVA 067/2018.

Dispõe sobre ponto facultativo no dia 22 de junho de 2018 e, dá outras providências.

RONIVON SILVA MINGOTTI, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições legais que lhes confere a Lei e,

CONSIDERANDO a participação da Seleção Brasileira de futebol na Copa do Mundo Fifa 2018;

CONSIDERANDO Decreto Municipal nº 034/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarado ponto facultativo na Câmara Municipal de Itiquira-MT, no dia 22 de junho (sexta-feira), em virtude do jogo da Seleção Brasileira.

Art.2º-Ficam suspensos somente os atendimentos externos, e os trabalhos internos somente os indispensáveis.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 21 de junho de 2018.

Ronivon Silva Mingoti

Presidente

(Gestão 2017/2018)

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 036/2018 DE: 20.06.2018

"Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 334.814,78 (trezentos e trinta e quatro mil, oitocentos e quatorze reais e setenta e oito centavos), em favor da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1019/2018 de 20/06/2018

DECRETA

Art. 1º. - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 334. 814,78 (trezentos e trinta e quatro mil, oitocentos e quatorze reais e setenta e oito centavos), em favor da Unidade, conforme abaixo:

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Unidade: 01 – Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 128 **– Formação de Recursos Humanos**

Programa: 0007 **– Administração**

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.024 – Manutenção e Encargos com a Coordenadoria de Recursos Humanos

Elemento de Despesa: 3.1.90.94.0.00.01.0000 – Indenizações e Restituições Trabalhistas

Valor: R$ 334.814,78

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso II, da Lei 4.320/64 resultantes do Excesso de Arrecadação – Recurso não Previsto na Lei Orçamentária Anual para o Exercício 2018, proveniente da Restituição de valor retido indevidamente dos servidores.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, aos vinte dias do mês de junho de 2018.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 035/2018 DE: 20.06.2018

"Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), em favor da Secretaria Municipal de Assistência Social, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1020/2018 de 20/06/2018.

DECRETA

Art. 1º. - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), em favor da Unidade, conforme abaixo:

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 06 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Função: 08 – Assistência Social

Sub-Função: 242 – Assistência ao Portador de Deficiência

Programa: 0081 **– Assistência**

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 1.125 – Contribuição para APAE

Elemento de Despesa: 3.3.50.43.0.00.01.0000 – Subvenções Sociais

Valor: R$ 28.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso II, da Lei 4.320/64 resultantes do Excesso de Arrecadação – Recurso não Previsto na Lei Orçamentária Anual para o Exercício 2018, proveniente de Repasse do Banco do Brasil para fim específico.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, aos vinte dias do mês de junho de 2018.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 065/2018

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 065/2018
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO DE ITIQUIRA-MT., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIVON SILVA MINGOTI, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições legais que lhes confere a Lei,

Considerando a interrupção de alguns contratos para ajustes de salarial no quadro de pessoal;

Considerando a necessidade de recompor a Comissão Permanente de Licitação,

RESOLVE:

Artigo 1º – **NOMEAR** a Comissão de Licitação do Poder Legislativo para o exercício 2018, Composta da seguinte forma a partir de 14 de junho de 2018.

Cargo	Nome	Matrícula Funcional	CPF
Presidente	Maria de Fátima Gomes da Silva	100	486.584. 801-00
Secretário	Adilson Rodrigues Dos Santos	277	808.156. 771-20
Relator	Walmir Oliveira Cabral	295	872.128. 201-30
Suplente	Gilvana Cruz Nascimento de Aniceio	004	936.896. 971-72

Artigo 2º - As atribuições da comissão permanente de licitação são aquelas definidas no Artigo 51 da Lei nº 8666/93, estando os mesmos incumbidos de todos os procedimentos relativos aos processos licitatórios da Câmara Municipal de Itiquira, dentre eles:

I - Recebimento de requisições pertinentes à instauração de processos licitatórios relativos a compra, locação, alienação , serviços e outros;

II - Execução de atividades relativas à instauração de processo e julgamento das licitações de interesse do Poder Legislativo, com observância da legislação Federal e Estadual especificada;

III - proposição de instauração de processo com vista à apuração de infrações cometidas no curso da licitação e do contrato, para promoção da responsabilidade administrativa e aplicação da sanção cabível, sem prejuízo de sua iniciativa de apuração;

IV - Condução dos procedimentos de concessões e permissões, nos termos da legislação aplicável;

V - Execução de outras atividades, nos termos da legislação pertinente.

Artigo 3º - A presente portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 14 de junho de 2018.

RONIVON SILVA MINGOTI,
Presidente
(Gestão 2017/2018)

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 066/2018.

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 066/2018.
Dispõe sobre nomeação de servidor público Municipal do Poder Legislativo e, dá outras providências.

RONIVON SILVA MINGOTI, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei, especialmente a Lei Municipal 971/2017 e Lei Municipal 1014/2018,

RESOLVE:

Art.. 1º. NOMEAR – CRISTINA OLIVEIRA DOS SANTOS,brasileira, solteira, filha de: Antônio Oliveira dos Santos, natural de: Poxoréo-MT., nascida em: 28/04/1987, portadora do CPF 016.333.971-65, RG 1870034-9 SSP/MT., Expedição em: 13/05/2004, para o cargo de : **ASSESSOR DE GABINETE DA PRESIDENCIA,** a partir do dia 15 de junho de 2018.

Art. 2º. O Salário bruto mensal será de R$ 2.045,46 (dois mil, quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), em conformidade com a Lei Municipal nº 971/2017, Anexo III, atualizada pela Lei Municipal 1014/2018.

Parágrafo Único: Sobre a remuneração, serão efetuados descontos previdenciários e demais descontos previstos em lei.

Art. 3º - Com na Lei Municipal 898/2015, Artigo 45, Inciso I, B, São atribuições da Assessoria de Gabinete: Todas as atividades delegadas e determinadas pela Secretaria Executiva de Gabinete, além de responsabilizar-se por hastear e guardar as bandeiras oficiais; manter a disponibilidade dos hinos nacional, estadual e municipal para execução nas sessões solenes na Câmara Municipal, assessorar as comissões..

Art. 4º -Conforme artigo 48, da Lei Municipal 971/2017, a carga horária dos cargos de confiança, quando necessário, poderá ser cumprida em local diverso da Câmara Municipal.

Art. 5º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 15 de junho de 2018.

RONIVON SILVA MINGOTI,

Presidente

(Gestão 2017/2018)

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 025, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2018 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 888 de 08 de abril de 2015, que dispõe a autorização ao Poder Executivo Municipal a proceder à CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 030/2018 de 18 de maio de 2018 o qual possui candidatos aprovados e classificados;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 014, do procedimento supracitado;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2018, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Av. Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, em Itiquira, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

QTD	CANDIDATO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
01	JEFERSON ALVES DE ALMEIDA	MOTORISTA-ITIQUIRA	13 COLOCADO CLASSIFICADO
02	VALMOR MARI	MOTORISTA-ITIQUIRA	14 COLOCADO CLASSIFICADO
03	LEONILDO GOMES BARCELO	MOTORISTA-ITIQUIRA	15 COLOCADO CLASSIFICADO
04	LUCIMEIRE RODRIGUES	MOTORISTA- OURO BRANCO DO SUL	5º COLOCADO CLASSIFICADO
05	FATIMA DA SILVA RONDOM	MOTORISTA- OURO BRANCO DO SUL	6º COLOCADO CLASSIFICADO
06	ERNANDE ANTÔNIO DA SILVA	MOTORISTA OURO BRANCO DO SUL	7º COLOCADO CLASSIFICADO
07	HERLAND JOSÉ FERREIRA	MOTORISTA- OURO BRANCO DO SUL	8º COLOCADO CLASSIFICADO
08	BENEDITO ALVES PINTO	MOTORISTA- OURO BRANCO DO SUL	9º COLOCADO CLASSIFICADO
09	GIVANILDO ALVES DE NOVAIS	MOTORISTA- OURO BRANCO DO SUL	10 COLOCADO CLASSIFICADO

Art. 3º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria;

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (internet) da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

22- CPF dos dependentes maiores de 14 anos

22- CPF do cônjuge, se for o caso

23- CPF do Pai e da Mãe

23- Cópia da página da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, em 20 de junho de 2018.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 211/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): MARCOS ANTONIO MARTINS

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 211/2018, a pedido da Contratada a partir de 19/06/2018, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 489/2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): JULIO CESAR ROCHA

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 489/2016, a pedido da Contratada a partir de 20/05/2018, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 088/2017.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): VITOR DURAN SECOTTI

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 088/2017, a pedido da Contratada a partir de 20/05/2018, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 093/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): FERNANDA RODRIGUES DA SILVA

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 093/2018, a pedido da Contratada a partir de 24/05/2018, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS.

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 68 /2018

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 68 /2018
DISPÕE SOBRE FORMAÇÃO DA COMISSÃO REPRESENTATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA-MT, PARA O RECESSO PARLAMENTAR DO MÊS DE JULHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Itiquira-MT, **RONIVON SILVA MINGOTI**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 4º e art. 88 do Regimento Interno, assim como a decisão do plenário desta casa legislativa ocorrida na sessão ordinária nº 09/2018, realizada em 19 de junho de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Representativa da Câmara Municipal de Itiquira-MT, para o recesso parlamentar do mês de julho de 2018, com as atribuições constantes no art. 88 do regimento interno desta casa, assim composta:

Presidente: Ronivon Silva Mingoti

Membros: Ademir Dal Berti

Álvaro J. M. Monteiro Neto

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT, 21 de junho de 2018

Ronivon Silva Mingoti

Presidente

(Gestão 2017/2018)

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 68 /2018

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 68 /2018
DISPÕE SOBRE FORMAÇÃO DA COMISSÃO REPRESENTATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA-MT, PARA O RECESSO PARLAMENTAR DO MÊS DE JULHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Itiquira-MT, **RONIVON SILVA MINGOTI**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 4º e art. 88 do Regimento Interno, assim como a decisão do plenário desta casa legislativa ocorrida na sessão ordinária nº 09/2018, realizada em 19 de junho de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Representativa da Câmara Municipal de Itiquira-MT, para o recesso parlamentar do mês de julho de 2018, com as atribuições constantes no art. 88 do regimento interno desta casa, assim composta:

Presidente: Ronivon Silva Mingoti

Membros: Ademir Dal Berti

Álvaro J. M. Monteiro Neto

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT, 21 de junho de 2018

Ronivon Silva Mingoti

Presidente

(Gestão 2017/2018)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

CERTIDÃO

CERTIDÃO DE VIDA FUNCIONAL

CERTIFICAMOS que, pesquisando os arquivos existentes nesse Departamento de Recursos Humanos juntamente com a Prefeitura Municipal, foi encontrado o que segue sobre a servidora **Sra. MARIA TEREZA DOS SANTOS LIMA**, ex servidora Comissionada no cargo de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e CHEFE DE GABINETE**.

Sendo nomeada para exercer os cargos em comissão de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no dia 01/01/1997, com vencimento base correspondente a R$1.436,94 (Hum mil quatrocentos e trinta e seis reais e noventa e quatro centavos) e **CHEFE DE GABINETE**, no dia 09/03/1998, com vencimento base correspondente a R$ 1.556,64 (Hum mil quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

Totalizando o tempo trabalhado nesta Prefeitura Municipal como comissionada, de **01/01/1997 a 09/03/1998 e 09/03/1998 a 01/01/2001,** temos 1.460 dias líquidos, o equivalente a 04 anos.

Esta é a informação.

Jaciara/MT, 18 de junho de 2018.

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria 002/2018

LICENÇA PRÊMIO

Concede Licença Prêmio à servidora CLAUDETE RODRIGUES DUARTE, em 16/07/2018 a 14/08/2018 (30 dias), quinquenio 2013/2018.

FÉRIAS

Concede férias aos servidores: LÉIA FRANÇA DO NASCIMENTO KIENEN, em 01/07/2018 a 30/07/2018, período aquisitivo 2015/2016; ALDERI FERREIRA DE MORAES, em 22/06/2018 a 21/07/2018, período aquisitivo 2017/2018; SILVANI MARIA PEREIRA, em 16/07/2018 a 14/08/2018, período aquisitivo 2017/2018; LUCIA DA SILVA GOMES, em 16/07/2018 a 14/08/2018, período aquisitivo 2017/2018; JACKSON SILVA BORGES, em 09/07/2018 a 07/08/2018, período aquisitivo 2017/2018; IVANEDE GOMES DA SILVA, em 09/07/2018 a 07/08/2018, período aquisitivo 2017/2018; ROMILDO BEZERRA DA SILVA, em 02/07/2018 a 31/07/2018, período aquisitivo 2016/2017; GLEICE PEREIRA SILVA, em 04/07/2018 a 02/08/2018, período aquisitivo 2017/2018; NEURACY FAUSTINO DE MORAES, em 23/06/2018 a 25/07/2018, período aquisitivo 2017/2018; MARCIO RODRIGUES LIMA, em 20/06/2018 a 19/07/2018, período aquisitivo 2016/2017; LILIANE DELFINO GUIMARÃES, em 02/07/2018 a 31/07/2018, período aquisitivo 2017/2018; CAROLINE DAIANA SCABENI, em 16/07/2018 a 14/08/2018, período aquisitivo 2017/2018; MARILZA PAZ PASSARINHO, em 02/07/2018 a 31/07/218, período aquisitivo 2017/2018; GILSIMAR PERES DE SOUZA, em 01/07/2018 a 30/07/2018, período aquisitivo 2015/2016; TAIS REGINA MAZARO CANGANI, em 25/06/2018 a 24/07/2018, período aquisitivo 2017/2018; VALDECI SERVERINO DE SOUZA, em 09/07/2018 a 07/08/20218, período aquisitivo 2017/2018; ELIZANGELA MELO DE FRANÇA FERREIRA, em 01/07/2018 a 30/07/2018, período aquisitivo 2016/2017; VALDIVINO AMARO DE ALMEIDA, em 01/06/2018 a 30/06/2018, período aquisitivo 2015/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018 REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 24.772.147/0001-68, localizada na Rua Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, s/n.º, Bairro Centro, Jangada – MT – CEP. 78.490-000 TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, do tipo “Menor Preço Por Item”, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018 REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2018. Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de veículos, para atender o município de Jangada-MT, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/02, bem como nas Leis Complementares 123/2006, subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a ser regidas pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital.

Entrega e abertura dos Envelopes: Até as 08:00 horas, do dia 06/07/2018 – no endereço acima. Edital Completo: Afixado no endereço acima, pelo e-mail: licitacaojangada@hotmail.com. ou pelo Portal da Transparência: http://www.jangada.mt.gov.br/Transparencia/Downloa...

Jangada – MT, 21 de Junho de 2018.

ADILSON PEREIRA NUNES - Pregoeiro

LRF 2018 - PRIMEIRO QUADRIMESTRE

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES LIQUIDADAS													
	Maio/2017	Junho/2017	Julho/2017	Agosto/2017	Setembro/2017	Outubro/2017	Novembro/2017	Dezembro/2017	Janeiro/2018	Fevereiro/2018	Março/2018	Abril/2018	Total dos Últimos 12 Meses	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	43.919,84	44.992,56	43.919,84	43.919,84	43.919,84	43.981,98	48.513,69	53.698,58	48.219,28	48.219,28	48.219,28	46.853,61	558.377,62	
Pessoal Ativo	43.919,84	44.992,56	43.919,84	43.919,84	43.919,84	43.981,98	48.513,69	53.698,58	48.219,28	48.219,28	48.219,28	46.853,61	558.377,62	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	36.448,00	37.385,00	36.448,00	36.448,00	36.448,00	36.448,00	40.260,33	44.217,65	40.016,00	40.016,00	40.016,00	38.882,67	463.033,65	
Obrigações Patronais	7.471,84	7.607,56	7.471,84	7.471,84	7.471,84	7.533,98	8.253,36	9.480,93	8.203,28	8.203,28	8.203,28	7.970,94	95.343,97	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)														
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	43.919,84	44.992,56	43.919,84	43.919,84	43.919,84	43.981,98	48.513,69	53.698,58	48.219,28	48.219,28	48.219,28	46.853,61	558.377,62	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb)														558.377,62

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	18.073.560,38	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF		-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	18.073.560,38	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	558.377,62	3,08 %
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.084.413,62	6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VII) (§ único do art. 22 da LRF)	1.030.192,94	5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 %	975.972,26	5,40 %

FONTE: CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA
NOTAS:

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL		
1º Quadrimestre de 2018		
Limite Máximo (a)	**% DTP (b)**	**% Excedente (c) = (b - a)**
6,00 %	3,09 %	-2,91 %

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA
Presidente

MARSON LEITE TAQUES
Contador(a)

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018 - QUADRIMESTRE JANEIRO/ABRIL

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — em Reais

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	15.444,94	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	15.444,94	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	15.444,94	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.514.392,39	18.073.560,38	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) [90,00%]	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não Incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0,00	6.792,08	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas:

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA
Presidente

MARSON LEITE TAQUES
Contador(a)

Emissão: 21/06/2018 08:26:05 — Page 1 de 1
Portaria 405 de 26 de Junho de 2.017 — Homolc

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018 - QUADRIMESTRE JANEIRO/ABRIL

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a")

em Reais

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e) -f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (II)	**15.444,94**	**0,00**	**1.730,00**	**0,00**	**6.792,08**	**0,00**	**6.922,86**	**50.702,02**	**0,00**
Recursos Ordinários	15.444,94	0,00	1.730,00	0,00	6.792,08	0,00	6.922,86	50.702,02	0,00
TOTAL (III) = (I = II)	**15.444,94**	**0,00**	**1.730,00**	**0,00**	**6.792,08**	**0,00**	**6.922,86**	**50.702,02**	**0,00**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA
Presidente

MARSON LEITE TAQUES
Contador(a)

Emissão: 21/06/2018 08:26:35
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017.

Page 1 de 1
Homologado

PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018, REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA - MT, C.N.P.J. nº 24.772.147/0001-68, localizada na Rua Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, S/Nº, Centro, Jangada - MT, CEP 78.490-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar, a **PRORROGAÇÃO DE ABERTURA** da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018, REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2018, do tipo "**MENOR PREÇO POR ITEM".** Portanto considera-se prorrogado a abertura desta licitação para o dia 04/07/2018. Às 08:00 horas, Informações mais detalhadas poderão ser solicitados no endereço supra mencionado, de segunda a sexta – feira, das 07:00 as 13:00, com a CPL e pelo e-mail: licitacaojangada@hotmail.com.

Jangada/MT, 21 de Junho de 2018.

ADILSON PEREIRA NUNES – Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

TERMO DE APOSTILAMENTO

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 031/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAURU

CONTRATADA: AUTO POSTO SÃO DOMINGOS EIRELLI LTDA

OBJETO: ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

DOTAÇÃO: 06.002 – 12.361.0042.2041 - 3.3.90.30.00(00878)

VALOR: **R$ 50.510,00 (cinquenta mil quinhentos e dez reais)**

ERRATA

Na publicação do dia 19 de junho, na pagina 154, do Diário Oficial dos Municípios – AMM, onde se Lê - OBJETO – Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº. 016/2018 – LEIA-SE – Prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato nº. 016/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, localizada a Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus, Juscimeira-MT através de seu Pregoeiro Oficial, nomeada pela Portaria nº 001/2018, TORNA PÚBLICO que realizará às **08:00 HORAS DO DIA 06 DE JULHO 2018** na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, sessão pública para realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2018**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por objeto o "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO"**, conforme Itens constantes no Termo de Referência anexo do Edital. Os envelopes contendo as proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **08:00 HORAS DO DIA 06 DE JULHO 2018.** O credenciamento **será efetuado no inicio da sessão (ou abertura dos envelopes)**. Os interessados poderão ler ou obter cópia do Edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Juscimeira no endereço acima, no horário das 08:00 às 13:00 horas, através petição do e-mail licitação@juscimeira.mt.gov nos dias úteis a partir desta data. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (66) 3412-1062.

Juscimeira/MT., 21 De Junho 2018.

Diva Maria Santos Gardin

PREGOEIRO

PORTARIA Nº 123/2018, 18 DE JUNHO DE 2018.

"Dispõe sobre concessão de **Licença Prêmio** à Servidora Efetiva **GUILHERMINA FRANCISCA DE ASSUNÇÃO** e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 30 (Trinta) dias de **LICENÇA PREMIO**, à Servidora Pública Municipal Efetiva, **Matricula 414 – GUILHERMINA FRANCISCA DE ASSUNÇÃO,** lotado na Secretaria Municipal de Educação no Cargo de Coordenadora Pedagogica , no período de 13 de Junho de 2018 à 12 de Julho de 2018, com retorno em 13/07/2018, a Licença Prêmio concedida refere-se ao qüinqüênio 01/03/2010 à 28/02/2015.

Artigo 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 18 de Junho de 2018.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 122/2018, 18 DE JUNHO DE 2018.

"Dispõe sobre **Exoneração** do Cargo de Professora as Srª **Maria Aparecida Matos e Irecer Pereira dos Santos** e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR as Senhoras **MARIA APARECIDA MATOS E IRECER PEREIRA DOS SANTOS, Servidora Público Municipal Contratada** , do Cargo de Professora, Lotada na Secretaria Municipal de Educação no dia 01 de Junho de 2018.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 18 de Junho de 2018.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 417/2018 DE 21 DE JUNHO DE 2018.

"NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS URBANOS E RURAIS DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA-MT PARA FINS DE ITBI"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, Estado de Mato Grosso, o Sr. MOISES DOS SANTOS, no desempenho de suas atribuições legais.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica criada Comissão para Avaliar os Imóveis Urbanos e Rurais do Município de Juscimeira, Estado de Mato Grosso , para efeito de cobrança do Imposto de Transmissão de Bens e Imóveis –ITBI.

Artigo 2º - A Comissão instituída será composta pelos seguintes membros:

I – Jucimar Honório da Silva – (CPF : 468.887.211-91) Presidente;

II – Janio Rosa Elias Florentino -) CPF: 821.984.891-04 Membro;

III – Uashington Paim Neto de Assunção- (CPF: 622.500.781-49) Membro;

IV – Edjaime Ferreira da Silva _ (CPF: 141.720.561-15) Membro;

V - Thomas Cristiano Taveira – (CPF: 026.024.841-05) Membro.

Artigo 3º - A mencionada Comissão terá validade pelo período de 01(hum) ano e deverá ter a participação ativa de pelo menos (03) três integrante da Comissão em todas as avaliações.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juscimeira/MT, em 21 de Junho de 2018.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA N° 007/2018/PMLDO.

PROCESSO N° 019.2018

1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA N° 007/2018/PMLDO.

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE – MT

DETENTORA: LEANDRO B. SILVEIRA EIRELLI -EPP. - CNPJ Nº 06.041.950/0001-40

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES COMBUSTIVEIS , ÓLEOS LUBRIFICANTE E FILTROS PARA USO NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT.

Aos 21 dias do mês JUNHO de 2018, na sede da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - MT, à Rua Cidrolândia, 300N, 35° Centro, foi lavrado o presente APOSTILAMENTO a Ata n° 07/2018/PMLDO, visando à fixação dos valores, face comunicado baseado na ATO COTEPE PMPF Conselho nacional de política fazendária CONFAZ e de acordo com o previsto na Ata ora apostilada, conforme o que segue:

Com base nas informações constantes nos autos do processo identificado no preâmbulo, e considerando-se as disposições contidas na **Cláusula VI - do Reajuste de preços** segue a aplicação de reajuste:

ITEM	CÓD. DO ITEM	PRODUTO	VALOR ATUAL	VALOR A ONERAR	VALOR C/ REAJUSTE
01	041.001.095	Oleo diesel s-10	R$3,69	R$ 0,66	R$ 4,35
02	041.001.096	Oleo diesel comum	R$3,65	R$ 0,60	R$4,25
03	041.001.097	Gasolina comum	R$4,40	R$ 0,75	R$ 4,75
06	041.001.101	Alcool comum	R$ 2,92	R$0,23	R$3,15

Os valores reajustados seguem os preços repassados pelo conselho nacional de política fazendária-CONFAZ, conforme tabela em anexo

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

- Prefeito -

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2018.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2018.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O LAMBARI-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**, Através de Seu Diretor Executivo Srº. Néliton da Silva Mota, torna público, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pelo Sr José Santana Leite**, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no processo de Contratação Direta da empresa: LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA ME inscrita no CNPJ: Nº11.499.448/0001- 18. Objeto : Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Contábil e Administrativa, compreendendo serviços contábeis, orçamentários, patrimoniais, folha de pagamento, controle de patrimônio, frotas, licitações, envio da LRF, DCTF, orientação nas defesas de prestações de contas de gestão, representações internas etc, do referido exercício junto ao TCE/MT, ou outros órgãos fiscalizadores, bem como outros serviços relacionados a natureza deste objeto e a nova contabilidade aplicada ao setor público, com a responsabilidade técnica por parte da empresa contratada.

Conforme projeto básico, mediante o pagamento no valor total de R$ 16.406,25 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e vinte e cinco centavos). Onde formulou-se expediente de Dispensa de Licitação 04/2018, fulcrada nas disposições do art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/1993 e da Lei Municipal nº 518 de 29 de janeiro de 2015,´´Que dispõe sobre a atualização monetária dos valores fixados pela Lei federal nº 8.666/1993``. RATIFICO a justificativa apresentada, ordeno sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal, e autorizo a Contratação da Empresa LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME para realização do objeto.

Lambari D'Oeste - MT, 05 de Junho de 2018.

_____

Néliton da Silva Mota

Diretor Executivo

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2018.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2018.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O LAMBARI-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Através de Seu Diretor Executivo Srº. Néliton da Silva Mota, torna público, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pelo Sr **José Santana Leite**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no processo de contratação direta da empresa: P.H. DA C. FERREIRA - ASSESSORIA PUBLICA - ME**, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA JURÍDICA PREVIDENCIÁRIA, NA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E NA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS, PARA ATUAR JUNTO AO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA – LAMBARI – PREVI. BEM COMO ORIENTAÇÕES NAS DEFESAS DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE GESTÃO, REPRESENTAÇÕES INTERNAS ETC, DO REFERIDO EXERCÍCIO JUNTO AO TCE/MT, OU OUTROS ORGÃOS FISCALIZADORES, BEM COMO OUTROS SERVIÇOS RELACIONADOS A NATUREZA DESTE OBJETO, COM A RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR PARTE DA EMPRESA CONTRATADA.

Conforme projeto básico, mediante o pagamento no valor total de R$ 15. 254,12 (Quinze mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e doze centavos). Onde formulou-se expediente de Dispensa de Licitação 03/2018, fulcrada nas disposições do art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/1993 e da Lei Municipal nº 518 de 29 de janeiro de 2015,´´Que dispõe sobre a atualização monetária dos valores fixados pela Lei federal nº 8.666/1993``. **RATIFICO a justificativa apresentada, ordeno sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal, e autorizo a Contratação da Empresa** P.H. DA C. FERREIRA - ASSESSORIA PUBLICA - ME para realização do objeto.

Lambari D'Oeste - MT, 05 de Junho de 2018

_____

Néliton da Silva Mota

Diretor Executivo

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGAO PRESENCIAL Nº 013/2018

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGAO PRESENCIAL Nº 013/2018

A pregoeira oficial regida pela portaria 002/2018 em uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação "PREGAO PRESENCIAL" Nº 013/2018 cujo certame se deu as 09:00h do dia 12 de JUNHO de 2018 tendo como objeto "**REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES NOVOS PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE - MT A.**", conforme anexo do edital, sagrou se vencedora a empresas ***PNEUS VIA NOBRE,*** CNPJ 01.976.860/0048-91 ,Av da FEB, s/n bairro ponte nova várzea grande –MT, CEP: 78115-005 sagrou vencedoras dos itens (01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,30,31,32,33,34,37,40,41,42,43,44,45,46), valor total de R$ 1.421. 124,20 (um milhão, quatrocentos e vinte um mil, cento e vinte quatro reais e vinte centavos) , a empresa SOARES BOMFIM & CIA LTDA- ME, CNPJ: 12.025.38/0001-75 Rua Tancredo Neves , Nº 5449, Bairro Vila São Jose, CEP: 78280-000 , Mirassol D´Oeste-MT, sagrou se vencedora dos itens (26,27,28,29,35,36,38,39,47) valor total de R$ 23.370,00 (Vinte e três mil trezentos e setenta reais) não houve item fracassado.

.

Lambari D'Oeste - MT, 21 de JUNHO de 2018.

RIVONETE COELHO DA SILVA

PREGOEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE-MT

PORTARIA Nº 07/2018,

DE 18 DE JUNHO DE 2018

Caixa de texto: "Concede elevação de nível o servidor efetivo CELSO PEREIRA DOS SANTOS. "

O Presidente da Câmara Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 29, inciso II da Lei Orgânica do Município c/c o art.28, inciso XX do Regimento Interno;

Considerando ainda as disposições contidas no art. 23, da Lei Municipal nº 381/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a progressão funcional ou promoção vertical por meio da evolução nos níveis da carreira, passando o referido servidor do nível 04 (quatro) para o nível 05 (cinco), por ter cumprido o interstício de 03 (três) anos no nível anterior, nos termos da redação do art. 23, da Lei Municipal nº 381/2010.

Art. 2º Caberá ao Departamento Administrativo e Financeiro desta Casa, as providências necessárias ao fiel cumprimento desta Portaria, nos termos da legislação em vigor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo Municipal, aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

WILLIAN DE OLIVEIRA IAHN JUNIOR

Presidente da Câmara

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 006/ 2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 006/ 2018.

DATA: 05 / 06 / 2018.

VIGÊNCIA: 07 (sete) meses

LICITAÇÃO: **DISPENSA Nº 04 / 2018.**

OBJETO: Prestação de serviço de Consultoria e Assessoria Contábil e Administrativa, compreendendo serviços contábeis, orçamentários, patrimoniais, folha de pagamento, controle de patrimônio, frotas, licitações, envio da LRF, DCTF, orientação nas defesas de prestações de contas de gestão, representações internas etc, do referido exercício junto ao TCE/MT, ou outros órgãos fiscalizadores, bem como outros serviços relacionados a natureza deste objeto e a nova contabilidade aplicada ao setor público, com a responsabilidade técnica por parte da empresa contratada.

VALOR GLOBAL: R$ 16.406,25 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e vinte e cinco centavos).

VALOR MENSAL: R$ 2.343,75 (Dois mil , trezentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

CONTRATADA:LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA-ME. CNPJ: 11.499.448/0001-18.

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
XTRATO DE CONTRATO Nº. 005/ 2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 005/ 2018.

DATA: 05 / 06 / 2018.

VIGÊNCIA: 07 (sete) meses

LICITAÇÃO: DISPENSA Nº 03 / 2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA JURÍDICA PREVIDENCIÁRIA, NA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E NA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS, PARA ATUAR JUNTO AO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA – LAMBARI – PREVI. BEM COMO ORIENTAÇÕES NAS DEFESAS DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE GESTÃO, REPRESENTAÇÕES INTERNAS ETC, DO REFERIDO EXERCÍCIO JUNTO AO TCE/MT, OU OUTROS ORGÃOS FISCALIZADORES, BEM COMO OUTROS SERVIÇOS RELACIONADOS A NATUREZA DESTE OBJETO, COM A RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR PARTE DA EMPRESA CONTRATADA.

VALOR GLOBAL: R$ 15.254,12 (Quinze mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e dose centavos).

VALOR MENSAL: R$ 2.179,16 (Dois mil, cento e setenta e nove reais e dezesseis centavos),

CONTRATADA:P.H. DA C. FERREIRA - ASSESSORIA PUBLICA – ME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
LEI N° 981/2018

DATA: 21/06/2018

SÚMULA: Dispõe sobre autorização para a criação da Horta Municipal Comunitária Educativa no município de Marcelândia-MT.

O Senhor ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei

Artigo 1º - Ficam autorizadas a proceder a criação e implantação da “Horta Municipal Comunitária Educativa”, que terá, dentre outras, as seguintes finalidades:

§ 1º - Produzir alimentos com menor custeio;

§ 2º - Promover melhor qualidade de alimentos à população;

§ 3º - Promover o aproveitamento da mão-de-obra de menores e famílias carentes, proporcionando-lhes ensino e treinamento no desenvolvimento da respectiva atividade e orientação quanto ao consumo de alimentos.

Artigo 2º - A “Horta Municipal Comunitária Educativa” deverá ser implantada em faixa de terra de propriedade do município definida a critério do Poder Executivo, dotada de toda infraestrutura necessária para o início do projeto (água, energia elétrica, equipamentos, ferramentas, etc.).

§1° - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a contratar um engenheiro agrônomo para ficar responsável pela organização das hortas comunitárias educativa.

Artigo 3º - A “Horta Municipal Comunitária Educativa” será gerida, na forma do regulamento próprio, com auxílio de entidades locais especialmente cadastradas para este fim (associação de bairros, clubes de serviços, entidades religiosas, associações de cunho filantrópico, instituições de ensino públicas, Conselho Tutelar), cuja participação não importará ônus de qualquer ordem para o município.

Artigo 4º - O destino da produção da “Horta Municipal Comunitária Educativa” será definido em comum acordo entre o Poder Executivo e as entidades participantes, devendo o repasse ser gratuito e priorizar atendimento a famílias carentes, a creche da rede pública municipal e núcleos assistenciais de cunho filantrópico.

Artigo 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a veicular, na imprensa local, campanha de divulgação sobre a implantação prevista por esta Lei e de motivação para os eu desenvolvimento.

Artigo 6º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios que se fizerem necessários a execução desta Lei, especialmente com vistas a aquisição de insumos e assistências técnicas perante organismos do Governo Estadual e Federal, desde que submetidos à apreciação do Poder Legislativo, mediante remessa do correspondente Projeto de Lei.

Artigo 7º - Os menores que receberão instruções na “Horta Municipal Comunitária Educativa” serão designados pelas escolas da rede pública municipal, com autorização de seus pais.

Artigo 8º - O horário de funcionamento das atividades será estabelecido conforme a realidade dos alunos.

Artigo 9º - As famílias participantes desse projeto, deverão ser selecionadas, pela Secretaria de Assistência Social do Município, devendo ser dado prioridade as de menor poder aquisitivo ou que comprovarem carências.

Artigo 10 - A aplicação e execução desta Lei serão de responsabilidade das Secretarias de Agricultura e de Assistência Social.

Artigo 11 - As despesas para a execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento.

Artigo 12 - O Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Artigo 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, 21 de junho de 2018.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATOS DE ADITIVOS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2018

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o valor mencionado na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo de Execução de Obra nº 010/2018, que tem como o objeto a **Execução das obras de Reforma e Ampliação do Centro de Eventos Cocão no Município de Marcelândia/MT, conforme projeto básico, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma-físico financeiro, da Tomada de Preços nº 001/2018.**

CONTRATADA: LFM ENGENHARIA E CONSTRUTORA EIRELI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA - MT

VALOR DA SUPRESSÃO: R$ 5.662,08 (cinco mil, seiscentos e sessenta e dois reais e oito centavos).

DATA ASSINATURA: 20/06/2018

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2018

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o valor mencionado na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo de Execução de Obra nº 010/2018, que tem como o objeto a **Execução das obras de Reforma e Ampliação do Centro de Eventos Cocão no Município de Marcelândia/MT, conforme projeto básico, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma-físico financeiro, da Tomada de Preços nº 001/2018.**

CONTRATADA: LFM ENGENHARIA E CONSTRUTORA EIRELI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA - MT

VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 17.113,47 (dezessete mil, cento e treze reais e quarenta e sete centavos).

DATA ASSINATURA: 20/06/2018

PREFEITURA/LICITAÇÃO
LEI Nº 980/2018

DATA: 21/06/2018

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARCELÂNDIA - FME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

I - Das Disposições Gerais:

Art. 1º - Fica criado o Fundo Municipal de Educação de Marcelândia – FME, que tem por objetivo a captação e aplicação de recursos que lhe sejam atribuídos para desenvolver plano, programas e projetos educacionais, com base no disposto no Art. 212 da Constituição Federal, bem como incrementar medidas que promovam o aumento de ingressos financeiros para a Educação Básica Municipal.

Art. 2º - O Fundo Municipal de Educação terá natureza contábil e ficará subordinado diretamente a Secretaria Municipal de Educação, através de seu secretário municipal como ordenador de despesas, sob orientação do Conselho Municipal de Educação e demais Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social do Fundo.

II - Das Fontes de Receita do Fundo.

Art. 3° Constituirão receitas do Fundo Municipal de Educação - FME:

I - recursos provenientes das transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

II - dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III - produto de convênios firmados com outras entidades financeiras;

IV – Recursos a que se referem os incisos I, II e III do art 155; Inciso II do caput do Art 157; inciso II, III e IV do caput do Art 158; e as alíneas a e b do inciso I e inciso II do caput do art 159 da Constituição Federal.

Art. 4º - Os recursos do Fundo serão repassados automaticamente para conta vinculada ao respectivo Fundo, instituídas para esse fim e mantidas na instituição financeira oficial, sendo a movimentação dos recursos realizadas exclusivamente de forma eletrônica, por meio de sistema específico disponibilizado pelas Instituições Financeiras, que identifique a finalidade do gasto de acordo com especificações estabelecidas pelo Ministério de Educação, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, devidamente identificados, ficando expressamente vedada a movimentação financeira dos recursos por meios diversos do previsto neste artigo, de acordo com a regulamentação da Portaria Conjunta FNDE nº 2 de 15 de janeiro de 2018.

III – Das Atribuições do Ordenador do Fundo:

Art. 5º - São atribuições do Secretário Municipal de Educação:

I - Gerir o Fundo Municipal de Educação – FME e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Educação e demais Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social do Fundo.

II - Responder perante a Receita Federal do Brasil e demais órgãos de controle pela gestão do órgão;

III - Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Educação de Marcelândia;

IV - Submeter ao Conselho Municipal de Educação o plano de aplicação a cargo do FME, em consonância com o Plano Municipal de Educação de Marcelândia e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO;

V – Submeter ao Conselho Municipal de Educação as demonstrações contábeis de receita e despesa do FME;

VI - Encaminhar ao Tribunal de Contas, juntamente com os demonstrativos do município, as demonstrações contábeis.

VII - Assinar transações financeiras juntamente com o responsável pela Tesouraria;

VIII - Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do FME;

IX - Firmar convênio, contratos e termos de ajustes, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito Municipal, referentes a recursos que serão administrados pelo FME;

X - Financiamento total ou parcial de programas e projetos da educação, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação órgão da Administração Pública Municipal, responsável pela execução da política da educação neste município

IV - Da Aplicação dos Recursos do Fundo

Art. 6º - Serão atendidos prioritariamente o ensino fundamental e infantil.

Art. 7º - Os recursos recebidos e aplicados deverão ser registrados de forma detalhada a fim de evidencias as respectivas receitas e despesas.

V- Das Disposições Finais

Art. 8º - Decreto do Executivo Municipal regulamentará no que couber, a presente Lei.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, 21 de junho de 2018.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE SUSPESÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº. 011/ 2018 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que a licitação agendada para 22 de junho de 2018 às 14h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA MUNICIPAL W50, TRECHO: BR 163 A MT 322 COM EXTENSÃO APROXIMADA DE 13 KM PADRÃO SINFRA CONFORME NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT fica SUSPENSA até segundo aviso, para readequação do Edital. Matupá – MT, 21 de junho de 2018. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2018 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizou no dia 06 de junho de 2018 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DE SALÃO PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, BEM COMO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE SANITÁRIOS E VESTIÁRIOS DA QUADRA ESPORTIVA PERTENCENTES AO MINI GINÁSIO JARDIM DAS FLORES CONFORME CONVÊNIO Nª 0482/ 2016 CELEBRADO ENTRE O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDED E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ aonde sagrou-se vencedor o Licitante C S DA ROCHA E CIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.891.121/0001-10, com o valor total de R$ 435.331,40. Matupá – MT, *21* de junho de 2018. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA - TOMADA DE PREÇO Nº. 06/ 2018 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitações, comunica a todos os interessados que está declarada FRACASSADA a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PAÇO MUNICIPAL DE MATUPÁ/MT em razão da DESABILITAÇÃO das Empresas GUILHERME LUIZ AIMI – ME e CONSTRUTORA ROCHA EIRELI. Matupá – MT, 21 de junho de 2018. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 054/2018

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/ 0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **GUILHERME BENTO DA SILVA – ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 11.622.159/0001-64, com sede na Rua 14 nº 1616, Bairro Jardim das Flores, na Cidade de Matupá/MT, neste ato representado pelo seu proprietário o Srº **GUILHERME BENTO DA SILVA**, portador do CPF sob o nº537.921.221-20 e RG nº 1388201-5 SSP/MT,nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE CORTE E LIMPEZA DE ÁREAS GRAMADAS E PODA DE ÁRVORES EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a clausula 04 desta Ata de Registro de Preço que são partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2018.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Educação e Desporto;

Secretaria Municipal de Saúde;

Secretaria Municipal de Assistência Social;

Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	QUANT.	UNID.	COD. TRIBUNAL	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	373.416,60	M²	205855-3	CORTE E LIMPEZA DE AREAS GRAMADAS	0,18	67.214,98
2	444,00	UNID.	340833-7	SERVICO DE JARDINAGEM - DO TIPO PODA DE ARVORE (COM RETIRADO DE GALHOS E LIMPEZA GERAL)	45,00	19.980,00
					TOTAL	**R$ 87.194,98**

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos serviços do pedido, é de (07) sete dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da O.F (Ordem de Fornecimento) pela Adjudicatária, devendo o serviço atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 - A CONTRATADA deverá substituir os serviços com eventuais falhas de execução no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do recebimento da notificação formal do CONTRATANTE, sujeitando-se, na inobservância, às penalidades previstas no ato convocatório;

5.3 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.4 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.5 - Recebimento Dos Serviços:

5.5.1 - Os serviços serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade;

5.5.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.5.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.12 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.13 - Para a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme o caso, os seguintes equipamentos:

6.13.1 - Veículo para remoção dos resíduos dos locais limpos;

6.13.2 - Materiais de E.P.I. – Equipamento de Proteção Individual, de acordo com as normas técnicas, para os funcionários que participarão da realização dos serviços objeto do presente termo, ficando por sua total responsabilidade qualquer acidente que venha a acontecer;

6.13.3 - Ferramentaria geral a fim de equipar os funcionários, permitindo, sem restrições, a perfeita execução dos serviços.

6.14 - São obrigações da empresa a ser contratada:

6.14.1 - Fornecer o transporte dos materiais, ferramentas, equipamentos e seu pessoal até os locais da execução dos serviços;

6.14.2 - Responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer reembolso por parte do Município Contratante, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços contratados e/ou a terceiros;

6.14.3 - Os serviços desta licitação deverão ser realizados nos locais indicados no momento da contratação, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

6.14.4 - Pagar todos tributos, taxas, encargos sociais e seguros, atuais ou futuros, locomoção, estada e refeição do pessoal necessário à execução dos serviços e as despesas decorrentes da execução dos serviços;

6.14.5 - Se a execução dos serviços objeto deste contrato exigir a interrupção temporária do fornecimento de energia elétrica de algum trecho, à Empresa Contratada caberá tomar as medidas necessárias para reduzir ao mínimo a duração e frequência dessas interrupções respeitadas as normas de operação do Município Contratante;

6.14.6 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

6.14.7 – Os serviços de corte e limpeza de gramas compreende:

Manutenção e conservação de Gramados em área plana/área de talude e outras:

Capinação;

Coleta e remoção de lixo;

Coroamento em plantas ou colocação de cobertura morta;

Corte e recolhimento de galhos condenados ou caídos;

Cortes de gramados, incluindo recortes em passeios, canteiros, árvores e muros, terrenos, áreas verdes;

Erradicação das plantas invasoras;

Limpeza geral: limpeza de toda a área, com varredura e retirada de folhas, flores e galhos secos, de ervas arrancadas nas capinações e qualquer outro tipo de detrito;

Pequenos acertos de terreno para desvio de águas pluviais utilizando métodos para conservação do solo;

Rastelagem e remoção dos restos vegetais, resultantes do corte;

Roçada.

6.14.8 – O serviço de recolhimento dos restos vegetais, resultantes do corte de grama e poda de arvores deve ser realizado imediatamente após a finalização do serviço, para que a grama não fique com aspecto ruim.

6.15 – A empresa contratada fica desde já orientada de que os serviços podem ser realizados em qualquer espaço público do Município de Matupá, e isso inclui toda a área rural do Município.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos/serviços bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco do Brasil Ag. Nº 3931 Conta corrente nº 15.076-2, em nome de GUILHERME BENTO DA SILVA – ME

8.2 – A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

8.3 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.4 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.6 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos/serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.6.12.365.0018.2.0032 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE E PRÉ ESCOLA ATRAVES DO SALARIO EDUCAÇÃO – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.5.27.812.0047.2.0128 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.6.12.361.0015.2.0023 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL ATRAVES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0014.20046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0013.2.0047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO LABORATÓRIO MUNICIPAL – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.1.08.122.0008.2.0065 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 10.100.0.2.15.452.0003.2.0012 – MANUTENÇÃO DA PRAÇA, PARQUES E JARDINS – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de	Marlene Messias Cardoso de Souza	6978/2018

Educação		
Secretaria Municipal de Saúde	**Francisco Carlos Vieira**	**6579/2017**
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	**Janice Kerber**	**2340/2013**
Secretaria Municipal de Assistência Social	**Maurina Marques da Silva**	**7201/2018**

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 035/2018** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 20 de junho de 2018.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

GUILHERME BENTO DA SILVA – ME

CNPJ sob o nº. 11.622.159/0001-64

GUILHERME BENTO DA SILVA

CPF sob o nº537.921.221-20

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 062/2018

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 02/2017 CONFORME DECRETOS DE HOMOLOGAÇÃO Nº 3158/2017 DE 12/04/2017

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 02/2017.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede provisória da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Tancredo Neves, 5359 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

Considerando a urgência da contratação, os Candidatos ora convocados que apresentaram no ato da inscrição telefone foram previamente informados da convocação, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste-MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 01 de junho de 2018

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

PSICÓLOGA VOLANTE	
NOME	CLASSIFICAÇÃO
MARCIO CEZAR CABALHEIRO DE CARVALHO	3º LUGAR
VALÉRIA RIOS PRADO	4º LUGAR

Mirassol D'Oeste, 01 de junho de 2018

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
ERRATA

Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT.

Errata de retificação do EXTRATO DE CONTRATO PUBLICADO NO DIA 29/03/2018 NO JORNAL OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EDIÇÃO Nº 2927/ 2018.

No Contrato nº 047/2018, ONDE SE "LÊ" Período de: 15/02/2018 a 21/ 12/2018. Valor Global R$10.297,60.

"LÊIA-SE" Período de: 19/02/2018 a 21/12/2018. Valor Global R$10. 163,43.

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI

LEI Nº 1.476 DE 21 DE JUNHO DE 2018

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MIRASSOL DOESTE,Faço saber que a Câmara Municipal aprovou em Sessão Extraordinária realizada no dia 21 de junho de 2018 e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º. - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) distribuídos nas seguintes dotações:

020906 FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A POLITICA DO IDOSO

730 08.241.0021.1017.0000AQS DE VEIC. ONIBUS PARA O FUMAPI R$ 120.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

020902 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

731 08.244.0036.1015.0000 AQS DE VEICULO PARA PROGRAMA IGDBF R$ 60.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

732 08.244.0036.1015.0000AQS DE VEICULO PARA PROGRAMA IGDBF R$ 20.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Artigo 2º. - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de Anulação nas seguintes dotações:

020901 GABINETE DO SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

525 08.122.0002.1240.0000 AQS. DE VEICULO P/ SEC. DE ASSIST. SOCIAL R$ 20.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

020902 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

592 08.244.0036.2064.0000 ACOES DO PROGRAMA DE TRANFERENCIA DE RENDA - IGD R$ 45.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

595 08.244.0036.2064.0000 ACOES DO PROGRAMA DE TRANFERENCIA DE RENDA - IGD R$ 15.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

020906 FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A POLITICA DO IDOSO

695 08.241.0021.2068.0000 ACOES DESENVOLVIDAS PELO FUMAPI R$ 120.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Artigo 3o.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sede Provisória da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Gabinete do Prefeito, em 21 de junho de 2018.

Euclides da Silva Paixão

Prefeito

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO PARA ALTERAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO N° 005/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO PARA ALTERAÇÃO DO CONTRATO N° 005/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente Instrumento público de rescisão de Contrato de Prestação de Serviços, que regula-se pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, de conformidade com as seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

A) CONTRATANTE: SAEMI – SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE/MT, situada na Rua: Ricardo Druzian Gallo nº 167 - Bairro: Centro – Mirassol D´Oeste – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 07.745.657/0001-27, **Sr. VALTER CESAR COUTINHO, brasileiro, casado, portador do RG: 1385677-4 SSP/MT e CPF: 926.295. 711-49**, residente e domiciliado nesta cidade, simplesmente **CONTRATANTE.**

B) CONTRATADO: A empresa LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL – LTDA**, inscrita no CNPJ n.0 11.499.448/0001-18, estabelecida à Rua Arthur Francisco Xavier, 555 – Centro da Cidade de Araputanga – MT, neste ato representada pelo seu Proprietário o Sr.** JUSSEMAR REBULI PINTO**, brasileiro, casado, portador do RG sob n. 0 963.044 SSP/MT, e inscrito no CPF/MF sob n.0 843.499.481-04, doravante denominada simplesmente CONTRATADO.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETIVO-ALTERAÇÃO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TREINAMENTO, ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO NOVO CONTADOR.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados em consonância com a Administração do Saemi, devendo o contratado executar com lisura e profissionalismo os serviços objetos do contrato ora firmado, de acordo com as melhores técnicas.

CLÁUSULA QUARTA – DA DIREÇÃO DOS SERVIÇOS

A direção geral e responsabilidade técnica dos serviços, caberão ao Técnico, Sr. JUSSEMAR REBULI PINTO.

CLÁUSULA QUINTA - DA LICITAÇÃO

O presente contrato é oriundo do Processo Licitatório modalidade de Convite n° 002/2017.

CLÁUSULA SEXTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

Em regime de execução de Contrato de Prestação de Serviços, em caráter irrevogável e irretratável.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO INÍCIO E DURAÇÃO

A prestação dos Serviços tem início na data de assinatura do presente instrumento e término em (data do termino do contrato no dia **01 de Agosto de 2018**).

CLÁUSULA OITAVA - DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS

*Um valor fixo de **R$ 63.882,00 (sessenta e três mil e oitocentos e oitenta e dois reais)** o valor global, sendo o valor mensal deR$ 5.323,50 (cinco mil trezentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).*

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO

A periodicidade dos serviços será mensal e o valor ora contratado não sofrerá reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

Os valores serão pagos ao CONTRATADO, até no décimo dia do mês sub sequente, diretamente na Tesouraria Do Saemi.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO

O valor do contrato será empenhado na seguinte dotação:

01.001 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D`Oeste

19.512.2.074 – Manutenção e Encargos com Serviços Administrativos.

33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Valor de **R$ 63.882,00 (sessenta e três mil e oitocentos e oitenta e dois reais)** o valor global, sendo o valor mensal deR$ 5.323,50 (cinco mil trezentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I – Unilateralmente pela CONTRATANTE:

Quando houver modificação das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos, ou transferência no todo ou em partes a prestação dos serviços.

Quando necessário à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Nº. 8.666/93.

II – Por acordo das partes:

Quando necessária à modificação do regime de execução, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantidos o valor inicial atualizado.

A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme Parágrafo 1° do Art.65 da Lei 8.666/93.

Se o contrato não houver sido contemplado preços para determinados serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites previstos no sub item anterior.

Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do Contratado, a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos preceituados pelo Parágrafo 6º.Do Art.65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, as partes poderão, garantida a prévia defesa, aplicar as sanções previstas nos incisos I, III e IV do Art, 87 da Lei Federal 8.666/93 e Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos serviços contratados.

É de responsabilidade do CONTRATADO o pagamento de toda e qualquer multa ou penalidade sofrida pela CONTRATANTE ocasionada em virtude do mau funcionamento do serviço prestado, perante os órgãos fiscalizadores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido, se uma das partes não cumprir o disposto neste instrumento, ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DESPESAS

CONTRATADO: despesas de alimentação e hospedagem na sede do município ou a serviço em outra localidade em favorecimento da mesma.Todos os tributos e encargos legais decorrentes da execução do presente contrato, bem como despesas de locomoção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

Por assentimento mútuo, sujeitam-se as partes às aplicações das normas da Lei nº. 8.666, de 21/06/93, e nos casos omissos elegem as entidades contratantes, Foro da Comarca de Mirassol D`Oeste, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam de comum acordo o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si ou seus sucessores legais, todas as Cláusulas Contratuais, tudo na presença de duas testemunhas, que também assinam.

Mirassol D`Oeste – MT, 21 de Junho de 2018.

CONTRATANTE

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D`Oeste

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

CONTRATADO

LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL – LTDA

CNPJ n.0 11.499.448/0001-18

Rua Arthur Francisco Xavier, 555

Araputanga- MT

TESTEMUNHAS

NOME: .....

CPF N° .....

NOME: .....

…….. **RG: ……..**

CPF N° .....

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO

DECRETO Nº 3.327 de 19 de junho de 2018

Regulamenta o pagamento de precatórios, na forma da Emenda Constitucional 99/2017, e dá outras providências

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, senhor **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica,

Considerando a vigência da Emenda Constitucional 99/2017 que ALTERA o Art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir novo regime especial de pagamento de precatórios, referente ao pagamento de precatórios;

Considerando que o art. 101 da Constituição Federal determina a quitação da integralidade dos precatórios até 31 de dezembro de 2024 e, como balizador estabelece: o montante total da dívida de precatórios vencidas e

vincendas até dezembro de 2024, o prazo de pagamento referido, e areceita corrente líquida do município;

DECRETA:

Art. 1º - Os débitos com precatórios vencidos e vincendos, entre 25/03/2015 até 31/12/2024 deverão ser quitados até 31/12/2024,atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, mediante pagamento mensal, através de depósito em conta específica do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, no montante de 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação dos débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este decreto, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça.

§1º Entende-se como receita corrente líquida, para os fins de que trata este artigo, o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as oriundas do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, verificado no período compreendido pelo segundo mês imediatamente anterior ao de referência e os 11 (onze) meses precedentes, excluídas as duplicidades, e deduzidas:

I - a contribuição dos servidores para custeio de seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira referida no § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

§2ºO débito de precatórios será pago com recursos orçamentários próprios provenientes das fontes de receita corrente líquida referidas no § 1º do art. 1º deste Decreto e, adicionalmente, poderão ser utilizados recursos dos seguintes instrumentos:

I - até 75% (setenta e cinco por cento) do montante dos depósitos judiciais e dos depósitos administrativos em dinheiro referentes a processos judiciais ou administrativos, tributários ou não tributários, nos quais o Município seja parte, mediante a instituição de fundo garantidor em montante equivalente a 1/3 (um terço) dos recursos levantados, constituído pela parcela restante dos depósitos judiciais e remunerado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, nunca inferior aos índices e critérios aplicados aos depósitos levantados;

II - até 30% (trinta por cento) dos demais depósitos judiciais da localidade sob jurisdição do Tribunal de Justiçado Estado de Mato Grosso, mediante a instituição de fundo garantidor em montante equivalente aos recursos levantados, constituído pela parcela restante dos depósitos judiciais e remunerado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, nunca inferior aos índices e critérios aplicados aos depósitos levantados;

III -empréstimos, excetuados para esse fim os limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do caputdo art. 52 da Constituição Federal e quaisquer outros limites de endividamento previstos em lei, não se aplicando a esses empréstimos a vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do caputdo art. 167 da Constituição Federal;

IV - a totalidade dos depósitos em precatórios e requisições diretas de pagamento de obrigações de pequeno valor efetuados até 31 de dezembro de 2009 e ainda não levantados, com o cancelamento dos respectivos requisitórios e a baixa das obrigações;

V - linha de crédito especial para pagamento dos precatórios submetidos ao regime especial de pagamento, disponibilizada pela União,diretamente, ou por intermédio das instituições financeiras oficiais sob seu controle, a que se refere o §4º, art. 101, do ADCT.

Art. 2º - Enquanto viger este decreto, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos existentes em conta especial serão utilizados no pagamento dos precatórios segundo a ordem cronológica de apresentação, respeitadas as preferências dos créditos alimentares, e, nessas, as relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência, nos termos do §2º do art. 100 da Constituição Federal, sobre todos os demais créditos de todos os anos.

Parágrafo Único. A aplicação dos recursos remanescentes, por opção a ser exercida pelo Município, por ato do Poder Executivo, observada a ordem de preferência dos credores, poderá ser destinada ao pagamento mediante acordos diretos com os respectivos credores, por homologação do Tribunal de Justiça, perante Juízos Auxiliares de Conciliação de Precatórios, com redução máxima de 40% (quarenta por cento) do valor do crédito atualizado, desde que em relação ao crédito não penda recurso ou defesa judicial.

Art. 3º - A Procuradoria Municipal deverá apresentar, ao Tribunal de Justiça, plano de pagamento, na forma do art. 1º do presente decreto, mediante planilha elaborada pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mirassol d´Oeste/MT., 19 de junho de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEIS

LEI Nº 1.474 DE 21 DE JUNHO DE 2018

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO PROGRAMA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou em Sessão Ordinária realizada no dia 18 de junho de 2018 e ele, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 331.118,30 (Trezentos e Trinta e Um Mil, Cento e Dezoito Reais e Trinta Centavos), ao Orçamento Programa do Município para o exercício financeiro de 2018, conforme Lei Municipal 1437/2017 – LOA, destinado a atender as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, conforme discriminado abaixo:

Órgão: 07 – Secretaria de Infraestrutura

Unidade: 04 – Fundo Municipal de Iluminação Pública

Função: 25 – Energia

Sub-Função: 752 – Energia Eletrica

Programa : 0017 – Energia Eletrica

Ação: 1.012 – Ampliação da Rede Iluminação Pública

Fonte de Recursos: 0.1.17.110002 – Iluminação Pública

Elemento de Despesa:

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações ..... R$: 331.118,30

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial, aberto por esta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, conforme disposto no Art. 43, Parágrafo 1º Inciso II da Lei Federal 4.320/64.

Órgão: 07 – Secretaria de Infraestrutura

Unidade: 04 – Fundo Municipal de Iluminação Pública

Função: 25 – Energia

Sub-Função: 752 – Energia Eletrica

Programa : 0017 – Energia Eletrica

Ação: 2.047 – Manutenção das Despesas com a Iluminação Pública

Fonte de Recursos: 0.1.17.110002 – Iluminação Pública

Elemento de Despesa:

3.3.90.30.00 – Material de Consumo ..... R$: 331.118,30

Art. 3º. Fica autorizada a inclusão das alterações de que tratam os artigos 1º e 2º desta lei nas ações previstas na Lei 1435/2017, que trata do Plano Plurianual 2018/2021 e nas ações previstas na Lei 1.428/2017 que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018.

Art. 4º. - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar a dotação de que trata o art. 1º até o limite de 20% do seu valor total.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Sede Provisória da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Gabinete do Prefeito, em 21 de junho de 2018.

Euclides da Silva Paixão

Prefeito

LEI Nº 1.475, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol d´Oeste, Faço Saber que a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 18 de junho de 2018 aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 500.000,00 distribuídos as seguintes Dotações:

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

480 26.782.0016.1086.0000 MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DAS ESTRADAS VICINAIS - R$ 100.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

726 26.782.0016.1086.0000 MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DAS ESTRADAS VICINAIS - R$ 400.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Artigo 2º.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de Anulação, confirme segue:

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

461 15.451.0013.1060.0000 PAVIMENTAÇAO E RESTAURAÇAO DE VIAS PUBLICAS - R$100.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

47017.512.0015.1081.0000 CONSTRUÇAO DE GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS E REDES - R$ 90.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

479 26.782.0016.1083.0000 CONSTRUÇAO E REFORMA DE PONTES - R$ 75.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

484 26.782.0016.1086.0000 MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DAS ESTRADAS VICINAIS -R$ 235.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Artigo 3º.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol d´Oeste, sede provisória do Paço Municipal, Avenida Tancredo Neves, 5659, em 21 de junho de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

PREFEITO

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
EXTRATO CONTRATO

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº..: 005/2018 – CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE/MT, E A EMPRESA OLK SOLUÇÕES EM MARKETING E SERVIÇOS LTDA ME, TENDO POR OBJETO A DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES, EVENTOS E CAMPANHAS DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DE RADIO E JORNAL, CONFORME CONDIÇÕES QUE AS CLÁUSULAS ABAIXO ESPECIFICAM.

Contratante..: CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE – CNPJ 03.756.178/0001-55

Contratada....: OLK SOLUÇÕES EM MARKETING E SERVIÇOS LTDA ME, - CNPJ n. 17617260/0001-03

Valor Preço global.: R$ 21.940,00 (vinte um mil, novecentos e quarenta reais)

Vigência.....: 4.1 21 de JUNHO de 2018 até 22 de DEZEMBRO DE 2018

Licitação.....: Referente: Processo Licitatório nº 006/2018 – ADESÃO nº 001/2018.

Recursos: Fonte: 1000 – RECURSO ORDINÁRIO DO EXERCICIO

Projeto/Atividade: 2001– MANUT. E ENCARGOS C/AS ATIV. GERAIS DO PODER LEGISLATIVO

Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

Compl. Elem. Despesa: 3.3.90.39.88 – Serviço de Publicidade e Propaganda

Objeto.....: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada nos serviços de divulgação das ações, eventos e campanhas do município através de rádio e jornal. Nas especificações e quantitativos especificados no termo de referência, Anexo ao presente contrato.

MIRASSOL D'OESTE, 21 de junho de 2.018.

MARLI ANDROMEDE FERREIRA

PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI

LEI Nº 1.473 DE 21 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DAS RUAS DO LOTEAMENTO JARDIM PORTAL DO SOL, NO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE-MT.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, respaldadas pelo art. 61 da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** em Sessão Ordinária realizada no dia 18 de Junho de 2018 e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam denominadas as seguintes Ruas do Loteamento Jardim Portal do Sol, nesta cidade, que passam a ter as seguintes denominações:

- Rua Genival A. da Silva passa a denominar-se: Rua Luiz Soares Barbalha;

- Rua José Pereira de Souza passa a denominar-se: Rua Adriana Massai Bispo;

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Sede Provisória do Paço Municipal, na Avenida Tancredo Neves nº 5659, em 21 de Junho de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Presidente

GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 063/2018

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 003/2018 CONFORME DECRETOS DE HOMOLOGAÇÃO Nº 3321/2018 DE 06/06/2018

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 003/2018.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede provisória da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Tancredo Neves, 5359 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

Considerando a urgência da contratação, os Candidatos ora convocados que apresentaram no ato da inscrição telefone foram previamente informados da convocação, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste-MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 12 de junho de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

NUTRICIONISTA	
NOME	CLASSIFICAÇÃO
ALAICE APARECIDA FAGUNDES MECEDO DA ROCHA	1º LUGAR

Mirassol D'Oeste, 12 de junho de 2018

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.484/2018

LEI MUNICIPAL Nº. 1.484/2018

"Concede Revisão Geral Anual - RGA aos servidores públicos municipais nos termos do artigo 37, X da Constituição Federal, e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES/MT**, Sr. LEOCIR HANEL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Revisão Geral Anual - RGA ao vencimento dos servidores públicos municipais, no percentual de 1,69% (um inteiro e sessenta e oito centésimos por cento), acumulado no intervalo de tempo compreendido entre maio de 2017 a abril 2018, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, vigorando até o mês de abril de 2019, época da nova data base, acrescido de ganho real de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento), totalizando 2,07% (dois inteiros e sete centésimos por cento).

Art. 2º. Para efeitos desta Lei, entende-se por vencimento a retribuição básica fixada em lei, excluídas as vantagens pecuniárias porventura existentes.

Art. 3º. A revisão de vencimentos prevista nesta lei não se aplica aos ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações existentes no orçamento em vigor.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 21 de junho de 2018.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PREGAO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 026/2018

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Quézia da Rosa Ferreira, nomeada pela portaria 122/2018, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 026/2018**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 08:00hs do dia **05/07/2018**, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **Futura e Eventual AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRA – ESTRUTURA DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT**. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 e 13:00h ás 17:00 ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4219.

Nobres, 21 de Junho de 2018.

QUEZIA DA ROSA FERREIRA

PREGOEIRA

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.483/2018

LEI MUNICIPAL Nº. 1.483/2018

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de Crédito Adicional Suplementar por superávit financeiro de 2017 e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES/MT**, Sr. LEOCIR HANEL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de Crédito Adicional Suplementar por superávit financeiro no valor de até R$ 3.568.624,57 (três milhões, quinhentos e sessenta e oito mil e seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta e sete centavos), nos termos do artigo 43, §1° inciso 1 e § 2º da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações consignadas no orçamento:

Art. 2º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar até o valor de R$ 885. 497,49, os seguintes órgãos de governo e nas modalidades:

GABINETE DO PREFEITO

Gabinete do Prefeito

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Gabinete do Secretário

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

SECRETARIA DE FINANÇAS

Gabinete do Secretário

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Gabinete do Secretário

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Gabinete do Secretário

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

Parágrafo único. Os recursos orçamentários para fazer face ao presente Crédito Adicional Suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2017, apurado conforme balanço, nas seguintes fontes:

Fonte de recursos:

100000000 - Recursos Ordinários	R$ 641.834,76
130000000 – Transferências de Recursos do FETHAB	R$ 8.908,12
193000000 – Rendimento de Aplicação	R$ 234.754,61

TOTAL: .... R$ 885.497,49

Art. 3º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar até o valor de R$ 124. 854,41, os seguintes órgãos de governo e nas modalidades:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Gabinete do Secretário

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

Parágrafo único. Os recursos orçamentários para fazer face ao presente Crédito Adicional Suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2017 apurado conforme balanço, nas seguintes Fontes:

101000000 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos	R$ 53. 468,82
115000000 - Transferência de Recursos Fundo Nac do Des da Educação - FNDE	R$ 14. 155,63
118000000 - Transferências do FUNDEB 60	R$ 3. 516,58
119000000 - Transferências do FUNDEB 40	R$ 1. 434,01
122000000 - Transferências de Convênios - Educação	R$ 35. 804,22
130000000 – Transferências de recursos do FETHAB - Educação	R$ 16. 475,15

TOTAL: .... R$ 124.854,41

Art. 4º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar até o valor de R$ 1.523. 231,54, os seguintes órgãos de governo e nas modalidades:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

Parágrafo único. Os recursos orçamentários para fazer face ao presente Crédito Adicional Suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2017, apurado conforme balanço, nas seguintes Fontes:

Fonte de recursos:

102000000 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos	R$ 13. 100,72
114000000 - Transferência de Recursos Fundo Nac de Saúde - SUS (União)	R$ 893. 293,50
123000000 - Transferências de Convênios - Saúde	R$ 534. 915,07
142000000 - Transferência de Recursos Fundo Nac de Saúde - SUS (União)	R$ 81. 922,25

TOTAL: .... R$ 1.523.231,54

Art. 5º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar até o valor de R$ 777. 495,91, FONTE DE RECURSOS 324 no seguinte órgão de governo e nas modalidades:

SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA

Gabinete do Secretário

Modalidade: 4.0.00.00.00

Parágrafo único. Os recursos orçamentários para fazer face ao presente Crédito Adicional Suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2017, apurado conforme balanço, nas seguintes Fontes:

124000000 - Transferências de Convênios – não relacionados a Saúde e Educação	R$777. 495,91

TOTAL: .... R$ 777.495,91

Art. 6º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar até o valor de R$ 257. 545,22, FONTE DE RECURSOS 329, no seguinte órgão de governo e nas modalidades:

SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

Parágrafo único. Os recursos orçamentários para fazer face ao presente Crédito Adicional Suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2017, apurado conforme balanço, nas seguintes Fontes:

129000000 - Transferência de Recursos Fundo Nac de Saúde - SUS (União)	R$ 257.545,22

TOTAL: .... R$ 257.455,22

TOTAL: .... R$ 3.568.624,57

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 21 de junho de 2018.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
PORTARIA N.º 315/2018, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N.º 315/2018, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre nomeação do Articulador e Mobilizador do Núcleos de Cidadania de Adolescentes -NUCA do Selo UNICEF, visando a promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes do Municipal de Nortelândia.

O Prefeito Municipal de Nortelândia JOSSIMAR JOSE FERNANDES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando, o Termo de Adesão firmado entre a Prefeitura Municipal de Nortelândia e a UNICEF para o período de 2017-2020;

Considerando que o SELO UNICEF é uma estratégia dos Municípios, visando a promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes em todo o Brasil, que através do selo serão desenvolvidas as capacidades dos gestores municipais e atores locais, monitoradas e avaliadas por políticas públicas e o impacto da gestão municipal e da participação social na vida de meninas e meninos.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Senhor FLORINDO DE OLIVEIRA ALMEIDA, portador do CPF: 033.100.978-11, para ser o Articulador do Selo UNICEF que irá coordenar as ações, integrar e mobilizar os diversos atores sociais.

Art.2°. Nomear a Senhora FRANCIENE MORAES CARDOSO, portadora do CPF:056.417.041-05, para ser a Mobilizadora do NUCA para garantir que os meninos e as meninas do município se envolvam nas atividades propostas pelo Selo UNICEF, e que as propostas dos (as) adolescentes sejam levadas em consideração pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelas diversas instâncias do governo municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 21º dia do mês de Junho de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa, em 21 de junho de 2018.

JOSSIMAR JOSE FERNANDES

- Prefeito Municipal –

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 314/2018, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Concede progressão por tempo de serviço (Nível) o servidor municipal lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, e dá outras providências.

O Senhor ***JOSSIMAR JOSE FERNANDES***, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder progressão por tempo de serviço (Nível) o servidor abaixo relacionado, com base no Relatório Final da Comissão Municipal, constituída pela Portaria nº 167/2017, de 06 de Setembro de 2017.

Nº	SERVIDOR	CARGO	DE		PARA	
			CLASSE	NIVEL	CLASSE	NIVEL
01	Sanderson da Silva Lima	Técnico de Infraestrutura Material e Ambiental (vigia)	D	IV	D	V

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento os artigos 59 à 63 da Lei Complementar nº 155/2010, de 12/02/2010 e Lei Complementar nº 245/2012, de 02/05/2012, (Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação da Rede Pública da Educação Básica Municipal).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 15º dia do mês de junho de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa. 15.06.2018.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Sec. de Administração, Planejamento e Finanças

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018

A Pregoeira Oficial e a Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, vem, através deste, comunicar aos interessados que o Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços, com objeto: REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS , DESTINADOS AO SUPRIMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE , conforme descrito na Relação dos lotes, Anexo I do Edital. Tipo: MENOR PREÇO POR item. Data: 06 de julho de 2018. Horário: 8:30 horas. Local: Avenida Prefeito João Macauba, 82, Centro, Nortelândia-MT

- CEP: 78430-000. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no site www.nortelandia.mt.gov.br, ou na sede da Prefeitura Municipal, telefone (65) 3346-1411, ou por solicitação para o e-mail: licitacaonortelandia@hotmail.com.

Nortelândia-MT, 21 de junho de 2018.

BRUNA BEATO DE MICHELI

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 31/2018 P

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 31/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2018

Aos 21 dias do mês de Junho de 2018, de um lado o(a) MUNICIPIO DE NORTELANDIA, com sede na avenida prefeito joao macauba, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 03.425.170/0001-06, neste ato, representado pelo(a) Prefeito(a) , Sr(a). JOSSIMAR JOSE FERNANDES, brasileiro, portador do R.G. n.º 351.773SSP e inscrito no CPF nº 503.511.841-04 , residente e domiciliado na RUA ANTONIO OLIMPIO DE OLIVEIRA, bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2018, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de NORTELANDIA – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÃES) DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAL, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

-

Fornecedor LUCILIA DE LOURDES OLIVEIRA ALVES ME		CNPJ 36.877.876/0001-68
Endereço AVENIDA PREFEITO JOÃO MACAÚBA		Nº 0
Bairro CENTRO	Cidade NORTELANDIA	CEP 78430000
Representante Legal		CPF
Email		Telefone 33461897

ITEM CÓDIGODESCRIÇÃO UNID. MARCA QUANT. VL. UNIT. VL. TOTAL

1 18197 PAO DOCE UN - UNIDADE 9000,0000 0,7500 6.750,00

2 18198 PAO FRANCES	KG - QUILOGRAMA	7000,0000	12,5000 87.500,00
3 28472 PAO CARECA	UN - UNIDADE	9000,0000	0,6800 6.120,00

TOTAL 100.370,0000

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços para futuras e eventuais contratações de REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE PARA 12 (DOZE) MESES PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÃES) DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAL, destinados às Secretarias Municipais, conforme descrito no Anexo I deste Edital.

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Parágrafo Único – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Administração, através do Almoxarifado Central – Setor de Compras - no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos produtos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, que será parte integrante deste instrumento, em ordem de classificação no processo licitatório de Pregão Presencial nº. 018/2018 - SRP.

CLÁUSULA QUINTA - DO(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

Os materiais/produtos deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Nortelândia ou em outro local designado pela autoridade competente.

Parágrafo Primeiro - Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na Av. Prefeito João Macaúba, nº 82, Bairro Centro - Nortelândia/MT no Almoxarifado Central, nos dias e horários estipulados na **Ordem de Fornecimento/empenho.**

Parágrafo Segundo - O prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/empenho expedida pelo Setor de Compras do Almoxarifado da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As aquisições dos produtos registradas neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I-A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos de-

correntes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do Fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos produtos objeto desta ATA não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

XII -emitir relatório mensal dos materiais entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos produtos entregues.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I. todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II. todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Nortelândia por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Nortelândia, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de Nortelândia obriga-se a:

I. indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II. permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III. notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos;

IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

A Prefeitura Municipal de Nortelândia efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o fornecimento foi realizado a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir **nota fiscal/fatura distinta.**

Parágrafo Terceiro — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta 'ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, medi-

ante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM , se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Nortelândia, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução da entrega dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Nortelândia.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega do produto por mais de 20 (vinte) dias poderá a Prefeitura Municipal de Nortelândia, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

Parágrafo Sexto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Nortelândia;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotações orçamentárias previstas em:

0460

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II. integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial nº 018/2018** e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

III. é vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nortelândia.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Nortelândia-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Nortelândia – MT 21 de junho de 2018.

Caixa de texto: CONTRATA LUCILIA DE LOURDES OLIVEIRA ALVES ME

CONTRATANTE

Jossimar José Fernandes

Caixa de texto: TESTEMUNHA 2._____
RG: CPF:

Prefeitura Municipal de Nortelândia

Caixa de texto: TESTEMUNHA 1. _____
RG: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA Nº 223/2018

Portaria nº 223/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Servidor Municipal, **HELÁDIO MENDES DE CAMPOS MACIEL**, brasileiro, RG: 0541448-2 SSP/MT, CPF: 496.769.381-49,residente na Rua Vicente Pereira Leite, nº 600, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do **Contrato nº 037/2018 -** Locação de Imóvel para instalação e funcionamento de setores da Secretaria Municipal de Administração – Empresa SIVORI DÁBADIA ALVES **a partir de 15/06/2018**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de Junho de 2018.

.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 222/2018

Portaria nº 222/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **Marcos André Rufino Borges**, brasileiro, RG: 11175540 SSP/MT, CPF: 847.784.901-34,residente na Rua Gregório Pires de Miranda, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 222/2018** - Contrato de aquisição de gêneros alimentícios para composição da Merenda Escolar – Empresa G MANOEL DA SILVA ME, a partir de 11/06/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de junho de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 221/2018

Portaria nº 221/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural o Sr. José Carlos da Silva, brasileiro, RG: 07989245 SSP/MT, CPF: 622.599.621.49,residente na Rua Jose Mariano da Costa – nº 184 – COHAB Nova em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do **Contrato nº 035/2018** - Contratação de serviços de Programa de Capacitação pelo SEBRAE nos setores chaves para o desenvolvimento das cadeias produtivas do Município de Nossa Senhora do Livramento - Empresa SEBRAE/MT SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO a partir de 11/06/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de Junho de 2018.

.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2018. PROCESSO: 001281/2018-1.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2018.

Processo: 001281/2018-1.

Assunto: AQUISIÇÃO DE BIBLIOTECA para Educação Infantil para os alunos da rede pública municipal de ensino da educação Infantil (creche e Pre- Escola), e alfabetização (1º ao 5º ano) em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Esportes conforme especificações e condições constantes no termo de referência

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO **AQUISIÇÃO DE BIBLIOTECA para Educação Infantil para os alunos da rede pública municipal de ensino da educação Infantil (creche e Pre- Escola), e alfabetização (1º ao 5º ano) em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Esportes conforme especificações e condições constantes no termo de referência** nº.43/2018, **EMPRESA – VIZU EDI-**

TORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA CNPJ: 02.593.711/0001-42, no valor total contratado de R$ **8.196,00(oito mil cento e noventa e seis reais).**

Despesa que ocorrerá por conta das seguintes dotações orçamentárias

14 – Programa, Projeto/Atividade, Natureza da Despesa, Fonte e Valor.						
PROGRAMA	**ORIGEM Recurso**	**Projeto/Atividade**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE**	**Reduzido /Dotação**	**Valor (R$)**
Manut.encargos da educação	PRÓPRIO	2045	33.90.30	100	050016	**R$ 8.196,00**
VALOR TOTAL ESTIMADO (R$)						**R$ 8.196,00**

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ **8.196,00(oito mil cento e noventa e seis reais),** em favor **EMPRESA – VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA CNPJ: 02.593.711/0001-42,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 43/2018.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 21 de Junho de 2018

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2018

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2018.

Processo: 001281/2018-1.

Assunto: AQUISIÇÃO DE BIBLIOTECA para Educação Infantil para os alunos da rede pública municipal de ensino da educação Infantil (creche e Pre- Escola), e alfabetização (1º ao 5º ano) em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Esportes conforme especificações e condições constantes no termo de referência

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO **AQUISIÇÃO DE BIBLIOTECA para Educação Infantil para os alunos da rede pública municipal de ensino da educação Infantil (creche e Pre- Escola), e alfabetização (1º ao 5º ano) em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Esportes conforme especificações e condições constantes no termo de referência** nº.43/2018, **EMPRESA – VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA CNPJ: 02.593.711/0001-42**, no valor total contratado de R$ **8.196,00(oito mil cento e noventa e seis reais).**

Despesa que ocorrerá por conta das seguintes dotações orçamentárias

14 – Programa, Projeto/Atividade, Natureza da Despesa, Fonte e Valor.						
PROGRAMA	**ORIGEM Recurso**	**Projeto/Atividade**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE**	**Reduzido /Dotação**	**Valor (R$)**
Manut.encargos da educação	PRÓPRIO	2045	33.90.30	100	050016	**R$ 8.196,00**
VALOR TOTAL ESTIMADO (R$)						**R$ 8.196,00**

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ **8.196,00(oito mil cento e noventa e seis reais),** em favor **EMPRESA – VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA CNPJ: 02.593.711/0001-42,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 43/2018.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 21 de Junho de 2018

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N.12.2018

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N.12. 2018

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 001/2018, de 02/01/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP, cujo objeto REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual Aquisição de produtos/equipamentos de Informática, visando a demanda das Secretarias do Município de Nossa Senhora do Livramento – MT de acordo com as quantidades e especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos que será realizada no dia:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Á Partir do dia **26/06/2018** às 10:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: Á partir do dia **06/07/2018** às 09:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **06/07/2018** às 09:30 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **06/07/2018** às 10:30 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

Conforme especificado no Edital de Licitação Pregão Eletrônico SRP nº 012/2018, Processo Administrativo nº 001130/2018-1. Informamos que o Edital encontra-se disponível nos sites www.bll.org.br e https://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/. Maiores informações pelo telefone (65) 3351-1200.

Nossa Senhora do Livramento-MT., 21 de junho de 2018.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Pregoeira 01/2018

RESULTADO FINAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2018

Resultado Final do Pregão Eletrônico nº 004/2018

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, nomeada pela Portaria 001/2018, publicada no Jornal da AMM 02/01/2018, vem a público divulgar o Resultado Final do Pregão Eletrônico Nº **004/2018, processo administrativo 00417/2018**, cujo objeto é o "REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual ***aquisição de Materiais de Expediente,*** para atender as necessidades das Secretarias municipais de Nossa Senhora do Livramento/MT, de acordo com as características, quantidades e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos, teve como vencedoras as empresas: **COMPATIVEL COMERCIO MATERIAS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o **Nº 28.372.398/0001-06** com o valor total de **R$ 249.245,23**; **MARIA JOSE DOS REIS NETO - ME** inscrita no CNPJ/MF sob o **Nº 10.226.940/0001-57** com o valor total de R$ **61.183,70; LUASI PAPÉIS E LIVROS LTDA EPP** inscrita no CNPJ/MF sob o **Nº 08.371.036/0001-93** com o valor total de **R$ 14.018,00; PAPELARIA E INFORMATICA CENTRUS LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o **Nº 00.539.955/0001-11** com o valor total de **R$ 6.977,66;**

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de junho de 2018.

Leonildes Fátima da Silva Benevides

Pregoeira

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal Nº. 8.666/93 e as suas alterações o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório **nº 00417/2018**, na modalidade de Pregão Eletrônico Nº **004/2018**, cujo objeto é o "REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual ***aquisição de Materiais de Expediente,*** para atender as necessidades das Secretarias municipais de Nossa Senhora do Livramento/MT, de acordo com as características, quantidades e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos, teve como vencedoras as empresas: **COMPATIVEL COMERCIO MATERIAS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o **Nº 28.372.398/0001-06** com o valor total de **R$ 249.245,23**; **MARIA JOSE DOS REIS NETO - ME** inscrita no CNPJ/MF sob o **Nº 10.226.940/0001-57** com o valor total de R$ **61.183,70; LUASI PAPÉIS E LIVROS LTDA EPP** inscrita no CNPJ/MF sob o **Nº 08.371.036/0001-93** com o valor total de **R$ 14.018,00; PAPELARIA E INFORMATICA CENTRUS LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o **Nº 00.539.955/0001-11** com o valor total de **R$ 6.977,66;**

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de junho de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO N° 064/2018

DECRETO N° 064/2018

"Concede permissão de uso de duas salas na Rodoviária para instalação de agência bancária em prédio público municipal e dá outras providências. "

SILMAR DE SOUSA GONÇALVES, Prefeito do Município de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 96 XXIV da Lei Orgânica do Municipal

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada à MUITOFACIL ARRECADAÇÃO E RECEBIMENTO LTDA, permissão de uso de parte de bem público pertencente ao Município de Nossa Senhora do Livramento, com área de 24,94m², situada na Rodoviária Municipal, para instalação de uma Agência Bancária.

Parágrafo único. A Permissionária deverá restituir o bem assim que for solicitado, no interesse da Administração ou quando o interesse público assim o exigir.

Art. 2° A área pública objeto da presente PERMISSÃO DE USO, será utilizada para instalação de uma Agência Bancária, devendo a permissionária cumprir as seguintes condições:

I. a finalidade exclusiva do uso pela Permissionária para os fins descritos no Artigo 1° deste Decreto;

II. a proibição de ceder, emprestar ou alugar a área a terceiros;

III. a proibição de executar obras de benfeitorias permanentes na área sem a expressa concordância do Permitente;

IV. a proibição de usar o espaço para propaganda, seja de que natureza for, ressalvadas àquelas pertinentes ao seu próprio estabelecimento;

V. instalar no local equipamentos proibidos por Lei.

Art. 3º A **PERMISSÃO DE USO** ora outorgada, será a título gratuito e por prazo indeterminado, restando para a permissionária a obrigação de contribuir com a segurança e conservação das instalações da Rodoviária Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 16.06.2018.

SILMAR DE SOUSA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 226/2018

PORTARIA Nº 226/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador da Secretaria Municipal de Educação **PAULO LEITE ARAUJO**, brasileiro, RG: 542172, CPF: 393.713.791-20,residente no Sitio Santana Zona Rural em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 039/2018,** contrato de empresa especializada em prestação de serviço de manutenção Volante, preventiva, e emergencial, exclusiva dos veículos operacionais ônibus, micro ônibus, caminhões e máquinas pesadas independente de marca e categoria para atendimento da frota da Prefeitura da Secretaria Municipal de Educação, Empresa **PEDRO JOSÉ DA COSTA** a partir de 18/06/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de Junho de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

RESULTADO FINAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2018

Resultado Final do Pregão Eletrônico nº 004/2018

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, nomeada pela Portaria 001/2018, publicada no Jornal da AMM 02/01/2018, vem a público divulgar o Resultado Final do Pregão Eletrônico Nº **004/2018, processo administrativo 00417/2018**, cujo objeto é o "REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual ***aquisição de Materiais de Expediente,*** para atender as necessidades das Secretarias municipais de Nossa Senhora do Livramento/MT, de acordo com as características, quantida-

des e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos, teve como vencedoras as empresas: **COMPATIVEL COMERCIO MATERIAS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o **Nº 28.372.398/0001-06** com o valor total de **R$ 249.245,23**; **MARIA JOSE DOS REIS NETO - ME** inscrita no CNPJ/MF sob o **Nº 10.226.940/0001-57** com o valor total de R$ **61.183,70; LUASI PAPÉIS E LIVROS LTDA EPP** inscrita no CNPJ/MF sob o **Nº 08.371.036/0001-93** com o valor total de **R$ 14.018,00; PAPELARIA E INFORMATICA CENTRUS LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o **Nº 00.539.955/0001-11** com o valor total de **R$ 6.977,66;**

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de junho de 2018.

Leonildes Fátima da Silva Benevides

Pregoeira

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal Nº. 8.666/93 e as suas alterações o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório **nº 00417/2018**, na modalidade de Pregão Eletrônico Nº **004/2018**, cujo objeto é o "REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual ***aquisição de Materiais de Expediente,*** para atender as necessidades das Secretarias municipais de Nossa Senhora do Livramento/MT, de acordo com as características, quantidades e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos, teve como vencedoras as empresas: **COMPATIVEL COMERCIO MATERIAS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o **Nº 28.372.398/0001-06** com o valor total de **R$ 249.245,23**; **MARIA JOSE DOS REIS NETO - ME** inscrita no CNPJ/MF sob o **Nº 10.226.940/0001-57** com o valor total de R$ **61.183,70; LUASI PAPÉIS E LIVROS LTDA EPP** inscrita no CNPJ/MF sob o **Nº 08.371.036/0001-93** com o valor total de **R$ 14.018,00; PAPELARIA E INFORMATICA CENTRUS LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o **Nº 00.539.955/0001-11** com o valor total de **R$ 6.977,66;**

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de junho de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº: 00063/2018

DECRETO Nº: 00063/2018

O Prefeito Municipal de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal Nº 00844, de 11/12/2017

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito SUPLEMENTAR no valor de R$ 84.800,00 (OITENTA E QUATRO MIL E

OITOCENTOS REAIS), para reforço das seguintes dotações orcamentárias:	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.339039.10.122.0002.02030 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	13.500,00
07.001.339030.10.122.0002.02030 MATERIAL DE CONSUMO	1.300,00
SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA	
08.001.449051.04.122.0002.02074 OBRAS E INSTALAÇÕES	70.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÕES	**84.800,00**
Art. 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é o proveniente de: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, item II e III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme segue:	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.339030.10.122.0002.02361 MATERIAL DE CONSUMO	1.300,00
07.001.339036.10.122.0002.02030 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	7.500,00
07.001.449052.10.122.0002.02030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA	
08.001.339030.26.782.0019.02279 MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
08.001.449051.26.451.0019.02278 OBRAS E INSTALAÇÕES	40.000,00
08.001.339039.26.452.0019.02277 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	**84.800,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 12 DE JUNHO DE 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº: 00062/2018

DECRETO Nº: 00062/2018

O Prefeito Municipal de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal Nº 00844, de 11/12/2017

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito SUPLEMENTAR no valor de R$ 149.900,00 (CENTO E QUARENTA E NOVE MIL E NOVECENTOS REAIS), para reforço das seguintes dotações orcamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

05.002.339039.12.361.0010.02216 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

05.002.339039.12.361.0016.02266 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

15.000,00

134.900,00

TOTAL SUPLEMENTAÇÕES 149.900,00

Art. 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é o

proveniente de: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, item II e III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme segue:	
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.001.449051.12.361.0006.01079 OBRAS E INSTALAÇÕES	97.900,00
05.001.449051.12.365.0016.01955 OBRAS E INSTALAÇÕES	37.000,00
05.001.449051.12.365.0016.01955 OBRAS E INSTALAÇÕES	15.000,00
TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	**149.900,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 7 DE JUNHO DE 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº: 00057/2018

DECRETO Nº: 00057/2018

O Prefeito Municipal de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal Nº 00844, de 11/12/2017

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito SUPLEMENTAR no valor de R$ 240.300,00 (DUZENTOS E QUARENTA MIL E TREZENTOS REAIS), para reforço das seguintes dotações orcamentárias:	
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.002.339039.12.361.0016.02266 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	105.000,00
05.006.339039.12.361.0016.02102 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
05.001.339014.12.361.0016.02045 DIÁRIAS - CIVIL	14.000,00
05.003.339030.12.366.0011.02262 MATERIAL DE CONSUMO	8.300,00
05.003.339030.12.365.0011.02259 MATERIAL DE CONSUMO	9.500,00
05.003.339030.12.361.0011.02217 MATERIAL DE CONSUMO	14.500,00
05.003.339030.12.365.0011.02258 MATERIAL DE CONSUMO	10.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.339039.10.122.0002.02030 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA	
08.001.339039.26.451.0019.02278 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	33.500,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÕES	**240.300,00**
Art. 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é o proveniente de: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, item II e III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme segue:	
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.001.449051.12.365.0016.01955 OBRAS E INSTALAÇÕES	14.000,00
05.003.339030.12.365.0011.02261 MATERIAL DE CONSUMO	28.300,00
05.001.449051.12.361.0006.01079 OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000,00
05.006.339039.12.361.0016.02011 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
05.001.339030.12.361.0016.02045 MATERIAL DE CONSUMO	14.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.002.339039.10.302.0022.02067 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA	
08.001.339039.26.782.0019.02279 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
08.001.339030.26.452.0019.02277 MATERIAL DE CONSUMO	13.500,00
TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	**240.300,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 6 DE JUNHO DE 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 225/2018

Portaria nº 225/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador Municipal, **LUIS GONÇALO DE CAMPOS**, brasileiro, RG: 08848556 , CPF: 571.314.141-15,residente na Rua Ana Feliciana, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 039/2018,** contrato de empresa especializada em prestação de serviço de manutenção Volante, preventiva, e emergencial, exclusiva dos veículos operacionais ônibus, micro ônibus, caminhões e máquinas pesadas independente de marca e categoria para atendimento da frota da Prefeitura da Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura, Empresa **PEDRO JOSÉ DA COSTA** a partir de 18/06/2018**.**

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de Junho de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 224/2018

Portaria nº 224/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **BENEDITO BRITO ASSUNÇÃO**, brasileiro, RG: 08644071 SSP/MT, CPF: 487.973.831-04,residente na Rua Carlos Antunes em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do **Contrato nº 038/2018 -** Contratação de serviços para atender a sec. Mun. de Educação no projeto Escolinha de Atletismo - **Iracema Souza da Conceição** a partir de 15/06/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de Junho de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

DECRETO Nº: 00054/2018

DECRETO Nº: 00054/2018

O Prefeito Municipal de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal Nº 00844, de 11/12/2017

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito SUPLEMENTAR no valor de R$ 121.971,08 (CENTO E VINTE E HUM MIL E

NOVECENTOS E SETENTA E HUM REAIS E OITO CENTAVOS), para reforço das seguintes dotações orcamentárias:	
SECRETARIA DE ADM, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
04.008.339093.04.122.0002.02089 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.002.339039.12.361.0016.02266 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
05.002.339039.12.361.0010.02216 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13.000,00
05.001.339014.12.361.0016.02045 DIÁRIAS - CIVIL	3.000,00
SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA	
08.001.339014.04.122.0002.02074 DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00
08.001.339039.04.122.0002.02074 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	96.471,08
TOTAL SUPLEMENTAÇÕES	**121.971,08**
Art. 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é o proveniente de: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, item II e III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme segue:	
SECRETARIA DE ADM, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
04.008.339033.04.122.0002.02089 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	

05.001.339030.12.361.0016.02045 MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
05.001.339035.12.361.0016.02045 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	13.000,00
05.007.339030.12.365.0006.01999 MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA	
08.001.339036.04.122.0002.02074 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
08.003.339030.17.512.0005.01941 MATERIAL DE CONSUMO	51.471,08
08.001.339039.15.451.0019.02287 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	45.000,00

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	**121.971,08**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 4 DE JUNHO DE 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO ESPECIAL N° 49/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 49/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Valdir Pereira Dos Santos, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1062/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64.

DECRETA

Artigo 1.o - Fica aberto no Orçamento do Municipio um Credito Adicional Especial, destinado exclusivamente a realização de despesas descritas abaixo:

05.001-GABINETE DO SECRETARIO

05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.46.00.00.00 AUXILIO-ALIMENTACAO	R$ 8.400,00

Sub-Total:R$ 8.400,00

Total Credito Especial Sumplementado: R$ 8.400,00

Artigo 2.o - Para fazer face as Suplementações consignadas no artigo anterior serão anuladas as Dotações Orçamentárias descritas abaixo, conforme artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 :

05.001-GABINETE DO SECRETARIO

05.001.10.301.0005.2022.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais	R$ 8.400,00

Sub-Total:R$ 8.400,00

Total Credito Especial Reduzido: R$ 8.400,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 04 de Abril de 2018.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETONº 084/2018

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO 076/2018.

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o PAD nº 03/2017 que deu ensejo ao decreto nº 076/2018, de 07 de junho de 2018, que demitiu a servidora Narjara Aline Braz da Silva;

Considerando a decisão liminar judicial do processo nº 1095-76.2018. 811.0091 que deferiu o suspensão dos efeitos do decreto nº 076/2018.

Decreta: Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 076, de 07 de junho de 2018, que dispõe sobre a demissão da servidora Narjara Aline Braz da Silva.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Bandeirantes - MT, 21 de junho de 2018.

Valdir Pereira dos Santos

Prefeitura de Nova Bandeirantes

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO SUPLEMENTAR N° 22/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 03.368.382/2000-17
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 22/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 104/42017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um credido adicional suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 428.000,00 (Quatrocentos e Vinte e Oito Mil reais) para reforco das seguintes dotacoes orcamentarias:

03.001-GABINETE DO SECRETARIO

03.001.04.122.0003.2005.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 6.000,00
03.001.04.122.0003.2005.3.3.9.0.92.00.00.00|100000000 Despesas de Exercicios Anteriores	R$ 107.135,00
	Sub-Total:R$ 113.135,00

04.001-GABINETE DO SECRETARIO

04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.33.00.00.00|101000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 1.400,00
04.001.12.367.0006.2115.3.3.5.0.41.00.00.00|101000000 Contribuicoes	R$ 68.000,00
04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 4.000,00
	Sub-Total:R$ 73.400,00

04.002-DEPARTAMENTO DE EDUCACAO

04.002.12.361.0006.1079.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 Obras e Instalacoes	R$ 44.600,00
	Sub-Total:R$ 44.600,00

04.004-FUNDEB 40

04.004.12.361.0018.2080.3.3.9.0.30.00.00.00|119000000 Material de Consumo	R$ 8.500,00
04.004.12.361.0018.2080.3.3.9.0.39.00.00.00|119000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 1.000,00
04.004.12.361.0018.2080.3.3.9.0.14.00.00.00|119000000 Diarias - Civil	R$ 2.265,00
04.004.12.361.0018.2080.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 118.300,00
	Sub-Total:R$ 130.065,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO

05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 2.000,00
	Sub-Total:R$ 2.000,00

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.10.301.0020.2122.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 2.000,00
	Sub-Total:R$ 2.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 03.368.382/2000-17
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 22/2018

07.001-GABINETE DO SECRETARIO

07.001.04.123.0004.2032.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 Servicos de Consultoria	R$ 32.600,00

Sub-Total:R$ 32.600,00

07.002-DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E TESOURARIA

07.002.04.123.0025.2034.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 6.200,00

Sub-Total:R$ 6.200,00

08.001-GABINETE DO SECRETARIO

08.001.26.782.0013.2073.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 7.000,00
08.001.26.782.0013.2073.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 8.000,00

08.002-DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

08.002.15.452.0013.2135.3.3.9.0.30.00.00.00|117000000 Material de Consumo	R$ 16.000,00

Sub-Total:R$ 16.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 428.000,00

Art 2 - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serao utilizados os recursos provenientes de anulacoes das seguintes dotacoes orcamentarias

02.003-ASSESSORIA JURIDICA

02.003.03.062.0016.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 20.000,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO

03.001.04.122.0003.2005.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 20.000,00
03.001.04.122.0003.2005.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 40.000,00

04.001-GABINETE DO SECRETARIO

04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 30.000,00
04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 Material de Consumo	R$ 31.000,00

Sub-Total:R$ 61.000,00

04.002-DEPARTAMENTO DE EDUCACAO

04.002.12.361.0006.2180.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 Obrigacoes Patronais	R$ 50.000,00

Sub-Total:R$ 50.000,00

07.001-GABINETE DO SECRETARIO

07.001.28.843.0004.1147.4.6.9.0.71.00.00.00|100000000 Proncipal da Divida Contratual Resgatado	R$ 119.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 03.368.382/2000-17
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 22/2018

07.001.28.843.0004.1147.3.2.9.0.21.00.00.00|100000000 Juros Sobre a Divida Por Contrato	R$ 13.000,00
Sub-Total:	**R$ 132.000,00**

08.003-DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIARIO

08.003.26.782.0032.2148.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 100.000,00
Sub-Total:	**R$ 100.000,00**

12.002-DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER

12.002.27.812.0009.2132.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 10.000,00
12.002.27.812.0009.2019.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 10.000,00
12.002.27.812.0009.2132.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
Sub-Total:	**R$ 25.000,00**
Total Parcial Reduzido:	**R$ 428.000,00**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 01 de Marco de 2018.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO SUPLEMENTAR N° 16/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 03.368.382/2000-17
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 16/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 104/72018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um credido adicional suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 1.140.000,00 (Um milhao cento e quarenta mil reais) para reforco das seguintes dotacoes orcamentarias:

08.003-DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIARIO

08.003.26.782.0013.1076.4.4.9.0.52.00.00.00|130000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 1.140.000,00

Sub-Total:R$ 1.140.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 1.140.000,00

Art 2 - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serao utilizados os recursos provenientes de anulacoes das seguintes dotacoes orcamentarias

08.001-GABINETE DO SECRETARIO

08.001.26.782.0013.2073.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 250.000,00
08.001.26.782.0013.2073.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 Obrigacoes Patronais	R$ 17.000,00
08.001.26.782.0013.2073.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 Contratacoes por Tempo Determinado	R$ 200.000,00
08.001.26.782.0013.2073.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 73.000,00

Sub-Total:R$ 540.000,00

08.002-DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

08.002.15.452.0013.2008.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 Contratacoes por Tempo Determinado	R$ 100.000,00

Sub-Total:R$ 100.000,00

08.003-DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIARIO

08.003.26.782.0032.2147.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 300.000,00
08.003.26.782.0032.2147.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 Material de Consumo	R$ 200.000,00

Sub-Total:R$ 500.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 1.140.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 03.368.382/2000-17
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 16/2018

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 12 de Fevereiro de 2018.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO SUPLEMENTAR 13/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 03.368.382/2000-17
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 13/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 104/42017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um credido adicional suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) para reforco das seguintes dotacoes orcamentarias:

03.001-GABINETE DO SECRETARIO

03.001.04.122.0003.2005.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 7.000,00
Sub-Total:	**R$ 7.000,00**

04.001-GABINETE DO SECRETARIO

04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.33.00.00.00|101000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 701,00
Sub-Total:	**R$ 701,00**

04.002-DEPARTAMENTO DE EDUCACAO

04.002.12.361.0006.1079.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 Obras e Instalacoes	R$ 17.000,00
Sub-Total:	**R$ 17.000,00**

04.004-FUNDEB 40

04.004.12.361.0018.2080.3.3.9.0.39.00.00.00|119000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 4.099,00
04.004.12.361.0018.2080.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 7.000,00
Sub-Total:	**R$ 11.099,00**

05.001-GABINETE DO SECRETARIO

05.001.10.301.0005.2022.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 Contratacoes por Tempo Determinado	R$ 40.000,00
05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 8.000,00
05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.33.00.00.00|102000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 2.000,00
Sub-Total:	**R$ 50.000,00**

06.001-GABINETE DO SECRETARIO

06.001.20.606.0007.2025.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 1.200,00
06.001.20.606.0007.2025.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 700,00
Sub-Total:	**R$ 1.900,00**

07.001-GABINETE DO SECRETARIO

07.001.04.123.0004.2032.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 Servicos de Consultoria	R$ 32.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 03.368.382/2000-17
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 13/2018

Sub-Total:R$ 32.000,00

08.002-DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

08.002.15.452.0013.2008.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 500,00

Sub-Total:R$ 500,00

10.001-GABINETE DO SECRETARIO

10.001.04.122.0028.2103.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 3.000,00
10.001.04.122.0028.2103.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 800,00

Sub-Total:R$ 3.800,00

11.001-GABINETE DO SECRETARIO

11.001.04.122.0003.2100.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 1.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 125.000,00

Art 2 - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serao utilizados os recursos provenientes de anulacoes das seguintes dotacoes orcamentarias

04.003-FUNDEB 60

04.003.12.365.0018.2078.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 10.000,00
04.003.12.365.0018.2078.3.1.9.0.04.00.00.00|118000000 Contratacoes por Tempo Determinado	R$ 25.000,00

Sub-Total:R$ 35.000,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO

05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.35.00.00.00|102000000 Servicos de Consultoria	R$ 15.000,00

Sub-Total:R$ 15.000,00

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.10.302.0021.2145.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 5.000,00
05.002.10.301.0020.1143.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 Obras e Instalacoes	R$ 10.000,00
05.002.10.302.0021.2123.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 Obrigacoes Patronais	R$ 20.000,00
05.002.10.301.0020.2126.3.1.9.0.11.00.00.00|114000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 45.000,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO

06.001.20.601.0007.1139.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 10.000,00
06.001.20.606.0007.2025.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 20.000,00

06.003-DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO

06.003.17.512.0012.2024.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 Indenizacoes e Restituicoes	R$ 10.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 03.368.382/2000-17
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 13/2018

Sub-Total:R$ 10.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 125.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 01 de Fevereiro de 2018.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO SUPLEMENTAR 4/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 03.368.382/2000-17
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 4/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 104/42017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um credido adicional suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 997.000,00 (novecentos e noventa e sete mil reais) para reforco das seguintes dotacoes orcamentarias:

02.002-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

02.002.04.124.0031.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 20.000,00
02.002.04.124.0031.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 500,00
	Sub-Total:R$ 20.500,00

02.003-ASSESSORIA JURIDICA

02.003.03.062.0016.2003.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 8.000,00
02.003.03.062.0016.2003.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 10.000,00
02.003.03.062.0016.2003.3.1.9.0.91.00.00.00|100000000 Sentencas Judiciais	R$ 11.500,00
02.003.03.062.0016.2003.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 Obrigacoes Patronais	R$ 900,00
	Sub-Total:R$ 30.400,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO

03.001.04.122.0003.2005.3.3.9.0.92.00.00.00|100000000 Despesas de Exercicios Anteriores	R$ 66.700,00
	Sub-Total:R$ 66.700,00

04.001-GABINETE DO SECRETARIO

04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.33.00.00.00|101000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 905,52
04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 15.000,00
	Sub-Total:R$ 15.905,52

04.004-FUNDEB 40

04.004.12.361.0018.2080.3.3.9.0.30.00.00.00|119000000 Material de Consumo	R$ 96.000,00
	Sub-Total:R$ 96.000,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO

05.001.10.301.0005.2022.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 Contratacoes por Tempo Determinado	R$ 30.000,00
05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.33.00.00.00|102000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 1.700,00
05.001.10.301.0005.2022.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 Obrigacoes Patronais	R$ 18.100,00
05.001.10.301.0005.2022.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 68.700,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 03.368.382/2000-17
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 4/2018

05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 15.000,00
05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 100.000,00
05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 10.000,00
05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.92.00.00.00|102000000 Despesas de Exercicios Anteriores	R$ 3.050,00
	Sub-Total:R$ 246.550,00

07.001-GABINETE DO SECRETARIO

07.001.04.123.0004.2032.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 1.000,00
07.001.04.123.0004.2032.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 Servicos de Consultoria	R$ 190.000,00
07.001.04.123.0015.1068.4.6.9.0.71.00.00.00|100000000 Proncipal da Divida Contratual Resgatado	R$ 80.344,48
	Sub-Total:R$ 271.344,48

07.002-DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E TESOURARIA

07.002.04.123.0025.2034.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 7.000,00
	Sub-Total:R$ 7.000,00

08.001-GABINETE DO SECRETARIO

08.001.26.782.0013.2073.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 172.000,00
	Sub-Total:R$ 172.000,00

08.002-DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

08.002.15.452.0013.2135.3.3.9.0.30.00.00.00|117000000 Material de Consumo	R$ 3.000,00
08.002.15.451.0013.1091.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 500,00
	Sub-Total:R$ 3.500,00

09.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.002.08.244.0011.2139.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 45.000,00
	Sub-Total:R$ 45.000,00

10.001-GABINETE DO SECRETARIO

10.001.04.122.0028.2103.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 3.000,00
	Sub-Total:R$ 3.000,00

12.002-DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER

12.002.27.812.0009.2132.3.3.9.0.92.00.00.00|100000000 Despesas de Exercicios Anteriores	R$ 19.100,00
	Sub-Total:R$ 19.100,00
	Total Parcial Suplementado: R$ 997.000,00

Art 2 - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serao utilizados os recursos provenientes de anulacoes das seguintes dotacoes orcamentarias

02.001-GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 03.368.382/2000-17
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 4/2018

02.001.04.122.0002.2002.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 10.000,00
02.001.04.122.0002.2002.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 20.000,00
	Sub-Total:R$ 30.000,00

02.003-ASSESSORIA JURIDICA

02.003.03.062.0016.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 25.000,00
	Sub-Total:R$ 25.000,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO

03.001.04.122.0003.2005.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 50.000,00
	Sub-Total:R$ 50.000,00

03.002-DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

03.002.04.128.0014.2084.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 20.000,00
	Sub-Total:R$ 20.000,00

04.001-GABINETE DO SECRETARIO

04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 25.000,00
04.001.12.361.0006.2012.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 20.000,00
04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 Material de Consumo	R$ 100.000,00
	Sub-Total:R$ 145.000,00

04.002-DEPARTAMENTO DE EDUCACAO

04.002.12.361.0006.2180.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 100.000,00
	Sub-Total:R$ 100.000,00

04.003-FUNDEB 60

04.003.12.361.0018.2079.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 105.000,00
	Sub-Total:R$ 105.000,00

04.004-FUNDEB 40

04.004.12.365.0018.2081.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 25.000,00
	Sub-Total:R$ 25.000,00

04.005-TRANSPORTE ESCOLAR

04.005.12.361.0006.2117.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 25.000,00
04.005.12.361.0006.1084.4.4.9.0.52.00.00.00|115000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 25.000,00
	Sub-Total:R$ 50.000,00

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.10.302.0021.2123.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 Contratacoes por Tempo Determinado	R$ 25.000,00
05.002.10.302.0021.2123.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 40.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 03.368.382/2000-17
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 4/2018

05.002.10.301.0020.2126.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 10.000,00
05.002.10.302.0021.2145.3.3.9.0.33.00.00.00|102000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 30.000,00
05.002.10.301.0020.1143.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 10.000,00
05.002.10.301.0020.2122.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 50.000,00
05.002.10.301.0020.2125.3.3.9.0.32.00.00.00|102000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 20.000,00
05.002.10.301.0020.2122.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 50.000,00
	Sub-Total:R$ 235.000,00

07.001-GABINETE DO SECRETARIO

07.001.28.843.0004.1147.4.6.9.0.71.00.00.00|100000000 Proncipal da Divida Contratual Resgatado	R$ 90.000,00
07.001.04.123.0004.2032.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 Contratacoes por Tempo Determinado	R$ 20.000,00
	Sub-Total:R$ 110.000,00

08.001-GABINETE DO SECRETARIO

08.001.26.782.0013.2073.3.3.9.0.04.00.00.00|100000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 10.000,00
	Sub-Total:R$ 10.000,00

08.002-DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

08.002.15.451.0032.2146.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 Obras e Instalacoes	R$ 20.000,00
08.002.15.451.0032.2146.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 10.000,00
08.002.15.451.0013.1016.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalacoes	R$ 9.000,00
08.002.15.451.0013.1016.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 Obras e Instalacoes	R$ 6.000,00
08.002.15.451.0013.1145.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 Obras e Instalacoes	R$ 20.000,00
	Sub-Total:R$ 65.000,00

12.002-DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER

12.002.27.812.0009.2132.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 2.000,00
12.002.27.812.0009.2132.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 15.000,00
12.002.27.812.0009.2132.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 10.000,00
	Sub-Total:R$ 27.000,00
	Total Parcial Reduzido: R$ 997.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 03.368.382/2000-17
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 4/2018

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 02 de Janeiro de 2018.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2018

CONTRATADO: ALLIANCE CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA

CNPJ: 22.754.518/0001-53

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DO PROCESSO TÉCNICO (PSCIP - É UM PLANO DE SEGURANÇA CONTRA IN-**

CÊNDIO E PÂNICO CRIADO PELO CORPO BOMBEIROS, E EXIGIDO PARA QUALQUER IMÓVEL A FINS DE PROPORCIONAR MAIOR SEGURANÇA AS PESSOAS) PARA O GINÁSIO DE ESPORTE EM NOVA BANDEIRANTES.

VALOR GLOBAL:R$ R$ 12.000,00 (doze mil reais)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2018

CONTRATADO: P. A DE LARA – ME

CNPJ: 10.578.033/0001-77

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE **BANDA SHOW, PARA O 26º BAILE DA RAINHA DO CAFÉ QUE SE REALIZARÁ NO DIA 04 DE AGOSTO DE 2018**, NO GINÁSIO DE ESPORTES MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT.

VALOR GLOBAL:R$ 17.000,00 (dezessete mil reais)

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 025/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS,** torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n. **025/2018, cujo OBJETO é o "registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de borracharia e concertos, montagens e troca de pneus para prefeitura municipal de Nova Bandeirantes/mt,** ***para uso de diversas secretarias do município de Nova Bandeirantes-MT".***

SAGROU-SE vencedoraa empresa:

Sociedade/Empresária	CNPJ:	VALOR GLOBAL
R.S DOS SANTOS & CIA LTDA-ME	13.364.507/0001-76	R$ 112.336,00

Nova Bandeirantes/MT 21 de junho de 2018.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 025/2018

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n. º **025/2018, cujo OBJETO registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de borracharia e concertos, montagens e troca de pneus para prefeitura municipal de Nova Bandeirantes/ MT**SAGRARAM-SE vencedorasas empresas ***R.S DOS SANTOS & CIA LTDA*** **– CNPJ: 13.364.507/0001-76R$ 112.336,00 (cento e doze mil trezentos e trinta e seis reais,**

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO ESPECIAL N° 51/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 51/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Valdir Pereira Dos Santos, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1061/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64.

DECRETA

Artigo 1.o - Fica aberto no Orçamento do Municipio um Credito Adicional Especial, destinado exclusivamente a realização de despesas descritas abaixo:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.131.0002.2183.3.3.5.0.43.00.00.00 SUBVENCOES SOCIAIS	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 20.000,00

Total Credito Especial Suplementado: R$ 20.000,00

Artigo 2.o - Para fazer face as Suplementações consignadas no artigo anterior serão anuladas as Dotações Orçamentárias descritas abaixo, conforme artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 :

02.003-ASSESSORIA JURIDICA

02.003.03.062.0016.2003.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 20.000,00

Total Credito Especial Reduzido: R$ 20.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 04 de Abril de 2018.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO SUPLEMENTAR N° 44/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 03.368.382/2000-17
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 44/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 104/42017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um credido adicional suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 340.000,00 (Trezentos e quarenta mil reais) para reforco das seguintes dotacoes orcamentarias:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2002.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 271,21
Sub-Total:	**R$ 271,21**

02.002-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

02.002.04.124.0031.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 25.000,00
Sub-Total:	**R$ 25.000,00**

02.003-ASSESSORIA JURIDICA

02.003.03.062.0016.2003.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 9.000,00
Sub-Total:	**R$ 9.000,00**

03.001-GABINETE DO SECRETARIO

03.001.04.122.0003.2005.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 6.000,00
Sub-Total:	**R$ 6.000,00**

04.001-GABINETE DO SECRETARIO

04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.33.00.00.00|101000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 1.000,00
Sub-Total:	**R$ 1.000,00**

04.004-FUNDEB 40

04.004.12.361.0018.2080.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 117.000,00
Sub-Total:	**R$ 117.000,00**

05.001-GABINETE DO SECRETARIO

05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 5.700,00
05.001.10.302.0005.2127.3.3.5.0.41.00.00.00|102000000 Contribuicoes	R$ 6.200,00
05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.33.00.00.00|102000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 1.000,00
05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 800,00
Sub-Total:	**R$ 13.700,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 03.368.382/2000-17
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 44/2018

07.001-GABINETE DO SECRETARIO

07.001.04.123.0004.2032.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 200,00
07.001.04.123.0004.2032.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 Servicos de Consultoria	R$ 36.000,00
07.001.28.843.0004.1147.4.6.9.0.71.00.00.00|100000000 Proncipal da Divida Contratual Resgatado	R$ 9.000,00
07.001.04.123.0004.2032.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 46.200,00

08.001-GABINETE DO SECRETARIO

08.001.26.782.0013.2073.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 25.728,79
08.001.26.782.0013.2073.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 1.000,00
08.001.26.782.0013.1131.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalacoes	R$ 36.600,00
08.001.26.782.0013.2073.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 12.000,00

Sub-Total:R$ 75.328,79

09.001-GABINETE DO SECRETARIO

09.001.08.244.0011.1023.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 3.600,00

Sub-Total:R$ 3.600,00

09.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.002.08.244.0011.2141.4.4.9.0.52.00.00.00|129000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 4.300,00

Sub-Total:R$ 4.300,00

11.001-GABINETE DO SECRETARIO

11.001.04.122.0003.2100.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 500,00
11.001.04.122.0003.2100.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 600,00

Sub-Total:R$ 1.100,00

12.003-DEPARTAMENTO DE CULTURA E JUVENTUDE

12.003.13.392.0010.2093.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 37.500,00

Sub-Total:R$ 37.500,00

Total Parcial Suplementado: R$ 340.000,00

Art 2 - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serao utilizados os recursos provenientes de anulacoes das seguintes dotacoes orcamentarias

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2002.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 5.000,00
02.001.04.122.0002.2002.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 25.000,00

02.002-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

02.002.04.124.0031.2107.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 8.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 03.368.382/2000-17
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 44/2018

	Sub-Total:R$ 8.000,00

02.003-ASSESSORIA JURIDICA

02.003.03.062.0016.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 20.000,00
	Sub-Total:R$ 20.000,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO

03.001.04.122.0003.2005.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 10.000,00
03.001.04.122.0003.2005.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 20.000,00
03.001.04.122.0003.2005.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 Obrigacoes Patronais	R$ 10.000,00
	Sub-Total:R$ 40.000,00

04.001-GABINETE DO SECRETARIO

04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 15.000,00
04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 Material de Consumo	R$ 30.000,00
04.001.12.361.0006.2012.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 15.000,00
04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.04.00.00.00|101000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 20.000,00
	Sub-Total:R$ 80.000,00

04.002-DEPARTAMENTO DE EDUCACAO

04.002.12.361.0006.2014.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 20.000,00
04.002.12.361.0006.2014.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
04.002.12.361.0006.1032.4.4.9.0.52.00.00.00|125000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 5.000,00
04.002.12.361.0006.1081.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 35.000,00

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.10.302.0021.2123.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 Contratacoes por Tempo Determinado	R$ 10.000,00
05.002.10.301.0020.2126.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 5.000,00
05.002.10.301.0020.1144.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 Obras e Instalacoes	R$ 5.000,00
05.002.10.301.0020.2125.3.3.9.0.32.00.00.00|102000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 10.000,00
05.002.10.301.0020.2126.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 35.000,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO

06.001.20.606.0007.2025.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 5.000,00
06.001.20.606.0007.1057.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 Obras e Instalacoes	R$ 5.000,00
06.001.20.601.0007.1139.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 2.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 03.368.382/2000-17
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 44/2018

06.001.20.601.0007.1139.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 2.500,00
Sub-Total:	**R$ 15.000,00**

07.003-DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO

07.003.04.125.0025.2035.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 Contratacoes por Tempo Determinado	R$ 10.000,00
07.003.04.125.0025.1072.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 5.000,00
Sub-Total:	**R$ 15.000,00**

08.001-GABINETE DO SECRETARIO

08.001.26.782.0013.2073.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 Contratacoes por Tempo Determinado	R$ 15.000,00
Sub-Total:	**R$ 15.000,00**

08.003-DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIARIO

08.003.26.782.0032.2148.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 Obras e Instalacoes	R$ 10.000,00
08.003.26.782.0013.1075.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 5.000,00
Sub-Total:	**R$ 15.000,00**

09.001-GABINETE DO SECRETARIO

09.001.08.243.0011.2038.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 8.000,00
Sub-Total:	**R$ 8.000,00**

09.003-FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E A

09.003.08.243.0011.2037.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 9.000,00
Sub-Total:	**R$ 9.000,00**

11.004-ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO

11.004.24.131.0002.2114.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 10.000,00
11.004.24.131.0026.2077.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 10.000,00
Sub-Total:	**R$ 20.000,00**
Total Parcial Reduzido:	**R$ 340.000,00**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 02 de Abril de 2018.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO ESPECIAL N° 38/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 38/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Valdir Pereira Dos Santos, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1057/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64.

DECRETA

Artigo 1.o - Fica aberto no Orçamento do Municipio um Credito Adicional Especial, destinado exclusivamente a realização de despesas descritas abaixo:

09.001-GABINETE DO SECRETARIO

09.001.08.241.0011.2181.3.3.5.0.41.00.00.00 Contribuicoes	R$ 40.000,00

Sub-Total:R$ 40.000,00

Total Credito Especial Suplementado: R$ 40.000,00

Artigo 2.o - Para fazer face as Suplementações consignadas no artigo anterior serão anuladas as Dotações Orçamentárias descritas abaixo, conforme artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 :

09.001-GABINETE DO SECRETARIO

09.001.08.243.0011.2038.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 40.000,00

Sub-Total:R$ 40.000,00

Total Credito Especial Reduzido: R$ 40.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 23 de Marco de 2018.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO ESPECIAL N° 37/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 37/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Valdir Pereira Dos Santos, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1059/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64.

DECRETA

Artigo 1.o - Fica aberto no Orçamento do Municipio um Credito Adicional Especial, destinado exclusivamente a realização de despesas descritas abaixo:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.06.181.0019.2182.3.3.5.0.41.00.00.00 Contribuicoes	R$ 30.000,00

Sub-Total:R$ 30.000,00

Total Credito Especial Suplementado: R$ 30.000,00

Artigo 2.o - Para fazer face as Suplementações consignadas no artigo anterior serão anuladas as Dotações Orçamentárias descritas abaixo, conforme artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 :

02.003-ASSESSORIA JURIDICA

02.003.03.062.0016.2003.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 30.000,00

Sub-Total:R$ 30.000,00

Total Credito Especial Reduzido: R$ 30.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 23 de Marco de 2018.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO ESPECIAL N° 36/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 62, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 36/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Valdir Pereira Dos Santos, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1058/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64.

DECRETA

Artigo 1.o - Fica aberto no Orçamento do Municipio um Credito Adicional Especial, destinado exclusivamente a realização de despesas descritas abaixo:

06.001-GABINETE DO SECRETARIO

06.001.20.608.0007.1148.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente	R$ 487.500,00

Sub-Total:R$ 487.500,00

Total Credito Especial Sumplementado: R$ 487.500,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 23 de Marco de 2018.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

LEI Nº 720/2018 "DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CEDER, MEDIANTE TERMO DE CESSÃO DE USO, KITS DE IRRIGAÇÃO PACTUADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEI Nº 720/2018

"**DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CEDER, MEDIANTE TERMO DE CESSÃO DE USO, KITS DE IRRIGAÇÃO PACTUADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Nova Brasilândia - MT, usando de suas atribuições legais. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder mediante Termo de Cessão de Uso, 25 (vinte e cinco) kits de irrigação familiar por gotejamento e 25 (vinte e cinco) caixas d'água de polietileno com capacidade de armazenamento de 500 litros com tampa.

Art. 2º - Os Kits de irrigação familiar por gotejamento e caixas d'água são de propriedade do Estado, e foram recebidos pelo município de Nova Brasilândia-MT por meio do Termo de Cessão de Uso, por intermédio da Superintendência Federal de Agricultura do Estado de Mato Grosso – SFA.

Art. 3º No decorrer da vigência do Termo de Cessão de Uso a ser firmado com os Produtores Rurais, ficarão os cessionários obrigados a utilizar o bem cedido, segundo sua natureza e destinação, respondendo por perdas e danos, inclusive contra terceiros, empregando todo zelo na guarda, manutenção e conservação, efetuando todos os reparos necessários por sua própria e inteira responsabilidade.

Parágrafo Único: O Termo de Cessão de Uso disciplinará a utilização do bem cedido, bem como a responsabilidade do cessionário quanto a devolução, sua data de vigência e condições de rescisão.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Brasilândia – MT, 19 de Junho de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LEI N.º 722/2018 "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PARTICIPAR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA REGIÃO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEI N.º 722/2018

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PARTICIPAR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA REGIÃO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A SENHORA MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Nova Brasilândia – MT, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ela promulgou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover a participação do Município de Nova Brasilândia/MT no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul, ratificando o Protocolo de Intenção assinado em 11/11/2005 e publicado no DOE do dia 05/12/2005, para sua consecução nos seguintes termos: Protocolo para Constituição do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul. Os Municípios de Campo Verde, Dom Aquino, Paranatinga, Pedra Preta, Guiratinga, Jaciara, Juscimeira, São Pedro da Cipa, São José do Povo, Poxoréo, Primavera do Leste, Rondonópolis, Tesouro e Santo Antônio do Leste, nas pessoas de seus respectivos Prefeitos, reconhecendo a importância da adoção de política integrada voltada para a melhoria de qualidade de vida de suas populações e do desenvolvimento urbano, econômico e social; resolvem celebrar o presente Protocolo de Intenções para a constituição do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul consubstanciado no seguinte:

CAPITULO I

DA CONSTITUIÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º O presente consórcio constituir-se-á, sob a forma de Pessoa jurídica de direito privado, Sociedade civil sem fins lucrativos, sendo regido pela Constituição Federal, pelo Código Civil Brasileiro, pela Constituição Estadual e pela Lei Federal nº 11.107 de 2005 que dispõe sobre a norma geral de contratação de consórcio público.

Art. 2º. O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul tem por finalidade a congregação de esforços, visando o planejamento, a coordenação e a execução de atividades de interesse comum dos consorciados.

Art. 3º. A área de atuação do Consórcio será a da totalidade das superfícies dos municípios consorciados.

Art. 4º. A sede do Consórcio de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul será em um dos municípios consorciados, sendo no primeiro período a sede na cidade onde o Prefeito for eleito Presidente do Consórcio.

Art. 5º. Caberá ao município que sediar o consórcio dotar o mesmo da infraestrutura que for necessária para a implementação das atividades iniciais do consórcio.

Art. 6º. A duração do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul será por tempo indeterminado.

Art. 7º. O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul, poderá representar seus consorciados em assuntos de interesse comum e de caráter sócio-econômico e ambiental perante qualquer entidade de direito público, privado ou internacional.

CAPÍTULO II

DA PARTICIPAÇÃO DOS CONSORCIADOS

Art. 8º. Os municípios signatários se comprometem a participar dos atos institucionais e implementares da presente minuta para a constituição do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul.

Art. 9º. Contribuir para a implantação e desenvolvimento de Consórcio Intermunicipal, nos termos de sua Lei Municipal autorizativa.

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLÉIA GERAL E DAS ELEIÇÕES

Art. 10. A Assembleia Geral é o órgão soberano do consórcio e suas decisões são irrecorríveis.

Art. 11. As Assembleias Gerais deliberarão com a presença da maioria simples de seus filiados, ou seja, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), mais um, dos filiados do consórcio.

Art. 12. As normas para a convocação e funcionamento da assembleia geral, inclusive para elaboração, aprovação e modificação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul são as dispostas no Regimento Interno.

Art. 13. Cada ente consorciado possui na assembleia geral direito a 1 (um) voto, sendo vetado o voto por procuração.

Art. 14. A eleição para a Presidência do Consórcio dar-se-á entre os prefeitos dos municípios consorciados, sendo eleito aquele que obter a maioria simples dos votos de seus filiados.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 15. A estrutura organizacional do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul, compor-se-á por um Conselho Deliberativo, um Conselho Fiscal, uma Secretaria Executiva, pelas Câmaras Técnicas e pelo Grupo de Apoio Administrativo.

Art. 16. A secretaria Executiva poderá providencias a contratação do pessoal necessário para suprir as necessidades do consórcio.

Art. 17. Grupo de Apoio Administrativo da Secretaria Executiva é o setor responsável pelo desenvolvimento das ações do consórcio.

Art. 18. Poderá ser solicitados aos Municípios conveniados a solicitação de funcionários, com ônus, conforme a necessidade para o desenvolvimento dos trabalhos do Consórcio.

Art. 19. Para compor a Câmara Técnica a Secretaria Executiva poderá solicitar entre os conveniados a disponibilidade de técnicos de seus quadros, para prestarem serviço ao consórcio.

Art. 20. A remuneração dos funcionários do consórcio será determinada pelo plano de salários e benefícios do consórcio, sendo estes regidos pelo regime celetista.

Art. 21. A organização e o funcionamento do Consórcio Intermunicipal de

Desenvolvimento da Região Sul será o disposto em seu Estatuto e Regimento Interno.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 22. Este Protocolo entrará em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

Art. 23. Os Municípios que, pelos seus representantes legais, subscreverem o presente Protocolo, reunir-se-ão especificamente, sempre que necessário para dar tratamento executivo e gerencial de seus termos. E, por assim estarem de pleno acordo com tudo o que aqui se convenciona, as partes celebram e assinam o presente Protocolo para que surtam os devidos e necessários efeitos de direito.

Art. 24. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir crédito especial, no valor de R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) no orçamento atual, para atender despesas iniciais decorrentes da execução da presente Lei;

II - suplementar, se necessário, o valor referido de que trata o inciso anterior, devendo consigná-lo nos orçamentos futuros e em dotações próprias para esta finalidade.

Art. 25. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, destinando 0,3% do FPM ao contrato de rateio do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul, de acordo com o que dispõe o art. 8º da Lei 11.107/05.

Parágrafo único - A consignação do percentual mencionando no caput deste artigo deverá ser efetivada nas Leis Orçamentárias futuras, sob pena das medidas previstas no § 5º do art. 8º da Lei 11.107/05.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Brasilândia - MT, 19 de Junho de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LEI N.º 725/2018 "DISPÕE SOBRE O PROGRAMA "CIDADE INTELIGENTE CALÇADA CIDADÃ" DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.".

LEI N.º 725/2018

"DISPÕE SOBRE O PROGRAMA "CIDADE INTELIGENTE CALÇADA CIDADÃ" DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, apresentar o projeto de Lei:

DOS OBJETIVOS

Art.1º. Fica instituído no Município de Nova Brasilândia o programa **"Cidade Inteligente Calçada Cidadã"** com o objetivo de proporcionar a acessibilidade e segurança aos transeuntes das vias públicas pavimentadas do município, através da cobrança e incentivo na padronização dos passeios e calçadas, de responsabilidade dos proprietários, possuidores ou detentores do domínio útil dos imóveis lindeiros às vias públicas municipais.

Art. 2º A construção, reforma e conservação das calçadas reger-se-ão pelas disposições desta Lei, assegurando acessibilidade e segurança a todo cidadão, principalmente as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tais como idosos, crianças e gestantes.

Parágrafo Primeiro. A construção, reforma e conservação das calçadas são obrigatórias em toda(s) a(s) testada(s) do(s) imóvel(is), edificado(s) ou não, localizado(s) em logradouro(s) público(s) provido(s) de guia e pavimentação, garantindo acessibilidade e segurança, segundo os preceitos desta lei e demais pertinentes.

Parágrafo Segundo - Para fins ambientais, na construção das calçadas definidas no respectivo programa, poderá ser utilizado o calçamento ecológico, do tipo paver ou similares antiderrapantes.

Art. 3º É dever dos proprietários ou possuidores de imóveis, edificados ou não, a pavimentação e conservação da calçada fronteiriça ao imóvel, respeitados os padrões técnicos estabelecidos na forma presente em Lei.

§1º - Considera-se calçada, a parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins. (Código de Trânsito Brasileiro).

§2º - A construção, reforma e conservação das calçadas, bem como a instalação de equipamentos e mobiliário urbano, arborização, sinalização, entre outros permitidos por Lei, deve garantir o deslocamento de qualquer pessoa pela via pública, independente de idade, estatura, limitação de mobilidade ou percepção, com autonomia e segurança.

§3º A recomposição do pavimento de passeios e calçadas, danificadas por obras de implantação e/ou manutenção dos serviços públicos, como água, energia elétrica, esgoto sanitário, escoamento de águas pluviais, telecomunicações dentre outros, deverão ser executadas pelo responsável ou causador do dano, seja ele o proprietário, ente público, privado ou empresa executora do serviço.

Art. 4º. Ato do Poder Executivo determinará quais as ruas prioritárias para a implantação do programa, em razão de relevante interesse público, localização e situação destas ruas e passeio/calçadas, bem como o valor a ser cobrado de acordo com esta Lei.

Parágrafo único. A efetiva execução das obras nas vias priorizadas, dependerá da participação dos proprietários bem como da disponibilidade técnica e financeira do Município, observados os termos desta lei e de seu regulamento.

Art. 5º - Após publicação do ato com o nome das ruas, os proprietários ou possuidores a qualquer título do terreno serão notificados para, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias:

I - Realizar pessoalmente e as suas custas a obra de padronização/execução do passeio/calçada, nos termos e materiais estabelecidos pela legislação municipal;

II - Aderir ao programa **"Cidade Inteligente Calçada Cidadã"**, sob o regime de mutirão, onde custeará todo o custeio da mão de obra, cabendo ao município o custeio do material necessário para execução da obra;

III – Realizar a obra por cessão gratuita ou a custo reduzido de mão de obra, cabendo ao município o custeio do material total ou parcial e a mão de obra especializada para execução da obra;

§ 1º Optando pelo inciso I, antes de executar deverá apresentar ao órgão competente, projeto padrão com responsável técnico pela execução para análise e aprovação, nos termos estabelecidos por esta Lei.

§ 2º Optando pela adesão ao programa, inciso II, o proprietário ou possuidor a qualquer título, deverá firmar Termo de Acordo, onde a responsabilidade técnica pela execução passa a ser do proprietário, cabendo ao município o custeio das despesas relacionadas ao material necessário a execução da obra.

§3º O beneficiário da adesão ao programa de que trata o inciso III, o proprietário ou possuidor deverá ser disponibilizados para famílias de baixa renda, comprovada através de cadastro - Cadunico e comprovante de renda familiar.

§4º Ato do Poder executivo regulamentará as cláusulas do Termo de Acordo bem como a composição/descrevo e qualidade mínima do material a ser custeado pelo proprietário, com a descrição dos itens que lhe integram, no prazo de até 90 dias após a publicação da presente lei.

§5º A omissão ou não adesão do proprietário e/ou possuidor a qualquer título, às hipóteses elencadas neste artigo, no prazo previsto, caracteriza infração à legislação de posturas, o Código Tributário Municipal, autorizando o Município a executar, cobrando do infrator, além da multa correspondente, o custo do material e mão de obra necessária a realização dos serviços, acrescidos em 20% (vinte por cento), à título de Administração.

§6º O custeio a que se refere o parágrafo anterior, se dará por intermédio de pagamento direto pelo proprietário/possuidor do imóvel às empresas previamente credenciadas pelo município para fornecimento de material para a respectiva via, que atenda as qualificações técnicas mínimas para segurança e confiabilidade, conforme projeto elaborado pelo executivo.

§7º. O Poder Executivo regulamentará, por Decreto, a efetivação do programa.

Art. 6º. Concluídos os trabalhos pela Prefeitura, de acordo com o § 5º do artigo 5º, o proprietário/possuidor beneficiado pela obra e que não tenha aderido ao programa **"Cidade Inteligente Calçada Cidadã"**, será notificado para, no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o pagamento do custo total apurado para realização da calçada em seu imóvel, compreendendo material e mão de obra.

Parágrafo único. Caso o proprietário/possuidor deixar de efetuar o pagamento de que trata o caput deste artigo, o valor será lançado em Dívida Ativa, sujeitando-se às regras da dívida ativa, preconizada no Código Tributário do Municipal.

Art. 7º. Os proprietários de imóveis localizados em vias não contempladas pelo ato do Executivo estabelecido no artigo 4º desta lei, poderão participar do programa de mutirão para execução do passeio/calçada, nas seguintes hipóteses:

I - Para imóveis situados em vias arteriais e em corredores de comércio e serviço, desde que a via já possua calçada/passeio pavimentado nos padrões exigidos, ou;

II - Nas demais vias, desde que exista comprovado interesse dos proprietários e/ou possuidores a qualquer título de imóveis que representem no mínimo 80% da área total da via a ser pavimentada pelo programa.

Parágrafo único. O enquadramento do proprietário e/ou possuidor nas hipóteses elencadas acima autorizam o poder público a avaliar tecnicamente a viabilidade ou não de inclusão das áreas no programa **"Cidade Inteligente Calçada Cidadã"**, conforme os custos e viabilidade técnica e financeira para sua execução, conforme regulamento.

Art. 8º. Em caso de passeios/calçadas já edificadas nos moldes autorizados pela legislação vigente à época, e que estejam em bom estado, mas fora dos padrões estéticos previstos, será o proprietário notificado para realiza a obra dentro dos padrões exigidos.

Parágrafo único. Para fins de comprovação do bom estado da calçada/passeio, a Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Infraestrutura elaborará por intermédio de seu corpo técnico, parecer técnico e fotográfico conclusivo sobre a condição da calçada/passeio, notificando o proprietário das conclusões caso seja considerada em mal estado de conservação, hipótese em que a obrigação de execução será exclusiva do proprietário ou possuidor a qualquer título.

Art. 9º. As dimensões das calçadas deverão seguir os padrões estabelecidos pelo Anexo I que integra esta Lei.

§ 1º Excepcionalmente, nas calçadas já construídas e sem condições de adequação às dimensões mencionadas no caput, respeitar-se-á o direito adquirido, e a calçada será adequada ao projeto, respeitando as dimensões em que se encontra.

§ 2º Ficará a cargo do Município a reconstrução ou conserto de passeios ou muros afetados por alterações do nivelamento e das guias, ou por estragos ocasionados pela arborização dos logradouros públicos, bem como o conserto decorrente de modificação do alinhamento das guias ou dos logradouros públicos.

Art. 10. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 11. Os casos omissos serão regulados através de Decreto pelo Poder Executivo.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor 90 dias após sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, ao quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

RETIFICAÇÃO - ANEXOS RGF 3º QUADRIMESTRE 2017 - SINCONFI

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.193.652,28	0,00
Pessoal Ativo	8.073.185,17	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.120.467,11	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.285.006,76	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	136.156,96	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	28.382,69	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.120.467,11	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.908.645,52	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.838.564,60	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	16.838.564,60	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	7.908.645,52	46,97
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.092.824,88	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.638.183,64	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.183.542,39	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	Nota 01: Calculo DTP divergente da metodologia determinada pelo TCE-MT, em virtude de não consideracao na RCL das receitas ``PATRIMONIAIS'' do RPPS. Sendo assim o calculo oficial do municipio é: RCL = 15.806.481,27; Tendo como percentual de DTP = 50,92% (CONSOLIDADO); E 48,31% de (EXECUTIVO) Nota 02: Na tabela os valores foram digitados consolidados (60%)', enquanto que os percentuais da RCL sao relativos aos limites do executivo (54%);

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	4.306.930,14	5.596.632,48	5.514.435,54	5.130.503,25
Disponibilidade de Caixa	4.306.622,96	5.594.803,48	5.509.530,86	5.129.734,20
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.356.111,18	5.686.153,83	5.594.734,03	5.214.937,37
(-) Restos a Pagar Processados	49.488,22	91.350,35	85.203,17	85.203,17
Demais Haveres Financeiros	307,18	1.829,00	4.904,68	769,05
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	4.970.082,35	10.551.938,96	16.838.564,60
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	9.415.265,47	9.415.265,47	9.415.265,47	9.415.265,47
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos	39.095,92	92.517,07	92.517,07	15.049,74
RP Não-Processados	703.865,86	501.420,26	422.103,77	337.303,97
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida											
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-	-
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.927.070,89	4.970.082,35	10.551.938,96	16.838.564,60
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III/IV)				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	3.723.955,60	1.093.418,12	2.321.426,57	3.704.484,21
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)	3.351.560,04	984.076,31	2.089.283,91	3.334.035,79
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
Receita Corrente Líquida - RCL	16.838.564,60	
Operações Vedadas (II)	0,00	0,00
Total Considerado para Fins da Apuração do Cumprimento do Limite (III) = (Ia + II)		
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas	2.694.170,34	16,00
Limite de Alerta(inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	2.424.753,31	14,40
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	1.178.699,52	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa								
		Disponibilidade de Caixa							
		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS							
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a-(b+c+d+e)+f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Do Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	12.746.694,30	0,00	121.513,91	70.392,40	0,00	0,00	12.554.787,99	1.091.567,60	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	31.721,10	0,00	20.793,40		0,00	0,00	10.927,70	9.989,29	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	27.758,29						27.758,29		
Transferências do FUNDEB 40%	16.635,80						16.635,80		
Outros Recursos Destinados à Educação	25.644,89		1.067,61				24.577,28	20.627,13	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	166.620,79		7.628,07				158.992,72	158.795,89	
Outros Recursos Destinados à Saúde	2.605.713,35		43.328,98				2.562.384,37	181.183,62	
Recursos Destinados à Assistência Social	348.233,98						348.233,98	4.151,00	
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	8.101.535,65						8.101.535,65		
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00								
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)									
Recursos de Alienação de Bens/Ativos									
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	1.422.830,45		48.695,85	70.392,40			1.303.742,20	716.820,67	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	570.538,60	85.143,17	55.778,31	74,88	15.049,74	0,00	414.492,50	388.580,13	0,00
Recursos Ordinários	570.538,60	85.143,17	55.778,31	74,88	15.049,74	0,00	414.492,50	388.580,13	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.317.232,90	85.143,17	177.292,22	70.467,28	15.049,74	0,00	12.969.280,49	1.480.147,73	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	16.838.564,60
Receita Corrente Líquida Ajustada	16.838.564,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.908.645,52	46,97
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	9.092.824,88	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	8.638.183,64	51,30

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida		
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia		
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias de Valores	-	-	-
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.694.170,34	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.178.699,52	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	1.480.147,73	12.969.280,49

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	Nota 01: Calculo DTP divergente da metodologia determinada pelo TCE-MT, em virtude de não consideracao na RCL das receitas ``PATRIMONIAIS'' do RPPS. Sendo assim o calculo oficial do municipio é: RCL = 15.806.481,27; Tendo como percentual de DTP = 50,92% (CONSOLIDADO); E 48,31% de (EXECUTIVO) Nota 02: Na tabela os valores foram digitados consolidados (60%)', enquanto que os percentuais da RCL sao relativos aos limites do executivo (54%); Nota 03: No quadro 06 o valor das disponibilidades de caixa liquida considerou os saldos do RPPS

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

LEI N° 724/2018 "DISPOE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE REMANEJAMENTO, TRANSFERÊNCIA, TRANSPOSIÇÃO E REALOCAÇÕES ENTRE FONTES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL –

LEI N° 724/2018

"DISPOE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE REMANEJAMENTO, TRANSFERÊNCIA, TRANSPOSIÇÃO E REALOCAÇÕES ENTRE FONTES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2018 DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita municipal de Nova Brasilândia, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei**:**

Art. 1º Fica a administração direta e indireta autorizada a realizar o remanejamento, transferência, transposição e realocações entre fontes de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dos recursos orçamentários constantes da Lei Orçamentária Anual vigente.

Parágrafo Primeiro - Fica estipulado como limite máximo para abertura dos créditos de que trata o caput o mesmo percentual estabelecido no Art. 6º da Lei Orçamentária Anual, Lei 681/2017 e suas alterações.

Parágrafo Segundo – Ficam mantidas, na realização dos créditos de que trata o caput, as mesmas regras de exclusão, autorizadas no Parágrafo Primeiro, Art. 6º, da Lei 681/2017.

Art. 2º Ficam a Administração Direta e Indireta autorizados a proceder livremente realocações de recursos entre Fontes/Destinação de Recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro entre fontes/destinação de recursos orçamentárias, sem prejuízo à aplicação dos recursos vinculados de programas e transferências, em cumprimento ao art. 8º, Parágrafo Único da Lei 101/2000.

Art. 3º Para os fins desta Lei, entende-se:

I - como **transposição:** as realocações no âmbito dos programas de trabalho dentro do mesmo órgão compreendendo os projetos e ou atividades;

II - como **remanejamento:** as realocações com destinação de recursos de um órgão para outro;

III - como **transferência:** as realocações de recursos entre categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

IV – como **realocações de fontes/destinações de recursos**: as alterações entre fontes de recursos, inclusas na lei orçamentaria e seus créditos adicionais para a execução de determinada dotação / elemento de despesas.

Art. 4º - Os créditos autorizados no Art. 2º, não onerarão o limite para abertura de créditos suplementares, previsto na Lei Orçamentária Anual e suas alterações.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Brasilândia - MT, Em 19 de Junho de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LEI N° 723/2018 "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL OU TOTAL DE DOTAÇÕES PARA O ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEI N° 723/2018

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL OU TOTAL DE DOTAÇÕES PARA O ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita municipal de Nova Brasilândia, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a alteração do Art. 6º, da Lei Municipal n.º 681/2017, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o Exercício de 2018**,** que passa a ter a seguinte redação:

Art. 6º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (Trinta por cento), no curso da execução orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelo art. 42 e 43 da Lei nº. 4.320/64, de 17 de março de 1964 e Art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, do total da despesa fixado no art. 4º desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Nova Brasilândia - MT, Em 19 de Junho de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 1º QUADRIMESTRE 2018

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO TOTAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — em Reais

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES LIQUIDADAS													
	Maio/2017	Junho/2017	Julho/2017	Agosto/2017	Setembro/2017	Outubro/2017	Novembro/2017	Dezembro/2017	Janeiro/2018	Fevereiro/2018	Março/2018	Abril/2018	Total dos Últimos 12 Meses	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	644.363,45	921.377,63	633.513,33	916.532,75	625.839,41	911.544,81	621.444,24	1.032.750,87	603.926,33	838.056,25	620.873,74	929.308,40	9.299.531,21	
Pessoal Ativo	644.363,45	751.788,72	633.513,33	741.721,00	625.839,41	733.555,82	621.444,24	774.305,53	603.926,33	680.377,85	620.873,74	766.373,22	8.198.082,64	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	541.223,06	640.180,55	539.698,66	635.676,66	530.260,68	624.486,40	527.443,98	658.509,07	518.358,80	580.149,27	528.774,38	653.144,67	6.977.906,18	
Obrigações Patronais	103.140,39	111.608,17	93.814,67	106.044,34	95.578,73	109.069,42	94.000,26	115.796,46	85.567,53	100.228,58	92.099,36	113.228,55	1.220.176,46	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas		169.588,91		174.811,75		177.988,99		258.445,34		157.678,40		162.935,18	1.101.448,57	
Aposentadorias, Reserva e Reformas		138.103,64		137.220,93		136.478,63		207.718,07		140.578,78		145.450,70	905.550,75	
Pensões		15.021,62		15.958,62		16.895,62		24.796,85		17.099,62		17.484,48	107.256,81	
Outros Benefícios Previdenciários		16.463,65		21.632,20		24.614,74		25.930,42					88.641,01	
Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		9.241,70		21.492,35	3.047,51	18.678,87	9.367,97	86.118,37	11.162,66	11.120,86		34.483,79	204.714,08	
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		9.241,70		12.031,49	3.047,51	9.217,90	9.367,97	76.657,51	11.162,66			10.420,12	141.146,86	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração				9.460,86		9.460,97		9.460,86		9.460,86		24.063,67	61.907,22	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração										1.660,00			1.660,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	644.363,45	912.135,93	633.513,33	895.040,40	622.791,90	892.865,94	612.076,27	946.632,50	592.763,67	826.935,39	620.873,74	894.824,61	9.094.817,13	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb)														9.094.817,13

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	16.750.500,87	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF		-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (M)	16.750.500,87	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	9.094.817,13	54,29 %
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		0,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (§ único do art. 22 da LRF)		0,00 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 %		0,00 %

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
NOTAS:

Emissão: 05/06/2018 15:15:44
Portaria Nº 495 de 06 de Junho 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

Page 1 de 1
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018 - QUADRIMESTRE JANEIRO/ABRIL

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — em Reais

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	4.952.963,85	5.738.504,69	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	4.952.501,98	5.736.396,18	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.214.937,37	5.848.915,33	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	262.435,39	112.519,15	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	461,87	2.108,51	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.729.614,98	16.750.500,87	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) [90,00%]	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não Incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	9.415.265,47	9.415.265,47	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	15.049,74	255.712,82	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.546.981,13	791.605,63	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas:

Emissão: 05/06/2018 15:17:43 — Page 1 de 1
Portaria 405 de 26 de Junho de 2.017 — Homolc

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2018 - QUADRIMESTE JANEIRO/ABRIL

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) em Reais

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
A ENTIDADES CONTROLADAS(III)				
Em Operações de Crédito Internas				
Em Operações de Crédito Externas				
POR MEIO DE FUNDOS(IV)				
Em Operações de Crédito Internas				
Em Operações de Crédito Externas				
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Internas				
Em Operações de Crédito Externas				
AOS MUNICÍPIOS (II)				
TOTAL DE GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	15.729.614,98	16.750.500,87		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 0,00 %				
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %				

CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DE ENTIDADES CONTROLADAS(IX)				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS(X)				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
TOTAL DE CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)				

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

Emissão: 05/06/2018 15:18:14

Page 1 de 1

Portaria 495 - 06 de Junho de 2017.

Homologado

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2018 - QUADRIMESTRE JANEIRO/ABRIL

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c") em Reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no Art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no Art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ (II)	0,00	0,00
TOTAIS (III)	**0,00**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.750.500,87	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V) - (Ia + IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTREGAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

1. Conforme manual de instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão efeitos contabilizados para fins de contratação de outras operações de crédito.

Emissão: 05/06/2018 15:18:40

Page 1 de 1

Portaria 495 de 06 de Junho de 2017.

Homologado

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018 - QUADRIMESTRE JANEIRO/ABRIL

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a")

em Reais

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e) -f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**3.326.387,49**	**21.870,67**	**325.739,65**	**497.569,35**	**0,00**	**0,00**	**2.481.207,82**	**2.136.865,46**	**0,00**
Transferências do FUNDEB 60%	173.064,23	0,00	11.429,03	0,00	0,00	0,00	161.635,20	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	-1.106.568,35	2.344,45	92.234,18	18.088,07	0,00	0,00	-1.219.235,05	557.445,60	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	2.040.260,80	9.948,21	127.048,19	91.173,56	0,00	0,00	1.812.090,84	696.018,45	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	2.219.630,81	9.578,01	95.028,25	388.307,72	0,00	0,00	1.726.716,83	883.401,41	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (II)	**2.522.556,51**	**90.648,48**	**100.066,62**	**294.036,28**	**255.712,82**	**0,00**	**1.782.092,31**	**937.246,26**	**0,00**
Recursos Ordinários	2.522.556,51	90.648,48	100.066,62	294.036,28	255.712,82	0,00	1.782.092,31	937.246,26	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**5.848.944,00**	**112.519,15**	**425.806,27**	**791.605,63**	**255.712,82**	**0,00**	**4.263.300,13**	**3.074.111,72**	**0,00**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	**8.289.811,40**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**29,04**	**0,00**	**8.289.782,36**	**41.048,00**	**0,00**

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

Emissão: 05/06/2018 15:19:14
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017.

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2018 - QUADRIMESTRE JANEIRO/ABRIL

LRF, art. 48 - Anexo 06 — em Reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida		16.750.500,87
Receita Corrente Líquida Ajustada		0,00
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal DTP	9.094.817,13	54,29
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 0,00%	0,00	0,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF - 0,00 % 0,00%	0,00	0,00
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00%	0,00	0,00
DIVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %	0,00	0,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - 0,00 %	0,00	0,00
OPERACOES DE CREDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS E INTERNAS	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO EXTERNAS E INTERNAS - 0,00 %	0,00	0,00
OPERACOES DE CREDITOS POR ANTECIPACAO DA RECEITA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO POR ANTECIPACAO DA RECEITA - 0,00 %	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR	**INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	0,00	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

Emissão: 05/06/2018 15:20:42
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017.

Page 1 de 1
Homologado

LEI N. º 721/2018 "DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR TERMO DE FILIAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

LEI N. º 721/2018

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR TERMO DE FILIAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICIPIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei;

Artigo 1º- Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a filiar-se à Associação Mato-grossense dos Municípios;

Artigo 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação;

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrario.

Nova Brasilândia - MT, 19 de Junho de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA -RREO 2º BIMESTRE 2018

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	20.408.514,95	21.106.162,95	3.576.362,98	8.322.914,97	12.783.247,98	2.985.485,26	5.207.755,25	15.898.407,70	4.854.707,78	
DESPESAS CORRENTES	17.381.871,55	17.668.479,63	2.874.482,16	7.211.077,03	10.457.402,60	2.788.013,64	4.931.314,61	12.737.165,02	4.647.767,14	
Pessoal e Encargos Sociais	9.370.595,55	9.090.930,31	1.439.759,52	2.771.594,47	6.319.335,84	1.439.759,52	2.771.594,47	6.319.335,84	2.745.887,94	
Juros e Encargos da Dívida	250,00	250,00			250,00			250,00		
Outras Despesas Correntes	8.011.026,00	8.577.299,32	1.434.722,64	4.439.482,56	4.137.816,76	1.348.254,12	2.159.720,14	6.417.579,18	1.901.879,20	
DESPESAS DE CAPITAL	2.237.543,40	2.643.583,32	701.880,82	1.111.837,94	1.531.745,38	197.471,62	276.440,64	2.367.142,68	206.940,64	
Investimentos	2.224.293,40	2.633.333,32	701.880,82	1.111.837,94	1.521.495,38	197.471,62	276.440,64	2.356.892,68	206.940,64	
Inversões Financeiras	2.000,00									
Amortização da Dívida	11.250,00	10.250,00			10.250,00			10.250,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	789.100,00	794.100,00			794.100,00			794.100,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	736.148,00	731.518,00	145.553,90	284.072,15	447.445,85	145.553,90	284.072,15	447.445,85	211.313,35	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	21.144.662,95	21.837.680,95	3.721.916,88	8.606.987,12	13.230.693,83	3.131.039,16	5.491.827,40	16.345.853,55	5.066.021,13	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	21.144.662,95	21.837.680,95	3.721.916,88	8.606.987,12	13.230.693,83	3.131.039,16	5.491.827,40	16.345.853,55	5.066.021,13	
SUPERÁVIT (XIII)							1.225.708,10		1.651.514,37	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	21.144.662,95	21.837.680,95	3.721.916,88	8.606.987,12	13.230.693,83	3.131.039,16	6.717.535,50	15.120.145,45	6.717.535,50	
RESERVA DO RPPS										

Emissão: 05/06/2018 14:33:30
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017.

Page 1 de 2
Homolo[illegible]

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesa Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	736.148,00	731.518,00	145.553,90	284.072,15	447.445,85	145.553,90	284.072,15	447.445,85	211.313,35	
DESPESAS CORRENTES	736.148,00	731.518,00	145.553,90	284.072,15	447.445,85	145.553,90	284.072,15	447.445,85	211.313,35	
Pessoal e Encargos Sociais	736.148,00	731.518,00	145.553,90	284.072,15	447.445,85	145.553,90	284.072,15	447.445,85	211.313,35	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes										
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos										
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

Emissão: 05/06/2018 14:33:30
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017.

Page 2 de 2
Homolc[illegible]

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.418.662,95	20.418.662,95	2.884.966,82	14,12	6.502.208,64	31,84	13.916.454,31
RECEITAS CORRENTES	17.995.924,51	17.995.924,51	2.884.966,82	16,03	6.027.458,64	33,49	11.968.465,87
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.019.764,51	1.019.764,51	174.703,02	17,13	271.003,76	26,57	748.760,75
Impostos	934.900,00	934.900,00	174.703,02	18,68	249.862,44	26,72	685.037,56
Taxas	84.864,51	84.864,51			21.141,32	24,91	63.723,19
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	665.900,00	665.900,00	97.714,39	14,67	161.249,52	24,21	504.650,48
Contribuições Sociais	415.900,00	415.900,00	78.044,14	18,76	119.973,39	28,84	295.926,61
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Socia							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pú	250.000,00	250.000,00	19.670,25	7,86	41.276,13	16,51	208.723,87
RECEITA PATRIMONIAL	1.496.100,00	1.496.100,00	121.831,86	8,14	296.158,10	19,79	1.199.941,90
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	100,00	100,00					100,00
Valores Mobiliários	1.496.000,00	1.496.000,00	121.831,86	8,14	296.158,10	19,79	1.199.841,90
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, P							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	553.400,00	553.400,00	99.188,16	17,92	190.855,13	34,48	362.544,87
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	553.400,00	553.400,00	99.188,16	17,92	190.855,13	34,48	362.544,87
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Tra							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.245.460,00	14.245.460,00	2.391.512,09	16,78	5.108.166,18	35,85	9.137.293,82
Transferências da União e de suas Entidades	7.786.460,00	7.786.460,00	1.103.294,96	14,16	2.369.173,89	30,42	5.417.286,11
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su	5.555.000,00	5.555.000,00	1.112.399,60	20,02	2.358.078,34	42,45	3.196.921,66
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	904.000,00	904.000,00	175.817,53	19,44	380.913,95	42,13	523.086,05
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.300,00	15.300,00	17,30	0,11	25,95	0,17	15.274,05
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	400,00	400,00	17,30	4,32	25,95	6,48	374,05
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Púb							
Demais Receitas Correntes	14.900,00	14.900,00					14.900,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.422.738,44	2.422.738,44			474.750,00	19,59	1.947.988,44
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00					100.000,00
Alienação de Bens Móveis	100.000,00	100.000,00					100.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.322.738,44	2.322.738,44			474.750,00	20,43	1.847.988,44
Transferências da União e de suas Entidades	1.569.163,40	1.569.163,40			243.750,00	15,53	1.325.413,40
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su	753.575,04	753.575,04			231.000,00	30,65	522.575,04
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	711.000,00	711.000,00	140.783,99	19,80	215.326,86	30,28	495.673,14
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	21.129.662,95	21.129.662,95	3.025.750,81	14,32	6.717.535,50	31,79	14.412.127,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	21.129.662,95	21.129.662,95	3.025.750,81	14,32	6.717.535,50	31,79	14.412.127,45
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	21.129.662,95	21.129.662,95	3.025.750,81	14,32	6.717.535,50	31,79	14.412.127,45

Emissão: 05/06/2018 14:33:30
Portaria Nº 495, de 06 de Junho de 2017.

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.101.535,65	8.101.535,65			543.018,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	8.101.535,65	8.101.535,65					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais					543.018,00		
Reabertura de Créditos Adicionais							

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	711.000,00	711.000,00	140.783,99	19,80	215.326,86	30,28	495.673,14
RECEITAS CORRENTES	711.000,00	711.000,00	140.783,99	19,80	215.326,86	30,28	495.673,14
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	711.000,00	711.000,00	140.783,99	19,80	215.326,86	30,28	495.673,14
Contribuições Sociais	711.000,00	711.000,00	140.783,99	19,80	215.326,86	30,28	495.673,14
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Socia							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação P							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, P							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Tra							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Púb							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	20.408.014,95	21.105.662,95	3.576.362,98	8.322.914,97	96,69	12.782.747,98	2.985.485,26	5.207.755,25	94,82	15.897.907,70	0,00
LEGISLATIVA	704.500,00	704.500,00	111.854,05	289.706,38	3,36	414.793,62	124.312,02	238.123,91	4,33	466.376,09	0,00
Ação Legislativa	704.500,00	704.500,00	111.854,05	289.706,38	3,36	414.793,62	124.312,02	238.123,91	4,33	466.376,09	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	4.947.500,00	5.594.427,52	996.721,25	2.515.011,09	29,22	3.079.416,43	880.077,12	1.758.097,81	32,01	3.836.329,71	0,00
Administração Geral	4.872.500,00	5.534.827,52	988.323,59	2.501.076,13	29,05	3.033.751,39	871.679,46	1.744.162,85	31,75	3.790.664,67	0,00
Controle Interno	60.000,00	57.100,00	6.397,66	11.934,96	0,13	45.165,04	6.397,66	11.934,96	0,21	45.165,04	0,00
Ordenamento Territorial	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	10.000,00	2.500,00	2.000,00	2.000,00	0,02	500,00	2.000,00	2.000,00	0,03	500,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	636.996,00	645.674,08	139.050,98	190.070,98	2,20	455.603,10	114.508,45	146.072,76	2,65	499.601,32	0,00
Assistência ao Idoso	41.300,00	50.766,00	16.145,07	19.011,07	0,22	31.754,93	11.348,51	14.214,51	0,25	36.551,49	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	225.540,00	179.998,48	19.674,18	42.922,36	0,49	137.076,12	21.144,34	37.669,12	0,68	142.329,36	0,00
Assistência Comunitária	300.156,00	276.235,60	103.231,73	128.137,55	1,48	148.098,05	82.015,60	94.189,13	1,71	182.046,47	0,00
Demais Subfunções	70.000,00	138.674,00	0,00	0,00	0,00	138.674,00	0,00	0,00	0,00	138.674,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.354.900,00	1.354.900,00	228.566,46	431.961,78	5,01	922.938,22	201.566,46	390.913,78	7,11	963.986,22	0,00
Previdência do Regime Estatutário	1.354.900,00	1.354.900,00	228.566,46	431.961,78	5,01	922.938,22	201.566,46	390.913,78	7,11	963.986,22	0,00
SAÚDE	3.838.600,00	4.356.184,00	1.079.204,28	1.863.846,45	21,65	2.492.337,55	706.460,50	1.167.828,00	21,26	3.188.356,00	0,00
Atenção Básica	1.152.000,00	1.217.388,00	277.508,18	507.260,56	5,89	710.127,44	227.630,98	402.167,63	7,32	815.220,37	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.345.000,00	1.707.406,00	586.874,84	832.362,89	9,67	875.043,11	258.469,76	316.119,06	5,75	1.391.286,94	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	340.000,00	340.000,00	28.715,32	82.196,40	0,95	257.803,60	27.715,32	81.196,40	1,47	258.803,60	0,00
Vigilância Sanitária	19.500,00	72.200,00	24.303,34	43.578,74	0,50	28.621,26	24.303,34	42.219,98	0,76	29.980,02	0,00
Vigilância Epidemiológica	140.000,00	141.000,00	5.380,00	24.890,92	0,28	116.109,08	3.587,80	19.624,96	0,35	121.375,04	0,00
Administração Geral	842.100,00	878.190,00	156.422,60	373.556,94	4,34	504.633,06	164.753,30	306.499,97	5,58	571.690,03	0,00
TRABALHO	21.000,00	21.000,00	2.125,05	4.196,58	0,04	16.803,42	2.125,05	4.196,58	0,07	16.803,42	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	21.000,00	21.000,00	2.125,05	4.196,58	0,04	16.803,42	2.125,05	4.196,58	0,07	16.803,42	0,00
EDUCAÇÃO	3.878.875,55	4.042.095,55	531.866,52	1.537.685,95	17,86	2.504.409,60	629.091,99	922.299,53	16,79	3.119.796,02	0,00
Ensino Fundamental	2.122.152,00	2.308.922,00	314.658,56	1.063.398,38	12,35	1.245.523,62	373.845,22	552.047,87	10,05	1.756.874,13	0,00
Educação Infantil	1.391.723,55	1.377.823,55	153.509,56	257.273,31	2,98	1.120.550,24	140.485,50	244.249,25	4,44	1.133.574,30	0,00
Educação de Jovens e Adultos	10.000,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00
Educação Especial	5.000,00	1.850,00	0,00	0,00	0,00	1.850,00	0,00	0,00	0,00	1.850,00	0,00
Administração Geral	350.000,00	350.000,00	63.698,40	217.014,26	2,52	132.985,74	114.761,27	126.002,41	2,29	223.997,59	0,00
CULTURA	71.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	71.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	295.000,00	594.716,34	27.000,00	27.000,00	0,31	567.716,34	6.000,00	6.000,00	0,10	588.716,34	0,00
Infra-Estrutura Urbana	295.000,00	594.716,34	27.000,00	27.000,00	0,31	567.716,34	6.000,00	6.000,00	0,10	588.716,34	0,00
HABITAÇÃO	5.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Habitação Urbana	5.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00

Emissão: 05/06/2018 14:36:53
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017.

Page 1
Homolo

MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
SANEAMENTO	1.753.413,40	1.038.456,98	106.882,79	306.355,34	3,55	732.101,64	86.611,07	174.048,71	3,16	864.408,27	0,00
Saneamento Básico Urbano	1.753.413,40	1.038.456,98	106.882,79	306.355,34	3,55	732.101,64	86.611,07	174.048,71	3,16	864.408,27	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	145.000,00	430.586,00	44.371,93	315.232,29	3,66	115.353,71	16.597,35	26.571,65	0,48	404.014,35	0,00
Extensão Rural	140.000,00	430.586,00	44.371,93	315.232,29	3,66	115.353,71	16.597,35	26.571,65	0,48	404.014,35	0,00
Demais Subfunções	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	10.000,00	17.850,00	8.918,50	8.918,50	0,10	8.931,50	8.918,50	8.918,50	0,16	8.931,50	0,00
Energia Elétrica	10.000,00	17.850,00	8.918,50	8.918,50	0,10	8.931,50	8.918,50	8.918,50	0,16	8.931,50	0,00
TRANSPORTES	1.522.130,00	1.180.793,66	285.198,36	818.326,82	9,50	362.466,84	194.613,94	350.081,21	6,37	830.712,45	0,00
Transporte Rodoviário	1.500.750,00	1.178.379,66	285.198,36	818.326,82	9,50	360.052,84	194.613,94	350.081,21	6,37	828.298,45	0,00
Demais Subfunções	21.380,00	2.414,00	0,00	0,00	0,00	2.414,00	0,00	0,00	0,00	2.414,00	0,00
DESPORTO E LAZER	44.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Desporto Comunitário	39.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Lazer	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	361.000,00	299.378,82	14.602,81	14.602,81	0,16	284.776,01	14.602,81	14.602,81	0,26	284.776,01	0,00
Serviço da Dívida Interna	361.000,00	299.378,82	14.602,81	14.602,81	0,16	284.776,01	14.602,81	14.602,81	0,26	284.776,01	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	789.100,00	794.100,00	0,00	0,00	0,00	794.100,00	0,00	0,00	0,00	794.100,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	736.148,00	731.518,00	145.553,90	284.072,15	3,30	447.445,85	145.553,90	284.072,15	5,17	447.445,85	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	21.144.162,95	21.837.180,95	3.721.916,88	8.606.987,12	100,00	13.230.193,83	3.131.039,16	5.491.827,40	100,00	16.345.353,55	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	736.148,00	731.518,00	145.553,90	284.072,15	100,00	447.445,85	145.553,90	284.072,15	100,00	447.445,85	0,00
LEGISLATIVA	20.000,00	20.000,00	3.645,89	6.496,49	2,28	13.503,51	3.645,89	6.496,49	2,28	13.503,51	0,00
Ação Legislativa	20.000,00	20.000,00	3.645,89	6.496,49	2,28	13.503,51	3.645,89	6.496,49	2,28	13.503,51	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	292.100,00	271.100,00	52.021,51	107.376,66	37,79	163.723,34	52.021,51	107.376,66	37,79	163.723,34	0,00
Administração Geral	287.100,00	266.100,00	51.379,21	106.174,99	37,37	159.925,01	51.379,21	106.174,99	37,37	159.925,01	0,00
Controle Interno	5.000,00	5.000,00	642,30	1.201,67	0,42	3.798,33	642,30	1.201,67	0,42	3.798,33	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Emissão: 05/06/2018 14:36:53
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017.

Page 2
Homolo

MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.800,00	13.710,00	5.959,22	5.959,22	2,09	7.750,78	5.959,22	5.959,22	2,09	7.750,78	0,00
Assistência ao Idoso	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Assistência Comunitária	2.300,00	8.210,00	5.959,22	5.959,22	2,09	2.250,78	5.959,22	5.959,22	2,09	2.250,78	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.500,00	4.500,00	0,00	792,50	0,27	3.707,50	0,00	792,50	0,27	3.707,50	0,00
Previdência do Regime Estatutário	4.500,00	4.500,00	0,00	792,50	0,27	3.707,50	0,00	792,50	0,27	3.707,50	0,00
SAÚDE	176.400,00	180.160,00	39.901,50	76.000,13	26,75	104.159,87	39.901,50	76.000,13	26,75	104.159,87	0,00
Atenção Básica	68.000,00	65.750,00	14.233,06	27.479,41	9,67	38.270,59	14.233,06	27.479,41	9,67	38.270,59	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	30.000,00	30.000,00	2.151,13	3.631,27	1,27	26.368,73	2.151,13	3.631,27	1,27	26.368,73	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	10.000,00	13.000,00	2.136,13	4.846,07	1,70	8.153,93	2.136,13	4.846,07	1,70	8.153,93	0,00
Vigilância Sanitária	500,00	3.800,00	1.730,60	2.833,59	0,99	966,41	1.730,60	2.833,59	0,99	966,41	0,00
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00	0,00	831,54	0,29	9.168,46	0,00	831,54	0,29	9.168,46	0,00
Administração Geral	57.900,00	57.610,00	19.650,58	36.378,25	12,80	21.231,75	19.650,58	36.378,25	12,80	21.231,75	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	209.348,00	217.048,00	39.582,10	79.694,48	28,05	137.353,52	39.582,10	79.694,48	28,05	137.353,52	0,00
Ensino Fundamental	102.348,00	100.048,00	22.323,35	46.496,67	16,36	53.551,33	22.323,35	46.496,67	16,36	53.551,33	0,00
Educação Infantil	87.000,00	97.000,00	17.258,75	33.197,81	11,68	63.802,19	17.258,75	33.197,81	11,68	63.802,19	0,00
Administração Geral	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	25.000,00	25.000,00	4.443,68	7.752,67	2,72	17.247,33	4.443,68	7.752,67	2,72	17.247,33	0,00
Saneamento Básico Urbano	25.000,00	25.000,00	4.443,68	7.752,67	2,72	17.247,33	4.443,68	7.752,67	2,72	17.247,33	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**736.148,00**	**731.518,00**	**145.553,90**	**284.072,15**	**100,00**	**447.445,85**	**145.553,90**	**284.072,15**	**100,00**	**447.445,85**	**0,00**

Emissão: 05/06/2018 14:36:53
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017.

Page 3
Homolo

MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

Em reais

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2018
	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.384.372,06	1.235.613,95	1.610.111,58	1.505.121,17	1.298.746,69	1.422.625,68	1.429.446,19	2.480.009,37	1.345.760,79	2.160.524,79	1.282.851,34	1.852.783,71	19.007.967,32	19.791.324,51
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	26.196,40	21.363,67	143.637,09	141.507,46	-27.425,59	72.886,72	44.714,35	221.330,93	62.644,43	33.656,31	47.314,78	127.388,24	915.214,79	1.019.764,51
IPTU	415,55	308,00	3.868,39	36.306,60	1.275,86	960,38	1.099,47	805,02	5.876,65	1.863,33			52.779,25	142.100,00
ISS	11.119,71	11.996,56	30.306,97	25.742,95	37.097,65	58.177,43	39.204,83	67.372,97	37.366,91	15.244,98	47.314,78	127.388,24	508.333,98	354.500,00
ITBI			480,00	43.137,72	4.235,11			39.955,34	9.005,05	358,39			97.171,61	245.300,00
IRRF	2.067,66	1.828,23	94.151,94	1.721,36	1.798,90	2.177,70	1.770,67	89.265,67	1.294,50				196.076,63	193.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	12.593,48	7.230,88	14.829,79	34.598,83	-71.833,11	11.571,21	2.639,38	23.931,93	7.391,76	13.749,56			56.703,71	84.864,51
Contribuições					84.174,74				10.362,35	11.243,53	9.607,09	10.063,16	125.450,87	250.000,00
Receita Patrimonial	32.396,28	27.710,56	26.771,33	25.206,95	17.637,35	15.373,94	12.772,91	10.798,33	12.444,70	161.881,54	11.915,30	109.916,56	464.825,75	1.496.100,00
Rendimentos de Aplicação Financeira									12.444,70	161.881,54	11.915,30	109.916,56	296.158,10	1.496.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	32.396,28	27.710,56	26.771,33	25.206,95	17.637,35	15.373,94	12.772,91	10.798,33					168.667,65	100,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços				4.443,97						91.666,97		99.188,16	195.299,10	553.400,00
Transferências Correntes	1.320.620,93	1.184.680,05	1.433.721,36	1.322.213,47	1.212.907,90	1.325.016,11	1.364.758,16	2.227.637,95	1.260.300,66	1.862.076,44	1.213.996,87	1.506.227,59	17.234.157,49	16.456.860,00
Cota Parte do FPM	581.835,15	536.286,61	692.428,59	191.496,74	394.421,66	446.992,31	459.762,90	614.926,64	562.076,40	734.809,64	494.162,79	518.062,73	6.227.262,16	7.547.000,00
Cota Parte do ICMS	312.261,89	270.357,06	251.889,67	346.000,63	371.800,63	269.214,16	395.685,96	381.515,26	357.671,55	303.198,79	295.963,56	377.298,80	3.932.857,96	3.600.000,00
Cota Parte do IPVA	33.056,58	13.579,76	20.958,80	20.703,86	15.903,17	11.864,15	13.227,10	7.645,17	15.369,51	19.835,40	29.620,54	40.917,46	242.681,50	250.000,00
Cota Parte do ITR	2.285,82	4.328,32	1.138,33	7.750,14	18.907,77	213.589,24	62.260,92	47.418,96	23.305,34	9.837,96	69,93	1.212,47	392.105,20	200.000,00
Transferência da LC 87/1966	1.260,35	1.260,35	1.260,35	1.260,35	1.260,35	1.260,35	1.260,35	1.260,35	1.255,64	1.255,64	1.255,64	1.255,64	15.105,36	20.000,00
Transferência LC 61/1989				2.343,03	2.192,99	2.332,49	4.460,81	3.414,83	2.408,43	2.368,75	2.267,68	2.239,90	24.028,91	18.000,00
Transferências FUNDEB	87.260,64	74.190,24	70.738,82	90.284,14	59.017,42	76.285,16	70.325,19	228.649,48	103.473,97	101.622,45	90.868,66	84.948,87	1.137.665,04	904.000,00
Outras Transferências Correntes	302.660,50	284.677,71	395.306,80	662.374,58	349.403,91	303.478,25	357.774,93	942.807,26	194.739,82	689.147,81	299.788,07	480.291,72	5.262.451,36	3.917.860,00
Outras Receitas Correntes	5.158,45	1.859,67	5.981,80	11.749,32	11.452,29	9.348,91	7.200,77	20.242,16	8,65		17,30		73.019,32	15.200,00
DEDUÇÕES (II)	185.385,61	164.825,13	137.721,34	169.090,49	160.458,64	188.583,94	186.439,33	210.553,20	191.935,59	255.716,67	164.160,47	242.596,04	2.257.466,45	416.000,00
Contrib. Servidor para o Plano de Previdência										41.929,25		78.044,14	119.973,39	415.900,00
Comp. Financeira entre Regimes de Previdência														100,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	185.385,61	164.825,13	137.721,34	169.090,49	160.458,64	188.583,94	186.439,33	210.553,20	191.935,59	213.787,42	164.160,47	164.551,90	2.137.493,06	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**1.198.986,45**	**1.070.788,82**	**1.472.390,24**	**1.336.030,68**	**1.138.288,05**	**1.234.041,74**	**1.243.006,86**	**2.269.456,17**	**1.153.825,20**	**1.904.808,12**	**1.118.690,87**	**1.610.187,67**	**16.750.500,87**	**19.375.324,51**

Emissão: 05/06/2018 14:37:57
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017.

Page 1 de
Homologado

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO Á ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARCO/ABRIL

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) — Em reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017
RECEITAS CORRENTES (I)	2.103.000,00	2.103.000,00	585.274,73	
Receita de Contribuições dos Segurados	415.900,00	415.900,00	119.973,39	
Civil	415.900,00	415.900,00	119.973,39	
Ativo	413.000,00	413.000,00	119.973,39	
Inativo	2.900,00	2.900,00		
Pensionista				
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	711.000,00	711.000,00	215.326,86	
Civil	711.000,00	711.000,00	215.326,86	
Ativo	711.000,00	711.000,00	215.326,86	
Inativo				
Pensionista				
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos				
Receita Patrimonial	976.000,00	976.000,00	249.974,48	
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários	976.000,00	976.000,00	249.974,48	
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	100,00	100,00		
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	100,00	100,00		
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + (III - II))	**2.103.000,00**	**2.103.000,00**	**585.274,73**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017	Em 2018	Em 2017
ADMINISTRAÇÃO (V)	4.500,00	4.500,00	792,50		792,50			
Despesas Correntes								
Despesas de Capital	4.500,00	4.500,00	792,50		792,50			
PREVIDÊNCIA (VI)	1.355.400,00	1.355.400,00	431.961,78		390.913,78			
Benefícios - Civil	1.355.400,00	1.355.400,00	431.961,78		390.913,78			
Aposentadorias	888.000,00	888.000,00	286.029,48		286.029,48			
Pensões	120.000,00	120.000,00	34.584,10		34.584,10			
Outros Benefícios Previdenciários	347.400,00	347.400,00	111.348,20		70.300,20			

Emissão: 05/06/2018 14:39:07 — Page 1 de 2
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017 — Homologado

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO Á ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARCO/ABRIL

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) — Em reais

Benefícios - Militar								
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias								
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)	**1.359.900,00**	**1.359.900,00**	**432.754,28**		**391.706,28**			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV VII)	**743.100,00**	**743.100,00**	**152.520,45**		**193.568,45**			

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDÊNCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2018	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Investimentos e Aplicações	8.289.811,40	8.101.535,65
Outros Bens e Direitos		

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

Emissão: 05/06/2018 14:39:07
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017

Page 2 de 2
Homologado

MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARCO/ABRIL

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até ABRIL / 2018
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (I)	17.995.924,51	6.027.458,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.019.764,51	271.003,76
IPTU	142.100,00	7.739,98
ISS	354.500,00	227.314,91
ITBI	245.300,00	9.363,44
IRRF	193.000,00	1.294,50
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	84.864,51	25.290,93
Contribuições	665.900,00	161.249,52
Receita Patrimonial	1.496.100,00	296.158,10
Aplicações Financeiras (II)	1.496.000,00	296.158,10
Outras Receitas Patrimoniais	100,00	0,00
Transferências Correntes	14.245.460,00	5.108.166,18
Cota-parte do FPM	6.149.600,00	1.847.299,06
Cota-parte do ICMS	2.880.000,00	1.090.547,89
Cota-parte do IPVA	200.000,00	84.594,43
Cota Parte do ITR	160.000,00	27.540,59
Transferências da LC 87/1996	16.000,00	4.018,08
Transferências da LC 61/1989	18.000,00	9.284,76
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	4.821.860,00	2.044.881,37
Demais Receitas Correntes	568.700,00	190.881,08
Outras Receitas Financeiras (III)	100,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	568.600,00	190.881,08
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = ((I) - (II + III))	16.499.824,51	5.731.300,54
RECEITAS DE CAPITAL (V)	2.422.738,44	474.750,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	100.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	100.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.322.738,44	474.750,00
Convênios	2.322.738,44	243.750,00
Outras Transferências de Capital	0,00	231.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = ((V) - (VI + VII + VIII + IX + X))	2.422.738,44	474.750,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	**18.922.562,95**	**6.206.050,54**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até ABRIL / 2018					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	16.198.133,03	7.211.077,03	4.931.314,61	4.647.767,14	170.044,22	557.582,40	530.266,42
Pessoal e Encargos Sociais	8.220.557,71	2.771.594,47	2.771.594,47	2.745.887,94	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.977.575,32	4.439.482,56	2.159.720,14	1.901.879,20	170.044,22	557.582,40	530.266,42
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	7.977.575,32	4.439.482,56	2.159.720,14	1.901.879,20	170.044,22	557.582,40	530.266,42
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	16.198.133,03	7.211.077,03	4.931.314,61	4.647.767,14	170.044,22	557.582,40	530.266,42
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.657.796,17	1.111.837,94	276.440,64	206.940,64	7.188,00	178.164,97	178.164,97
Investimentos	1.657.796,17	1.111.837,94	276.440,64	206.940,64	7.188,00	178.164,97	178.164,97
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. PRIM. DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.657.796,17	1.111.837,94	276.440,64	206.940,64	7.188,00	178.164,97	178.164,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	**17.855.929,20**	**8.322.914,97**	**5.207.755,25**	**4.854.707,78**	**177.232,22**	**735.747,37**	**708.431,39**

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]	**465.679,15**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada - Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**0,00**

Emissão: 05/06/2018 às 13:40
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017

MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARCO/ABRIL

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

JUROS NOMINAIS	Até ABRIL / 2018
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**0,00**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**0,00**

ABAIXO DA LINHA		
CALCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez / 2017 (a)	Até ABRIL / 2018) (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	4.952.963,85	5.738.504,69
Disponibilidade de Caixa	4.952.501,98	5.736.396,18
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.214.937,37	5.848.915,33
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	262.435,39	112.519,15
Demais Haveres Financeiros	461,87	2.108,51
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		**0,00**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até ABRIL / 2018)
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	**0,00**

RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	**0,00**

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**0,00**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

MUNÍCIPIO DE NOVA BRASILANDIA - MTLANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) **em Reais**

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1-RECEITA DE IMPOSTOS	741.900,00	741.900,00	244.418,33	32,94 %
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU	142.100,00	142.100,00	7.739,98	5,44 %
1.1.1-IPTU	122.100,00	122.100,00	1.239,66	1,01 %
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	20.000,00	20.000,00	6.500,32	32,50 %
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos ITBI	245.300,00	245.300,00	9.363,44	3,81 %
1.2.1-ITBI	245.300,00	245.300,00	9.363,44	3,81 %
1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI				
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS	354.500,00	354.500,00	227.314,91	64,12 %
1.3.1-ISS	334.000,00	334.000,00	223.193,01	66,82 %
1.3.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	20.500,00	20.500,00	4.121,90	20,10 %
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)				
1.5.1-ITR				
1.5.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR				
2-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.405.600,00	9.405.600,00	3.054.000,05	32,47 %
2.1-Cota-Parte FPM	6.149.600,00	6.149.600,00	1.847.299,06	30,03 %
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.589.600,00	5.589.600,00	1.847.299,06	33,04 %
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	280.000,00	280.000,00		
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	280.000,00	280.000,00		
2.2-Cota-Parte ICMS	2.880.000,00	2.880.000,00	1.090.547,89	37,86 %
2.3-ICMS-Desoneração L.C. nº87/1996	16.000,00	16.000,00	4.018,08	25,11 %
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação				
2.5-Cota-Parte ITR	160.000,00	160.000,00	27.540,59	17,21 %
2.6-Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	84.594,43	42,29 %
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro				
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	**10.147.500,00**	**10.147.500,00**	**3.298.418,38**	**32,50 %**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4-RECEITA DA APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO				
5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	176.000,00	176.000,00	95.349,41	54,17 %
5.1-Transferências do Salário-Educação	70.000,00	70.000,00	27.601,69	39,43 %
5.2-Transferências Diretas - PDDE				
5.3-Transferências Diretas - PNAE	60.000,00	60.000,00	8.277,60	13,79 %
5.4-Transferências Diretas - PNATE	45.000,00	45.000,00	59.470,12	132,15 %
5.5-Outras Transferências do FNDE	1.000,00	1.000,00		
5.6-Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE				
6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.105.000,00	1.105.000,00	46.183,62	4,17 %
6.1-Transferências de Convênios	585.000,00	585.000,00		
6.2-Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	520.000,00	520.000,00	46.183,62	8,88 %
7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	**1.281.000,00**	**1.281.000,00**	**141.533,03**	**11,04 %**

Emissão: 05/06/2018 14:43:05
Portaria 495 de 26 de Junho de 2017.

MUNÍCIPIO DE NOVA BRASILANDIA - MTLANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) — **em Reais**

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.769.120,00	1.769.120,00	610.799,98	34,52 %
10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB (20% de 2.1.1)	1.117.920,00	1.117.920,00	369.459,81	33,04 %
10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB (20% de 2.2)	576.000,00	576.000,00	218.109,57	37,86 %
10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB (20% de 2.3)	3.200,00	3.200,00	803,61	25,11 %
10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB (20% de 2.4)				
10.5-Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5)	32.000,00	32.000,00	5.508,11	17,21 %
10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB (20% de 2.6)	40.000,00	40.000,00	16.918,88	42,29 %
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	904.000,00	904.000,00	380.913,95	42,13 %
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	904.000,00	904.000,00	380.913,95	42,13 %
11.2-Complementação da União ao FUNDEB				
11.3-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB				
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 10)	**-865.120,00**	**-865.120,00**	**-229.886,03**	**26,57 %**

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO ENSINO

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) [7]
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	800.700,00	800.700,00	240.304,67	30,01 %	240.304,67	30,01 %	
13.1-Com Educação Infantil	420.000,00	420.000,00	162.887,20	38,78 %	162.887,20	38,78 %	
13.2-Com Ensino Fundamental	380.700,00	380.700,00	77.417,47	20,33 %	77.417,47	20,33 %	
14-OUTRAS DESPESAS	12.000,00	12.000,00					
14.1-Com Educação Infantil							
14.2-Com Ensino Fundamental	12.000,00	12.000,00					
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	**812.700,00**	**812.700,00**	**240.304,67**	**29,56 %**	**240.304,67**	**29,56 %**	

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
16.1-FUNDEB 60%	
16.2-FUNDEB 40%	
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
17.1-FUNDEB 60%	
17.2-FUNDEB 40%	
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	

Emissão: 05/06/2018 14:43:05
Portaria 495 de 26 de Junho de 2017.

MUNÍCIPIO DE NOVA BRASILANDIA - MTLANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) — **em Reais**

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	240.304,67
19.1-Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério [1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	63,09
19.2-Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	
19.3-Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2))	36,91

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2018 [2]	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTES DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	420.000,00	420.000,00	162.887,20	38,78 %	162.887,20	38,78 %	
22.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	420.000,00	420.000,00	162.887,20	38,78 %	162.887,20	38,78 %	
22.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos							
23-ENSINO FUNDAMENTAL	2.604.673,55	2.604.673,55	585.964,45	22,49 %	482.764,77	18,53 %	103.199,68
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	392.700,00	392.700,00	77.417,47	19,71 %	77.417,47	19,71 %	
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.211.973,55	2.211.973,55	508.546,98	22,99 %	405.347,30	18,32 %	103.199,68
24-ENSINO MÉDIO							
25-ENSINO SUPERIOR							
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR							
27-OUTRAS							
28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23 + 24 + 25 + 26 + 27)	**3.024.673,55**	**3.024.673,55**	**748.851,65**	**24,75 %**	**645.651,97**	**21,34 %**	**103.199,68**

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-229.886,03
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	
34-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO {4}	
35-CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)	
36-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 32 + 33 + 34 + 35) {6}	**-229.886,03**
37-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) (36)) {6}	**875.538,00**
38-PERCENTUAL APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % {6} - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% {5}	**26,54**

MUNÍCIPIO DE NOVA BRASILANDIA - MTLANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) **em Reais**

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

Outras Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
39-DESPESAS CUSTEADAS C/ APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO							
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO							
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	920.050,00	949.350,00	693.656,67	73,06 %	239.410,75	25,21 %	454.245,92
43-TOTAL OUTRAS DESP. CUSTEADAS C/RECEITAS ADIC. P/FINANC. DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	920.050,00	949.350,00	693.656,67	73,06 %	239.410,75	25,21 %	454.245,92
44-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 43)	3.944.723,55	3.974.023,55	1.442.508,32	36,29 %	885.062,72	22,27 %	557.445,60

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2018 (j)
45-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		
45.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		
45.2-Executadas com Recursos do FUNDEB		

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	59.479,39	
47-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		
48-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		
48.1-Orçamento do Exercício		
48.2-Restos a Pagar		
49-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		
50-(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	59.479,39	
51-(+) Ajustes		
51.1-Retenções		
51.2-Conciliação Bancária		
52-(=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

1-Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

2 - Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

3 - Caput do artigo 212 da CF/1988

4 - Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 - Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

6 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

7 - Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

Emissão: 05/06/2018 14:43:05
Portaria 495 de 26 de Junho de 2017.

Page 4 de 4
Homologad

MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO [1] (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.643.583,32	344.853,96	276.440,64		2.298.729,36
(-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	2.643.583,32	344.853,96	276.440,64		2.298.729,36
RESULTADO PARA A APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.643.583,32	-344.853,96			-2.298.729,36

Fonte: MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

Emissão: 05/06/2018 14:46:45
Portaria 495 de 26 de Junho de 2017.

Page 1
Homolo

MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES CONSOLIDADO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) em Reais

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exercício anterior) + (c)
0000				

Fonte: Município de NOVA BRASILANDIA

Emissão: 05/06/2018 14:47:30 Page 1

Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017. Homolo_

MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) — em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	100.000,00		100.000,00
Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis	100.000,00		100.000,00
Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis			

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas (e)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (f)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (g)	Saldo a Pagar (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2017 (i)	2018 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)			

Fonte: MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA

Emissão: 05/06/2018 14:48:29
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017.

Page 1 de 1
Homologado

MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) — em Reais

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	936.464,51	936.464,51	251.858,87	26,89
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	122.100,00	122.100,00	1.239,66	1,01
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	245.300,00	245.300,00	9.363,44	3,81
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	334.000,00	334.000,00	223.193,01	66,82
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	193.000,00	193.000,00	1.294,50	0,67
Imposto Territorial Rural - ITR				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	13.500,51	13.500,51	419,59	3,10
Dívida Ativa dos Impostos	14.964,00	14.964,00	11.550,91	77,19
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	13.600,00	13.600,00	4.797,76	35,27
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	8.963.600,00	8.963.600,00	3.063.284,81	34,17
Cota-Parte FPM	5.589.600,00	5.589.600,00	1.847.299,06	33,04
Cota-Parte ITR	160.000,00	160.000,00	27.540,59	17,21
Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	84.594,43	42,29
Cota-Parte ICMS	2.880.000,00	2.880.000,00	1.090.547,89	37,86
Cota-Parte IPI-Exportação	18.000,00	18.000,00	9.284,76	51,58
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	116.000,00	116.000,00	4.018,08	3,46
Desoneração ICMS (LC 87/96)	16.000,00	16.000,00	4.018,08	25,11
Outras	100.000,00	100.000,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**9.900.064,51**	**9.900.064,51**	**3.315.143,68**	**33,48**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	945.860,00	945.860,00	378.808,21	40,04
Provenientes da União	845.860,00	845.860,00	325.503,10	38,48
Provenientes dos Estados	100.000,00	100.000,00	53.305,11	53,30
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2.044.000,00	2.044.000,00	850.774,76	41,62
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**1.967.860,00**	**1.967.860,00**	**804.195,59**	**40,86**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados[7]
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	3.897.275,00	3.894.445,00	2.696.496,87	69,23	2.091.552,59	53,70	
Pessoal e Encargos Sociais	1.827.500,00	1.768.765,00	1.155.521,58	65,32	1.155.521,58	65,32	
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	2.069.775,00	2.125.680,00	1.540.975,29	72,49	936.031,01	44,03	
DESPESAS DE CAPITAL	117.500,00	641.674,00	509.682,20	79,43	111.047,00	17,30	
Investimentos	117.500,00	641.674,00	509.682,20	79,43	111.047,00	17,30	
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**4.014.775,00**	**4.536.119,00**	**3.206.179,07**	**70,68**	**2.202.599,59**	**48,55**	

Emissão: 05/06/2018 14:48:59 — Page 1
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017. — Homolo

MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) em Reais

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.014.775,00	4.536.119,00	3.206.179,07	100,00	2.202.599,59	100,00	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	281.750,00	431.750,00	896.007,86	27,94	587.290,21	26,66	
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos	3.733.025,00	4.104.369,00	2.310.171,21	72,05	1.615.309,38	73,33	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS AN							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	**4.014.775,00**	**4.536.119,00**	**3.206.179,07**	**70,68**	**2.202.599,59**	**48,55**	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)							
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100) [6] - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					**48,55**		
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15,00 * IIIb)/100]					**-497.271,55**		

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018					
Inscritos em 2017	158.795,89		122.811,64	35.984,25	158.795,89
Inscritos em 2016					
Inscritos em 2015					
Inscritos em 2014					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2014					
TOTAL	**158.795,89**		**122.811,64**	**35.984,25**	**158.795,89**

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2014			
TOTAL			

Emissão: 05/06/2018 14:48:59 Page 2
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017. Homolo

MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) em Reais

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2017			
Diferença de limite não cumprido em 2016			
Diferença de limite não cumprido em 2015			
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em 2013			
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013			
TOTAL			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	2.440.000,00	2.566.276,00	2.322.243,54	72,43	1.883.498,18	85,51	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.750.000,00	3.474.812,00	2.429.810,64	75,78	1.035.144,46	46,99	
Suporte Profilático e Terapêutico							
Vigilância Sanitária	39.550,00	151.550,00	221.697,24	6,91	216.262,20	9,81	
Vigilância Epidemiológica	300.000,00	302.000,00	127.711,16	3,98	99.512,72	4,51	
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções	2.500.000,00	2.577.600,00	1.310.895,56	40,88	1.170.781,62	53,15	
TOTAL	**4.014.775,00**	**4.536.119,00**	**3.206.179,07**	**100,00**	**2.202.599,59**	**100,00**	

FONTE: SISTEMA AUTONIMO DE AGUA DE NOVA BRASILANDIA

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Emissão: 05/06/2018 14:48:59 Page 3
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017. Homolo

MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICOS PRIVADAS - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) — em Reais

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2018	
		No Bimestre	No Bimestre
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações Decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provissões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos Não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Do Ente Federado, Exceto Estatais Não-Dependentes (I)											
Das Estatais Não-Dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS											
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	15.729.614,98	5.787.511,86									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)											

Emissão: 05/06/2018 14:59:22 — Page 1 de
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017. — Homologad

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2018 _ Bimestre DE MARÇO/ABRIL

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	21.129.662,95
Previsão Atualizada	21.129.662,95
Receitas Realizadas	6.717.535,50
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	543.018,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	21.144.662,95
Créditos Adicionais	693.018,00
Dotação Atualizada	21.837.680,95
Despesas Empenhadas	8.606.987,12
Despesas Liquidadas	5.491.827,40
Despesas Pagas	5.066.021,13
Superávit Orçamentário	1.225.708,10

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	8.606.987,12
Despesas Liquidadas	5.491.827,40

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	16.750.500,87

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário	
Receitas Previdenciárias Realizadas	585.274,73
Despesas Previdenciárias Liquidadas	391.706,28
Resultado Previdenciário	193.568,45
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Financeiro	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Resultado Previdenciário	

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0%
Resultado Primário	1.657.796,17	-2.116.864,43	-127,69%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	262.435,39		177.232,22	85.203,17
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	1.549.481,13		730.559,52	818.921,61
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**1.811.916,52**		**907.791,74**	**904.124,78**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento	875.538,00	0,00 %	26,54 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fun		0,00 %	0,00 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação I	240.304,67	60,00 %	63,09 %
Complementação da União ao FUNDEB		0,00 %	0,00 %

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	344.853,96	2.298.729,36

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício[1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		100.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas c/Ações e Serviços Públicos de Saúde exec. c/ rec. de impostos		15,00 %	48,55 %

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

[1] Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Emissão: 05/06/2018 15:00:20 — Page 1 de 1

Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017. — Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

CONTABILIDADE
LEI Nº 683.2018 - LDO 2019

Súmula: Dispõe sobre Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício 2019, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor **JOSÉ LAIR ZAMONER**, Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2°, da Constituição, as diretrizes orçamentárias do Município para 2019, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração para 2019;

II - a estrutura, organização e diretrizes para a execução e alterações dos orçamentos do Município para 2019;

III - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária do Município;

Parágrafo único. Fazem parte integrante desta Lei os seguintes documentos:

I – Projeção da Receita e da Despesa para 2019;

II - Anexo de metas e prioridades para 2019;

III - Anexo de Riscos Fiscais;

IV – Relatório dos projetos em andamento e posição sobre a situação de conservação do patrimônio público e providências a serem adotadas.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2019

Art. 2. Em consonância com o art. 165, § 2°, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2019 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

Parágrafo único. Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E

ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA 2019

Seção I

Da Organização dos Orçamentos do Município

Art. 3. O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 4 Os orçamentos discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.

§ 1º. As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em subtítulos (subprojetos ou sub-atividades), abertos por Decreto do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades, produtos, unidades de medida e valores, estabelecidos para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).

§ 2º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.

Art. 5. A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – a fundos especiais;

II - às ações de saúde e assistência social;

III - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;

IV – aos créditos orçamentários que se relacionem à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

V - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

VI - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

VII - ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

VIII - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e

IX - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Art. 6. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo será constituído de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5o, inciso II, da Constituição; e

V - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente ao orçamento fiscal e da seguridade social.

VI – demonstrativo da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§1º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, informando, saldos de créditos especiais, situação esperada dos restos a pagar ao final do exercício e outros compromissos financeiros exigíveis;

II - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa;

§2º. Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 7. Para efeito do disposto neste capítulo o Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 31/Julho/2018, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 8. A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária a, no máximo, 3,0% (três) por cento da Receita Corrente Líquida prevista para o Município e:

I – se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos;

II – ficará sob a coordenação do órgão responsável pela sua destinação; e

III – será controlada através de registros contábeis no sistema orçamentário.

§1º. Não será considerada, para os efeitos do percentual de que trata o caput, a reserva à conta de receitas vinculadas e diretamente arrecadadas dos fundos e das entidades da administração indireta, cuja utilização fica autorizada até o limite previsto na Lei Orçamentária.

§2º. A reserva de contingência, como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais para eventos fiscais imprevistos que não estejam contemplados no anexo de riscos fiscais, somente poderá ser utilizada com valores que ultrapassem, concomitantemente:

I - à previsão do Anexo de riscos fiscais; e

II – o déficit financeiro apurado em balanço de recursos livres do exercício anterior.

§3º. No mês de dezembro de 2019, a reserva de contingência prevista poderá ser utilizada como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, desde que observado o §2º, II, do artigo 8º.

Art. 9. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar n° 101, de 2000:

I - integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8. 666,

de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição, o impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº 101/2000, art. 16;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3o, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se refere os incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 10. O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária para 2019, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§1º. Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade de repasses financeiros, estabelecidas mensalmente, para o exercício de 2019.

§ 2º. No caso do Poder Executivo, o ato referido no caput e os que o modificarem conterão:

I - metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar n° 101, incluindo seu desdobramento por origem de recursos;

II - demonstrativo da despesa por programas de governo.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias Compreendidas

os Créditos Adicionais Destinados ao Poder Legislativo

Art. 11. O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2019, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7,0 % (Sete por Cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2018, nos termos do art. 29-A da Constituição da República, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§1º. Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º. Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

I – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.

II – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados ao Executivo até o limite constitucionalmente previsto.

Art. 12. Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais de 7,0% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2018, ou, sendo esse valor superior ao orçamento do Legislativo, o limite de seus créditos orçamentários.

§ 1º. Em caso da não elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

§ 2º. Considera-se receita tributária e de transferências para fins de cálculo do orçamento do Poder Legislativo, desde que efetivamente arrecadadas:

a) IPTU

b) IRRF

c) ITBI

d) ISSQN

e) TAXAS

f) Receita da Dívida Ativa Tributária

g) Juros e multas da dívida ativa tributária

h) Juros e multas das Receitas tributárias

i) FPM

j) ITR

l) IOF s/ ouro

m) ICMS Desoneração

n) ICMS

o) IPVA

p) IPI (Exportação)

q) CIDE

Art. 13. O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos será devolvido ao Poder Executivo, deduzido:

I – os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;

II – os valores necessários para:

a) obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um

exercício financeiro;

b) outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Art. 14. A Câmara Municipal enviará até o dia 15 de cada mês, a demonstração da execução orçamentária e contábil do mês e até o mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do Município.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 15. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

a) O município se adequara **aos padrões internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCASP**

Art. 16. Os serviços de contabilidade do Município organização sistema de custos que permita:

a) mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

b) mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

c) identificar o custo por atividade governamental e órgãos;

d) a tomada de decisões gerenciais.

Art. 17. A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

§ 1º. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§ 2º. Quadrimestralmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante a sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art 18. Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos

subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto

ou a obtenção de uma unidade completa;

II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público

e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias

para tanto.

§ 1º. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 2º. O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º. É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/93, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados inferiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI

Da Transferência de Recursos para as Entidades da Administração Indireta

Art. 19. O Município transferirá a contribuição patronal para o Regime Único de Previdência Social, para o Instituto Nacional de Previdência Social:

I – os valores referentes à contribuição equivalente a 21,00% sobre a

remuneração paga ou creditada aos servidores;

II – O percentual poderá ser alterado de acordo com a Legislação vigente;

Art. 20. O Município poderá efetuar transferências financeiras intragovernamentais, autorizadas em lei específica conforme preconiza a Constituição da República, Art. 167, VIII:

I – a fundos e fundações, inclusive as instituídas e mantidas pela

administração pública,

II – a empresas públicas e sociedades de economia mista, cuja maioria do

capital pertence ao Município, para suprir déficits financeiros.

Seção VII

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I

Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 21. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de

assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam

registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica,

institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT,

bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2019, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 22. Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais,

de meio ambiente ou desportivas;

II - cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;

III - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

IV - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por

entes públicos;

V - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público –

OSCIP.

VI – Associações e entidades não governamentais legalmente constituídas.

Parágrafo único. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda da regular aplicação dos recursos, mediante determinação de Lei Municipal específica (lei que disciplina a prestação de recursos repassados) devendo ocorrer a devolução dos valores no caso de desvio de finalidade;

Subseção II

Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 23. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Parágrafo único – Fica o Poder Executivo expressamente autorizado a contribuir para atender as despesas de outro ente da federação, desde que haja previsão na lei orçamentária anual e medida venha a ser baseada em convênio, ajuste, acordo ou congênere, observada a legislação de referência, nos exatos termos do artigo 62 da Lei Complementar n.° 101/2000

Art. 24º. A transferência de Recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I – a necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou

entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua

extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda,

representar prejuízo para o município.

II – incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais,

comerciais e de serviços, nos termos do que já dispõe a Lei Municipal

específica.

III – no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas

Físicas e jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos

encargos financeiros de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo

de captação, nos termos do que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar

nº 101/2000:

a) destinação dos recursos através de fundo rotativo;

b) formalização de contrato;

c) aprovação de projeto pelo Poder Público;

d) acompanhamento da execução;

e) prestação de contas.

Parágrafo único. Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LC nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a lei orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VIII

Dos Créditos Adicionais

Art. 25. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

Art. 26. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais as exposições de motivos que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de

Caráter Continuado

Art. 27. A compensação de que trata o art. 17, § 2°, da Lei Complementar n° 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC nº 101/2000.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art. 28. O Poder Executivo e Legislativo publicarão tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 29. Os Poderes Executivo e Legislativo do Município terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais:

I – No Poder Legislativo:

a) 70% das receitas de impostos e transferências que cabem ao Poder,

conforme Art. 29- A da Constituição Federal, excluídos os valores

referentes aos inativos e pensionistas e eventuais repasses de

cunho extra-orçamentários;

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos

6% sobre a Receita Corrente Líquida – RCL, deverá ser observado o

limite de acréscimo desta despesa, previsto no Art. 71 da Lei de

Responsabilidade Fiscal.

II – No Poder Executivo:

a) caso o Poder tenha ultrapassado os 54% (cinqüenta e quatro pontos

percentuais) sobre a Receita Corrente Líquida no exercício de 2018,

o orçamento de 2019 deverá prever o retorno ao percentual limite

até o final do exercício, nos termos do art. 70 da Lei Complementar

nº 101 de 2000.

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos

54% sobre a Receita Corrente Líquida, deverá ser observado o

limite de acréscimo desta despesa, em percentual da receita base

de cálculo, nos termos do art.. 71 da Lei Complementar n° 101, de

2000.

Art. 30. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de manifestação do Conselho de Política e Remuneração de Pessoal de que trata o art. 39 da Constituição da República.

Art. 31. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1o, inciso II, da Constituição, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

I – No Poder Executivo:

a) recuperação de vencimentos dos exercícios de 2018 a 2019;

b) aumento de remuneração em percentual de até 15%;

c) reforma do plano de carreira do magistério público municipal

d) investiduras por admissão por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

e) concessão de abono remuneratório aos servidores em efetivo exercício do magistério;

f) criação de vagas no serviço público para o atendimento de programasda União;

g) Reforma do Plano de Carreira, Cargos e salários dos Servidores.

h) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal nº 023/1995 alterada pela 108/2004 e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

II – No Poder Legislativo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 15%;

b) criação dos cargos de Vigia e Zeladora

c) alterações Plano de Cargos e Carreira da Câmara Municipal

d) investiduras por admissão por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

e) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal nº 23/95 Art. 197 alterada pela Lei 108/2004, e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revelem a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

§ 1º. As autorizações dos incisos I e II deverão ser precedidas da análise da repercussão sobre o percentual da despesa com pessoal, nos termos do artigo 17 e 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. Os créditos orçamentários para as despesas com pessoal do Município, tendo em vista a perda acumulada nos vencimentos dos servidores públicos, em atendimento ao previsto no inciso X do art. 37 da CF/88, deverão prever, além da perda do valor aquisitivo do último exercício, a revisão geral acumulada em mais até 5%.

Art. 32. No exercício de 2019 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver ultrapassado os 51,3%(cinqüenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento), respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, exceto no caso previsto no art. 57, § 6o, inciso II, da Constituição, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

I – situações de emergência ou calamidade pública;

II – situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens;

III – a relação custo-benefício se revelar favorável em relação a outra alternativa possível;

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, far-se-á, respectivamente, pelo Prefeito Municipal e Presidente da Câmara, sendo os motivos devidamente fundamentados no ato da autorização.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

DO MUNICÍPIO

Art. 33. Na política de administração tributária do Município ficam definidas as seguintes diretrizes para 2019, devendo, até o final do exercício, legislação específica dispor sobre:

I – revisão no Código Tributário do Município, especialmente sobre:

a) Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU:

1. ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

2. ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

b) a alteração na alíquota e na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Art. 34. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão canceladas as previsões da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município de Nova Guarita.

Art. 36 - Se verificado que a realização da receita poderá não atingir as metas do equilíbrio financeiro, conforme determina a Lei Complementar n. º 101/2000, o Poder Executivo promoverá a limitação de empenho e movimentação financeira, com base nos seguintes critérios:

I – limitação de empenho relativo a novos investimentos, onde seria utilizado recurso próprio do orçamento.

II – limitação de empenho de despesas relativas a viagens e congêneres.

III – limitação de empenhos referente a despesas gráficas.

IV – limitação de empenhos de despesa relativas a veiculação institucionais

pela mídia, excetuando-se as decorrentes doa atos de publicidade

exigidos por lei.

V – limitação de despesas com combustíveis e derivados, exceto para a frota

da saúde e educação.

§1º - Não será objeto de limitação de empenho, as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

§2º - A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta nos bimestres seguintes.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Guarita/MT, 19 de Junho de 2018.

JOSE LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 102/2018

PORTARIA Nº 102/2018

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005, 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder Férias** aos servidores abaixo relacionados com respectivos períodos de férias vencidas e gozo de férias**,** de acordo com os Artigo 118, Parágrafo Único da Lei Complementar 021/2005 de 15/12/2005 e Artigos 76 ao 79 da Lei Complementar 019/2005 de 15/12/2005:

Matrícula	Servidores	Período de Férias Vencidas	Período de gozo
2141	KENNEDY MAYLLER SILVA GOMES	10/04/2017 A 09/04/2018	01/06/18 A 30/06/18
2102	DALISON ANTONIO ARAUJO SANTOS	01/04/2016 A 31/03/2017	01/06/18 A 30/06/18
2113	SILVANO MARIANO DE SOUZA	01/04/2016 A 31/03/2017	01/06/18 A 30/06/18
1644	JULCIMAR JOSE DA SILVA	02/04/2016 A 01/04/2017	01/06/18 A 30/06/18
845	SEBASTIAO MARTINS NETO	16/02/217 A 15/02/2018	01/06/18 A 30/06/18
2180	FILIPE LAURENÇO NUNES	15/07/2016 A 14/07/2017	01/06/18 A 30/06/18
400	CINTHIA HELENA PEDRO	17/04/2016 A 16/04/2017	01/06/18 A 30/06/18
2259	FABIANA CRISTIANINI FIUZA	01/06/2016 A 31/05/2017	01/06/18 A 30/06/18
1470	TAIANA CAÇANDRE FAJOLI	15/03/2017 A 16/03/2018	01/06/18 A 30/06/18
730	ARIADNA DE FARIA FERREIRA	16/02/2017 A 15/02/2018	01/06/18 A 30/06/18
12	ANA CLAUDIA NASCIMENTO MONTEIRO	02/05/2016 A 01/05/2017	01/06/18 A 20/06/18
1390	ANA CLAUDIA NASCIMENTO MONTEIRO	01/03/2016 A 28/02/2017	01/06/18 A 20/06/18

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 30 dias do mês de Maio de 2018.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 112/2018

PORTARIA Nº 112/2018

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Conceder **Licença Maternidade,** nos Termos do disposto no Artigo 147, Inciso I, da Lei Complementar 021/2005 a Servidora **SANDRA DOS SANTOS TORRES, matrícula 2112,** portadora da Cédula de Identidade 17841666-6 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoa Física 022.791.351-59**, no período de 05/06/2018 a 02/10/2018.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 12 dia do mês de Junho de 2018.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 103/2018

PORTARIA Nº 103/2018

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005 e lei complementar 029/2007 de 21/09/2007, e demais legislações pertinentes

Resolve:

Art. 1º - **Exonerar em 01/06/2018**, o **Senhor CLAUDEMIR VIEIRA PENAJO,** brasileiro, solteiro, portador do RG 1481317-3 ssp/MT e CPF 005.809.461-00, do cargo em comissão de ***DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO***.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 089/2018 de 02/05/2018 tendo seus efeitos retroagidos ao dia 01/06/2018.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 04 dias do mês de junho de 2018.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 107/2018

PORTARIA Nº 107/2018

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1.º - Revogar a partir de (04/06/2018) a Portaria 021/2017 de 01/01/2017 que **designou** a Senhora **ADRIANA CRISTINA BISPO,**do cargo de provimento comissionado de ***CHEFE DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS.***

Art. 2º -Designar a partir de (04/06/2018), a Senhora **ADRIANA CRISTINA BISPO,** brasileira, solteira, portadora do RG n.º 1296997-4 SSP/MT e CPF n.º 695.269.821-34, neste município, para responder pelo cargo em comissão de***DIRETORA DE PROJETOS SOCIAIS.***

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 021/2017 de 01/01/2017.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 04 dia do mês de Junho de 2018.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 108/2018

PORTARIA Nº 108/2018

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 020/2005 e 021/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes

Resolve:

Art. 1º - Conceder **Licença para tratar de interesses particulares** nos Termos do disposto no Artigo 137, Inciso VII, e no Artigo 150, ambos da Lei Complementar 021/2005, a Servidora **SERGIO DA SILVA LIMA, matrícula 2127**, pelo prazo de até 03 (três) ano consecutivo a partir de 01/06/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, tendo seus efeitos retroagidos ao dia 01/06/2018.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 04 dias do mês de Junho de 2018.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA - MT - TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Nº DE CONTROLE DE DOCUMENTOS LICITATÓRIOS 40/2018

Dispensa de Licitação nº 04/2018

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica que esteja apta para prestar serviços técnicos de acompanhamento e gravação dos acontecimentos das sessões ordinárias, extraordinárias, e demais reuniões que possam acontecer no plenário da Câmara, serviços de operação de mesa de som e serviços de divulgações dos atos e atividades do Poder Legislativo Municipal, conforme procedimento de Licitação 04/2018, na modalidade DISPENSA de Licitação 04/2018.

Em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei n.º 8.666/93, **RATIFICO** a dispensa de licitação nº. 04/2018, para os serviços do objeto acima mencionados, por um período de 07(sete) meses, da data de assinatura contratual até 31/12/2018, em conformidade com o inciso II, do artigo 24 da Lei Federal n.º 8666/93, c/c o artigo 1º. da Lei Municipal nº 730/2015, feita à empresa ROGERIO MIRANDA CONSTANCI 00432847103, inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica CNPJ: Nº 18.138.136/0001-28, localizada à Rua Principal Alberto Fernandes, nº 507, Bairro Centro nesta cidade de Nova Lacerda MT.

Nova Lacerda - MT, 22 de junho de 2018.

Joventino Amadeu Dalabenetta - Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA - MT - TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Nº DE CONTROLE DE DOCUMENTOS LICITATÓRIOS 39/2018

Dispensa de Licitação nº 04/2018

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica que esteja apta para prestar serviços técnicos de acompanhamento e gravação dos acontecimentos das sessões ordinárias, extraordinárias, e demais reuniões que possam acontecer no plenário da Câmara, serviços de operação de mesa de som e serviços de divulgações dos atos e atividades do Poder Legislativo Municipal, conforme procedimento de Licitação 04/2018, na modalidade DISPENSA de Licitação 04/2018.

Adjudico o objeto desta Dispensa de Licitação:

Razão Social da Empresa: ROGERIO MIRANDA CONSTANCI 00432847103, inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica CNPJ: Nº 18.138.136/0001-28, localizada à Rua Principal Alberto Fernandes, nº 507, Bairro Centro nesta cidade de Nova Lacerda MT.

Nova Lacerda - MT, 22 de junho de 2018.

Joventino Amadeu Dalabenetta

Presidente da Câmara

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 033/2018

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 033/2018

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 033/2018.

ABERTURA: 09 de julho de 2018 ás 15:00 horas;

CREDENCIAMENTO: das 14:45 ás 15:50 horas;

OBJETO: **Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa de mídia televisiva, em divulgação em televisão de atos, programas, serviços, campanha de interesse público e comunitária, atendendo o município Nova Lacerda-MT.**

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 21 de junho de 2018.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA - MT - PROJETO DE LEI Nº 06/ 2018

PROJETO DE LEI 06/ 2018

Autoria: Joventino Amadeu Dalabeneta

“ DISPÕE SOBRE REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES

DA CAMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA- MT.”

A Mesa diretora da Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **FAZ SABER**, que a Câmara municipal aprovou e o prefeito Municipal Sr. **Wilson Jose da Silva** sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder aos servidores Públicos da Câmara Municipal de Nova Lacerda, reposição de vencimentos de forma linear em percentual de 1.56 (hum inteiro e cinquenta e seis centésimo por cento) de acordo com INPC acumulado até março de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei serão cobertas com recursos próprios da Câmara Municipal do Orçamento vigente nas seguintes rubricas

31.90.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas

31.90.04.00.00.00 – Contratos temporários

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros junto a folha de pagamento do mês de abril do corrente ano.

Art. 4º - Revogam- se as disposições em contrário

Sala das sessões da Câmara municipal de Nova Lacerda, em 16 de Abril de 2018.

Joventino Amadeu Dalabeneta

Vereador Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2018

DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2018

"DETERMINA PONTO FACULTATIVO NO DIA 22 DE JUNHO DE 2018"

JOVENTINO AMADEU DALABENETTA, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

DECRETA:

Art. 1º – Fica estabelecido Ponto Facultativo, no dia 22/06/2018, sexta-feira, em decorrência do Jogo da Seleção Brasileira na copa do mundo de Futebol 2018.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Nova Lacerda, 20 de junho de 2018.

Joventino Amadeu Dalabetta

Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 031/2018

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 031/2018

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 031/2018.

ABERTURA: 09 de julho de 2018 ás 13:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 13:15 ás 13:30 horas;

OBJETO: **Registro de Preço para futura contratação de empresa de mídia impressa, com pagina colorida , em prestação de serviços de publicidade institucional oficial do Município de Nova Lacerda-MT em jornal de grande circulação na região Oeste.**

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 21 de junho de 2018.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 032/2018

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 032/2018

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 032/2018.

ABERTURA: 05 de julho de 2018 ás 08:00 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:40 ás 08:00 horas;

OBJETO: **Registro de preço na futura e eventual aquisição de patrulha mecanizada para atender as necessidades do município de Nova Lacerda-MT. CONVENIO N° 842793/2017 PROPOSTA 021482/2017**

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 21 de junho de 2018.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 114/2018

PORTARIA Nº 114/2018

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 020/2005 e 021/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes

Resolve:

Art. 1º - Retifica a data de gozo de férias referente ao período aquisitivo 16/02/2017 A 15/02/2018 da servidora **Ariadna De Faria Ferreira**, matricula **730**, concedida na portaria 102/2018 de 30/05/2018, onde se lê "**01/06/18 A 30/06/18**" leia se "**01/07/2018 a 30/07/2018**".

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 12 dias do mês de Junho de 2018.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 109/2018

PORTARIA Nº 109/2018

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder a Elevação de Classe** ao servidor concursado abaixo relacionado com a respectiva classificação, de acordo com o Artigo 44, Inciso I, II e III, Parágrafos 1°, 2° e 3° da Lei Complementar 019/2005 de 15/12/2005:

Matrícula	Servidores	Elevação de Classe
2130	*Paloma De Oliveira Mendes Basil*	*B*
1589	*Lucimeire Ferreira De Oliveira Moura*	*C*

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 04 dia do mês de junho de 2018.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 104/2018

PORTARIA Nº 104/2018

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 020/2005 e 021/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes

Resolve:

Art. 1º - Conceder **Licença para tratar de interesses particulares** nos Termos do disposto no Artigo 137, Inciso VII, e no Artigo 150, ambos da Lei Complementar 021/2005, a Servidora **ANTONIO MARCOS NUNES TEIXEIRA, matrícula 362**, pelo prazo de até 03 (três) ano consecutivo a partir de 01/06/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, tendo seus efeitos retroagidos ao dia 01/06/2018.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 04 dias do mês de Junho de 2018.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 106/2018

PORTARIA Nº 106/2018

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1.º - Revogar a partir de (04/06/2018) a Portaria 095/2018 de 02/05/2018 que **designou** o Senhor **LUCIANO RODRIGUES DA SILVA,**do cargo de provimento comissionado de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO.**

Art. 2º -Designar a partir de (04/06/2018), o Senhor **LUCIANO RODRIGUES DA SILVA,** brasileiro, solteiro, residente, portador da C.I. n. º 1890847-0 SSP/MT e CPF n.º 020.717.861-57, concursado no cargo de Agente de Serviço Braçais, conforme Portaria 144/2015 de 29/05/2015 e Termo Posse 072/2015 de 01/06/2015, neste município, para responder pelo cargo em comissão de***DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO.***

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 095/2018 de 02/05/2018.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 04 dia do mês de Junho de 2018.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 806/2018

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER ISENÇÃO FISCAL DE TAXA DE ÁGUA AO ESTADO DE MATO GROSSO ESPECIFICAMENTE AO COLÉGIO 1º DE MAIO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, Senhor **JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder isenção fiscal de taxa de agua exercício financeiro 2018 (dois mil e dezoito) ao Estado de Mato Grosso especificamente ao Colégio Estadual 1º de Maio;

Art. 2º. A presente isenção é contrapartida do Município frente à disponibilidade pelo Estado de Mato Grosso por meio do diretor da escola de espaço físico de 05 (cinco) salas de aula ao Município localizadas no Colégio Estadual 1º de Maio;

Art. 3º - Fica igualmente autorizado ao Poder Executivo Municipal a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, fiscais, tributárias e contábeis, para o fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Marilândia, aos 21 (Vinte e um) dias de Junho de 2018 (dois mil e dezoito).

_____

—

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2018

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto nº. 034/2018 de 19 de Abril de 2018, comunica aos interessados que será realizada licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2018,** do Tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** no dia **10/07/2018, às 08:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, nº. 51, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é a ***CONTRATACAO DE EMPRESA NA FORMA DE EXECUÇÃO GLOBAL PARA REFORMA DA ETA Á FIM DE IMPLANTAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT, CONFORME PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS EM ANEXO.***

Esta licitação será regida pela Lei nº. 8.666/93, suas alterações e disposições aplicáveis, além das demais normas legais e regulamentos pertinentes.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados, pelo site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações – Editais – 2018 – Geral**, pelo email licitação@novamonteverde.mt.gov.

br. ouna sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 21 de Junho de 2018.

JOHNNY BERNATZKY

Presidente da CPL

Decreto 034/2018

PUBLIQUE-SE

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 15/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 15/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2792/2018

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT,** *Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº 51, Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente representada pela Prefeita Municipal, Sra.* **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, brasileira, casada, portadora da C.I. RG n.º 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº. 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira Nº. 88 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **JOSE DOS SANTOS 03543275186, CNPJ: 23.527.428/0001-92**, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 19/2018 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº. 14/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANIPULAÇÃO DE MADEIRA À FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES*****,*** conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 19/2018.

1.1.1. Este instrumento **NÃO OBRIGA** a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para tal objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência da execução, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal participante desse processo licitatório, através do Departamento de Compras/ Licitações, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: JOSE DOS SANTOS 03543275186

CNPJ: 23.527.428/0001-92

ENDEREÇO: Rua Rondonópolis, Nº 74, Centro, Nova Monte Verde-MT.

Seq.	Cód.	Descrição do produto	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	41295	SERVIÇO DE ABRIR TORA E MANIPULAR MADEIRA	M²	500	R$ 235,00	R$117.500,00
				TOTAL : R$ 117.500,00		

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os serviços licitados deverão ser executados na sede da Prefeitura Municipal em Nova Monte Verde - MT, ou onde for necessário dentro do território de abrangência do Município de Nova Monte Verde – MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço.**

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.13. Fornecer os produtos ou serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais e/ou trabalhistas previstas na legislação vigente, comprometendo-se a saldá-las em tempo oportuno, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT;

5.15. Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, cíveis ou penais, relacionadas à prestação dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

5.16. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a prestação dos serviços;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento devido será efetuado conforme emissão da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria responsável atestando o recebimento dos produtos ou serviços.

7.2 A Nota Fiscal será paga somente após o atesto do setor competente, assegurando que os produtos ou serviços entregues estão de acordo com as exigências contidas neste edital.

7.3 A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório.

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

OBRAS

08 – Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviço Urbano

002 – Departamento de Obras e Transporte

26 – Transportes

782 – Transporte Rodoviário

0016 – Manutenção dos Serviços de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

2 040 – Manutenção Departamento de Obras Transportes e Serviços Urbanos

389 – 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

OBRAS

08 – Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviço Urbano

002 – Departamento de Obras e Transporte

26 – Transportes

782 – Transporte Rodoviário

0061 – Manutenção dos Recursos do FETHAB

1 031 – Abertura, Reabertura e conservação de Estradas

372 – 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 19/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Monte Verde-MT, 21 de Junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

PREFEITA MUNICIPAL

JOSE DOS SANTOS 03543275186

CNPJ: 23.527.428/0001-92

CONTRATADA

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2018

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2018

PROCESSO Nº. 2792/2018

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANIPULAÇÃO DE MADEIRA À FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.*

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 042/2017 de 17 de Janeiro de 2017, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 19/2018 sagrou-se vencedora do Certame Licitatório realizado no dia 08 de Junho de 2018, ás 08:00 horas á seguinte:

EMPRESA:
JOSE DOS SANTOS 03543275186, CNPJ: 23.527.428/0001-92, para um valor total de R$ 117.500,00 (cento e dezessete mil e quinhentos reais), para um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Nova Monte Verde-MT, 21 de Junho de 2018.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro

Decreto 042/2017

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14/2018

PREGÃO PRESENCIAL nº. 020/2018

PROCESSO Nº. 042/2018

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **PAULINA SCAVAZINI DA SILVA DE OLIVEIRA 34611189821 "MEI"**, inscrita no CNPJ/MF nº 29.871.660/0001-20 estabelecida na cidade de Nova Nazaré à Rua/Av. Rua Aparecida Maria de Azeredo, neste ato representada por **LUCINEIA CLOZZA SCAVAZINI DE OLIVEIRA**, Carteira de Identidade nº. 14.566.941-5 SSP/SP, CPF nº 063.930.498-20**,** nas quantidades estimadas no **Item 1 e 2** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial**

nº. 020/2018 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de camisetas, conforme especificações do edital e proposta de preços.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 020/2018**, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. **JOÃO TEODORO FILHO, disposta no Processo nº 042/2018.**

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DAS CONDIÇÕES

DE FORNECIMENTO

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.1.1 - Descrição, Quantidade e ITENS Registrados:

PAULINA SCAVAZINI DA SILVA DE OLIVEIRA 34611189821 MEI

CNPJ: nº 29.871.660/0001-20

Item	Unid.	Quant.	Especificação detalhada do objeto	R$ UNIT.	R$ TOTAL
1	600	UND	Camiseta uniforme (indigena e proerd) - camiseta de uniforme, tipo unissex, tecido em malha PP, manga curta, gola redonda ou V, costura simples, cor e pintura sera informada no momento do pedido, tamanhos P, M, G e XG, com pintura ou silcagem, sendo uma na frente.	**20,00**	12.000,00
2	2.500	UND	Camiseta, tipo unissex, tecido em malha PP, manga curta, gola redonda ou V, costura simples, cor e pintura sera informada no momento do pedido, tamanhos P, M, G e XG, com pintura ou silcagem, sendo uma na frente.	**20,00**	50.00,00

3.2 – As camisetas deverão ser entregues de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, de forma parcelada, mediante a autorização por escrito.

3.3 – A empresa terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos, com tolerância e justificativa, excepcionalmente de no máximo 01 (um) dia corrido contado da data da ordem de fornecimento do setor de compras do Município, onde deverão estar incluídos nos preços as despesas de frete, carga, descarga, etc;

3.4 – As mercadorias deverão estar de acordo com a qualidade e quantidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.

3.5 - Os materiais deverão seguir as normais exigidas pela legislação vigente.

3.6 - Constatadas irregularidades no Termo de Fornecimento, o Contratante poderá:

a. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é a **Secretaria Municipal de Administração e orgãos participantes as secretarias de Educação, Saúde, Viação e Transportes, Obras e Serviços Urbanos, Assistencia Social, Agricultura, Esportes e Lazer e Assuntos Indigenas**.

4.2 – A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014**, e, diante disso está sujeito à autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado e diante disso,** o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro** de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura **(18/ 06/2018 até 18/06/2019)** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 18 de Junho de 2018.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PAULINA SCAVAZINI DA SILVA DE OLIVEIRA 34611189821 "MEI"

PAULINA SCAVAZINI DA SILVA DE OLIVEIRA

RG: 41.147.102-8 SSP/SP

CPF: 346.111.898-21

PREFEITURA/LICITAÇÃO
1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2018

Processo nº 046/2018

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, vêm **RETIFICAR** item 12.5.2, alínea "b" do edital, que passará a ter a seguinte redação:

12.5.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a – (...)

b – Prova de Inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual (inscrição Estadual) OU municipal (alvará de funcionamento)** relativa ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;

c – (...)

Ficam mantidas as demais cláusulas do instrumento convocatório e, estando a Administração Pública convicta de que **a alteração ocorrida no edital não afetará na formulação das propostas** e com base no art. 21, § 4º, da Lei nº. 8.666/93 c/c o art. 4º, inciso V e artigo 9º da Lei nº. 10.520/2002, segue-se o prazo anteriormente estabelecido, **realização dia 28/06/2018, às 10h00min (horário Brasília), com credenciamento das 09h45-min às 10h00min**., na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT.

Nova Nazaré-MT, 21 de Junho de 2018.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120022/PMNO/2018 PREGÃO N° 022/2018/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº.03.238.920.0001/30 , localizado av. mato grosso nº175-centro, e as Empresas, **R. ANTONIO CUSTODIO-ME; Valor Global:** R$: 617.778,50 (seiscentos e dezessete mil, setecentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos), **BARBOSA E SOUSA LTDA-ME**- **Valor Global:** R$: 646.780,00 (seiscentos e quarenta e seis mil, setecentos e oitenta reais); **TATIANE SOARES RODRIGUES DA CRUZ01142074102**- **Valor Global**: R$: 617.778,50 (seiscentos e dezessete mil, setecentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos); **COMERCIO E SERVIÇOS VALE CENTRO OESTE LTDA- Valor Global**: R$: 1.682.290,00 (hum milhão, seiscentos e oitenta e dois reais e duzentos e noventa centavos), e atender os requisitos do processo licitatório, CONTRATADAS.

EMPRESAS CONTRATADAS PELOS PERCENTUAIS POR MARCAS:

MARCA	ITEM	EMPRESA	PERCENTUAL FINAL
FIAT	1	NORTAO COMERCIO DE PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA-ME	50%
VOLKS	2	NORTAO COMERCIO DE PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA-ME	51%
DINAPAK	3	BIELMAQ COMERCIO DE PECAS PARA MAQUINAS LTDA-EPP	35%
NEW ROLAND	4	FABRICIO VIEIRA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS-ME	49,05%
MASSEY FERGUSON	5	N E AQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇAO DE MAQUINAS LTDA	35,50%
CARTERPILLAR	6	FABRICIO VIEIRA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS-ME	65%
RENAUT	7	NORTAO COMERCIO DE PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA-ME	50%
TOYOTA	8	NORTAO COMERCIO DE PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA-ME	50%
CHEVROLET	9	R. ANTONIO CUSTODIO-ME	51%
KOMATSU	10	FABRICIO VIEIRA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS-ME	50%
VOLVO	11	TNOVE COMERCIO DE PECAS EIRELI	50,50%
MAXXI CASE	12	BIELMAQ COMERCIO DE PECAS PARA MAQUINAS LTDA-EPP	32,98%
MERCEDES	13	NORTAO COMERCIO DE PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA-ME	50%
VOLARE	14	TNOVE COMERCIO DE PECAS EIRELI	51,50%
IVECO	15	NORTAO COMERCIO DE PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA-ME	51,50%

PEÇAS ORIGINAIS OU DE 1ª LINHA-COM BASE EM PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO

MARCA	ITEM	EMPRESA	VALOR FINAL
FIAT	1	R. ANTONIO CUSTODIO-ME	40%
VOLKS	2	TNOVE COMERCIO DE PECAS EIRELI	40%
DINAPAK	3	BIELMAQ COMERCIO DE PECAS PARA MAQUINAS LTDA-EPP	35,50%
NEW ROLAND	4	N E AQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇAO DE MAQUINAS LTDA	40%
MASSEY FERGUSON	5	N E AQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇAO DE MAQUINAS LTDA	40%
CARTERPILLAR	6	FABRICIO VIEIRA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS-ME	40%
RENAUT	7	R. ANTONIO CUSTODIO-ME	40%
TOYOTA	8	NORTAO COMERCIO DE PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA-ME	35%
CHEVROLET	9	R. ANTONIO CUSTODIO-ME	40%
KOMATSU	10	FABRICIO VIEIRA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS-ME	40%
VOLVO	11	TNOVE COMERCIO DE PECAS EIRELI	40%
MAXXI CASE	12	N E AQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇAO DE MAQUINAS LTDA	40%
MERCEDES	13	TNOVE COMERCIO DE PECAS EIRELI	40%
VOLARE	14	TNOVE COMERCIO DE PECAS EIRELI	40%
IVECO	15	TNOVE COMERCIO DE PECAS EIRELI	40%

PEÇAS GENUINAS COM BASE SISTEMA TRAZ VALOR OU SISTEMA ELETRONICO EQUIVALENTE E PESQUISA DE MERCADO

MARCA	ITEM	EMPRESA	VALOR FINAL
FIAT	1	R. ANTONIO CUSTODIO-ME	40%
VOLKS	2	BARBOSA E SOUSA LTDA-ME	45%
DINAPAK	3	N E AQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇAO DE MAQUINAS LTDA	31%
NEW ROLAND	4	FABRICIO VIEIRA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS-ME	50%
MASSEY FERGUSON	5	FABRICIO VIEIRA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS-ME	35%
CARTERPILLAR	6	FABRICIO VIEIRA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS-ME	45%
RENAUT	7	BARBOSA E SOUSA LTDA-ME	41%
TOYOTA	8	BARBOSA E SOUSA LTDA-ME	15%
CHEVROLET	9	BARBOSA E SOUSA LTDA-ME	46%

KOMATSU	10	FABRICIO VIEIRA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS-ME	45%
VOLVO	11	TNOVE COMERCIO DE PECAS EIRELI	10%
MAXXI CASE	12	BIELMAQ COMERCIO DE PECAS PARA MAQUINAS LTDA-EPP	31%
MERCEDES	13	R. ANTONIO CUSTODIO-ME	42%
VOLARE	14	TNOVE COMERCIO DE PECAS EIRELI	40%
IVECO	15	TNOVE COMERCIO DE PECAS EIRELI	22%

DA DOTACAO ORCAMENTARIA:

02.020.0.1.04.122.0002.2008.3.3.90.39.00.00.0100000000
03.030.0.1.04.122.0003.2021.3.3.90.39.00.00.0100000000
03.030.0.1.04.122.0003.2021.3.3.90.30.00.00.0100000000
03.030.0.1.04.122.0003.2021.3.3.90.30.00.00.0100000000
02.020.0.1.04.122.0002.2008.3.3.90.30.00.00.0100000000
05.050.0.3.12.365.0012.2074.3.3.90.39.00.00.0115000000
05.050.0.2.12.361.0013.2057.3.3.90.39.00.00.0101000000
05.050.0.4.12.361.0013.2080.3.3.90.30.00.00.0119000000
05.050.0.5.12.367.0014.2092.3.3.90.30.00.00.0115000000
05.050.0.3.12.365.0012.2074.3.3.90.30.00.00.0101000000
05.050.0.1.12.122.0011.2037.3.3.90.39.00.00.0101000000
05.050.0.5.12.367.0014.2092.3.3.90.39.00.00.0101000000
05.050.0.5.12.367.0014.2092.3.3.90.39.00.00.0115000000
05.050.0.2.12.361.0013.2057.3.3.90.39.00.00.0122055000
05.050.0.4.12.361.0013.2080.3.3.90.39.00.00.0119000000
05.050.0.3.12.365.0012.2074.3.3.90.39.00.00.0101000000
05.050.0.2.12.361.0013.2057.3.3.90.30.00.00.0101000000
05.050.0.2.12.361.0013.2057.3.3.90.39.00.00.0115000000
05.050.0.2.12.361.0013.2057.3.3.90.30.00.00.0122055000
05.050.0.5.12.367.0014.2092.3.3.90.30.00.00.0115000000
05.050.0.3.12.365.0012.2074.3.3.90.30.00.00.0115000000
05.050.0.1.12.122.0011.2037.3.3.90.30.00.00.0101000000
06.060.0.1.10.122.0018.2123.3.3.90.39.00.00.0102000000
06.060.0.2.10.302.0018.2127.3.3.90.30.00.00.0102000000
06.060.0.2.10.302.0020.2154.3.3.90.30.00.00.0102000000
06.060.0.2.10.301.0019.2130.3.3.90.30.00.00.0114000000
06.060.0.2.10.302.0018.2127.3.3.90.39.00.00.0102000000
06.060.0.2.10.304.0021.2170.3.3.90.39.00.00.0102000000
06.060.0.2.10.301.0019.2142.3.3.90.30.00.00.0102000000
06.060.0.2.10.304.0021.2170.3.3.90.30.00.00.0102000000
06.060.0.2.10.301.0019.2130.3.3.90.39.00.00.0114000000
06.060.0.2.10.302.0020.2154.3.3.90.39.00.00.0102000000
06.060.0.2.10.301.0019.2142.3.3.90.39.00.00.0102000000
06.060.0.1.10.122.0018.2123.3.3.90.30.00.00.0102000000
07.070.0.2.08.244.0025.2211.3.3.90.39.00.00.0129000000
07.070.0.1.08.122.0024.2186.3.3.90.30.00.00.0100000000
07.070.0.2.08.244.0026.2209.3.3.90.30.00.00.0129000000
07.070.0.2.08.244.0026.2209.3.3.90.30.00.00.0100000000
07.070.0.2.08.244.0025.2191.3.3.90.30.00.00.0129000000
07.070.0.2.08.244.0026.2216.3.3.90.30.00.00.0129000000
07.070.0.1.08.122.0024.2186.3.3.90.30.00.00.0100000000
07.070.0.2.08.244.0025.2191.3.3.90.39.00.00.0129000000
07.070.0.1.08.122.0024.2186.3.3.90.30.00.00.0100000000
07.070.0.1.08.122.0024.2186.3.3.90.30.00.00.0100000000
07.070.0.2.08.244.0025.2211.3.3.90.30.00.00.0129000000
07.070.0.2.08.244.0026.2209.3.3.90.39.00.00.0129000000
07.070.0.2.08.244.0025.2191.3.3.90.14.00.00.0129000000
07.070.0.2.08.244.0026.2209.3.3.90.39.00.00.0100000000
07.070.0.1.08.122.0024.2186.3.3.90.39.00.00.0100000000
07.070.0.1.08.122.0024.2186.3.3.90.39.00.00.0100000000
07.070.0.1.08.122.0024.2186.3.3.90.39.00.00.0100000000
07.070.0.1.08.122.0024.2186.3.3.90.39.00.00.0100000000
07.070.0.2.08.244.0025.2211.3.3.90.39.00.00.0129000000
07.070.0.2.08.244.0025.2211.3.3.90.39.00.00.0129000000
07.070.0.1.08.243.0024.2192.3.3.90.39.00.00.0100000000
08.080.0.3.26.782.0037.2240.3.3.90.39.00.00.0100000000
08.080.0.3.26.782.0037.2240.3.3.90.30.00.00.0100000000
08.080.0.3.26.782.0037.2240.3.3.90.30.00.00.0130000000
09.090.0.1.20.606.0032.2246.3.3.90.39.00.00.0100000000
09.090.0.1.20.601.0032.2247.3.3.90.30.00.00.0100000000
09.090.0.1.20.601.0032.2247.3.3.90.39.00.00.0100000000
09.090.0.1.20.606.0032.2246.3.3.90.30.00.00.0100000000
09.090.0.1.20.601.0032.2247.3.3.90.30.00.00.0100000000
09.090.0.1.20.122.0005.2245.3.3.90.30.00.00.0100000000
09.090.0.1.20.122.0005.2245.3.3.90.39.00.00.0100000000
12.120.0.3.18.122.0038.2291.3.3.90.30.00.00.0100000000
12.120.0.2.17.512.0010.2289.3.3.90.39.00.00.0117000000
12.120.0.2.17.512.0010.2289.3.3.90.39.00.00.0100000000

VIGÊNCIA: 21/06/2018 até 21/06/2019.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS EM VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, VISANDO ATENDER DEMANDA DA FROTA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.**

NOVA OLÍMPIA/MT, 21 DE JUNHO DE 2018.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público n.º 3482/2018

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratada: SANDRA MARIA LIRA LADEIA

Cargo/ Função: Professora

Vencimento Mensal: R$ 1.888,91(Um mil oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e um centavos)

Vigência: 20/06/2018 à 20/06/2019.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2018/PMNO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 070/2018/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO Nº. 031/2018/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto AQUISIÇAO DE UM VEICULO - CAMINHAO - ESPECIE TRA/CAMINHAO, MODELO 2009/2009, COMBUSTIVEL DIESEL, MOTOR 320 CV, 45.15T, CABINE LEITO DIREÇAO HIDRAULICA, COM 5ª RODA PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA - MT. A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 09 de julho de 2018**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Av. Mato Grosso N 175- Centro, no horário de 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 hrs, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 21 de junho de 2018.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 105/2018

LICITAÇÃO
EXTRATO DA RESPOSTA AO PEDIDO ADITIVO DE PRAZO

REF: Termo de Contrato N.º 040/2016 advindo à Adesão a ata de registro de preços ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **N 001/2016PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE** REFERENTEAO PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP- nº **083/2016**, cujo objeto é o **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRANSBORDO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS DE SAÚDE(lixo hospitalar) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA OLIMPIA/MT**

O prefeito municipal de Nova Olímpia /MT torna publico que foi NEGADO o pedido de aditamento de prazo da empresa **MÁXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-EPP,** referente ao contrato supracitado. Toda a documentação pertinente a este se encontra na integra nos autos do processo adm. Nº 069/2018/PMNO.

Nova Olímpia, 12 de junho de 2018.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS 002/2018/PMNO.

Aos oito horas do dia dezenove de junho de dois mil e dezoito na sala de reuniões do departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, reuniram-se os membros da CPL nomeados pela Portaria 035/2018, para dar providencias do julgamento final a tomada de preços 002/2018 cujo objeto trata-se da **CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA EXECUÇAO DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS NAS RUAS JOAO GOULART E MANACAS NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.** Sagrou-se vencedora a empresa **LUCIA HELENA SPAZAPAM E CIA LTDA-EPP**, com o valor total de R$164.823,79 (cento e sessenta e quatro mil e oitocentos e vinte e três reais e setenta e nove centavos).

Aldeni Antônia Do Nascimento

Presidente CPL

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público n.º 3481/2018

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratada: CLEIDIANE RODRIGUES DOS SANTOS

Cargo/ Função: Professora

Vencimento Mensal: R$ 1.888,91(Um mil oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e um centavos)

Vigência: 20/06/2018 à 20/06/2019.

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público n.º 3483/2018

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratada: THAIANA FLAVIANA DUARTE

Cargo/ Função: Professora

Vencimento Mensal: R$ 1.888,91(Um mil oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e um centavos)

Vigência: 20/06/2018 à 20/06/2019.

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 153 DE 21 DE JUNHO DE 2018.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA."

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA**, a servidora pública deste município Senhora **POLIANA SARTORI MASSON**,ocupante do cargo de provimento efetivo de enfermeira lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O afastamento de que trata o artigo primeiro desta portaria, será pelo prazo de 60 (sessenta dias), período de início 21/06/2018 e com término previsto para 19/08/2018, nos termos do artigo 94, § 1º e § 2º da Lei Municipal nº 775/2008, substanciado por Exame e laudo médico.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 21 de Junho de 2018.

JOSÉ ELPIDO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DO DISTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público n.º 3479/2018

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratada: MÉRCIA GERALDO PEREIRA

Cargo/ Função: Professora

Vencimento Mensal: R$ 1.888,91(Um mil oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e um centavos)

Vigência: 14/05/2018 à 14/05/2019.

Data do Distrato: 12/06/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 052/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT

CONTRATADA: **LFM ENGENHARIA E CONSTRUTORA EIRELI EPP** Inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 18.514.940/0001-64**

OBJETIVO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o Prazo na Clausula Oitava – Parágrafo Primeiro do **Contrato nº. 052/2017**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA FARMÁCIA MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA – MINISTÉRIO DA SAÚDE, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO.

EXECUÇÃO: 21/06/2018 até 21/11/2018

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 022/2018

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADACLEONICE DA SILVA SERGIO 01313942154**,** inscrita no CNPJ sob nº **28.589.618/001-58**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT,

DA VIGÊNCIA: 06/06/2018 ATÉ 30/08/2018

VALOR: **R$:** 19.795,60

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena RESPONSÁVEL PELA CONTRATADACLEONICE DA SILVA SERGIO**:** Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA

No Decreto Nº 029/2018 de 29 de Maio de 2018, publicado no diário oficial no dia 30 de Maio de 2018, na edição 2.989, onde se lê Decreto Nº 029/2018, lê-se Decreto Nº 029-A/2018.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL Nº. 025/2018

A V I S O D E R E S U L T A D O

PROCESSO Nº. **025/2018/CPL/PP**

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de NOVA SANTA HELENA - MT COMUNICA através deste, conforme Edital Pregão Presencial acima citada, cuja abertura deu-se em 21 de Junho de 2018, onde se consagrou vencedor nos itens a Empresa***ADRIANA DA SILVA ARANTES ME***

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTAS E EXAMES CARDIOLÓGICOS, PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

NOVA SANTA HELENA/MT, 21 de Junho de 2018.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 219/2018-001/18

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 219/2018

Pelo presente instrumento particular **de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO**, que entre si celebram o **Município de Nova Ubiratã**, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. VALDENIR JOSE DOS SANTOS**, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a)**ITIARA NEVES BARCELOS** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **08.968.119-11 SSP/BA** inscrito (a) no CPF sob o n° **025.835.635-99**, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO (A),** têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo **CONTRATADO (A)** no cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 30HS NIVEL MAGISTERIO,** com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de Educação, na Escola Municipal Água Limpa, **durante o período de 20 de junho de 2018 á 18 de Dezembro de 2018**.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a **CONTRATANTE** se compromete a pagar mensalmente ao **CONTRATADO (A)** o salário de **R$ 2.090,27 (Dois Mil e Noventa Reais e vinte e sete Centavos),** correspondentes a 30 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 30 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao **CONTRATADO** exclusivamente o previsto na legislação citada, considerando o Oficio SEMEC nº 028/2018, conforme a Lei 086/2016.

CLÁUSULA QUARTA – O **CONTRATADO (A)** obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da **CONTRATANTE**, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **CONTRATADO (A)** Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do **CONTRATADO (A),** estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.002.12.361.0017.2026.319004000000.0382

Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja

ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã, ao 20 dia do mês de Junho de 2018.

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ITIARA NEVES BARCELOS

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

AUREA DA SILVA DE MATTOS MAURO ODINEI SOLIANI CPF Nº. 665. 631.600-00 CPF Nº. 896.212.121.20

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 220/2018-001/18

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 220/2018

Pelo presente instrumento particular **de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO**, que entre si celebram o **Município de Nova Ubiratã**, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. VALDENIR JOSE DOS SANTOS**, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a)**ELISMAR BARBOSA RODRIGUES ARAUJO** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **129988572005-3 SSP/MA** inscrito (a) no CPF sob o n° **037.172.263-20**, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO (A),** têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo **CONTRATADO (A)** no cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 30HS NIVEL MAGISTERIO,** com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de Educação, na Escola Municipal Água Limpa, **durante o período de 20 de junho de 2018 á 18 de Dezembro de 2018**.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a **CONTRATANTE** se compromete a pagar mensalmente ao **CONTRATADO (A)** o salário de **R$ 2.090,27 (Dois Mil e Noventa Reais e vinte e sete Centavos),** correspondentes a 30 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 30 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao **CONTRATADO** exclusivamente o previsto na legislação citada, considerando o Oficio SEMEC nº 028/2018, conforme a Lei 086/2016.

CLÁUSULA QUARTA – O **CONTRATADO (A)** obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da **CONTRATANTE**, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **CONTRATADO (A)** Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do **CONTRATADO (A),** estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.002.12.361.0017.2026.319004000000.0382

Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã, ao 20 dia do mês de Junho de 2018.

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ELISMAR BARBOSA RODRIGUES ARAUJO

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

AUREA DA SILVA DE MATTOS MAURO ODINEI SOLIANI CPF Nº. 665. 631.600-00 CPF Nº. 896.212.121.20

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 221/2018-001/18

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 221/2018

Pelo presente instrumento particular **de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO**, que entre si celebram o **Município de Nova Ubiratã**, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. VALDENIR JOSE DOS SANTOS**, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a**)** diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) **MANOEL DA CONCEIÇÃO MENDES** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº **2863502-7 SSP/MT** inscrito (a) no CPF sob o n° **999.044.703-91**, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO (A),** têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo **CONTRATADO (A)** no cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 30HS ENSINO SUPERIOR,** com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de Educação, na Escola Municipal Cachoeira do Ronuro, **durante o período de 20 de Junho de 2018 á 18 de Dezembro de 2018**.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a **CONTRATANTE** se compromete a pagar mensalmente ao **CONTRATADO (A)** o salário de **R$ 2.926,38 (Dois Mil e Novecentos e Vinte e Seis Reais e Trinta e Oito Centavos),** correspondentes a 30 (trinta) horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 30 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao **CONTRATADO** exclusivamente o previsto na legislação citada, considerando o Oficio SEMEC nº 028/2018, conforme a Lei 086/2016.

CLÁUSULA QUARTA – O **CONTRATADO (A)** obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da **CONTRATANTE**, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **CONTRATADO (A)** Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do **CONTRATADO (A),** estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.002.12.361.0017.2026.319004000000.0382

Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã, ao 20 dia do mês de Junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MANOEL DA CONCEIÇÃO MENDES

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

AUREA DA SILVA DE MATTOS MAURO ODINEI SOLIANI CPF Nº. 665.631.600-00 CPF Nº. 896.212.121.20

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 222/2018-001/18

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 222/2018

Pelo presente instrumento particular **de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO**, que entre si celebram o **Município de Nova Ubiratã**, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. VALDENIR JOSE DOS SANTOS**, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a**)** diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) **KARLA VICUNA NEVES PAIVA** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº **4958770 SSP/GO** inscrito (a) no CPF sob o n° **022.579.931-60**, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO (A),** têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo **CONTRATADO (A)** no cargo de **PROFESSOR DE**

EDUCAÇÃO BÁSICA 30HS ENSINO SUPERIOR, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de Educação, na Escola Municipal Cachoeira do Ronuro, **durante o período de 20 de Junho de 2018 á 18 de Dezembro de 2018**.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a **CONTRATANTE** se compromete a pagar mensalmente ao **CONTRATADO (A)** o salário de **R$ 2.926,38 (Dois Mil e Novecentos e Vinte e Seis Reais e Trinta e Oito Centavos),** correspondentes a 30 (trinta) horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 30 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao **CONTRATADO** exclusivamente o previsto na legislação citada, considerando o Oficio SEMEC nº 028/2018, conforme a Lei 086/2016.

CLÁUSULA QUARTA – O **CONTRATADO (A)** obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da **CONTRATANTE**, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **CONTRATADO (A)** Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do **CONTRATADO (A),** estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.002.12.361.0017.2026.319004000000.0382

Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã, ao 20 dia do mês de Junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

KARLA VICUNA NEVES PAIVA

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

AUREA DA SILVA DE MATTOS MAURO ODINEI SOLIANI CPF Nº. 665.631.600-00 CPF Nº. 896.212.121.20

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL - EDITAL N.º 008/2018

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 008/2.018

O Presidente da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. ***GILDO ULIANA****, torna público que estão à disposição no mural da Câmara Municipal, a quem possa interessar,* ***BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DO MÊS DE MAIO DE 2018,*** *em conformidade com o art. 52 da LRF.*

Novo Horizonte do Norte, Em 21 de Junho de 2.018.

Gildo Uliana

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PORTARIA Nº 208/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

"Dispõe sobre Concessão do Benefício de Auxílio Doença, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art.1º - CONCEDER, a Senhora **GESSICA ALVES NITSCHI,** portadora da RG 27003817 SSP/MT e do CPF nº 043.456.801.58, servidora contratada no cargo de **PROFESSORA,**matriculada no DRH sob o nº 2913, o afastamento por auxilio doença pelo INSS, entre o período de 23/05/2018 ao dia 22/06/2018, em conformidade com o atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 23 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 19 de Junho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

LEI Nº 441/2018 DE 21 DE JUNHO DE 2018.

"Dispõe sobre a homologação do Cálculo atuarial de 2018 e modifica as alíquotas de contribuição do Ente Federativo, conforme diretrizes Emanadas Pela portaria n.º 403, de 10 de Dezembro de 2008, e da outras providências".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º Fica equacionado o déficit estabelecido pelo cálculo atuarial realizado no mês de maio de 2018 e será amortizado conforme a tabela I do anexo I desta lei.

Art.2º O déficit mencionado no caput do artigo anterior será amortizado em 27 (vinte e sete) anos a contar da publicação desta lei, o qual somara a alíquota suplementar com a alíquota normal que será estipulada a cada ano por reavaliações atuariais.

Art.3º A cada exercício os índices indicados na tabela I do anexo I desta lei poderão ser revistos conforme o déficit indicado na reavaliação atuarial usado como referência nesta lei, o qual faz parte integrante desta lei.

Art.4º O inciso III do Art. 44, da Lei Municipal nº 189/2014, de 04 de novembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

III - *de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 19,26% (dezenove inteiros e vinte e seis décimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo:17,48% (dezessete inteiros e quarenta e oito décimos por cento) relativo ao custo normal e 1,78% (um inteiro e setenta e oito décimos por cento) referentes a alíquota de custo especial.*

Art.5º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em maio/2018, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 6° Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Art.7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.8º Revoga-se as disposições encontradas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, aos 21 de junho de 2018.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELA I

EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Período (Ano)	*Custo Suplementar (%)*
2018	*1,78%*
2019	*1,88%*
2020	*2,08%*
2021	*2,58%*
2022	*3,58%*
2023	*4,58%*
2024	*5,58%*
2025	*7,58%*
2026	*9,58%*
2027	*11.58%*
2028	*14,58%*
2029	*17,58%*
2030	*20,58%*
2031	*23,58%*
2032	*26,58%*
2033	*29,58%*
2034	*32,58%*
2035	*35,58%*
2036	*38,58%*
2037	*41,58%*
2038	*41,58%*
2039	*41,58%*
2040	*41,58%*
2041	*41,58%*
2042	*41,58%*
2043	*41,58%*
2044	*41,58%*

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 207/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018

"Dispõe Sobre Concessão De Licença Premio, E Dá Outras Providências".

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º. CONCEDER, Licença Prêmio, em conformidade com o Artigo 101 da LC 04/2001 de 28/12/2001, a servidora **CLARICE FERNANDES BENTO,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 17.543.960 SSP/SP e do CPF sob o nº. 077.909.428.08, servidora no cargo de **TECNICO DE ENFERMAGEM**, matriculada no DRH sob o nº 872, para o período de 28/06/2018 à 27/08/2018, referente ao período aquisitivo de 03/09/2012 à 02/09/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 19 de Junho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 193/2018 DE 08 DE JUNHO DE 2018

"*Dispõe Sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".*

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º **NOMEAR** o Senhor **FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA RODRIGUES**, brasileiro, portador da RG nº 11402199 SSP/MT e CPF sob o nº. 815.894.761.15, para o cargo de **ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO,** de provimento em comissão, símbolo DAS III, lotada na Secretaria de Administração, criado pelo Art. 27, Inciso XIV, da Lei Complementar nº 059/2017.

.Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 01 de Junho de 2018.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 08 de Junho de 2018.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 206/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018

"*Dispõe Sobre Concessão De Licença Premio, E Dá Outras Providências".*

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º. CONCEDER, Licença Prêmio, em conformidade com o Artigo 101 da LC 04/2001 de 28/12/2001, as servidoras:

JULIANA PRETTI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1416662-3 SSP/MT e do CPF sob o nº. 901.153.681.91, servidora efetiva no cargo de **BIOQUIMICA/FARMACEUTICA**, matriculada no DRH sob o nº 2203, para o período de 01/06/2018 à 01/07/2018, referente ao quinquênio de 02/07/2012 a 01/07/2017.

ROSE MARLEI BLOTZ, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1821154-2 SSP/MT e do CPF sob o nº. 009.882.571.22, servidora no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, matriculada no DRH sob o nº 2236, para o período de 01/06/2018 à 31/07/2018, referente ao período aquisitivo de 01/08/2012 à 31/07/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 19 de Junho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 201/2018 DE 15 DE JUNHO DE 2018

"*Dispõe Sobre Concessão De Licença Premio, E Dá Outras Providências".*

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º. CONCEDER, Licença Prêmio, em conformidade com o Artigo 101 da LC 04/2001 de 28/12/2001, as servidoras:

TERESINHA APARECIDA ALVES FERREIRA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 2326379-2 SSP/MT e do CPF sob o nº. 497.792. 222.00, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 97, para o período de 25/06/2018 à 21/12/2018, referente aos períodos de 03/03/2007 a 02/03/2012 e 03/03/2012 a 02/03/2017.

DARLENE ZAMBIASI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 850952 SSP/MT e do CPF sob o nº. 458.891.041.87, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 07, para o período de 14/ 06/2018 à 13/07/2018, referente ao período de 01/07/2008 a 30/06/2013.

NILCE CHEROBIN, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1028083838 SSP/RS e do CPF sob o nº. 636.734.010.68, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO**, matriculada no DRH sob o nº 1122, para o período de 01/06/2018 à 30/06/2018, referente ao período de 01/05/2013 a 30/04/2018.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 15 de Junho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 205/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018

"*Dispõe Sobre Concessão de Férias, e Dá Outras Providências".*

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, para o período de 04/06/2018 à 03/07/2018 ao servidor **NELCIMAR ALVES DE LIMA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 9.467.540-5 SSP/PR e do CPF sob o nº. 019.948.801.04, servidor no cargo de **TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO**, matriculado no DRH sob o nº 1094, referente ao período aquisitivo de 09/02/2017 a 08/02/2018.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 19 de Junho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 063/2018. DE 20 DE JUNHO DE 2018.

"***Dispõe sobre a Concessão de Revisão Geral Anual aos servidores públicos e Agentes Políticos dos Poderes Executivo e Legislativo de Novo Mundo/MT e dá outras providências."***

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica concedida a Revisão Geral Anual de que dispõe o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal em um percentual de **2,65% (dois inteiros e sessenta e cinco décimos por cento)** sobre o vencimento base de todos os servidores públicos e agentes políticos que integram o quadro dos Poderes Executivo e Legislativo de Novo Mundo/MT.

Art. 2º. Fica concedido aos Professores, contemplados nos anexos I, II e III da Lei Complementar n° 022/2011, um reajuste adicional ao percentual disposto no caput do artigo 1º em um índice de **4,16% (quatro inteiros e dezesseis décimos por cento)**, nos termos da Lei nº 11.738/2008 e Portaria do MEC n.º 1.595, de 28 de Dezembro de 2017.

Art. 3º. Fica reajustado o vencimento dos técnicos administrativos educacionais profissionalizados, contemplados no anexo IV da Complementar n° 022/2011 a um adicional de **4,16% (quatro inteiros e dezesseis décimos por cento)** sobreo percentual disposto no caput do artigo 1º.

Art. 4º. Ficam reajustados os vencimentos iniciais de todas as tabelas em seus respectivos planos de cargos, carreiras e salários do Poder Executivo, cujos valores são inferiores ao salário mínimo nacional, ao valor inicial

de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais). Aos demais vencimentos dessas tabelas será aplicado o mesmo reajuste disposto no *caput* do artigo 1º.

Art. 5º. Ficam atualizadas as tabelas de vencimentos dos cargos do Poder Executivo, de acordo com os dispositivos desta Lei.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser aplicada a partir de **01 de Maio de 2018**.

Gabinete do Prefeito, em 20 de Junho de 2018.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 204/2018 DE 18 DE JUNHO DE 2018

"*Dispõe Sobre Concessão de Férias, e Dá Outras Providências".*

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 c/c art. 73 Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

ADELAR RUEBENICH, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1407868-6 SSP/MT e CPF sob o nº. 013.436.331.09, efetivo no cargo de **MOTORISTA**, matriculado no DRH sob o nº 2239, a partir do dia 01/06/2018 a 01/07/2018, referente ao período aquisitivo de 15/08/2017 a 14/08/2018.

JOAO GENTILINI, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 12R1. 831.167 SSP/SC e CPF sob o nº. 576.213.229.34, efetivo no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, matriculado no DRH sob o nº 938, a partir do dia 01/06/2018 a 31/07/2018, referente aos períodos aquisitivos de 08/10/2015 a 07/10/2016 e 08/10/2016 a 07/10/2017.

MARIA ANAILDA RIBEIRO DA SILVA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 13405306 SSP/MT e CPF sob o nº. 923.354.031.68, efetiva no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, matriculada no DRH sob o nº 940, a partir do dia 01/06/2018 a 01/07/2018, referente ao período aquisitivo de 10/10/2016 a 19/10/2017.

ALMIR MAGALHAES, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 647379 SSP/MT e CPF sob o nº. 452.281.241.87, no cargo de **SECRETARIO DE SAUDE**, matriculado no DRH sob o nº 2899, a partir do dia 01/06/2018 a 01/07/2018, referente ao período aquisitivo de 17/03/2017 a 16/03/2018.

ANDERSON DE MATOS MARQUES, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 16355890 SSP/MT e CPF sob o nº. 004.003.091.14, efetivo no cargo de **AGENTE MUNICIPAL DE SANEAMENTO**, matriculado no DRH sob o nº 836, a partir do dia 01/06/2018 a 01/07/2018, referente ao período aquisitivo de 03/09/2017 a 02/09/2018.

JOSIMEIRE LOPES DE OLIVEIRA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 2231983-2 SSP/MT e CPF sob o nº. 037.990.541.89, no cargo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, matriculada no DRH sob o nº 2812, a partir do dia 01/06/2018 a 01/07/2018, referente ao período aquisitivo de 20/05/2017 a 19/05/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 18 de Junho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

LEI Nº 440/2018 DE 21 DE JUNHO DE 2018.

"DEFINE CRITÉRIOS *E* INSTITUI REGRAS PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REURB NO MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO MAFINI, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO I

DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REURB

Art. 1º regularização fundiária urbana no Município de Novo Mundo consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Parágrafo único. A regularização fundiária urbana promovida mediante legitimação fundiária somente poderá ser aplicada para núcleos urbanos informais comprovadamente existentes, na forma da Lei Federal nº 13. 465/2017, até 22/12/2016.

Art. 2º Para efeitos da regularização fundiária de assentamentos urbanos, consideram-se:

I - núcleo urbano: assentamento humano, com uso e características urbanas, independentemente da sua localização;

II - núcleo urbano informal: aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização;

III - núcleo urbano informal consolidado: aquele já existente há mais de 5 (cinco) anos, na data da publicação desta Lei, de difícil reversão, considerado o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município;

IV - Certidão de Regularização Fundiária - CRF: documento expedido pelo Município ao final do procedimento da Reurb, constituído do projeto de regularização fundiária aprovado, do termo de compromisso relativo à sua execução e, no caso da legitimação fundiária e da legitimação de posse, da listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado, da devida qualificação destes e dos direitos reais que lhes foram conferidos;

V - legitimação de posse: ato do Poder Público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da Reurb, conversível em aquisição de direito real de propriedade na forma da legislação vigente, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse;

VI - legitimação fundiária: mecanismo de reconhecimento da aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidade imobiliária objeto da Reurb;

VII - ocupante: aquele que mantém poder de fato sobre lote ou fração ideal de terras públicas ou privadas em núcleos urbanos informais.

Art. 3º Para fins da Reurb, o Município poderá dispensar as exigências em normas municipais já existentes, relativas aos parâmetros urbanísticos e edilícios.

Art. 4º A Reurb compreende duas modalidades:

I - Reurb de Interesse Social (Reurb-S) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, cuja composição da renda familiar não poderá ultrapassar a 5 (cinco) salários mínimos, máximos vigentes no país, declarados em ato do Poder Executivo Municipal;

II - Reurb de Interesse Específico (Reurb-E) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais não qualificados na hipótese de que trata o inciso I deste artigo.

Art. 5º Aplicar-se-á o disposto na legislação federal vigente, quanto às isenções de custas e emolumentos, dos atos cartorários e registrais relacionados à Reurb-S.

Art. 6º Na Reurb, o Município poderá admitir o uso misto de atividades como forma de promover a integração social e a geração de emprego e renda no núcleo urbano informal regularizado, desde que atendida a legislação municipal quanto a implantação de usos não residenciais.

Art. 7º A classificação do interesse definido no art. 4º, visa exclusivamente à identificação dos responsáveis pela implantação ou adequação das obras de infraestrutura essencial e ao reconhecimento do direito à gratuidade das custas e emolumentos notariais e registrais em favor daqueles a quem for atribuído o domínio das unidades imobiliárias regularizadas.

Art. 8º A partir da disponibilidade de equipamentos e infraestrutura para prestação de serviço público de abastecimento de água, coleta de esgoto, distribuição de energia elétrica, ou outros serviços públicos, é obrigatório aos beneficiários da Reurb realizar a conexão da edificação à rede de água, de coleta de esgoto ou de distribuição de energia elétrica e adotar as demais providências necessárias à utilização do serviço.

SEÇÃO II

DOS LEGITIMADOS PARA REQUERER A REURB

Art. 9º Poderão requerer a Reurb:

I - o Município diretamente;

II - os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana;

III - os proprietários, loteadores ou incorporadores;

IV - a Defensoria Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes; e

V - o Ministério Público.

§ 1º Nos casos de parcelamento do solo, conjunto habitacional ou condomínio informal, empreendido por particular, a conclusão da Reurb confere direito de regresso àqueles que suportarem os seus custos e obrigações contra os responsáveis pela implantação dos núcleos urbanos informais.

§ 2º O requerimento de instauração da Reurb por proprietários, loteadores e incorporadores que tenham dado causa à formação de núcleos urbanos informais, ou os seus sucessores, não os eximirá de responsabilidades administrativa, civil ou criminal.

Art. 10 Na Reurb-E, promovida sobre bem público, havendo solução consensual, a aquisição de direitos reais pelo particular ficará condicionada ao pagamento do justo valor da unidade imobiliária regularizada, a ser apurado na forma estabelecida em ato do Poder Executivo, sem considerar o valor das acessões e benfeitorias do ocupante e a valorização decorrente da implantação dessas acessões e benfeitorias.

Parágrafo único. As áreas de propriedade do Poder Público registradas no Registro de Imóveis, que sejam objeto de ação judicial versando sobre a sua titularidade, poderão ser objeto da Reurb, desde que celebrado acordo judicial ou extrajudicial, na forma da Lei Federal nº 13.465/2017, homologado pelo juiz.

Art. 11 Na Reurb-S promovida sobre bem público, o registro do projeto de regularização fundiária e a constituição de direito real em nome dos beneficiários poderão ser feitos em ato único, a critério do Poder Público Municipal.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput deste artigo, serão encaminhados ao cartório o instrumento indicativo do direito real constituído (Legitimação Fundiária), a listagem dos ocupantes que serão beneficiados pela Reurb e respectivas qualificações, com indicação das respectivas unidades, ficando dispensadas a apresentação de título cartorial individualizado e as cópias da documentação referente à qualificação de cada beneficiário.

Art. 12 O Município poderá instituir como instrumento de planejamento urbano Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS -, no âmbito da política municipal de ordenamento de seu território.

§ 1º Para efeitos desta Lei, considera-se ZEIS a parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada preponderantemente à população de baixa renda e sujeita às regras específicas de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

§ 2º A Reurb não está condicionada à existência de ZEIS.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS DA REURB

SEÇÃO I

DA LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA

Art. 13 A legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade, conferido por ato do Poder Público, nos termos da legislação federal vigente.

SEÇÃO II

DA LEGITIMAÇÃO DE POSSE

Art. 14 A legitimação de posse, instrumento de uso exclusivo para fins de regularização fundiária, constitui ato do Poder Público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da Reurb, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse, o qual é conversível em direito real de propriedade, na forma da legislação federal vigente.

Art. 15 O título de legitimação de posse poderá ser cancelado pelo Poder Público emitente quando constatado que as condições estipuladas nesta Lei deixaram de ser satisfeitas, sem que seja devida qualquer indenização àquele que irregularmente se beneficiou do instrumento.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16 A Reurb obedecerá às seguintes fases, a serem regulamentadas em ato do Poder Executivo Municipal, ou seja, Lei de iniciativa do Poder Executivo devidamente aprovada pelo Legislativo, valendo-se supletivamente da legislação municipal vigente:

I - requerimento dos legitimados;

II - processamento administrativo do requerimento, no qual será conferido prazo para manifestação dos titulares de direitos reais sobre o imóvel e dos confrontantes;

III - elaboração do projeto de regularização fundiária;

IV - plantas de situação e de regularização em 4 (quatro) vias;

V - memorial descritivo em 4 (quatro) vias;

VI - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT;

VII - saneamento do processo administrativo;

VIII - decisão da autoridade competente, mediante ato formal (Lei municipal), ao qual se dará publicidade;

IX - expedição da Certidão de Regularização Fundiária - CRF - pelo Município; e

X - registro da CRF pelos promotores da regularização perante o oficial do cartório de registro de imóveis.

Art. 17 A fim de fomentar a efetiva implantação das medidas da Reurb, o Município poderá celebrar convênios ou outros instrumentos congêneres com o Ministério das Cidades, com vistas a cooperar para a fiel execução do disposto nesta Lei.

Art. 18 Compete ao Município:

I - classificar, caso a caso, as modalidades da Reurb;

II - processar, analisar e aprovar os projetos de regularização fundiária, e;

III - emitir a CRF.

Art. 19 Instaurada a Reurb, o Município deverá proceder às buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado.

§ 1º Tratando-se de imóveis públicos ou privados, caberá ao Município notificar os titulares de domínio, os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, os confinantes e os terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento da notificação.

§ 2º Tratando-se de imóveis públicos municipais, o Município deverá notificar os confinantes e terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento da notificação.

§ 3º Na hipótese de apresentação de impugnação, será iniciado o procedimento extrajudicial de composição de conflitos de que trata a legislação federal vigente.

§ 4º A notificação do proprietário e dos confinantes será feita por via postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula ou da transcrição, considerando-se efetuada quando comprovada a entrega nesse endereço.

§ 5º A notificação da Reurb também será feita por meio de publicação de edital, com prazo de trinta dias, do qual deverá constar, de forma resumida, a descrição da área a ser regularizada, nos seguintes casos:

I - quando o proprietário e os confinantes não forem encontrados; e

II - quando houver recusa da notificação por qualquer motivo.

§ 6º A ausência de manifestação dos indicados referidos nos §§ 1º e 4º deste artigo será interpretada como concordância com a Reurb.

§ 7º Caso algum dos imóveis atingidos ou confinantes não esteja matriculado ou transcrito na serventia, o Município realizará diligências perante as serventias anteriormente competentes, mediante apresentação da planta do perímetro regularizado, a fim de que a sua situação jurídica atual seja certificada, caso possível.

§ 8º O Requerimento de instauração da Reurb ou, na forma de regulamento, a manifestação de interesse nesse sentido por parte de qualquer dos legitimados, garantem perante o poder público aos ocupantes dos núcleos urbanos informais situados em áreas públicas a serem regularizados a permanência em suas respectivas unidades imobiliárias, preservando-se as situações de fato já existentes, até o eventual arquivamento definitivo do procedimento.

§ 9º Na hipótese de indeferimento do requerimento de instauração da Reurb, a decisão do Município deverá indicar as medidas a serem adotadas, com vistas à reformulação e à reavaliação do requerimento, quando for o caso.

Art. 20 Instaurada a Reurb, compete ao Município aprovar o projeto de regularização fundiária, do qual deverão constar as responsabilidades das partes envolvidas.

Parágrafo único. A elaboração e o custeio do projeto de regularização fundiária e da implantação da infraestrutura essencial obedecerão aos seguintes procedimentos:

I - na Reurb-S:

a) operada sobre área de titularidade do Município ou órgão da administração indireta, caberá a esta a responsabilidade de elaborar o projeto de regularização fundiária nos termos do ajuste que venha a ser celebrado e a implantação da infraestrutura essencial, quando necessária, devendo, para tanto, ser informada a dotação orçamentária; e

b) operada sobre área titularizada por particular, caberá ao Município a responsabilidade de elaborar e custear o projeto de regularização fundiária e a implantação da infraestrutura essencial, quando necessária, devendo, para tanto, ser informada a dotação orçamentária.

II - na Reurb-E, a regularização fundiária será contratada e custeada por seus potenciais beneficiários ou requerentes privados;

III - na Reurb-E sobre áreas públicas, se houver interesse público, o Município poderá proceder à elaboração e ao custeio do projeto de regularização fundiária e da implantação da infraestrutura essencial, com posterior cobrança aos seus beneficiários.

Art. 21 O Município poderá criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, inclusive mediante celebração de ajustes com o Poder Judiciário do Estado, as quais deterão competência para dirimir conflitos relacionados à Reurb, mediante solução consensual.

§ 1º O modo de composição e funcionamento das câmaras de que trata o caput deste artigo será estabelecido em ato do Poder Executivo Municipal.

§ 2º Se houver consenso entre as partes, o acordo será reduzido a termo e constituirá condição para a conclusão da Reurb, com consequente expedição da CRF.

§ 3º O Município poderá instaurar, de ofício ou mediante provocação, procedimento de mediação de conflitos relacionados à Reurb.

§ 4º O Município poderá, mediante a celebração de convênio, utilizar as câmaras de mediação credenciadas no Tribunal de Justiça.

Art. 22 Concluída a Reurb, serão incorporadas automaticamente ao patrimônio público as vias públicas, as áreas destinadas ao uso comum do povo, os prédios públicos e os equipamentos urbanos, na forma indicada no projeto de regularização fundiária aprovado.

SEÇÃO II

DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Art. 23 O projeto de regularização fundiária conterá, no mínimo:

I - levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT-, que demonstrará as unidades, as construções quando definidas pelo Município, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado;

II - planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível;

III - estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;

IV - projeto urbanístico;

V - memoriais descritivos em 4(quatro) vias;

VI - proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso, ou Declaração proferida por profissional competente e habilitado, constatando que não à na área

do projeto, questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes;

VII - estudo técnico para situação de risco, quando for o caso, ou Declaração do órgão competente do município constando que não à situações de risco na área de abrangência do projeto;

VIII - estudo técnico ambiental, para os fins previstos na legislação federal vigente, quando for o caso, ou Declaração proferida por profissional competente e habilitado, constatando que não à na área de abrangência do projeto, questões ambientais a serem regularizadas;

IX - cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária; e

X - termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso IX deste artigo.

Parágrafo único. O projeto de regularização fundiária deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar os lotes, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público, quando for o caso.

Art. 24 O projeto urbanístico de regularização fundiária deverá conter, no mínimo, as indicações:

I - das áreas ocupadas, do sistema viário e das unidades imobiliárias, existentes ou projetadas;

II - das unidades imobiliárias a serem regularizadas, suas características, área, confrontações, localização, nome do logradouro e número de sua designação cadastral, se houver;

III - quando for o caso, das quadras e suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade regularizada;

IV - dos logradouros, espaços livres, áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver;

V - de eventuais áreas já usucapidas;

VI - das medidas de adequação para correção das desconformidades, quando necessárias;

VII - das medidas de adequação da mobilidade, acessibilidade, infraestrutura e relocação de edificações, quando necessárias;

VIII - das obras de infraestrutura essencial, quando necessárias;

IX - de outros requisitos que sejam definidos pelo Município.

§ 1º Para fins desta Lei, considera-se infraestrutura essencial os seguintes equipamentos:

I - sistema de abastecimento de água potável, coletivo ou individual;

II - sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, coletivo ou individual;

III - rede de energia elétrica domiciliar;

IV - soluções de drenagem, quando necessário; e

V - outros equipamentos a serem definidos pelo Município em função das necessidades locais e características regionais.

§ 2º A Reurb pode ser implementada por etapas, abrangendo o núcleo urbano informal de forma total ou parcial.

§ 3º As obras de implantação de infraestrutura essencial, de equipamentos comunitários e de melhoria habitacional, bem como sua manutenção, podem ser realizadas antes, durante ou após a conclusão da Reurb.

§ 4º O Município definirá os requisitos para elaboração do projeto de regularização, no que se refere aos desenhos, ao memorial descritivo e ao cronograma físico de obras e serviços a serem realizados, se for o caso.

§ 5º A planta e o memorial descritivo deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado, dispensada a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA - ou de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT - no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU -, quando o responsável técnico for servidor ou empregado público.

Art. 25 Na Reurb-S, caberá ao Poder Público competente, diretamente ou por meio da Administração Pública Indireta, implementar a infraestrutura essencial, os equipamentos comunitários previstos nos projetos de regularização, assim como arcar com os ônus de sua manutenção.

Art. 26 Na Reurb-E, o Município deverá definir, por ocasião da aprovação dos projetos de regularização fundiária, nos limites da legislação de regência, os responsáveis pela:

I - implantação dos sistemas viários;

II - implantação da infraestrutura essencial e dos equipamentos públicos ou comunitários, quando for o caso; e

III - implementação das medidas de mitigação e compensação urbanística e ambiental, e dos estudos técnicos, quando for o caso.

§ 1º As responsabilidades de que trata o caput deste artigo poderão ser atribuídas aos beneficiários da Reurb-E.

§ 2º Os responsáveis pela adoção de medidas de mitigação e compensação urbanística e ambiental deverão celebrar termo de compromisso com as autoridades competentes como condição de aprovação da Reurb-E.

Art. 27 Para que seja aprovada a Reurb de núcleos urbanos informais, ou de parcela deles, situados em áreas de riscos geotécnicos, de inundações ou de outros riscos especificados em lei, estudos técnicos deverão ser realizados, a fim de examinar a possibilidade de eliminação, de correção ou de administração de riscos na parcela por eles afetada.

§ 1º Na hipótese do caput deste artigo, é condição indispensável à aprovação da Reurb a implantação das medidas indicadas nos estudos técnicos realizados.

§ 2º Na Reurb que envolva áreas de riscos que não comportem eliminação, correção ou administração, o Município, no caso da Reurb-S, ou os beneficiários, no caso da Reurb-E, deverão proceder à realocação dos ocupantes do núcleo urbano informal.

SEÇÃO III

DA CONCLUSÃO DA REURB

Art. 28 O pronunciamento da autoridade competente que decidir o processamento administrativo da Reurb deverá:

I - indicar as intervenções a serem executadas, se for o caso, conforme o projeto de regularização fundiária aprovado;

II - aprovar o projeto de regularização fundiária resultante do processo de regularização fundiária; e

III - identificar e declarar os ocupantes de cada unidade imobiliária com destinação urbana regularizada, e os respectivos direitos reais, quando for o caso.

Art. 29 A Certidão de Regularização Fundiária - CRF - é o ato administrativo de aprovação da regularização que deverá acompanhar o projeto aprovado e deverá conter, no mínimo:

I - o nome do núcleo urbano regularizado;

II - a localização;

III - a modalidade da regularização;

IV - as responsabilidades das obras e serviços constantes do cronograma;

V - a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver;

VI - a listagem com nomes dos ocupantes que houverem adquirido a respectiva unidade, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único

de registro, bem como o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas do Ministério da Fazenda e do registro geral da cédula de identidade e a filiação.

Art. 30 Os procedimentos de registro da Certidão de Regularização Fundiária - CRF - e do Projeto de Regularização Fundiária deverão seguir a regulamentação prevista na legislação federal vigente.

CAPÍTULO IV

DO DIREITO REAL DE LAJE

Art. 31 O direito real de laje será regido pela legislação federal vigente.

CAPÍTULO V

DO CONDOMÍNIO DE LOTES

Art. 32 O Condomínio de Lotes será regido pela legislação federal vigente a ser regulamentado por ato do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO VI

DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS

Art. 33 Serão regularizados como conjuntos habitacionais os núcleos urbanos informais que tenham sido constituídos para a alienação de unidades já edificadas pelo próprio empreendedor, público ou privado.

§ 1º Os conjuntos habitacionais podem ser constituídos de parcelamento do solo com unidades edificadas isoladas, parcelamento do solo com edificações em condomínio, condomínios horizontais ou verticais, ou ambas as modalidades de parcelamento e condomínio.

§ 2º As unidades resultantes da regularização de conjuntos habitacionais serão atribuídas aos ocupantes reconhecidos, salvo quando o ente público promotor do programa habitacional demonstrar que, durante o processo de regularização fundiária, há obrigações pendentes, caso em que as unidades imobiliárias regularizadas serão a ele atribuídas.

Art. 34 Para a aprovação e registro dos conjuntos habitacionais que compõem a Reurb ficam dispensadas a apresentação do Habite-se, o qual é substituído pela CRF, e no caso de Reurb-S, as respectivas certidões negativas de tributos e contribuições previdenciárias.

CAPÍTULO VII

DO CONDOMÍNIO URBANO SIMPLES

Art. 35 Quando um mesmo imóvel contiver construções de casas ou cômodos, poderá ser instituído, inclusive para fins de Reurb, condomínio urbano simples, respeitados os parâmetros urbanísticos locais, e serão discriminadas na matrícula, a parte do terreno ocupada pelas edificações, as partes de utilização exclusiva e as áreas que constituem passagem para as vias públicas ou para as unidades entre si.

Parágrafo único. O condomínio urbano simples será regido pela legislação federal vigente.

CAPÍTULO VIII

REGULARIZAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Art. 36 Constatada a existência de área de preservação permanente, total ou parcialmente, em núcleo urbano informal, a Reurb observará, também, o disposto nos arts. 64, 65 e seguintes da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, hipótese para a qual se torna obrigatória a elaboração de estudos técnicos que justifiquem as melhorias ambientais em relação à situação anterior, inclusive por meio de compensações ambientais, quando for o caso

Paragrafo único - Constatada por Profissional devidamente habilitado qualquer interferência, ou irregularidade em de área de preservação permanente, total ou parcialmente, em núcleo urbano informal, a Reurb observará, o disposto no art. 12 da Lei Federal nº 13.465/2017, que atribui aos municípios competência para processar, analisar, aprovar os projetos de regularização fundiária e encaminha-lo para o registro, mediante Declaração ou Certidão emitida por Profissional devidamente habilitado afirmando a inexistência de qualquer interferência, ou irregularidade em de área de preservação permanente, total ou parcialmente.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37 As glebas parceladas para fins urbanos anteriormente a 19 de dezembro de 1979, que não possuírem registro, poderão ter a sua situação jurídica regularizada mediante o registro do parcelamento, desde que esteja implantado e integrado à cidade, podendo, para tanto, se utilizar dos instrumentos previstos nesta Lei.

Art. 38 Esta Lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 39 Na aplicação da REURB, além das normas previstas nesta Lei poderão ser utilizados os demais instrumentos e normas previstas na legislação federal específica vigente.

Art. 40 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as demais disposições em contrário inclusive Lei Municipal nº 411/2016.

Novo Mundo, 21 de Junho de 2018.

ANTONIO MAFINI

PORTARIA Nº 203/2018 DE 15 DE JUNHO DE 2018

"Dispõe Sobre Concessão de Férias, e Dá Outras Providências".

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

JULIO CESAR LUCAS, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 0358721-5 SSP/MT e do CPF sob o nº. 288.445.301.63, efetivo no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, matriculado no DRH sob o nº 1092, referente ao período aquisitivo de 14/10/2016 a 13/10/2017 a usufruir de 01/06/2018 a 01/07/2018.

VALDECIR LUCENA BARQUILHA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1155456-8 SSP/MT e do CPF sob o nº. 823.061.501.25, efetivo no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, matriculado no DRH sob o nº 2186, referente ao período aquisitivo de 04/06/2017 a 03/06/2018, a usufruir de 04/06/2018 a 03/07/2018.

ANGELA MARIUZA RAMOS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 18785980 SSP/MT e do CPF sob o nº. 020.675.551.11, efetivo no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, matriculado no DRH sob o nº 2461, referente ao período aquisitivo de 01/04/2015 a 31/03/2016, a usufruir de 01/06/2018 a 01/07/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 15 de Junho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 200/2018 DE 15 DE JUNHO DE 2018

"Dispõe sobre transferência de lotação de servidores para adequação de fontes de recursos, e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º. TRANSFERIR de lotação os servidores abaixo relacionados, conforme descrito:

Mat.	Servidor	Da:	Para:
1140	Neuza De Oliveira	Secr. Municipal de Saúde	Secr. Municipal de Educação
2195	Ademar Pedro Ragievicz	Secr. Municipal de Saúde	Secr. Municipal de Obras

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 15 de Junho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 202/2018 DE 15 DE JUNHO DE 2018

"Dispõe sobre concessão de Prorrogação de Licença-Maternidade à servidora, e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** prorrogação de Licença-Maternidade por mais 60 (sessenta) dias, para o período de 08/06/2018 a 07/08/2018 a Sra. **SUZANA LUNA DE PAIVA,** portadora do RG nº 1820424-4 SSP/MT e do CPF nº 039.003.531.90, efetiva no cargo de *ZELADORA***,** matriculada no Departamento de Recursos Humano sob o nº 2259, com fulcro na Lei Complementar 050/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 15 de Junho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 046/2017

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 046/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT.

CONTRATADO: TIM TRANPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES EIRELI EPP**.**

CNPJ: 14.421.118/0001-06

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO ALTERAR AS QUANTIDADES INICIAIS DOS ITENS 07 E 08 DA CLÁUSULA PRIMEIRA DO CONTRATO EM 25%.

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, 20 DE JUNHO DE 2018.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 49/2018

PREGÃO PRESENCIAL 41/2018

ARP Nº 49/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **COMUNICASOM PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA – EPP, CNPJ: 08.710.383/0001-01**, tendo por objeto: O Registro de Preço para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada para Prestação de serviço de Gestão, Execução e Fornecimento de Infraestrutura para a realização dos Eventos Institucionais e Promocionais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de educação e Cultura de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. **Vigência: 20/06/2018 A 20/06/2019. Valor Global: R$ 403.667,60.** Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 21 de junho de 2018.

Seq.	Código	Descrição do Serviço	Unidade	Qtde	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	495075	**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, DE ACORDO COM AS NORMAS EXIGIDAS PELO CORPO DE BOMBEIROS, COM LAYOUT, ART DO PROFISSIONAL COMPETENTE E TAXAS INCLUSAS.	DIARIA	4,00	5.659,50	22.638,00
2	495043	LOCACAO DE CAMARIM DE LONA TAM.4,0 X 4,0 - Locação de Tenta Camarim, fechado em Lonas Brancas e piso de 16 M2 em placa de compensado	DIARIA	8,00	1.500,00	12.000,00
3	495042	LOCACAO DE CAMARIM METALICO TAM.4,0 X 4,0 - Locação de Camarim com divisórias metálicas medindo 4 X 4 Metros, coberto com lonas brancas, piso em placa de comprensado	DIARIA	8,00	2.000,00	16.000,00
4	495074	LOCACAO DE GERADOR DE 3 KVA - Locação de gerador de energia DE gasolina de 2.800 Watts - 3KVA Trifásico - branco BD - 6000 E3 - Trifásico 220V, partida elétrica com aterramento seg. as normas técnicas do corpo de bombeiro e um operador comb.	DIARIA	8,00	1.500,00	12.000,00
5	495073	LOCACAO DE GRUPO GERADOR DE 250 KVA - Locação de grupo gerador de energia móvel silenciosos de 250 kva trifásico, tensão 380/220 volts. 60hz, com aterramento seguindo normas técnicas do corpo de bombeiro e um operador comb.	DIARIA	8,00	4.000,00	32.000,00
6	495037	**LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA 10.000 PESSOAS** LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE ILUMINAÇÃO 10 MIL PESOAS.	DIARIA	4,00	9.162,50	36.650,00

		LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE 01 MESA DIGITAL QUE CONTROLA PELO MENOS 48 MOVINGS/160 REFLETORES E 200 CENAS/01 INTERCOM 04 VIAS, 48 REFLETORES - FOCO 1 DE 1000 WATTS, 24 REFLETORES - FOCO 5 DE 1000 WATTS, 32 ACL/04 STROBO ATOMIC DMX 3000 WATTS, 12 ELIPSOIDAL 1000 WATTS, 02 CANHÕES SEGUIDORES DE 1200W, 06 MINI BRUTE DE 6 LÂMPADAS, 02 MÁQUINAS DE FUMAÇA NO MÍNIMO 1500 WATTS, 02 VENTILADORES, 72 CANAIS DE DIMMER DIGITAL/01MAIN POWER - DISTRIBUIDORA DE AC ATRAVÉS DE CHAVE REVERSORA 220/380 VOLTS, DISJUNTOR DE 125A, / TRELIÇAS E MEIO BOX EM ALUMÍNIO - 15 MEIO-BOX TRUSS, 44 METROS LINEAR DE P30 DE 4 METROS , 12 METROS LINEAR DE P30, 2 METROS, 12 METROS LINEAR DE P30 - 1 METRO, 06 PEÇAS SLEEVE, 06 PEÇAS PAU-DE-CARGA, 06 PEÇAS BASE TUBULAR, 24 ALGEMAS DUPLAS, 06 TALHAS 01 TONELADA / CORRENTE DE 10 METROS, 12 CINTAS PARA SUPORTAR 1000 KG CADA CINTA, 06 BALDES.				
7	495039	**LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL PARA ATENDER EVENTOS COM ATÉ 3.000 PESSOAS** LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL PARA EVENTOS COM ATÉ 3.000 PESSOAS: 01 MESA DIGITAL QUE CONTROLA PELO MENOS 32MOVINGS, 160 REFLETORES E 200 CENAS, 01 INTERCOM 04 VIAS, 12 REFLETORES, FOCO 1 DE 1000 WATTS, 12 REFLETORES,FOCO 5 DE 1000 WATTS, 02 MINI BRUTE DE 6 LÂMPADAS, 01 MÁQUINAS DE FUMAÇA NO MÍNIMO 1500 WATTS, 01 VENTILADOR, 24 CANAIS DE DIMMER DIGITAL / MAIN POWER ILUMINAÇAO -DISTRIBUIDORA DE AC ATRAVÉS DE CHAVE REVERSORA 220 / 380 VOLTS DE 250A, DISJUNTOR GERAL DE 225A / TRELIÇAS EM ALUMÍNIO -36 METROS LINEAR DE P30 DE 4 METROS, 16 METROS LINEAR DE P30 2 METROS, 04 METROS LINEAR DE P30 - ½ METRO, 04 DOBRADIÇAS DUPLA P30, 12 ALGEMAS DUPLAS, 04 CUBOS P30 6 FACES; 04 TALHAS 01 TONELADA / CORRENTE DE 10 METROS, 08 CINTAS PARA SUPORTAR 1000 KG CADA CINTA.	DIARIA	4,00	4.136,25	16.545,00
8	495065	LOCACAO DE LONAS PARA TENDA 10 X 10 - Locação de lonas brancas tipo fixas para fechamento laterais de tendas medindo 10 x 10	DIARIA	8,00	375,00	3.000,00
9	495066	LOCACAO DE LONAS PARA TENDA 5 X 5 - Locação de lonas brancas tipo fixas para fechamento laterais de tendas medindo 5 X 5	DIARIA	80,00	110,37	8.829,60
10	495045	**LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED P32 3 X 5** LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED P32 INDOOR DISTÂNCIA ENTRE PIXELS: 32 MM, ÂNGULO DE VISÃO HORIZONTAL: 140º, ÂNGULO DE VISÃO VERTICAL: 140º, DIMENSÕES DO GABINETE: 576 X 576 X 75 MM. 01 VIDEO PROCESSADORA LED SYNK COM ART DE MONTAGEM.	DIARIA	4,00	4.350,00	17.400,00
11	495044	**LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED P6 3 X 6** LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED P6mm INDOOR DISTÂNCIA ENTRE PIXELS: 6 MM, ÂNGULO DE VISÃO HORIZONTAL: 140º, ÂNGULO DE VISÃO VERTICAL: 140º, DIMENSÕES DO GABINETE: 960 X 960 X 75 MM (LXAXP),- 01 VIDEO PROCESSADORA LED SYNK COM ART DE MONTAGEM.	DIARIA	8,00	4.375,00	35.000,00
12	495034	**LOCAÇÃO DE SOM PARA 10.000 PESSOAS** LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE SOM 10 MIL PESSOAS: 01 PROCESSADOR DIGITAL / 01 EQUALIZADOR DE 31 BANDAS DE EQUALIZAÇÃO, / 01 ANALISADOR DE ESPECTRO DIGITAL, / 01 CD PLAYER, / 02 CAIXAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS MESAS DE P.A. E MONITOR,/ 01 MESA DIGITAL 48 CANAIS COM 08 GRUPOS DE VCA, O1 MESA DIGITAL 48 CANAIS COM 24 VIAS DE MONITOR / P.A. - 40 CAIXAS LINE ARRAY CONTENDO NO MINIMO 01 ALTO FALANTE DE 08 E 01 DRIVER TITANIUM DE 01 POLEGADA, / 08 AMPLIFICADORES DIGITAIS COMPATÍVEL COM O SISTEMA / 40 CAIXAS SUBGRAVE CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 18 POLEGADAS, / 04 AMPLIFICADORES DIGITAIS COMPATÍVEL COM O SISTEMA/SIDE 08 CAIXAS LINE ARRAY CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 08 E 01 DRIVER TITANIUM DE 01 POLEGADA/02 AMPLIFICADORES DIGITAIS COMPATÍVEIS COM O SISTEMA/08 CAIXAS SUBGRAVES CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 18 POLEGADAS, 01 AMPLIFICADOR DIGITAL COMPATÍVEL COM O SISTEMA/ MONITOR - 01 CD PLAYER/01 MULTI CABO 56 VIAS – 60. PA 5 MONITOR METROS/12 GARRAS GLAMP, 24 PEDESTAIS GIRAFA, 08 PEDESTAIS PEQUENOS, 08 SUB SNAKE NO MÍNIMO 06 VIAS COM CABO DE 20 METROS, 08 RÉGUAS DE AC EM FERRO/12 MONITORES CONTENDO NO MÍNIMO 01ALTO FALANTE DE 8 E 01 DRIVER DE TITANIUM DE 01 POLEGADA AMPLIFICADOS DIGITAL E PROCESSADOS/01 CAIXA SUB PROCESSADA E AMPLIFICADA/ MICROFONES - 08 SM 58 OU SIMILAR, 12 SM 57 OU SIMILAR, 04 SM 58 UHF SEM FIO OU SIMILAR, 08 MICROFONES CONDENSER 81 OU SIMILAR, 02 D 52 OU SIMILAR, 08 SHOT GUN OU SIMILAR PARA CORAL, DIRECT BOX, 04 DIRECT BOX ATIVO, 14 DIRECT BOX PASSIVO/01 CABEÇOTE VALVULADO DE 800 WATTS, 01 CAIXA CONTENDO 4 ALTO FALANTES DE 10 POLEGADAS , 01 CAIXA COM 01 FALANTE DE 15 POLEGADAS/01 CABEÇOTE VALVULADO DE 800 WATTS COM 01 CAIXA CONTENDO 04 ALTO FALANTES DE 08 POLEGADAS/16 CANAIS DE POWER PLAY/16 FONES DE OUVIDO/01 MAIN POWER COM ESTABILIZADOR DE 5.000 WATTS COM CHAVE REVERSORA 220V/380V CONTENDO: 08 TOMA	DIARIA	4,00	9.162,50	36.650,00
13	495036	**SOM PROFISSIONAL PARA ATENDER EVENTOS COM ATÉ 3.000 PESSOAS** LOCAÇÃO DE SOM PROFISSIONAL PARA EVENTOS COM ATÉ 3.000 PESSOAS INCLUINDO MESA DE 48 CANAIS, SENDO SOM PERIFÉRICO P.A. - 01 PROCESSADOR DIGITAL, 02 EQUALIZADORES DE 31 BANDAS DE EQUALIZAÇÃO, 01 ANALISADOR DE ESPECTRO DIGITAL, 04 EFEITOS DIGITAIS PARA VOZ, 08 CANAIS DE GATE, 08 CANAIS DE COMPRESSOR, 01 CD PLAYER, 01 DVD, 01 DECIBELÍMETRO, 01 CAIXA DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS MESAS DE P.A. E MONITOR, 01 MESA DIGITAL 48 CANAIS OU MESA ANALÓGICA 48 CANAIS COM 08 GRUPOS DE VCA / P.A. - 16 CAIXAS DE LINE ARRAY, 16 CAIXAS SUB GRAVE, 02 AMPLIFICADORES DIGITAIS PARA AS LINE ARRAY, 01 AMPLIFICADOR DIGITAL PARA AS FREQUÊNCIAS DE SUB / MONITOR - 06 MONITORES AMPLIFICADOS / MICROFONES - 24 SM 58, 16 SM 57, 04 SM 58 SEM FIO, 04 MICROFONES CONDENSER 81, 02 D 52.	DIARIA	4,00	4.136,25	16.545,00
14	495063	**LOCAÇÃO DE TENDA MODELO PIRAMIDAL MED 10.0X10.0** MONTADA EM ESTRUTURA DE AÇO CARBONO GALVANIZADO OU PINTADA NA COR ALUMINIO COBERTA EM LONA BRANCA ANTI EXTINGUÍVEL, COM BLACK-OUT SOLAR, COMPOSTA DE CALHAS LATERAIS, INTEIRIÇA REFORÇADA PARA CAPTAÇÃO E ESCOAMENTO DE ÁGUA.	DIARIA	8,00	1.322,50	10.580,00
15	495064	**LOCAÇÃO DE TENDA MODELO PIRAMIDAL MED 5.0X5.0** MONTADA EM ESTRUTURA DE AÇO CARBONO GALVANIZADO OU PINTADA NA COR ALUMINIO COBERTA EM LONA BRANCA ANTI EXTINGUÍVEL, COM BLACK-OUT SOLAR COM ART DE MONTAGEM, COMPOSTA DE CALHAS LATERAIS, INTEIRIÇA REFORÇADA PARA CAPTAÇÃO E ESCOAMENTO DE ÁGUA.	DIARIA	80,00	375,00	30.000,00
16	495040	**PALCO TAMANHO 14 X 12** LOCAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA PARA MONTAGEM DE PALCO, COBERTO EM TELHAS GALVANIZADAS E OU LONA ANTI EXTINGUÍVEL COM BLACK-OUT NA COR CINZA E PRETA MED. 14.00 M DE FRENTE (BOCA DE CENA) POR 12.00 PROFUNDIDADE COM PÉ DIREITO DE ATÉ 8.00 METROS PARA CENÁRIO POR 2.00 DO SOLO AO PISO COM SUSTENTAÇÃO DE LUZ NO TETO DE ATÉ 2.000 KILOS DISTRIBUÍDOS, FECHADO FUNDOS E LATERAIS EM TELAS ORTOFÔNICAS PRETAS COM ART DE MONTAGEM, DEVENDO ESTAR DISPONIBILIZADO EM LOCAL E HORÁRIO DETERMINADOS PREVIAMENTE.	DIARIA	4,00	8.870,00	35.480,00
17	495068	**SERVIÇOS DE FILMAGEM** LOCAÇÃO DE FILMAGEM SIMULTANEA. COM 2 SAIDAS DE MONITORAÇÃO, BOCAL COM LDS, SENSOR DE MOVIMENTO E CONEXÃO SEM FIO ATRAVES DO COMANDO DE FOCO, ZOOM E IRIS. SENSOR 16:9. OS SERVIÇOS DE FILMAGEM DE3VEM INCLUIR: A) GRAVAÇÃO DAS ATIVIDADES DO EVENTO, EM AUDIO E VIDEO, COM NO MINIMO, 02 (DUAS) CAMERAS FILMADORAS DIGITAIS PROFISSIONAIS. B) ENTREGA DE 02 (DUAS) COPIAS DO MATERIAL AUDIOVISUAL EDITADO (EVENTO COMPLETO), EM DVD COM CAPA PERSONALIZADOS, COM A MELHOR QUALIDADE DE GRAVAÇÃO DE VIDEO E AUDIO POSSIVEL.	DIARIA	8,00	1.800,00	14.400,00
18	495067	**SERVIÇO DE FOTOGRAFIA**	DIARIA	8,00	1.850,00	14.800,00

		CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA FOTOGRÁFICA DE EVENTOS INSTITUCIONAIS. AS IMAGENS PRODUZIDAS DEVEM TER A MELHOR QUALIDADE POSSÍVEL EM TERMOS DE ENQUADRAMENTO, NITIDEZ E RESOLUÇÃO. PARA OS ARQUIVOS DE IMAGEM: TAMANHO MÍNIMO DE 3000X2000 PIXELS, 72 PPP E 2MB; A COBERTURA FOTOGRÁFICA DEVE SER TANTO JORNALÍSTICA QUANTO INSTITUCIONAL, FEITA EXCLUSIVAMENTE COM CÂMERA(S) PROFISSIONAL(IS), DE MANEIRA A REGISTRAR TODOS OS MOMENTOS DO EVENTO, INCLUINDO O PÚBLICO EM GERAL E PARTICIPANTES ESPECÍFICOS.				
19	495071	**SERVIÇO DE BRIGADISTAS DE INCENDIO** SERVIÇOS DE BRIGADA PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO, CONTROLE DE PANICO E PRIMEIROS SOCORROS, COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIAS NECESSARIOS AO FUNCIONAMENTO EFICIENTE E CORRETO DO SERVIÇO, A SER EXECUTADO DURANTE OS EVENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES REGULAMENTARES PREVISTAS NA NT Nº 007/20008-CBMDF, NO QUE NÃO CONTRARIAR A LEI Nº 11.901 DE 12/01/2009. DEVIDAMENTE CERTIFICADOS JUNTO A ENTIDADE COMPETENTE.	DIARIA	24,00	300,00	7.200,00
20	495070	**CARREGADORES** MÃO DE OBRA HOMENS BRAÇAIS PARA MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PALCO, SOM E ILUMINAÇÃO> CARGA E DESCARAGA DOS EQUIPAMENTOS DOS ARTISTAS	DIARIA	50,00	220,00	11.000,00
21	495072	**SERVIÇOS DE LOCUÇÃO** CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCUÇÃO PARA APRESENTAÇAO DE CERIMONIAL E LOCUÇÃO DE EVENTO.	DIARIA	8,00	1.868,75	14.950,00

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO/DESERTA/1º REPUBLICAÇÃO

Tomada de Preço 06/2018

1ª REPUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 125 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **Tomada de Preço Nº. 06/2018**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de agosto de 2000, que regulamento Pregão, Decreto Municipal nº 1005/2014 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 que institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: a Contratação de Empresa Especializada visando a **Retomada de Execução Física da Obra da Quadra Escolar Coberta com Vestiário – Distrito Salto Alegria, Termo de Compromisso PAC2 9677/2014**, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas nos respectivos ANEXOS do Edital. Data de abertura **09/07/2018**, segunda-feira **às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 21 de junho de 2018. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2018

PREGÃO PRESENCIAL 38/2018

ARP Nº 47/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **MOISES INACIO DE SOUZA 46090843172, CNPJ 22.145.107/0001-60**, tendo por objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para **Prestação de Serviços Fotográficos,** com fornecimento de todo o material, equipamentos, impressão e profissionais necessários à cobertura fotográfica de eventos tanto nas Áreas Urbanas e Rurais,atendendo as necessidades da Secretaria de Administração e demais Secretarias. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. **Vigência: 19/06/2018 A 19/06/2019. Valor Global: R$ 147.000,00.** Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 21 de junho de 2018.

Seq.	Código	**Descrição do Serviço**	Unidade	Qtde	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	336741	FOTO 10 X 15 PROFISSIONAL	UNIDADE	9.800,00	15,00	147.000,00

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2018

PREGÃO PRESENCIAL 40/2018

ARP Nº 48/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **EMAM - EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA, CNPJ 04.420.916/0003-13**, tendo por objeto: O Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Emulsão Asfáltica,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga – MT. Conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I e Termo de Referência do Respectivo Edital. **Vigência: 19/06/2018 A 19/06/2019. Valor Global: R$ 3.813.843,00.** Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 21 de junho de 2018.

Seq.	Código	**Descrição do Serviço**	Unidade	Qtde	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	335307	EMULSAO ASFALTICA CM30 (TONELADA)	UNIDADE	326,00	4.650,00	1.515.900,00
2	335309	EMULSAO ASFALTICA RL-1C (TONELADA)	UNIDADE	225,00	2.569,00	578.025,00
3	11870	EMULSAO ASFALTICA RR-2C (TONELADA)	UNIDADE	642,00	2.679,00	1.719.918,00

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 50/2018

PREGÃO PRESENCIAL 41/2018

ARP Nº 50/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **OPÇÃO SERVIÇO E COMERCIO DE SOM PLACO E LUZ LTDA – EPP, CNPJ: 07.655.369/0001-81**, tendo por objeto: O Registro de Preço para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada para Prestação de serviço de Gestão, Execução e Fornecimento de Infraestrutura para a realização dos Eventos Institucionais e Promocionais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de educação e Cultura de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. **Vigência: 20/06/2018 A 20/06/2019. Valor Global: R$ 142.338,44.** Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 21 de junho de 2018.

Seq.	Código	Descrição do Serviço	Unidade	Qtde	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	495076	LOCACAO DE CADEIRAS DE MATERIAL PVC, COM ENCOSTO E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO	UNIDADE/D	1.000,00	4,00	4.000,00
2	495062	**LOCAÇÃO DE GRADES INIBIDORAS** TUBOS PRODUZIDOS EM AÇO DE 1 ¹/² CHAPA DE 16 QUADRO EXTERNO, COM GRADIL INTERNO, PRODUZIDO COM TUBO DE ¹/² CHAPA 16 FIXADO COM SUPOTE PRODUZIDO EM TUBO DE AÇO DE 2E CHAPA 14, MEDINDO 2,25 X 1,20M, UTILIZADO PARA INIBIR A TRAVESSIA E/OU A CONDUÇAO DE PESSOAS. PADRÃO DE ACORDO COM AS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DE MATO GROSSO.	METRO LIN	300,00	34,51	10.353,00
3	495038	LOCACAO DE ILUMINAÇÃO PARA 5.000 PESSOAS LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE 01 MESA DIGITAL QUE CONTROLA PELO MENOS 48 MOVINGS/ 160 REFLETORES E 200 CENAS/01 INTERCOM 04 VIAS, 30 REFLETORES - FOCO 1 DE 1000 WATTS, 18 REFLETORES - FOCO 5 DE 1000 WATTS, 12 ACL/02 STROBO ATOMIC DMX 3000 WATTS, 06 ELIPSOIDAL 1000 WATTS, 04 MINI BRUTE DE 6 LAMPADAS, 02 MAQUINAS DE FUMAÇA NO MÍNIMO 1500 WATTS, 02 VENTILADORES, 36 CANAIS DE DIMMER DIGITAL/01MAIN POWER - DISTRIBUIDORA DE AC ATRAVES DE CHAVE REVERSORA 220/380 VOLTS, DISJUNTOR DE 125A, / TRELIÇAS E MEIO BOX EM ALUMÍNIO - 10 MEIO-BOX TRUSS, 36 METROS LINEAR DE P30 DE 4 METROS , 08 METROS LINEAR DE P30, 2 METROS, 08 METROS LINEAR DE P30 - 1 METRO, 04 PEÇAS SLEEVE, 04 PEÇAS PAU-DE-CARGA, 04 PEÇAS BASE TUBULAR, 14 ALGEMAS DUPLAS, 04 TALHAS 01 TONELADA / CORRENTE DE 10 METROS, 08 CINTAS PARA SUPORTAR 1000 KG CADA CINTA, 04 BALDES.	DIARIA	4,00	7.535,43	30.141,72
4	495077	LOCACAO DE MESAS QUADRADA OU REDONDA MATERIAL PVC PARA 4 CADEIRAS DE ENCOSTO EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO	UNIDADE/D	250,00	7,00	1.750,00
5	495060	**LOCAÇÃO DE PLACAS DE FECHAMENTOS** PLACAS DE FECHAMENTO EM CHAPAS 19 CORRUGADA COM 20 DOBRAS DE MIM, 2,20 METROS DE ALTURA, SENDO 2 METROS DE LARGURA, COM ARMAÇÃO EM VOLTA DE METALÃO NA MEDIDA DE 20 MM X 30M EM CHAPA 16, SOLDADO COM PÉ LATERAL.	METRO LIN	300,00	67,54	20.262,00
6	495049	**LOCAÇÃO DE PORTAIS TRELIÇADOS EM Q 30 10X05** PORTAIS EM BOX TRUSS MEDINDO 10X5M – PORTAIS CONFECCIONADOS EM TRELIÇAS Q30, COM LONA IMPRESSA, COM HASTEAMENTO, PÉ DE GALINHA OU SAPATAS DE ACORDO COM O TIPO DE PISO.	DIARIA	4,00	3.683,75	14.735,00
7	495035	**LOCAÇÃO DE SOM PARA 5.000 PESSOAS** LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE SOM 5 MIL PESSOAS: 01 PROCESSADOR DIGITAL / 01 EQUALIZADOR DE 31 BANDAS DE EQUALIZAÇÃO, / 01 ANALISADOR DE ESPECTRO DIGITAL, / 01 CD PLAYER, / 02 CAIXAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS MESAS DE P.A. E MONITOR,/ 01 MESA DIGITAL 32 CANAIS COM 06 GRUPOS DE VCA, O1 MESA DIGITAL 32 CANAIS COM 16 VIAS DE MONITOR / P.A. - 24 CAIXAS LINE ARRAY CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 08 E 01 DRIVER TITANIUM DE 01 POLEGADA, / 08 AMPLIFICADORES DIGITAIS COMPATÍVEL COM O SISTEMA / 24 CAIXAS SUBGRAVE CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 18 POLEGADAS, / 04 AMPLIFICADORES DIGITAIS COMPATÍVEL COM O SISTEMA/SIDE 08 CAIXAS LINE ARRAY CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 08 E 01 DRIVER TITANIUM DE 01 POLEGADA/02 AMPLIFICADORES DIGITAIS COMPATÍVEL COM O SISTEMA/04 CAIXAS SUBGRAVE CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 18 POLEGADAS, 01 AMPLIFICADOR DIGITAL COMPATÍVEL COM O SISTEMA/MONITOR - 01 CD PLAYER/01 MULTI CABO 56 VIAS – 60. PA 5 MONITOR METROS/08 GARRAS GLAMP, 20 PEDESTAIS GIRAFA, 06 PEDESTAIS PEQUENOS, 05 SUB SNAKE NO MÍNIMO 06 VIAS COM CABO DE 20 METROS, 05 RÉGUAS DE AC EM FERRO/08 MONITORES CONTENDO NO MÍNIMO 01ALTO FALANTE DE 8 E 01 DRIVER DE TITANIUM DE 01 POLEGADA AMPLIFICADOS DIGITAL E PROCESSADOS/01 CAIXA SUB PROCESSADA E AMPLIFICADA/ MICROFONES - 06 SM 58 OU SIMILAR, 08 SM 57 OU SIMILAR, 02 SM 58 UHF SEM FIO OU SIMILAR, 04 MICROFONES CONDENSER 81 OU SIMILAR, 01 D 52 OU SIMILAR, 04 SHOT GUN OU SIMILAR PARA CORAL, DIRECT BOX, 04 DIRECT BOX ATIVO, 10 DIRECT BOX PASSIVO/01 CABEÇOTE VALVULADO DE 800 WATTS, 01 CAIXA CONTENDO 4 ALTO FALANTES DE 10 POLEGADAS , 01 CAIXA COM 01 FALANTE DE 15 POLEGADAS/01 CABEÇOTE VALVULADO DE 800 WATTS COM 01 CAIXA CONTENDO 04 ALTO FALANTES DE 08 POLEGADAS/08 CANAIS DE POWER PLAY/08 FONES DE OUVIDO/01 MAIN POWER COM ESTABILIZADOR DE 5.000 WATTS COM CHAVE REVERSORA 220V/380V CONTENDO: 08 TOMADAS 220V, 08 TOMADAS 110V COM DISJUNTOR DE 125 AMPERES.	DIARIA	4,00	8.286,68	33.146,72
8	495041	**PALCO TAMANHO 12 X 08** LOCAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA PARA MONTAGEM DE PALCO, COBERTO EM TELHAS GALVANIZADAS E OU LONA ANTI EXTINGUÍVEL COM BLACK-OUT NA COR CINZA E PRETA MED. 12.00 M DE FRENTE (BOCA DE CENA) POR 08.00 PROFUNDIDADE COM PÉ DIREITO DE ATÉ 8.00 METROS PARA CENÁRIO POR 2.00 DO SOLO AO PISO COM SUSTENTAÇÃO DE LUZ NO TETO DE ATÉ 2.000 KILOS DISTRIBUÍDOS, FECHADO FUNDOS E LATERAIS EM TELAS ORTOFÔNICAS PRETAS COM ART DE MONTAGEM, DEVENDO ESTAR DISPONIBILIZADO EM LOCAL E HORÁRIO DETERMINADOS PREVIAMENTE.	DIARIA	4,00	6.987,50	27.950,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA N.º 325-2018- DILAÇÃO DE PRAZO

PORTARIA Nº 325/2018. DE 21 DE JUNHO DE 2.018.

Concede Dilação de Prazo ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2018**, para apuração dos fatos relacionados a furto conforme Boletim de Ocorrência nº 2018.95354, ocorrido no dia 22 de Março 2.018, e dá outras providências;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDOo recebimento do Requerimentoda Comissão de **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018,** nomeada pela Portaria n.º 159/2018 de 29 de Março de 2018;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 075/1998, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicosdo Município de Pedra Preta – MT.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n° 8.666/1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e ainda o Decreto Municipal n° 050/2017 que disciplinam as contratações públicas no âmbito do Município de Pedra Preta-MT;

CONSIDERANDO a necessidade de preservação da legalidade dos atos administrativos, com a observância estrita da moralidade e da probidade administrativa;

RESOLVE:

ART. 1º - **CONCEDER DILAÇÃO DE PRAZO** a ComissãodeSindicância, dos servidores públicos municipais nomeados: **CLAUDIO GONÇALVES DA CRUZ, LEVINO JOSE DE OLIVEIRA** e Sr**. YALLES MORAES DA SILVA,** para, sob a presidência do primeiro, atuarem na averiguação dos fatos relacionados ao Boletim de Ocorrência nº 2018.95354, de 22 de Março de 2.018, **mediante à apuração de eventuais inconformidades com a Lei e responsabilização administrativa dos envolvidos, procedendo com o exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.**

ART. 2º - A Comissão deverá, com senso de responsabilidade, ouvir quem achar de direito e demais servidores ou outros que possam colaborar para elucidar os fatos, buscar documentos e diligenciar na prática de todos os atos necessários, para ao final,

apresentar no prazo de até 60 (sessenta), dias um relatório conclusivo.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2.018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

LUIZ CÂNDIDO RODRIGUES PEREIRA

Sec. Geral e Coordenadoria Administrativa.

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 016/2018

ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 016/2018

INICIOU-SE A SESSÃO NO DIA 20 (VINTE) DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO AS 15H00MIN, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, A AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA, Nº. 940, CENTRO, NESTA CIDADE DE PEDRA PRETA REUNIU-SE A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DE ATO DO PREFEITO MUNICIPAL POR MEIO DA PORTARIA N° 226/2018, DE 02 DE MAIO DE 2018. O OBJETIVO DA REFERIDA REUNIÃO É O JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DO PREGÃO PRESENCIAL EM EPÍGRAFE, QUE TEM POR OBJETIVO A **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA COM SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DIÁRIO DOS PROJETOS NA GESTÃO BÁSICA DE SAÚDE DE PEDRA PRETA - MT, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO A ESTE EDITAL**. O PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO REUNIU-SE PARA DAR PROVIMENTO AO CERTAME ORA SUSPENSO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMETAÇÃO, ONDE FOI ABERTO O PRAZO DE 08(OITO) DIAS UTEIS PARA A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PENDENTE, FATO CITADO EM ATA DE ABERTURA NO DIA 06/06/2018 ONDE O REPRESENTANTE LEGAL **SR. FABIO DOS SANTOS SOUZA, INSCRITO NO CPF: 825.269.071-87 E RG Nº 10953574 SJ/MT** DA EMPRESA **1º-FACILITA GESTÃO PUBLICA BRASIL EIRELI-ME INSCRITA NO CNPJ: 17.286.917/0001-05** FICOU CIENTE QUE A NÃO APRESENTAÇÃO ACARRETARIA NA **INABILITAÇÃO**. A EMPRESA **1º-FACILITA GESTÃO PUBLICA BRASIL EIRELI-ME ENCAMINHOU E-MAIL AO ENDEREÇO ELETRONICO DESTE SETOR NO DIA 18/06/2018 CONTENDO COMO ANEXO A DOCUMENTAÇÃO PENDENTE QUE SE TRATAVA DO BALANÇO PATRIMONIAL DEVIDAMENTE REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL COMO PEDIDO EM EDITAL NO ITEM 10.3.3 – b). NO DOCUMENTO CONTEM O Nº DE PROTOCOLO 18/087.676-7 E O CODIGO DE SEGURANÇA AjV2 QUE FOI UTILIZADO POR ESTA COMISSÃO PARA VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO FICANDO A EMPRESA PORTANTO HABILITADA. POR TER APRESENTADO A DOCUMENTAÇÃO PENDENTE DENTRO DO PRAZO E ENCONTRAR-SE HABILITADA DECLARO VENCEDORA A EMPRESA 1º-FACILITA GESTÃO PUBLICA BRASIL EIRELI-ME INSCRITA NO CNPJ: 17.286.917/0001-05 PARA O ITEM:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA NA GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE, GERENCIAMENTO FINANCEIRO DO BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA, FINANCEIRO DO SUS, PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA, VERIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA, PROTOCOLOS ASSISTENCIAIS, TREINAMENTOS, ORGANIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM SAÚDE, PADRONIZAÇÃO DE MATERIAIS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CAPTAÇÃO DE RECURSOS, LICITAÇÕES EM SAÚDE, MONITORAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SISPACTO COM A PROPOSTA DE R$ 6.000,00 (seis mil reais) POR MÊS. NADA MAIS HAVENDO A SER TRATADO, DÁ-SE POR ENCERRADA ESTA ATA, QUE APÓS LIDA E ACHADA CONFORME, VAI ASSINADA PELA COMISSÃO.

PEDRA PRETA, 20 DE JUNHO DE 2018.

ALEXSANDRO DOS SANTOS SOUZA

PREGOEIRO

LUCAS CALDEIRA DE ABREU

MEMBRO EQUIPE DE APOIO

LUZANE FRANCISCA GOMES

MEMBRO EQUIPE DE APOIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO- PREGÃO PRESENCIAL RP N° 006/2018.PROCESSO N° 012/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

O Município de P. da Serra- MT, através da Pregoeira e demais membros da equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados que, a **RETIFICAÇÃO** do **ANEXO I-B do Termo de Referencia** do Edital na especificação técnica dos **itens 01, 02, 05, 06, 09, 12, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49 50 e 51. EXCLUSÃO d**os **itens** nº **14 e 17 AUMENTO DE QUANTIDADE DO ITEM 13. DIMINUIÇÃO DE QUANTIDADE DO ITEM 51 bem como a correção de valores estimados de alguns itens.** Diante da obrigatoriedade de fazer as devidas correções e para cumprir com os preceitos legais do **art. 4º, inc. V da Lei Federal nº 10.520/2002, REDESIGNA** a data de abertura do certame **PR SRP Nº 006/2018** para o dia **06/07/2018,** mantendo-se o mesmo horário previsto anteriormente, ou seja, às **09h: 00 (horário de Brasília).** O Edital completo com a devida redesignação está à disposição gratuitamente na Prefeitura Municipal de Planalto da Serra – MT, situada na Praça São Carlos, nº 755, Centro e no Site: **www.planaltodaserra.mt.gov.br**. Tel.: 66 3328-6308/6101 **CLÁUDIA M S RODRIGUES – PREGOEIRA.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2018

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 42/2018, de 06/02/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no **dia 09/07/2018**, **às 08h00min**, na Sede da Prefeitura Municipal de Poconé, endereço: Praça da Matriz, s/n – Centro - Poconé/MT, para a reunião de

recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação n° **017/2018**, na Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços para Compras e Serviços. Informamos aos interessados que o Edital encontra-se disponível no site www.pmpocone.com.br.

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.

DIA DA ABERTURA: 09/07/2018 às 08h00min.

Poconé-MT, 21 de Junho de 2018.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.º 1885/2018

DECRETO Nº. 1885/2018 DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a retificação do Decreto nº 1884 de 20 de junho de 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, Sr. GERSON ROSA DE MORAES, usando das suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica retificado o Art. 1º do Decreto Municipal nº 1884/2017, que decreta ponto facultativo em virtude da Copa do Mundo 2018 nos dias que menciona.

Onde se lê:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo para as repartições públicas deste município no dia 22/06/2018 (sexta-feira) das 8h às 12h e no dia 27/06/2018 (quarta-feira) das 12 às 18h, para que os servidores e munícipes possam assistir e torcer pela Seleção Brasileira.

Leia-se:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo para as repartições públicas deste município no dia 22/06/2018 (sexta-feira) e no dia 27/06/2018 (quarta-feira).

Gabinete do Prefeito, em Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, 21 de Junho de 2018.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONVITE Nº 004/2018

A Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do **CONVITE Nº 004/2018**, que teve por Objeto:CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, VEICULAÇÃO DE MATÉRIAS EM JORNAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ABRANGÊNCIA DE COBERTURA LOCAL PARA DIVULGAÇÃO DOS INFORMATIVOS DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA USO DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA/MT. Cujo vencedor foi: ELYSIUM COMUNICAÇÃO PE ME, inscrito no CNPJ: 27.379.813/0001-90, valor global: R$ 97.440,00 (noventa e sete mil e quatrocentos e quarenta reais).

Pontal do Araguaia-MT, 21 de junho de 2018.

LUCIANA FERREIRA LEAL

Presidente da Comissão

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL Nº 890/2018

LEI MUNICIPAL Nº 890/2018 De 21 de Junho de 2018

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO CRIAR O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇAO DE PONTAL DO ARAGUAIA – FUMEPA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Sr. GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito do Município de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação na Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

I - Das Disposições Gerais:

Art. 1º - Fica criado o Fundo Municipal de Educação de Pontal do Araguaia – FUMEPA, que tem por objetivo a captação e aplicação de recursos que lhe sejam atribuídos para desenvolver plano, programas e projetos educacionais, com base no disposto no Art 212 da Constituição Federal, bem como incrementar medidas que promovam o aumento de ingressos financeiros para a Educação Básica Municipal.

Art. 2º - O Fundo Municipal de Educação de Pontal do Araguaia - FUMEPA terá natureza contábil e ficará subordinado diretamente a Secretaria Municipal de Educação, através de seu secretário municipal como ordenador de despesas, sob orientação do Conselho Municipal de Educação e demais Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social do Fundo.

II - Das Fontes de Receita do Fundo.

Art. 3° Constituirão receitas do Fundo Municipal de Educação de Pontal do Araguaia - FUMEPA:

I – recursos provenientes das transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

II – dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III – produto de convênios firmados com outras entidades financeiras;

IV – Recursos a que se referem os inciso I, II e III do art 155; Inciso II do caput do Art 157; inciso II, III e IV do caput do Art 158; e as alíneas a e b do inciso I e inciso II do caput do art 159 da Constituição Federal.

Art. 4º - Os recursos do Fundo serão repassados automaticamente para conta vinculada ao respectivo Fundo, instituídas para esse fim e mantidas na instituição financeira oficial, sendo a movimentação dos recursos realizadas exclusivamente de forma eletrônica, por meio de sistema especifico disponibilizado pelas Instituições Financeiras, que identifique a finalidade do gasto de acordo com especificações estabelecidas pelo Ministério de Educação, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, devidamente identificados, ficando expressamente vedada a movimentação financeira dos recursos por meios diversos do previsto neste artigo, de acordo com a regulamentação da Portaria Conjunta FNDE nº 2 de 15 de Janeiro de 2018.

III – Das Atribuições do Ordenador do Fundo:

Art. 5º - São atribuições do Secretário Municipal de Educação :

I - Gerir o Fundo Municipal de Educação de Pontal do Araguaia – FUMEPA e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Educação e demais Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social do Fundo.

II - Responder perante a Receita Federal do Brasil e demais órgãos de controle pela gestão do órgão;

III - Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Educação de Pontal do Araguaia;

IV - Submeter ao Conselho Municipal de Educação o plano de aplicação a cargo do FME, em consonância com o Plano Municipal de Educação de Pontal do Araguaia e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO;

V – Submeter ao Conselho Municipal de Educação as demonstrações contábeis de receita e despesa do FUMEPA;

VI - Encaminhar ao Tribunal de Contas, juntamente com os demonstrativos do município, as demonstrações contábeis.

VII - Assinar transações financeiras juntamente com o responsável pela Tesouraria;

IX - Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do FME;

X - Firmar convênio, contratos e termos de ajustes, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito Municipal, referentes a recursos que serão administrados pelo FUMEPA.

Financiamento total ou parcial de programas e projetos da educação, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação órgão da Administração Pública Municipal, responsável pela execução da política da educação neste município

IV – Da Aplicação dos Recursos do Fundo

Art. 6º – *Serão atendidos prioritariamente o ensino fundamental e infantil*

Art. 7º – *Os recursos recebidos e aplicados deverão ser registrados de forma detalhada a fim de evidencias as respectivas receitas e despesas.*

V- Das Disposições Finais

Art. 8º – *Decreto do Executivo Municipal regulamentará no que couber, a presente Lei.*

Art. 9º – *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Art. 10º– *Revogam-se as disposições em contrário.*

Pontal do Araguaia – MT, 21 de Junho de 2018.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DECRETO MUNICIPAL Nº 20, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe Sobre Horários de Atendimento ao Público nos Serviços Públicos Municipais Durante os Jogos da 21ª Copa do Mundo FIFA, Rússia 2018.

O Prefeito do Município de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e considerando a realização dos jogos da 21ª Copa do Mundo de Futebol FIFA a ser realizada na Rússia no período de 14 de junho a 15 de julho de 2018, sendo este um evento que envolve sentimentos de patriotismo e paixão nacional pela Seleção Brasileira de Futebol;

Considerando que os serviços públicos não podem ser prejudicados em virtudes da redução de horário de atendimento ao público, pois serão garantidos os casos de emergências e urgências;

Considerando que as atividades e serviços suspensos durante o maior evento esportivo do mundo, serão compensados posteriormente,

DECRETA:

Art. 1º. O horário de expediente na sede da Prefeitura e Secretarias Municipais durante os jogos do Brasil na 21ª Copa do Mundo FIFA no Brasil 2018 serão os seguintes:

I - nos dias úteis em que as partidas dos jogos da Seleção Brasileira realizar-se-ão com início as 09h00min (AM) ou 11h00min (AM) não haverá expediente ao público;

II - nos dias úteis em que as partidas dos jogos da Seleção Brasileira realizar-se-ão com início as 15h00min (PM) o expediente ao público encerrará as 12h00min;

Parágrafo único. Para efeitos desse decreto está sendo considerado **o**horário oficial de Brasília.

Art. 2º. Os horários definidos no art. 1º se manterão nas oitavas de final, quartas de final, semifinal e final somente se a Seleção Brasileira estiver classificada.

Parágrafo único. Os horários de atendimento voltarão ao normal nas fases que o Brasil não estiver classificado.

Art. 3º. Os editais e procedimentos administrativos de licitações deverão observar o horário de expediente definido nesse Decreto.

§ 1º. Os serviços essenciais na Secretaria Municipal de Saúde serão mantidos devendo ser comunicado ao Chefe do Executivo escala dos profissionais que estarão exercendo suas funções regularmente.

§ 2º. Ficam ressalvados os serviços que por sua natureza e essencialidade não puderem parar, os quais deverão ser disponibilizados em forma de escala a ser coordenada pela chefia das respectivas unidades administrativas.

Art. 4º. Será permitida a utilização de Bandeiras do Brasil, camisas e símbolos da Copa ou ornamentações que representam patriotismo e apoio aos jogos da Seleção Brasileira de Futebol, nas repartições públicas e veículos oficiais, desde que não prejudique o desenvolvimento das atividades normais e atendimento ao público e não configure promoção pessoal ou partidária.

§ 1º. Não poderá conter nas manifestações que se refere este artigo, nenhum nome de clube de futebol, partido político ou candidato as eleições de 2018.

§ 2º. Os bens públicos não poderão ser utilizados em carreatas ou manifestações de comemorações de resultados de jogos da Copa 2018.

Art. 5º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ponte Branca - MT, 21 de Junho de 2018.

Humberto Luiz Nogueira de Menezes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19 2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 19/2018

CONTRATADA:**STRATEL AGRI EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF nº. 20.111.388/0001-05

OBJETO: O presente contrato visa a Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de 01 PATRULHA MECANIZADA conforme Contrato de Repasse nº 858501/2017 MAPA/CAIXA - MINISTERIO DA GRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO/ REPRESENTADA PELA CAIXA ECONOMICA FEDERAL**,** com entrega em Porto Alegre do Norte/MT.

Valor Total R$ 145.000,00 (Cento e quarenta e cinco mil reais).

DATA: 18/06/2018

VIGÊNCIA: 18/06/2019

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 34 R/ 2018-SRP.

O Município de Porto Alegre do Norte representado pela Prefeitura Municipal, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do **Pregão Presencial nº 34/2018**, do tipo menor preço por item, Aquisição de uma Escavadeira Hidráulica para o município de Porto Alegre do Norte conforme consta no contrato repasse **858729-2017/MAPA/**. Teve como vencedora a empresa: **ROETH MAQUINAS E EQUIPAMENTO LTDA CNPJ:15.239988/0002-02 Valor R$ 467.800,00 (Quatrocentos e Sessenta e Sete Mil e Oitocentos Reais**)

Porto Alegre do Norte – MT, 21 de Junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 205/2018 -COMISSÃO ORGANIZADORA DO 5º FESTIVAL DE PESCA - FEST PORTO

(NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DO 5º FESTIVAL DE PESCA - FEST PORTO, DOS DIAS 19 A 22 DE JULHO DE 2018).

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica nomeada a **Comissão organizadora do 5º Festival de Pesca - Fest Porto**, composta pelos seguintes membros:

PRESIDENTE	Vinícius Ignácio de Borja Santos
1º VICE-PRESIDENTE	Edinei Aparecido da Silva
2º VICE-PRESIDENTE	Genivaldo Gomes da Silva
1º SECRETÁRIO	Sergio Aparecido Paulino
2º SECRETÁRIO	Luiz Vieira de Sousa
1º TESOUREIRO	Gilmar Zanelia
2º TESOUREIRO	Valdinei Natalino Correa de Souza
MEMBRO	Swelen Lucena Cerqueira Caldas
MEMBRO	Cristiano de Jesus Martins
MEMBRO	Elaine Cardoso Magalhães
MEMBRO	Denisson Pedroso Brilhadori
MEMBRO	Salomar Duraes Ferreira
MEMBRO	Fabio Nogueira de Almeida

Art. 2º. Os membros integrantes da Comissão de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções.

Art. 3° . Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Porto Estrela/MT, 21 de Junho de 2018.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 187/2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDOR SR° CESAR RENEE VARGAS RAMOS PARA FISCAL DE CONTRATO DE N° 006/2018).

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Servidor Sr° **CESAR RENEE VARGAS RAMOS** Portador da Cedula de **RG. 0736901-8 SSP/MT e CPF. Nº 532.008.291-68**, para exercer a função de Fiscal de Contrato e os respectivos aditivos relacionados ao mesmo, contrato a seguir:

N°	Contrato	OBJETO
006/ 2018	RODRIGO NOGUEIRA DIAS-ME	Contratação de empresa na área da saúde para confecção de próteses dentarias.

Artigo 2º - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 14 de Junho de 2018.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 191/2018

PDISPOE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDOR SRª ANA LUCIA RIBEIRO PARA FISCAL DE CONTRATO DE N° 008/2018).

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Servidor Srª **Ana Lucia Ribeiro**,Portadorada Cedula de Identidade **RG Nº 1116372-0 SSP/MT e CPF. Nº 692.158.631-68**, para exercer a função de Fiscal de Contrato e os respectivos aditivos relacionados ao mesmo, contrato a seguir:

008/2018- Instituto Resgate João L. Pizzato- Serviço especializado em tratamento para dependência química em regime de internação compulsória para cidadão usuário/dependente.

Artigo 2º - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 15 de Junho de 2018.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 192/2018

(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA SRª BERENICE FERREIRA RAMOS PARA FISCAL DE CONTRATO DE N° 009/2018).

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a Servidora Srª **BERENICE FERREIRA RAMOS,** portadora Cédula de Identidade **RG. Nº.1893061-1 SSP/MT e CPF.Nº. 019. 876.471-57**, para exercer a função de Fiscal de Contrato e os respectivos aditivos relacionados ao mesmo, contrato a seguir:

009/2018 - IGREJA BOM JESUS DE NAZARE- Locação do salao paroquial para realização do encontro semanal do grupo melhor Idade.

Artigo 2º - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 15 de Junho de 2018.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 190/2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDOR SRª MARIA ELIZETE FERREIRA DO ROSÁRIO PARA FISCAL DE CONTRATO DE N° 007/ 2018).

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Servidor **SRª MARIA ELIZETE FERREIRA DO ROSÁRIO** Portador da Cedula de **RG nº 1.508.540-6 SSP/MT e CPF. n° 986. 612.991-87**, para exercer a função de Fiscal de Contrato e os respectivos aditivos relacionados ao mesmo, contrato a seguir:

N°	Contrato	OBJETO
007/ 2018	S.F. QUEIROZ REZENDE E CIA LTDA	Prestação de serviço de exames clínicos cipatologicos.

Artigo 2º - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 15 de Junho de 2018.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 186/2018

(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA FISCAL DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, CHAMADA PUBLICA Nº 001/2017).

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a Servidora Srª **Adijane Minotti de Araujo**,Portadorada Cedula de Identidade **RG Nº 471250156 SSP/SP e CPF. Nº 37825727851**, para exercer a função de Fiscal de Contrato relacionado a seguir:

Contrato 001/2018 – contrato de aquisição de gênero alimentícios da Agricultura Familiar para a alimentação Escolar/PNAE

Contrato 002/2018 – contrato de aquisição de gênero alimentícios da Agricultura Familiar para a alimentação Escolar/PNAE

Contrato 003/2018 – contrato de aquisição de gênero alimentícios da Agricultura Familiar para a alimentação Escolar/PNAE

Contrato 004/2018 – contrato de aquisição de gênero alimentícios da Agricultura Familiar para a alimentação Escolar/PNAE

Contrato 005/2018 – contrato de aquisição de gênero alimentícios da Agricultura Familiar para a alimentação Escolar/PNAE

Artigo 2º - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 14 de Junho de 2018.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 189/2018

"CONSTITUI COMISSÃO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REFERENTE À TOMADA DE PREÇO Nº 003/2015 A CARGO DA EMPRESA ESS BULOW ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, COM INÍCIO DA OBRA EM 22/05/2015 E TÉRMINO EM 25/09/2017."

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir comissão para o recebimento provisório e definitivo da obra **Construção do Centro de Referência de Assistência Social,** referente ao contrato nº 010/2015.

Art. 2º - A comissão mencionada no artigo anterior será composta por 03 (três) servidores públicos, assim disposta:

SERVIDOR	CARGO	CPF
Ana Carolina F. L de Jesus	Fiscal da Obra	953.286. 451-20
Salomar Durães Ferreira	Diretor de Patrimônio	001.561. 851-05
Edson Antunes	Assessor de Prestação de Contas e Convênios	998.156. 641-15

Art. 3º - Compete a esta Comissão, receber a entrega definitiva da obra objeto do contrato mencionado no artigo 1º desta Portaria, bem como emitir documento de termo de recebimento definitivo.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Porto Estrela**-MT, 14 de Junho de 2018**.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
DECRETO MUNICIPAL Nº 069/2018

DISPÕE SOBRE O PONTO FACULTATIVO CONSIDERANDO A PARTICIPAÇÃO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO FIFA 2018.

SR. EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela, no uso das atribuições que legalmente lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

Considerando a necessidades de planejamento das atividades, para uma melhor prestação municipal, considerando a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018.

DECRETA:

Art. 1° Fica declarado Ponto Facultativo nos órgãos da Administração Pública Municipal, no dia 22.06.2018 (Sexta – feira), em virtude do jogo Brasil x Costa Rica.

Art. 2º Fica estabelecido o horário de expediente das 07h à 11h, no dia 27.06.2018 (quarta – feira), no âmbito da Administração Pública Municipal, em virtude do jogo Brasil x Sérvia.

Art. 3º O disposto neste Decreto não se aplica aos serviços necessários às atividades de caráter essencial, tais como: saúde, coleta de lixo, manutenção de distribuição de água.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Porto Estrela/MT, 20 de Junho de 2018.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo nº 31/2018

Dispensa de Licitação nº 04/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO

A Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal n° 8.666/93, com suas alterações posteriores, considerando o que consta do presente Processo Administrativo de Dispensa de Licitação n° 004/2018, RATIFICA a declaração de Dispensa de Licitação para a contratação de licença de uso de sistemas de gestão pública, bem como suporte técnico necessário a operacionalização destes sistemas, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Ribeirão Cascalheira – MT, 19 de junho de 2018.

_____

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 034/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e horadesignados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente aoprocedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 034/2018**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 053/2018, cujo Objeto:**Registro de preço para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada nos Serviços de Locação de Aparelhagem de som, tendas, banheiros químico, sonorização volante, serviços de palco, locução, iluminação e ornamentação de ambientes para realização de eventos diversos**, sagrou-se vencedora de todos os itens licitados a empresa: Leo Eventos EIRELI - ME, CNPJ: 27.976.111/0001-94, com a proposta final perfazendo um valor total e global da licitação de R$ 287.470,00 (duzentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e setenta reais).

Rondolândia - MT, 21 de Junho de 2018.

Edimar Ricarte

Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 019/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 043/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 030/2018 - SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, inscrito no CPF sob nº 560.023.512-72, **RESOLVE REGISTRAR**os preços das empresas: Marcelo de Paula Lima - ME, inscrita no CNPJ sob o n° 11.576.671/0001-11, instalada e localizada na Av. Pau Brasil, nº 5197, Bairro: Centro, na cidade de Ministro Andreazza/RO, representada neste ato pelo seu proprietário Srº Marcelo de Paula Lima, portador do CPF nº 667.983.702-25 e do RG nº 751308 SSP/RO e da Empresa: André Ferreira de Souza - MEI, inscrita no CNPJ sob o n° 14.004.757/0001-68, instalada e localizada na Rua Rui Barbosa, nº 758, Bairro: Princesa Izabel , na cidade de Cacoal/RO, representada neste ato pelo seu proprietário Srº Andre Ferreira de Souza, portador do CPF nº 674.663.112-53 e do RG nº 693565 SSP/RO, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 030/2018 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 118/2006 de 11/09/2006 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - Contratação mediante sistema de **REGISTRO DE PREÇOS (por Item)**, para Futura e Eventual **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de manutenção preventiva, corretiva, limpeza, instalação, desinstalação, reinstalação e reposição de gás e Aquisição de peças de reposição para manutenção dos aparelhos de ar condicionado, para atender as necessidades das Secretarias Municipais** conforme especificação e quantidades especificadas no Termo de Referencia.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 – A empresa Contratada deverá fornecer os produtos, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência do Pregão n° 030/2018.

2.2 – O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 030/2018 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

3.1 – Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

Detentora da ARP:

3.2 – O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Detentora da ARP:

Nome: Marcelo de Paula Lima - ME							
CNPJ Nº: 23.907.360/0001-77							
Endereço: Av. Pau Brasil, nº 5197, Bairro Centro							
Cidade/Estado: Ministro Andreazza/RO				CEP: 76.919-000			
Telefone: (69) 3448-2495				E-mail: masterfrio_@outlook.com			
Representante Legal: Marcelo de Paula Lima							
CPF Nº: 667.983.702-25							
Item	**Código TCE**	**UND**	**Quant.**	**Descrição**		**Marca**	**Vlr Unt.**	**Vlr Total**
01	239574-6	SRV	90	SERVICO DE MANUTENCAO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERACAO - DO TIPO APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 BTUS, COM MANUTENCAO CORRETIVA, PREVENTIVA E LIMPEZA			R$ 135,70	R$ 12.213,00
03	388894-0	SRV	36	SERVICO DE MANUTENCAO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERACAO - CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, COM 18.000 BTUS, COM MANUTENÇAO CORRETIVA, PREVENTIVA E LIMPEZA			R$ 159,70	R$ 5.749,20
06	217735-8	SRV	98	SERVICO DE MANUTENCAO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERACAO - DO TIPO AR CONDICIONADO SPLIT DE 12.000BTUS, COM REPOSICAO DE CARGA DE GÁS			R$ 250,50	R$ 24.549,00
09	TCEMT0000154	SRV	39	SERVIÇOS DE INSTALACAO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS			R$ 170,80	R$ 6.661,20
13	374612-7	UND	15	CAPACITOR DE AR CONDICIONADO - CAPACITOR DE FASE ANTI CHAMA, COM CAPACITANCIA DE 21 A 30 UF		EOS	R$ 24,40	R$ 366,00
15	199049-7	UND	15	CAPACITOR DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO. CAPACITOR ELETRICO PARA AR CONDICIONADO DE 30 MF TENSAO DE 220 V		EOS	R$ 18,70	R$ 280,50
20	196405-4	UND	10	PECA DE REPOSICAO PARA CONDICIONADOR DE AR - HELICE PARA AR CONDICIONADO CONSUL 18000 BTUS		CONSUL	R$ 204,80	R$ 2.048,00
21	196406-2	UND	20	PECA DE REPOSICAO PARA CONDICIONADOR DE AR - HELICE PARA AR CONDICIONADO CONSUL 12000 BTUS		CONSUL	R$ 195,00	R$ 3.900,00
Valor Total								**R$ 55.766,90**

Detentora da ARP:

Nome: André Ferreira de Souza - MEI							
CNPJ Nº: 14.004.757/0001-68							
Endereço: Rua Rui Barbosa, nº 758, Bairro: Princesa Izabel							
Cidade/Estado: Cacoal/RO				CEP: 76.964-040			
Telefone: (69) 99275-7728/99957-1038				E-mail: construzouzaro@hotmail.com			
Representante Legal: Andre Ferreira de Souza							
CPF Nº: 674.663.112-53							
Item	**Código TCE**	**UND**	**Quant.**	**Descrição**		**Marca**	**Vlr Unt.**	**Vlr Total**
02	239615-7	SRV	98	SERVICO DE MANUTENCAO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERACAO - DO TIPO APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 12.000 BTUS, COM MANUTENCAO CORRETIVA, PREVENTIVA E LIMPEZA			R$ 132,50	R$ 12.985,00
04	220528-9	SRV	84	SERVICO DE MANUTENCAO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERACAO - DO TIPO AR CONDICIONADO SPLIT DE 24.000 BTUS, COM MANUTENCAO CORRETIVA, PREVENTIVA E LIMPEZA			R$ 147,00	R$ 12.348,00
05	364410-3	SRV	90	SERVICO DE MANUTENCAO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERACAO - DO TIPO AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS, COM REPOSICAO DE CARGA DE GÁS			R$ 230,50	R$ 20.745,00
07	235661-9	SRV	88	SERVICO DE MANUTENCAO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERACAO - DO TIPO AR CONDICIONADO SPLIT DE 18.000 BTUS, COM REPOSICAO DE CARGA DE GÁS			R$ 245,50	R$ 21.604,00
08	220528-9	SRV	42	SERVICO DE MANUTENCAO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERACAO - DO TIPO AR CONDICIONADO SPLIT DE 24.000 BTUS, COM REPOSICAO DE CARGA DE GÁS			R$ 249,50	R$ 10.479,00
10	425617-4	SRV	84	SERVICO DE INSTALACAO E DESINSTALACAO EM GERAL - DO TIPO DESINSTALACAO E REINSTALACAO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT, DE 12.000 BTUS			R$ 163,00	R$ 13.692,00
11	240022-7	SRV	04	SERVICO DE CONFECCAO, INSTALACAO, PRODUCAO E MONTAGEM EM GERAL - DO TIPO INSTALACAO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT DE 18000 BTUS			R$ 203,50	R$ 814,00
12	199047-0	UND	15	CAPACITOR DE AR CONDICIONADO -CAPACITOR ELETRICO PARA AR CONDICIONADO DE 25 MF TENSAO DE 220 V		EOS	R$ 17,00	R$ 255,00
14	199052-7	UND	15	CAPACITOR DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO. CAPACITOR ELETRICO PARA AR CONDICIONADO DE 45+4 MF		EOS	R$ 25,00	R$ 375,00
16	231058-9	UND	15	CAPACITOR DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO. CAPACITOR ELETRICO PARA AR CONDICIONADO DE 40,00MF		EOS	R$ 18,00	R$ 270,00
17	179096-0	UND	15	CAPACITOR DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO. DE FASE DE COMPRESSOR 25 MF, ELGIN 12.000 BTUS		EOS	R$ 79,80	R$ 1.197,00
18	305325-3	UND	15	PECA DE REPOSICAO PARA CONDICIONADOR DE AR - SENSOR DE DEGELO PARA CONDICIONADOR DE AR SPLIT COM CAPACIDADE DE 30.000 BTU		UNIVERSAL	R$ 91,70	R$ 1.375,50
19	116771-5	UND	15	PECA DE REPOSICAO PARA CONDICIONADOR DE AR - SENSOR DE TEMPERATURA NTCK 10		UNIVERSAL	R$ 113,50	R$ 1.702,50
22	224678-3	UND	10	PECA DE REPOSICAO PARA CONDICIONADOR DE AR - MOTOR DE VENTILADOR PARA AR CONDICIONADO - HELICE AIR MASTER 10 / 24.000 BTUS		LG	R$ 443,00	R$ 4.430,00
23	354371-4	UND	20	PECA DE REPOSICAO PARA CONDICIONADOR DE AR - HELICE PLASTICA LG GOLD 9.000 BTUS		LG	R$ 265,00	R$ 5.300,00

Valor Total	**R$ 107. 572,00**

3.3 - Detentora reserva da ARP:

Nome:	
CNPJ Nº:	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:
Representante Legal:	
CPF Nº:	

3.4 – A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira detentora.

3.5 – O valor total registrado da presente Ata é de R$ 163.338,90 (Cento e sessenta e três mil e trezentos e trinta).

3.6 – Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

3.7 - O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

3.8 - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva, deverá ser respeitada nas contratações.

3.9 - O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Primeira.

3.10 - Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

4.1 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

4.2 - Realizar o fornecimento dos produtos objeto deste instrumento nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência do Pregão n° 030/2018.

4.3 - Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos produtos, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

4.4 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

4.5 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

4.6 - A Detentora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução e ou Prestação dos serviços, bem como, durante a vigência da Presente Ata.

4.7 – Cumprir com os prazos para com a o fornecimento dos produtos, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

4.8 – Fornecer os Produtos em conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, termos de contrato e Proposta de preços apresentada;

4.9 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

4.10 - Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

4.11 - Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um e-mail válido para comunicação.

4.12 - Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informados.

4.13 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.14 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

4.15 - Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

4.16 - É dever inescusável da Contratada exigir de qualquer dos seus *prepostos e colaboradores que ajam na execução do contrato em estrita obediência aos ditames da* Lei 12.846/2013, cumprindo fielmente a **cláusula anticorrupção**, respondendo civil, administrativamente e criminalmente, sempre que a ação de um empregado ou representante seu causar prejuízos ao patrimônio público ou infringir princípios da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

5.2 - Emitir as Autorizações de fornecimento "AF" para com a entrega e ou fornecimento dos mesmos.

5.3 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos.

5.4 - Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

5.5 - Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

5.6 - Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

5.7 - Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência do Pregão n° 030/2018.

5.8 - Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1 - A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência por **12 (doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - O gerenciamento desta ATA caberá as Secretarias Solicitantes, através da Supervisão do Departamento de Licitações e Compras, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

7.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.5 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, conforme Parágrafo 4º do Art. 11 do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 *"§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços".*

CLÁUSULA OITAVA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

8.1 - Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e no Decreto Municipal de nº 1.067/2015.

8.2 - Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

8.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

8.4 - Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência do Pregão n° 030/2018, Anexo I deste Edital, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – Realizado o fornecimento, os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da(s) nota(s) fiscal (is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, estando devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado devendo ainda a Detentora da Ata de Registro de Preço comprovar Regularidade Fiscal e Trabalhista, sendo: Comprovação de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Regularidade Trabalhista, bem como, Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.2 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

9.3 - A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos Produtos objetos fornecidos e ou a descrição completa dos serviços prestados a esta Prefeitura, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4 – Caso, constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

9.5 - Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

9.6 - O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

9.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

9.8 - A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata;

9.9 - Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme Item 9.1;

9.10 - A fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos suportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1 - Os preços registrados "poderão" ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.2.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.2.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.3.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.3.2 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.3.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.4 - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

11.1 – Nos termos da Lei 12.846/2013, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS DE RESCISÃO E DAS PENALIDADES

12.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) O descumprimento da clausula décima primeira (compromisso anticorrupção), por qualquer das partes, **ensejará a rescisão unilateral do contrato**, sem qualquer indenização, devendo, sem embargo de outras medidas cíveis e administrativas, a cargo de qualquer dos membros da Procuradoria-Geral do Município, comunicar os fatos ao Ministério Público, dando ciência a Controladoria Geral do Município para as medidas de sua competência.

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e nesta Ata;

c) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

e) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

12.2 - Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

12.3 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

12.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5 - Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

12.6 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.7 - Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.8 - A Detentora que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.9 - Por atraso injustificado na entrega dos produtos, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

12.10 - O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita à suspensão temporária a que se refere a alínea "c" do item 12.8 acima.

12.11 - As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

12.12 - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e conseqüentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

12.13 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

12.14 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

12.15 - Serão publicadas no Diário Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item 11.8, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12.16 - Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes com a aquisição dos produtos, objeto desta Licitação, serão consignadas no Orçamento de 2018, através dos Órgãos: *Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Assistência Social, Educação e Cultura, Saúde e Gabinete do Prefeito*, sendo indicada a dotação orçamentária de acordo com a necessidade de utilização em momento oportuno, conforme o Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços "em âmbito Municipal" e Decreto Municipal de nº 1.149/GAB/PMR de 13/01/2016, que alterou o Parágrafo 2º, do Art. 6º, do Capítulo V do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015, concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou produtos registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 030/2018 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

14.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 030/2018, seus anexos e a proposta da Detentora;

III - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços "em âmbito Municipal", concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1 - As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 21 de Junho de 2018.

_____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

_____

M. de Paula Lima - ME

CNPJ Nº: 11.576.671/0001-11

Marcelo de Pula Lima - Representante Legal

CPF: 667.983.702-25

_____

Andre Ferreira de Souza - MEI

CNPJ Nº: 14.004.757/0001-68

Andre Ferreira de Souza - Representante Legal

CPF: 674.663.112-53

Participantes desta ARP:

_____

Diones Fernandes Tamarossi

Secretário Municipal de Administração

_____

Agnaldo Rodrigues

Secretaria Municipal de Agricultura

_____

Marlene Bastos Frolich

Secretária Municipal de Assistência Social

_____

Valdir Irani Freire

Secretário Municipal de Educação e Cultura

_____

Kátia Monteiro

Secretária Municipal de Saúde

_____

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Gabinete do Prefeito

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 01.2671/GP/PMR/18 DE 21 DE JUNHO DE 2018

NOMEIA*- NARAYKOALAB SURUI para o Cargo Em Função De Gratificada De Secretario (a) Escolar ,FG-2.*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º -NOMEIA–, *NARAYKOALAB SURUI* para o cargo em Função Gratificada De Secretario(a) da Escola Municipal Indígena Sertanista Apoena Meirelles, FG-2.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação .

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 21/06/218.*

PROCURADORIA GERAL
DECRETO NO 1.443/GAB/PMR, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

PODER EXECUTIVO

Dispõe sobre o funcionamento das Repartições Públicas Municipais nos dias da participação do Brasil na Copa do Mundo FIFA 2018

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de que trata o Art. 70 da Lei Orgânica do Município,

Considerando, a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, a realizar-se na Rússia;

Considerando, que no horário da realização dos jogos disputados pela Seleção Brasileira todas as atenções estarão voltadas para esse evento; e

Considerando, contudo, que o fechamento parcial das Repartições Públicas Municipais nos dias de jogos deve se efetuar sem redução das horas de trabalho semanal a que os servidores públicos estão sujeitos nos termos da legislação vigente

D E C R E T A:

Art. 1º - O expediente das Repartições Públicas Municipais nos dias de jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo FIFA 2018 fica disciplinado na seguinte conformidade:

I - nos dias em que os jogos se realizarem na parte da manhã, o expediente terá início a partir das 14:00h;

II - nos dias em que os jogos se realizarem no período da tarde, o expediente se encerrará às 12:00h.

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo 1º deste decreto, os servidores deverão compensar as horas não trabalhadas, observada a jornada de trabalho a que estiverem sujeitos, até 31 de outubro de 2018.

I - Caberá ao superior hierárquico determinar, em relação a cada servidor, a compensação a ser feita de acordo com o interesse e a peculiaridade do serviço.

II - A não compensação das horas de trabalho acarretará os descontos pertinentes ou, se for o caso, falta ao serviço no dia sujeito à compensação.

Art. 3º - Caberá aos Secretários Municipais promover as adequações necessárias para garantir a preservação e o funcionamento obrigatório dos serviços públicos essenciais.

Art. 4º - Caberá às autoridades competentes de cada Secretaria do Município fiscalizar o cumprimento das disposições deste decreto.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 020/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 046/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 032/2018 - SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, inscrito no CPF sob nº 560.023.512-72, **RESOLVE REGISTRAR**os preços da empresa **Douglas Ródio- ME**, inscrita no CNPJ sob o n° 14.398.539/0001-55, instalada e localizada na Av. Principal, S/N, Bairro: Centro, CEP: 78. 338-000, Rondolândia/MT, representada neste ato pelo seu proprietário Srº Douglas Ródio, portador do CPF nº 028.846.411-73 e do RG nº 000907330 SESDEC/RO, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 032/2018 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 118/2006 de 11/09/2006 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - Contratação mediante sistema de **REGISTRO DE PREÇOS (por Item)**, para Futura e Eventual **Aquisição de Pintainhas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura** conforme especificação e quantidades especificadas no Termo de Referencia.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 – A empresa Contratada deverá fornecer os produtos, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência do Pregão n° 032/2018.

2.2 – O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 032/2018 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

3.1 – Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

Detentora da ARP:

Nome: Douglas Ródio- ME	
CNPJ Nº: 14.398.539/0001-55	
Endereço: Av. Principal, S/N, Bairro: Centro	
Cidade/Estado: Rondolândia/MT	CEP: 78.338-000
Telefone: (66) 98447-2271	E-mail: guilli_monteiro@hotmail.com
Representante Legal: Douglas Ródio	
CPF Nº: 028. 846.411-73	

3.2 – O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Código TCE	UND	Quant.	Descrição	Vlr Unt.	Vlr Total
01	60564-6	UND	3.000	PINTINHO - DA VARIEDADE ROSS, COM IDADE DE 1 DIA, SEXAGEM MISTA, ISENTOS DE PARASITAS, VACINADOS CONTRA MAREK, ACONDICIONADO EM CAIXAS DE PAPELAO, PESANDO APROXIMADAMENTE 42 GRAMAS	R$ 3,80	R$ 11.400,00
Valor Total						**R$ 11.400,00**

3.3 - Detentora reserva da ARP:

Nome:	
CNPJ Nº:	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:

Representante Legal:
CPF Nº:

3.4 – A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira detentora.

3.5 – O valor total registrado da presente Ata é de R$ 11.400,00 (Onze mil e quatrocentos reais).

3.6 – Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

3.7 - O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

3.8 - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva, deverá ser respeitada nas contratações.

3.9 - O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Primeira.

3.10 - Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

4.1 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

4.2 - Realizar o fornecimento dos produtos objeto deste instrumento nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência do Pregão n° 032/2018.

4.3 - Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos produtos, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

4.4 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

4.5 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

4.6 - A Detentora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução e ou Prestação dos serviços, bem como, durante a vigência da Presente Ata.

4.7 – Cumprir com os prazos para com a o fornecimento dos produtos, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

4.8 – Fornecer os Produtos em conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, termos de contrato e Proposta de preços apresentada;

4.9 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

4.10 - Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

4.11 - Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um e-mail válido para comunicação.

4.12 - Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informados.

4.13 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.14 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

4.15 - Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

4.16 - É dever inescusável da Contratada exigir de qualquer dos seus *prepostos e colaboradores que ajam na execução do contrato em estrita obediência aos ditames da* Lei 12.846/2013, cumprindo fielmente a **cláusula anticorrupção**, respondendo civil, administrativamente e criminalmente, sempre que a ação de um empregado ou representante seu causar prejuízos ao patrimônio público ou infringir princípios da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

5.2 - Emitir as Autorizações de fornecimento “AF” para com a entrega e ou fornecimento dos mesmos.

5.3 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos.

5.4 - Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

5.5 - Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

5.6 - Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

5.7 - Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência do Pregão n° 032/2018.

5.8 - Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1 - A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência por **06 (seis) meses**, incluídas eventuais prorrogações, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - O gerenciamento desta ATA caberá as Secretarias Solicitantes, através da Supervisão do Departamento de Licitações e Compras, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

7.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.5 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, conforme Parágrafo 4º do Art. 11 do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 *"§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços".*

CLÁUSULA OITAVA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

8.1 - Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e no Decreto Municipal de nº 1.067/2015.

8.2 - Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

8.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

8.4 - Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência do Pregão n° 032/2018, Anexo I deste Edital, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – Realizado o fornecimento, os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da(s) nota(s) fiscal (is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, estando devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado devendo ainda a Detentora da Ata de Registro de Preço comprovar Regularidade Fiscal e Trabalhista, sendo: Comprovação de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Regularidade Trabalhista, bem como, Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.2 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

9.3 - A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos Produtos objetos fornecidos e ou a descrição completa dos serviços prestados a esta Prefeitura, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4 – Caso, constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

9.5 - Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

9.6 - O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

9.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

9.8 - A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata;

9.9 - Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme Item 9.1;

9.10 - A fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos suportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1 - Os preços registrados "poderão" ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.2.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.2.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.3.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.3.2 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.3.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.4 - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

11.1 – Nos termos da Lei 12.846/2013, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS DE RESCISÃO E DAS PENALIDADES

12.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) O descumprimento da clausula décima primeira (compromisso anticorrupção), por qualquer das partes, **ensejará a rescisão unilateral do contrato**, sem qualquer indenização, devendo, sem embargo de outras medidas cíveis e administrativas, a cargo de qualquer dos membros da Procuradoria-Geral do Município, comunicar os fatos ao Ministério Público, dando ciência a Controladoria Geral do Município para as medidas de sua competência.

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e nesta Ata;

c) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

e) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

12.2 - Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

12.3 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

12.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5 - Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

12.6 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.7 - Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.8 - A Detentora que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.9 - Por atraso injustificado na entrega dos produtos, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

12.10 - O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita à suspensão temporária a que se refere a alínea “c” do item 12.8 acima.

12.11 - As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

12.12 - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e conseqüentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

12.13 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

12.14 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

12.15 - Serão publicadas no Diário Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item 11.8, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12.16 - Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes com a aquisição dos produtos, objeto desta Licitação, serão consignadas no Orçamento de 2018, através do Órgão: *Secretaria Municipal de Agricultura*, sendo indicada a dotação orçamentária de acordo com a necessidade de utilização em momento oportuno, conforme o Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços “em âmbito Municipal” e Decreto Municipal de nº 1.149/GAB/PMR de 13/01/2016, que alterou o Parágrafo 2º, do Art. 6º, do Capítulo V do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015, concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou produtos registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 032/2018 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

14.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 032/2018, seus anexos e a proposta da Detentora;

III - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços “em âmbito Municipal”, concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1 - As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 21 de Junho de 2018.

_____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

_____

Douglas Ródio- ME

CNPJ: 14.398.539/0001-55

Douglas Ródio - Representante Legal

CPF: 028.846.411-73

Participantes desta ARP:

_____

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Secretaria Municipal de Agricultura

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA TOMADA DE PREÇOS DE Nº. 003/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através da Comissão Permanente de Licitação nomeada através do Decreto nº 1.400/GAB/PMR de 19 de Janeiro de 2018, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **Tomada de Preços de Nº. 003/2018**, processada nos autos do Processo Administrativo de nº. 066/2018, a ser julgada pelo critério de **Menor Preço Global**, objetivando a **Contratação de Empresa Especializada para a Construção do Centro de Referencia de Assistência Social - CRAS, na sede do município de Rondolândia através do Termo de Convenio de Nº 827034/2016, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Prefeitura Municipal de Rondolândia, com fornecimento de material.**

A sessão pública de abertura e julgamento do(s) Documentos de Habilitação e Proposta(s) de Preços ocorrerá às **10h00min (Horário Oficial de Brasília), do dia: 09/07/2018**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia.

O Edital poderá ser obtido através do Portal de Transparência no site da Prefeitura www.rondolandia.mt.gov.br pelo link https://e-gov.betha.com.br/transparencia. Os Anexos ao Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-MT, Cep: 78.338-000, durante o horário normal de expediente das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, maiores informações através do telefone 0xx (66) 3542-1177 ou pelo endereço de e-mail **cplrondolandia1720@hotmail.com**.

Rondolândia - MT, 21 de Junho de 2018.

Keila Taiane Nascimento Freire

Presidente da CPL/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO 021 - 2018

DECRETO N° 021/2018

de 21 de Julho de 2018

*"Dispõe sobre regulamentação e de premiações do evento municipal denominado **"Campeonato Municipal de Futebol 2018"**, com fulcro na Lei Federal de nº. 5.768/71", e da outras providencias".*

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, Prefeito Municipal de Rosário Oeste, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro nos dispositivos legais contidos na Lei Federal de nº. 5.768/71,

DECRETA

Art. 1º - Fica regulamentado a premiação conforme Lei Federal 5.768/71, relativa ao ***"Campeonato Municipal de Futebol 2018"***, realizado entre o período de **04.03.2018** à **24.06.2018**.

Parágrafo Único: A tabela de jogos contendo local e horário serão divulgadas pela Coordenação de Esporte Municipal.

Art. 2º A premiação conferida aos vencedores será realizada no dia 24 (vinte e quatro) de Julho de 2018, obedecendo a seguinte proporção:

a) 1º Lugar – R$ 2.500,00 (dois mil reais)

Parágrafo Único: As demais premiações, caso haja, ocorrerão por meio de patrocínio firmado entre a organização do evento e empresários locais, precedida de prestação de contas do ato, não havendo ônus algum a administração publica.

Art. 3º - Ao se inscreverem para participação do evento, os participantes autorizarão automaticamente a Secretaria Municipal Educação, através de sua Coordenadoria de Esporte e Lazer Municipal a utilizar, editar, publicar, reproduzir, por meio de jornais, revistas, televisão, rádio e *internet*, imagens, conteúdos e qualquer informação, sem restrição de espécie alguma.

Art.4º. A participação no ***"Campeonato Municipal de Futebol 2018"***, implica a aceitação irrestrita deste decreto e de seu regulamento.

Art. 5º – Ficam autorizadas das demais despesas com a manutenção do campeonato.

Art. 6º - As despesas oriundas deste Decreto, e as demais que se fizerem necessárias para o bom andamento do ***"Campeonato Municipal de Futebol 2018"*** correrão por dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação/Esporte e Lazer**.**

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 21 de Junho de 2018.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO

CONTRATO Nº 032/2018

OBJETO: Seleção de **MELHOR PROPOSTA** objetivando a contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços sendo: **"Reforma de 01 (uma) ponte sobre o CÓREGO RIO BRANCO** (Comunidade Salto das Nuvens)e **Reforma de 01 (uma) ponte sobre o CÓRREGO DO LONTRA";** conforme anexos do CONVITE 004/2018.

VALOR: R$ 179.800,79 (cento e setenta e nove mil, oitocentos reais e sessenta e nove centavos).

CONTRATADA: MIRASSOL CONSTRUTORA EIRELI-MECNPJ: 27.885.794/0001-74

PERÍODO: 15/06/2018 à 15/10/2018.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2018

OBJETO: Seleção de melhor proposta objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para Contratação de Empresa Especializada para **"Prestação de Serviços mensal em ASSESSORIA para envio dos informes do SICONFI, SIOPS, SIOPE, SUAS, WEB e DCTF";** pelo período de 12 (doze) meses.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, através de sua Pregoeira Oficial torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes que participou do certame licitatório supramencionado a empresa **ALTERNATIVA ASSESSORIA CONTÁBIL, ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA LTDA-ME CNPJ: 10.676.722/0001-14,** vencedora deste certame com proposta final e total no valor de R$ 58.800,00 (cinquenta e oito mil e oitocentos reais).

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 20 de Junho de 2018.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) - Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: **Aquisição de ROUPA HOSPITALAR DE CAMA, ROUPA CIRÚRGICA E ROUPA PARA ACAMADOS para serem utilizadas no HOSPITAL MUNICIPAL de Salto do Céu-MT;** c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso II; d) **Processo: Nº 031/2018**; e) Cobertura Orçamentária: Elemento Orçamentário: 04.003.10.301.0020.2013.33.90.30.115; f) Valor: R$ 5.170,24 (cinco mi e cento e setenta reais e vinte e quatro centavos); g) Contratada: DELTA CONFECÇÕES DE UNIFORMES EIRELI CNPJ: 19.881.530/0001-14; h) Autorização: em 11/06/2018, por WEMERSON ADÃO PRATA; i) Ratificação: em 21/06/2018, por WEMERSON ADÃO PRATA.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO

CONTRATO Nº 033/2018

OBJETO: "Contratação de Serviços de Professor Pedagogo para ministrar aulas na Escola Municipal Simão Bororó"; com jornada de 25 (vinte e cinco) horas/aulas semanais em substituição à professora Solange Lobato da Silva, que se encontra de atestado médico pelo período de 90 (noventa) dias.

VALOR: R$ 5.753,70 (cinco mil, setecentos e cinquenta e três reais e setenta centavos).

CONTRATADA: MARIA APARECIDA MOREIRA DOS SANTOS CPF: 630.194.001-63

PERÍODO: 19/06/2018 à 19/09/2018.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018

OBJETO: "Seleção de melhor proposta objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e fracionada de Materiais/Itens/Produtos e Implementos agrícolas/veterinários em atendimento a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos de Salto do Céu – MT".**

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura de Salto do Céu-MT, através de sua Pregoeira Oficial torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do certame licitatório supramencionado a empresa **A.S. DE SOUZA EIRELI CNPJ: 30.025.165/0001-89,** sendo que se sagrou vencedora de todos os itens deste certame, com valor total de todos os itens em R$ 52.573,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos e setenta e três reais), sendo que os valores unitários de cada item estão relacionados no Relatório Final emitido pelo SISTEMA COTAÇÃO e na proposta apresentada, anexos ao procedimento.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 20 de Junho de 2018.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

DECRETO SUPLEMENTAR N° 14/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 42.055.960/0011-7
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 14/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor, EGON HOEPERS, Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 573/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito adicional Suplementar no valor de R$ 156.820,00 (cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e vinte reais) para reforco de dotacao consignada no Orcamento vigente:

04.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

04.001.04.123.0022.2006.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 500,00

Sub-Total:R$ 500,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

05.001.04.122.0022.1038.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIP E MATERIAL PERMANENTES	R$ 7.600,00

Sub-Total:R$ 7.600,00

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

06.002.10.301.0004.2011.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 12.500,00
06.002.10.302.0005.2016.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 127.000,00
06.002.10.122.0030.2009.3.1.9.0.94.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 1.900,00

Sub-Total:R$ 141.400,00

08.002-FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

08.002.08.244.0015.1031.4.4.9.0.52.00.00.00|129000000 EQUIP E MATERIAL PERMANENTES	R$ 2.820,00
08.002.08.122.0032.2028.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 4.500,00

Sub-Total:R$ 7.320,00

Total Parcial Suplementado: R$ 156.820,00

Art. 2§. Para cobertura do Credito Adicional Suplementar do Artigo 1§, serao utilizados recursos proveniente de anulacao parcial ou total de dotacao em conformidade com o õ1§ inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64.

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

06.002.10.302.0005.2016.3.3.9.0.34.00.00.00|102000000 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	R$ 156.820,00

Sub-Total:R$ 156.820,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 42.055.960/0011-7
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 14/2018

Total Parcial Reduzido: R$ 156.820,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, 01 de Fevereiro de 2018.

EGON HOEPERS
Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REPARO EM PONTES DE MADEIRA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo. A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT**, torna público que no dia 04 de Julho de 2018, estará recebendo propostas, para abertura às 09h00min, do Pregão Presencial**, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161. Santa Rita do Trivelato/MT, 20 de junho de 2018. MARIA CILENE PEREIRA - Pregoeira Oficial.

DECRETO SUPLEMENTAR N° 22/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 42.055.960/0011-7
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 22/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor, EGON HOEPERS, Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 573/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito adicional Suplementar no valor de R$ 417.000,00 (quatrocentos e dezessete mil reais) para reforco de dotacao consignada no Orcamento vigente:

05.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

05.001.15.452.0008.2007.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 90.000,00
05.001.15.452.0008.2007.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 20.000,00
05.001.04.122.0022.1038.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIP E MATERIAL PERMANENTES	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 120.000,00

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

06.002.10.122.0030.2009.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 15.000,00
06.002.10.302.0005.2016.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA	R$ 130.000,00
06.002.10.301.0004.2011.3.1.9.0.04.00.00.00|114000000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 15.000,00
06.002.10.301.0004.2011.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 165.000,00

07.002-FUNDO MUNICIPAL DA EDUCACAO E CULTURA

07.002.12.365.0029.2050.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
07.002.12.361.0033.2048.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 30.000,00
07.002.12.361.0033.2048.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 40.000,00
07.002.12.361.0029.1013.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 EQUIP E MATERIAL PERMANENTES	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 95.000,00

08.002-FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

08.002.08.244.0015.2074.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 14.000,00
08.002.08.243.0015.2029.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS CIVIL	R$ 3.000,00
08.002.08.244.0015.2074.3.3.9.0.14.00.00.00|129000000 DIARIAS CIVIL	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 27.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 42.055.960/0011-7
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 22/2018

09.001-SEC MUNICIPAL DE DES. ECONÔMICO E MEIO AMB

09.001.04.122.0022.2033.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

11.001-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

11.001.27.812.0028.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 417.000,00

Art. 2§. Para cobertura do Credito Adicional Suplementar do Artigo 1§, serao utilizados recursos proveniente de anulacao parcial ou total de dotacao em conformidade com o õ1§ inciso **III** do artigo 43, da Lei 4.320/64.

03.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

03.001.04.122.0022.2003.3.1.9.0.05.00.00.00|100000000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	R$ 500,00

Sub-Total:R$ 500,00

04.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

04.001.04.123.0022.2006.3.1.9.0.05.00.00.00|100000000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 1.000,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

05.001.15.451.0008.1005.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 200.000,00
05.001.15.451.0008.1005.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 100.000,00
05.001.15.452.0008.2007.3.1.9.0.05.00.00.00|100000000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	R$ 472,59

Sub-Total:R$ 300.472,59

05.002-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.002.17.122.0027.2008.3.1.9.0.05.00.00.00|100000000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	R$ 500,00

Sub-Total:R$ 500,00

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

06.002.10.302.0005.1036.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 70.009,15
06.002.10.302.0005.1036.4.4.9.0.51.00.00.00|123000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 36.000,00
06.002.10.122.0030.2009.3.1.9.0.05.00.00.00|102000000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	R$ 550,16
06.002.10.301.0004.2041.3.1.9.0.05.00.00.00|102000000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	R$ 600,00
06.002.10.302.0005.2013.3.1.9.0.05.00.00.00|102000000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	R$ 937,22

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 42.055.960/0011-7
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 22/2018

06.002.10.302.0005.2016.3.1.9.0.05.00.00.00|102000000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	R$ 437,22

Sub-Total:R$ 108.533,75

07.001-GABINETE DA SEC. EDUCACAO E CULTURA

07.001.12.122.0031.2026.3.1.9.0.05.00.00.00|101000000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	R$ 124,05

Sub-Total:R$ 124,05

07.003-FUNDO DE MANUT. DA EDUC. BASICA - FUNDEB 60

07.003.12.361.0029.2023.3.1.9.0.05.00.00.00|118000000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	R$ 600,00
07.003.12.365.0029.2024.3.1.9.0.05.00.00.00|118000000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	R$ 600,00

Sub-Total:R$ 1.200,00

07.004-FUNDO DE MANUT. DA EDUC. BASICA - FUNDEB 40

07.004.12.361.0029.2020.3.1.9.0.05.00.00.00|119000000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	R$ 2.105,19

Sub-Total:R$ 2.105,19

08.002-FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

08.002.08.244.0015.2074.3.3.9.0.37.00.00.00|100000000 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	R$ 626,56
08.002.08.244.0015.2074.3.1.9.0.05.00.00.00|100000000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	R$ 750,00
08.002.08.122.0032.2028.3.1.9.0.05.00.00.00|100000000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	R$ 937,86
08.002.08.244.0015.2074.3.1.9.0.05.00.00.00|129000000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	R$ 250,00

Sub-Total:R$ 2.564,42

Total Parcial Reduzido: R$ 417.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, 02 de Maio de 2018.

EGON HOEPERS
Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2018

AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2018

O Município de Santa Rita do Trivelato – MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna público que, por motivos de não haver nenhuma empresa interessada no certame, decide **PRORROGAR** a data do referido certame, ao qual realizar-se-á às 09**h00min, do dia 11 de JULHO de 2018**, na

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Av. Flavio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UMA VAN/MICROÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20+1 LUGARES (PASSAGEIROS + MOTORISTA), VISANDO ATENDER A NECESSIDADE DE LOCOMOÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**.** O Edital poderá ser obtido através do site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações na Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161. Santa Rita do Trivelato – MT, 21 de JUNHO de 2018.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT,** conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo. A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT**, torna público que no dia 06 de Julho de 2018, estará recebendo propostas, para abertura às 09h00min, do Pregão Presencial**, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161. Santa Rita do Trivelato/MT, 20 de junho de 2018. MARIA CILENE PEREIRA - Pregoeira Oficial.

COMPRAS E LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2018 RATIFICAÇÃO -

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2018

RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, Sr. Egon Hoepers, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas pelo Secretário Municipal de Administração, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no Processo de Dispensa de Licitação, com finalidade de **PROCESSO DE DISPENSA PARA A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MUNUTENÇÃO E LIMPEZA DE AR CONDICIONADO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, junto à empresa **ALEXANDRO MARQUES DA SILVA,** inscrita no CNPJ sob nº 27.624.682/0001-60**,** no valor de **R$ 5.660,00 (Cinco mil seiscentos e sessenta reais),** a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com art. 24, inc. II, da Lei 8.666/93, atualizado pela Lei Municipal nº 494/2014, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26, da Lei nº 8.666/93.

Santa Rita do Trivelato - MT, 21 de Junho de 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA Nº 016/2018

Objeto: **PROCESSO DE DISPENSA PARA A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MUNUTENÇÃO E LIMPEZA DE AR CONDICIONADO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93, atualizado pela Lei Municipal nº 494/2014.

CONTRATADO: **ALEXANDRO MARQUES DA SILVA**

CNPJ sob nº. 27.624.682/0001-60

VALOR GLOBAL: **R$ 5.660,00 (cinco mil seiscentos e sessenta reais)**

VIGÊNCIA: 30 dias

HOMOLOGO.

Santa Rita do Trivelato – MT, 21 de Junho de 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

DECRETO SUPLEMENTAR N° 19/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 42.055.960/0011-7
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 19/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor, EGON HOEPERS, Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 573/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito adicional Suplementar no valor de R$ 852.347,88 (oitocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos) para reforco de dotacao consignada no Orcamento vigente:

03.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

03.001.04.122.0022.1042.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIP E MATERIAL PERMANENTES	R$ 3.000,00
03.001.04.122.0022.2003.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 13.000,00

04.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

04.001.04.123.0022.2006.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 2.422,20
04.001.04.123.0022.2006.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00
04.001.04.123.0022.2006.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 50.000,00

Sub-Total:R$ 62.422,20

05.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

05.001.15.452.0008.2007.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 5.000,00
05.001.15.452.0008.2007.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 310.000,00
05.001.04.122.0022.1038.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIP E MATERIAL PERMANENTES	R$ 36.679,00
05.001.17.512.0008.1026.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 69.746,68

Sub-Total:R$ 421.425,68

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

06.002.10.301.0004.2040.3.1.9.0.11.00.00.00|114000000 VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL	R$ 5.000,00
06.002.10.302.0005.2016.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 130.000,00
06.002.10.301.0004.2011.3.1.9.1.13.00.00.00|114000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 5.000,00
06.002.10.122.0030.2009.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 45.000,00
06.002.10.301.0004.2011.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 42.055.960/0011-7
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 19/2018

06.002.10.301.0004.2011.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 11.000,00

Sub-Total:R$ 200.000,00

07.001-GABINETE DA SEC. EDUCACAO E CULTURA

07.001.12.122.0031.2026.3.1.9.0.94.00.00.00|101000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 5.000,00
07.001.12.122.0031.2026.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 27.000,00
07.001.12.122.0031.2026.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 42.000,00

07.002-FUNDO MUNICIPAL DA EDUCACAO E CULTURA

07.002.12.361.0033.1022.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 EQUIP E MATERIAL PERMANENTES	R$ 22.500,00
07.002.12.361.0033.2048.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 30.000,00
07.002.12.361.0033.2048.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 45.000,00

Sub-Total:R$ 97.500,00

08.002-FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

08.002.08.244.0015.2074.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 15.000,00

Sub-Total:R$ 15.000,00

11.001-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

11.001.27.812.0028.2034.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS CIVIL	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 1.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 852.347,88

Art. 2§. Para cobertura do Credito Adicional Suplementar do Artigo 1§, serao utilizados recursos proveniente de anulacao parcial ou total de dotacao em conformidade com o õ1§ inciso **III** do artigo 43, da Lei 4.320/64.

02.001-GABINETE DO PREFEITO - GAPRE

02.001.04.122.0008.1030.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 21.000,00

Sub-Total:R$ 21.000,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

05.001.15.452.0008.2007.3.3.9.0.37.00.00.00|100000000 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	R$ 440.000,00

Sub-Total:R$ 440.000,00

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

06.002.10.122.0030.2009.3.3.9.0.37.00.00.00|102000000 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

07.001-GABINETE DA SEC. EDUCACAO E CULTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 42.055.960/0011-7
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 19/2018

07.001.12.122.0031.2026.3.3.9.0.37.00.00.00|102000000 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	R$ 65.974,44

Sub-Total:R$ 65.974,44

07.002-FUNDO MUNICIPAL DA EDUCACAO E CULTURA

07.002.12.361.0029.2078.3.3.9.0.37.00.00.00|101000000 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	R$ 250.000,00

Sub-Total:R$ 250.000,00

08.002-FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

08.002.08.243.0015.2029.3.3.9.0.37.00.00.00|100000000 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	R$ 3.000,00
08.002.08.122.0032.2028.3.3.9.0.37.00.00.00|100000000 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	R$ 60.000,00
08.002.08.244.0015.2074.3.3.9.0.37.00.00.00|100000000 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	R$ 4.373,44

Sub-Total:R$ 67.373,44

09.001-SEC MUNICIPAL DE DES. ECONÔMICO E MEIO AMB

09.001.04.122.0022.2033.3.3.9.0.37.00.00.00|100000000 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	R$ 3.000,00

Sub-Total:R$ 3.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 852.347,88

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, 02 de Abril de 2018.

EGON HOEPERS
Prefeito Municipal

DECRETO SUPLEMENTAR N° 16/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 42.055.960/0011-7
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 16/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor, EGON HOEPERS, Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 573/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito adicional Suplementar no valor de R$ 835.383,30 (oitocentos e trinta e cinco mil, trezentos e oitenta e trˆs reais e trinta centavos) para reforco de dotacao consignada no Orcamento vigente:

03.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

03.001.04.122.0022.2004.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 210,00

Sub-Total:R$ 210,00

04.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

04.001.04.123.0022.2006.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 10.500,00
04.001.04.123.0022.2006.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 15.500,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

05.001.15.452.0008.2007.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 100.000,00
05.001.15.451.0008.1006.4.4.9.0.52.00.00.00|130000000 EQUIP E MATERIAL PERMANENTES	R$ 350.760,00
05.001.17.512.0008.1026.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 90.413,30

Sub-Total:R$ 541.173,30

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

06.002.10.301.0004.2011.3.1.9.0.13.00.00.00|114000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 27.000,00
06.002.10.301.0004.2040.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00
06.002.10.122.0030.2009.3.1.9.0.94.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 28.000,00
06.002.10.302.0005.2016.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 140.000,00
06.002.10.301.0004.2011.3.1.9.0.11.00.00.00|114000000 VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL	R$ 50.000,00

Sub-Total:R$ 255.000,00

07.002-FUNDO MUNICIPAL DA EDUCACAO E CULTURA

07.002.12.365.0029.2050.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 42.055.960/0011-7
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 16/2018

Sub-Total:R$ 10.000,00

08.002-FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

08.002.08.122.0032.2028.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 3.500,00
08.002.08.244.0015.2074.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 13.500,00

Total Parcial Suplementado: R$ 835.383,30

Art. 2§. Para cobertura do Credito Adicional Suplementar do Artigo 1§, serao utilizados recursos proveniente de anulacao parcial ou total de dotacao em conformidade com o õ1§ inciso **III** do artigo 43, da Lei 4.320/64.

02.001-GABINETE DO PREFEITO - GAPRE

02.001.04.122.0022.2071.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 30.000,00

Sub-Total:R$ 30.000,00

03.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

03.001.04.122.0022.2005.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL	R$ 15.000,00
03.001.04.122.0022.2003.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 SERVICOS DE CONSULTORIA	R$ 80.000,00

Sub-Total:R$ 95.000,00

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

06.002.10.301.0004.2011.3.3.9.0.34.00.00.00|114000000 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	R$ 5.089,00
06.002.10.301.0004.2011.3.3.9.0.34.00.00.00|102000000 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	R$ 44.911,00
06.002.10.302.0005.2016.3.3.9.0.34.00.00.00|102000000 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	R$ 436.357,74
06.002.10.302.0005.2016.3.3.9.0.34.00.00.00|114000000 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	R$ 120.000,00

Sub-Total:R$ 606.357,74

07.001-GABINETE DA SEC. EDUCACAO E CULTURA

07.001.12.122.0031.2026.3.3.9.0.37.00.00.00|102000000 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	R$ 69.025,56

Sub-Total:R$ 69.025,56

08.002-FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

08.002.08.244.0015.2074.3.3.9.0.34.00.00.00|129000000 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	R$ 3.750,00
08.002.08.122.0032.2028.3.3.9.0.34.00.00.00|100000000 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	R$ 20.000,00
08.002.08.244.0015.2074.3.3.9.0.34.00.00.00|100000000 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	R$ 11.250,00

Sub-Total:R$ 35.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 42.055.960/0011-7
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 16/2018

Total Parcial Reduzido: R$ 835.383,30

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, 01 de Marco de 2018.

EGON HOEPERS
Prefeito Municipal

DECRETO ESPECIAL N° 17/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 04.205.596/0001-17
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 17/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Egon Hoepers, Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 578/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito adicional Especial por Superavit Financeiro apurado no exercicio anterior, nos termos do Artigo 41, inc. **II** da Lei Federal n§ 4.320/64, para inclusoes de fontes de recursos no grupo 3 (Recursos de Exercicio Anterior) em dotacoes consignada no Orcamento vigente.:

05.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

05.001.15.451.0008.1006.4.4.9.0.52.00.00.00|330000000 EQUIP E MATERIAL PERMANENTES	R$ 74.290,00

Sub-Total:R$ 74.290,00

07.004-FUNDO DE MANUT. DA EDUC. BASICA - FUNDEB 40

07.004.12.365.0029.2021.3.1.9.0.11.00.00.00|319000000 VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL	R$ 9.223,59

Sub-Total:R$ 81.478,88

08.002-FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

08.002.08.244.0015.2074.3.3.9.0.30.00.00.00|329000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.102,55
08.002.08.241.0015.2032.3.3.9.0.39.00.00.00|300000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 37,00
08.002.08.244.0015.2074.3.3.9.0.39.00.00.00|329000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 7.508,00

Sub-Total:R$ 11.147,55

Total Parcial Suplementado: R$ 166.916,43

Art. 2§. Para cobertura do Credito Adicional Especial do Artigo 1§ serao utilizados recursos proveniente de Superavit Financeiro apurado no exerc¡cio anterior em conformidade com o õ1§ inciso **I** do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, 01 de Marco de 2018.

Egon Hoepers
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DIVERSOS PARA SEREM USADOS NAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT**. A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT**, torna público que no dia 05 de julho de 2018, estará recebendo propostas, para abertura às 09h00min, do Pregão Presencial**, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161. Santa Rita do Trivelato/MT, 21 de Junho de 2018.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

DECRETO ESPECIAL N° 13/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 04.205.596/0001-17
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 13/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Egon Hoepers, Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 578/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito adicional Especial por Superavit Financeiro apurado no exercicio anterior, nos termos do Artigo 41, inc. II da Lei Federal n§ 4.320/64, para inclusoes de fontes de recursos no grupo 3 (Recursos de Exercicio Anterior) em dotacoes consignada no Orcamento vigente.:

04.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

04.001.04.123.0022.2039.3.3.9.0.47.00.00.00|300000000 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTR	R$ 182,10
Sub-Total:	**R$ 282,10**

05.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

05.001.15.451.0008.1005.4.4.9.0.51.00.00.00|300000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 231.616,63
05.001.15.451.0008.1005.4.4.9.0.51.00.00.00|330000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 151.201,31
Sub-Total:	**R$ 464.529,03**

07.002-FUNDO MUNICIPAL DA EDUCACAO E CULTURA

07.002.12.365.0029.2050.3.3.9.0.30.00.00.00|315000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 11.996,00
Sub-Total:	**R$ 11.996,00**

08.002-FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

08.002.08.244.0015.1031.4.4.9.0.52.00.00.00|329000000 EQUIP E MATERIAL PERMANENTES	R$ 4.818,00
Sub-Total:	**R$ 7.460,51**
Total Parcial Suplementado:	**R$ 484.267,64**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 04.205.596/0001-17
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 13/2018

Art. 2§. Para cobertura do Credito Adicional Especial do Artigo 1§ serao utilizados recursos proveniente de Superavit Financeiro apurado no exerc¡cio anterior em conformidade com o õ1§ inciso **I** do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, 01 de Fevereiro de 2018.

Egon Hoepers
Prefeito Municipal

DECRETO SUPLEMENTAR N° 2/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 42.055.960/0011-7
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 2/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor, EGON HOEPERS, Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 573/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito adicional Suplementar no valor de R$ 486.822,26 (quatrocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e vinte e dois reais e vinte e seis centavos) para reforco de dotacao consignada no Orcamento vigente:

04.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

04.001.04.123.0022.2006.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.400,00
04.001.04.123.0022.2006.3.3.9.0.92.00.00.00|100000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIO	R$ 1.900,00

Sub-Total:R$ 3.300,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

05.001.17.512.0008.1026.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 87.534,89

Sub-Total:R$ 87.534,89

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

06.002.10.302.0005.2015.3.3.7.1.70.00.00.00|102000000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	R$ 312.000,00
06.002.10.122.0030.2009.3.1.9.0.94.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 3.000,00
06.002.10.122.0030.2009.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 13.650,00

Sub-Total:R$ 328.650,00

07.002-FUNDO MUNICIPAL DA EDUCACAO E CULTURA

07.002.12.365.0029.1024.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 63.200,00

Sub-Total:R$ 63.200,00

08.002-FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

08.002.08.122.0032.2028.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 4.137,37

Sub-Total:R$ 4.137,37

Total Parcial Suplementado: R$ 486.822,26

Art. 2§. Para cobertura do Credito Adicional Suplementar do Artigo 1§, serao utilizados recursos proveniente de anulacao parcial ou total de dotacao em conformidade com o õ1§ inciso **III** do artigo 43, da Lei 4.320/64.

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

06.002.10.302.0005.2016.3.3.9.0.34.00.00.00|102000000 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	R$ 486.822,26

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 42.055.960/0011-7
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 2/2018

Sub-Total:R$ 486.822,26

Total Parcial Reduzido: R$ 486.822,26

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, 02 de Janeiro de 2018.

EGON HOEPERS
Prefeito Municipal

DECRETO ESPECIAL N° 20/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 04.205.596/0001-17
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 20/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Egon Hoepers, Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 578/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito adicional Especial por Superavit Financeiro apurado no exercicio anterior, nos termos do Artigo 41, inc. **II** da Lei Federal n§ 4.320/64, para inclusoes de fontes de recursos no grupo 3 (Recursos de Exercicio Anterior) em dotacoes consignada no Orcamento vigente.:

07.002-FUNDO MUNICIPAL DA EDUCACAO E CULTURA

07.002.12.361.0029.2049.3.3.9.0.30.00.00.00|315000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.351,95

Sub-Total:R$ 7.351,95

08.002-FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

08.002.08.244.0015.2074.3.3.9.0.30.00.00.00|329000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 100,00

Sub-Total:R$ 164,00

Total Parcial Suplementado: R$ 7.515,95

Art. 2§. Para cobertura do Credito Adicional Especial do Artigo 1§ serao utilizados recursos proveniente de Superavit Financeiro apurado no exerc¡cio anterior em conformidade com o õ1§ inciso **I** do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, 02 de Abril de 2018.

Egon Hoepers
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL, COLORIDO, EM MADEIRA PLÁSTICA COM COLUNAS DE ALUMÍNIO, FABRICADO COM MATERIAL SUPER-RESISTENTE E ATOXICO PARA ATENDER SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo. A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT**, torna público que no dia 10 de Julho de 2018, estará recebendo propostas, para abertura às 09h00min, do Pregão Presencial**, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161. Santa Rita do Trivelato/MT, 20 de junho de 2018. MARIA CILENE PEREIRA - Pregoeira Oficial.

COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2018

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2018, REFERENTE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, LIMPEZA, RECARGA DE GÁS E REPAROS DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, QUE EM ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO E A EMPRESA DAYANE PEREIRA DA COSTA - ME.

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2.201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **EGON HOEPERS**, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e, de outro lado, a empresa **DAYANE PEREIRA DA COSTA – ME,** inscrita no CNPJ sob nº 12.407.556/0001-86, isenta de inscrição estadual, estabelecida a Avenida São Sebastião, nº 3285, Bairro Santa Helena, cidade de Cuiabá - MT, neste ato representada pelo Sr. **TIAGO DE OLIVEIRA DA SILVA**, portador do CIRG n.º 1608129-3 SSP/MT e CIC n.º 027.911.441-96, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA",** resolvem CANCELAR a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2018, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo visa o cancelamento integral dos itens registrados na Ata de Registro de Preços n° 003/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente Termo de Cancelamento encontra guarida no art. 78, da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MOTIVAÇÃO

3.1. O presente justifica-se tendo em vista o requerimento por escrito apresentado pela empresa detentora, no qual manifesta seu interesse em cancelar os itens registrados através da Ata de Registro de Preços n° 003/2018, tendo em vista a dificuldade financeira que vem enfrentando para cumprir suas obrigações assumidas.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIQUIDAÇÃO DAS DESPESAS

4.1. Todas as despesas da ARP n° 003/2018, ora cancelada, serão pagas integralmente pelo **MUNICÍPIO**, na forma pactuada até a presente data, não restando assim mais nada a ressarcir à **PROMINENTE FORNECEDORA**.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente Termo de Rescisão em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins, perante as testemunhas abaixo.

Santa Rita do Trivelato – MT, 09 de Maio de 2018.

MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

DAYANE PEREIRA DA COSTA - ME

CNPJ nº 12.407.556/0001-86

EMPRESA

Testemunhas:

1._____ 2. _____

Nome: Nome:

CPF n° CPF nº

DECRETO ESPECIAL N° 9/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 04.205.596/0001-17
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 9/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Egon Hoepers, Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 578/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito adicional Especial por Superavit Financeiro apurado no exercicio anterior, nos termos do Artigo 41, inc. II da Lei Federal n§ 4.320/64, para inclusoes de fontes de recursos no grupo 3 (Recursos de Exercicio Anterior) em dotacoes consignada no Orcamento vigente.:

05.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

05.001.15.452.0008.2007.3.3.9.0.39.00.00.00|300000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 225.311,40

Sub-Total:R$ 225.311,40

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

06.002.10.122.0030.2009.3.3.9.0.39.00.00.00|302000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 29.926,00

Sub-Total:R$ 29.926,00

07.001-GABINETE DA SEC. EDUCACAO E CULTURA

07.001.12.122.0031.2026.3.3.9.0.39.00.00.00|301000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 56.092,57

Sub-Total:R$ 56.092,57

07.002-FUNDO MUNICIPAL DA EDUCACAO E CULTURA

07.002.12.361.0033.2073.3.3.9.0.30.00.00.00|322000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.200,00

Sub-Total:R$ 8.200,00

08.002-FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

08.002.08.122.0032.2028.3.3.9.0.39.00.00.00|300000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 27.822,60

Sub-Total:R$ 27.822,60

Total Parcial Suplementado: R$ 347.352,57

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 04.205.596/0001-17
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 9/2018

Art. 2§. Para cobertura do Credito Adicional Especial do Artigo 1§ serao utilizados recursos proveniente de Superavit Financeiro apurado no exerc¡cio anterior em conformidade com o õ1§ inciso **I** do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, 29 de Janeiro de 2018.

Egon Hoepers
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO Nº 002/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO Nº 002/2018

Ata de registro de preços para aquisição de equipamentos permanentes de informática, hospitalares e de escritório para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal educação e secretaria municipal de ação social, administração e finanças

O Município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua 25, s/nº, Bairro Centro, nesta cidade, inscrito no C.N.P.J./MF sob o n° 15.031.669/0001-18, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr **EUCLESIO JOSE FERRETTO**, residente e domiciliado na rua 48 s/nº, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG nº 3028554412 SSP/RS e inscrito no CPF sob o nº 405. 119.010-20, doravante denominado **CONTRATANTE,** daqui por diante denominadas **FORNECEDORAS** as empresas **RETFARMA-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA cnpj nº 12.313.826-0001-90**. **MALTEC IND COM DE MAQUINAS LTDA CNPJ Nº 05. 731.915-0001-90. R G DA PAZ EIRELI-EPPI CNPJ: 21.058.617-0001-38. ALVA PINNOW –ME CNPJ:12.900.282-0001-62. PORTAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA-ME CNPJ:26.570.361-0001-67. LP COM. REP.E PREST. DE SERVIÇOS LTDA-EPP CNPJ: 10.832.896-0001-29. EDIVANDRA VIEIRA LANG-ME-CASA CRISTAL CNPJ: 04.937.862-0001-04 .OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI-ME CNPJ: 22.228.679-0001-03.,** doravante denominadas de CONTRATADAS, lavram a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na forma do disposto no processo administrativo nº 24/2018, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e respectivas alterações, do instrumento convocatório, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos permanentes de informática, hospitalares e de escritório ,conforme as especificações contidas no Edital de Pregão; Termo de Referência – Anexo I do Edital e o Formulário de Proposta de Preços – Anexo II do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de fornecimento, para futura contratação, nos termos definidos no Anexo I – Termo de Referência.

Parágrafo primeiro: A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade do **ÓRGÃO GERENCIADOR** e dos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** e de acordo com o quantitativo indicado na cláusula quarta**.**

Parágrafo segundo: a lavratura desta Ata de Registro de Preços não obriga a contratação dos itens registrados, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto da contratação, sendo assegurada preferência ao FORNECEDOR registrado em igualdade de condições, assim como ao FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA, na forma da cláusula décima sétima.

Parágrafo terceiro: a Ata de Registro de Preços, com a indicação do preço registrado e dos fornecedores, será divulgada no Jornal Oficial do Município e na página eletrônica do órgão gerenciador da Ata e ficará disponibilizada durante a sua vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO ÓRGÃO GERENCIADOR, DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES e DOS ÓRGÃOS ADERENTES

O **ÓRGÃO GERENCIADOR** desta Ata de Registro de Preços é a a prefeitura municipal de santa Terezinha.

Parágrafo primeiro: São **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** os Órgãos e Entidades do Município de SANTA TEREZINHA-MT, conforme relação constante do anexo II do Termo de Referência.

Parágrafo segundo: A ata de registro de preços poderá ser aderida por qualquer órgão ou entidade do Município, que não tenha participado do certame licitatório, ora denominados **ÓRGÃOS ADERENTES.**

Parágrafo terceiro: Podem também ser considerados **ÓRGÃOS ADERENTES** os órgãos ou entidades municipais, distritais e de outros estados, resguardadas as disposições de cada ente, desde que atendidas as condições da cláusula vigésima.

CLÁUSULA QUARTA: DO QUANTITATIVO

São as seguintes as quantidades estimadas para a contratação, conforme descrição no Termo de Referência – Anexo I do Edital e reunidas no Anexo I – Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.

RETFARMA-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.313.826/0001-9

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUAN	MARCA	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
11	Micropipeta monocanal- visor digital, ejetor automático, capacidade volume fixo.	05	CRAL	R$ 199,00	R$ 995,00
12	Balança para laboratório – com função de contagem de peças, display LCD e conversão de unidades. Mecanismo eletromagnético de precisão, capacidade 3,200g, leitura: 0,01 g. Linearidade de aproximadamente 0.03g. Aferida pelo INMETRO.	01	QUIMIS	R$ 2. 700,00	R$ 2. 700,00
14	Centrifuga laboratório digital – para tubos- min. 04 amostras	01	HOFFMANNLAB	R$ 3. 970,00	R$ 3. 970,00
15	Microscópio laboratorial- Biológico binocular de contraste de fase, utilizado em patologia clinica ou p/ trabalhos de pesquisa. Tubo min. 160 mm de comprimento c/ cabeçote binocular do tipo Siendetopf inclinado 30º c/ ajuste de distancia interpupilar e ajuste de dioptria p/ as duas oculares. Revolver porta p/ 04 objetivas; Objetivas plana cromáticas de constrate de fase 10x Ph, 40x Ph retrátil e 100x Ph e Imersão, todas tipo O.G; 01 par de oculares de 10x plana de campo c/ 18 mm, permitindo aumento configuráveis entre 100x e 1000x; platina mecânica de 140x 140mm.	01	COLMAN	R$ 8. 950,00	R$ 8. 950,00
16	Agitador de kline 300 x 300 MM- Digital /variável	01	QUIMIS	R$ 1. 580,00	R$ 1. 580,00
20	Aspirador de secreção elétrico móvel- capacidade de 6 a 10 litros; suporte c/ rodízios, válvula de segurança, frasco termoplásticos/ vidro.	04	RWR	R$ 2. 856,00	R$ 11. 424,00
23	Carro maca simples- em aço inoxidável, com grades laterais, colchonete e suporte de soro.	04	ATUAL MOVHOSP	R$ 2. 479,00	R$ 9. 916,00
29	Biombo limbífero- estrutura em aço ou alumínio espessura de 02 MM tipo curvo.	01	ATUAL MOV HOSP	R$ 6. 270,00	R$ 6. 270,00
30	Carro de curativos em aço inoxidável c/ balde e bacia	02	MARC MIL	R$ 1. 179,00	R$ 2. 358,00

36	Cama hospitalar em aço inoxidavel (sem movimento fawler)- c/ rodízios, colchão hospitalar min. D 28, cabeceira/ Peseira- fixas em aço pintado e grades laterais.	02	ATUAL MOV HOSP	R$ 1.800,00	R$ 3.600,00
37	Glicosimetro c/ tiras, lancetas e lancetador.	13	ONCAL PLUS	R$ 78,00	R$ 1.014,00
43	Foco refletor ambulatorial – led haste flexível.	06	RWR	R$ 685,00	R$ 4.110,00
48	Carro de emergência- suporte para cilindro, suporte de soro e min 04 gavetas.	02	ATUAL MOV HOSP	R$ 5.740,00	R$ 11.480,00
51	Processadora de filmes radiográficos em material anticorrosivo,-Automático no mínimo 70 filmes/ hora-filmes de Rx e mamografia; circuito de proteção contra superaquecimento; tanques do revelador , fixa-dor e agua min 02 litros.	01	LOTUS	R$ 27.989,00	R$ 27.989,00
52	Ar condicionado 9.000 BTUs)- Split- Ar quente e frio.	04	LG	R$ 1.400,00	R$ 5.600,00
54	Ar condicionado splint piso teto 36.000 btus pontencia de refrigeração 3482w á 3882w alimentação 220v ciclo frio	03	LG	R$ 5.099,00	R$ 15.297,00
66	Ventilador de parede 50 á 60 cm oscilante voltagen 220v	30	BRITANIA	R$ 273,00	R$ 546,00
73	Cadeira plástica com braço	100	MARFINITE	R$ 46,00	R$ 4.600,00
Valor total R$ 122.399,00					

MALTEC IND COM DE MAQUINAS LTDA CNPJ Nº 05.731.915-0001-90.

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUAN	MARCA	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
19	Lavadora de roupas hospitalar- capacidade de 31 a 50 kg; estrutura externa em aço inoxidável, painel de co-mando, barreira sanitária, dispositivo de segurança, freio de parada, cesto interno de aço inoxidável.	01	MALTEC	R$ 37.500,00	R$ 37.500,00
Valor total R$ 37.500,00					

R G DA PAZ EIRELI-EPPI CNPJ: 21.058.617-0001-38.

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUAN	MARCA	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
02	Ar condicionado 12.000 BTUs)- Split- Ar quente e frio.	30	MIDEA	R$ 2.370,00	R$ 71.100,00
07	Impressora laser comum- resolução mínima de 1200x1200 DPI, velocidade de 35 paginas por minuto PPM, suporta tamanho de papel A5, A4 carta e oficio; capacidade de entrada de 200 paginas , ciclo mensal de 50.000 páginas, suporta frente e verso automático.	02	BROTHER	R$ 2.280,00	R$ 4.560,00
10	Arquivo de aço 03 a 04 gavetas , deslizamento da gaveta em trilho telescopico	03	AMAPA	R$ 533,00	R$ 1.599,00
25	Armario de aço- Alt 180 a 210 cm X largura de 70 a 110 cm, capacidade de até 50 Kg.	06	AMAPA	R$ 679,00	R$ 4.074,00
60	Mesa para escritório mdf 02 gavetas de cor azul 140x80	08		R$ 530,00	R$ 4.240,00
Valor total R$ 85.573,00					

ALVA PINNOW –ME CNPJ:12.900.282-0001-62.

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUAN	MARCA	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
09	Cadeira de aço/ ferro pintado, não possui rodízios, não possui braços- Assento/ encosto de polipro-pileno.	10		R$ 89,00	R$ 890,00
61	Mesa para escritório em mdf s/ gaveta bege 140x80	02		R$ 790,00	R$ 1.580,00
Valor total R$ 2.470,00					

PORTAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA-ME CNPJ:26.570.361-0001-67.

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUAN	MARCA	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
01	Bebedouro/ purificador refrigerador (Pressão coluna simples)	05	IBBL	R$ 717,00	R$ 3.585,00
05	Geladeira/ refrigerador de 250 a 299 L	03	ESMALTEC	R$ 1.445,00	R$ 4.335,00
28	Cadeira de rodas adulto em aço ferro/ pintado- c/ pés removível; com braços fixo.	03	PROLIFE	R$ 1.088,00	R$ 3.264,00
31	Cadeira de rodas para obeso- c/ pés fixo, suporte de soro, capacidade até 130 Kg, braços escamoteável.	01	PROLIFE LIBERTY	R$ 1.899,00	R$ 1.899,00
32	Armário vitrine em aço/ ferro pintado, laterais de vidro e 02 portas.	02	INALAMED	R$ 1.440,00	R$ 2.880,00
33	Banqueta em aço inoxidável- c/ regulagem de altura ; rodízios e assento giratório.	02	INALAMED	R$ 498,00	R$ 996,00
39	Cadeira de banho / higiênica em aço/ ferro pintado, capacidade de 101 kg ate 150 kg, c/ coletor e apoio do braço e pés.	06	PROLIFE	R$ 580,00	R$ 3.480,00
40	Poltrona hospitalar em aço/ ferro pintado, assento/ encosto- estofado courvin, acionamento manual, des-censo para pés, capacidade até 120 kg	02	INALAMED	R$ 995.00	R$ 1.990,00
42	Cama hospitalar tipo Fawler mecânica- adulto c/ rodízios, colchão min D 28, c/ leito em chapa/grades late-rais- em aço / ferro pintado; acionamento por 03 manivelas; cabeceira/ peseira poliuretano/ similar.	08	INALAMED	R$ 4.935,00	R$ 39.480,00
45	Balde a pedal- polipropileno de 30 ate 49 litros	02	JSN	R$ 117,00	R$ 234,00
47	Suporte de hamper em aço inoxidável.	02	INALAMED	R$ 345,00	R$ 690,00
50	Carro de transporte de material (diversos)- Cuba / min 200 l/ polipropileno	02	JSN	R$ 1.299,00	R$ 2.598,00

62	Cadeira escritório com rodas classe A	20	CAMEL	R$ 205,00	R$ 4. 100,00
72	Batedeira planetária 04 lts	01	ARNO	R$ 735,00	R$ 735,00
Valor total R$ 70.266,00					

LP COM. REP.E PREST. DE SERVIÇOS LTDA-EPP CNPJ: 10.832.896-0001-29.

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUAN	MARCA	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
21	Suporte de soro – em aço inoxidável, pedestal altura regulável.	15	SANTA LUZIA	R$ 360,00	R$ 5.400,00
26	Reanimador pulmonar manual adulto (ambu) em silicone- c/ reservatório	05	MISSSOURI	R$ 220,00	R$ 1.100,00
38	Monitor multiparametros- tela de 10 a 12, ECG, SPO2, PNI, respiração e temperatura, monitor em LCD.	03	EQUIPMED	R$ 14.900, 00	R$ 44.700,00
49	Bomba de infusão equipo universal- com bateria, KVO, alarmes, programação de infusão e Bolus.	01	EQUIPMED	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
Valor total R$ 56.200,00					

EDIVANDRA VIEIRA LANG-ME-CASA CRISTAL CNPJ: 04.937.862-0001-04.

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUAN	MARCA	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
17	Estante- Min 100 kg/ 06 prateleiras	06	PANDIN	R$ 363,00	R$ 2.178,00
24	Cama comum não hospitalar- simples/ madeira/ colchão	06	ARUNA	R$ 599,00	R$ 3.594,00
55	Ventilador de parede 50 á 60 cm oscilante voltagen 220v	30	AGER	R$ 318,00	R$ 9.540,00
56	Impressora multifuncional laser get pro	04	HP	R$ 1.585,00	R$ 6.340,00
57	Computador notebook core i3 4 gb 1tb tela l4 á 15 “ Windows 10	07	POSITIVO	R$ 2.298,00	R$ 16.086,00
58	Arquivo em aço 4 gavetas	02	PANDIN	R$ 935,00	R$1.870,00
59	Armário em aço com 02 portas 05 repartições 2x1	04	PADIN	R$ 970,20	R$3.880,00
63	Nobreak 800w á 1000w para computador	10	SMS	R$ 790,00	R$ 7,900,00
64	Prateleira de aço com 06 divisoria de cor cinza	02	PANDIN	R$ 298,00	R$ 596,00
65	Telefone sem fio	04	INTELBRAS	R$ 190,80	R$ 763,20
Valor total R$ 52.676,00					

OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI-ME CNPJ: 22.228.679-0001-03

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUAN	MARCA	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
03	Longarina- Assento/encosto de polipropileno - 03 lugares	12	NOBRE	R$ 370,00	R$ 4. 440,00
04	Câmara para conservação de hemoderivados/ insumo/ termolábeis- Capacidade 120 litros, construido em chapas tratadas quimicamente, com revestimento de pintura epóxi,com alarmes de temperatura de 2º C, temperatura alta acima de 8º.	01	ELBER	R$ 14. 445,00	R$ 14. 445,00
06	Autoclave horizontal de mesa (até 75 litros)- Câmara de esterilização ,aço inoxidável- Digital, ate 25 litros.	03	STERMAX	R$ 3. 755,00	R$ 11. 265,00
08	Computador (desktop- básico)-Com processador mínimo Intel Core I3 ou AMD A10, possui um disco rígido de 500 gigabyte, memoria RAM de 08 gigabyte, dois módulos idênticos de 04 gigabyte cada, do tipo SDRAM DDR4 2.1333 MHZ ou superior, sistema operacional Windows 10 pro (64 bits).	05	DEXPC	R$ 3. 380,00	R$ 16. 900,00
18	Balança antropométrica infantil- digital	02	WELMY	R$ 950,00	R$ 1. 900,00
22	Escada com 02 degraus- em aço inoxidável.	06	MEDI-SAUDE	R$ 260,00	R$ 1. 560,00
27	DEA- desfibrilador externo automático- autonomia da bateria ate 250 choques e 1 eletrodo.	03	SAMARITAS	R$ 6. 985,00	R$ 20. 955,00
34	Balança antropométrica adulto digital.	03	WELMY	R$ 1. 480,00	R$ 4. 440,00
35	Balança antropométrica digital para obesos.	01	WELMY	R$ 1. 973,00	R$ 1. 973,00
41	Mesa para refeição em aço/ ferro pintado, tampo em madeira/ MDF/MDP/similar, regulagem de altura – manipulo, 4 pés com rodizios	02	MEDI-SAUDE	R$ 685,00	R$ 1. 370,00
44	Mesa de Mayo em aço inoxidável	02	MEDI-SAUDE	R$ 740,00	R$ 1. 480,00
46	Esfgmomanômetro de pedestal em aço/ ferro- adulto; braçadeira/ fecho nylon/ metal tipo aneroide.	04	PREMIUM	R$ 530,00	R$2. 120,00
53	Eletrocordiógrafo portátil- c/ 12 canais, bateria interna, memoria, tela LCD laudo interpretativo e 01 cabo de ECG.	01		R$ 11. 475,00	R$ 11. 475,00
Valor total R$ 94.323,00					

a) previsão de aquisição pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES:** (descrever quantidade) serar descrita conforme tabela de itens vencedores no termo de referencia .

b) previsão de aquisição pelos **ÓRGÃOS ADERENTES** (Não Participantes): observará o parágrafo segundo.

Parágrafo primeiro: as quantidades dos itens indicadas nas alíneas a e b, do *caput* desta cláusula, são meramente estimativas e não implicam em obrigatoriedade de contratação pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo segundo: O quantitativo decorrente da contratação pelos ÓRGÃO GERENCIADOR, PARTICIPANTE E ADERENTE não ultrapassará, na totalidade, ao quíntuplo de cada item da ata de registro de preços e nem poderá exceder, por ÓRGÃO GERENCIADOR, PARTICIPANTE E ADERENTE, a cem por cento do quantitativo de cada item desta licitação, registrados na Ata de Registro de Preços para o ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme Decreto nº 3.086, de 23 de janeiro de 2006, alterado pelo Decreto nº 3.989, de 12 de junho de 2015.

Parágrafo terceiro: é vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA QUINTA: DOS LOCAIS DE ENTREGA

Os locais de entrega dos bens objeto do registro de preços estão especificados no item 2.5 do Edital, bem como no item 7.4 do Termo de Referência - Anexo I, conforme descrito abaixo:

Prefeitura municpal rua 25 s/n centro santa Terezinha-mt

CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO DE ENTREGA

A entrega deverá ser feita, de acordo com a necessidade e solicitação das secretarias conrrespondente a compra. em até 07 (sete) dias úteis a contar da data do recebimento da Ordem de fornecimento pela contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO

O preço unitário de cada item registrado é o constante da proposta vencedora da licitação, cujos valores estão reunidos no Anexo I – Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo primeiro: O preço unitário de cada item engloba todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais, financeiras, frete, transporte e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

Parágrafo segundo: O objeto da aquisição deverá estar coberto por garantia total sobre quaisquer defeitos de fabricação.

Parágrafo terceiro: Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo quarto: Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Parágrafo quinto: A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Parágrafo sexto: Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir o compromisso, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:

a) liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) convocar os **FORNECEDORES DO CADASTRO DE RESERVA,** mencionados na cláusula décima sétima, para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo sétimo: Não havendo êxito nas negociações, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá proceder à revogação, parcial ou integral, da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA: DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura da respectiva Ata.

CLÁUSULA NONA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários para as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão por conta da Natureza da Despesa e do Programa de Trabalho próprios do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** e **ÓRGÃOS ADERENTES.**

CLÁUSULA DÉCIMA: CONTRATAÇÃO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR E PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

Compete ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** e aos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** promover as ações necessárias para as suas próprias contratações, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo primeiro: A contratação realizada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES será formalizada por intermédio de instrumento contratual (Anexo XI – Minuta de Contrato).

Parágrafo segundo: o **ÓRGÃO GERENCIADOR** e os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** deverão verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor e proceder à consulta ao Cadastro de Fornecedores do Município e ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência da Controladoria Geral da União, para constatar a inexistência de penalidade cujo efeito ainda vigore.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

Parágrafo primeiro: as condições de fornecimento devem ser executadas fielmente, de acordo com os termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência – Anexo I do edital e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial do objeto contratual.

Parágrafo segundo: a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do **CONTRATANTE** especialmente designado(s) pelo órgão contratante conforme ato de nomeação.

Parágrafo terceiro: o objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da efetiva entrega para posterior verificação da conformidade do material com as especificações, constando das seguintes fases:

-Abertura das embalagens;

-comprovação de que o material atende às especificações mínimas exigidas ou aquelas superiores oferecidas.

b) definitivamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a verificação da conformidade dos materiais e consequente aceitação.

Parágrafo quarto: o recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

Parágrafo quinto: Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do órgão contratante.

Parágrafo sexto: os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência – Anexo I do Edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo sétimo: o fornecedor declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo oitavo: a instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade do fornecedor, nem o exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, ÓRGÃOS PARTICIPANTES e ÓRGÃOS ADERENTES, de acordo com as contratações realizadas por cada um deles, que considere a quantidade e valor dos itens adquiridos.

Parágrafo primeiro: O pagamento será realizado mediante apresentação da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista da contratada e demais documentos que vierem a ser exigidos pelo órgão de Controle municipal, devidamente atestada pelos servidores designados para recebimento dos materiais.

Parágrafo segundo: O prazo de pagamento da nota fiscal será de até 30 (trinta) dias a partir da data final do periodo de adimplemento e mediante sua apresentação juntamente com os demais documentos mencionados no subitem **Parágrafo primeiro**.

Parágrafo terceiro: A Prefeitura Municipal de SANTA TEREZINHA-MT reserva-se o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

Parágrafo quarto: Para receber seus créditos a contratada deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista que lhe foram exigidas quando da habilitação.

Parágrafo quinto: Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente em instituição financeira contratada pelo Município, se for o caso, ou em instituição financeira designada pelo contratado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

Parágrafo sexto: No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Município, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

Parágrafo sétimo: A nota fiscal, isenta de erros, deverá ser previamente atestada pelo Fiscal do Contrato e servidor designado pelo ordenador de despesas,

Parágrafo oitavo: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo nono: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGPM e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

Parágrafo décimo:Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR, ÓRGÃOS PARTICIPANTES E ÓRGÃOS ADERENTES NA QUALIDADE DE CONTRATANTES

Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** e **ÓRGÃOS ADERENTES, na qualidade de Contratantes:**

a) efetuar os pagamentos devidos ao Fornecedor, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Pregão; Termo de Referência – Anexo I do Edital; Formulário de Proposta de Preços – Anexo II do Edital e Anexo I – Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.

b) entregar ao Fornecedor documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;

c) exercer a fiscalização da execução do objeto;

d) receber provisória e definitivamente o objeto, nas formas definidas no edital e no contrato, se houver.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR:**

a) gerenciar a ata de registro de preços;

b) acompanhar constantemente a flutuação dos preços no mercado de modo a manter a vantajosidade;

c) conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

d) publicar trimestralmente no Jornal Oficial do Município os preços registrados e suas atualizações, para fins de orientação dos **ÓRGÃOS ADERENTES**;

e) gerir os pedidos de adesão dos órgãos e entidades não participantes da Ata de Registro de Preços e orientar os procedimentos dos **ÓRGÃOS ADERENTES.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

Constituem obrigações do Fornecedor:

a) entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Pregão; Termo de Referência – Anexo I do Edital; Formulário de Proposta de Preços – Anexo II do Edital e Anexo I – Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.

b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;

c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;

d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

g) Todos os produtos entregues pelo licitante vencedor deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial-ABNT, ANVISA, etc. atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições contidas no art.39, VIII,da Lei 8.078/90(Código de Defesa do Consumidor).

h) A licitante vencedora ficará obrigada a entregar os objetos com a validade mínima igual ou superior 12 (doze) meses da data de fabricação.

Parágrafo único: não será admitida justificativa de atraso no fornecimento dos produtos adquiridos que tenha como fundamento o não cumprimento da sua entrega pelos fornecedores do licitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA RESPONSABILIDADE

O Fornecedor é responsável por danos causados ao órgão contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO CADASTRO DE RESERVA

Fazem parte do Cadastro de Reserva os fornecedores que aceitaram reduzir, na licitação, seus preços ao valor da proposta mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva.

Parágrafo primeiro: estão registrados na ata de registro de preços, após o registro dos preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva, ora designado **FORNECEDOR**, os preços e quantitativos dos que tiverem aceitado cotar o objeto em valor igual aquele, ora designado **FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA,** segundo os critérios do edital.

Parágrafo segundo: a ordem de classificação dos registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

Parágrafo terceiro: o Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do **FORNECEDOR** na Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:

a) cancelamento do registro do FORNECEDOR, quando este descumprir as condições da ata de registro de preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

b) cancelamento do registro de preços, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado, causado por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor será cancelado quando:

a) forem descumpridas as condições da ata de registro de preços;

b) não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

Parágrafo único: o cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas a, b e d do *caput* será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla e prévia defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO ADERENTE

ÓRGÃO ADERENTE poderá aderir a Ata de Registro de Preços, desde que devidamente comprovada a vantagem em sua utilização por meio da realização de pesquisa de mercado.

Parágrafo primeiro: ÓRGÃO ADERENTE municipal, distrital, de outros estados poderá aderir a esta Ata de Registro de Preços, desde que previamente autorizada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e** após transcorrido metade do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e realizada a primeira contratação por **ÓRGÃO PARTICIPANTE.**

Parágrafo segundo: o fornecedor beneficiário não está obrigado a aceitar o fornecimento decorrente da adesão pelo **ÓRGÃO ADERENTE**.

Parágrafo terceiro: desde que o fornecimento objeto da adesão não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o **ÓRGÃO GERENCIADOR** e **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** o fornecedor poderá contratar com o **ÓRGÃO ADERENTE.**

Parágrafo quarto: após a autorização do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o **ÓRGÃO ADERENTE** deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata, devendo cumprir as atribuições inerentes aos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** e demais orientações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Parágrafo quinto: O **ÓRGÃO ADERENTE** deverá verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor e proceder à consulta ao Cadastro de Fornecedores do Município e ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência da Controladoria Geral da União, para constatar a inexistência de penalidade cujo efeito ainda vigore.

Parágrafo sexto: Compete ao **ÓRGÃO ADERENTE:**

a) aceitar todas as condições fixadas na Ata de Registro de Preços;

b) realizar os pagamentos relativos às suas contratações;

c) os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas;

d) a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo registrar no Cadastro de Fornecedores do Município as penalidades aplicadas ou informá-las ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** quando se tratar dos órgãos ou entidades que não pertençam ao Município de SANTA TEREZINHA-MT.

Parágrafo sétimo: O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá zelar para que o quantitativo total das contratações pelos **ÓRGÃO ADERENTES** observe o limite fixado no parágrafo segundo, da cláusula quarta.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública.

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

Parágrafo primeiro: o licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não lavrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo segundo: a sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo terceiro: quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo quarto: a imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão contratante, podendo ser aplicado pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, nesta qualidade, pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE** ou pelo **ÓRGÃO ADERENTE,** em relação às respectivas contratações.

Parágrafo quinto: ressalvada a hipótese descrita no parágrafo quarto cabe ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

Parágrafo sexto: a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput* da cláusula vigésima primeira, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

Parágrafo sétimo: a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput* da cláusula vigésima primeira, será imposta pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do Chefe do Executivo.

Parágrafo oitavo: tratando-se de **ÓRGÃO PARTICIPANTE** ou **ÓRGÃO ADERENTE**da Administração Indireta do Município, a suspensão temporária do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput* da cláusula vigésima primeira, será imposta pelo Ordenador de Despesa, devendo ser submetida à apreciação do Chefe do Executivo a que a Entidade se encontra vinculada.

Parágrafo nono: a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput* da cláusula vigésima primeira, é de competência exclusiva do Chefe do Executivo do **ÓRGÃO PARTICIPANTE** ou **ÓRGÃO ADERENTE** contratante ou que a Entidade se encontra vinculada.

Parágrafo décimo: a multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput* da cláusula vigésima primeira:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

Parágrafo décimo primeiro: a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput* da cláusula vigésima primeira:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso,sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

Parágrafo décimo segundo: a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput* da cláusula vigésima primeira, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição vigorarem ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

Parágrafo décimo terceiro: a reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo décimo quarto: o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

Parágrafo décimo quinto: se o valor das multas previstas na alínea b, do *caput* da cláusula vigésima primeira e parágrafo décimo quarto, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo décimo sexto: a aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo décimo sétimo: a aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, observando-se os seguintes preceitos:

a) ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia;

b) a intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa;

c) a defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput* da cláusula vigésima primeira, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo dispositivo;

d) será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo décimo oitavo: a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

Parágrafo décimo nono: as penalidades previstas na cláusula vigésima primeira também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

Parágrafo vigésimo: os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de SANTA TEREZINHA-MT enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo vigésimo primeiro: penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ÓRGÃO LICITANTE no Cadastro de Fornecedores do Município de SANTA TEREZINHA-MT.

Parágrafo vigésimo segundo: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Secretaria Municipal de Governo o extrato de publicação no Jornal Oficial do Município do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do *caput* da cláusula vigésima primeira, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de SANTA TEREZINHA-MT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

O(s) fornecedor(es) registrado(s) deverá(ao) manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas na licitação, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de vila rica-mt, Estado de mato grosso para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata de Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

NOTA: o número de vias deverá ser calculado em razão do número dos fornecedores.

SANTA TEREZINHA-MT , 21 de JUNHO de 2018 .

EUCLESIO JOSE FERRETTO

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-MT (OU ENTIDADE)

ÓRGÃO GERENCIADOR

ORDENADOR DE DESPESA

FORNECEDOR

RESPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)

RETFARMA-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS

E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

cnpj nº 12.313.826-0001-90.

MALTEC IND COM DE MAQUINAS LTDA

CNPJ Nº 05.731.915-0001-90.

R G DA PAZ EIRELI-EPPI

CNPJ: 21.058.617-0001-38.

ALVA PINNOW –ME

CNPJ:12.900.282-0001-62.

PORTAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA-ME

CNPJ:26.570.361-0001-67.

LP COM. REP.E PREST. DE SERVIÇOS LTDA-EPP

CNPJ: 10.832.896-0001-29.

EDIVANDRA VIEIRA LANG-ME-CASA CRISTAL

CNPJ: 04.937.862-0001-04 .

OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI-ME

CNPJ: 22.228.679-0001-03

TESTEMUNHA TESTEMUNHA

PORTARIA 74/GP/2018

PORTARIA N. 74/GP/2018

DE 21 de JUNHO DE 2018

***EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO**, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei;*

R E S O L V E:

Artigo 1º - Determinar ponto facultativo no período **matutino, neste dia 22 de Junho de 2018 (Sexta Feira),** em razão ao Jogo de Futebol da Seleção Brasileira, pela Copa do mundo da Rússia, voltando as atividades normais no período **vespertino, à partir das 13 horas**.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se

Santa Terezinha MT, 21 de Junho de 2018

Euclésio José Ferretto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SETOR DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO Nº 012/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, 155- CENTRO- SANTO AFONSO – MT

RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2018

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E CONSUMO E RECARGA DE GÁS P13 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Santo Afonso–MT, torna público aos interessados que na licitação **modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº 012/2018** do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorreu aos 04/06/2018 às 09h00min horas, e no dia 18/06/2018 às 09:00 na sede da Prefeitura Municipal de Santo Afonso/MT, sagrou-se vencedora as empresas: **SUPERMERCADO SANTO AFONSO LTDA – ME** inscrito no CNPJ: 14.610.106/0001-11, com valor total de **R$- 11.447,38 (onze mil reais, quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e oito centavos),** nos **itens de n°**02,03,05,08,09,12,13,16,17,18,21,28,29,31,36,38,39,40,41,43,51,52,53 ,56,58,59,62,65,67,68,71,73,74,76,77,78,81,82,88,89,92,94,95 e a Empresa: **MARIA JOSE DO REIS NETO EPP,** inscrita no CNPJ: 10.226.940/0001-57, com valor total de **R$- 37.879,15 (trinta e sete mil oitocentos e setenta e nove reais e quinze centavos).**nos itens de n°01,04,06,07,10,11,14,15,19,20,22,23,24,25,26,27,32,33

,34,35,37,42,44,45,46,47,48,49,50,54,55,57,60,61,63,64,66,69,70,72,79,80,83,84,

85,86,87,90,91,93.Cabe mencionar que a empresa **SUPERMERCADO SANTO AFONSO LTDA – ME,** no prazo legal concedido de 08 (oito dias), não apresentou documento estabelecido no item 8.7.1, sendo portanto **"Inabilitado**" tornando o item de n°75 (Recarga de Gás P13) no valor total de **R$ 45.150,00** (quarenta e cinco mil reais, cento e cinquenta reais). Fracassado em razão de sua inabilitação.

SANTO AFONSO- MT, EM 18 de Junho de 2018.

_____

MICHELE GUEDES RODRIGUES

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 349/2018. DE: 18 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA EFETUAR O REGIME DE ADIANTAMENTO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA,Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE;

Artigo 1º - Autorizar a Secretaria Municipal de Economia e Finanças conceder a Sra. Claudilene Oliveira dos Santos– Secretária de Educação e Cultura, adiantamento no valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Artigo 2º - O adiantamento servirá para atender o disposto no Artigo 4º da Lei Municipal nº 032/2001 de 17 de agosto de 2001.

Artigo 3º - Os recursos serão destinados a aplicação nos elementos de despesas das seguintes dotações orçamentárias.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

02.06.01.12.122.5007.2036.3390.39 – Outros Serv.de Terc.– Pessoa Jur. R$ 350,00

A**rtigo 4º -** A prestação de Contas deverá ser efetuada dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento do numerário à Tesouraria.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 18 DE JUNHO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 355/2018. DE: 18 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA ROSELIS CRISTINA KRUG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando requerimento do servidor em que apresenta atestado médico e solicita licença para tratamento de saúde;

Considerando o teor de Laudo Médico Pericial expedido pela Junta Médica em 18/06/2018 que atesta que a referida servidora está apta para exercer atividades laborais a partir do dia 30/06/2018.

Com fundamento nos artigos 81 e 87 da Lei Municipal n°055/2001 e 157/2005 de 29/07/2005 e no Laudo Médico Pericial,

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde a servidora pública estável **ROSELIS CRISTINA KRUG** nos termos do Laudo Médico Pericial expedido em 18/06/2018, no período de 04/06/2018 a 29/06/2018.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 18 DE JUNHO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 348/2018. DE: 18 DE JUNHO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Designa os seguintes servidores como responsáveis pela abertura e movimentação financeira da conta **corrente nº 647070-7 da Caixa Econômica Federal** vinculada ao CNPJ nº 04.217.362/0001-90 da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, relacionadas no parágrafo primeiro deste artigo.

Miguel José Brunetta – Prefeito Municipal, brasileiro, casado, servidor público, portador do RG nº 1.427.577 SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 326. 034.369-53, residente na Rua das Araras, nº 587, centro, Santo Antônio do Leste, MT.

Lailton Paulo Soares – Secretário Municipal de Economia e Finanças, brasileiro, casado, servidor público, portador do RG nº 06231217 SSP/MT, inscrito no CPF/MF nº 427.712.771-15, residente na Rua Salgado Filho, nº 575, centro, Santo Antônio do Leste, MT.

Parágrafo Único - A conta bancária será movimentada em conjunto pelos responsáveis acima descritos, devendo conter assinaturas de Miguel José Brunetta e Lailton Paulo Soares, podendo movimentá-las, inclusive por meio do gerenciador financeiro, requererem, retirarem, emitirem, assinarem e endossarem cheques, extratos bancários e comprovantes de pagamentos, efetuarem transferências bancárias e pagamento via oficio, cadastrarem e alterarem senhas.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 18 DE JUNHO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 353/2018. DE: 18 DE JUNHO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º – Altera a Portaria nº. 109/2017 de 11 de janeiro de 2017, publicada no dia 19 de janeiro de 2017 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, N° 2.650, atualizando-a com a seguinte redação:

"**Art. 1º -** Designa os seguintes servidores como responsáveis pela abertura e movimentação financeira das contas bancárias vinculadas ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Santo Antônio do Leste, relacionadas no parágrafo primeiro deste artigo.

Marli Artuzo Brunetta – Secretária Municipal de Assistência Social, brasileira, casada, servidora pública, portadora do RG nº 07948948 SSP/MT, inscrita no CPF/MF nº 939.204.821-15, residente na Rua das Araras, nº 587, centro, Santo Antônio do Leste, MT.

Lailton Paulo Soares – Secretário Municipal de Economia e Finanças, brasileiro, casado, servidor público, portador do RG nº 06231217 SSP/MT, inscrito no CPF/MF nº 427.712.771-15, residente na Rua Salgado Filho, nº 575, centro, Santo Antônio do Leste, MT.

David Paulo Correa da Silva, Assessor Especial do Gabinete do Prefeito, brasileiro, casado, servidor publico, portador do RG nº 1087942817 SJS/RS, inscrito no CPF/MF 008.529.950-24, Rua Porto Alegre, quadra 13 lote 17, bairro Jardim Bem Viver, Santo Antonio do Leste, MT

Parágrafo único - As contas bancárias a serem movimentadas serão as seguintes:

8072-1; 9608-3; 9505-2; 9506-0; 9507-9 e 9508-7 e serão movimentadas em conjunto pelos responsáveis acima descritos, devendo conter assinaturas dos servidores Marli Artuzo Brunetta e Lailton Paulo Soares ou David Paulo Correa da Silva, podendo fazer abertura de novas contas, movimentá-las, inclusive por meio do gerenciador financeiro, requererem, retirarem, emitirem, assinarem e endossarem cheques, extratos bancários e comprovantes de pagamentos, efetuarem transferências bancárias, cadastrarem e alterarem senhas".

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 18 DE JUNHO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 354/2018. DE: 18 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA CIRLENE MENDES FONSECA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando requerimento do servidor em que apresenta atestado médico e solicita licença para tratamento de saúde;

Considerando o teor de Laudo Médico Pericial expedido pela Junta Médica em 18/06/2018 que atesta que a referida servidora está apta para exercer atividades laborais a partir do dia 16/08/2018.

Com fundamento nos artigos 81 e 87 da Lei Municipal n°055/2001 e 157/2005 de 29/07/2005 e no Laudo Médico Pericial,

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde a servidora pública estável **CIRLENE MENDES FONSECA** nos termos do Laudo Médico Pericial expedido em 18/06/2018, no período de 18/05/2018 a 15/08/2018.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de maio de 2018**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 18 DE JUNHO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

AVISO DE LICITAÇAO - PREGAO PRESENCIAL 009/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2018

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 055/2018/CPL/PP

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório.**Pregão Presencial registro de preços para futura e eventual aquisição de emulsão asfáltica para ser utilizada na manutenção e conservação das vias urbanas deste município.**Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às **08*:00 horas do dia 05 de julho de 2018***, em sala designada pelo pregoeiro na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 07:00 ás 11:00 horas e no período da tarde de 13:00 ás 17:00 h, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: **(licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br).**

Santo Antonio do Leste – MT, 21 de junhop de 2018.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 142/2018

De 05 de fevereiro de 2018

ATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 003/2018

Ato de homologação

pregão ELETRÔNICO Nº **003/2018**

OBJETO: registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para serem utilizados na preparação de merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino-PNAE.Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subsequentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa:MOREIRA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI EPP CNPJ – 08.436.811/0001-41, com o valor total dos itens de R$ 110. 510,50 (cento e dez mil quinhentos e dez reais e cinquenta centavos).

Item	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	ACHOCOLATADO1X400G, INSTANTÂNEO, TRADICIONAL, A BASE DE AÇÚCAR, CACAU EM PÓ E MALTODEXTRINA. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM LATA, POTE OU PLÁSTICO EM POLIETILENO. SE EMBALADO EM LATA, ESTA NÃO DEVE APRESENTAR VESTÍGIOS DE FERRUGEM, AMASSADURA OU ABAULAMENTO. DE 400GR.	UNID	896	R$ 5,90	R$ 5. 286,40
2	AÇÚCAR 1X2KG, SACAROSE OBTIDA A PARTIR DO CALDO DE CANA-DE-AÇÚCAR. CRISTAL, BRANCO, GRANULOSO FINO A MÉDIO, ISENTA DE MATÉRIA TERROSA, LIVRE DE UMIDADES E FRAGMENTOS ESTRANHOS. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 2KG ORIGINAL DO FABRICANTE, MATERIAL POLIETILENO TRANSPARENTE.	UNID	2.140	R$ 4,12	R$ 8. 816,80
3	AMIDO DE MILHO 1X1000G, AMIDO, MATERIAL MILHO, APLICAÇÃO EXCIPIENTE DE MEDICAMENTOS, TIPO TRADICIONAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PÓ BRANCO, FINO, INODORO, INSÍPIDO.	UNID	400	R$ 6,06	R$ 2. 424,00
4	ARROZ 1X5KG, SUBGRUPO POLIDO, CLASSE LONGO FINO, AGULHA, TIPO 1, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE, COM GRÃOS INTEIROS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO, TRANSPARENTE, ORIGINAL DE FÁBRICA. DE 5 KG.	UNID	900	R$ 10,30	R$ 9. 270,00
5	BISCOITO AGUA E SAL 1X400G, OBTIDO DA MISTURA DA FARINHA DE TRIGO, FIBRA DE TRIGO, ÓLEO VEGETAL, SAL MARINHO, FERMENTO BIOLÓGICO. SUBMETIDOS A PROCESSOS DE AMASSAMENTO E COCÇÃO, FERMENTADOS OU NÃO. O BISCOITO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS, QUEIMADOS, NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM APRESENTAR QUEBRADIÇO.	UNID	880	R$ 4,90	R$ 4. 312,00
6	BISCOITO CREAM CRAKER 1X400G, OBTIDO DA MISTURA DA FARINHA DE TRIGO, FIBRA DE TRIGO, ÓLEO VEGETAL, SAL MARINHO, FERMENTO BIOLÓGICO. SUBMETIDOS A PROCESSOS DE AMASSAMENTO E COCÇÃO, FERMENTADOS OU NÃO. O BISCOITO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS, QUEIMADOS, NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM APRESENTAR QUEBRADIÇO.	UNID	866	R$ 4,90	R$ 4. 243,40
7	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA, LEITE, MARIA OU ROSQUINHA 1X 400G, OBTIDO DA MISTURA DE FARINHA, AMIDO, E OU FÉCULA COM OUTROS INGREDIENTES, SUBMETIDOS A PROCESSOS DE AMASSAMENTO E COCÇÃO, FERMENTADOS OU NÃO. O BISCOITO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS, QUEIMADOS, NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM APRESENTAR QUEBRADIÇO.	UNID	880	R$ 4,80	R$ 4. 224,00

8	COCO RALADO 1X100G, PRODUTO OBTIDO DO FRUTO DO COQUEIRO (COCOS NUCIFERA), POR PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO E SEPARADO PARCIALMENTE DA EMULSÃO ÓLEO/ÁGUA (LEITE DE COCO) POR PROCESSOS MECÂNICOS.	UNID	400	R$ 3,20	R$ 1. 280,00
12	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL 1X1KG, FARINHA DE TRIGO, APRESENTAÇÃO PÓ, PRAZO VALIDADE MÍNIMO DE 150, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FERRO E ÁCIDO FÓLICO TIPO.	UNID	995	R$ 3,45	R$ 3. 432,75
14	FUBA DE MILHO MIMOSO, COMPOSIÇÃO FUBA, FERRO E ACISO FOLICO.NÃO CONTÉM GLUTEN, COM INDICAÇÃO DE PRASO DE VALIDADE, PESO.EMBALAGEM DE 1 KG.	UNID	336	R$ 3,00	R$ 1. 008,00
16	MACARRÃO PARAFUSO, PRODUTO NÃO FERMENTADO OBTIDO PELO AMASSAMENTO MECÂNICO DE FARINHA DE TRIGO COMUM E/OU SÊMOLA/SEMOLINA. FABRICADOS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS E ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E LARVAS. AS MASSAS AO SEREM POSTAS NA ÁGUA NÃO DEVERÃO TURVÁ-LAS ANTES DA COCÇÃO, NÃO PODENDO ESTAR FERMENTADAS OU RANÇOSAS (1ª LINHA). COM RENDIMENTO MÍNIMO APÓS O COZIMENTO DE 2 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCÇÃO. EMBALAGEM DE POLIETILENO DE 500G	UNID	880	R$ 3,10	R$ 2. 728,00
17	MARGARINA 500GR, PRODUTO INDUSTRIALIZADO PREPARADO PELA HIDRATAÇÃO DE ÓLEOS VEGETAIS, LEITE PASTEURIZADO E OUTROS PRODUTOS, BATIDA ATÉ FICAR HOMOGÊNEA. ENRIQUECIDOS DE VITAMINAS, ADICIONADA DE SAL. APRESENTAÇÃO: ASPECTO, CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES, DEVENDO ESTAR ISENTOS DE RANÇOS E BOLORES. EMBALAGEM PRIMÁRIA COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, MARCA DO FABRICANTE E INFORMAÇÕES DO MESMO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO. CONTENDO NO MÍNINO 65 A 80% DE LIPÍDEOS.	UNID	420	R$ 4,30	R$ 1. 806,00
19	MILHO PARA CANJICA 1X500G, PRODUTO DOS GRÃOS OU PEDAÇOS DOS GRÃOS DE MILHO PROVENIENTE DA ESPÉCIE (ZEA MAYS, L.) QUE APRESENTAM AUSÊNCIA TOTAL OU PARCIAL DO GERMEN, EM FUNÇÃO DO PROCESSO DE ESCARIFICAÇÃO MECÂNICA OU MANUAL (DEGERMINAÇÃO). OS GRÃOS PODEM SER DE COR BRANCA OU AMARELA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	UNID	295	R$ 2,70	R$ 796,50
20	OLEO DE SOJA 900ML, PRODUTO OBTIDO DO GRÃO DE SOJA QUE SOFREU PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO COMO DEGOMAGEM, NEUTRALIZAÇÃO, CLARIFICAÇÃO, FRIGORIFICAÇÃO OU NÃO DE DESODORIZAÇÃO. LIQUIDO VISCOSO REFINADO, FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS SÃS E LIMPAS. EMBALAGEM EM POLIETILENO TEREFTALATO (PET) OU EM LATA. DE 900ML.	UNID	1.243	R$ 4,25	R$ 5. 282,75
21	OVOS DE GRANJA CARTELA, OVOS VERMELHOS DE GALINHA, TAMANHO GRANDE DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCOS, ISENTO DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUIMICAS E ORGANOLÉPTICAS) INSPECIONADAS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, ACOMODADOS EM CARTELAS.	UNID	295	R$ 5,70	R$ 1. 681,50
22	PÓ PARA GELATINA SABOR ABACAXI 85 GR, GELATINA ALIMENTÍCIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM ADIÇÃO DE AÇUCAR, DEXTROSE, GLICOSE E SACAROSE, EMBALAGEM, SABOR ABACAXI	UNID	100	R$ 1,36	R$ 136,00
23	PÓ PARA GELATINA SABOR LIMÃO 85 GR, GELATINA ALIMENTÍCIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM ADIÇÃO DE AÇUCAR, DEXTROSE, GLICOSE E SACAROSE, EMBALAGEM, SABOR LIMÃO	UNID	100	R$ 1,36	R$ 136,00
25	PÓ PARA GELATINA SABOR CEREJA 85 GR, GELATINA ALIMENTÍCIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM ADIÇÃO DE AÇUCAR, DEXTROSE, GLICOSE E SACAROSE, EMBALAGEM, SABOR CEREJA	UNID	100	R$ 1,36	R$ 136,00
26	PÓ PARA GELATINA SABOR UVA 85 GR, GELATINA ALIMENTÍCIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM ADIÇÃO DE AÇUCAR, DEXTROSE, GLICOSE E SACAROSE, EMBALAGEM, SABOR UVA	UNID	100	R$ 1,36	R$ 136,00
28	SAL IODADO1X1KG 1º LINHA, PRODUTO REFINADO, IODADO, COM GRANULAÇÃO UNIFORME, COM NO MÍNIMO DE 98% DE CLORETO DE SÓDIO E COM DOSAGEM DE SAIS DE IODO DE NO MÍNIMO 10 MG E MÁXIMO 15MG DE IODO POR QUILO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL. EMBALAGEM EM POLIETILENO DE 1KG.	UNID	260	R$ 1,22	R$ 317,20
29	SUCO CONCENTRADO DE CAJU 500 ML, PREPARADO LÍQUIDO PARA REFRESCO DE FRUTAS COM 30% DE POLPA DA FRUTA, COM CONCENTRAÇÃO PARA 6 A 8 PARTES DE ÁGUA, ADOÇADO, PREPARADO POR MEIO DE PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, NÃO FERMENTADO, DE COR, AROMA E SABOR CAJU CARACTERÍSTICOS DA FRUTA, SUBMETIDO A TRATAMENTO QUE ASSEGURE SUA CONSERVAÇÃO E APRESENTAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. EMBALAGEM EM GARRAFAS PET (POLIETILENO TEREFALADO) DE 500 ML. CAJU.	UNID	1.267	R$ 5,40	R$ 6. 841,80
30	SUCO CONCENTRADO DE MARACUJA 500 ML, PREPARADO LÍQUIDO PARA REFRESCO DE FRUTAS COM 30% DE POLPA DA FRUTA, COM CONCENTRAÇÃO PARA 6 A 8 PARTES DE ÁGUA, ADOÇADO, PREPARADO POR MEIO DE PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, NÃO FERMENTADO, DE COR, AROMA E SABOR MARACUJA, CARACTERÍSTICOS DA FRUTA, SUBMETIDO A TRATAMENTO QUE ASSEGURE SUA CONSERVAÇÃO E APRESENTAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. EMBALAGEM EM GARRAFAS PET (POLIETILENO TEREFALADO) DE 500 ML. MARACUJA	UNID	632	R$ 8,20	R$ 5. 182,40
34	FRANGO INTEIRO, RESFRIADO, SEM TEMPERO, EM EMBALAGENS PLÁSTICAS LACRADAS CONTENDO 1KG CADA	KG	1.710	R$ 7,30	R$ 12. 483,00
35	LINGÜIÇA TIPO TOSCANA CONGELADA, DE 1 KG, SEM PRESENÇA DE PIMENTA.	KG	910	R$ 14,90	R$ 13. 559,00
36	PEITO DE FRANGO, SEM TEMPERO, CONGELADO.DE 1 QUALIDADE	KG	910	R$ 8,40	R$ 7. 644,00
37	SALSICHA, TIPO HOT DOG. RESFRIADA, DEVIDAMENTE EMBALADA. APRESENTANDO-SE ÍNTEGRA.	KG	930	R$ 7,90	R$ 7. 347,00

Santo Antônio do Leste - MT, 21 de junho de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal-

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA 036/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 036/2018

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Miguel Jose Brunetta, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no § II, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total de **R$ 3.000,00** (três mil reais), sendo **R$ 200,00** (duzentos reais/Hora). Tendo como objeto a **Locação de Caminhão Munck em horas (quinze horas) para ser utilizado na troca de refletores do mini estádio**. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de **ADONIAS RODRIGUES COIMBRA – CPF: 590.207.92-72.** e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8. 666/93.

Miguel Jose Brunetta

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE PORTARIA Nº. 352/2018. DE: 18 DE JUNHO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Altera a Portaria nº. 274/2017 de 03 de julho de 2017, publicada no dia 04 de julho de 2017 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, N° 2.763, atualizando-a com a seguinte redação:

"Art. 1º - Designa os seguintes servidores como responsáveis pela abertura e movimentação financeira das contas bancárias vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Santo Antônio do Leste, relacionadas no parágrafo primeiro deste artigo.

Elaine de Fátima Mors – Secretária Municipal de Saúde, brasileira, servidora pública, portadora do RG nº 14459590 SSP/MT, inscrita no CPF/MF nº 964.633.841-00, residente na Av. Campo Grande, nº 236, Bairro Jardim Bem Viver, Santo Antônio do Leste, MT.

Lailton Paulo Soares – Secretário Municipal de Economia e Finanças, brasileiro, casado, servidor público, portador do RG nº 06231217 SSP/MT, inscrito no CPF/MF nº 427.712.771-15, residente na Rua Salgado Filho, nº 575, centro, Santo Antônio do Leste, MT.

David Paulo Correa da Silva, Assessor Especial do Gabinete do Prefeito, brasileiro, casado, servidor publico, portador do RG nº 1087942817 SJS/RS, inscrito no CPF/MF 008.529.950-24, Rua Porto Alegre, quadra 13 lote 17, bairro Jardim Bem Viver, Santo Antonio do Leste, MT.

Parágrafo único - As contas bancárias a serem movimentadas serão as seguintes:

624051-5; 624.054-0; 624.021-3; 624.022-1; 624.024-8; 624.025-6; 624.035-3; 624.035-6; 44662-9 e serão movimentadas em conjunto pelos responsáveis acima descritos, devendo conter assinaturas dos servidores Elaine de Fátima Mors e Lailton Paulo Soares ou David Paulo Correa da Silva, podendo fazer abertura de novas contas, movimentá-las, inclusive por meio do gerenciador financeiro, requererem, retirarem, emitirem, assinarem e endossarem cheques, extratos bancários e comprovantes de pagamentos, efetuarem transferências bancárias, cadastrarem e alterarem senhas".

.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 18 DE JUNHO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº 327/2018. DE: 30 DE MAIO DE 2018.

EXONERA A CANDIDATA ELEITA NO PROCESSO ELETIVO SOB Nº 001/2015 Sr.ª ADRIANA DA SILVA FERREIRA DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - EXONERAR, por término de contrato, a **Sr.ª ADRIANA DA SILVA FERREIRA**, eleita no Processo Eletivo sob nº 001/2015, do cargo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, desta Prefeitura Municipal.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 30 DE MAIO DE 2018

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 350/2018. DE: 18 DE JUNHO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - NOMEIA membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CMAE do município de Santo Antonio do Leste – MT, conforme Lei Municipal de N° 027/2001 de 26 de junho de 2001.

Artigo 2º - A Comissão citada no artigo anterior será composta dos seguintes:

-**Representante do Poder Executivo Municipal:**

Titular: Tereza Aparecida Vieira da Silva

Suplente: Sonia Nívia Brunetta Muhlbeier

-Representante dos Professores das Escolas Publica Municipais:

Titulares: João Guilherme Miranda Mariano

Suely Montes Canabrava

Suplentes: Mara Silvia Moreira de Souza Batista

Marcilene Bernardes Tafarel

-Representante dos Pais e Alunos das Escolas Publica Municipais:

Titulares: Kelly Cristina Pereira de Oliveira da Silva

Adriana Pereira Nascimento de Oliveira

Suplentes: Cleide Souza Pereira Reis

Laudiceia de Oliveira Batista

-Representante da Sociedade Civil:

Titular: Viviane Aparecida Pires Soares

Suplente: Selma de Fátima Mariano Siqueira

Titular: Rose Maria Gonçalves Ferreira Janoski

Suplente: Flaviane Zanette Bagetti

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 18 DE JUNHO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PORTARIA Nº. 351/2018. DE: 18 DE JUNHO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º – Altera a Portaria nº. 273/2017 de 03 de julho de 2017, publicada no dia 04 de julho de 2017 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, N° 2.763, atualizando-a com a seguinte redação:

"**Art. 1º -** Designa os seguintes servidores como responsáveis pela abertura e movimentação financeira das contas bancárias vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Santo Antônio do Leste, relacionadas no parágrafo primeiro deste artigo.

Elaine de Fátima Mors – Secretária Municipal de Saúde, brasileira, servidora pública, portadora do RG nº 14459590 SSP/MT, inscrita no CPF/MF nº 964.633.841-00, residente na Av. Campo Grande, nº 236, Bairro Jardim Bem Viver, Santo Antônio do Leste, MT.

Lailton Paulo Soares – Secretário Municipal de Economia e Finanças, brasileiro, casado, servidor público, portador do RG nº 06231217 SSP/MT, inscrito no CPF/MF nº 427.712.771-15, residente na Rua Salgado Filho, nº 575, centro, Santo Antônio do Leste, MT.

David Paulo Correa da Silva, Assessor Especial do Gabinete do Prefeito, brasileiro, casado, servidor publico, portador do RG nº 1087942817 SJS/RS, inscrito no CPF/MF 008.529.950-24, Rua Porto Alegre, quadra 13 lote 17, bairro Jardim Bem Viver, Santo Antonio do Leste, MT

Parágrafo único - As contas bancárias a serem movimentadas serão as seguintes:

9571-0; 8128-0; 9534-6; 8057-8; 7432-2; 7433-0; 7434-9; 7435-7; 7531-0; 7532-9; 7534-5; 7530-2; 7533-7; 7542-6 e serão movimentadas em conjunto pelos responsáveis acima descritos, devendo conter assinaturas dos servidores Elaine de Fátima Mors e Lailton Paulo Soares ou David Paulo Correa da Silva, podendo fazer abertura de novas contas, movimentá-las, inclusive por meio do gerenciador financeiro, requererem, retirarem, emitirem, assinarem e endossarem cheques, extratos bancários e comprovantes de pagamentos, efetuarem transferências bancárias, cadastrarem e alterarem senhas".

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 18 DE JUNHO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 013/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº. 039/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018.

Ata de Registro de Preços nº. 013/2018.

Aos Dezenove dias do mês de junho de 2018 (19/06/2018). Às nove hora e trinta minutos(09h30min), na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT, a Exma. Prefeita Municipal A Exma. Prefeita Municipal Sra. JANAILZA TAVEIRA LEITE inscrita no CPF nº. 049.351.084-28, nos termos do inciso II do art. 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal 8.883, de 9 de junho de 1994 e das demais normas legais aplicáveis, e, ainda, pela Lei Federal nº. 10.520, de 17/07/2002, Decretos Municipais, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018**, por deliberação da servidora Meudra Pereira dos Santos, designada como Pregoeira, bem como da Equipe de Apoio, designada pela Portaria nº. 002/ de 02/01/2018, e Decreto Municipal nº. 019/2013 RESOLVEregistrar os preços para Aquisição de Uma Camionete adaptada Ambulância simples remoção, conforme especificação contida no Edital e seus Anexos, do Pregão Presencial em epígrafe, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cuja proposta foi classificada no certame acima numerado, sendo detentora do Item nº 01 a **EMPRESA: BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA – CNPJ Nº 18.093.163/0001-21,** sediada na Rodovia BR 376, Km 188,5 s/nº Jardim Santa Izabel-Marialva-Paraná, representada pelo **Sr. FRANK SIELD SIDNEY BELLAN,** brasileiro, casado, portador do CPF nº 054.975.109-22 e do RG nº 9.551.829-0-SSP/PR, residente e domiciliado à Alameda Franca nº 170, Centro, Marialva-PR. Observadas as condições enunciadas nas Cláusulas que se seguem, assinam a presente Ata.

CLÁUSULA I-DO OBJETO

1.1-Constitui objeto desta licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇO DE UM VEICULO ZERO KM TIPO CAMIONETE ADAPTADA PARA AMBULANCIA MODULO BASICO - TIPO A - SIMPLES REMOÇÃO, PARA UNIDADE POSTO DE SAUDE ESPIGÃO DO LESTE - PS SETOR BAIANOS, RECURSO DE EMENDA PARAMENTAR ESTADUAL, CONFORME PROTOCOLO DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE SOB O Nº 464085/2018."

Item	Descrição Completa	Valor Unit R$	Valor Total R$
1	**Veículo CHEVROLET S-10 4 X 4**, adaptado para ambulância de simples remoção, novo, "0" km, com 1 ano de garantia sem limite de km, ano 2017/2018, potencia mínima 185 CV Transmissão tipo manual 6 velocidades, freios dianteiros a disco e traseiro a tambor, tração 4x4, medidas externas cumprimento superior há 5,370, largura superior há 2,130, entre eixo superior há 3.090, cumprimento interno da ambulância superior há 2.320, tanque de combustível superior há 75 l, direção hidráulica ou elétrica, pneus radiais 245/70 R 16, alternador 140 A, bateria 12V – 70 Ah, capacidade de cargo superior há 1.200 kg, peso em ordem de marcha 1920 kg. DESCRIVO TRANSFORMAÇÃO; Isolamento térmico – acústico; revestimento interno nas laterais e teto em (PRFV) Fibra de vidro; piso antiderrapante de alta resistência em fibra de vidro; Armá-	*160.500,00*	*160.500,00*

	rio frontal interno localizado na região superior em fibra de vidro; iluminação interna em LED 12 v; 02 tomadas internas 2P mais T 110 Vca; 01 farol de embarque instalado sobre a porta traseira; inversor de voltagem 400 Watts 02 Tomada interna 12 Vcc; Sinalização barra com sirene eletrônica e 01 tom; luzes de advertência fixadas nas laterais do veiculo; sendo três em cada lado e 02 na traseira; Maca retrátil de alumínio com colchonete e cintos de segurança; Banco lateral para 02 pessoas com cinto de segurança individual, estofamento de courvin de alta resistência. Com assentamentos e encostos das costas individuais; Suporte para fixação de um cilindro de oxigênio com capacidade de 1 m³/7 litros; régua de Oxigênio de 03 pontas com fluxometro/aspirador/umidificador; rede de oxigênio com válvula e monômetro em local de fácil visualização; Uma janela lateral corrediça com película opaca; Vidros nas duas tampas traseiras com serigrafia e película opaca; Conjunto completo de fechadura, trincos, dois amortecedores sendo um em cada porta; Duas portas traseiras em fibra com abertura lateral de folha dupla; instalação de um ventilador exaustor; Pintura externa na cor do veiculo; instalação de um suporte para soro e plasma fixado no balaustre; Balaústre fixado no teto; reforço fixado no piso, embaixo de todas as rodas da maca em alumínio; Serigrafias padrão ambulância; Cavidade para comunicação com a cabine; Equipamento operacional para gerenciamento de todo o sistema elétrico da ambulância; possibilitando comando interno de dentro da cabine do motorista para o salão do paciente, gerenciando bateria, iluminação interna e externa; sinalização sonora e visual, dispondo de 01 carregador de parede 110x 220V, 01 carregador veicular com cabo USB, excluindo instalação de botões na cabine do motorista para gerenciamento dos componentes elétrico da ambulância COM AR PACIENTE sirene de marcha ré com câmera PRANCHA DE POLITILENO.		

CLÁUSULA II-DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1-A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

2.2- Nos termos do art. 15, § 4º, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a adquirir, exclusivamente por seu intermédio, o veiculo licitado podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, sendo assegurado, no entanto, às detentoras do registro preferência em igualdade de condições.

2.3-Ocorrendo qualquer das hipóteses no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, com alterações que lhe foi impostas pela Lei Federal 8.883/94, a presente Ata de Registro de Preços será cancelada, garantidos, sem que deste fato resulte multa para a Administração.

CLÁUSULA III-DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1-A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.2 - A presente Ata terá validade até dia 19/06/2019, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

3.3 - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA IV-DO PREÇO

4.1-A DETENTORA entregará o serviço objeto da presente contratação com base nos seguintes valores unitários e totais, ofertados e registrados em ata:

DENTENTORA: EMPRESA: BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA – CNPJ Nº 18.093.163/0001-21;

4.2-Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observados os valores, a qualidade do veiculo ofertados pela detentora no PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.1 - O veículos especificados no Termo de Referência e proposta de Preços apresentado devera ser entregue, na cidade de São Félix do Araguaia – MT e livres de quaisquer ônus, no prédio da Sede da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT – CEP: 78.670-000 – à Av. Araguaia n. º 248 - centro.

4.2 - O prazo de entrega, a contar da data de assinatura do contrato ou da entrega da Nota de Empenho, deverá ser no máximo de 60 (sessenta) dias corridos.

CLÁUSULA V-DO PAGAMENTO E DAS RESPONSABILIDADES.

5.1- O pagamento do objeto licitado será efetuado no prazo de ate 30 (trinta) dias (ou a vista conforme determinado na Ordem de Fornecimento) diretamente à adjudicatária, mediante a comprovação do fornecimento e apresentação da Nota Fiscal ao setor competente, devidamente acompanhada dos documentos fiscais atualizados, sem o que não será liberado o pagamento.

5.2-Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

5.3-Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

5.4-Da nota fiscal deverá constar se possível o N° da conta-corrente do licitante, banco, e nº. da agência para fins de pagamento.

CLÁUSULA VI-DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1-As despesas com a aquisição do objeto ora licitado correrão à conta das Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Unidade: 01 – GABINETE DO SECRETARIO

Projeto Atividade: 1.068– AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA SECRETARIA DE SAUDE

Elementos de despesas: 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

SENDO: R$ 125.000,00= RECURSO ESTADUAL

R$ 35.500,00= RECURSO DE CONTRAPARTIDA MUNICIPAL

2-O empenho de dotações orçamentárias suplementares, ou dotações referentes ao próximo exercício, não caracteriza sua alteração contratual, podendo ser registrada por simples apostila dispensando a celebração de aditamento consoante faculdade incerta no art. 65 § 8º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VII-DAS PENALIDADES

7.1-Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste instrumento, a CONTRATADA, poderá, sem prejuízo do cancelamento e das responsabilidades penal e civil aplicar o disposto no art. 7º da Lei 10. 520/02, além das demais cominações legais cabíveis.

7.2-Ficam estabelecidas as seguintes sanções:

7.2.1-Advertência;

7.2.3-Suspensão dos pagamentos, até a regularização dos fatos geradores das penalidades;

7.2.4-O prazo para apresentação da defesa prévia das penalidades aplicadas será de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

7.3-Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

7.3.1- 0,33% por horas, até o 5 horas de atraso na entrega dos serviços;

7.3.2- 10% sobre o valor do empenho, no caso de atraso superior a 10 horas;

7.3.3- 30% sobre o valor do empenho no caso da adjudicatária injustificadamente desistir do fornecimento ou causar a sua rescisão;

7.4-O valor das multas aplicadas deverá ser descontado dos pagamentos devidos, sendo automaticamente suspensos ou por vir e, caso sejam estes insuficientes, a diferença deverá ser paga pela Empresa por meio de guia emitida pela Prefeitura, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

7.5- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste contrato.

7.6-As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente.

7.7-Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, no que couber, às demais penalidades referidas no Capitulo IV da Lei nº. 8. 666/93.

7.8-Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração Municipal, em relação a um dos eventos arrolados na condição a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

CLÁUSULA VIII-DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1-A inexecução total ou parcial na entrega do objeto ensejará no cancelamento da presente Ata, bem como nos casos previstos no art.78 e 79 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, sem que desse fato decorra multa para a Administração.

CLÁUSULA IX-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1-Integram esta Ata, como se nela estivessem transcritos, o Edital do Pregão nº. 021/2018, seus anexos, proposta da (s) empresa (s) retro qualificada (s), classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

9.2-Fica eleito o foro, da Comarca de São Félix do Araguaia - MT, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

9.3-Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 10. 520/2002, Decreto Federal nº 3.931, de 19/09/2001, Decreto Municipal nº. 019/2013 e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

São Félix do Araguaia - MT, 19 de junho de 2018.

MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

GERENCIADORA DA ATA

BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA

CNPJ Nº 18.093.163/0001-21

FRANK SIELD SIDNEY BELLAN

CPF nº 054.975.109-22

RG nº 9.551.829-0-SSP/PR

Detentora

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2018

SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos licitantes e da sociedade, o resultado do Pregão Presencial 021/2018, OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM VEICULO ZERO KM, TIPO CAMIONETE, ADAPTADA PARA AMBULANCIA MODULO BASICO - TIPO A - SIMPLES REMOÇÃO, PARA UNIDADE POSTO DE SAUDE ESPIGÃO DO LESTE - PS SETOR BAIANOS, em consonância à proposta do RECURSO DE EMENDA PARAMENTAR ESTADUAL, CONFORME PROTOCOLO DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE SOB O Nº 464085/20" Portanto sagrou - se vencedora do certame a Empresa: **BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA,** inscrito no CNPJ sob o nº 18.093. 163/0001-21. Valor Global: R$ 160.500,00(cento e sessenta mil e quinhentos reais).Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço retro mencionado ou pelo Tel.: (66)3522-1606 ramal 35.

São Félix do Araguaia - MT, 19 de junho de 2018.

Meudra Pereira dos Santos

Pregoeira

Port. 002/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2018

SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve **Homologar**, com fundamento no Decreto Municipal nº 19/ 13, de 14 de Março de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Município de São Félix do Araguaia - MT, o procedimento licitatório, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2018, que tem por objeto: Contratação de empresa para Registro de Preços, para futura e eventual: AQUISIÇÃO DE UM VEICULO ZERO KM, TIPO CAMIONETE, ADAPTADA PARA AMBULANCIA MODULO BASICO - TIPO A - SIMPLES REMOÇÃO, PARA UNIDADE POSTO DE SAUDE ESPIGÃO DO LESTE - PS SETOR BAIANOS, em consonância à proposta do RECURSO DE EMENDA PARAMENTAR ESTADUAL, CONFORME PROTOCOLO DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE SOB O Nº 464085/20". Conforme necessidade da Administração Municipal, ou, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços observado às características e demais condições definidas na proposta de preços, edital e seus anexos.

Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT, aos 20 de junho de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°013/2018

Processo Licitatório n.º 039/2018, **Pregão Presencial** nº021/2018. **Objeto: Contratação de empresa para Registro de Preços, para futura e eventual: Aquisição de uma Camionete Marca Chevrolet S-10 4X4, adaptado para ambulância de simples remoção, novo, Km, com 01 ano de garantia sem limite de km, ano 2017/2018, potencia 185 e demais especificações conforme proposta comercial anexo ao processo.** Portanto Sagrou-se vencedora do Item I Empresa: **BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA,** inscrito no CNPJ sob o nº 18.093. 163/0001-21. Valor Global: R$ 160.500,00(cento e sessenta mil e quinhentos reais) **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93. A ata com o valor licitado ofertado pela licitante vencedora do certame e demais especificações encontrar-se disponibilizada para consulta, nesta Prefeitura.

São Félix do Araguaia – MT, 19 de junho de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO Nº 057/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018

PROCESSO Nº 039/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE UM VEICULO ZERO KM, CAMIONETE MARCA CHEVOLET 4X4 ANO E MODELO 2017/2018, ADAPTADA PARA AMBULANCIA MODULO BASICO - TIPO A - SIMPLES REMOÇÃO, PARA UNIDADE POSTO DE SAUDE ESPIGÃO DO LESTE - PS SETOR BAIANOS, em consonância à proposta do RECURSO DE EMENDA PARAMENTAR ESTADUAL, CONFORME PROTOCOLO DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE SOB O Nº 464085/20", Sagrou-se vencedora do Item I Empresa: Contratada: **BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 18.093.163/0001-21.**

"VALOR GLOBAL **R$ 160.500,00(cento e sessenta mil e quinhentos reais)**

Período 20/06/2018 a 20/06/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

CONTRATO N. 012/2018

PROCESSO LICITATÓRIO nº 020/2018

DISPENSA DE LICITIAÇÃO Nº 005/2018

OBJETO: **PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 012/2018, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR INSTALAÇÕES ELETRICAS DA ILUMINAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DA PRAÇA D NO SETOR JARDIM ZUMBI DE ACORDO O PARECER DE REPROGRAMAÇÃO OGU nº SIAPF/SIGF 0329288-23/2010 Nº SINCOV 039832/2010, conforme Projeto e Planilha de Quantitativo de Preços da Obra,** nos mesmos moldes originários, conforme art. 57, §1º, II, da Lei 8.666/93. FIRMADO EM: 07/05/2018. PRAZO DE PRORROGAÇÃO: 12/05/2018 a 12/12/2018. VALOR: O valor do contrato original fica inalterado**.** FAVORECIDA: **NOVAIS & MARÇAL NOVAIS LTDA - ME, CNPJ Nº 09.146.524/0001-6**. FUNDAMENTO LEGAL: **Artigo 57, § 1º, II, da Lei 8.666/93**.

São Félix do Araguaia - MT, 07 de maio de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0023/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2018

Aos doze dias do mês de junho de 2018, de um lado o MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA,ESTADO DE MATO GROSSO, com sede na Avenida Araguaia nº 248,Centro nesta cidade, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.918.869/0001-08, neste ato, representada pela Prefeita Municipal, Sra. JANAILZA TAVEIRA LEITE brasileira, advogada, portadora do R.G. n.º SSP/XX e inscrita no CPF nº , residente e domiciliada na , bairro nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, adjudicado em **12/06/2018,** doravante denominada FORNECEDORES, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO (MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, AMBULAROTIAS E ODONTOLÓGICOS) PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E ANEXOS**., de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Empresas: **ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME**, CNPJ 02.192.932/0001-09, com sede a 'Rua Piqui, n º 71 Bairro Poção – CEP 78015-565 Cuiabá - MT; (65)36233468 ou 3623-3760; **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME,** CNPJ 03.250.803/0001-92, com sede a Rua professor Joao Félix, nº 635 Sala 07- Bairro Lixeira CEP 78008-435 Cuiabá – MT Tel. (65)3614-2144; **RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME;** CNPJ 12.313.826/0001-90, localizada A Avenida Antônio Fidelis nº 1156 Qd. 156 LT 08 Parque Amazônia, Goiânia – GO CEP 74.840-090 Tel. (62)3086-6453; **CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALAR LTDA – ME,** CNPJ 05.443.348/0001-77, com sede a Segunda Radial nº 363 Setor Pedro Ludovico, Cep 74.820-090 Goiânia – GO Tel. (62) 3241-8277.

LOTE: 1

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

1 ABAIXADOR DE LÍNGUA (ESPÁTULA) MADEIRA - Marca: TALGE UN 32.400,00 0,0595 1.928,00

1.928,00

LOTE: 2

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

2 ABOCAT Nº 14 - Marca: LABOR IMPORT UN 800,00 1,1565 925,20

3 ABOCAT Nº 16 - Marca: LABOR IMPORT UN 800,00 1,1562 924,96

4 ABOCAT Nº 18 - Marca: LABOR IMPORT UN 800,00 1,1562 924,96

5 ABOCAT Nº 20 - Marca: LABOR IMPORT UN 800,00 1,1562 924,96

6 ABOCAT Nº 22 - Marca: LABOR IMPORT UN 800,00 1,1562 924,96

7 ABOCAT Nº 24 - Marca: LABOR IMPORT UN 800,00 1,1562 924,96

5.550,00

LOTE: 3

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

8 ACIDO ACETICO GLACIAL LIQUIDO FRASCO 1000 ML - Marca: LAFAN FR 2,00 45,6954 91,39

9 ACIDO FOSFORICO 37% (CONDICIONADOR ACIDO GEL) - Marca: MAQUIRA PCT 60,00 4,6882 281,29

10 ÁCIDO ÚRICO (SISTEMA ENZIMÁTICO)REAGENTE 2=2X20ML PADRÃO 1X3 - MARCA: DOLES KT 96,00 87,7846 8.427,32

8.800,00

LOTE: 4

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

11 ADESIVO HIPOALÉRGICO CX COM 490 UN - Marca: CRAL CX 36,00 17,4619 628,63

12 ADESIVO SINGLE BOND - Marca: 3M UNI 20,00 158,0683 3.161,37

3.790,00

LOTE: 5

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

13 AGUA DESTILADA 10 ML - MARCA: EQUIPLEX AMP 15.000,00 0,28 4.200,00

14 ÁGUA DESTILADA 20 ML, AMPOLA - MARCA: EQUIPLEX AMP 10.000,00 0,15 1.500,00

15 AGUA OXIGENADA 3% - 10 VOLUMES 1LT - Marca: FBM FR 15,00 3,23 48,45

5.748,45

LOTE: 6

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

16 AGULHA 1,20 X 40 - Marca: SOLIDOR UN 20.000,00 0,1281 2.561,30

17 AGULHA 0,45 X 13 - Marca: SOLIDOR UN 12.000,00 0,0853 1.023,60

18 AGULHA 0,55 X 20 - Marca: SOLIDOR UN 8.000,00 0,1279 1.023,20

19 AGULHA 0,70 X 25 - Marca: SOLIDOR UN 20.000,00 0,1279 2.558,00

20 AGULHA 0,80 X 25 - Marca: SOLIDOR UN 20.000,00 0,1279 2.558,00

21 AGULHA GENGIVAL CURTA - Marca: SOLIDOR CX 20,00 48,1585 963,17

22 AGULHA GENGIVAL EXTRA CURTA - Marca: SOLIDOR CX 10,00 58,2877 582,88

23 AGULHAS 13X0,45 MM CX COM 100 UNIDADES - Marca: SOLIDOR CX 4,00 7,4637 29,85

11.300,00

LOTE: 7

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

24 ALBUMINA BOVINA 22%: FRASCO 10 ML - MARCA: FRESENIUS FR 6,00 39,6667 238,00

238,00

LOTE: 8

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

25 ALCOOL 70% 1 L GEL - Marca: ITAJÁ LT 1.072,00 9,86 10.569,92

26 ALCOOL 70% FRASCO COM 1000ML - Marca: CRUZEIRO UN 3.072,00 4,63 14.223,36

27 ALCOOL 92,8 % 1L - Marca: CELESTE UN 2.000,00 5,86 11.720,00

28 ÁLCOOL ÁCIDO 1 %FRASCO 500 ML - Marca: NEWPROV FR 48,00 36,20 1.737,60

29 ÁLCOOL ÁCIDO 3%FRASCO 500 ML - Marca: NEWPROV FR 48,00 38,60 1.852,80

30 ALCOOL EM GEL EUCALIPTO 500g 65º INPM - Marca: ITAJÁ LT 72,00 8,96 645,12

31 ALCOOL METILICO FRASCO 100 ML - Marca: NEWPROV' FR 48,00 41,63 1.998,24

42.747,04

LOTE: 9

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

32 ALGODÃO HIDRÓFILO 500 G, PRENSADO EM CAMADAS CONTINUAS. - Marca: NEVOA PCT 48,00 14,801 710,45

33 ALGODÃO HIDRÓFILO ROLO COM 500 GRAMAS - Marca: NEVOA RL 500,00 15,3926 7.696,30

34 ALMOTOLIA OPACA 250 ML... - Marca: HITOPLAST UNI 300,00 5,0785 1.523,55

35 ALMOTOLIAS 500 ML OPACA - Marca: HITOPLAST UN 124,00 5,7815 716,91

36 ALMOTOLIAS 500 ML TRANSPARENTE - Marca: HITOPLAST UN 24,00 5,7815 138,76

333 ROLETES DE ALGODÃO, PACOTE 100 UN - Marca: SSPLUS PCT 1.000,00 2,8121 2.812,10

334 ROLO DE ALGODÃO HIDROFILO 500G, PRENSADO, HOMOGÊNIO, MACIO, COM BOA ABSORÇÃO DE LÍQUIDOS E SECREÇÕES, SEM GRUMOS OU IMPUREZAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 4 CM DE COMPRIMENTO E 10 MM DE DIÂMETRO. EMBALAGEM EM PACOTES CONTENDO 100 ROLETES. - MARCA: NEVOA PCT 140,00 13,2281 1.851,93

15.450,00

LOTE: 10

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

37 AMILASE (ENSAIO COLORIMETRICO) SUBSTRATO 3X20ML - MARCA: DOLES KT 36,00 75,00 2.700,00

2.700,00

LOTE: 11

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

38 ANESTÉSICO - CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 3% 1 100.000 CAIXA COM 50 UNIDADES - Marca: CRISTALIA CX 30,00 119,3887 3.581,66

39 ANESTESICO MEPIVACAINA SEM VASO CONSTRITOR 2% - Marca: DLA CX 20,00 221,3665 4.427,33

40 ANESTÉSICO TÓPICO 200 mg EMBALAGEM COM 12 GRAMAS COM SABORES DIVERSOS. - Marca: DFL UN 18,00 16,1672 291,01

8.300,00

LOTE: 12

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

41 ANTI-A MONOCLONAL PARA TESTE EM LAMINA OU TUBO FRASCO 10 ML - Marca: FRESENIUS FR 48,00 65,3095 3.134,86

42 ANTI-B MONOCLONAL PARA TESTE EM LAMINA OU TUBO FRASCO DE 10 - Marca: FRESENIUS FR 48,00 65,3095 3.134,86

43 ANTI-B MONOCLONAL PARA TESTE EM LAMINA OU TUBO FRASCO DE 10 - Marca: FRESENIUS FR 48,00 65,3095 3.134,86

44 ANTICOAGULANTE EDTA 10/ML FRASCO DE 20ML - Marca: RENYLAB FR 72,00 64,0631 4.612,54

45 ANTICOAGULANTE FLUORETO PARA GLICEMIA FRASCO DE 20 ML - Marca: DOLES FR 72,00 64,0631 4.612,54

46 ANTICOAGULANTE PROTROMBINA - 2O ml - Marca: DOLES FR 6,00 64,0631 384,38

47 ANTI-D IgG+IGM MONOCLONAL PARA TESTE EM LAMINA OU TUBO FRASCO - Marca: FRESENIUS FR 48,00 128,8741 6.185,96

25.200,00

LOTE: 13

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

51 ASLO (SUSPENSÃO DE LÁTEX ASLO:1X2,5ML) COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9001 - Marca: DOLES KT 72,00 95,5556 6.880,00

6.880,00

LOTE: 14

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

54 ATADURA DE ALGODÃO 10 CM - Marca: NEVE UN 2.000,00 0,9778 1.955,60

55 ATADURA DE ALGODÃO 15 CM - Marca: NEVE UN 2.000,00 1,4464 2.892,80

56 ATADURA DE ALGODÃO 20 CM - Marca: NEVE UN 2.000,00 1,9251 3.850,20

57 ATADURA DE CREP E 10 CM X 3 M - Marca: TEXCARE UN 8.000,00 0,6284 5.027,20

58 ATADURA DE CREPE 15 CM X 3 M - Marca: TEXCARE UN 8.000,00 0,8578 6.862,40

59 ATADURA DE CREPE 20 CM X 3 M - Marca: TEXCARE UNI 8.000,00 1,1471 9.176,80

60 ATADURA GESSADA 10 CM - Marca: POLARFIX UN 2.000,00 2,6334 5.266,80

61 ATADURA GESSADA 15 CM - Marca: POLARFIX UN 2.000,00 3,9101 7.820,20

62 ATADURA GESSADA 20 CM - Marca: POLARFIX UN 2.000,00 6,324 12.648,00

55.500,00

LOTE: 15

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

63 AVENTAL DESCARTÁVEL MANGA LONGA - Marca: MAXDESCART UN 1.000,00 2,07 2.070,00

2.070,00

LOTE: 16

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

64 AZUL DE METILENO FRASCO 500 ML PRONTO P/ USO - Marca: NEW PROV FR 48,00 60,56 2.906,88

2.906,88

LOTE: 17

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

65 BANDA MATRIZ DE AÇO INOX - 5MM - Marca: MAQUIRA UN 20,00 4,90 98,00

66 BANDA MATRIZ DE AÇO INOX - 7MM - Marca: MAQUIRA UN 10,00 4,90 49,00

147,00

LOTE: 18

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

67 BATERIA P/ APARELHO DE GLICEMIA (CR2032 3V) - Marca: POWER UN 100,00 3,82 382,00

382,00

LOTE: 19

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

68 BHCG TESTE IMONOCROMATOGRAFICO PARA DETECÇÃO DE HCG EM SORO OU URINA CUJA CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE HCG SEJA 25 U.I.L (3º PADRÃO INTERNACIONAL 75/537-ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE -WHO) KIT COM 25 TESTES. CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9001. - Marca: BIOCON KT 60,00 76,6667 4.600,00

4.600,00

LOTE: 20

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

69 BILIRRUBINA E PADRÃO DA MESMA MARCA (MÉTODO COLORIMÉTRICO) - MARCA: DOLES KT 36,00 97,1111 3.496,00

3.496,00

LOTE: 21

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

70 BISTURI DESCARTÁVEL Nº15 AÇO INOXESTÉRIL,ATÓXICOAPIROGÊNICO - MARCA: WITEX UN 48,00 14,6133 701,44

85 CABO DE BISTURI NUMERO 3 - MARCA: WELDON UN 24,00 5,8453 140,29

86 CABO PARA BISTURI Nº 4 - MARCA: GOLGRAN UN 24,00 5,9697 143,27

985,00

LOTE: 22

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

71 BOLSA COLETORA DE COLOSTOMIA C/ ADESIVO (COLOPLAST) - MARCA: CAZES UN 200,00 30,5631 6.112,62

72 BOLSA COLETORA PARA URINA SISTEMA FECHADO - MARCA: WILTEX UN 1.000,00 3,8713 3.871,30

73 BOLSA EXTRANEAL (ICODEXTRINA) 7,5% - MARCA: VSP UNI 400,00 57,7302 23.092,08

74 BOLSA PARA COLETA DE SANGUE DE HP CPDA-1 (DUPLA LINK) - MARCA: JP UN 800,00 43,4675 34.774,00

67.850,00

LOTE: 23

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

75 BROCA CIRURGICA Nº 701 HASTE LONGA - MARCA: KAVO UN 15,00 25,1653 377,48

76 BROCA CIRURGICA Nº 702 HASTE LONGA - MARCA: KAVO UN 15,00 6,9532 104,30

77 BROCA PARA BAIXA ROTAÇÃO DISCO DE LIXA PARA POLIMENTO - MARCA: KAVO UN 15,00 32,4483 486,72

78 BROCAS PARA ALTA ROTAÇÃO 3168 F - MARCA: MICRODONT UN 15,00 2,4502 36,75

79 BROCAS PONTA ADIAMANTADA N. 1035 - MARCA: PAVO UN 15,00 2,4502 36,75

80 BROCAS PONTA ADIAMANTADA Nº 1011 - MARCA: MICRODONT UN 15,00 2,4502 36,75

81 BROCAS PONTA ADIAMANTADA Nº 1012 - MARCA: MICRODONT UN 15,00 2,4502 36,75

82 BROCAS PONTA ADIAMANTADA Nº 1034 - MARCA: MICRODONT UN 15,00 2,4502 36,75

83 BROCAS PONTA DIAMANTADA Nº 1014 - MARCA: MICRODONT UN 15,00 2,4502 36,75

1.189,00

LOTE: 24

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

84 BRUCELOSE (ANTÍGENO ROSA BENGALA) - MARCA: LABORCLIN KT 24,00 79,1667 1.900,00

1.900,00

LOTE: 25

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

87 CAIXA COLETORA DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 13L - MARCA: DESCARBOX UN 2.000,00 5,4836 10.967,13

88 CAIXA COLETORA DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 5L - MARCA: DESCARBOX UN 1.000,00 3,4594 3.459,40

89 CAIXA COLETORA DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 7L - MARCA: DESCARBOX UN 2.000,00 4,2322 8.464,40

118 COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE CX 13 LITROS - MARCA: DESCARBOX CX 72,00 6,376 459,07

23.350,00

LOTE: 26

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

90 CAIXA PORTA-LAMINAS C/ 3DIVISÓRIAS, C/ TAMPA, DIMENSÕES 8,5X3,2X1,5 CM. - MARCA: CRAL UN 4.000,00 0,50 2.000,00

2.000,00

LOTE: 27

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

91 CAIXAS LUVAS DE PROC. COM TALCO 100 UNID. TAMANHO M - MARCA: NUGARD CX 96,00 27,0833 2.600,00

92 CAIXAS LUVAS DE PROCEDIMENTO COM TALCO 100 UNID. TAMANHO P - MARCA: NUGARD CX 96,00 27,0833 2.600,00

5.200,00

LOTE: 28

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

93 CALCIO (COLORIMETRICO CRESOLFTALEINA) - MARCA: GOLD ANALISA KT 48,00 81,5625 3.915,00

3.915,00

LOTE: 29

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

94 CÁLICE DE SEDIMENTAÇAO DE VIDRO CAPACIDADE 125 ML MATERIAL: VIDRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HOFFMAN EM VIDRO COM BASE EM CILINDRICA SEM GRADUAÇÃO, RESISTENTE A AUTOCLAVAÇÃO ,COM FUNDO CÔNICO. - MARCA: MICRON UNI 40,00 157,50 6.300,00

6.300,00

LOTE: 30

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

95 CÂNULA DE GUEDEL Nº 0 - MARCA: PROTEC UN 50,00 4,6912 234,56

96 CÂNULA DE GUEDEL Nº 01 - MARCA: PROTEC UN 50,00 4,6916 234,58

97 CÂNULA DE GUEDEL Nº 02 - MARCA: PROTEC UN 50,00 4,6916 234,58

98 CÂNULA DE GUEDEL Nº 03 - MARCA: PROTEC UN 50,00 5,3313 266,57

99 CÂNULA DE GUEDEL Nº 04 - MARCA: PROTEC UN 50,00 5,3313 266,57

100 CÂNULA DE GUEDEL Nº 05 - MARCA: PROTEC UN 50,00 5,3313 266,57

101 CÂNULA DE GUEDEL Nº 06 - MARCA: PROTEC UN 50,00 5,3313 266,57

1.770,00

LOTE: 31

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

102 CATETER TIPO OCULOS ADULTO P/ OXIGÊNIO C/ CANULA NASAL, NARINAS ANATÔMICAS EM PVC MACIO - MARCA: MEDSONDA UN 600,00 1,8701 1.122,03

103 CATETER TIPO OCULOS INFANTIL P/ OXIGÊNIO C/ CANULA NASAL, NARINAS ANATÔMICAS EM PVC MACIO - MARCA: MEDSONDA UN 600,00 1,3527 811,62

104 CATETER TIPO OCULOS NEONATAL P/ OXIGÊNIO C/ CANULA NASAL, NARINAS ANATÔMICAS EM PVC MACIO - MARCA: MEDSONDA UN 500,00 1,3527 676,35

2.610,00

LOTE: 32

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

105 CEFALINA ATIVADA TTPA 150 TESTES - MARCA: WINER KT 6,00 250,00 1.500,00

1.500,00

LOTE: 33

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

106 CHAGAS: TESTE IMUNOCROMATOGRÁFICO QUALITATIVO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS CONTRA O T. CRUZI EM AMOSTRAS DE SORO, PLASMA OU SANGUE HUMANO. CX COM 20 TESTES. - MARCA: BIOEASI KT 12,00 945,8333 11.350,00

11.350,00

LOTE: 34

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

107 CIMENTO DE HIDROXIDO DE CALCIO FOTOPOLIMERIZAVEL - MARCA: TECHNEW UN 10,00 29,00 290,00

290,00

LOTE: 35

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

108 CLOREXIDINA ALCOOLICA 0,5% LITRO - MARCA: REYMER LT 200,00 18,057 3.611,40

109 CLOREXIDINA AQUOSA 0,2% LITRO - MARCA: RIOQUIMICA LT 200,00 12,6697 2.533,94

110 CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% LITRO - MARCA: RIOQUIMICA LT 200,00 41,2733 8.254,66

14.400,00

LOTE: 36

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

111 COAGULATION CALIBRADOR 5X1 ML - MARCA: GOLD ANALISA KT 6,00 65,00 390,00

390,00

LOTE: 37

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

112 COLAR CERVICAL ADULTO ESPUMA - MARCA: MSO UN 100,00 13,2589 1.325,89

113 COLAR CERVICAL FILADELFIA ADULTO - MARCA: ORTOCENTER UN 10,00 92,0759 920,76

114 COLAR CERVICAL FILADELFIA INFANTIL - MARCA: ORTOCENTER UN 10,00 92,0759 920,76

115 COLAR CERVICAL INFANTIL ESPUMA - MARCA: MSO UN 10,00 13,2589 132,59

3.300,00

LOTE: 38

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

116 COLESTEROL (DETERMINAÇÃO ENZIMÁTICA), REAGENTE DE COR 2X100M - MARCA: GOLD ANALISA KT 240,00 105,6258 25.350,19

117 COLESTEROL HDL (MESMA MARCA DO COLESTEROL DETERMINAÇÃO ENZIM - MARCA: GOLD ANALISA KT 360,00 29,5828 10.649,81

36.000,00

LOTE: 39

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

119 COLETOR INFANTIL UNISSEX PACOTE COM 10 UNIDADES CADA - MARCA: MEDSONDA PCT 120,00 4,3433 521,20

120 COLETOR UNIVERSAL COM CONSERVANTE (MIF) - MARCA: COPUS UN 20.000,00 1,2759 25.518,00

121 COLETOR UNIVERSAL FEZES/URINA FRASCO TRANSPARENTE COM TAMPA DE ROSCA CAPACIDADE PARA 80ML - MARCA: J.PROLAB FR 36.000,00 0,4253 15.310,80

41.350,00

LOTE: 40

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

122 COMPRESSA CAMPO OPERATÓRIO 23CMX25CM PCTE C/ 50 UNIDADES - MARCA: TEXCARE PCT 500,00 62,9898 31.494,89

123 COMPRESSA DE GAZE ALGODONADA ESTÉRIL 10CMX15CM PACOTE - MARCA: AMERICA PCT 1.000,00 1,2998 1.299,80

124 COMPRESSAS CIRURGICAS DE GAZE HIDROFILA 13 FIOS, 8 CAMADAS E 5 DOBRAS PACOTE COM 500 COMPRESSAS 7,5CM DE COMPRIMENTO 100% ALGODÃO NÃO ESTERIL - MARCA: TEXCARE PCT 10.120,00 27,8859 282.205,31

315.000,00

LOTE: 41

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

125 CONTROLE RH MONOCLONAL PARA TESTE EM LAMINA OU TUBO FRASCO 1 - MARCA: FRESENIUS UN 24,00 65,00 1.560,00

1.560,00

LOTE: 42

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

126 COTONETE CAIXA 50 UNIDADE - MARCA: SOFT COTON CX 30,00 8,2667 248,00

248,00

LOTE: 43

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

127 CREATININA METODO PICRATO ALCALINO DOLES REFERENCIA B (REAGENTE TÚGSTICO 30 ML) - MARCA: DOLES UNI 120,00 114,965 13.795,80

128 CREATININA (MÉTODO PICRATO ALCALINO) - KIT PARA ATÉ 100 TESTES 1- PADRÃO - CONTÉM CREATININA 4,0 MG/DL. 2- ÁCIDO PÍCRICO - CONTÉM ÁCIDO PÍCRICO 44,4 MMOL/L. 3- TAMPÃO ALCALINO - CONTÉM HIDRÓXIDO DE SÓDIO 208 MMOL/L, TETRABORATO DE SÓDIO 12,7MMOL/LE SURFACTANTE. 4- ACIDIFICANTE - CONTÉM ÁCIDO ACÉTICO 11,4 MOL/L. COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9001 - MARCA: DOLES KT 96,00 76,0854 7.304,20

21.100,00

LOTE: 45

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

129 CUBETAS PARA ESPECTROFOTOMETROANALYSER 800S - MARCA: OLEN UN 12,00 163,00 1.956,00

1.956,00

LOTE: 46

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

130 CUNHA DE MADEIRA CX COM 100 UNIDADES - MARCA: PHARMAINOX PCT 10,00 13,50 135,00

135,00

LOTE: 47

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

131 CURATIVO HIDROCOLÓIDE 10X10 CM - MARCA: CASEX UN 50,00 12,07 603,50

132 CURATIVO HIDROCOLÓIDE 20X20 CM - MARCA: CASEX UN 50,00 34,81 1.740,50

133 CURATIVO STOPPER FITA BEGE (APÓS COLETA DE SANGUE) - MARCA: BLOOD STOP UN 3.000,00 0,05 150,00

2.494,00

LOTE: 48

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

134 CURETAS GRACEY - MARCA: TRINKS UN 10,00 12,8807 128,81

135 CURETAS PARA DENTISTA Nº 05 - MARCA: SSWHITE UN 10,00 65,1193 651,19

780,00

LOTE: 49

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

136 DEDEIRAS LÁTEX DESCARTÁVEIS - MARCA: SANTA CLARA UN 60,00 0,63 37,80

37,80

LOTE: 50

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

137 DENGUE: KIT MÉTODO IMUNOCROMATOGRÁFICO RÁPIDO PARA DETERMINAR ANTÍGENO NS1 E DETERMINAÇÃO DE IGG E IGM ANTIVÍRUS DA DENGUE. KIT 20 T - MARCA: WAMA KT 72,00 544,4444 39.200,00

39.200,00

LOTE: 51

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

138 DETERGENTE ENZIMÁTICO FRASCO COM 500ML - MARCA: PODEROSO FR 20,00 37,23 744,60

139 DETERGENTE MULTIENZIMATICO PARA LIMPEZA DE MATERIAIS CIRÚRGICOS FRASCO COM 1000 ML - MARCA: PODEROSO FR 20,00 29,76 595,20

1.339,80

LOTE: 52

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

140 DEXTROSE LIQUIDA 75MG PARA DET. CURVA GLICÊMICA FRASCO - MARCA: LABOR IMPORT FR 120,00 8,90 1.068,00

1.068,00

LOTE: 53

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

141 DILUENTE APARELHO HEMATOLOGICO CELM CC-550 - MARCA: CELM FR 12,00 96,00 1.152,00

1.152,00

LOTE: 54

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

144 DRENO PARA TORAX Nº 22 COM RESERVATORIO EM PVC RIGIDO COM EXTENSÃO + CONECTOR RIGIDE DRENO TORACICO O

EM PVC SILICONIZADO - MARCA: WALTER SEAL UN 50,00 48,9332 2.446,66

145 DRENO PARA TORAX Nº 24 COM RESERVATORIO EM PVC RIGIDO COM EXTENSÃO + CONECTOR RIGIDE DRENO TORACICO O EM PVC SILICONIZADO - MARCA: WALTER SEAL UN 50,00 48,9333 2.446,67

146 DRENO PARA TORAX Nº 28 COM RESERVATORIO EM PVC RIGIDO COM EXTENSÃO + CONECTOR RIGIDE DRENO TORACICO O EM PVC SILICONIZADO - MARCA: WALTER SEAL UN 50,00 48,9333 2.446,67

7.340,00

LOTE: 55

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

147 EMBALAGEM PLASTICA COM ADESIVO PARA AUTOCLAVE - MARCA: HOSPFLEX PCT 30,00 68,30 2.049,00

2.049,00

LOTE: 56

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

148 EMBALAGEM PLASTICA PARA ESTERILIZAÇÃO 10MMX100MT - MARCA: HOSPFLEX RL 20,00 68,2796 1.365,59

149 EMBALAGEM PLÁSTICA PARA ESTERILIZAÇÃO 200MMX100M - MARCA: HOSPFLEX RL 20,00 135,2204 2.704,41

4.070,00

LOTE: 57

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

150 EQUIPO MACRO RIGIDO C/ INJ Nº 27 - MARCA: TKL UN 2.000,00 1,7513 3.502,60

151 EQUIPO MACROGOTAS C/ INJETOR LATERAL - MARCA: TKL UN 8.000,00 1,7514 14.011,20

152 EQUIPO MICROGOTAS - MARCA: COMPOJET UN 2.000,00 2,3044 4.608,80

153 EQUIPO NUTRIÇÃO ENTERAL FLEX - MARCA: MEDSONDA UN 500,00 2,4888 1.244,40

23.367,00

LOTE: 58

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

154 ESCOVA COLETORA PARA CCU EMBALAGEM COM 01 UNIDADE - MARCA: CRAL UN 5.000,00 0,538 2.690,00

2.690,00

LOTE: 60

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

155 ESCOVA DE LIMPAR TUBO DE ENSAIO GRANDE 15X100MM - MARCA: REI UN 12,00 8,9583 107,50

156 ESCOVA DE LIMPAR TUBO DE ENSAIO PEQUENA 12X75 MM - MARCA: REI UN 12,00 8,9583 107,50

215,00

LOTE: 61

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

157 ESCOVA DE ROBSON- CABEÇA ROMBA - MARCA: PREVEN UN 40,00 2,95 118,00

118,00

LOTE: 62

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

158 ESFIGNOMANOMETRO + ESTETOSCOPIO ADULTO APARELHO COMPLETO DE AFERIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL OBS:CO FECHO DE BOTOM DE AÇO - MARCA: LAMEDID UN 30,00 136,3333 4.090,00

159 ESFIGNOMANOMETRO + ESTETOSCOPIO INFANTIL APARELHO COMPLETO DE AFERIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL OBS: COM FECHO DE BOTOM DE AÇO - MARCA: PAMED UN 30,00 136,3333 4.090,00

8.180,00

LOTE: 63

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

160 ESPARADRAPO TAM. GRANDE - MARCA: MISSNER UN 12,00 9,975 119,70

161 ESPARADRAPO ANTI-ALERGICO (10CMX4,5 METROS) - MARCA: MISSNER UNI 3.000,00 7,9956 23.986,80

162 ESPARADRAPOCOMUM (10CMX4,5 METROS) - MARCA: MISSNER UN 3.000,00 9,9945 29.983,50

54.090,00

LOTE: 64

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

163 ESPATULA DE AYRE - MARCA: LABOR IMPORT UN 2.000,00 0,085 170,00

170,00

LOTE: 65

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

164 ESPÉCULO DESCARTÁVEL PVC C/LUBRIFICANTE ESTÉRIL GRANDE - MARCA: ADLIN UN 2.000,00 2,2309 4.461,80

165 ESPÉCULO DESCARTÁVEL PVC C/LUBRIFICANTE ESTÉRIL MÉDIO - MARCA: ADLIN UN 2.000,00 2,2309 4.461,80

166 ESPÉCULO DESCARTÁVEL PVC C/LUBRIFICANTE ESTÉRIL PEQUENO - MARCA: ADLIN UN 2.000,00 1,9632 3.926,40

12.850,00

LOTE: 66

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

167 ESPELHO CLINICO Nº05 - MARCA: BARASH UN 10,00 3,81 38,10

38,10

LOTE: 67

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

168 ETER ALCOOLIZADO LICOR DE HOFFMAN 500ML - MARCA: CELESTE FR 6,00 96,6667 580,00

580,00

LOTE: 68

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

169 FATOR REUMATÓIDE (SUSPENSÃO DE LATEX FR:1X2,5ML) - COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ISSO 9001. - MARCA: GOLD ANALISA KT 72,00 44,44 3.199,68

3.199,68

LOTE: 69

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

170 FERRO (COLORIMETRICO-FERROZINA) - MARCA: DOLES KT 48,00 114,1667 5.480,00

5.480,00

LOTE: 70

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

171 FIBRINOGENIO 100 DETERMINAÇÕES - MARCA: WIENER KT 8,00 787,50 6.300,00

6.300,00

LOTE: 71

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

172 FILME PARA RX 13 X 18 CX.C/ 100 - MARCA: FUJI CX 30,00 103,86 3.115,80

173 FILME PARA RX 18 X 24CX.C/ 100 - MARCA: FUJI CX 30,00 191,74 5.752,20

174 FILME PARA RX 24X30 CX.C/ 100 - MARCA: FUJI CX 35,00 319,57 11.184,95

175 FILME PARA RX 30X40 CX.C/100 - MARCA: FUJI CX 35,00 532,61 18.641,35

176 FILME PARA RX 35 X 35CX.C/ 100 - MARCA: FUJI CX 35,00 543,70 19.029,50

177 FILME PARA RX 35 X 43 CX.C/ 100 - MARCA: FUJI CX 35,00 667,98 23.379,30

81.103,10

LOTE: 72

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

178 FILME PARA ULTRA-SONOGRAFIAS TYPE V(HIGH GLOSSY) UPP-110HG 110MM X 18M - MARCA: MEDIPEX UN 300,00 153,3333 46.000,00

46.000,00

LOTE: 73

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

179 FIO CATGUT CROMADO AGULHADO Nº 0 - MARCA: TECHNOFIO UN 150,00 23,7598 3.563,97

180 FIO CATGUT CROMADO AGULHADO Nº 2.0 - MARCA: TECHNO-FIO UN 240,00 23,7621 5.702,90

181 FIO CATGUT SIMPLES AGULHADO Nº 0 - MARCA: TECHNOFIO UN 400,00 23,7621 9.504,84

182 FIO CATGUT SIMPLES AGULHADO Nº 2.0 - MARCA: TECHNOFIO UN 500,00 23,7621 11.881,05

183 FIO DE SUTURA 3.0 SEDA - MARCA: PROCARE CX 20,00 9,1982 183,96

184 FIO DE SUTURA 4.0 NYLON - USO ODONTOLOGICO - MARCA: PROCARE CX 15,00 9,1982 137,97

185 FIO DE SUTURA 4.0 SEDA-USO ODONTOLOGICO - MARCA: PRO-CARE CX 20,00 9,1982 183,96

186 FIO NYLON AGULHADO Nº 0 - MARCA: SHALON UN 1.000,00 0,3833 383,30

187 FIO NYLON AGULHADO Nº 1.0 - MARCA: PROCARE UN 1.500,00 0,3833 574,95

188 FIO NYLON AGULHADO Nº 2.0 - MARCA: PROCARE UN 1.500,00 0,3833 574,95

189 FIO NYLON AGULHADO Nº 3.0 - MARCA: PROCARE UN 3.000,00 0,3833 1.149,90

190 FIO NYLON AGULHADO Nº 4.0 - MARCA: PROCARE UN 1.500,00 0,3833 574,95

191 FIO NYLON AGULHADO Nº 5.0... - MARCA: PROCARE UN 500,00 0,3833 191,65

192 FIO NYLON AGULHADO Nº 6.0 - MARCA: PROCARE UN 500,00 0,3833 191,65

34.800,00

LOTE: 74

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

193 FITA ADESIVA BRANCA HOSPITALAR - MARCA: MISSNER UN 2.000,00 4,00 8.000,00

195 FITA MICROPORE (10CMX4, 5 METROS) - MARCA: MISSNER UN 2.000,00 7,50 15.000,00

23.000,00

LOTE: 75

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

194 FITA DE URINA PARA DETERMINAÇÃO RÁPIDA COM 10 TESTES FRASCO - MARCA: BIOCON FR 240,00 37,2667 8.944,00

8.944,00

LOTE: 76

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

196 FITA PARA AUTOCLAVE 19MMX30 1222-B - MARCA: MISSNER UN 2.030,00 4,1084 8.340,00

8.340,00

LOTE: 77

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

197 FIXADOR AUTOMATICO PARA PROCESSADORA AUTOMATICA PARA RX.... - MARCA: AGFA UN 20,00 392,50 7.850,00

7.850,00

LOTE: 78

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

198 FIXADOR CITOLOGICOS SPRAY FRASCO C/ 200 ML - MARCA: CRAL FR 500,00 10,80 5.400,00

5.400,00

LOTE: 79

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

199 FLÚOR GEL (FLUORETO DE SÓDIO) EMBALAGEM DE 200ML COM SABOR - MARCA: IODONTOSUL FR 30,00 6,99 209,70

209,70

LOTE: 80

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

200 FORMOL 37 % FRASCO 1000ML - MARCA: NEON FR 10,00 43,3557 433,56

201 FORMOL A 10% DE 1 LITRO - MARCA: NEON LT 10,00 19,1443 191,44

625,00

LOTE: 81

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

202 FOSFATASE ALCALINA (CINÉTICA-COLORIMÉTRICA) - MARCA: GOLD ANALISA KT 48,00 81,25 3.900,00

3.900,00

LOTE: 82

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

203 FRALDAS GERIÁTRICAS COM FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS ANTI-VAZAMENTO, TAMANHO M - MARCA: DESCAPACK UNI 12.000,00 1,7749 21.298,40

204 FRALDAS GERIÁTRICAS COM FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS ANTI-VAZAMENTO, TAMANHO EG - MARCA: DESCAPACK UNI 6.000,00 1,5732 9.439,20

205 FRALDAS GERIÁTRICAS COM FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS ANTI-VAZAMENTO, TAMANHO G - MARCA: DESCAPACK UNI 12.000,00 1,3877 16.652,40

206 FRALDAS PEDIATRICAS COM FORMATO ANATOMICO - TAMANHO M - MARCA: DESCAPACK UNI 3.000,00 0,6131 1.839,30

207 FRALDAS PEDIÁTRICAS COM FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS ANTI-VAZAMENTO, TAMANHO P - MARCA: DESCAPACK UNI 3.000,00 0,5325 1.597,50

208 FRALDAS PEDIÁTRICAS COM FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS ANTI-VAZAMENTO, TAMANHO G - MARCA: DESCAPACK UNI 3.000,00 0,5244 1.573,20

52.400,00

LOTE: 83

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

209 FRASCO PARA PREPARAÇÃO DE DIETA (POTES) - MARCA: MEDSONDA UN 2.500,00 1,468 3.670,00

3.670,00

LOTE: 84

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

210 FUCSINA ZIEHLNEELSEN FRASCO 500 ML - MARCA: NEWPROV FR 48,00 39,5833 1.900,00

1.900,00

LOTE: 85

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

211 GAMA GT (SINÉTICO COLORIMÉTRICO) - MARCA: DOLES KT 48,00 269,9841 12.959,24

216 GIEMSA FRASCO 1000 ML PRONTO P/ USO FRASCO COMPOSIÇÃO: CORANTE GIEMSA, EM PÓ : 8G; GLICEROL: 500ML; METANOL (TAMPONADO PH 6,8) Q.S.P. 1000ML) - MARCA: DOLES FR 48,00 146,6826 7.040,76

20.000,00

LOTE: 86

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

212 GAZE HIDRÓFILA BOBINA COM 9 FIOS 100 % ALGODÃO, 91 CM X91 M - MARCA: TEXCARE UN 1,00 66,99 66,99

213 GAZE TIPO QUEIJO 08 CAMADAS/09FIOS/91CM/91METROS - MARCA: TEXCARE UNI 1.000,00 67,0116 67.011,60

214 COMPRESSA DE GAZES 9 FIOS PACOTE COM 500 UNID - MARCA: TEXCARE PCT 30,00 14,0469 421,41

67.500,00

LOTE: 87

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

215 GEL PARA ULTRASSON POTE DE 01 LITRO - MARCA: REYMER UN 200,00 9,40 1.880,00

1.880,00

LOTE: 88

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

217 GLICOSE LÍQUIDA (SISTEMA ENZIMÁTICO) REAGENTE DE COR 1X500ML PADRÃO 100MG/DL 1X3ML COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9001 - MARCA: DOLES KT 60,00 111,6667 6.700,00

6.700,00

LOTE: 89

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

218 GLUTARALDEIDO SOLUÇÃO 2% GALÃO COM 05 LITROS + PÓ ATIVADOR EMB. COM 20 GRAMAS - MARCA: CINORD UNI 70,00 128,86 9.020,20

9.020,20

LOTE: 90

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

219 GRADE DE PLÁSTICO DESMONTÁVEL PARA P/ 30 TUBOSATÉ DIÂMETRO DE 20MM COR BRANCA - MARCA: MOPARE UN 4,00 78,75 315,00

220 GRADE DE PLÁSTICO DESMONTÁVEL PARA TUBO 15X100MM COM CAPACIDADE PARA 60 TUBOS COR BRANCA - MARCA: MOPARE UN 4,00 78,75 315,00

630,00

LOTE: 91

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

221 GRAM KIT P/COLORAÇÃO DE GRAM - MARCA: NEWPROV KT 36,00 106,3889 3.830,00

3.830,00

LOTE: 92

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

222 HEMOGLOBINA PADRÃO: SISTEMA PARA PADRONIZAÇÃO DA DOSAGEM DE HEMOGLOBINA TOTAL PELO MÉTODO DO CIANETO OOHEMOGLOBINA. HB PADRÃO 1X30ML, COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9001 - MARCA: GOLD ANALISA KT 6,00 60,049 360,29

223 HEMOGLOBINA: SISTEMA COLORIMÉTRICO PARA DETERMINAÇÃO DE HEMOGLOBINA NO SANGUE TOTAL REAGENTE DE COR: 2X10ML, COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9001 - MARCA: GOLD ANALISA KT 6,00 901,6177 5.409,71

5.770,00

LOTE: 93

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

224 HIDROXIDO DE CALCIO P.A. - MARCA: MAQUIRA UN 10,00 7,50 75,00

75,00

LOTE: 94

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

225 HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% GALÃO DE 5 LITROS - MARCA: RIOQUIMICA GL 75,00 22,8923 1.716,92

226 HIPOCLORITO DE SÓDIO 10% GALÃO DE 5 LITROS - MARCA: RIOQUIMICA GL 25,00 18,1231 453,08

2.170,00

LOTE: 95

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

227 IRM (PÓ/LÍQUIDO) PÓ 38G / LÍQUIDO 15ML - MARCA: BIODINAMICA KT 20,00 186,00 3.720,00

231 KIT MATERIAL RESTAURADOR TEMPORÁRIO IRM - MARCA: BIODINAMICA KT 10,00 186,00 1.860,00

5.580,00

LOTE: 96

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

228 KIT COMPLETO PARA NEBULIZAÇÃO (MASCARA/ COPO/MAGUEIRA) ADULTO - MARCA: RWR UN 50,00 9,2598 462,99

229 KIT COMPLETO PARA NEBULIZAÇÃO (MASCARA/ COPO/MAGUEIRA) PEDIATRICO - MARCA: RWR UN 50,00 9,2401 462,01

925,00

LOTE: 97

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

230 KIT DE CITOLOGIA UMA ESCOVA CERVICAL + UMA ESPATULA DE AYRE - MARCA: ADLIN KT 8.000,00 0,5875 4.700,00

4.700,00

LOTE: 98

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

232 KIT PARA IONÔMERO COR A2 - MARCA: FGM KT 20,00 45,00 900,00

900,00

LOTE: 99

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

233 LÂMINA DE BISTURI EM AÇO CARBONO, ESTERELIZADO POR RAIO GAMA N° 12 - MARCA: SOLIDOR UN 3.000,00 0,3822 1.146,49

234 LÂMINA DE BISTURI EM AÇO CARBONO, ESTERELIZADO POR RAIO GAMA N° 15 - MARCA: SOLIDOR UN 3.000,00 0,382 1.146,00

235 LÂMINA DE BISTURI EM AÇO CARBONO, ESTERELIZADO POR RAIO GAMA N° 20 - MARCA: SOLIDOR UN 3.000,00 0,382 1.146,00

236 LÂMINA DE BISTURI EM AÇO CARBONO, ESTERELIZADO POR RAIO GAMA N° 16 - MARCA: SOLIDOR UN 3.000,00 0,382 1.146,00

237 LÂMINA DE BISTURI EM AÇO CARBONO, ESTERELIZADO POR RAIO GAMA N° 18 - MARCA: SOLIDOR UN 3.000,00 0,382 1.146,00

238 LAMINA DE BISTURI, CAIXA COM 100 UN - MARCA: SOLIDOR CX 5,00 38,2032 191,02

241 LAMINULA 22X22 MM CAIXA COM 100 UNIDADES - MARCA: PERFECTA CX 120,00 5,9041 708,49

6.630,00

LOTE: 100

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

239 LÂMINA P/ MICROSCOPIA, PONTA FOSCA, BEIRADAS NÃO LAPIDADAS. MEDIDAS: 25,4 X 77,2 MM, ESPESSURA 1MM - MARCA: SOLIDOR UNI 5.000,00 0,1969 984,69

240 LÂMINA PARA MICROSCOPIA PONTA LISA BEIRADAS LAPIDADAS 25,4X76,2 MM CAIXA COM 50 UNIDADES - MARCA: SOLIDOR CX 740,00 10,8315 8.015,31

9.000,00

LOTE: 101

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

242 LÂMINULA PARA CÂMARA DE NEWBAUER 20X26 MM CAIXA COM 10 UNIDADES - MARCA: CRAL CX 2,00 17,50 35,00

35,00

LOTE: 102

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

243 LÂMPADA HALOGÊNIO PARA MICROSCÓPIO OLYMPUS CX31 (6V/30W) - MARCA: OSRAM UN 24,00 65,00 1.560,00

1.560,00

LOTE: 103

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

244 LANCETA ESTÉRIL PARA OBTENÇÃO DE SANGUE CAPILAR ACCU-CHEK SOFTCLIX - MARCA: ACCU CHECK UN 5.000,00 0,6916 3.458,19

245 LANCETA PARA OBTENÇÃO DE SANGUE CAPILAR, RETRÁTIL, DESCARTÁVEL, COM AGULHA SILICONIZADA, PONTA TRIFACETADA E DISPOSITIVO AUTOMÁTICO DE SEGURANÇA,NÃO NECESSITA DE CANETA LANCETADORA E ATENDE A NR 32. NR 32 - MARCA: LABOR IMPORT UN 10.000,00 0,3641 3.641,00

246 LANCETA PICADORA C/ 200 UNID - MARCA: WILTEX CX 4,00 18,2028 72,81

247 LANCETA, AÇO INOXIDÁVEL, PONTA AFIADA, TRIFACETADA E SILICONADA, ULTRA FINA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. - MARCA: LABOR IMPORT UN 10.000,00 0,0728 728,00

7.900,00

LOTE: 104

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

248 LENÇOL HOSPITALAR DESCARTAVEL 50CM - MARCA: ORTOFEN RL 500,00 10,9136 5.456,78

249 LENÇOL HOSPITALAR DESCARTAVEL 70 CM - MARCA: ORTOFEN RL 600,00 13,4887 8.093,22

13.550,00

LOTE: 105

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

250 LIQUIDO DE HAYER FRASCO 500 ML - - MARCA: EXODO FR 6,00 87,9487 527,69

251 LIQUIDO DE TURK FRASCO 500 ML - MARCA: EXODO FR 24,00 65,5128 1.572,31

2.100,00

LOTE: 106

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

252 LISANTE MINDRAY PARA APARELHO HEMATOLOGICO CELM CC-550 - MARCA: CELM FR 12,00 649,1667 7.790,00

7.790,00

LOTE: 107

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

253 LIXA DE ACABAMENTO E POLIMENTO DENTAL- MEDIA FINA COM CENTRO - MARCA: NOSLIG CX 10,00 15,00 150,00

150,00

LOTE: 108

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

254 LUGOL 2% FRASCO 500 ML PRONTO P/ USO - MARCA: EXODO FR 8,00 62,50 500,00

500,00

LOTE: 109

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

255 LUVA DE PROCEDIMENTO LATEX (G) - MARCA: TALGE UNI 30.000,00 0,2748 8.243,78

256 LUVA DE PROCEDIMENTO LATEX (M) - MARCA: TALGE UNI 100. 000,00 0,2746 27.460,00

257 LUVA DE PROCEDIMENTO LATEX (P) - MARCA: TALGE UNI 100. 000,00 0,2746 27.460,00

258 LUVA ESTÉRIL Nº 7.0 - MARCA: MAXITEX PAR 600,00 1,9518 1. 171,08

259 LUVA ESTÉRIL Nº 7.5 - MARCA: MAXITEX PAR 600,00 1,9518 1. 171,08

260 LUVA ESTÉRIL Nº 8.0 - MARCA: MAXITEX PAR 600,00 1,9518 1. 171,08

261 LUVA ESTÉRIL Nº 8.5 - MARCA: MAXITEX PAR 600,00 1,9518 1. 171,08

262 MÁSCARA CIRÚRGICA COM ELÁSTICO - MARCA: TALGE CX 50,00 11,7697 588,49

263 MASCARA DE PROTEÇÃO Nº 95 PFF2 CX COM 20 UNID - MARCA: DESCARPACK CX 36,00 98,0804 3.530,89

264 MÁSCARA P/ OXIGÊNIO ADULTO - MARCA: PROTEC UN 50,00 9,1215 456,08

265 MÁSCARA P/ OXIGÊNIO INFANTIL - MARCA: PROTEC UN 30,00 9,1215 273,65

266 MÁSCARA PARA AEROSSOL - MARCA: NS UN 2.000,00 3,5309 7. 061,80

267 MASCARA TRIPLA C/ ELÁSTICO BRANCA - MARCA: TALGE UN 10. 000,00 0,2452 2.452,00

268 MASSA SELADORA A BASE DE VINIL PARA VEDAÇÃO DE TUBOS CAPILARES HEMATOCRITO - MARCA: MACLAB UN 48,00 37,2706 1. 788,99

84.000,00

LOTE: 110

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

269 MAY-MAY-GRUNWALD CORANTE PARA COLORAÇÃO DIFERENCIAL DE HEMATOLOGIA FRASCO 1 LITROCORANTE PARA COLORAÇÃO DIFERENCIAL DE HEMATOLOG - MARCA: DOLES FR 48,00 127,0833 6.100,00

6.100,00

LOTE: 111

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

270 MICROBRUSH FINO - MARCA: FGM UN 40,00 9,43 377,20

377,20

LOTE: 112

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

271 MIOGLOBINA/CK-MB/TROPONINA I :TESTE RÁPIDO IMUNOCROMATOGRÁFICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DA MIOGLOBINA/ CK-MB/TROPONINA I CARDÍACA EM SANGUE TOTAL, SORO OU PLASMA. ESPECIFICIDADE: MIOGLOBINA: 97,7%; CK-MK 99,8% E TROPONINA I: 98,4%. CX COM 20 TESTES. - MARCA: ABON KT 36,00 988,8889 35.600,00

35.600,00

LOTE: 113

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

272 MOLDEIRA DESCARTÁVEL PARA FLÚOR TAM. G - MARCA: BIODINAMICA PCT 15,00 49,05 735,75

273 MOLDEIRA DESCARTÁVEL PARA FLÚOR TAM. M - MARCA: BIODINAMICA PCT 15,00 69,45 1.041,75

1.777,50

LOTE: 114

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

274 MONITOR GLICEMIA PERFORMA - MARCA: ROCHE UN 1,00 119,00 119,00

119,00

LOTE: 115

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

275 MULTIVIAS EXTENSÃO EM PVC DOTADAS DE CLAMP (ABRE/FECHA - MARCA: MEDSONDA UN 5.000,00 1,46 7.300,00

7.300,00

LOTE: 116

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

276 OCULOS DE PROTECAO - MARCA: DANNY UNI 50,00 8,00 400,00

400,00

LOTE: 117

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

278 OLEO DE IMERSÃO FRASCO C/ 100 ML - MARCA: BIODINAMICA FR 12,00 41,00 492,00

279 OLEO LUBRIFICANTE DE BAIXA E ALTA ROTAÇÃO - MARCA: MAQUIRA UN 60,00 14,06 843,60

1.335,60

LOTE: 118

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

281 PAPEL CARBONO PARA ARTICULAÇÃO DE USO ODONTOLÓGICO - MARCA: ANGELUS ENV 20,00 3,3561 67,12

282 PAPEL DE FILTRO PCTE COM 100 DISCOS 24CM - MARCA: PROLAB PCT 12,00 41,6455 499,75

283 PAPEL DE FILTRO QUANTITATIVO 9 CM P/ COAGULOGRAMA - MARCA: PROLAB PCT 6,00 161,6826 970,10

284 PAPEL EM GRAU CIRÚRGICO: BOBINA COMPOSTA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO + FILME LAMINADO HIDRÓFILO/POLIPROPILENO, POSSIBILITANDO ABERTURA ASSÉPTICA, EMPRESAS COM TINTAS INDICATIVAS PARA O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. TAMANHO 12CM X 100M - MARCA: YIAPAK UN 20,00 89,8237 1.796,47

285 PAPEL EM GRAU CIRÚRGICO: BOBINA COMPOSTA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO + FILME LAMINADO HIDRÓFILO/POLIPROPILENO, POSSIBILITANDO ABERTURA ASSÉPTICA, EMPRESAS COM TINTAS INDICATIVAS PARA O PROCESSO DE TAMANHO 15CMX100MESTERILIZAÇÃO. TAMANHO 20CMX100M - MARCA: YIAPAK UN 20,00 80,0247 1.600,49

286 PAPEL EM GRAU CIRÚRGICO: 20CMX100M OBINA COMPOSTA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO + FILME LAMINADO HIDRÓFILO/POLIPROPILENO, POSSIBILITANDO ABERTURA ASSÉPTICA, EMPRESAS COM TINTAS INDICATIVAS PARA O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. TAMANHO 20CMX100M - MARCA: YIAPAK UN 20,00 123,3034 2.466,07

7.400,00

LOTE: 119

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

277 OFTALMOSCÓPIO FIBRA ÓTICA - MARCA: MIKATOS UN 5,00 969,00 4.845,00

280 OTOSCÓPIO FIBRA ÓTICA - MARCA: MIKATOS UN 5,00 350,00 1. 750,00

6.595,00

LOTE: 120

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

287 PARAMONOCLOROFENOL COM FURACIN - MARCA: MAQUIRA UN 10,00 32,70 327,00

327,00

LOTE: 121

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

288 PASTA PROFILÁTICA - MARCA: MÁQUIRA UN 20,00 11,30 226,00

226,00

LOTE: 122

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

289 PCR (SUSPENSÃO DE LATEX PCR 1X2, 5ML) - MARCA: PROTEC KT 72,00 53,1944 3.830,00

3.830,00

LOTE: 123

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

290 PEDRA POMES PARA USO ODONTOLÓGICO - MARCA: MAQUIRA FR 10,00 7,50 75,00

291 PÊRA DE ASPIRAR - MARCA: JPROLAB UNI 24,00 19,00 456,00

531,00

LOTE: 124

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

292 PINÇA ANATÔMICA (AÇO INOX) PARA DISSECAÇÃO 14 CM - MARCA: ABC UN 6,00 16,7913 100,75

293 PINÇA ANATÔMICA 12CM INOX - MARCA: ABC UN 6,00 10,1367 60,82

294 PINÇA CLINICA - MARCA: GOLGRAN UN 20,00 33,0552 661,10

295 PINÇA KELLY PARA COLETA DE LINFA - MARCA: ABC UN 3,00 27,4428 82,33

905,00

LOTE: 125

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

296 PIPETA DE VIDRO GRADUADA 10ML - MARCA: PERFECTA UN 120,00 3,6243 434,91

297 PIPETA DE VIDRO GRADUADA 1 ML - MARCA: PERFECTA UN 120,00 3,6244 434,93

298 PIPETA DE VIDRO GRADUADA 2 ML - MARCA: PERFECTA UN 120,00 3,6244 434,93

299 PIPETA DE VIDRO GRADUADA 5 ML - MARCA: PERFECTA UN 120,00 4,8325 579,90

300 PIPETA DE WESTERGREEN DE VIDRO PARA VHS - MARCA: GLOBAL UN 40,00 2,4968 99,87

301 PIPETA SEMI-AUTOMÁTICA VOLUME FIXO 1000 UL - MARCA: KACIL UN 8,00 64,433 515,46

2.500,00

LOTE: 126

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

302 PIPETADOR DE VOLUME FIXO 20 UL - MARCA: CRAL UN 8,00 97,52 780,16

303 PIPETADOR DE VOLUME FIXO 5 (CINCO) UL - MARCA: CRAL UN 8,00 97,52 780,16

304 PIPETADOR DE VOLUME FIXO 500 UL - MARCA: CRAL UN 8,00 97,52 780,16

305 PIPETADOR SEMI-AUTOMÁTICO DE VOLUME AJUSTAVEL DE 100 A 1000 UL - - MARCA: CRAL UNI 8,00 187,89 1.503,12

306 PIPETADORSEMI AUTOMÁTICO DE VOLUME AJUSTÁVEL DE 10 A 100 UL - MARCA: CRAL UN 8,00 187,89 1.503,12

5.346,72

LOTE: 127

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

307 PLACA DE KLINE DE VIDRO COM 12 CAVIDADES - MARCA: PERFECTA UN 12,00 108,0919 1.297,10

308 PLACA DE VIDRO - MARCA: PRISMA UN 20,00 15,6449 312,90

1.610,00

LOTE: 129

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

310 PÓ DE BICARBONATO DE SÓDIO 250 GRAMAS - MARCA: 2L PCT 10,00 27,80 278,00

278,00

LOTE: 130

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

311 PONTA DIAMANTADA DE ALTA ROTAÇÃO N° 1034 HASTE CURTA. - MARCA: MICRODONT UN 15,00 3,2113 48,17

312 PONTA DIAMANTADA DE ALTA ROTAÇÃO Nº 1035 HASTE CURTA. - MARCA: SORENSE UN 15,00 3,2107 48,16

313 PONTA DIAMANTADA DE ALTA ROTAÇÃO Nº 1045 HASTE CURTA. - MARCA: MICRODONT UN 15,00 3,4676 52,01

314 PONTA DIAMANTADA Nº 1014 HASTE LONGA - MARCA: MICRODONT UN 15,00 3,4676 52,01

200,35

LOTE: 131

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

315 PONTAS DE POLIMENTO ENHANCE COM 7 PONTAS SORTIDAS - MARCA: DENTSPLY KT 20,00 150,00 3.000,00

3.000,00

LOTE: 132

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

316 PONTEIRA PEQUENA AMARELA PACOTE COM 1000 UN - MARCA: CRAL PCT 96,00 17,7744 1.706,34

317 PONTEIRAS GRANDES AZUL PCTE COM 1000 UN - MARCA: CRAL PCT 12,00 41,1386 493,66

2.200,00

LOTE: 133

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

318 PORTA AGULHA PARA CIRURGIA ODONTOLOGICA - MARCA: ABC UN 15,00 65,00 975,00

975,00

LOTE: 135

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

320 POTE DAPPEN - MARCA: PREVEN UN 20,00 3,40 68,00

68,00

LOTE: 136

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

321 PROTEINAS TOTAIS: SISTEMA COLORIMETRICO PARA DETERMINAÇÃO DE PROTEINAS TOTAIS NO SORO E OUTROS LIQUIDOS BIOLÓGICOS - MARCA: DOLES KT 24,00 61,25 1.470,00

1.470,00

LOTE: 137

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

322 PSA: TESTE RÁPIDO IMUNOCROMATOGRÁFICO PARA DETECÇÃO SEMI QUANTITATIVA DO ANTIGENO PROSTÁTICO ESPECIFICO (PSA). CX COM 40 T - MARCA: ECO DIAG KT 120,00 490,8333 58. 900,00

58.900,00

LOTE: 138

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

323 PUNCH PARA BIOPSIA 5MM CX COM 5 UNIDADES - - MARCA: KOLPLAST CX 36,00 179,7222 6.470,00

6.470,00

LOTE: 139

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

324 PVPI DEGERMANTE - MARCA: RIOQQUIMICA UN 600,00 48,8334 29.300,02

325 PVPI TÓPÍCO - MARCA: RIOQQUIMICA UN 600,00 48,8333 29. 299,98

58.600,00

LOTE: 140

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

326 REAGENTE PARA APARELHO HEMATOLOGICO ICOUNTER 3D DIAGNO - MARCA: DIAGON FR 12,00 1.597,7011 19.172,41

327 REAGENTE/DILUENTE APARELHO COAGULOMETRO GENIUS CA-51 - MARCA: GENIUS FR 12,00 718,9655 8.627,59

27.800,00

LOTE: 141

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

328 RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL Z250 A 1 - MARCA: KULZER UN 20,00 106,575 2.131,50

329 RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL Z250 A 2 - MARCA: KULZER UN 20,00 106,575 2.131,50

330 RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL Z250 A 3 - MARCA: KULZER UN 20,00 106,575 2.131,50

331 RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL Z250 A 3.5 - MARCA: KULZER UN 20,00 106,575 2.131,50

8.526,00

LOTE: 142

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

332 REVELADOR AUTOMÁTICO PARA PROCESSADORA AUTOMÁTICA PARA RX - MARCA: AGFA UNI 15,00 449,3333 6.740,00

6.740,00

LOTE: 143

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

335 RUBÉOLA IGG E IGM TESTE RÁPIDO IMONOMATOGRÁFICO - MARCA: BIOCON UNI 48,00 479,2593 23.004,45

336 RUBEOLA TESTE IMUNOCROMATOGRAFICO 1GG E 1GM PARA R - MARCA: BIOCON KT 72,00 579,1049 41.695,55

64.700,00

LOTE: 144

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

337 SACO P/ RESÍDUO INFECTANTE BRANCO LEITOSO 50 LITROS... - MARCA: RAVA PCT 30,00 71,0273 2.130,82

338 SACO PLÁSTICO LEITOSO 50 LITROS PCTE COM 10 UND - MARCA: RAVA PCT 360,00 39,7755 14.319,18

16.450,00

LOTE: 145

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

339 SANGUE OCULTO: TESTE IMUNOCROMATOGRÁFICO PESQUISA DE SANGUE - MARCA: BIOCON KT 36,00 184,7222 6.650,00

6.650,00

LOTE: 146

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

340 SCALPE Nº 19 - MARCA: WILTEX UN 8.000,00 0,3225 2.580,00

341 SCALPE Nº 21 - MARCA: WILTEX UN 8.000,00 0,3225 2.580,00

342 SCALPE Nº 23 - MARCA: WILTEX UN 8.000,00 0,3225 2.580,00

343 SCALPE Nº 25 - MARCA: WILTEX UN 8.000,00 0,3225 2.580,00

344 SCALPE Nº 27 - MARCA: WILTEX UN 8.000,00 0,3225 2.580,00

12.900,00

LOTE: 147

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

345 SELANTE FOTOPOLIMERIZÁVEL COM FLÚOR PARA FÓSSULAS E FISSURAS - MARCA: FGM UNI 10,00 25,77 257,70

257,70

LOTE: 148

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

346 SERINGA DESC. 1 ML C/AG. 0,45 X 13 P/ INSULINA - MARCA: SOLIDOR UN 60.000,00 0,397 23.821,16

347 SERINGA DESC. 10 ML C/AG. 0,70 X 25 - MARCA: SR UN 30.000,00 0,5956 17.868,00

348 SERINGA COM ÁCIDO GEL 37% 2,5ML - MARCA: MAQUIRA UN 50,00 2,9779 148,90

349 SERINGA COM AGULHA 25X0,7 MM DE 10ML CAIXA COM 250 UNIDADES - MARCA: SR CX 50,00 129,0423 6.452,12

350 SERINGA COM AGULHA 25X0,7 MM DE 5ML CAIXA COM 250 UNIDADES - MARCA: SR CX 50,00 127,057 6.352,85

351 SERINGA COM AGULHA 25X0,7 MM DE 3ML CAIXA COM 250 UNIDADES - MARCA: SR CX 30,00 79,4107 2.382,32

352 SERINGA DESC. 20ML C/AGULHA 0,70 X 25 - MARCA: SR UN 30. 000,00 0,8934 26.802,00

353 SERINGA DESC. 3 ML C/ AG. 0,70 X 25 - MARCA: SR UN 3.000,00 0,3971 1.191,30

354 SERINGA DESC. 3 ML C/ AG. 5,5 X 20 - MARCA: SR UN 3.000,00 0,3971 1.191,30

355 SERINGA DESC. 5ML C/AGULHA 0,70 X 25 - MARCA: SR UN 20. 000,00 0,4467 8.934,00

356 SERINGA PARA INSULINA 0,5 ML/CC U-100 AGULHA 5.0MM X 0,25 BD - MARCA: BD UN 2.000,00 6,4521 12.904,20

357 SERINGA PARA INSULINA 0,5 ML/CC U-100 AGULHA 8.0MM X 0,30 BD - MARCA: BD UN 2.000,00 6,4521 12.904,20

358 SERINGA PARA INSULINA COM AGULHA CX COM 100 UNIDADES - MARCA: SOLIDOR CX 1,00 47,6464 47,65

121.000,00

LOTE: 149

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

359 SOLUÇÃO DE CLOREXIDINA 2% - 1 LT - MARCA: RIOQUIMICA UN 6,00 28,2927 169,76

360 SOLUÇÃO DE CLOREXIDINE 0,2% - 1 LT - MARCA: REYMER UNI 6,00 11,7073 70,24

240,00

LOTE: 150

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

361 SONDA DE FOLEY 2 VIAS Nº 22 - MARCA: SOLIDOR UN 120,00 3,857 462,84

362 SONDA DE FOLEY 3 VIAS Nº 22 - MARCA: SOLIDOR UN 120,00 6,7493 809,92

363 SONDA DE FOLEY 2 VIAS Nº 14 - MARCA: SOLIDOR UN 180,00 3,8567 694,21

364 SONDA DE FOLEY 2 VIAS Nº 16 - MARCA: SOLIDOR UN 120,00 3,8567 462,80

365 SONDA DE FOLEY 2 VIAS Nº 18 - MARCA: SOLIDOR UN 120,00 3,8567 462,80

366 SONDA DE FOLEY 2 VIAS Nº 20 - MARCA: SOLIDOR UN 120,00 3,8567 462,80

367 SONDA DE FOLEY 3 VIAS Nº 14 - MARCA: SOLIDOR UN 180,00 6,7493 1.214,87

368 SONDA DE FOLEY 3 VIAS Nº 16 - MARCA: SOLIDOR UN 120,00 6,7493 809,92

369 SONDA DE FOLEY 3 VIAS Nº 18 - MARCA: SOLIDOR UN 120,00 6,7493 809,92

370 SONDA DE FOLEY 3 VIAS Nº 20 - MARCA: SOLIDOR UN 120,00 6,7493 809,92

7.000,00

LOTE: 151

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

372 SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 6,5 - MARCA: LAMEDID UN 120,00 6,8462 821,54

373 SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 7,0 - MARCA: LAMEDID UN 120,00 6,8452 821,42

374 SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 7,5 - MARCA: LAMEDID UN 120,00 6,8452 821,42

375 SONDA ENDOTRAQUEAL C/BALÃO Nº 8,0 - MARCA: LAMEDID UN 120,00 6,8452 821,42

376 SONDA ENDOTRAQUEAL C/BALÃO Nº 8,5 - MARCA: LAMEDID UN 120,00 6,8452 821,42

377 SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 2,0 - MARCA: LAMEDID UN 120,00 6,8452 821,42

378 SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 2,5 - MARCA: LAMEDID UN 120,00 6,8452 821,42

379 SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 3,0 - MARCA: LAMEDID UN 120,00 6,8452 821,42

380 SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 3,5 - MARCA: LAMEDID UN 120,00 6,8452 821,42

381 SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 4,0 - MARCA: LAMEDID UN 120,00 6,8452 821,42

382 SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 4,5 - MARCA: LAMEDID UN 120,00 6,8452 821,42

383 SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 5,0 - MARCA: LAMEDID UN 120,00 6,8452 821,42

384 SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 5,5 - MARCA: LAMEDID UN 120,00 6,8452 821,42

385 SONDA ENDOTRAQUEAL C/BALAO Nº 6,0 - MARCA: LAMEDID UN 120,00 6,8452 821,42

11.500,00

LOTE: 152

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

371 SONDA DE NELATON CALIBRE N°10 - MARCA: SOLIDOR UN 2. 500,00 0,832 2.080,00

2.080,00

LOTE: 153

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

386 SONDA GÁSTRICA DE ALIMENTAÇÃO (KIMBERLY CLARK) - MARCA: MIC KEY UN 5,00 2.940,00 14.700,00

14.700,00

LOTE: 154

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

387 SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 10 - MARCA: SOLIDOR UN 120,00 1,00 120,00

388 SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 12 - MARCA: SOLIDOR UN 120,00 1,00 120,00

389 SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 14 - MARCA: SOLIDOR UN 120,00 1,00 120,00

390 SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 16 - MARCA: MEDSONDA UN 120,00 1,20 144,00

391 SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 18 - MARCA: MEDSONDA UN 120,00 1,20 144,00

392 SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 10 - MARCA: MEDSONDA UN 120,00 1,20 144,00

393 SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 12 - MARCA: MEDSONDA UN 120,00 1,40 168,00

394 SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 14 - MARCA: MEDSONDA UN 120,00 1,70 204,00

395 SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 16 - MARCA: MEDSONDA UN 120,00 1,70 204,00

396 SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 18 - MARCA: MEDSONDA UN 120,00 1,70 204,00

397 SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 20 - MARCA: MEDSONDA UN 120,00 1,70 204,00

398 SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 4 - MARCA: MEDSONDA UN 120,00 1,20 144,00

399 SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 6 - MARCA: MEDSONDA UN 120,00 1,20 144,00

400 SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 8 - MARCA: MEDSONDA UN 120,00 1,20 144,00

2.208,00

LOTE: 155

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

410 SORO DE COOMBS POLIESPECIFICO FR 10ML - MARCA: FRESENIUS FR 12,00 50,6522 607,83

411 SORO DE COOMBS: MONOESPECIFICO FRASCO 10 ML - MARCA: FRESENIUS FR 12,00 57,6811 692,17

1.300,00

LOTE: 156

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

401 SONDA URETRAL Nº 10 - MARCA: FOYOMED UN 2.000,00 0,9507 1.901,35

402 SONDA URETRAL Nº 12 - MARCA: FOYOMED UN 4.000,00 0,9796 3.918,40

403 SONDA URETRAL Nº 14 - MARCA: FOYOMED UN 120,00 0,9988 119,86

404 SONDA URETRAL Nº 16 - MARCA: FOYOMED UN 120,00 1,066 127,92

405 SONDA URETRAL Nº 18 - MARCA: FOYOMED UN 120,00 1,2004 144,05

406 SONDA URETRAL Nº 4 - MARCA: FOYOMED UN 120,00 0,9027 108,32

407 SONDA URETRAL Nº 6 - MARCA: FOYOMED UN 120,00 0,9027 108,32

408 SONDA URETRAL Nº 8 - MARCA: FOYOMED UN 120,00 0,9315 111,78

6.540,00

LOTE: 157

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

409 SONDA VESICAL MASCULINA Nº 12 - MARCA: LABOR IMPORT UN 2.000,00 3,945 7.890,00

7.890,00

LOTE: 158

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

412 SORO FISIOLÓGICO 0,9% - 250 ML - MARCA: EQUIPLEX FR 1.000,00 3,6492 3.649,20

413 SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100 ML - MARCA: EQUIPLEX FR 4.000,00 3,4901 13.960,40

414 SORO FISIOLOGICO 09% 500 ML - MARCA: EQUIPLEX FR 4.000,00 5,6976 22.790,40

40.400,00

LOTE: 159

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

415 SORO GLICERINADO 500 ML - MARCA: HALEX ISTAR FR 2.000,00 8,875 17.750,00

17.750,00

LOTE: 160

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

416 SORO GLICOFISIOLOGICO 1.000 ML - MARCA: EQUIPLEX FR 2.000,00 10,2656 20.531,20

417 SORO GLICOFISIOLOGICO 500 ML - MARCA: EQUIPLEX FR 4.000,00 6,2422 24.968,80

45.500,00

LOTE: 161

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

418 SORO GLICOSADO 1.000 ML - MARCA: JP FR 2.000,00 4,239 8.478,00

419 SORO GLICOSADO 100 ML - MARCA: JP FR 5.000,00 4,4048 22.024,00

420 SORO GLICOSADO 250ML - MARCA: JP FR 4.000,00 4,4048 17.619,20

421 SORO GLICOSADO 500 ML - MARCA: JP FR 4.000,00 5,3447 21.378,80

69.500,00

LOTE: 162

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

422 SORO RINGER LACTATO 500 ML - Marca: EQUIPLEX FR 1.000,00 5,4846 5.484,60

423 SORO RINGER SIMPLES 500 ML - Marca: EQUIPLEX FR 1.000,00 5,2154 5.215,40

10.700,00

LOTE: 163

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

424 SUGADOR DESCARTÁVEL - Marca: SSPLUS PCT 80,00 8,75 700,00

700,00

LOTE: 164

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

425 SUPORTE DE METAL PARA COLETOR PERFURO CORTANTE 13 LITROS DESCARPACK - Marca: DESCARPACK UN 20,00 24,00 480,00

426 SUPORTE DE METAL PARA COLETOR PERFURO CORTANTE 7 LITROS DESCARPACK - Marca: DESCARPACK UN 20,00 24,00 480,00

960,00

LOTE: 165

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

427 SWAB ESTERIL PARA COLETA DE AMOSTRAS - Marca: KOLPLAST FR 5.000,00 0,536 2.680,00

2.680,00

LOTE: 166

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

428 TALCO ANTI-SEPTICO PARA LUVAS DE PROCEDIMENTO - Marca: GRANADO FR 12,00 37,9167 455,00

455,00

LOTE: 167

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

429 TEMPO DE TROMBINA 90 DETERMINAÇÕES - Marca: GOLD ANALISA KT 8,00 186,25 1.490,00

1.490,00

LOTE: 168

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

433 TESOURA CIRÚRGICA IRIS RETA - Marca: ABC UN 15,00 52,6667 790,00

790,00

LOTE: 169

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

434 TGO COLORIMETRICA, com sertificado de qualidade ISO 9001 - Marca: GOLD AMALISA KT 24,00 80,8333 1.940,00

1.940,00

LOTE: 170

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

435 TIRA DE LIXA DE AÇO, LARGURA 6MM, PACOTE COM 100 UNIDADES - Marca: MICRODONT PCT 12,00 14,03 168,36

168,36

LOTE: 171

ADILVAN - COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA. (10072)

436 TIRA DE POLIÉSTER TRANSPARENTE - Marca: QUIMIDROL PCT 12,00 1,92 23,04

23,04

LOTE: 172

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

437 TIRAS DE GLICOSE ON- CALL PLUS CX COM 50 TIRAS - Marca: ACON CX 2.000,00 54,0808 108.161,67

438 TIRAS GLICOSE ACCU-CHECK ACTIVE CX COM 50 TIRAS - Marca: ROCHE CX 2.072,00 77,6798 160.952,55

439 Tiras glicose accu-check performa cx com 50 tiras - Marca: ROCHE CX 1.072,00 94,3957 101.192,19

440 TIRAS GLICOSE G-TECH FREE CX COM 50 TIRAS - Marca: G TECH CX 1.000,00 56,0474 56.047,40

441 TIRAS GLICOSE TRUE-READ CX COM 50 TIRAS - Marca: CX 672,00 58,9973 39.646,19

466.000,00

LOTE: 173

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

442 TOUCA COM TIRAS TIPO GORRO, DESCARTÁVEL, COR BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES - Marca: DESCARPACK PCT 18,00 9,3389 168,10

443 TOUCA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO TIPO GORRO - Marca: DESCARPACK UN 3.000,00 0,0973 291,90

460,00

LOTE: 174

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

444 TOXOPLASMOSE IGG E IGM TESTE RAPIDO IMUNOCROMATOGRÁFICO - Marca: BIOCON UN 48,00 550,00 26.400,00

445 Toxoplasmose: teste imunocromatográfico cx com 20 placas testes (IgG e IgM). - Marca: BIOCON KT 240,00 550,00 132.000,00

158.400,00

LOTE: 175

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

446 TP SOLUPLASTIN 100 DETERMINAÇÕES - Marca: WIENER KT 6,00 276,6667 1.660,00

1.660,00

LOTE: 176

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

447 TRIGLICÉRIDES (SISTEMA ENZIMÁTICO) REAGENTE DE COR 2X100 ML PADRÃO 200MG/DL 1X3ML COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9001 - MARCA: DOLES KT 240,00 245,8333 59.000,00

59.000,00

LOTE: 177

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

448 TUBO CAPILAR P/ MICROEMATÓCRITO SEM HEPARINA FRASCO COM 500 UNIDADES CADA - MARCA: CRAL FR 120,00 42,6118 5. 113,41

449 TUBO CAPILAR P/ MICROHEMATÓCRITO COM HEPARINA FRASCO COM 500 - MARCA: CRAL FR 36,00 54,8221 1.973,60

450 TUBO DE ENSAIO 10X100 PCTE COM 250 UN - - MARCA: CRAL PCT 2,00 54,8221 109,64

451 TUBO DE ENSAIO 13X100 PCTE COM 250 UN - MARCA: CRAL PCT 6,00 158,984 953,90

452 TUBO DE ENSAIO 15X100MM PACOTE COM 250 UNIDADES - MARCA: CRAL PCT 6,00 166,3402 998,04

453 TUBO DE ENSAIO CITRATO À VÁCUO 16X100 MM PCT COM 100 UND - MARCA: CRAL PCT 10,00 100,8029 1.008,03

454 TUBO DE ENSAIO EDTA À VÁCUO 16X100 MM PCT COM 100 UND - MARCA: CRAL PCT 80,00 89,958 7.196,64

455 TUBO DE ENSAIO FLUORETO À VÁCUO 16X100 MM PCT COM 100 UND - MARCA: CRAL PCT 80,00 89,958 7.196,64

456 TUBO DE ENSAIO GEL À VÁCUO 16X100 MM PCTE COM 100 UND - MARCA: CRAL PCT 80,00 149,5148 11.961,18

457 TUBO DE LATEX/ PROFISSIONAL N°200 (GARROTE) MTS - MARCA: CRAL M 50,00 2,0035 100,18

458 TUBOS CÔNICOS PARA EXAME DE URINA 12CM (15ML) - MARCA: CRAL UNI 60,00 6,479 388,74

37.000,00

LOTE: 178

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

459 UMIDIFICADOR P/ OXIGÊNIO PROTEC 250ML C/ EXTENSÃO - MARCA: OXIGEL UN 30,00 33,3333 1.000,00

1.000,00

LOTE: 179

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

460 URÉIA (MÉTODO URÉASE MODIFICADA/ENSAIO ENZIMATICO COLORIMÉTRICO) - URÉASE 1X28ML; REAGENTE 1 - 1X5,5G; REAGENTE 2 - 1X20MG; PADRÃO 80MG/DL 1X3ML; COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ISSO 9001. - MARCA: GOLD ANALISA KT 48,00 154,1667 7.400,00

7.400,00

LOTE: 180

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

461 VALVULA REGULADORA COM FLUXOMETRO COMPLETA PARA BALA DE OXIGÊNIO - MARCA: OXIGEL UN 20,00 405,00 8.100,00

8.100,00

LOTE: 181

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

462 VASELINA LIQUIDA 1 LITRO - MARCA: VICK FARMA UN 40,00 19,75 790,00

790,00

LOTE: 182

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

463 VDRL (SUSPENSÃO ANTIGÊNICA PRONTA PARA USO VDRL) KIT COM 2 FRASCOS X 2,5ML (SUSP. ANTIGÊNICA CONSTITUIDA POR UMA MISTURA DE CARDIOLIPINA, LECITINA E COLESTEROL, ESTABILIZADA EM TAMPÃO COLINA). REGISTRO NA ANVISA - MARCA: DOLES KT 48,00 62,2917 2.990,00

2.990,00

LOTE: 183

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

464 VERNIZ COM FLUOR - MARCA: FGM DUOFLORID UN 10,00 39,97 399,70

399,70

LOTE: 184

RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (12423)

430 TERMOMETRO DIGITAL CLÍNICO - MARCA: INCOTERM UN 200,00 16,5975 3.319,50

431 TERMOMETRO DIGITAL COM CABO EXTENSOR PARA GELADEIRA - MARCA: INCOTERM UN 50,00 95,4357 4.771,79

432 TERMÔMETRO DIGITAL PARA AMBIENTE C/ TEMPERATURA INTERNA/EXTERNA E UMIDADE - MARCA: INCOTERM UN 20,00 95,4357 1.908,71

10.000,00

LOTE: 186

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

48 APARELHO MEDIDOR DE GLICOSE (ON CALL PLUS) - MARCA: ON CALL UNI 30,00 69,9093 2.097,28

49 APARELHO PARA NEBULIZAÇÃO E INALAÇÃO - MARCA: ONRON 127/220 UN 10,00 245,3007 2.453,01

50 APARELHO/MEDIDOR DIGITAL DE PRESSÃO ARTERIAL AUTOMÁTICO DE BRAÇO - MARCA: G-TECH MOD.MA100 UN 50,00 144,9942 7. 249,71

11.800,00

LOTE: 187

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (10028)

52 ASPIRADOR DE SECREÇÕES ELÉTRICO MÓVEL ..ATÉ 3 LITROS - MARCA: MS UN 10,00 1.258,064 12.580,64

53 ASPIRADOR DE SECREÇÕES ELÉTRICO MÓVEL DE 4 A 6 LITROS - MARCA: OLIDEF UN 10,00 1.741,9355 17.419,36

30.000,00

LOTE: 188

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (126244)

142 DISPENSER PARA PAPEL TOALHA - MARCA: PREMISSE UNI 20,00 35,05 701,00

143 DISPENSER PARA SABAO LIQUIDO - MARCA: PREMISSE UN 20,00 21,94 438,80

1.139,80

Total Geral: 3.013.345,72

2 – DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT mediante assinatura de Contrato e/ou retirada da Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no **Pregão Presencial nº 015/2018.**

2.1 – O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato e/ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do **Pregão Presencial nº 015/2018.**

2.2 – O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.3 – A entrega do(s) item(s) deverá ser efetuada conforme Captulo XVI do Edital do **Pregão Presencial nº 015/2018.**

2.4 – Todas as penalidades e as sanções contidas no Edital do **Pregão Presencial nº 015/2018** aplicam-se sob a Ata de Registro de Preço.

2.5 – A fiscalização do contrato será feita por meio do seu respectivo fiscal, servidores abaixo nomeados através da portaria Nº **.....:**

Secretaria	Fiscal do contrato	Suplente do contrato

3 – DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS: A Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.1 – Nos termos do art. 15, § 4º da Lei 8.666/93 a Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação especifica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3.2 – A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador ou qualquer outro órgão e entidade da Administração que não tenha participado do certame mediante prévia consulta ao órgão gerenciador da Ata, desde que devidamente comprovada a vantagem.

4 – DOS PREÇOS: A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

4.1 – O preço registrado para cada item poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

4.1.1 – Quando o preço inicialmente registrado para cada item, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT convocará o licitante registrado visando à negociação para redução de preços e sua adequação àquele praticado pelo mercado.

4.1.2 – Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.1.2.1 – Na hipótese do subitem anterior, a Prefeitura Municipal de Tapurah convocará os demais fornecedores, na ordem de classificação do processo licitatório para o item em questão, visando igual oportunidade de negociação.

4.2 – Quando o preço de mercado para determinado item tornar-se superior aos preços registrados e, o fornecedor registrado, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura Municipal poderá:

4.2.1 – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento ocorra antes do pedido de fornecimento.

4.2.2 – Convocar os demais fornecedores classificados para o item, visando igual oportunidade de negociação.

4.3 – Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT procederá à revogação do item em questão, da Ata

de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.4 – Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis a espécie.

4.5 – O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pela Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos, serão sempre mantidos.

5 – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PAGAMENTO: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura. O pagamento será efetuado conforme edital na seguinte dotação orçamentária: SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MTSÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MTXXXXXXXXXX

6 – DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Diário Oficial de Contas TCE/MT que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

7 – DO FORO: O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro da Comarca de São Félix do Araguaia - MT, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

_____

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

GERENCIADORA

Empresa

FORNECEDORAS

Empresas: **ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA – ME**

CNPJ 02.192.932/0001-09

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME

CNPJ 03.250.803/0001-92

RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME

CNPJ 12.313.826/0001-90

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALAR LTDA – ME

CNPJ 05.443.348/0001-77

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
DECRETO Nº 041/2018, DE 20 DE JUNHO DE 2018

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais; e

Considerando a realização do jogo de futebol envolvendo a seleção brasileira na Copa do Mundo;

DECRETA:

Art. 1º -Fica decretado Ponto Facultativo, no âmbito do funcionalismo público municipal, em São José do Rio Claro, no dia 22/6/2018 (sexta-feira).

Art. 2º - As repartições públicas municipais não funcionarão na data referida no artigo anterior, salvo os serviços considerados essenciais, na forma da lei, para os quais as Secretarias Municipais deverão tomar as devidas medidas para suas realizações, especialmente na área de Educação, Saúde e de Infraestrutura (Obras).

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro (MT), 20 de junho de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - PORTARIA Nº 01/2018/SEPAS, DE 16/2/2018

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA.

A Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterada a composição do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, constituído pela Portaria nº 02/2017/SEPAS de 3 de julho de 2017, nomeando membros substitutos, conforme discriminados a seguir:

I – Representantes do Poder Público Municipal:

a) .....;

b) Simone Aparecida Santos Oliveira, titular, representando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

II – Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social:

a) ***Bianca Cristina Oliveira Lachovicz, titular,*** e como respectivo suplente ***Eliane Auxiliadora Coelho Assunção,*** representando a **Secretaria Municipal de Assistência Social; b) ...; c) ...; d)** ***Clotilde de Souza Cortes,*** suplente, representando a Organização não Governamental; **e) ...**; **f) ...**;

III – ...

IV – ...

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social,

São Jose do Rio Claro-MT, 16 de fevereiro de 2018.

Bianca Cristina Oliveira Lachoviz

Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO Nº 017/2018 – REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78. 435-000, fone (65) 3386-1222, informa a todos os interessados que realizará Pregão Presencial Registro de Preços para **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA EVENTOS ESPORTIVOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT** Data de Abertura: às 13h30min, do dia 09 de Julho de 2018, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhadas e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramen-

cionado, de segunda a sexta-feira, 13h00min às 17h00min, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo e-mail: licitacaosjrc@gmail.com ou ainda no site do município: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br. São José do Rio Claro – MT, 21 de junho de 2018. Angela Rodrigues de Matos – Pregoeira Oficial

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADESÃO DE ATA 009/2018

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar que aderiu a Ata de Registro de Preços 036/2018, referente ao Pregão nº 026/2018, realizado pelo Município de Nova Ubiratã – MT., para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de reparos e manutenção de pontes de madeira , no valor de R$ 158.512,00 (Cento e cinquenta e oito mil e quinhentos e doze reais). No julgamento do certame supracitado resultou vencedora a empresa: **C. RODRIGUES PEREIRA PRESTADORA DE SERVIÇOS ME. CNPJ: 23.112.910/0001-61.** São José do Rio Claro – MT, 21 de junho de 2018. **Angela Rodrigues de Matos** – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

TERMO ADITIVO CONTRATO 016/2016

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. ° 16/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 16/2016, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N.º 648/2016.

Considerando que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que "as servidoras públicas e empregadas gestantes, inclusive as contratadas a título precário, independentemente do regime jurídico de trabalho, têm direito à licença-maternidade de cento e oitenta dias e à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, nos termos do art. 7º, XVII da Constituição do Brasil e do art. 10, II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

Considerando o cumprimento do teor da Súmula n.º 244 do TST, relacionada à estabilidade da gestante;

Considerando o parecer da Assessoria jurídica do Município, o qual, juntou-se aos autos informações, relatando o Estado de gravidez da servidora conforme documentos juntados pela requerente contendo, exame de BHCG, cartão da gestante e atestado médico com gestacional de cerca de 07 (sete) semanas e 03 (três) dias com previsão do nascimento da criança para o dia 29/01/2019, com emissão assinada pelo Drº Felipe Machado Tostes e apresentação de Requerimento da servidora de Estabilidade Provisória após o término do contrato temporário a contar de 13/06/2018 até cinco meses após parto;

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato original, **para o dia 13/06/2018**, conforme reconhecimento de estabilidade provisória à gestante, baseada em data provável de parto, de acordo com a documentação em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em caso de interrupção da gestação, a contratada deverá encaminhar o laudo médico ao Departamento de Pessoal do Município contratante, para que seja efetuada a alteração da data fim da estabilidade concedida neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Xingu/MT, 13 de junho de 2018

_____ _____

Luiz Carlos Nunes Castelo Deuzivânia Rodrigues Cunha

Prefeito Municipal- Contratante Contratada

DECRETO N° 064/2018

DECRETO N° 064/2018

SÃO JOSÉ DO XINGU-MT, 20 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DA FIFA RÚSSIA 2018.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor;

***Considerando** a realização da Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) de 2018 da Rússia, que prevê jogos da seleção Brasileira em dias uteis;*

***Considerando** a necessidade de adotar medidas que aperfeiçoem a organização e a manutenção dos serviços básicos e essenciais no atendimento a população no período da relevante competição esportiva;*

DECRETA:

Art. 1 – Fica estabelecido horário especial de expediente e atendimento ao publico nos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal nos dias em que houver jogos da Seleção Brasileira, devendo o expediente de trabalho ser realizado nos seguintes períodos:

I -Dia 22/06/2018 (sexta-feira), Ponto facultativo

II- Dia 27/06/2018 (quarta-feira), expediente das 07h00m ás 12h:30m.

III **-** Na hipótese de passar para as oitavas de final, nos dias 02 (segunda-feira) ou 3 de julho de 2018 (terça-feira), com inicio da partida as 11 horas não haverá expediente.

IV – Se a seleção avançar para as quartas de final, no dia 06 de julho (sexta-feira) com inicio da partida as 15h00m, o horário de trabalho será normal encerrando as 13h00m.

V - Classificando para a fase de semifinais, cujo a partida poderá ocorrer no dia 10 (terça-feira) ou 11(Quarta-feira) de julho de 2018 ás 15h00m o horário será normal de encerramento as 13h00m.

Art. 2 - As unidades administrativas que prestam serviços essenciais e obrigatórios à população cujas atividades não possam ser interrompidas em razão do principio da continuidade dos serviços públicos, ficaram excluídas das disposições do presente decreto.

Art. 3 - Este decreto entra em vigor na data da publicação, revogado as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de junho de 2018.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeita Municipal

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

PORTARIA Nº 087/2018

PORTARIA Nº 087/2018

São José do Xingu – MT, 21 de junho de 2018.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu - MT, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, incisos I ao XXVIII, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, para exercer a função de fiscal do contrato correspondente aos processos licitatórios vigentes, observando para tanto o edital de licitação, seus anexos e seu respectivo contrato, como segue:

Franthielle Viana de Paula

o Contratos Administrativos:

§ 10/2018

Parágrafo Único - Como substituto do contrato 008/2018, designa-se Maria Sonia Marques Costa matrícula funcional nº60 Servidora Pública de provimento efetiva no cargo de Técnica Administrativa Educacional da Secretaria Municipal de Educação, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula contratual e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Administração;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 21 de junho de 2018.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRAT. TEMPORÁRIA			
ENTIDADE			
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT			
Nº CONTRATO	**ÓRGÃO**		**UNIDADE ADMINISTRATIVA**
044	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)		
	CIBILA IÊDA SILVA HONORATO		
DATA INÍCIO	**DATA TÉRMINO**	**VALOR MENSAL**	**DOTAÇÃO**
24/04/2018	20/12/2018	1.473,21	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.
OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO			
A contratada trabalhará para o contratante, no cargo de PROFESSORA II DE HISTORIA, por não haver professor concursado para assumir as aulas.			

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2018.

AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Serra nova Dourada - MT torna público aos interessados o resultado da Licitação realizada na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018, cujo objeto e o **REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, OLEOS LUBRIFICANTES, FITÃO, BATERIAS, GRAXAS PARA OS VEICULOS E MAQUINARIOS DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA - MT, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.** Aberto no dia 20 de junho de 2018, às 09h00min (horário oficial de Brasília - DF), tendo como vencedores as empresas abaixo:

Valores Registrados.

VERA CELITA PALUDO - ME, inscrito no CNPJ n.º 04.905.357/0001-70.						
Item	**Código do Item (TCE-MT).**	**Descrição**	**Quant.**	**Unid.**	**Valor Unit.**	**Valor Total.**
01	234850-0	Pneu 225/75 R16.	24	Unid.	R$ 477,00	***R$ 11.448,00***
03	108286-8	Pneu 175/70 R13.	32	Unid.	R$ 161,00	***R$ 5.152,00***
04	108288-4	Pneu 175/70 R14.	32	Unid.	R$ 225,00	***R$ 7.200,00***
05	109713-0	Pneu 215/65 R16.	12	Unid.	R$ 346,00	***R$ 4.152,00***
08	158060-4	Câmara de ar 900/20.	70	Unid.	R$ 70,00	***R$ 4.900,00***
10	193457-0	Câmara de ar Aro 16, Borracha.	70	Unid.	R$ 37,50	***R$ 2.625,00***
12	109921-3	Pneu 205/75 R16.	50	Unid.	R$ 401,00	***R$ 20.050,00***
14	381828-4	Pneu 245/70 R16.	50	Unid.	R$ 445,00	***R$ 22.250,00***
15	0001827	Pneu 265/65 R17.	50	Unid.	R$ 497,00	***R$ 24.850,00***
16	244763-0	Pneu 31 x 10,5 R15 L109.	50	Unid.	R$ 493,00	***R$ 24.650,00***
19	111918-4	Pneu 10.5/80 – 18.	20	Unid.	R$ 702,00	***R$ 14.040,00***
20	158062-0	Pneu 1000-20 CT65.	20	Unid.	R$ 1.209,00	***R$ 24.180,00***
21	0002515	Pneu 1100-22 TG85.	20	Unid.	R$ 1.338,00	***R$ 26.760,00***
23	0001880	Pneu 17.5–25 12L.	20	Unid.	R$ 3.133,00	***R$ 62.660,00***

24	236874-9	Pneu 185/70 R14.	20	Unid.	R$ 244,50	***R$ 4.890,00***
25	173132-7	Pneu 205/65 R15.	20	Unid.	R$ 304,00	***R$ 6.080,00***
27	110038-6	Pneu 275/80 R22,5 FD.	20	Unid.	R$ 1.179,00	***R$ 23.580,00***
28	110037-8	Pneu 275/80 R22,5 FG.	20	Unid.	R$ 1.249,00	***R$ 24.980,00***
29	186140-9	Pneu 700-16 10L.	50	Unid.	R$ 408,00	***R$ 20.400,00***
30	148049-9	Pneu 750-16 10L.	50	Unid.	R$ 475,00	***R$ 23.750,00***
33	325930-7	Pneu 1300-24 12L.	20	Unid.	R$ 1.970,00	***R$ 39.400,00***
34	111661-4	Pneu 18.4-30TT.	10	Unid.	R$ 2.343,00	***R$ 23.430,00***
35	272501-0	Pneu 265/75 R16 AT.	20	Unid.	R$ 594,00	***R$ 11.880,00***
36	151600-0	Pneu 14.00-24.	10	Unid.	R$ 1.861,00	***R$ 18.610,00***
37	0001880	Pneu 17.5-25 16L.	10	Unid.	R$ 3.369,00	***R$ 33.690,00***
41	190716-6	Acumulador Elétrico (Bateria) 150AH.	10	Unid.	R$ 600,00	***R$ 6.000,00***
43	375464-2	Balde de Óleo 15W40 – 20 Litros.	200	Unid.	R$ 239,50	***R$ 47.900,00***
44	154877-8	Balde de Óleo WBF 100/TDH 433.	20	Unid.	R$ 313,00	***R$ 6.260,00***
48	17220-0	Shampoo automotivo – 05 Litros.	20	Unid.	R$ 15,00	***R$ 300,00***
49	113996-7	Silicone Alta temperatura, tubo preto – 50g.	50	Unid.	R$ 16,90	***R$ 845,00***
50	186161-1	Acumulador Elétrico (Bateria) 45AH.	10	Unid.	R$ 259,00	***R$ 2.590,00***
51	286960-8	Acumulador Elétrico (Bateria) 60AH.	10	Unid.	R$ 284,00	***R$ 2.840,00***
55	194409-6	Balde de Óleo 40R2 – 20 Litros.	20	Unid.	R$ 156,00	***R$ 3.120,00***
57	438141-6	Desengraxante (tipo Solupan) – 05 Litros.	20	Unid.	R$ 33,00	***R$ 660,00***
58	228700-5	Fardo de Estopa Colorida – 25 Kg.	10	Unid.	R$ 102,00	***R$ 1.020,00***
59	228700-5	Fardo de Estopa de pano costurado – 25 Kg.	10	Unid.	R$ 234,00	***R$ 2.340,00***
61	174410-0	Graxa para Chassis CA2 – 20 Kg.	50	Unid.	R$ 184,50	***R$ 9.225,00***
65	196501-8	Super Ativado SL-200 – 05 Litros.	20	Unid.	R$ 17,00	***R$ 340,00***
TOTAL					***R$ 569.047,00***	

ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS LTDA - ME, inscrito no CNPJ n.º 27.331.614/0001-02.

Item	Código do Item (TCE-MT).	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total.
42	267895-0	Acumulador Elétrico (Bateria) 100AH.	10	Unid.	R$ 457,00	***R$ 4.570,00***
45	0005242	Balde de Óleo EP 140 – 20 Litros.	20	Unid.	R$ 233,00	***R$ 4.660,00***
46	200174-8	Balde de Óleo Hidráulico HD 68 – 20 Litros.	150	Unid.	R$ 146,00	***R$ 21.900,00***
47	375464-2	Óleo para Motor 15W40 – 01 Litro.	30	Unid.	R$ 16,50	***R$ 495,00***
52	179130-3	Acumulador Elétrico (Bateria) 70AH.	10	Unid.	R$ 369,00	***R$ 3.690,00***
53	430044-0	Acumulador Elétrico (Bateria) 80AH.	10	Unid.	R$ 473,00	***R$ 4.730,00***
54	148608-0	Balde de Óleo 10W40 R5 – 20 Litros.	20	Unid.	R$ 515,00	***R$ 10.300,00***
56	26199-8	Balde de Óleo EP 90 – 20 Litros.	20	Unid.	R$ 179,00	***R$ 3.580,00***
60	174410-0	Graxa – Balde de 20 Kg.	50	Unid.	R$ 272,00	***R$ 13.600,00***
62	0005241	Óleo Cambio 80W – 01 Litro.	30	Unid.	R$ 16,50	***R$ 495,00***
63	233809-2	Óleo de Direção Hidráulico ATF – 01 Litro.	30	Unid.	R$ 13,50	***R$ 405,00***
64	390577-2	Óleo de Motor 5W30 – 01 Litro.	30	Unid.	R$ 27,50	***R$ 825,00***
TOTAL					***R$ 69.250,00***	

HEBBERTH MOREIRA DA SILVA EIRELI – EPP, inscrito no CNPJ n.º 17.621.040/0001-53.

Item	Código do Item (TCE-MT).	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total.
02	120324-0	Pneu 235/75 R15.	12	Unid.	R$ 467,00	***R$ 5.604,00***
06	161-9	Câmara de ar 1000/20, Caminhão.	70	Unid.	R$ 116,00	***R$ 8.120,00***
07	148210-6	Câmara de ar 275/80 R22,5.	70	Unid.	R$ 82,00	***R$ 5.740,00***
09	193455-4	Câmara de ar 13/14.	70	Unid.	R$ 33,00	***R$ 2.310,00***
11	167027-1	Câmara de ar 750-16 L 415.	70	Unid.	R$ 52,00	***R$ 3.640,00***
13	362590-7	Pneu 235/70 R16.	50	Unid.	R$ 455,00	***R$ 22.750,00***
17	111633-9	Pneu 14.9 26TT 12L.	20	Unid.	R$ 2.355,00	***R$ 47.100,00***
18	148049-9	Pneu 750-16 10L.	20	Unid.	R$ 539,00	***R$ 10.780,00***
22	0001879	Pneu 12-16,5 TL.	20	Unid.	R$ 972,00	***R$ 19.440,00***
26	158069-8	Pneu 215/75 R17,5.	20	Unid.	R$ 603,70	***R$ 12.074,00***
31	165731-3	Pneu 900-20 14L.	20	Unid.	R$ 1.120,00	***R$ 22.400,00***
32	111664-9	Pneu 18.4–34 10L.	20	Unid.	R$ 3.224,50	***R$ 64.490,00***
38	360806-9	Protetor Fitão Aro 20.	70	Unid.	R$ 32,00	***R$ 2.240,00***
39	0002927	Protetor Fitão Aro 22.	50	Unid.	R$ 38,00	***R$ 1.900,00***
40	0010168	Protetor Fitão Aro 16.	70	Unid.	R$ 22,00	***R$ 1.540,00***
TOTAL					***R$ 230.128,00***	

Os interessados poderão obter informações referentes ao processo na sede da Prefeitura Municipal no horário das 08h00min às 12h00min e as 14h00-min às 18h00min ou pelo telefone (66) 3473-1008 e também pelo e-mail – licitacao_snd@hotmail.com.

Serra Nova Dourada - MT, em 21 de junho de 2018.

Atenciosamente,

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria n.º 011/2017.

P.M.S.N.D.

DECRETO Nº 027 DE 20 DE JUNHO DE 2018.

DECRETO Nº 027 DE 20 de Junho de 2018.

"DECRETA PONTO FACULTATIVO E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO ESPECIAL NOS DIAS QUE MENCIONA, NO ÂMBITO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR, Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO os jogos da **Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018.**

CONSIDERANDO a necessidade de planejamento das atividades e o não prejuízo da efetividade, eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos no âmbito municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo em virtude dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, no âmbito municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais, em:

I – 22 de junho de 2018, sexta-feira, em virtude do jogo Brasil x Costa Rica; e

II – nos demais dias úteis em que o jogo do Brasil ocorrer no período matutino.

Art. 2º - Fica decretado horário de funcionamento especial das 8h ás 12h, em virtude dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, no âmbito municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais, em:

I – 27 de junho de 2018, quarta-feira, em virtude do jogo Brasil x Sérvia; e

II – nos demais dias úteis em que o jogo do Brasil ocorrer no período vespertino.

Art. 3º - Ficam mantidos os serviços essenciais, tais como: atendimento à saúde, coleta de lixo urbano, distribuição de água potável.

Parágrafo Único – Os Secretários Municipais deverão definir a programação dos trabalhos de cada Secretaria, independente do definido no caput deste artigo, para que não ocorra descontinuidade dos trabalhos do dia a dia, nem prejuízo do funcionamento normal dos órgãos da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra Nova Dourada- MT 20 de Junho de 2018.

JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

DECRETO Nº. 3.643/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - NOMEAR na data de 19/06/2018, a senhora **ROSELI DA SILVA LAMERA,** brasileira, casada, portadora do RG. nº. 1502008-8 SSP/MT, e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 9914.452.601-25 no cargo de **Agente Comunitário de Saúde,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, nº. 732/2009 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 19/06/2018, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 21 de Junho de 2018.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº.468/2018

CONVOCAR OS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIRINEU MOLETA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º *- Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Público 001/2017,realizado no período de 13/03/2017 a 22/05/2017, para comparecerem no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, da publicação desta, na sede da Secretaria Municipal de Administração, anexo a Prefeitura de Tabaporã, sito a Avenida Comendador José Pedro Dias, 979-N, Centro, no horário das 07:00 ás 11:00 e das 13:00 as 17:00 hs., para comprovação dos requisitos exigidos no Edital de abertura do Processo Seletivo Público 001/2017, apresentando o rol de documentos abaixo listados, e tomar posse de seu respectivo cargo.*

1ª. Fase - Exames Médicos

I. - Os candidatos Convocados neste ato, deverão providenciar, às suas expensas *(por meios financeiros próprios)*, os exames a seguir especificados, emitidos em até 90 dias anteriores à sua apresentação:

Exames de Apresentação obrigatória para todas as funções públicas.
1. Hemograma completo em jejum; 2. Glicemia em jejum; 3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L); 4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase); 5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides); 6. Eletrocardiograma (E.C.G) com avaliação do médico cardiologista 7. Raio-X do tórax P.A e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultrasonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial; 8. Raios-X total da coluna vertebral com laudo radiológico (exceto para gestantes, que devem apresentar laudo de ultrassonografia gestacional recente); 9. Atestado de acuidade visual, fundo de olho e tonometria, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista; 10. Exame de urina tipo I (E.A.S); 11. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica); 12. Exame sanguíneo de **Antígeno Carcinoembrionário –** CEA - Para mulheres com idade igual ou acima de 40 anos; 13. Exame sanguíneo de Antígeno Prostático Especifico - P.S.A - Para homens com idade igual ou acima de 40 anos.

Paragrafo Único: Após obterem todos os exames com respectivos **laudos**, os convocados deverão se dirigir à Coordenadoria de Recursos Humanos, sito a Av. Comendador Jose Pedro Dias, nº 979, centro de Tabaporã, para agendamento de avaliação medica pericial, junto a Junta Médica Oficial do Município.

2ª. Fase – da DOCUMENTação

II – Somente os candidatos convocados que apresentaram todos os exames solicitados na 1ª Fase e que obtiveram o Certificado de Sanidade e Capacidade Física, na condição de APTO, expedido pela Perícia Médica Oficial do Município, deverão apresentar o ***Original e 02 (duas) Copias***, dos Seguintes documentos:

a) Certificado de Sanidade e Capacidade Física na condição de APTO expedido pela Perícia Médica;

b) Carteira de Identidade;

c) Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos, ou Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral, que pode ser obtida pela internet no site do TSE (http://www.tse.jus.br);

d) CPF;

e) Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

f) Certidão de nascimento ou Certidão de Casamento, ou Sentença Declaratória de União Estável, ou Escritura Pública de União Estável;;

g) Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP;

h) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

i) Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

j) Documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo / categoria profissional / especialidade, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no conselho de classe;

k) Diploma/ ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital na área de atuação, reconhecido pelo MEC - Ministério da Educação;

l) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

m) Certidão Criminal da Justiça Federal dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º graus;

n) Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º graus;

o) Comprovante de habilitação (documento comprobatório) de Registro no Conselho Regional da Categoria, quando pré-requisito do cargo;

p) RG e CPF do Cônjuge (esposo ou esposa);

q) Certidão de Nascimento dos filhos dependentes;

r) Carteira de Vacina dos filhos menores de 06 (seis) anos;

s) Declaração de matricula escolar dos filhos até 14 anos.

t) Comprovante de residência;

u) Declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;

v) Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes (02 (duas) vias original);

w) Declaração de não ter sofrido penalidade incompatível com a nova investidura em cargo público;

x) Termo de Compromisso (Código de Ética);

y) Apresentar número de Conta Corrente ou Conta Salário – "Cadastrada Junto ao Banco do Brasil" (para fins de pagamento em conta).

z) Certidão de Vínculo Funcional Municipal ou Estadual do domicílio do candidato (caso segurado em outro RPPS);

aa) Certidão Específica da Junta Comercial do Estado de domicílio do candidato de não participação de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, não estar transacionando com o Município;

bb) Cópia do pedido de exoneração devidamente protocolado, caso o candidato seja servidor público em outro ente ou órgão do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, e demais entidades, de todas as esferas, na hipótese de cargo acumulável;

Paragrafo Único: Os itens **"u"** a **"x"** possuem modelos de arquivos para impressão, junto ao Anexo III, da Instrução Normativa SRH 001/2018 – 3ª. Versão, que dispõe sobre "Admissão de Pessoal em Cargo Efetivo", aprovada pelo Decreto Municipal nº 3.616/2018, disponível no *site* da Prefeitura Municipal de Tabaporã, no endereço eletrônico http://www.tabaporatransparente.com.br/Legislacao/Instrucoes-normativas/, os quais deverão ser preenchidos de próprio punho pelo candidato nomeado, devendo o mesmos serem entregues no ato de sua posse com todas as demais documentações contidas neste Edital.

III- CONVOCADOS:

INSCRIÇÃO	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE Localidade: Área Rural/Distrito de Nova Fronteira – Tabaporã - MT
094	GISLAINE BORGES SANTOS
127	MARIA NEVES SANTOS

Artigo 2º - O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos aprovados e/ou classificados convocados, podendo a Prefeitura de Tabaporã, convocar o imediatamente posterior, obedecendo à ordem de classificação.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 22 de junho de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA 787-2018 - COMISSÃO PROCESSO SELETIVO 002/2018

PORTARIA Nº 787, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE

Art. 1º - INSTITUIR Comissão para a realização do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2018, destinado a contratações de Profissionais para atuarem na Secretaria Municipal de Administração (SAD), Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), Secretaria Municipal de Esportes (SME), Secretaria Municipal de Infraestrutura (SINFRA), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMEA), Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

PRESIDENTE DA COMISSÃO		
MATRÍCULA	NOME	CARGO
103047	MARIA DAS GRAÇAS SOUTO	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBRO-REPRESENTANTE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
MATRÍCULA	NOME	CARGO
103736	ARITANNA DA SILVA KUYUMTZIEF	ASSESSOR DE AP. TEC. ADM. E LEG

MEMBROS-REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
MATRÍCULA	NOME	CARGO
004574	CLAUDIA FILIPPIN	RECEPCIONISTA
103061	CRISTIANE DURAES DE OLIVEIRA	RECEPCIONISTA
001625	JOANETE DA SILVA ALMEIDA	AGENTE ADMINISTRATIVO II

MEMBROS-REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
MATRÍCULA	NOME	CARGO
103629	KATIFANIA GIORDANI LOPES	AGENTE ADMINISTRATIVO II
103294	MÔNICA DEBO	PROFESSORA ANOS INICIAIS
004581	ANDREA CRISTINA NAIA	RECEPCIONISTA

MEMBRO-REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES		
MATRÍCULA	NOME	CARGO
105619	JUNIA VARGAS COLLA	AGENTE ADMINISTRATIVO II

MEMBRO-REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
MATRÍCULA	NOME	CARGO
102368	NEUZENETE PEDROSA MENDES DE OLIVEIRA	AGENTE DE FISCAL. DE TRANSITO

MEMBRO-REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
MATRÍCULA	NOME	CARGO
105057	GILVANE MENDONÇA DE LIMA	COORDENADOR DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

MEMBROS-REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
MATRÍCULA	NOME	CARGO
105964	JOÃO BATISTA VILARINHO	CHEFE DE DEPART. DE RECURSOS HUMANOS

MEMBROS-REPRESENTANTES DO SAMAE		
MATRÍCULA	NOME	CARGO
002866	KATIA SILVA ALVES	ASSESSORA DE RECURSOS HUMANOS E PESSOAL

MEMBRO-REPRESENTANTE DO LEGISLATIVO
SEBASTIAN RAMOS

MEMBRO-REPRESENTANTE DO SSERP
DIOERQUES MARCELO DE OLIVEIRA

MEMBRO-REPRESENTANTE DO SINTEP
JULIA DA SILVA COUTO

MEMBRO-REPRESENTANTE DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO
NADIR JOSÉ BARIVIERA

MEMBRO-REPRESENTANTE DOS GESTORES
PEDRO DONIZETI FURQUIM

Art. 2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, **42º** Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

NADIR JOSÉ BARIVIERA

Secretário Municipal de Educação e Cultura em Substituição

ADEMIR APARECIDO ANIBALE

Secretário Municipal de Esportes

SELTON JOSÉ VIEIRA

Secretário Municipal de Infraestrutura

MAGNO CÉSAR FERREIRA

Secretário Municipal de Meio Ambiente

ITAMAR MARTINS BONFIM

Secretário Municipal de Saúde

WESLEY LOPES TORRES

Diretor Geral SAMAE

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

PREGÃO PRESENCIAL– DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 50/2018

PREGÃO PRESENCIAL– DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 50/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA, TORNA PUBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 50/2018, TENDO COMO OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA O HOSPITAL MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE ACORDO COM AS CARACTERÍSTICAS DISCRIMINADAS NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I ANEXO AO EDITAL, COM REALIZAÇÃO PREVISTA PARA O DIA 26 DE JUNHO DE 2018, ÀS 08:00 H00MIN (OITO HORAS), HORÁRIO DE MATO GROSSO. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 13 DE JUNHO DE 2018.

ELIZANGELA DE OLIVEIRA AZEVEDO DO SANTOS

PREGOEIRA

NOTIFICAÇÃO 06/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 537/2018

NOTIFICAÇÃO 06/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 537/2018

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.978.212/0001-00, sediado na Av. Clóves Felício Vettorato, nº 101, centro em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **VALTER KUHN,** brasileiro, casado, servidor público, portador da CIRG n° 0844733-0 SSP/MT, inscrito no CPF sob n° 790.356.041-72, residente e domiciliado na Rua Teotônio Vilela, nº 167, Centro, na Cidade de Terra Nova do Norte /MT, através de sua Procuradora Municipal, a Dra. **Aline Alencar de Oliveira**, OAB/MT 16.037.

NOTIFICADO(A): CENTERMÉDICA, inscrita no CNPJ nº 05.443.348/0001-77, inscrição estadual nº 10.357.578-2, com sede na Avenida Segunda Radial, nº 363, quadra 48, Lote 29, Setor Pedro Ludovico, Goiania/GO, CEP 74.820-090, através de suas representantes legais a Sra. **JIHANNE RAMOS ROCHA**, portadora do RG nº 4077762 2ª via SSP/GO e inscrita no CPF sob nº002.409.811-62; e a Sra. **MARIA NEUZA RAMOS LOPES,** portadora do RG Nº 4286811 2ª Via SSP/GO e inscrita no CPF sob nº 915.814.001-87.

O notificante, supra qualificado, desejando prover a conservação e ressalva de seus direitos, bem como manifestar intenção de modo formal e prevenir responsabilidade, pela via Extra Judicial, vem apresentar conforme segue, a presente

NOTIFICAÇÃO

Relatório:

A Empresa notificada foi vitoriosa no Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial nº 56/2017, a fim de fornecer, entre outros, o seguinte produtos, conforme descrito na proposta fl. 854 do referido pregão (anexo):

ITEM	QTD	UNIDADE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
264	8	UNIDADE	213251	DETECTOR FETAL PROFISSIONAL MODELO PORTATIL GABINETE EM ABS. BOTÃO LIGA OU DESLIGA COM REGULAGEM DE INTENSIDADE DO VOLUME. ESCUTA DE BATIMANTOS CARDIACOS A PARTIR DA 10ª SEMANA. FAIXA DE MEDIDA DO BFC DE 50 A 240 BPM.	SIGMED	R$426,00	R$3. 408,00

Segundo informações constantes no ofício nº 53/2018, foi realizado o pedido/compra de 02 (dois) detectores fetais, nos termos licitados.

Em 15/06/2018 o Hospital Municipal recebeu 01 (um) volume, contendo 02 (duas) caixas. Em cada uma deveria conter 01 (um) detector fetal portátil marca SIGMED e acessórios.

Entretanto, segundo a equipe responsável “em conferência das mercadorias no presente data (15/06/2018), constatamos que os produtos referente e nota fiscal nº 7746 (detector fetal portátil), não se encontravam em condições normais. As caixas dos Detectores Fetais não estavam lacradas (se encontravam violadas), com aspecto de produtos já usados, sendo que um dos aparelhos não continha a bolsa de armazenamento, o gel condutor nem o CD com as instruções de uso, constatando assim que os produtos não são novos e não vieram em perfeitas condições”.

Após análise conjunta dos produtos pelo Departamento de Compras do Hospital Municipal, Departamento de Licitação e Departamento Jurídico verificou-se que além do constatado inicialmente, os seguintes vícios:

1. o produto entregue pela empresa licitante possui marca totalmente divergente da marca licitada. Foi licitado produto de marca SIGMED (proposta anexa), e a empresa entregou o produto de marca MEDPEJ; 2. Um dos produtos apresentava marca de uso, como marcas de tinta de caneta azul; 3. Ambos os produtos não vieram lacrados com qualquer espécie de selo. 4. Não entregou os produtos no prazo estipulado no edital.

Diante da iniciativa do departamento responsável, bem como ante o relatório e registro fotográfico anexos, foi instaurado o processo administrativo nº 537/2018.

Nos termos do item 14 e seguintes do Edital do Pregão Presencial nº 56/2017, constam as seguintes obrigações à contratada, em especial, as obrigações previstas nos itens 14.2 , 14.3, 14.4 e 14.5:

14 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida.

14.2. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte/MT, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

14.3. Os produtos deverão ser fornecidos, da forma como forem solicitados pelo setor competente, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada; Entregues no prazo de 05 (cinco) dias após a emissão da ordem de fornecimento, sob pena de cancelamento do contrato e da Ata de Registro de Preços.

14.4. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

14.5. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com as respectivas propostas, ou que apresente vicio de qualidade (que apresentem problema na utilização).

14.6. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

Observa-se claramente que a contratada descumpriu injustificadamente as disposições previstas nos itens acima mencionados, o que sujeita a empresa às penalidades descritas no item 19 e seguintes do edital, quais sejam:

19 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% por dia de atraso, até o limite de 10%, conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8.666/93;

19.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2 b.

19.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº. 8.666/93;

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei 10.520/2002.

19.3. Se a fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura;

19.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

19.5. Serão publicadas no Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

Assim, considerando os vícios acima mencionados, bem como a entrega de item com marca diversa, nos termos do item **14.5, NOTIFICAMOS Vossa Empresa para SUBSTITUIR às suas expensas, no prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis, após o recebimento da presente notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, ou justifique a impossibilidade de fazer.** NOTIFICAMOS ainda Vossa Senhoria, para que no prazo de 10 (quinze) dias manifeste-se acerca das irregularidades levantadas, conforme relatórios anexos.

Asseveramos que o não atendimento do prazo ora estabelecido implicará na *imediata tomada de medidas Administrativas e Judiciais*, arcando a NOTIFICADA com as despesas dela decorrentes, além das custas judiciais e honorários advocatícios.

Terra Nova do Norte, 19 de Julho de 2018.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

PASCOAL ALBERTON

Secretário Municipal de Saúde

Aline Alencar de Oliveira

Procuradora Municipal

OAB/MT 16.037

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO EDITAL RETIFICADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2018

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL RETIFICADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2018

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte – MT, torna publico para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada que a data para realização da **PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2018, foi** prorrogada para o dia 06/07/2018 às 08:00 horas.

Justificativa do Adiamento: Foram necessárias algumas alterações no Edital.

Terra Nova do Norte-MT, 21 de junho de 2018.

Elizangela de Oliveira Azevedo dos Santos

Pregoeira

CONTRATO N°97/2018

CONTRATO N°97/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT E DE OUTRO LADO A EMPRESA MARIA ELIZETE PINHEIRO.

Que entre si celebram, O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 01.978.212/0001-00 com sede administrativa na Avenida Clóves Felício Vettorato, nº. 110, Centro, Terra Nova do Norte – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal *SR. VALTER KUHN, brasileiro, casado, agente político, portador do RG. N. º 0844733-0 SSP/SC e inscrito no CPF sob n.º 790356041-72, residente e domiciliado na Rua Teotônio Vilela, n° 167, Centro, Terra Nova do Norte - MT*, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa MARIA ELIZETE PINHERO 89685962120, inscrita no CNPJ/MF sob o n°18.943.961/0001-03 com sede a rua, Maranhão,n°80,Bairro união, na cidade de TERRA NOVA DO NORTE-MT representada neste ato pela Sra. Maria Elizete Pinheiro portador do RG. N. º12450367 SSP/MT e inscrito no CPF sob n.º896.859.621-20, residente e domiciliado rua:Maranhão,n°80,Bairro união, na cidade de TERRA NOVA DO NORTE-MT doravante simplesmente denominado(a) CONTRATADO(A).

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

DO OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços à Administração voltada para a organização da agenda cultural e política do Município de Terra Nova do Norte/MT.

DOS SERVIÇOS: Realização de levantamento das necessidades culturais do Município de Terra Nova do Norte/MT, com a organização de agenda oficial e desenvolvimentos de ações que permitam a operacionalização dos eventos para a sua efetiva realização.

- Assessoramento à Gestão Municipal com vistas a organização política, objetivando prestar a eficácia pretendida pela Administração frente as necessidades da população e as exigências dos órgãos de controle e liberadores de recursos públicos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução se dará de forma INDIRETA POR MENOR PREÇO POR ITEM GLOBAL, conforme inciso VIII, alínea “a” do Artigo 6 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

O valor global estimado do presente instrumento de contrato é de R$ 66. 000.00 (sessenta e seis mil reais) que serão pagos em 12(doze) parcelas mensais de R$ 5.500.00 (cinco mil e quinhentos reais).

Parágrafo Único – *A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os serviços entregues, constando valor total.*

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução do serviço a ser executado será em conformidade com a disposição do Termo de Referência, a partir da assinatura do contrato 12 (doze) meses.

Parágrafo Único – *A Assinatura do presente contrato servirá como ordem para que a CONTRATADA possa dar inicio a execução dos serviços, mediante apresentação da autorização e/ou ordem de serviços.*

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência a contar do dia de sua assinatura será de 12 (doze) meses, podendo ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE nos termos da legislação pertinentes à licitações e contratos públicos.

CLÁUSULA SEXTA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O valor dos serviços proposto pela CONTRATADA não será alterado durante a vigência do contrato. Somente serão reajustados no caso de prorrogação da vigência, observada a periodicidade anual e as normas previstas em Lei, utilizando-se para o reajuste o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.

Parágrafo Único – Caso se faça necessárias alterações contratuais, as mesmas serão objeto de estudos pelas partes, e só efetivadas de mútuo acordo.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a execução dos serviços rigorosamente de acordo com as disposições previstas neste contrato, obedecendo integralmente às normas técnicas vigentes ou fornecidas pelo município, e ainda:

a)Executar os serviços objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE e de acordo com as normas técnicas e legais vigentes;

b)Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato;

c)Selecionar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços contratados, encaminhando elementos de boa conduta e demais referências e tendo suas funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

d)Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e)Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação;

f) Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, como condição à percepção mensal do valor faturado;

g) A Contratada devera disponibilizar um prestador (a) de serviço para trabalhar junto ao Gabinete do Prefeito durante 5 dias da semana sendo de segunda a sexta feira das 7:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00.

h)– manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) – Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado;

j) – aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado do contrato;

l) – Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a CONTRATANTE;

m) – Não transferir em hipótese alguma este instrumento contratual a terceiros;

n) – Assumir, a Responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre os serviços objeto deste contrato e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitados pela CONTRATANTE;

o) – Repassar ao município, nos termos do edital, relatório de atendimentos efetuados pela CONTRATADA;

p) – Cumprir fielmente todos os termos do presente Instrumento de Contrato;

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE se responsabilizará pelos serviços a serem entregues e ainda:

a) Designar e informar à CONTRATADA o nome do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, para fins de estabelecer os contatos necessários à sua efetivação;

b) fiscalizar a execução dos serviços pela CONTRATADA;

c) viabilizar os meios necessários ao cumprimento das obrigações da CONTRATADA;

d) efetuar os pagamentos nos devidos prazos fixado neste Contrato.

CLÁUSULA NONA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste instrumento, correrão por conta da classificação e dotações orçamentárias abaixo especificadas, e consignadas no Orçamento Programa previsto para o corrente exercício nas seguintes Rubricas:

Cód. Red.	***Órgão***	***Unid. Orç.***	***Proj/ativ.***	***Elemento de Despesa***
024	*02*	*001*	*2095*	3390.39.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO

A fiscalização da execução do serviço estará a cargo da PREFEITURA através da Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES E MULTAS CONTRATUAIS

Fica atribuída a CONTRATADA em caso de não cumprimento com as suas obrigações assumidas ou preceitos legais através do presente instrumento as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não execução do serviço no prazo total compreendido pelo prazo contratual de execução estabelecido na cláusula segunda do Contrato;

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

d) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

e) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso dos serviços não serem entregues a partir da data aprazada.

e) declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

Pelo regime Jurídico dos Contratos Administrativos, instituído no Art. 58, Inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e seus complementos, ficam conferidos à CONTRATANTE prerrogativas para a rescisão unilateral do presente instrumento, independente de Notificação ou Interpelação Judicial, pelos seguintes motivos:

a)- no caso de dolo, simulação ou fraude na execução dos serviços;

b)- inobservância das normas, leis e diretrizes que regem a presente contratação;

c)- o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, regulamentos ou prazos;

d)- o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, regulamentos ou prazos;

e)- a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, que impeça a execução dos serviços do presente contrato;

f)- por iniciativa das partes, mediante notificação por escrito, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias, desde que todos os compromissos assumidos estejam cumpridos até tal data.

Parágrafo Único – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, previstos no Art. 77, da Lei Federal 8.666/93, e assume integral responsabilidade por todos os prejuízos que a rescisão por sua culpa acarretar, além do pagamento da multa contratual estabelecida neste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO PROCESSO

O presente contrato é oriundo do Processo Licitatório sob Modalidade Pregão Presencial nº 31/2018.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇAO

Serão responsáveis pela fiscalização da execução do presente contrato, os servidores a seguir nomeados:

RAQUEL ARBO SPINELLI*, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato inerente ao Gabinete do Prefeito, conforme disciplina a Portaria 24/2018*.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Aplica-se à execução deste contrato e especialmente aos casos omissos, a Lei Federal n° 10.520, de 17/07/2002, a Lei Estadual n° 12.337, de 10/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal n° 8.666/93, suas alterações e demais legislação complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Terra Nova do - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem justos e contratados, as partes passam a assinar o presente instrumento por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Terra Nova do Norte-MT, 10 de Maio de 2018.

_____

MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

_____

MARIA ELIZETE PINHERO 89685962120

CONTRATADA

Testemunhas:

ELAINE MAISA MACIEL TALITA CANDIOTTI

CPF: 581.769.181-72 CPF: 001.654.571-04

NOTIFICAÇÃO DE ENGENHARIA Nº002/2018

NOTIFICAÇÃO DE ENGENHARIA Nº002/2018

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.978.212/0001/00, sediado na Av. Cloves Felício Vettorato, nº101, centro, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **VALTER KUHN**, brasileiro, casado, servidor público, portador da CIRG n° 0844733-0 SSP/MT, inscrito no CPF sob n° 790.356.041-72, residente e domiciliado na Rua Teotônio Vilela, nº 167, Centro, na Cidade de Terra Nova do Norte /MT; bem como a Engenheira Civil Fiscal de Obras, Srta. **HANNYE KAROLINE RIZZIERI**, brasileira, divorciada, portadora do CREA-PR n° 148149/D, inscrita no CPF sob n° 023.329.661-10, residente e domiciliado na Av. do Aeroporto s/nº, na Cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso; assistidos por sua Procuradora Municipal, **ALINE ALENCAR DE OLIVEIRA,** OAB/MT 16.037.

NOTIFICADO (A):M.F DA CRUZ ENGENHARIA , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob nº12.417.302/0001-49, situada à Av. das Palmeiras nº 2277 Jardim Imperial Sinop MT, por seu representante legal, Srª GISELI FERREIRA DA CRUZ, Inscrita no CPF nº 956.791.111-87, portadora da Carteira Nacional de habilitação nº 03976815060-DETRANMT.

O notificante, supra qualificado, desejando prover a conservação e ressalva de seus direitos, bem como manifestar intenção de modo formal e prevenir responsabilidade, pela via Extra Judicial, vem reiterar a:

NOTIFICAÇÃO

À empresa **M.F DA CRUZ ENGENHARIA**, na pessoa de seu representante legal, supra qualificados, nos termos que a seguir articula:

A notificada foi vencedora no processo licitatório de tomada de preços nº 02/2016, para a "construção de UM CENTRO DE MULTIPLO USO NA NONA AGROVILA", objeto do contrato nº166/2016;

Ocorre, que na data de 08 de Junho de 2018, foi relatado por moradores da comunidade que as telhas que compõem a estrutura de cobertura da obra supracitada teriam sido supostamente furtadas.

Imediatamente a fiscal da obra realizou um Boletim de Ocorrência na delegacia civil do Município de Terra Nova do Norte sob registro N° 2018. 181934 (cópia anexa), razão pela qual, tramita perante a Delegacia de Polícia Judiciária Civil, investigação acerca do ocorrido.

Diante dos fatos supramencionados, e considerando que através de informações colhidas, os materiais (telhas) teriam sido retirados por empresa terceirizada contratada por Vossa Senhoria em razão de suposta inadimplência de sua empresa; e ainda, considerando que o Município já realizou todos os pagamentos após a devida medição referentes à instalação das telhas;

E diante de tudo isso, **NOTIFICAMOS** a Vossa empresa, na pessoa de seu representante legal, a se manifestar no prazo de 05(cinco) dias sobre o ocorrido, apresentando a defesa que entender necessário, no prazo legal. NOTIFICAMOS ainda Vossa empresa a repor os materiais retirados no prazo de 20(vinte) dias a contar do recebimento desta Notificação.

Asseveramos que o não atendimento do ora estabelecido implicará na imediata tomada de medidas Administrativas e Judiciais, arcando a NOTIFICADA com as despesas dela decorrentes, além das custas judiciais e honorários advocatícios.

Terra Nova do Norte/MT, 18 de Junho de 2018.

Valter Kuhn Hannye Rizzieri Prefeito Municipal Engenheira Civil CREA PR-148149/D

ALINE ALENCAR DE OLIVEIRA

OAB/MT 16.037

Declaro para os devidos fins e sob as penas da lei que recebi e tomei conhecimento da presente Notificação

_____ M.F DA CRUZ ENGENHARIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 46 DE 21 DE JUNHO DE 2018

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE HORÁRIO ESPECIAL NA DATA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **VALTER KUHN**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que, no dia 14 de junho de 2018, teve início na Federação da Rússia, o Campeonato Mundial de Futebol - 2018;

CONSIDERANDO que, conforme consta do Grupo "E", o Brasil estará participando do referido campeonato nos dias 17, 22 e 27 de junho de 2018, respectivamente domingo, sexta-feira e quarta-feira;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica decretado **PONTO FACULTATIVO** nas repartições públicas municipais no dia 22 de junho de 2018 (sexta-feira).

Parágrafo Único Excetuam-se do disposto no caput as escolas da rede pública do Município, a Secretaria Municipal de Saúde, cujos horários de funcionamento serão estabelecidos pelas respectivas Secretarias.

Artigo 2º As unidades responsáveis por atendimentos essenciais aos cidadãos deverão manter escalas de modo a se garantir a prestação ininterrupta dos serviços.

Artigo 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos vinte e um dias do ano de dois mil e dezoito.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

VALTER KUHN Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26-2018

Extrato de Contrato: 26/**2018**
Contratantes: PMT/ EMPRESA CONSTRUTORA HG3 EIRELI
Objeto: Contratação de Empresa para execução de serviços comuns de engenharia para reforma de pontes de madeira no interior do Município de Tesouro
Vigência: 20/06/2018 a 20/10/2018
Valor Global: R$: 411.992,19
Data da Assinatura: 20/06/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
LEI Nº 1069, DE 19 DE JUNHO DE 2018

LEI Nº 1069, DE 19 DE JUNHO DE 2018

.

Dispõe sobre a autorização de abertura de Crédito Adicional Especial, na Lei Municipal nº 1060/2017, LOA 2018 e dá outras providências.

A **Prefeita Municipal de Torixoréu**, Senhora INÊS MORAES MESQUITA COELHO, **faz saber** que a Câmara Municipal **aprovou** e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município de Torixoréu, para o exercício financeiro de 2018, no valor de ***R$* 43.000,00 *(Quarenta e Três mil reais)***, destinado a reforçar as seguintes dotações Orçamentárias:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentaria: 002 - Educação Basica

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 5030 - Apoio Educacional

Projeto/Atividade: 2094 - Manutenção Secretaria de Educação

R$ 43.000,00

Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

R$ 43.000,00

Fonte de destinação de Recursos: 0.1.15.00.000 – Transferências de Recursos FNDE

R$ 43.000,00

Art. 2º - A cobertura do valor de **43.000,00** ***(Quarenta e Três mil reais)***, parte do crédito a que se refere o artigo anterior, se fará com recursos oriundos de excesso de arrecadação **por fonte de destinação de recursos** do exercício de 2018, conforme artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, por intermédio Apoio Financeiro aos Municípios, Recursos Relativos à Parcela de AFM destinada à Educação.

Art. 3º - Fica autorizada a inclusão do presente crédito especial nas demais peças de planejamento – PPA do período de 2018 a 2021 e LDO 2018.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Torixoréu-MT, em 19 de Junho de 2018.

INÊS MORAES MESQUITA COELHO

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
LEI MUNICIPAL Nº 1068, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

LEI MUNICIPAL Nº 1068, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar ao Conselho Municipal de Cultura e Fundo Municipal de Cultura, e dá outras providências.

A Excelentíssima Senhora **INÊS MORAES MESQUITA COELHO**, Prefeita Municipal de Torixoréu, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte lei:

CONSTITUIÇÃO DO

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Capítulo I Das Diretrizes da Política Municipal de Cultura

Artigo1º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Conselho Municipal de Cultura órgão normativo, consultivo, deliberativo e de assessoramento, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, como um mecanismo permanente de participação das entidades representativas no processo de planejamento e execução da Política Municipal de Cultura, nos termos desta

Lei e do Decreto que a regulamenta, servindo de parâmetro para a elaboração do Regimento Interno.

§ 1°. As expressões "CMC", "Conselho Municipal de Cultura", são equivalentes quando assim referidas no corpo desta Lei e do Regimento Interno do Conselho.

Artigo 2º. A Política Municipal de Cultura tem como diretriz geral a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e arquitetônico constituídos pelos bens materiais e imateriais, valores, ideias, conceitos estéticos, símbolos, objetos e relações construídas pela sociedade ao longo da história.

Artigo 3º. São diretrizes específicas da Política Municipal de Cultura, dentre outras:

I -Promover e incentivar a valorização, a restauração e utilização adequadas dos bens de significativo valor histórico, cultural, artístico e natural do Município;

II- Realizar e apoiar eventos culturais, artísticos e tradicionais do Município;

III- Propor legislação específica municipal de proteção ao patrimônio histórico, artístico e cultural;

IV- Promover o tombamento dos bens culturais de significativo valor histórico e cultural.

Artigo 4°. À Secretaria Municipal de Cultura, na qualidade de titular do órgão executor da Política Municipal de Cultura,sem prejuízos de suas demais atribuições legais, compete:

I – Providenciar e manter todo apoio administrativo e técnicos necessários ao bom desempenho do Conselho no cumprimento de suas finalidades;

II – Manter em funcionamento permanente a Secretaria Executiva do Conselho;

III – Acompanhar e orientar o Plenário do Conselho mobilizando seus membros para a escolha das funções de Presidente, Vice Presidente e Secretário do Conselho.

Artigo 5º. À Secretaria Municipal de Cultura, caberá prover, por meio da Prefeitura Municipal, todos os meios materiais e serviços de apoio administrativo necessários ao funcionamento do Conselho, nos termos da Lei e do seu Regimento Interno.

Capítulo II

Do Conselho e suas Finalidades

Artigo 6º. O Conselho Municipal de Cultura de Torixoréu – MT tem por finalidade: I - Aperfeiçoar o planejamento de ações com a participação da comunidade organizada e dos produtores culturais, em um plenário integrado por conselheiros indicados e/ou nomeados, nos termos desta Lei, do Regimento Interno do Conselho e da legislação pertinente; II - Promoção e democratização da ação pública de incentivo à preservação, produção e difusão de bens culturais do Município e dos diferentes segmentos sociais que compõem a sua cultura, usos, tradições, costumes e folclore; III - Integração regional da cultura municipal por meio do apoio às vocações artísticas e às manifestações culturais locais, facilitando o acesso de toda a população aos produtos culturais; IV - Promoção prioritária de projetos culturais propostos pelos estudantes e jovens que, além da qualidade artística evidenciada, exaltarem valores e temas culturais associados ao ideal coletivo da comunidade municipal e do país, voltados para a sustentabilidade sócio-econômico-ambiental da humanidade, em suas sucessivas gerações; V - Promoção, por meio da música, da poesia, da literatura, do teatro, do cinema e das artes em geral, a internalização comunitária dos valores que consagram a identidade e a evolução cultural do povo do Município.

Capítulo III

Dos Objetivos do Conselho Municipal de Cultura

Artigo 7°. O Conselho Municipal de Cultura de Torixoréu – MT tem por objetivos:

I-Formular a Política Municipal, visando criar condições para o incremento e o desenvolvimento das atividades culturais no âmbito do Município de Torixoréu-MT, bem como o acesso às fontes da cultura nacional e estadual;

II- Promover a participação democrática dos vários segmentos da sociedade que integram a ação cultural no Município, visando garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais;

III – Oferecer mecanismo permanente de cooperação das associações representativas da comunidade municipal, no planejamento, acompanhamento e execução da Política Municipal de Cultura;

IV – Promover a integração programática das agências governamentais locais, principalmente às relacionadas à cultura, visando a sua convergência para os objetivos comuns de desenvolvimento cultural do Município;

V – Promover o entrosamento entre as atividades culturais do Município e as dos municípios vizinhos, visando à consolidação da Política Municipal de Cultura de forma integrada em nível regional.

Capitulo IV

Da Competência do Conselho

Artigo 8º. Para o cumprimento de suas finalidades, ao **Conselho Municipal de Cultura**, compete:

I – Estabelecer, formular e aprovar uma proposta de Política Municipal de Cultura, definindo as diretrizes, os objetivos, as estratégias e as metas que orientarão o processo de planejamento e gestão, incluindo políticas nas áreas de bibliotecas, fomento às artes e promoção do patrimônio cultural;

II – Participar da elaboração do Plano Municipal de Cultura de Torixoréu – MT, definindo metas, diretrizes, estratégias e objetivos referentes à cultura, bem como suas relações com a sociedade civil, no contexto da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e Plano Diretor, com vistas a manter atualizada a Política Municipal de Cultura;

III – Apreciar o Plano Municipal de Cultura de Torixoréu – MT, as respectivas propostas e ações da Secretaria Municipal de Cultura, visando adequar suas metas às reais necessidades e aspirações da comunidade; IV – Elaborar, atualizar, avaliar e aprovar o Regimento Interno do Conselho, atentando para suas normas e procedimentos legais;

V-Apreciar e aprovar o Plano de Ação, como também os instrumentos programáticos e orçamentários anuais correspondentes, definindo prioridades na consecução da Política Municipal de Cultura e na aplicação dos recursos públicos destinados à cultura; VI - Promover a integração programática das agências governamentais locais, visando a sua convergência para os objetivos comuns de desenvolvimento cultural do Município;

VII - Articular-se com órgãos estaduais e federais de apoio à Cultura, elaborando normas e diretrizes para o financiamento de projetos culturais,visando a complementação de esforços, apoio técnico e financeiro para viabilização do Programa Municipal de Cultura; VIII - Celebrar acordos e mecanismos de seleção de projetos culturais a serem apoiados por programas governamentais de incentivo, visando a adoção de critérios de prioridade de atendimento segundo o grau de interesse coletivo do Município, atributo este a ser formalmente declarado pelo Conselho Municipal de Cultura;

IX – Apreciar as proposições, assim como, os processos de encaminhamento dos projetos culturais, de acordo com os procedimentos técnicos recomendados, nos termos da Lei e do Regimento Interno;

X – Pronunciar-se, emitir e votar pareceres técnicos culturais, emitidos sobre processos de encaminhamento de Projetos Culturais submetidos ao Conselho, inclusive sobre as implicações culturais de planos governamentais no âmbito do Município;

XI- Elaborar propostas e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à Cultura, quando solicitado pelo Poder Público, pela sociedade civil ou por iniciativa própria, para fins de recebimento de incentivos do programa municipal de apoio à Cultura;

XII -Analisar e deliberar sobre projetos de caráter cultural, educacional e artístico, aprovando normas e diretrizes para celebração de convênios culturais;

XIII - Exercer vigilância e controle social sobre a execução das ações, registrando a eficiência gerencial do desempenho executivo e explorando a eficácia social de seus resultados;

XIV-Colaborar para o estudo e o aperfeiçoamento da Legislação concernente à Cultura, em âmbito Municipal, Estadual e Federal; XV-Acompanhar e participar das atividades culturais promovidas pela Secretaria Municipal de Cultura, bem como pelas entidades culturais conveniadas com a Prefeitura, contribuindo, sugerindo e participando das atrações culturais realizadas no Município;

XVI- Atuar perante os diversos segmentos da sociedade, procurando sensibilizá-los para a importância do investimento em Cultura, criando mecanismos que permitam sua comunicação com a comunidade, para que possa cumprir seu papel de mediador entre a sociedade civil e o Governo Municipal, no campo cultural;

XVII- Apontar e colaborar para a identificação, no âmbito do Município de Torixoréu e região, de bens de valor artístico, histórico, turístico e paisagístico, adotar ou propor mecanismos para sua proteção, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, restauração, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

Seção I

Da Competência dos Conselheiros

Artigo 9º. Aos Conselheiros compete:

I – Participar dos trabalhos do Conselho, com assiduidade, pontualidade, espírito participativo e solidário, na busca de soluções comuns de forma a atender aos objetivos do Conselho;

II – Participar de uma das Comissões Temáticas do Conselho, atentando para a dedicação à causa comunitária;

III – Buscar a constante compatibilização das proposições de sua comunidade com a estratégia global de desenvolvimento cultural do Município;

IV – Cumprir e promover o cumprimento do estabelecido em Lei, no Regimento Interno e nas normas complementares emitidos pelo Conselho;

V – Votar e serem votados, segundo as normas em vigor;

VI –Requerer, com apoio de um terço dos membros, a convocação de reuniões do Conselho;

VII–Assinar atas e Resoluções, entre outros de sua competência.

CAPÍTULO V

Da Composição e Organização do Conselho

Artigo 10º. O Conselho Municipal de Cultura é composto por doze (12) Conselheiros, sendo dois terços (2/3) dos quais eleitos pela sociedade civil organizada, representantes dos órgãos, entes, grupos de instituições e segmentos culturais e um terço (1/3) indicado pelo Poder Executivo e Legislativo de Torixoréu, nomeados para 02 anos, de acordo com a estrutura representativa estabelecida abaixo.

I - Área Governamental - a ser composta por representantes indicados pelo Poder Executivo Municipais;

II- Representante da Câmara Municipal de Torixoréu; III - Produtores Culturais - área a ser composta por representantes indicados pelos Produtores Culturais;

IV - Sociedade Civil Organizada - integrada por representantes eleitos e/ou indicados pelos seus pares.

§ 1º. – Os representantes previstos nos incisos I a IV, serão indicados pelos seus respectivos órgãos, instituições ou fundações, poderão ser substituídas a qualquer tempo, se houver cessação de vínculo com a entidade que os elegeu e/ou indicou.

§ 2º. A indicação dos Conselheiros representantes das áreas não-governamentais será sugestão e/ou escolha feita pela comunidade, para um mandato de 02 (dois) anos, passível de uma reeleição.

§ 3º. – Para cada membro titular haverá um membro suplente, igualmente eleito e/ou indicado, que o substituirá em seus impedimentos temporários e o sucederá no caso de vacância, conforme previsto em Lei e no Regimento Interno.

Artigo 11. A função dos membros eleitos e/ou indicados para o Conselho Municipal de Cultura - CMC - não será remunerada e constituirá serviços públicos relevantes, admitida uma recondução ao cargo;

Artigo 12. A estrutura organizacional do CMC terá a seguinte expressão:

I – Plenário;

II – Mesa Diretora:

a) Presidente;

b) Vice Presidente;

c) Secretário do Conselho;

III – Comissões Temáticas, conforme definida no Regimento Interno.

Parágrafo Único: Havendo necessidade de substituição dos Conselheiros, a qualquer tempo e em função de justificativa acatada pelo Conselho, os membros reunir-se-ão para eleger um ou mais substitutos, os quais cumprirão o tempo restante do mandato do(s) conselheiro(s) substituído(s).

Seção I

Do Plenário

Artigo 13. O Plenário é constituído por todos os representantes regularmente empossados e ativos junto ao Conselho. É o seu órgão deliberativo, cabendo-lhe votar, por maioria simples, os temas constantes da ordem do dia para deliberação.

Artigo 14. As deliberações do Conselho serão divulgadas por meio de resoluções de Conselho, as quais serão numeradas por ordem cronológica, em séries anuais e encaminhadas à Secretaria Municipal de Cultura, para os devidos fins.

Seção II

Da Mesa Diretora

Artigo 15. A mesa diretora dos trabalhos do Conselho será eleita pelo Plenário na primeira reunião ordinária do ano, para um período de dois anos, compreendendo a eleição do Presidente, Vice Presidente e do Secretário do Conselho.

§ 1º. A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Cultura será paritária, sendo composta por um membro representante do poder público e outro da área civil.

§ 2°. A escolha do nome para assumir a função de Presidente do Conselho constitui competência dos membros e seus pares.

§ 3°. A escolha do nome para assumir a função de Secretário do Conselho acontecerá entre os membros que formam o Conselho.

Seção III

Do Presidente e Vice Presidente

Artigo16. A Presidência e Vice Presidência do Conselho Municipal de Cultura serão exercidas por Conselheiros eleitos entre seus pares.

Artigo 17. Compete ao Presidente do CMC:

I – Presidir as reuniões do Conselho e coordenar os debates;

II – Convocar os Conselheiros para as reuniões ordinárias e extraordinárias;

III – Representar o Conselho em suas relações externas, em juízo e fora dele;

IV – Assinar documentos, Resoluções e dar-lhes publicidade;

V – Promover a negociação política e a dinamização operativa, visando à execução das decisões do Conselho;

VI – Receber dos novos Conselheiros a documentação exigida e dar-lhes posse nos termos da Lei, do Regimento Interno e de normas complementares estabelecidas pelo Conselho;

VII – Supervisionar e opinar sobre as atividades das Comissões Temáticas;

VIII – Distribuir, para estudo, parecer e relato, os assuntos submetidos à apreciação do Conselho;

IX– Desempenhar outras atribuições pertinentes, para o bom funcionamento do Conselho;

X- Administrar meios, fundos, e recursos visando a execução dos planos, programas e projetos aprovados pelo Conselho, no uso de suas atribuições legais.

Artigo 18. Ao Vice Presidente, compete ajudar o Presidente em suas atribuições e substituí-lo em seus impedimentos, praticando todas as atribuições que lhe são pertinentes, conforme Regimento Interno.

Seção IV

Da Secretaria do Conselho

Artigo 19. A Secretaria do Conselho é exercida por um conselheiro escolhido entre os pares e apreciado pelo Plenário, para secretariar as reuniões, executar e fazer executar as atividades da Secretaria do Conselho no cumprimento de suas atribuições, prestando serviços de apoio administrativo ao bom funcionamento do Conselho, conforme atribuições definidas no Regimento Interno.

Artigo 20. Ao Secretário do Conselho compete:

I – Secretariar os trabalhos do Conselho;

II -Prestar assistências ao Presidente e às Comissões Temáticas no cumprimento de suas atribuições;

III -Articular-se com o responsável pela pasta da Cultura, visando ao suprimento de material de expediente, equipamentos e serviços necessários ao funcionamento satisfatório da Secretaria Executiva do Conselho;

IV – Transmitir ordens, informações e convites emanados do Presidente do Conselho;

V – Expedir e receber correspondências;

VI – Manter atualizado o cadastro dos Agentes Culturais e das entidades comunitárias participantes e das ainda não participantes das ações do Conselho;

VII – Manter sistema organizado de protocolo e arquivamento de documentos relacionados com o Conselho: processos de encaminhamento de projetos culturais, resoluções emitidas, estudos, bibliografia técnica, relatórios de acompanhamento físico financeiro, relatórios anuais, planos de projetos, etc;

VIII – Lavrar atas das reuniões e colher assinaturas, emitir parecer informativo, distribuir e instruir processos submetidos à apreciação do Conselho;

IX – Outras atividades correlatas, atribuídas pelo responsável pelo departamento de Cultura;

X – Estabelecer relacionamentos com outros Conselhos e com outros Municípios, visando à integração regional das ações e de apoio à Cultura;

XI – Cadastrar as entidades integrantes do subsistema, mantendo atualizados os dados informativos, de acordo como as recomendações em vigor;

XII – Manter atualizado o sistema de documentação técnica, burocrática e histórica inerentes ao funcionamento do Conselho;

XIII – Reunir, indexar e ordenar as resoluções do Conselho;

XIV– Executar outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo exercício natural da função ou por dispositivo legal e regimental.

Seção V

Das Entidades Representadas

Artigo 21. Às entidades representadas no CMC compete:

I – Indicar seu representante e encaminhar-lhe regularmente as proposições efetivamente formuladas pela comunidade ou oficialmente elaboradas pela instituição;

II – Dar legitimidade ao desempenho de seu representante junto ao Conselho, pela aprovação comunitária das proposições encaminhadas ao Conselho através de seu representativo;

III – Manter-se atualizada em suas condições legais e de funcionamento, buscando o cumprimento satisfatório de suas atribuições de interesse do Município;

IV – Habilitar-se para o gerenciamento eventual de projetos culturais por meio de celebração de convênios ou contratos com o Governo Municipal, nos termos da legislação cultural em vigor;

V – Propor ao Conselho, a qualquer tempo, substituição do seu representante, mediante justificativa a ser apreciada pelo Plenário do Conselho;

VI – Atender ao convite do Presidente do Conselho para participação em eventos culturais, de confraternização e de mobilização comunitária promovidos pelo Conselho.

Seção VI

Das Comissões

Artigo 22. As comissões poderão ser temáticas (permanentes) ou especiais. As comissões permanentes submetem-se, respectivamente, aos seguintes temas:

I – Literatura e Música;

II – Preservação do Patrimônio Cultural;

III – Audiovisuais e Artes Cênicas;

IV – Atrações culturais e festividades tradicionais do Município.

§ 1°. As comissões permanentes serão definidas na mesma data da composição da mesa diretora, da presidência e da relatoria de cada comissão.

§ 2°. As comissões especiais terão caráter temporário e suas atribuições serão definidas no ato interno de sua criação, devidamente registradas em ata.

Seção VII

Das Reuniões

Artigo 23. As reuniões serão coordenadas pelo Presidente, na sua ausência, pelo Vice-Presidente e, ainda, na ausência de ambos, por um Conselheiro indicado pelos Conselheiros presentes.

§ 1º.A presença dos Conselheiros nas sessões será comprovada por assinatura em livro ata próprio, sob a responsabilidade do secretário do Conselho.

Artigo 24. As reuniões do Conselho funcionarão com a presença mínima de 10 (dez) Conselheiros e as decisões serão tomadas por maioria simples.

Artigo 25. Os trabalhos do Conselho, quando em reunião ordinária, obedecerão, invariavelmente, a pauta estabelecida e comunicada tempestivamente aos Conselheiros.

Parágrafo Único: O desenvolvimento da reunião ordinária do Conselho proceder-se-á em três expedientes ou momentos contínuos, segundo a ordem de precedência apresentada no quadro a seguir:

I – Expediente Deliberativo: Rigoroso cumprimento do que apresenta a pauta de deliberações programadas previamente para apreciação, debate e votação no dia;

II – Expediente de Estudos: Votada à última matéria da pauta estabelecida, passa-se a exposição e debate de temas (previamente inscritos) de interesse informativo, cientifico ou político-institucional do Conselho;

III – Palavra Livre: Inscrição e comentário resumido de temas para futuras exposições. Apresentação de proposições comunitárias, propostas institucionais de trabalho, pareceres, etc. para futuros encaminhamentos pela Mesa Diretora. Outras informações pertinentes, a juízo do usuário da palavra.

Artigo 26. O Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura determinará a periodicidade das reuniões, ordinárias e extraordinárias e suas formas de convocação.

Capítulo VI

Do Fundo Municipal de Cultura

Artigo 27. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura, de natureza contábil vinculado à Secretaria Municipal de Cultura de Torixoréu-MT, contemplado no Regimento Interno do Conselho.

§ 1º. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura de Torixoréu – MT, em despesas com pessoal e respectivo encargo, exceto remuneração por serviço de natureza eventual, vinculados a projetos específicos, estritamente relacionados às atividades mencionadas no *caput* deste artigo.

Capitulo VII

Das Disposições Gerais

Artigo 28. A Secretaria Municipal de Cultura organizará e manterá o funcionamento da Secretaria do CMC, conforme sua estrutura organizacional.

Artigo 29. Os equipamentos e materiais do acervo da Cultura poderão ser emprestados somente para outros setores da Prefeitura, mediante solicitação do responsável pelo setor interessado, contendo os bens relacionados e aprovação pela Secretaria Municipal de Cultura e CMC.

Artigo 30. O Regimento Interno do CMC é elaborado em consonância com a presente Lei, e, poderá ser alterado, no que não colidir com a Lei maior, mediante proposta fundamentada de qualquer membro do CMC, aprovada por dois terços dos seus membros.

Artigo31. O Conselho Municipal de Cultura providenciará dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir de sua nomeação a elaboração do Regimento Interno do Conselho.

Artigo 32. Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do Conselho e Secretaria Municipal de Cultura.

Artigo 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Sede do Poder Executivo de Torixoréu – MT, aos19 dias do mêsde junho de 2018.

INÊS MORAES MESQUITA COELHO

Prefeita Municipal de Torixoréu -MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2018

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL.

Proponente: PERFISA PERFILADOS DA AMAZONIA LTDA.

CNPJ: 24.683.062/0001-03.

Endereço: Rua João Pedro Moreira de Carvalho, nº 268, Distrito Industrial - Sinop/MT- CEP: 78550-000.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PERFILADOS DE AÇO E TELHAS TRAPEZOIDAL, PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DA COBERTURA DA CRECHE MUNICIPAL SANTO ANJO.

VALOR TOTAL: R$ 9.358,74 (nove mil, trezentos e cinquenta e oito reais e setenta e quatro centavos).

Motivo da Dispensa de Licitação: Dispensa de licitação embasada no disposto no inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, atualizada pelo Decreto federal nº 9.412 de 18 de junho de 2018, c/c o art. 2º, inciso II, da Lei Municipal nº 565 de 24/04/2015, por tratar-se de aquisição de materiais de valor abaixo do limite legal estabelecido pelas leis acima mencionadas.

Embasamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pelo Decreto federal nº 9.412 de 18 de junho de 2018, c/c o art. 2º, inciso II, da lei Municipal nº 565, de 24 de abril de 2015.

Decisão: RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 020/2018.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul/MT, 21 de Junho de 2018.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 16-2018

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar as seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10.520, **MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 16/2018;**OBJETO** REGISTRO DE PREÇO PARA "FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE UNIFORMES E ACESSORIOS PARA SAUDE DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT. **DATA DE ABERTURA**: 12/07/2018 AS 08:00 HORAS, O Edital completo poderá ser obtido junto a Comissão Permanente de Licitação, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas no Departamento de Licitações, maiores informações pelos telefones (65) 3268 1058/1140. Ou no Site www.valedesaodomingos.mt.gov.br. Vale de São Domingos – MT, 21 de Junho de 2018. Edinaldo Ferreira de Santana Presidente Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA 674/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 083/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades refe-

rentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 675/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 084/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 676/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 086/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 663/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 071/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 664/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 072/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 665/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 073/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 005/2018

Processo: 497594/2018. O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria n. 149/2018, comunica que, a Sessão Pública de Abertura dos Envelopes n. 02 contendo as Propostas de Preços das empresas Habilitadas na **CONCORRÊNCIA PÚBLICA 005/2018**, cujo objeto**Contratação de empresa capacitada em execução de obra, para reforma e adequação da edificação existente, atendendo os critérios do padrão SMECEL-VG, com uma intervenção aproximada de 2.074,39m², contemplando serviços de demolição, elevação de alvenaria, pintura interna e externa, revestimento cerâmico e esquadrias, na EMEB "Júlio Domingos de Campos" localizado Rua Luís Pedro de Lima, S/nº, Distrito: Capão Grande no Município de Várzea Grande/MT, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, de acordo com as especificações descritas neste termo e seus anexos**, se dará no dia 04 de Julho de 2018, às 08h30min (hora local), na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, situado na Av. Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT. A Comissão de Licitação informa que foram decorridos os prazos recursais, e os julgados encontram-se disponibilizado no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 21 de junho de 2018. **Silvio Aparecido Fidelis-** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

REQUERIMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE - MT, inscrito no CNPJ n° 03.507.548/0001-10, torna -se público que requereu a Secretaria Municipal de Meio e Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Várzea Grande/MT – SEMMADRS, Licença Localização, Licença Previa, Licença de Instalação e Licença de Operação, do Loteamento “Vila São João”, Bairro São Simão, no Município de Várzea Grande/MT.

PORTARIA 2018/GS/SMECEL/VG/MT N° 114

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições, estabelecidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1°. Designar neste ato, a servidora **AMANDA FERREIRA LIMA**, Brasileira, Solteira, Portadora da Cédula de Identidade RG n° 2422076-0, Órgão Emissor: SSP/MT e inscrita no CPF sob o n° 047.906.701-55, Matrícula: 125262, Fone: 99252-8950, residente à Rua J, Q: 08, Casa: 13, Bairro Cohab Santa Izabel, Várzea Grande/MT.

Art. 2 º. Esta alteração consiste apenas quanto ao fiscal designado pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e lazer, permanecendo inalterado os demais termos da Ata de Registro de Preços Nº 46/2017, Pregão Eletrônico Nº 37/2017 para que seja efetuada a alteração na sua **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO – 16.4.3**

Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de maio de 2018.

Registra- se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, em Várzea Grande – MT, 25 de junho de 2.018.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA Nº 614 DE 1° DE JUNHO DE 2018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 69, inciso VI.

CONSIDERANDO o estabelecido no Estatuto da Guarda Municipal, Lei Complementar Municipal nº 4.167/2016 e 4.358/2018 e Decreto nº 15 de 09 de março de 2018, e o novo regime jurídico instituído na carreira dos Guardas Municipais com novas classes e níveis; e

CONSIDERANDO os requisitos para promoção dos Guardas Municipais em cada classe estabelecidos nos artigos 24 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 4167/2016, Lei Complementar nº 4.358/2018 e Decreto nº 15 de 09 de março de 2018.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder Promoção Funcional aos servidores da Guarda Municipal de Várzea Grande, conforme abaixo discriminado:

GUARDAS MUNICIPAIS EMPOSSADOS EM 2000 QUE INICIARAM SUAS ATIVIDADES EM 01 DE JUNHO DE 2000 E SERÃO PROMOVIDO PARA GUARDA MUNICIPAL – CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I A PARTIR DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018									
NOME	**MATRICULA**	**CARGO**	**DATA POSE**	**DATA EM QUE COMPLETOU 17(DEZESSETE) ANOS E 01(UM) DIA DE EFETIVO SERVIÇO**	**QUANTIDADE DE DIAS DE EFETIVO SERVIÇO EM 06/09/2017**	**TEMPO EFETIVO SERVIÇO EM 06/09/2017 - ONDE CUMPRIU REQUISITOS**	**CARGA HORÁRIA/ HORAS**	**PROMOÇÃO A CLASSE/ NÍVEL**	**INTERSTÍCIO PARA PRÓXIMA PROMOÇÃO A CONTAR DE 06/09/2017 ATÉ 01/06/2018**
EDIVAN APARECIDO DIAS DE AMORIM	12065	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	12/09/2017	6.370	17 anos, 5 meses e 15 dias	40	Classe Especial – Nível I	3 meses e 09 dias
GISELLE CRISTINA SANTANA DE AGUIAR	18018	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	05/12/2017	6.286	17 anos, 2 meses e 21 dias	40	Classe Especial – Nível I	3 meses e 09 dias
ROSEIR BRANDÃO DIONISIO	41212	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	30/06/2017	6.444	17 anos, 7 meses e 29 dias	40	Classe Especial – Nível I	3 meses e 9 dias

Parágrafo único: O interstício na classe em que será promovido contar-se-á desde o dia 23 de fevereiro de 2018, data base de promoção, conforme artigo 24, parágrafo 11, da Lei Complementar Municipal nº 4.167/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de **1 de junho de 2018.**

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 01 de junho de 2018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PERREIRA

Secretário Municipal de Administração

EVANDRO HOMERO DIAS

Secretário Municipal de Defesa Social/Interino

PORTARIA Nº 611 DE 1° DE JUNHO DE 2018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 69, inciso VI.

CONSIDERANDO o estabelecido no Estatuto da Guarda Municipal, Lei Complementar Municipal nº 4.167/2016 e 4.358/2018 e Decreto nº 15 de 09 de março de 2018, e o novo regime jurídico instituído na carreira dos Guardas Municipais com novas classes e níveis; e

CONSIDERANDO os requisitos para promoção dos Guardas Municipais em cada classe estabelecidos nos artigos 24 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 4167/2016, Lei Complementar nº 4.358/2018 e Decreto nº 15 de 09 de março de 2018.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder Promoção Funcional aos servidores da Guarda Municipal de Várzea Grande, conforme abaixo discriminado:

QUADRO PARA PROMOÇÃO DOS GUADAS MUNICIPAIS CONFORME LEI 4.167/2016 E LEI 4.358/2018.									
GUARDAS MUNICIPAIS EMPOSSADOS EM 2000 QUE INICIARAM SUAS ATIVIDADES EM 01 DE JUNHO DE 2000 E SERÃO PROMOVIDO PARA GUARDA MUNICIPAL – CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I A PARTIR DE 06 DE SETEMBRO DE 2017									
NOME	**MATRICULA**	**CARGO**	**DATA POSE**	**DATA EM QUE COMPLETOU 17(DEZESSETE) ANOS E 01(UM) DIA DE EFETIVO SERVIÇO**	**QUANTIDADE DE DIAS DE EFETIVO SERVIÇO EM 06/09/2017**	**TEMPO EFETIVO SERVIÇO EM 06/09/2017 - ONDE CUMPRIU REQUISITOS**	**CARGA HORÁRIA/ HORAS**	**PROMOÇÃO A CLASSE/ NÍVEL**	**INTERSTÍCIO PARA PRÓXIMA PROMOÇÃO A CONTAR DE 06/09/2017 ATÉ 01/06/2018**
ADANARY SILVA TOLEDO PIZZA	179	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	14/06/2017	6.290	17 anos, 2 meses e 25 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
ADRIANE KATIA DE LIMA CAMPOS	900	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	13/06/2017	6.291	17 anos, 2 meses e 26 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
ALEXANDER GOUVEIA ORTIZ	1856	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	06/09/2017	6.206	17 anos e 01 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
AMARILDO DOS SANTOS ARRUDA	2417	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	20/06/2017	6.282	17 anos, 2 meses e 17 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 28 dias
ANERSON MIRANDA DE AMORIM	3562	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	29/06/2017	6.275	17 anos, 2 meses e 10 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
ANTONIO ROSA ALVES DA SILVA	4472	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	28/08/2017	6.215	17 anos e 10 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 25 dias
ARISTEU LEITE DA SILVA NETO	4874	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	29/05/2017	6.306	17 anos, 3 meses e 11 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
BEATRIZ REGINA MARCHETTI	5380	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	13/06/2017	6.291	17 anos, 2 meses e 26 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
CELIA REGINA RODRIGUES	7421	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	18/06/2017	6.286	17 anos, 2 meses e 21 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
CLAUDIO PEIXOTO DA SILVA	8433	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	28/05/2017	6.307	17 anos, 3 meses e 12 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
EDELSON SEBASTIÃO DA SILVA	11456	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	31/05/2017	6.304	17 anos, 3 meses e 09 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
ELISEU HEBER DA SILVA	13815	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	30/05/2017	6.305	17 anos, 3 meses e 10 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
EVANDRO HOMERO DIAS	15634	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	07/07/2017	6.267	17 anos, 2 meses e 02 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
EVERSON SOARES DO PRADO	15789	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	03/06/2017	6.301	17 anos, 3 meses e 06 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
FRAULEN ELISA RODRIGUES DE MIRANDA DO ESPIRITO SANTO	17109	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	28/05/2017	6.307	17 anos, 3 meses e 12 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
GIOVANA GARCIAS	17896	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	19/06/2017	6.285	17 anos, 2 meses e 20 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
JACKSON NUNES DA CUNHA	20914	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	25/06/2017	6.279	17 anos, 2 meses e 14 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
JOÃO JOSE MENDANHA CARDOSO	22429	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	28/05/2017	6.307	17 anos, 3 meses e 12 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias

JOCICLEIDE SARAIVA DANTAS	22691	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	23/06/2017	6.281	17 anos, 2 meses e 16 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
JOEL SILVA DE ARRUDA	22857	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	29/05/2017	6.306	17 anos, 3 meses e 11 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
JUCIMAR ALBERTINO DE CAMPOS	25117	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	28/05/2017	6.307	17 anos, 3 meses e 12 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
JULIANO CESAR BEZERRA LEMOS	25442	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	28/05/2017	6.307	17 anos, 3 meses e 12 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
LINDINALVA DA SILVA	27904	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	26/08/2017	6.217	17 anos e 12 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
LINETE GLORIA SOUZA NEVES	27946	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	02/07/2017	6.272	17 anos, 2 meses e 7 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
LOURINEY DOS SANTOS SILVA	28164	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	28/05/2017	6.307	17 anos, 3 meses e 12 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
LUIZ CARLOS DIAS DE ARRUDA	29581	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	14/07/2017	6.260	17 anos, 1 mês e 25 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
MARCELO JASSECK DRUMOND	30758	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	28/05/2017	6.307	17 anos, 3 meses e 12 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
MARCIO FLAVIANO FERRAZ LESCO	31170	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	07/07/2017	6.267	17 anos, 2 meses e 2 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
MARCIO PROFETA DA CRUZ	31194	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	26/08/2017	6.217	17 anos e 12 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
MARCOS AURELIO COENGA	31273	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	30/05/2017	6.305	17 anos, 3 meses e 10 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
ROSANA DOS SANTOS GOES	40863	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	17/06/2017	6.287	17 anos, 2 meses e 22 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
SILVANA OLIVEIRA AGUIAR SANTOS	43463	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	28/05/2017	6.307	17 anos, 3 meses e 12 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
SIRLEI SALETE PIASECKI	43769	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	28/05/2017	6.307	17 anos, 3 meses e 12 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
TATIANE ROBERTA MARTINS MORA	44831	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	07/06/2017	6.297	17 anos, 3 meses e 2 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
WANDERLEY DOMINGOS DA COSTA	47249	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	01/06/2017	6.303	17 anos, 3 meses e 8 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias
WESLLEY CESAR SCHEMBEK	47429	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	30/05/2017	6.305	17 anos, 3 meses e 10 dias	40	Classe Especial - Nível I	8 meses e 29 dias

GUARDAS MUNICIPAIS EMPOSSADOS EM 2002 QUE INICIARAM SUAS ATIVIDADES EM 30 DE ABRIL DE 2002 E SERÃO PROMOVIDO PARA GUARDA MUNICIPAL – 1ª CLASSE – NÍVEL I A PARTIR DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

NOME	MATRICULA	CARGO	DATA POSE	DATA EM QUE COMPLETOU 17(DEZESSETE) ANOS E 01(UM) DIA DE EFETIVO SERVIÇO	QUANTIDADE DE DIAS DE EFETIVO SERVIÇO EM 06/09/2017	TEMPO EFETIVO SERVIÇO EM 06/09/2017 - ONDE CUMPRIU REQUISITOS	CARGA HORÁRIA/HORAS	PROMOÇÃO A CLASSE/NÍVEL	INTERSTÍCIO PARA PRÓXIMA PROMOÇÃO A CONTAR DE 06/09/2017 ATÉ 01/06/2018
MAURICIO RODRIGUES DA SILVA	35127	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	18/04/2017	4.522	12 anos, 4 meses e 22 dias	40	1ª Classe - Nível I	8 meses e 29 dias

Parágrafo único: O interstício na classe em que será promovido contar-se-á desde o dia 06 de setembro de 2017, data base de promoção, conforme artigo 24, parágrafo 11, da Lei Complementar Municipal nº 4.167/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de **1 de junho de 2018.**

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 01 de junho de 2018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PERREIRA

Secretário Municipal de Administração

EVANDRO HOMERO DIAS

Secretário Municipal de Defesa Social/Interino

PORTARIA Nº 612 DE 1° DE JUNHO DE 2018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 69, inciso VI.

Considerando o advento das Leis Complementares Municipais nº 4.166/2016, 4.167/2016 e 4.358/2018;

Considerando o enquadramento dos servidores dentro de suas respectivas Classes e Níveis em 01 de janeiro de 2017 conforme o estabelecido na Lei Complementar 4.166/2016, de acordo com seu tempo de efetivo serviço na Guarda Municipal e a data da posse;

Considerando o estabelecido no art. 28 da Lei Complementar Municipal nº 4167/2016 os servidores têm direito a progressão horizontal, sendo a passagem do servidor de um nível para o outro dentro da mesma classe e que dar-se-á automaticamente de acordo com o tempo de efetivo serviço, nos termos da referida Lei Complementar;

Considerando o art. 95 da Lei complementar 4.167/16 alterado pela Lei Complementar nº 4.358/2018;

Considerando que alguns servidores adquirem direito a progressão (mudança de nível) em datas diferentes;

Solicito de Vossa Senhoria a progressão na carreira dos servidores abaixo relacionados conforme prevê o art. 28 da Lei Complementar 4.167/2016 e art. 3º da Lei Complementar nº 4.358/2018, como segue:

1 - De Classe Inicial Nível I para Classe Inicial Nível II,

MATRICULA	NOME	CARGO	DATA INICIO DAS ATIVIDADES	TEMPO EFETIVO SERVIÇO EM 01/06/2018	CARGA HORÁRIA/ HORAS	PROGRESSÃO NÍVEL
100.600	ALESSANDRO APARECIDO DA SILVA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 1 dia	40	Classe Inicial - II
100.591	ALESSON JEAN MAGALHÃES	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 1 mês e 23 dias	40	Classe Inicial – II
100.421	ANDERSON MANOEL DA CRUZ REIS	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 1 dia	40	Classe Inicial – II
104591	ANDERSON MORAES DE SOUZA SILVA	GUARDA MUNICIPAL	11/11/2014	3 anos, 6 meses e 24 dias	40	Classe Inicial – II
100.609	BRUNA LORAYNE ALMEIDA HAENISCH	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 1 dia	40	Classe Inicial – II
100.561	BRUNO ALEXANDER GARCIA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	3 anos, 11 meses e 25 dias	40	Classe Inicial – II
100.562	BRUNO DO AMARAL MOTA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 1 mês e 28 dias	40	Classe Inicial – II
101.258	CARLOS ANTONIO FELIX DE OLIVEIRA	GUARDA MUNICIPAL	03/06/2014	3 anos, 11 meses e 23 dias	40	Classe Inicial – II
100.615	CELIA CRISTINA DE SIQUEIRA BRAGA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 1 mês e 27 dias	40	Classe Inicial – II
100.564	CID CAMACHO JUNIOR	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 1 mês e 25 dias	40	Classe Inicial – II
100.611	DANYELE PATRICIA CARDOSO BEZERRA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 1 dia	40	Classe Inicial – II
100.428	ENTONI CONCEIÇÃO DA SILVA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 0 dia	40	Classe Inicial – II
100.595	ERONALDO DA SILVA GUEDES	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 1 dia	40	Classe Inicial – II
100.583	EURICO DE BRITO CORREA DA ROCHA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 1 mês e 27 dias	40	Classe Inicial – II
100.601	FABIO FERREIRA DA SILVA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 1 dia	40	Classe Inicial – II
100.605	FERNANDA FERREIRA DE ARAUJO	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 0 dia	40	Classe Inicial – II
100.604	FLAVIA NILMA DA CUNHA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 1 dia	40	Classe Inicial – II
103070	GABRIEL HENRIQUE ROCHA ROSSI	GUARDA MUNICIPAL	17/07/2014	3 anos, 10 meses e 17 dias	40	Classe Inicial – II
100.561	GETULIO DA SILVA PEREIRA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 0 dia	40	Classe Inicial – II
100.590	GUSTAVO TERTULIANO RIBEIRO	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 1 dia	40	Classe Inicial – II
100.602	IDNACIR DOS SANTOS MOREIRA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 1 dia	40	Classe Inicial – II
100.578	ILSON FRANCISCO DE PAULO SILVA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 1 mês e 29 dias	40	Classe Inicial – II
100.558	JACKSON ROSA DO NASCIMENTO GONÇALVES	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 1 mês e 20 dias	40	Classe Inicial – II
100.426	JANSEN GOMES SOUDRE	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 0 dia	40	Classe Inicial – II
100.423	JARBAS SANTANA DE AMORIM	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 0 dia	40	Classe Inicial – II
100.424	JOELITON LEMES FERREIRA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 1 meses e 29 dias	40	Classe Inicial – II
100.592	JOSE ROBERTO DELGADO FILHO	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 1 mês e 25 dias	40	Classe Inicial – II
100.566	JULIO CESAR DE SOUZA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 1 dia	40	Classe Inicial – II
100.572	LEONARD NICOLLAS DE OLIVEIRA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 1 mês e 16 dias	40	Classe Inicial – II
100.576	LEONARDO ARAUJO CORTES	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 1 dia	40	Classe Inicial – II
100.424	MARCELO DA SILVA LOPES	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 1 mês e 3 dias	40	Classe Inicial – II
100.425	MARCIO JOSE DA SILVA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 1 dia	40	Classe Inicial – II
100.613	MARIANNY GOMES PORTELLA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 1 mês e 13 dias	40	Classe Inicial – II

100.553	MAURO DE OLIVEIRA ALVES	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 1 dia	40	Classe Inicial – II
100.422	ODNIS GONÇALVES RAMOS	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 1 dia	40	Classe Inicial – II
100.569	PAULO CESAR LEMES	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 1 dia	40	Classe Inicial – II
100.559	PAULO RICARDO ALVES DA SILVA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 1 mês e 29 dias	40	Classe Inicial – II
100.610	PLINIO FRANCISCO FERREIRA DA SILVA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 0 dia	40	Classe Inicial – II
100.614	RAFAELA FERRAZ SOARES	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 0 dia	40	Classe Inicial – II
100.594	RAPHAEL DIAS DA CONCEIÇÃO	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 1 mês e 18 dias	40	Classe Inicial – II
100.612	SILVANA RAZE	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 1 mês e 14 dias	40	Classe Inicial – II
101.235	SONGIR ROSANIO ALVES DA CUNHA	GUARDA MUNICIPAL	22/05/2014	4 anos e 8 dias	40	Classe Inicial - II
101.216	VANDOILSON BENEDITO DE CARVALHO	GUARDA MUNICIPAL	16/05/2014	4 anos e 15 dias	40	Classe Inicial - II
100.607	VANESSA DE SOUZA FERNANDES PEREIRA	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	4 anos, 2 meses e 0 dia	40	Classe Inicial – II

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 1° de junho de 2018.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 1° de junho de 2018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PERREIRA

Secretário Municipal de Administração

EVANDRO HOMERO DIAS

Secretário Municipal de Defesa Social/Interino

PORTARIA 667/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 075/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 613 DE 1° DE JUNHO DE 2018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 69, inciso VI.

Considerando o advento das Leis Complementares Municipais nº 4.166/2016, 4.167/2016 e 4.358/2018;

Considerando o enquadramento dos servidores dentro de suas respectivas Classes e Níveis em 01 de janeiro de 2017 conforme o estabelecido na Lei Complementar 4.166/2016, de acordo com seu tempo de efetivo serviço na Guarda Municipal e a data da posse;

Considerando o estabelecido no art. 28 da Lei Complementar Municipal nº 4167/2016 os servidores têm direito a progressão horizontal, sendo a passagem do servidor de um nível para o outro dentro da mesma classe e que dar-se-á automaticamente de acordo com o tempo de efetivo serviço, nos termos da referida Lei Complementar;

Considerando o art. 95 da Lei complementar 4.167/16 alterado pela Lei Complementar nº 4.358/2018;

Considerando que alguns servidores adquirem direito a progressão (mudança de nível) em datas diferentes;

Solicito de Vossa Senhoria a progressão na carreira dos servidores abaixo relacionados conforme prevê o art. 28 da Lei Complementar 4.167/2016 e art. 3º da Lei Complementar nº 4.358/2018, como segue:

MATRICULA	NOME	CARGO	DATA POSE E INICIO DAS ATIVIDADES	QUANTIDADE DE DIAS EM 01/06/2018	TEMPO EFETIVO SERVIÇO em 01/06/2018	CARGA HORÁRIA/HORAS	CLASSE/ NÍVEL
6680	CARLOS ALBERTO DA SILVA	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5857	16 anos e 17 dias	40	1ª Classe – Nível III
9377	CRISTIANO VALÉRIO TAVERA CORDEIRO	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5871	16 anos, 1 mês e 1 dia	40	1ª Classe – Nível III
12605	EDUARDO HENRIQUE DIDA	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5875	16 anos, 1 mês e 5 dias	40	1ª Classe – Nível III

12667	EDVALDO OLIVEIRA DA SILVA	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5875	16 anos, 1 mês e 5 dias	40	1ª Classe – Nível III
13858	ELISSON MAGALHÃES DE LIMA	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5875	16 anos, 1 mês e 5 dias	40	1ª Classe – Nível III
17088	FRANCISWALDO FONSECA DA SILVA	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5877	16 anos, 1 mês e 7 dias	40	1ª Classe – Nível III
17173	GEBISON EDUARDO DA SILVA	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5841	16 anos e 1 dia	40	1ª Classe – Nível III
19696	INÊS GUIMARÃES RODRIGUES	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5877	16 anos, 1 mês e 7 dias	40	1ª Classe – Nível III
22352	JOAO EVANGELISTA GONÇALVES DOS REIS	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5866	16 anos e 26 dias	40	1ª Classe – Nível III
23616	JOSÉ CARLOS ALVES BRAGA	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5860	16 anos e 20 dias	40	1ª Classe – Nível III
25514	JULIO CELSO DA CUNHA	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5877	16 anos, 1 mês e 7 dias	40	1ª Classe – Nível III
28925	LUCILENE RODRIGUES DE ALMEIDA	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5854	16 anos e 14 dias	40	1ª Classe – Nível III
31249	MARCOS ALBERTO LOUREIRO	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5852	16 anos e 12 dias	40	1ª Classe – Nível III
36507	NEIVA DAS NEVES SILVA	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5848	16 anos e 8 dias	40	1ª Classe – Nível III
37983	OSLY JUSTINIANO PEDRAÇA	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5852	16 anos e 12 dias	40	1ª Classe – Nível III
38170	OZIEL CAMPOS DE OLIVEIRA	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5866	16 anos e 26 dias	40	1ª Classe – Nível III
40481	RONALDO ROSA COSTA DE ARRUDA	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5868	16 anos e 28 dias	40	1ª Classe – Nível III
43248	SIDNEY OLIVEIRA DO CARMO	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5877	16 anos, 1 mês e 7 dias	40	1ª Classe – Nível III
47357	WELLER ESTEVES FERREIRA	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5853	16 anos e 13 dias	40	1ª Classe – Nível III

2 - De 1ª Classe Nível II para 1ª Classe Nível III:

MATRICULA	NOME	CARGO	DATA POSE E INICIO DAS ATIVIDADES	QUANTIDADE DE DIAS EM 01/06/2018	TEMPO EFETIVO SERVIÇO em 01/06/2018	CARGA HORÁRIA/HORAS	CLASSE/ NÍVEL
3447	ANDREI DUARTE DESUITE ALVES	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	6256	17 anos, 1 mês e 21 dias	40	1ª Classe – III
7645	CESAR RIBEIRO DA SILVA	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	6230	17 anos e 25 dias	40	1ª Classe – III
9316	CRISTIANE LIMA PRADO	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	5932	16 anos, 3 meses e 2 dias	40	1ª Classe – III
26792	LAURINEI TADDEU MACHADO PESSOA DOS SANTOS	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	6373	17 anos, 5 meses e 18 dias	40	1ª Classe – III

3 - De 1ª Classe Nível I para 1ª Classe Nível II:

MATRICULA	NOME	CARGO	DATA INICIO DAS ATIVIDA-DES	QUANTIDADE DE DIAS EM 01/06/2018	TEMPO EFETIVO SERVIÇO em 01/06/2018	CARGA HORÁRIA/HORAS	CLASSE/ NÍVEL
2248	ALONSO IZIDORO MARQUES	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5367	14 anos, 8 meses e 17 dias	40	1ª Classe – Nível II
12884	ELAYNE HELEN DE ARRUDA DANTAS	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5561	15 anos, 2 meses e 26 dias	40	1ª Classe – Nível II
29528	LUIZ ALBERTO CALONGA AGUELIO	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5529	15 anos, 1 mês e 24 dias	40	1ª Classe – Nível II
40977	ROSÂNGELA AMÉRICO DE OLIVEIRA	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	5135	14 anos e 25 dias	40	1ª Classe – Nível II

4 - De 2ª Classe Nível II para 2ª Classe Nível III:

MATRICULA	NOME	CARGO	DATA POSE E INICIO DAS ATIVIDADES	QUANTIDADE DE DIAS EM 01/06/2018	TEMPO EFETIVO SERVIÇO em 01/06/2018	CARGA HORÁRIA/HORAS	CLASSE/ NÍVEL
47005	VIVIANA PAULA DO AMARAL	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	4398	12 anos e 18 dias	40	2ª Classe - III

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 1° de junho de 2018.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 1° de junho de 2018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PERREIRA

Secretário Municipal de Administração

EVANDRO HOMERO DIAS

Secretário Municipal de Defesa Social/Interino

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS N°. 15/2018

Aos vinte dias do mês de junho de 2018, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. SILVIO APARECIDO FIDELIS, autoriza a Empresa E. R. DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n°. 19.310.857/0001-36 com sede na Rua Pau Brasil. N°. 08, quadra 172, Loteamento Jar-

dim Paula II, bairro Canelas, no município de Várzea Grande/MT, neste ato representado por sua sócia proprietária, a Senhora Elizangela Rodrigues dos Santos, **a iniciar** a execução da obra de Manutenção do Sistema de Distribuição e Substituição do Reservatório Metálico tipo taça das **EMEB Mamed Untar**, localizada no bairro Jardim Ala, em conformidade com a Tomada de Preços n°. 15/2017, consoante com o disposto no Contrato n°. 059/2018.

Várzea Grande, 20 de junho de 2018.

Prof° Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação,

Cultura, Esporte e Lazer.

Representante da Empresa

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS N°. 16/2018

Aos vinte dias do mês de junho de 2018, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. SILVIO APARECIDO FIDELIS, autoriza a Empresa E. R. DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n°. 19.310.857/0001-36 com sede na Rua Pau Brasil. N°. 08, quadra 172, Loteamento Jardim Paula II, bairro Canelas, no município de Várzea Grande/MT, neste ato representado por sua sócia proprietária, a Senhora Elizangela Rodrigues dos Santos, **a iniciar** a execução da obra de Manutenção do Sistema de Distribuição e Substituição do Reservatório Metálico tipo taça das **EMEB Antonio Salústio Areias**, localizada no bairro Capela do Pisarrão, em conformidade com a Tomada de Preços n°. 15/2017, consoante com o disposto no Contrato n°. 059/2018.

Várzea Grande, 20 de junho de 2018.

Prof° Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação,

Cultura, Esporte e Lazer.

Representante da Empresa

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS N°. 17/2018

Aos 21 dias do mês de junho 2018, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. SILVIO APARECIDO FIDÉLIS, **autoriza** a Empresa WN Construções Ltda – ME**, inscrita no CNPJ n°. 19.699.306/0001-06**, representado por sua sócia administradora Wanderléia Martins Amorim **a iniciar** os serviços de contratação de empresa capacitada em serviços de rede de tratamento de esgoto (tanques sépticos, filtros anaeróbicos e sumidouros), para atender a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande, conforme edital e seus anexos, na **Escola Municipal de Educação Básica "Eunice Cesar de Melo"**, localizada no bairro Pirineu, na cidade de Várzea Grande/Mato Grosso, de acordo com o Projeto Básico de cada local, memorial descritivo, projetos, planilhas e demais anexos do Edital e, em consonância com o disposto no Contrato n°. 070/2017.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Representante da Empresa

PORTARIA 668/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 076/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 666/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 074/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 669/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 077/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 029/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa CONSTRUPEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 09.492.967/0001-02. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentado legal no Art. 65, I, alínea a) e b), §1º., da Lei de nº. 8.666/93, na justificativa da Secretaria Gestora, nos termos e condições do Contrato nº. 029/2017, demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº 51833/2018. OBJETO: Tem por objeto aditar a CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR GLOBAL E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em construção civil e serviços de Engenharia, para execução de Coberturas de Quadras Escolares Pequenas e construção de Quadra Poliesportiva com Vestiário Projetos Padronizados FNDE. UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO: 35.03.12.365.0104. – P/A: 1.472. ND: 4.4.90.51.00.00.00. OBRAS E INSTALAÇÕES. FONTE: 0122. DO: 35.03.12.365.0104. – P/A: 1.472. ND: 4.4.90.51.00.00.00. OBRAS E INSTALAÇÕES. FONTE: 0101/0122. VALOR: Fica aditivado ao Contrato principal o valor de R$ 31.791,97 (trinta e um mil, setecentos e noventa e um reais e noventa e sete centavos).

DATA DE ASSINATURA: 12.06.2018

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer– PMVG/MT

CONSTRUPEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

Contratada

PORTARIA 670/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 078/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 073/2014

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa LOCAR SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 35.474.949/0001-08. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentada legal no Art. 65, I, alínea b), §1º da Lei nº. 8.666/93, nas disposições do Contrato nº. 073/2014, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO nº. 522054/2017. OBJETO: Tem por objeto aditar o item 5.1 da "CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR GLOBAL", item 8.1 da "CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA", referente a contratação da empresa capacitada para execução de serviços de coleta de resíduos domiciliares e de manejos de resíduos sólidos do Município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Fica aditado em 25% (vinte e cinco por cento) os quantitativos contratados pelo contrato principal, conforme planilha anexa neste procedimento, valor de R$ 3.065.703,78 (três milhões, sessenta e cinco mil, setecentos e três reais setenta e oito centavos). **UO: SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE URBANA DO: 38.06.15.452.0031. P/A: 2.189. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0100.**

DATA DE ASSINATURA: 15.06.2018.

BRENO GOMES

Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana PMVG/MT

LOCAR SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA

Contratada

PORTARIA 671/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 079/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 26/CORREG./GMVG/2018

O Corregedor Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 4.359/2018 em seu artigo 3º § 2º de 05 de Maio de 2018, Lei Complementar nº 4.180/2016, de 30 de Dezembro de 2016, e pelo Decreto nº 80 de 17 de Dezembro de 2015, e Portaria GAB/PREF/PMVG 20/2018 de 08/06/2018;

CONSIDERANDO, o Requerimento de 18/06/2018 do Presidente do Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2018, da Guarda Municipal de Várzea Grande MT, encarregado de apurar os atos e fatos constantes no (PAD) nº 002/2018, instaurada através da Portaria nº 013/CORREG.GERAL/2018, de 25 de Abril de 2018, solicitando o Sobrestamento do referido procedimento, com fulcro no artigo 45 da Lei 4.180/2016, devido o Inquérito encontrar se em outra Comarca, aguardando o envio de remessa dos autos, para o JUVAN na Comarca da Capital.

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR o SOBRESTAMNETO do PAD nº 002/2018, com a consequente SUSPENSÃO da contagem de prazo.

Art. 2º. Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande MT, 20 de Junho de 2018.

_____

Roseir Brandão Dionisio

Corregedor Substituto

PORTARIA Nº 651/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.164/1991e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

DESIGNAR a Sra. MAYARA MARIA DA SILVA, matrícula nº 111411, Assessora Jurídica, da Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com o artigo 173, § 2° da Lei Complementar n° 1.164/91 alterado pela Lei 3.495/2010, para acompanhar o processo n° 047/2017, na fase em que se encontra e, no prazo legal de 15 (quinze) dias apresentar a competente defesa escrita, tendo em vista que a indiciada foi declarada revel.

Várzea Grande, 20 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 653/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 046/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 20 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 655/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 061/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº 056/2018

PORTARIA Nº 056/2018

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

Edital de Convocação nº. 08, de 21 de Junho de 2018.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE – DAE/VG

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO, DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE – DAE/VG, criada pela Lei Municipal n º 1.733/1997 e alterada pela Lei Municipal nº 1.866/1998, no uso de suas atribuições legais, resolve:

1. Convocar os candidatos relacionados no quadro “1”, aprovados no Concurso Público nº 001/2017 de acordo com a ordem de classificação do edital de homologação nº 001/2017, a comparecer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação deste edital, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Autarquia Municipal, à Av. Gov. Júlio Campos, 2599, Jardim dos Estados, nesta Cidade, no horário das 08h00minh às 11h30minh e das 13h30minh às 17h30minh, para providências quanto à nomeação e posse, em conformidade o que dispõe a legislação.

1.1. O candidato dever á apresentar os documentos constantes do Anexo I;

1.2. Para realização da perícia médica, em cumprimento da exigência do item 1 7, do Anexo I, o candidato deverá estar de posse dos exames resultados dos exames médicos, constante do Anexo II.

2. O não comparecimento do candidato no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de publicação do presente edital e a não apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de convocar o próximo candidato.

Quadro 1

CLASS	INSC.	NOME	DOC. IDENT.	CARGO	SITUAÇÃO
01	2821	ELISA LISIHETH DE PAULA VAZ DA COSTA	25534025 SSP/MT	AGENTE SANEAMENTO/AGENTE ADMINISTRATIVO - PCD	APROVADO
03	836	EDUARDO WILHAN ALVES OSTI	25306170 SSP/MT	AGENTE SANEAMENTO/CADASTRADOR	APROVADO
04	9432	ANDRE ANGELO GONÇALVES	22401261 SSP/MT	AGENTE SANEAMENTO/CADASTRADOR	APROVADO

02	22112	WILHAM DA SILVA OLIVEIRA	25580833 SSP/MT	AGENTE SANEAMENTO/ELETROMECÂNICO	APROVADO
18	1143	JOSELIA SEBASTIANA PEREIRA DOS SANTOS	17602238 SSP/MT	AGENTE SANEAMENTO/OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	APROVADO
19	17150	WILHAN DIAS DE OLIVEIRA	16926072 SSP/MT	AGENTE SANEAMENTO/OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	APROVADO
20	28794	LARISSA ACOSTA CANAVARROS	19668422 SSP/MT	AGENTE SANEAMENTO/OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	APROVADO
01	12771	RAQUEL BARBOSA SALVIANO DANTAS	19370290 SSP/MT	AGENTE SANEAMENTO/TÉCNICO DE LABORATÓRIO	APROVADO
03	23305	PATRICIA HARUMI SASSAGIMA	19873956 SSP/MT	AGENTE SANEAMENTO/TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	CLASSIFICADO
02	30763	ERLON CEZAR DO ESPIRITO SANTO	12851221 SSP/MT	AGENTE SANEAMENTO/TÉCNICO HIDROMETRISTA	APROVADO

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação

Várzea Grande – MT, 21 de Junho de 2018.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

Diretor Presidente – DAE/VG

ANEXO I

DOS DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO E POSSE

I – **DOS REQUISITOS PARA AINVESTIDURA NO CARGO/PERFIL**	**1.** Cédula de Identidade (RG); * **2.** CPF;* **3.** 02 fotos 3x4 recentes; **4.** Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso na área de atuação exigida no Edital, reconhecido pelo MEC; * **5.** Comprovante no conselho de classe (se houver); * **6**. Carteira de Trabalho (página de identificação do trabalhador frente e verso); * **7**. Comprovante de inscrição do PIS/PASEP; * **8**. Certidão de nascimento ou casamento ou averbação;* **9.** Titulo de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;* **10.** Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa do Serviço Militar (se do sexo masculino); * **11.** Comprovante de endereço atualizado; * **12**. CPF do cônjuge; **13.** CPF do pai e da mãe; **14**. CPF dos filhos maiores de 18 anos; **15**. Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos; **16.** Carteira de vacinação para filhos menores de 14 anos; **17.** Atestado de Sanidade e Capacidade Física e Mental emitido por Órgão ou profissional especializado; **18**. Exames Médicos, Anexo II; **19**. Declaração de não acúmulo de cargo*- Anexo III; **20**. Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e de seus dependentes *- Anexo IV; **21.** Certidão negativa de antecedentes criminais de 1º e 2º grau da Justiça Estadual dos lugares que residiu nos últimos 05 anos; **22.** Certidão negativa de antecedentes criminais de 1º e 2º grau da Justiça Federal dos lugares que residiu nos últimos 05 anos; **23**. Outros que estiverem presentes no edital do Concurso. **24.** Certidão de não acúmulo de cargos empregos ou funções públicas salvos nos casos constitucionalmente emitidos pelas prefeituras de Cuiabá e Várzea Grande e Estado SAD.

***- Documentos deverão ser autenticados em cartório.**

ANEXO II

OS EXAMES MÉDICOS PARA NOMEAÇÃO E POSSE

I – **DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO/PERFIL**	**1.** Hemograma completo; **2.** Tipagem sanguínea; **3.** Glicemia (em jejum); **4.** Eletrocardiograma (com avaliação cardiológica, se patológico, definir o grau); **5**. Raios-X do tórax PA (com laudo) **6.** Colpo citologia oncótica (mulheres acima dos 35 anos de idade);

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS

E QUE NÃO RECEBE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULO DE FUNÇÃO

Eu,.....Brasileiro(a)

Estado Civil .....,portador do documento de identidade nº.....,

Expedido pelo... ..... Residente.....nº.....

Bairro.....cidade.....

Estado de Mato Grosso, DECLARO, que não estou infringindo o inciso "XVI" ,

do artigo 37 da Constituição Federal e tenho disponibilidade de tempo para cumprir a carga horária exigida pela Departamento de água esgoto DAE.VG.

Art 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional n° 19, de 1998)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI. (Redação dada pela Emenda Constitucional n° 19, de 1998)

Por ser verdade, dato e firmo o presente, sob as penas da lei.

Várzea Grande.....de 2017

_____

Assinatura do Declarante

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,_____, CPF:_____._____._____-____, Domiciliado na Rua: _____Bairro:_____, Cidade: _____, UF: ____, declaro sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores atuais de mercado:

Itens	Bens	Valor
1		
2		
3		
4		

Declaro ainda que o(s) valor (es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima.

Várzea Grande, _____, de _____ de 2017.

_____ Assinatura do Declarante

PORTARIA 656/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 062/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 657/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 063/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 660/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 066/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO N. 02/2018

Processo: 520542/2018. O Município de Várzea Grande Estado de Mato Grosso, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL - designada pela portaria n. 149/2018, torna público para conhecimento dos interessados, **O RESULTADO** relativa àTOMADA DE PREÇO N. 02/2018, objeto Contratação de Empresa Especializada para a Execução das Obras de pavimentação e Drenagem das Ruas: A, Martin Afonso, M, N, O, U e L, perfazendo 7.433,16 m² no Bairro Mapin III, conforme projeto e planilhas anexo a este Projeto Básico. AComissão Permanente de Licitação acatou o parecer técnico e declarou **CLASSIFICADAS** as propostas de preços das licitantes: **S A LIMA CONSTRUCOES EIRELI – EPP** CNPJ: 13.908.247/0001-32 em 1º lugar no valor **de R$ 825.134,53 e BR PAVING CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI** CNPJ: 15.264.721/0001-86 em 2º lugar no valor de **R$ 897.554,63.** Assim, a **CPL DECLARA** a licitante **S A LIMA CONSTRUCOES EIRELI – EPP CNPJ: 13.908.247/0001-32 VENCEDORA** do certame**.** A ata da presente sessão esta disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br. VÁRZEA GRANDE-MT, 21 DE JUNHO DE 2018. ALINE ARANTES CORREA – PRESIDENTE CPL.

PORTARIA 659/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 065/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 672/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 080/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 661/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 068/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 673/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 081/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 662/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 070/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos de suposto ABANDONO DE CARGO, que constam

do Ofício nº 208/GAB/SAD/2016, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

DECRETO N. 059/2018.

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA, PARA O EXERCÍCIO DO BIÊNIO 2018/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados os Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, para o biênio 2018/2019, em conformidade com a Lei Municipal nº 659/2004,ficando assim constituído:

1- GOVERNO MUNICIPAL:

A- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO.

Titular: ADRIANA APARECIDA FERREIRA SILVEIRA MELLO.

CPF: 567.613.251-53

Suplente: CZARINA FARIAS DE BRITO

CPF: 474.819.351-49

B- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Titular: - ROSANA MARIA DA SILVA

CPF: 020.126.061-13

Suplente: TATYANA M. FONSECA SILVEIRA

CPF: 858.131.501-10

C- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Titular: - LOÍDE DE MORAIS SOUZA

CPF: 487.153.601-72

Suplente: DIRLENI DE OLIVEIRA RIBEIRO

CPF: 922.891.851-91

2- ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL:

A- REPRESENTANTES DO ROTARY CLUB.

Titular: GRACIELE CRISTINA ROMERO MUNHOS

CPF: 961.043.841-53

Suplente: MARIA AUXILIADORA DORILEO

CPF: 395.479.499-87

B- REPRESENTANTES ENTIDADES RELIGIOSAS

Titular: MARIA JOSÉ FRANCISCO DA SILVA

CPF: 581.845.461-49

Suplente: BERNADETE LEDENIR FRANCISCO DA SILVA

CPF: 995.442.101-72

C - REPRESENTANTES DA PASTORAL DA CRIANÇA.

Titular: AEDIR DOS SANTOS PINTO E SILVA

CPF: 363.088.381-87

Suplente: CLEUZA GOMES LEITE

CPF: 327.991.011-00

§ 1º - Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido, mediante indicação.

§ 2º - As reuniões serão realizadas 01 (uma) vez por mês, sendo no dia 10 de cada mês, caso não seja dia útil, será adiada para o próximo dia útil. E horário para cada reunião, será determinada através de reunião prévia pelos conselheiros, ou seja, reunião anterior.

Art. 2º - A função de Conselheiro será considerada serviço público relevante prestado ao Município, sendo exercida gratuitamente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a **05 de abril de 2018**, revogadas as disposições em contrário, em especial ao Decreto 048/2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO de dois mil E DEZoito.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 200/2018 DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Leiloeiro Público oficial e dá outras providências.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município, e

Considerando a necessidade do Município de alienar em leilão público oficial, bens móveis diversos e no estado em que se encontram, observando os princípios básicos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

Considerando que o Leiloeiro Público Oficial exerce uma função pública delegada pelo Estado através da Junta Comercial, e este possui competência e experiência profissional, em consonância com a necessidade de avaliar os bens móveis diversos do município disponibilizados para alienação, sem ônus ou custos financeiros para a administração; Considerando os termos do Inciso III do Artigo 38 e Artigo 53 da Lei nº 8.666/93 que trata das licitações e contratos administrativos; Considerando que o Artigo 33, § 2º da Instrução Normativa nº 17/2013/DREI prevê que o Leiloeiro Público Oficial pode ser de livre escolha do ente interessado; Considerando que a alienação de bens móveis diversos atende ao relevante interesse público municipal*;*

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear e autorizar o Leiloeiro Público Oficial do Estado de Mato Grosso, Senhor **KLEIBER LEITE PEREIRA JUNIOR**, portador da Matrícula nº 031/2015/Jucemat, CPF 021.022.811-32, RG 20147457 SSP/MT, com endereço a Avenida São Sebastião nº 1.447, Bairro Goiabeiras em Cuiabá/MT, para conduzir o certame do leilão público em data a ser marcada conjuntamente.

Artigo 2º - O Leiloeiro realizará o leilão com estrita observância da Lei das Licitações nº 8.666/93 e suas alterações, demais legislação pertinente e de acordo com o próprio Edital do certame. Artigo 3º - Compete ao Leiloeiro organizar a relação e avaliar os bens móveis diversos que serão disponibilizados para o leilão e subordinar essa avaliação a homologação do Prefeito Municipal, e mais, operacionalizar, divulgar, prestar contas, expedir os documentos referente as arrematações, produzir a Ata circunstanciada, enfim, realizar todos os procedimentos inerentes a sua função e objetivo fim da presente nomeação, inclusive, auxiliando a Comissão processante no que couber. Artigo 4º - A Prefeitura Municipal fica isenta de pagamento de comissão ou reembolso de despesas com o Leiloeiro, que co-

brará apenas do Arrematante Comprador a comissão estipulada em 10% (dez por cento) da venda dos bens móveis diversos. Artigo 6º - A Comissão Permanente de Licitação – CPL, será a comissão processante do presente leilão.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

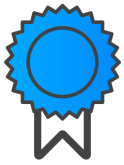
Gabinete do Prefeito Municipal

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Thu Jun 21 22:31:57 UTC 2018
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)